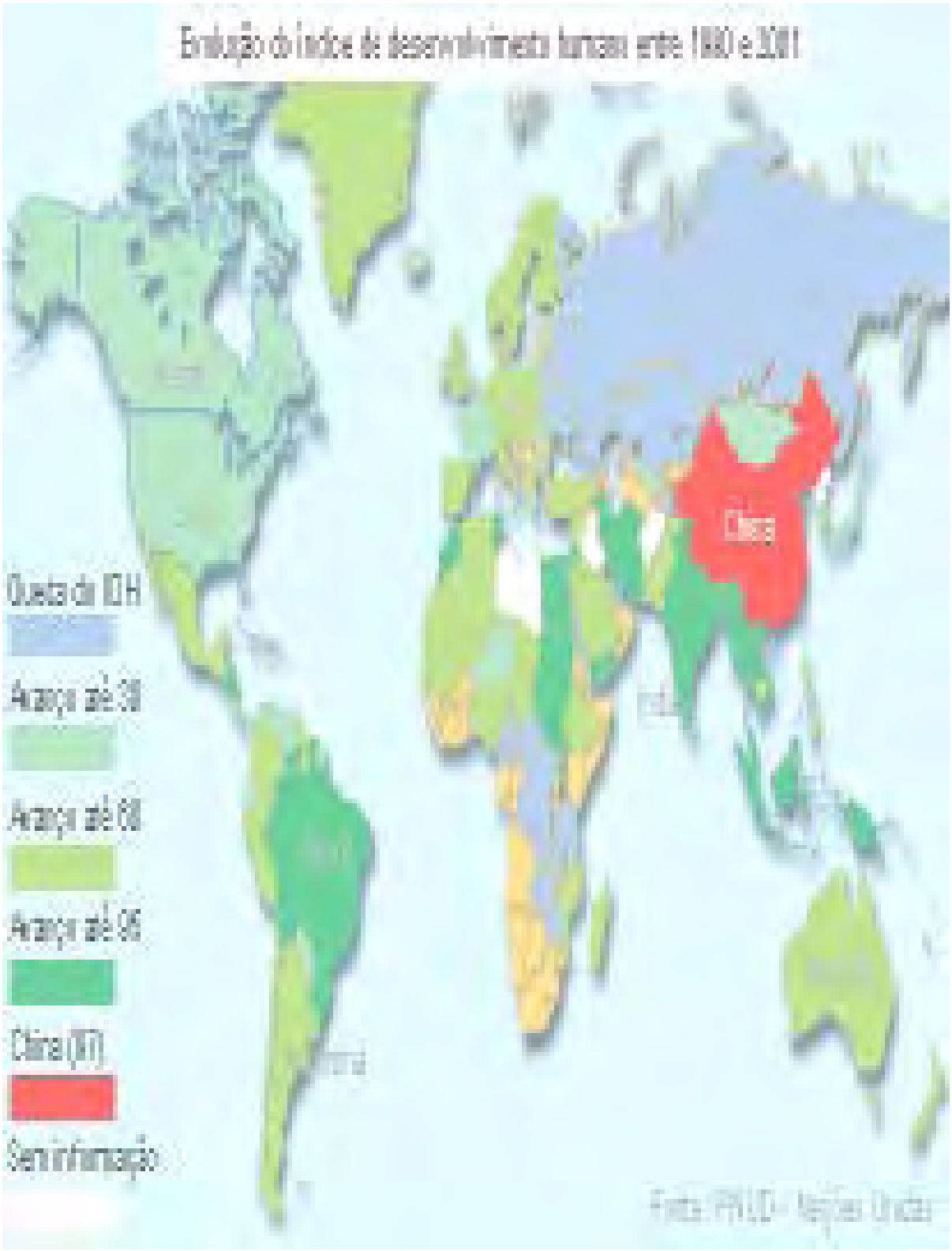
UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

CAMPUS DE RIO CLARO CAMPUS DE RIO CLARO



EDIR DE PAIVA BUENO

DINÂMICA DEMOGRÁFICA E A CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA CIDADE DE CATALÃO (GO): UMA ANÁLISE DOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ENTRE 1970 E 2000.

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP - Campus de Rio Claro (SP), para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli

Rio Claro

2006

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UFG – Campus de Catalão.

B928d Bueno, Edir de Paiva.
Dinâmica demográfica e a conformação sócio-espacial da cidade de Catalão (GO): uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 e 2000 / Edir de Paiva Bueno.
Rio Claro (SP): UNESP, 2006.
391: il., fig. + mapas.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências exatas. Curso de Pós-Graduação em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli.

1. Geografia Urbana. 2. Qualidade de vida. 3. Desenvolvimento Humano.

CDU: 911.3

TERMO DE APROVAÇÃO

EDIR DE PAIVA BUENO

DINÂMICA DEMOGRÁFICA E A CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA CIDADE DE CATALÃO (GO):

uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 e 2000

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, pela seguinte banca examinadora:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli

2º Examinador: Profª. Dra. Yoshiya Nakagawara Ferreira

3º Examinador: Profª. Dra. Lucy Marion C. Ph. Machado

4º Examinador: Prof. Dr. Ruy Campos Ribeiro

5º Examinador: Profª. Dra. Leila Marrach de Albuquerque

Rio Claro (SP), 14 de Junho de 2006.

_____

Aluno: Edir de Paiva Bueno

Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Seção de Pós-Graduação
Rua 10 nº 2527 – Caixa Postal 178 – CEP 13500-230 – Rio Claro – SP – Brasil
Tel. (PABX): (19) 3526-2200 – Fax: (19) 3534-8250 spgigce@rc.unesp.br

Dedico este estudo, primeiramente, a minha esposa Maria do Carmo e as filhas Mikhaelle e Emanuelle que constituem a motivação de minha vida e, em seguida, a população de Catalão pela luta diária e incansável em favor de dias melhores para a sua qualidade de vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta de muitas pessoas e instituições. Por isto manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

Ao Professor Dr. Odeibler Santo Guidugli que contribuiu decisivamente para que eu pudesse me embrenhar nas profundezas do conhecimento da ciência geográfica, com a sua competência e paciência, indicando leituras, fontes bibliográficas, organizando a forma e as idéias quando da elaboração do projeto de pesquisa e da Tese;

A minha família, meu pai, minha mãe natural (in memorium), meus irmãos: Nilza, Delma, Edson, Alcimone, Gilson e Sione que sempre se encheram de entusiasmo pela carreira que escolhi e, principalmente, ao meu irmão Ênio (in memorium) que me mostrou a importância e a brevidade da vida e a necessidade que todas as pessoas têm de vivê-la em sua plenitude;

Aos meus amigos de trabalho do Campus da UFG de Catalão, especialmente, do Curso de Geografia, que em muito contribuíram com suas idéias e análises sobre a qualidade de vida da população da cidade de Catalão;

Aos meus colegas e professores do Curso de Doutorado em Geografia da UNESP de Rio Claro;

Aos funcionários da Fundação IBGE da cidade de Rio Claro – SP, de Catalão e da Regional de Goiânia, que com a presteza que lhes são peculiares, sempre se colocaram a minha disposição quando dos levantamentos dos dados sócio-econômicos e demográficos relativos a população de Catalão;

Aos funcionários da Biblioteca da UNESP – Campus de Rio Claro – SP, especialmente, a Moema, Mônica e Meire pela atenção dedicada as minhas numerosas solicitações de ajuda;

A Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, pelas importantes contribuições que foram dadas a este estudo, através do envio de publicações sobre as condições de vida dos goianos;

Aos Professores Márcio, Roberto, Dino, Paulinho e Célia pela valiosa ajuda na resolução dos cálculos utilizados no estudo de caso e, a Profª Estevane pela organização da Tese conforme normas da ABNT.

Carta das Nações Unidas

"Nós, os Povos das Nações Unidas, propusemos a preservar para as gerações futuras do flagelo da guerra que por duas vezes durante nossas vidas têm infligido a Humanidade sofrimentos indescritíveis, a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos do homem e mulheres e das nações grandes e pequenas, e criar condições pelas quais possam se manter a justiça [...], a promover o **progresso social** e a **elevar o nível de vida** dentro de uma concepção mais ampla de liberdade, [...]".

Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 79. É instituído [....] o Fundo de Combate a Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a **níveis dignos de subsistência**, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Lei Orgânica do Município de Catalão

Art. 1 - O município de Catalão, [...] em esfera de Governo local, objetiva, na sua área territorial e competencial, o seu desenvolvimento com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada na autonomia, na **cidadania**, na **dignidade da pessoa humana**, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político [...].

A maior fonte de infelicidade dos seres humanos é a incapacidade de realizar seus infinitos desejos!

(Pensamento budista)

RESUMO

A questão central desta pesquisa envolve a análise da qualidade de vida na cidade de Catalão (GO), através da avaliação do desenvolvimento humano verificado entre 1970 e 2000. A pesquisa tem como eixo de reflexão as grandes transformações sociais, econômicas e espaciais que afetaram a organização do espaço urbano e da sociedade Catalana e, que estabeleceram ao longo do tempo, os diferentes níveis de qualidade de vida da população. Esta pesquisa utiliza a inovadora proposta metodológica elaborada pela ONU para avaliar o desenvolvimento humano. A Tese se encontra estruturada em 4 capítulos, além da introdução e considerações finais. O capítulo primeiro (com três sub-capítulos), contém uma introdução onde se avalia a trajetória humana em busca de melhores condições de vida. No segundo sub-capítulo, efetuou-se uma ampla revisão da literatura a respeito dos estudos sobre qualidade de vida, dando ênfase para os conceitos elaborados e os conteúdos teóricos e práticos dos estudos publicados, que envolvem a situação do homem contemporâneo. No último sub-capítulo, através da análise de estudos elaborados por Geógrafos, busca-se demonstrar o papel relevante da dimensão espacial, quando se quer medir a qualidade de vida. No segundo capítulo (com três sub-capítulos), considera-se inicialmente a trajetória do RDH publicado pelo PNUD, entre 1990 e 2003. O segundo sub-capítulo, através da avaliação da bibliografia, pauta-se em considerar textos contendo análises críticas positivas e negativas sobre os Relatórios. O último sub-capítulo contempla o uso da metodologia elaborada pelo PNUD, aplicada a realidade brasileira, bem como é avaliado os impactos causados por alguns artigos selecionados e elaborados por diferentes profissionais e articulistas brasileiros. O terceiro capítulo é subdividido em três sub-capítulos, sendo que o primeiro contém um breve relato da história de Catalão no contexto de Goiás. O segundo, analisa as implicações que as iniciativas públicas e privadas tiveram para as transformações econômicas e sociais inseridas no espaço geográfico e suas influências na qualidade de vida da população residente em Catalão. O último sub-capítulo avalia a dinâmica populacional através dos dados estatísticos, produzidos pelo IBGE e SEPLAN/Goiás. O quarto capítulo apresenta a distribuição dos índices de desenvolvimento humano da população de Catalão no período estudado, envolvendo as variáveis: educação, saúde e renda.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Desenvolvimento humano. Espaço urbano.

ABSTRACT

The central subject of this research involves the analysis of the life quality in Catalão (GO), through the evaluation of the human development verified between 1970 and 2000. The research has as reflection axis the great social, economic and space transformations that affected the organization of the urban space and of the society Catalana and, that established along the time, the different levels of quality of life of the population. This research uses the innovator methodological proposal elaborated by UN to evaluate the human development. The Thesis one finds structured in four chapters, besides an introduction and a conclusion. The first chapter (have three sub-chapters), it contains an introduction where it is evaluated, the human trajectory in search of better life conditions. In the second sub-chapter, a wide revision of the literature was made regarding the studies about life quality, giving emphasis for the elaborated concepts and the theoretical and practical contents of the published studies, that involve the contemporary man's situation. In the last sub-chapter, through the analysis of studies elaborated by Geographers, it is looked for to demonstrate the important paper of the space dimension, when one wants to measure the life quality. In the second chapter (with three sub-chapters), is considered the evolution of RDH published by PNUD, between 1990 and 2003. The second, through the evaluation of the bibliography, list it in considering texts contends positive critical analyses and negatives on the Reports. The last sub-chapter, contemplates the use of the methodology elaborated by PNUD, applied the Brazilian reality, as well as the impacts caused by some selected goods is evaluated and elaborated by different professionals and Brazilian articulistas. The third chapter (subdivided in three sub-chapters), and the first, contains a brief report of Catalão's history in the context of Goiás. The second, it analyzes the implications that the public and private initiatives had for the economic and social transformations inserted in the geographical space and its influences in the quality of life of the resident population in Catalan. The last sub-chapter evaluates the dynamic populacional through the statistical data, produced by the IBGE and SEPLAN/Goiás. The fourth chapter presents the distribution of the indexes of human development of Catalão's population in the studied period, involving the variables: education, health and income.

Key-words: Quality of life. Human development. Urban space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da cidade de Catalão em Goiás e no Brasil.....19

Figura 2 - A presença de citações de artigos sabre qualidade de vida entre 1990 e 2001 no Geo Abstract.....77

Figura 3 – As mudanças no IDH do Brasil entre 1970 e 2003.....131

Figura 4 - Brasil: índice de desenvolvimento humano por estados em 2000.....131

Figura 5 - Brasil: pessoas analfabetas com mais de 25 anos em 2000.....136

Figura 6 - Brasil: probabilidade de sobrevivência até 60 anos em 2000.....136

Figura 7 - Brasil: índice de Gini em 2000.....137

Figura 8 - Distribuição do índice de desenvolvimento humano municipal em 2000.....139

Figura 9 - Registras de óbitos por sexo dos totais e dos totais das crianças com - de 10 anos entre 1890 e 1940.....170

Figura 10 - Número de estabelecimentos agropecuários de Catalão, por grupos de área total entre 1970 e 1996.....178

Figura 11 - Contribuição em percentagem por atividades econômicas para a PIB de Goiás e de Catalão entre 1999 e 2000 (em %).....187

Figura 12 - Transferências Constitucionais dos Governos Federal e Estadual para Catalão entre 1995 e 2001. (em milhões de R$).....191

Figura 13 – Trajetória do índice de participação do município de Catalão no ICMS estadual.....192

Figura 14 - A popu1ação do município e da cidade de Catalão no contexto da microrregião entre 1970 e 2000.....206

Figura 15 - Registros dos totais de nascimentos, óbitos e crescimento vegetativo de Catalão entre 1970 e 2000.....209

Figura 16 - Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 49 anos em Catalão, nos anos de 1970, 1980, 19991 e 2000.....210

Figura 17 - Homens: intervalo de idades dos óbitos registrados entre 1970 e 2000.....215

Figura 18 - Mulheres: intervalo de idades dos óbitos registrados entre 1970 e 2000.....215

Figura 19 - Taxas de mortalidade infantil até 1 e 5 anos no Brasil, Goiás e Catalão em 1991 e 2000.....217

Figura 20 - Distribuição das taxas de mortalidade infantil em Goiás em 2000.....218

Figura 21 - Pirâmide etária da população do estado de Goiás em 1970.....236

Figura 22 - Pirâmide etária da população do estado de Goiás em 2000.....236

Figura 23 - Pirâmide etária da população do. município de Catalão em 1970.....237

Figura 24 - Pirâmide etária da população do município de Catalão em 2000.....237

Figura 25 - População economicamente ativa de Goiás e de Catalão, segundo os setores de atividade em 1970, 1980, 1991 e 2000.....241

Figura 26 - Distribuição da P.E.A. com 10 anos ou mais, conforme a renda mensal em Goiás e em Catalão em 1980, 1991 e 2000.....243

Figura 27 - Apropriação da renda em Goiás e Catalão segundo segmentos populacionais selecionados em 1980, 1991 e 2000.....248

Figura 28 - Perímetro urbano e suburbano de Catalão em 1970.....272

Figura 29 – O processo de ocupação do espaço urbano de Catalão entre 1973 e 2000.....274

Figura 30 - O índice de desenvolvimento humano dos municípios de Goiás em 2000.....282

Figura 31 - O índice de desenvolvimento humano dos municípios da Microrregião de Catalão em 2000.....284

Figura 32 - Limites dos setores censitários da cidade de Catalão, com suas respectivas numerações em 1991.....286

Figura 33 - Setores censitários da cidade de Catalão, com as alterações efetuadas em 2000.....286

Figura 34 - Dinâmica da população, segundo os setores censitários da cidade de Catalão entre 199l e 2000.....289

Figura 35 - Origem da renda da população do município de Catalão em 1991 e 2000 (em %).....293

Figura 36 - Distribuição dos chefes dos domicílios par setores censitários, segundo a renda em l99l.....294

Figura 37 - Distribuição dos chefes dos domicílios par setores censitários, segundo a renda em 2000.....294

Figura 38 - Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de até 1 sal. mínimo em 1991 (%).....296

Figura 39 - Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de até 1 sal. mínimo em 2000 (%).....296

Figura 40 - Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de 1 a 3 sal. mínimos em 1991 (%).....302

Figura 41 - Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de 1 a 3 sal. mínimos em 2000 (%).....302

Figura 42 - Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de 3 a 10 sal.mínimos em 1991 (%).....304

Figura 43 - Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de 3 a 10 sal.mínimos em 2000 (%).....304

Figura 44 - Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de mais de 10 sal.mínimos 1991 (%).....306

Figura 45 - Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de mais de 10 sal.mínimos em 2000 (%).....306

Figura 46 – Aquisição de alguns bens-duráveis entre 1970 e 2000.....309

Figura 47 – Mudanças no IDH-renda, segundo os setores censitários em 1991 e 2000.....314

Figura 48 - Distribuição da renda, como componente do IDH em 1991.....315

Figura 49 - Distribuição da renda, como componente do IDH em 2000.....315

Figura 50 - Perfil educacional da população de 5 a 14 anos em 1991 e 2000 no município de Catalão 321

Figura 51 - Perfil educacional da população de 15 a 17 anos em 1991 e 2000 no município de Catalão.....322

Figura 52 - Acesso ao ensino superior da população de 18 anos e + de idade em 1991 e 2000 no município de Catalão.....323

Figura 53 - Acesso ao ensino superior da população de 18 anos e + de idade em 1991 e 2000.....324

Figura 54 - Distribuição das pessoas não-alfabetizadas de 7 a 14 anos e de 15 anos e mais, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991.....327

Figura 55 - Distribuição das pessoas não alfabetizadas de 7 a 14 anos e de 15 anos e mais, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 2000.....327

Figura 56 - Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 7 a 14 anos na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.....329

Figura 57 - Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 7 a 14 anos na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 2000.....330

Figura 58 - Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 15 anos e + na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.....330

Figura 59 - Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 15 anos e + na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 2000.....331

Figura 60 - Distribuição do IDH-educação segundo os setores censitários urbanos de Catalão em 1991.....333

Figura 61 - Distribuição do IDH-educação segundo os setores censitários urbanos de Catalão em 2000.....334

Figura 62 - Evolução das ligações residenciais as redes de água, esgoto e energia elétrica em Catalão entre 1970 e 2000.....337

Figura 63 - Distribuição do acesso da população a rede de água, esgoto/fossa séptica rudimentar e coleta de lixo, segundo os setores censitários de 1991.....342

Figura 64 - Distribuição do acesso da popu1ação a rede de água, esgoto/fossa séptica/ rudimentar e coleta de lixo, segundo os setores censitários de 2000.....343

Figura 65 - Índice de cobertura da rede de água tratada, na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.....344

Figura 66 - Índice de cobertura da rede de água tratada, na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 2000.....345

Figura 67 - Índice de esgoto e fossa séptica/rudimentar, na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.....345

Figura 68 - Índice de esgoto e fossa séptica/rudimentar, na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 2000.....346

Figura 69 - Índice de coleta do lixo, na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.....348

Figura 70 - Índice de coleta do lixo na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 2000.....349

Figura 71 - Índice de desenvolvimento humano - saúde na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.....352

Figura 72 - Índice de desenvolvimento humano - saúde na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 2000.....353

Figura 73 – Variações no IDH-saúde, segundo os setores censitários em 1991 e 2000.....353

Figura 74 - Distribuição espacial dos níveis de desenvolvimento humano, segundo os setores censitários de Catalão em 1991.....356

Figura 75 - Pontos ganhos em desenvolvimento humano entre 1991 e 2000, segundo os setores censitários da cidade de Catalão.....356

Figura 76 - Distribuição espacial dos níveis de desenvolvimento humano, segundo os setores censitários de Catalão em 2000.....359

FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Aspecto de uma rua no loteamento Aeroporto, localizada na periferia de Catalão em 2005.....277

Foto 2 - Vista panorâmica de um trecho canalizado do Ribeirão Pirapitinga.....278

Foto 3 - Lixo depositado no leito do Córrego Caçador localizado na região oeste da cidade.....279

Foto 4 - Pessoas trabalhando no antigo lixão próximo ao Bairro Jardim Paraíso.....346

Fato 5 - Pessoas trabalhando na usina de reciclagem de lixo de Catalão em julho de 2005.349

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temáticas Centrais do IDH - 1990 a 2002.....101

Tabela 2 - Classificação dos estados brasileiros segundo alguns indicadores sociais em 1996.....132

Tabela 3 - Variação do IDH por unidade da federação entre 1991 e 2000.....138

Tabela 4 - Os municípios de Catalão e Jataí, segundo o IDE e IDS.....158

Tabela 5 - Principais produtos agrícolas de Catalão : 1970 - 2000.....183

Tabela 6 - Os 10 municípios lideres no produto interno bruto, segundo os setores de atividade econômica em 2000.....189

Tabela 7 - Dinâmica demográfica do município de Catalão no contexto do estado e do país em 1950, 1970, 1980, 1991 e 2000.....194

Tabela 8 - Dinâmica da população total e urbana do Brasil, Goiás e Catalão em 1950, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.....199

Tabela 9 - Dinâmica da população total e rural do Brasil, Goiás e Catalão em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.....199

Tabela 10 – Mudanças na população total dos municípios da microrregião de Catalão em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.....205

Tabela 11 - Características da população do município de Catalão entre 1860 e 960.....207

Tabela 12 - Trajetória do crescimento vegetativo da população de Catalão entre 1970 e 2000.....208

Tabela 13 - Principais causas dos óbitos em Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000.....213

Tabela 14 - Óbitos registrados segundo intervalos de idades e sexo em 1970, 1980, 1991 e 2000.....215

Tabela 15 - A participação dos migrantes no total da população em Goiás e Catalão em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.....221

Tabela 16 - Posição dos principais estados de origem dos migrantes residentes em Goiás em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.....224

Tabela 17 - Posição dos principais estados de origem dos migrantes residentes em Catalão em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.....227

Tabela 18 - Procedência dos não naturais residentes no município nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.....228

Tabela 19 - Sexo e tempo de residência dos migrantes no município em 1970, 1980, 1991 e 2000. 231

Tabela 20 – Totais, participação e variação relativa da população de Catalão, segundo as faixas etárias entre 1970 e 2000.....234

Tabela 21 - Taxa de masculinidade da população de Catalão, segundo as faixas etárias em 1970 e 2000.....238

Tabela 22 - População economicamente ativa de Goiás e Catalão por área de atividade em 1970, 1980, 1991 e 2000.....240

Tabela 23 - População empregada par atividades econômica em Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000.....241

Tabela 24 - Distribuição por sexo das pessoas economicamente ativas, de 10 anos ou mais de idade, segundo os níveis salariais em Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000....242

Tabela 25 - Porcentagem da população de 15 a 59 anos e a de pessoas empregadas entre 1970 e 2000.....245

Tabela 26 - Flutuação do nível de emprego, por setor de atividade econômica em Catalão entre 2000 e 2003.....246

Tabela 27 - Parâmetros para cálculo dos índices de desenvolvimento humano.....269

Tabela 28 - Alterações ocorridas nos setores censitários em 2000 em relação a 1991.....285

Tabela 29 - Distribuição da população e domicílios totais segundo os setores censitários em 1991 e 2000.....288

Tabela 30 - Indicadores de indigência e pobreza em Catalão e Goiás, segundo a renda familiar “per capita” em 1991 e 2000.....299

Tabela 31 - Classificação do IDH-renda, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991 e 2000.....312

Tabela 32 - Anos de estudo da população em idade escolar de Catalão em 1970, 1980, 19991 e 2000... 319

Tabela 33 - Distribuição do IDH-educação, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991 e 2000.....326

Tabela 34 - Classificação dos setores censitários da cidade de Catalão, segundo a IDH-educação em 1991 e 2000.....332

Tabela 35 - Volume e consumo médio de água tratada pela população da cidade de Catalão em 1991, 2000 e 2004.....338

Tabela 36 - Distribuição dos acessos a rede de água, esgoto/fossa séptica/rudimentar e Coleta de lixo, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991 e 2000. 340

Tabela 37 - Classificação dos setores censitários conforme o IDH-saúde em 1991 e 2000.351

Tabela 38 - Classificação final do IDH, segundo os setores censitários da cidade de Catalão, em 1991 e 2000.....355

LISTA DAS ABREVIATURAS

ABEP – Associação Brasileira de Estudos de População
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAC-UFG – Campus de Catalão - Universidade Federal de Goiás
CDS – Conselho de Desenvolvimento Social
DIMIC – Distrito Mínero-industrial de Catalão
FMI – Fundo Monetário Internacional
FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.
FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDNA – Índice de Desenvolvimento Nacional Ampliado
IDS - Índice de Desenvolvimento Social
IEx - Índice de Exclusão Social
IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IQV – Índice de Qualidade de Vida Urbana
ISSQV – Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de vida
LIS – Centro de Estudos da Renda de Luxemburgo
NEPP – Núcleo de Estudo e Pesquisas de População
OCDE – Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PQLI – Physical Quality of Life Index
PUC – Chile – Pontifícia Universidade Católica do Chile
RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano
SEADE – Fundação Estadual de Análise de Dados
SEDUMA – Sec. do Desenv. Urbano e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
SEPLAN/GO – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....19

CAPITULO I 30

1 A qualidade de vida como uma necessidade humana: fundamentação teórica e revisão bibliográfica.....31

1.1 Qualidade de vida: a diversidade de um conceito complexo.....39

1.2 Avaliação da literatura não geográfica.....49

1.3 Os Geógrafos e os estudos sobre qualidade de vida.....67

CAPÍTULO II 93

2 O Índice de Desenvolvimento Humano: aspectos histórico-metodológicos.....94

2.1 Avaliação da literatura sobre o Índice de Desenvolvimento Humano.....112

2.2 O Índice de Desenvolvimento Humano aplicado a realidade do Brasil e suas implicações políticas.....130

CAPÍTULO III 164

3 O município de Catalão no contexto da reorganização no sudeste goiano entre 1970 e 2000.....165

3.1 Catalão no contexto da história de Goiás.....165

3.2 Aspectos socioeconômicos do município de Catalão entre 1970 e 2000.....174

3.3 A dinâmica demográfica do município e da cidade de Catalão no contexto do estado e do país, entre 1970 e 2000.....193

3.3.1 As migrações.....220

3.3.2 Estrutura sexo e idade.....233

3.3.3 Avaliação da população economicamente ativa (P.E.A).....239

CAPÍTULO IV 251

4 A conformação sócio-espacial e os níveis de desenvolvimento humano em Catalão entre 1970 e 2000.....252

4.1 Aspectos técnicos e metodológicos.....263

4.2 Distribuição sócio-espacial dos níveis de desenvolvimento humano em Catalão entre 1970 e 2000.....270

4.3 A distribuição dos níveis de renda e suas implicações sobre a qualidade de vida em Catalão.....289

4.4 A distribuição dos níveis de instrução e suas implicações sobre a qualidade de vida em Catalão.....316

4.5 O acesso a equipamentos públicos essenciais e suas implicações sobre a qualidade de vida em Catalão.....335

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....361

REFERÊNCIAS.....375

ANEXOS 386

ANEXO A - Tabela de cálculo de conversão dos valores em Cruzeiro para Reais e do IDH-renda de 1991.....387

ANEXO B - Tabela de cálculo de conversão dos valores em Reais em IDH-renda de 2000.....388

ANEXO C - Distribuição da renda dos chefes dos domicílios, segundo os setores censitários em 1991.....389

ANEXO D - Distribuição da renda dos chefes dos domicílios, segundo os setores censitários em 2000.....390

ANEXO E - Distribuição dos níveis de instrução da população, segundo os setores censitários em 1991.....391

ANEXO F - Distribuição dos níveis de instrução da população, segundo os setores censitários em 2000.....392

ANEXO G - Níveis de distribuição dos serviços de água tratada, esgoto/fossa e coleta de lixo em 1991.....393

ANEXO H - Níveis de distribuição dos serviços de água tratada, esgoto/fossa e coleta de lixo em 2000.....394

INTRODUÇÃO

A questão central desta pesquisa envolve a análise da qualidade de vida na cidade de Catalão (GO), através da avaliação do desenvolvimento humano verificado entre 1970 e 2000. Ela decorre, inicialmente, de uma inquietude por parte do autor, a respeito da forma como, através do tempo, a população de Catalão (re) ordenou suas condições de vida neste espaço urbano.

A cidade de Catalão, localizada no sudeste de Goiás, a 258km de Goiânia (figura 1) passou, nos últimos 30 anos, por grandes transformações no quadro socioeconômico. Como conseqüência das mudanças ocorridas, bem como de outros fatores associados a estes processos, foram geradas transformações sociais, econômicas e espaciais que afetaram a organização da administração pública, do espaço urbano e da sociedade Catalana. Em função disto, a vida urbana e sua qualidade também se alteraram de maneira considerável, pois a cidade passou a representar, de forma mais intensa, todas as dificuldades das aglomerações humanas que se avolumam espacialmente em curtos períodos de tempo.

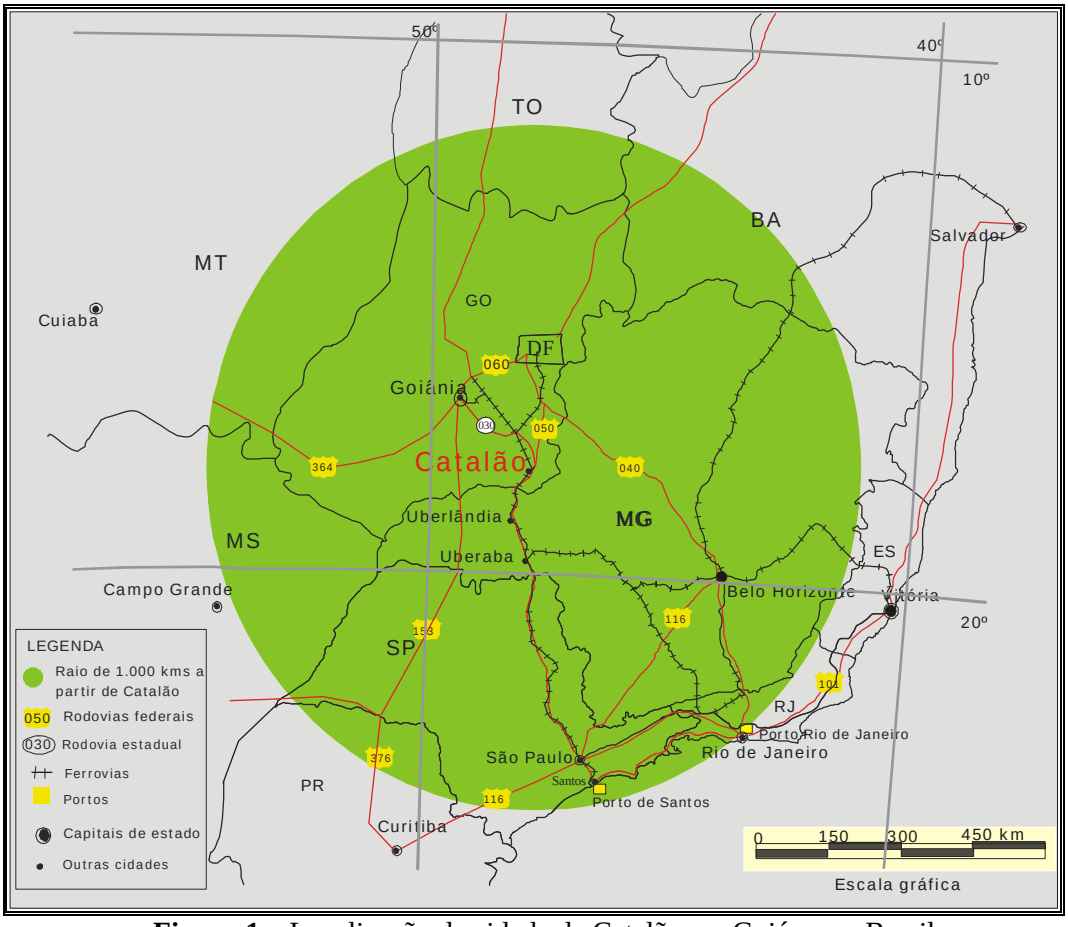


Figura 1 – Localização da cidade de Catalão em Goiás e no Brasil.
Fonte: Laboratório de Geoprocessamento, CAC-UFG.
Org. por Elias Ferreira de Barros

Em pesquisa de Mestrado, intitulada: A Segregação Sócio-espacial: a (re) produção de espaços em Catalão-GO (2000), buscou-se demonstrar, através do estudo de caso efetuado amostralmente, como a população de dois bairros de Catalão - Mãe de Deus, habitado por famílias de renda média e a Vila Teotônio Vilela, habitado por trabalhadores de baixa renda - as diferentes maneiras como elas percebiam, diferencialmente, suas próprias segregações sócio-espaciais no contexto urbano local.

Nesta pesquisa foi mostrado que a ampliação do espaço urbano local, através da inserção de contingentes migratórios e do próprio crescimento vegetativo, trouxe como conseqüência, a perda da identidade social e o aumento da competição intersocial de grupos e indivíduos. Também, foi constatado, através da avaliação da literatura, que os espaços urbanos estavam se tornando cada vez mais divididos, porque as necessidades, os hábitos de consumo, as preferências pessoais, as distinções raciais e étnicas e as diferenças nos níveis de qualidade de vida, identificados espacialmente, repercutiam no cotidiano, fazendo com que indivíduos e grupos sociais buscassem se identificar com outros iguais ou assemelhados.

A pesquisa agora apresentada para a obtenção do título de Doutor, tem um significado especial, caracterizado pela continuidade temática e também pelas significativas inter-relações entre os trabalhos indicados. Isto ficou evidente quando do levantamento bibliográfico sobre a segregação sócio-espacial destinada a dissertação de Mestrado e a avaliação dos dados obtidos no estudo de caso, quando foi percebido a importância e a influência que os diferentes níveis de qualidade de vida urbana (sob o ponto de vista econômico e social), tinham na geração das segregações observadas.

Além disto, esta pesquisa tem relação significativa com a questão do IDH[1], como uma inovadora proposta metodológica elaborada pela ONU para avaliar o desenvolvimento humano, a qual se disseminou pelo mundo todo. Ainda, através deste estudo, pôde-se trazer contribuições para o desenvolvimento da ciência geográfica que, em perspectiva espacial, vem considerando, crescentemente, as questões do desenvolvimento humano. Este, dado o seu caráter multipolarizado, é diferencialmente espacializado e essencialmente geográfico. Na pesquisa, buscou-se investigar as conseqüências que estas transformações econômicas e sociais tiveram na dinâmica populacional, nas características

[1] Índice de Desenvolvimento Humano.

sociais e espaciais, de tal sorte a estabelecer, ao longo do tempo, os diferentes níveis de qualidade de vida da população.

Resumidamente, buscou-se avançar das questões particulares de segregação em dois bairros, para outra, mais prática, abrangente e objetiva, envolvendo a constatação e a interpretação do índice de desenvolvimento humano aplicado à realidade da cidade de Catalão. Esta foi uma importante e desafiadora dimensão prática que foi avaliada, simultaneamente, através de variáveis quantitativas e qualitativas que influenciaram o perfil da vida humana em Catalão.

A temática também faz parte da preocupação crescente de estudiosos das questões urbanas, os quais têm considerado a importância deste aspecto sócio-espacial em seus estudos. Na geografia, em caráter recente, estas questões, avaliadas sob a ótica dos indicadores sócio-espaciais, começaram a ter importância, em função de, a cada momento, assistir-se a ampliação das disparidades sócio-espaciais e ambientais que levam a uma degradação das condições de vida nas cidades. Portanto, dada a significância da questão, tanto a ciência geográfica, quanto outras ciências humanas e sociais, principalmente no Brasil, têm uma grande tarefa para avançar em termos teóricos, filosóficos e metodológicos na investigação desta questão. Isto justifica a realização desta pesquisa e de outras do gênero.

Também, a pesquisa tem um outro aspecto de natureza prática e local. A comunidade catalana, quanto seus representantes organizados (administradores públicos, organizações sociais, movimentos populares e entidades privadas etc.) e, a comunidade científica local, necessitam e desejam conhecer melhor sua realidade histórica e espacial visando avançar nas transformações. A ordenação desta diversidade sócio-espacial, através de estudos exploratórios e também conclusivos, permitirá que o conhecimento gerado possa ajudar a propor caminhos mais apropriados para a criação de políticas públicas e particulares voltadas para o atendimento da população. Isto poderá se dar através da implantação de programas que busquem a inclusão dos diversos segmentos sociais através da melhoria das condições de vida da sua população gerando, como conseqüência, uma distribuição mais eqüitativa do desenvolvimento humano. Com isto, também tornar o espaço menos diferenciado e com menos contradições.

As questões principais que nortearam a pesquisa foram: qual é a relação existente entre o modo de produção social da cidade e os níveis de qualidade de vida nela existentes? Como esta dinâmica influencia, objetiva e subjetivamente, a manutenção ou a transformação das condições sociais das populações que ocupam e utilizam o espaço urbano de Catalão? De que forma os diferentes estágios de desenvolvimento sócio-econômico

ocorrido no passado recente e que hoje representam espacialmente a distribuição diferencial de qualidade de vida, influenciam na inclusão/exclusão sócio-espacial? De que maneira as particularidades históricas de Catalão acabaram por criar formas peculiares às tradicionais variáveis que medem o desenvolvimento humano?

Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo geral, defender a tese de que o município e, principalmente, a cidade de Catalão constituía um caso especial em matéria de transformações econômica e social em Goiás. Isto porque, no início do século XXI, sua população passou a ostentar os benefícios desta mudança, apresentando um nível de desenvolvimento humano diferenciado em relação aos municípios/cidades do Estado que possuíam populações, proporcionalmente, iguais. Para efeito desta afirmativa, os dados sócio-econômicos da população do município de Catalão, nas variáveis, educação, saúde e renda, foram confrontados/comparados com aqueles do município de Jataí, localizado no sudoeste goiano, há 400km da capital do Estado. Esta comparação permitiu avaliar como transformações sócio-econômicas, tais como a modernização da agricultura, ocorrida praticamente de maneira simultânea nestas duas regiões do Estado, influenciou ou não e de forma diferenciada, os níveis de qualidade de vida verificados entre suas populações.

Isto aconteceu porque, a partir do início da década de 1970, ocorreram importantes investimentos por parte de capitais estatais e privados, nacionais e internacionais na agricultura e em mineradoras de fosfato e nióbio, os quais produziram a modernização das atividades produtivas no campo e, na cidade, a ampliação e a diversificação do comércio, dos serviços públicos e do próprio espaço urbano. Em continuidade a este processo, em meados da década de 1990, teve início a implantação de indústrias em diversas áreas de atividades produtivas tais como: automóveis, colheitadeiras, adubos, cerâmicas etc. Assim, estas transformações no perfil produtivo do município geraram uma quantidade considerável de riqueza que contribuiu, de forma significativa, para alterar as condições tanto objetivas (materiais) quanto subjetivas (não materiais) da sociedade Catalana. Contudo, estas transformações não tiveram resultados apenas boas ou somente más, mas mesclados, o que tornou a avaliação mais relevante.

Com a finalidade de se avaliar esta tese, no sentido dos objetivos específicos, buscou-se respostas para interrogações a respeito da influência que os fatores econômicos e sociais possuíram, historicamente, para o estabelecimento dos níveis de qualidade de vida e, conseqüentemente, para o índice atual de desenvolvimento humano da população de Catalão. Assim, a questão, motivo de investigação deste trabalho, apresenta-se na literatura com as mais diferenciadas formas de interpretação. Isto porque a qualidade de

vida possui diferentes formas para ser avaliada e, não se apresenta historicamente de forma homogênea no que diz respeito à formulação de conceitos entre os diferentes autores consultados.

A avaliação das necessidades, desejos e sonhos individuais têm inúmeras dificuldades, pois uma delas atendida, implica em novas necessidades. Por isto a enorme dificuldade de aferí-la, seja na forma de dados quantitativos ou qualitativos. Evidentemente que a qualidade de vida não se reduz à satisfação das necessidades básicas, se bem que sem satisfazê-las não existe qualidade de vida possível. Entretanto, não é fácil calcular as necessidades básicas, o prazer, o lazer e a cultura, que uma pessoa ou uma sociedade querem ver satisfeitas. Por razões práticas, no entanto, busca-se essa quantificação que permita avaliar a mudança de uma situação social para efetuar as modificações necessárias e possíveis. Isto pressupõe chegar a alguns consensos, ou acordos, sobre o que a maioria dos cidadãos espera da vida e da sociedade. Só assim se pode criar metas econômicas, sociais, ambientais e culturais, no sentido do aperfeiçoamento social.

Em aspecto recente, qualidade de vida tem estado associado ao desenvolvimento humano, pois é a partir da quantificação de variáveis atinentes ao segundo, que se pode chegar à primeira. Assim, se a qualidade de vida de uma população é considerada baixa, média ou alta, por algum meio de aferição, o índice de desenvolvimento humano também refletirá esta condição. O mesmo não se pode afirmar da quantificação econômica pois, em termos relativos, se pode ter uma baixa renda por pessoa e ter dignidade na vida, como por exemplo: ter acesso a educação de qualidade; ao atendimento médico e aos remédios prescritos para o tratamento; a casa própria e a infra-estrutura necessária para abrigar pessoas; ter recursos monetários que permitam adquirir os alimentos e vestuários etc. Ou seja, ter condições sociais, econômicas e ambientais que permitam, a qualquer pessoa, viver com decência dentro dos parâmetros técnicos e culturais já alcançados pela evolução humana.

A dimensão inovadora da temática do desenvolvimento humano e, mais ainda, o caráter recente de sua inclusão nas preocupações dos Geógrafos, tornou o inventário e a análise da bibliografia muito mais relevante. Através da produção de seus especialistas é possível avaliar a significância do termo e as diferentes formas de como tem sido a questão considerada.

A metodologia utilizada na pesquisa bibliográfica pautou-se em algumas etapas que teve início quando da elaboração do pré-projeto de pesquisa exigido para a seleção pelo programa do Curso de Pós-graduação em Geografia da UNESP – Campus de Rio Claro.

Naquele momento, o inventário bibliográfico buscou apenas abordar a temática em suas linhas gerais. Posteriormente, iniciou-se um amplo levantamento bibliográfico no acervo da biblioteca local, tendo como período de referência, principalmente, de 1990 a 2001. Com este objetivo, a pesquisa buscou obter respostas para questões como: onde, como, quem e de que forma a temática tinha sido investigada.

Assim, consultou-se primeiramente o catálogo eletrônico do acervo de Livros, Teses e Dissertações da Biblioteca local, tendo como referência de busca a expressão qualidade de vida. Com esta pesquisa foi constatado que, nas publicações de natureza geográfica, o número de artigos era relativamente restrito ou, inexistente. Isto foi, por exemplo, constatado na Revista Brasileira de Geografia. Porém, em outras fontes foram encontrados e utilizados doze textos, sendo dois na Revista de Geografia (Unesp-SP), um na Geosul (UFSC), um na Revista *Urban Studies* e dois na Revista Norte Grande (Instituto de Geografia-PUC-Chile). Posteriormente, consultando-**se** o referencial bibliográfico de um destes artigos coletados, verificou-se a existência de outros seis artigos publicados na Revista Venezolana de Geografia.

Também foram consultados, de forma assistemática, periódicos e revistas eminentemente de cunho geográfico através da avaliação dos títulos dos artigos nelas contidos, buscando identificar estudos que continham expressões como: condições de vida, qualidade de vida, *quality of life*, *biên-être*, etc.

A obra de referências "Geo Abstract", séries "Human Geography", que disponibiliza resumos sobre a variedade de temas tratados nas Ciências Humanas e, em especial, na Geografia, compreendendo o período de 1990 a 2001 igualmente foi inventariada. Neste levantamento foram encontrados 223 artigos publicados em diversas revistas, envolvendo a questão sob as mais diferentes formas. A avaliação mais detalhada das referências bibliográficas contidas neste periódico evidenciou que havia, de forma repetida, iguais citações na Revista *Social Indicators Research*, que também foi avaliada e de onde se conseguiu outros 32 artigos.

Concomitantemente a esta pesquisa em material impresso, passou-se a utilizar a Internet como meio de investigação sobre a temática. Para isto, utilizou-se de expressões que poderiam estar contidas nos títulos dos artigos, tais como: qualidade de vida, índice e relatório de desenvolvimento humano, em idiomas como: português, inglês, espanhol e francês.

Uma obra de referência consultada através deste meio, embora possua também em sua forma impressa foi a DOCPOP, da Fundação SEADE. A avaliação dos

arquivos disponíveis, apontou a existência de 22 títulos com seus respectivos resumos. Porém, numa avaliação mais detalhada dos mesmos, verificou-se que eles abordavam na sua totalidade, variadas questões sobre qualidade de vida como, por exemplo, aqueles relacionados a saúde. Como os resumos não indicavam aproximação com o objetivo da pesquisa, nenhum artigo foi aproveitado.

Consultou-se também a base eletrônica de dados catalográficos das Bibliotecas da UNESP, UNICAMP e USP, objetivando avaliar o que havia registrado em seus acervos. Foi verificado, quando se inseriam para busca, as palavras qualidade de vida e condições de vida, o seguinte quadro. Na base de dados da Biblioteca da USP foi constatada a existência de 111 títulos que continham a expressão qualidade de vida. Também foi constatada a existência de 10 Teses, as quais tinham, nos seus títulos, a expressão qualidade de vida. Na biblioteca da UNESP de Rio Claro foi verificada a ocorrência de 24 títulos sobre qualidade vida e 1 sobre condições de vida. Na da UNICAMP foi identificado o registro de 112 títulos sobre qualidade de vida.

Também, foi utilizado o "site" da *Princepton University* que disponibiliza, para consulta, "abstracts" de estudos sobre população e demografia na publicação *Population Index*. Constatou-se, entre 1990 e 2001, que ocorrera a publicação de 270 artigos, que em seus resumos abordaram a temática da qualidade de vida sob as mais variadas formas. Na avaliação desta bibliografia e a seus resumos, constatou-se que 21 artigos tinham a expressão *quality of life*, vinculado, diretamente, aos seus títulos. Deste total de artigos, 8 foram considerados como relevantes para a análise da qualidade de vida em Catalão. Foi ainda constado que com expressões *niveau de vie*, haviam seis, *bien-être* outros seis, e *condiciones de vida*, um. Aproveitou-se também, dado o amplo universo de informações, este momento neste "site", para verificar, a partir da expressão *human development*, o que estava disponível na forma de resumos. Foi constatado que haviam indexados 404 estudos, os quais, em seus resumos continham esta expressão. Feita a avaliação dos seus conteúdos, constatou-se que, do total, 53 artigos, "a priori", tinham algum significado para o estudo em desenvolvimento.

Foram consultados também os endereços eletrônicos do Prossiga, da Capes e do CNPq, que mostraram, a princípio, ser um bom caminho a seguir e um bom indicativo da produção nacional sobre a temática. No período entre 1991 e 2001, foram catalogados em diversas áreas do conhecimento, trabalhos publicados, principalmente, em congressos e seminários, 21 estudos que em seus títulos continham a palavra qualidade de vida e apenas seis com as palavras desenvolvimento humano. O principal problema verificado nestas fontes de informação foi o de não se conseguir ter acesso aos textos completos, pois além dos

endereços eletrônicos contidos nas referências, na maioria dos casos, se encontrarem desativados, os estudos se apresentavam difusos por uma variada publicação de anais. Estes dois fatores fizeram com que, o que se apresentou a princípio como um passo importante para se conseguir estudos realizados por brasileiros, se revelasse na seqüência como decepcionante, pois um número considerável de e-mails enviados, retornaram sem ter sido contactado o destinatário.

Em bases eletrônicas conveniadas com a UNESP, como o "*Scielo*" Brasil, foi conseguido somente dois artigos sobre qualidade de vida. Por outro lado, a pesquisa através da Google mostrou-se bastante produtiva, pois foi através desta ferramenta que se conseguiu endereços, que disponibilizavam a maioria dos artigos utilizados na elaboração do capítulo 1 da Tese. Já no endereço eletrônico da ABEP, e seus "links", mostrou-se importante por abrir possibilidades de consultas a um universo considerável de portais que hospedam estudos sobre população. Porém, a maioria deles não se encontrava disponíveis para acesso de pessoas e instituições não conveniadas. No IPEA foi encontrado, em seu acervo eletrônico, aproximadamente 1000 títulos de estudos sobre as mais variadas questões nacionais. Na avaliação dos títulos, foram coletados apenas oito textos (uma vez que a maioria envolvia apenas teorias ou planos econômicos), mas que se mostraram relevantes pelas suas abordagens sobre condições de vida no Brasil.

No portal da Fundação João Pinheiro foi possível obter arquivos completos contendo os estudos sobre o IQV-BH e o Relatório sobre IDH-M de 1996. Consultaram-se também, os arquivos do PNUD - Brasil e das Nações Unidas nos Estados Unidos. Nestes dois endereços foram encontrados textos que traziam em seus conteúdos análises sobre a metodologia utilizada pelo PNUD, na elaboração do índice de desenvolvimento humano. É relevante registrar que foi através destes endereços, que se conseguiu obter todos os documentos completos dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDH) publicados entre 1990 a 2003.

Através da avaliação prévia dos resumos/abstracts, se o artigo completo correspondia às expectativas da pesquisa, era impresso em papel. Em seguida, realizava-se uma leitura mais detalhada, buscando destacar em seus conteúdos, conceitos e análises críticas sobre as temáticas neles tratadas. Dado o número elevado de textos impressos, eles foram organizados por idiomas e abordagens em 24 pastas. Nestes endereços e em outros que foram visitados, selecionou-se uma quantidade considerável de artigos, que serviram de base para a compreensão da amplitude com que a questão da qualidade de vida / desenvolvimento humano estava sendo tratada. Isto permitiu avaliar quais eram as abordagens que seus autores

tinham sobre a temática. O acesso a estes textos permitiu, também, a avaliação das referências bibliográficas e dos endereços eletrônicos neles contidos, possibilitando que se buscasse, via Internet (e-mail), obter outros textos sobre a temática através de contato com autores e bibliotecas da Argentina, Chile, Venezuela, França e Brasil.

Também foram consultados os arquivos eletrônicos de alguns dos principais jornais do país. Em Jornais como O Estado de São Paulo, O Popular (Goiânia) e Folha de São Paulo, que disponibilizam seus artigos de opinião, quando se utilizava os termos qualidade de vida/desenvolvimento humano na busca, a mesma era realizada em todo o acervo que tivesse alguma menção a estas palavras. O número desmesurado de artigos relacionados foi sensivelmente reduzido com o refinamento da busca através do uso de aspas. Este processo permitiu obter artigos que tratavam da temática de forma direta e que continham uma análise crítica, principalmente, dos relatórios anuais do desenvolvimento humano.

Quanto ao conjunto da bibliografia coletada através deste meio eletrônico, a avaliação é a de que, na sua maioria, os textos elaborados por brasileiros e, principalmente, por Geógrafos sobre qualidade de vida e desenvolvimento humano são recentes, principalmente, da segunda metade da década de 1990. Diferentemente dos elaborados por estrangeiros que, desde a década de 1980, vinham produzindo estudos sobre qualidade de vida sendo que, a partir dos anos 90, já vinham produzindo textos críticos sobre o Relatório e o IDH elaborado, a cada ano, pelo PNUD.

A Tese se encontra estruturada em quatro capítulos, além desta introdução e mais uma conclusão. O capítulo primeiro (que contém três sub-capítulos), inicia-se com a consideração da qualidade de vida como uma necessidade humana. Ele teve a finalidade de apontar, através da história, que a sociedade humana tem buscado, incansavelmente, melhores condições de vida. Este aspecto da vida humana constitui, portanto, numa preocupação permanente dos povos e das nações. Neste sentido, a preocupação com a condição de vida de uma dada população há muito tem sido motivo de análise, quer para a criação de alternativas às adversidades envolvidas, quer como temas de investigação por parte de cientistas nas mais diversas áreas do conhecimento humano.

No segundo sub-capítulo efetuou-se uma ampla revisão da literatura a respeito dos estudos sobre qualidade de vida, dando ênfase para os conceitos elaborados e os conteúdos teóricos e práticos dos estudos publicados. Nesta revisão procurou-se mostrar que tratar da qualidade de vida é uma tarefa desafiadora, pois o termo, aparentemente simples, é constituído de uma gama de características e conceitos complexos, que desafiam nossa capacidade de relacionar a infinidade de questões que atuam, separadamente ou em conjunto,

sobre a qualidade de vida do homem contemporâneo. No último sub-capítulo, através da análise de estudos elaborados por Geógrafos, busca-se demonstrar a preocupação que os referenciais humanos em sua dimensão espacial têm como relevante, quando se quer medir a qualidade de vida. Também se buscou considerar como o termo tem sido usado no meio científico Geográfico.

O segundo capítulo (com três sub-capítulos), inicia-se, considerando a trajetória do Relatório de Desenvolvimento Humano publicado pelo PNUD[2], em suas 13 versões publicadas a partir de 1990. O segundo, através da avaliação da bibliografia pauta-se em considerar textos contendo análises quantitativas/qualitativas, bem como aquelas contendo críticas positivas e negativas sobre os Relatórios. O último sub-capítulo contempla a questão do uso da metodologia elaborada pelo PNUD, aplicada a realidade brasileira, bem como também é avaliado, através de alguns artigos selecionados e elaborados por diferentes profissionais e articulistas brasileiros, as formas como eles abordaram a questão em jornais de circulação nacional e regional. Trata-se, portanto, da identificação de textos de natureza crítica sobre o tema e de circulação mais significativa na sociedade. Nesta parte do estudo chegou-se a destacar a dimensão do uso da metodologia do IDH em escala local, principalmente, aquele relacionado às cidades.

O terceiro capítulo tem como objetivo avaliar a inserção do município de Catalão no contexto de reordenação do espaço regional e as conseqüências que este processo imprimiu no estabelecimento dos níveis de qualidade de vida de sua população no período compreendido entre 1970 – 2000. Para a análise de suas idéias principais, ele se encontra subdividido em 3 sub-capítulos. O primeiro, contém um breve relato da história de Catalão no contexto de Goiás, tendo como preocupação principal a análise sobre a condição econômica e social dos habitantes deste rincão brasileiro. O segundo, tem como eixo principal de análise, as implicações que as iniciativas públicas e privadas tiveram para as transformações econômicas e sociais inseridas no espaço geográfico e suas influências na qualidade de vida da população residente em Catalão. O último sub-capítulo contempla a avaliação da dinâmica populacional através de dados estatísticos produzidos pelo IBGE (Censos Demográficos e Registros de Estatísticas Vitais), e do Anuário Estatístico (2003) elaborado pela SEPLAN/Goiás. Esta parte do estudo constitui, por isto, subsídio para o quarto capítulo que cuida de avaliar, em escala espacial micro, as questões sobre qualidade de vida na cidade de Catalão.

[2] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O quarto capítulo tem como eixo, reflexões teóricas e, especialmente aplicadas, sobre índices em micro-escala espacial, as quais se mostraram muito relevantes para a definição e interpretação do perfil de Catalão em sua marcha histórica. Nele é apresentada, de forma espacial, a distribuição dos índices de desenvolvimento humano da população de Catalão no período estudado. A metodologia utilizada na pesquisa foi a estabelecida pelo PNUD, para elaboração do índice de desenvolvimento humano envolvendo as variáveis: educação, saúde e renda.

CAPÍTULO I

A QUALIDADE DE VIDA COMO UMA NECESSIDADE HUMANA:

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1 A QUALIDADE DE VIDA COMO UMA NECESSIDADE HUMANA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Através da história pode-se constatar que a sociedade humana tem buscado, incansavelmente, melhores condições de vida. Isto pode ser verificado através da luta constante do homem para se distanciar das adversidades ambientais e sociais que o dizimava, tais como: doenças, condições climáticas desfavoráveis, alimentação irregular e insuficiente, pragas, escravidão etc. Este aspecto constitui, portanto, uma preocupação permanente dos povos e nações. Neste sentido, as preocupações com a condição de vida de uma dada população de há muito tem sido motivo de atenção, de criação de alternativas e de investigação por parte de inúmeros cientistas nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Isto porque as questões envolvendo a produção de espaços humanizados, sejam em áreas urbanas ou rurais, sempre foram marcadas pelas diversidades que chamavam a atenção para as formas como as relações sociais neles eram desenvolvidas.

Estas diversidades sócio-econômicas e ambientais (distribuição desigual no espaço geográfico dos recursos naturais e da riqueza produzida pelo homem), a vida e a existência humana, tanto no passado quanto no presente, se apresentam no cotidiano de uma dada população, através da sua conformação espacial, principalmente via condições de trabalho e de moradia, do acesso à educação e à saúde, como também na participação dos trabalhadores e capitalistas na vida política. Neste sentido, avaliando a bibliografia produzida no século XIX, que retratava a situação da classe trabalhadora e de sua condição de vida na cidade de Londres, Bresciani (1992) destacou que: “Nas décadas finais do século, a opinião corrente acentua a deterioração substancial das condições de vida nos bairros pobres de Londres e a teoria da degeneração urbana ganha adeptos entre empresários, cientistas e administradores”. Para exemplificar esta condição da classe trabalhadora, ela cita comentários do médico inglês J. P. Freeman a respeito da situação social e humana existente naquela cidade, o qual dizia o seguinte:

> O filho do homem da cidade cresce muito magro, é quase uma paródia de si mesmo, precocemente excitável e doentio na infância, neurótico, melancólico, pálido e mirrado quando adulto, e isso no caso de atingir esse estágio da vida... Afirma-se com alto grau e certeza que um londrino puro da quarta geração não tem capacidade para se manter vivo. (BRESCIANI, 1992, p. 28).

Em um mundo em rápida transformação social e econômica, estudiosos como Hugo (1972); Benjamin (1972); Marx (1975); Engels (1975); Poe (1976), entre tantos outros, também fizeram importantes contribuições a respeito das condições de vida da classe trabalhadora para uma Europa que se urbanizava rapidamente. As implicações econômicas da

degradação física, moral e ambiental dos trabalhadores urbanos foram constantemente lembradas através das condições de trabalho nas indústrias, da moradia, da alimentação e do vestuário. Avaliaram ainda as diferenças existentes nos modos de vida entre o proletariado e a burguesia. Caracterizaram, também, o mundo urbano como um lugar chocante, que concentrava um amontoado de cortiços que abrigavam seres humanos aos farrapos e cuja decência e dignidade não existiam.

Estas contradições demonstravam que, apesar dos progressos conseguidos nos processos produtivos, ainda não se tinha conseguido modificar as condições de vida da classe trabalhadora. A partir da constatação, por parte de estudiosos pertencentes às mais diversas áreas do conhecimento sobre as constantes "*ameaças*" que estas situações propiciavam, (não apenas para a reprodução da classe trabalhadora, mas para o restante da sociedade e para a própria continuidade do sistema capitalista de produção), é que o Estado e os próprios capitalistas passaram a investir na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais.

Porém, passados mais de 150 anos desde o auge da Revolução Industrial e já no início de século XXI, esta problemática apresenta-se ainda gigantesca. Isto pode ser avaliado através de diferentes relatórios, como o do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) de 2001, que retrata a existência de um quadro preocupante decorrente do fato da população mundial ter dobrado desde de 1960 (6,1 bilhões de pessoas), até o ano 2000, devendo alcançar 9,3 bilhões em 2050. Deste total, a grande maioria vive e viverá nos chamados países pobres onde 800 milhões se encontram desnutridas; 2 bilhões passam fome e a metade da população mundial vive com menos de dois dólares ao dia. Assim, mesmo que tenha passado muito tempo desde o auge da Revolução Industrial e as implicações que este acontecimento trouxe para a população mundial, ainda há muito a se fazer para alterar a condição de vida, principalmente das populações dos países pobres.

No decorrer do século XX, as nações do mundo caminharam por estradas diferenciadas. Algumas foram marcadas pelo domínio de relações de produção e de política internacional, enquanto outras, permaneceram na dependência econômica e cultural. Assim, enquanto poucas nações passaram a usufruir as benesses advindas do progresso científico e tecnológico, a grande maioria, dadas as condições de trocas desiguais no mercado mundial, tiveram poucos avanços sociais.

Esta situação tem se agravado e acirrado a disputa pelos recursos materiais existentes no planeta pois, os padrões de consumo das populações dos países considerados ricos, embora tenha uma população muito menor, representam uma séria ameaça ao desenvolvimento humano dos chamados países pobres. Isto porque é nestes países que se

produzem a grande maioria dos produtos básicos consumidos no mundo**.** Entretanto, suas populações não são beneficiadas, de forma mais homogênea, pela riqueza produzida. Este quadro adverso em relação a produção de riqueza e sua difusão com investimentos em educação e, principalmente, em saúde explica porque, no conjunto das nações do mundo, em países como Japão e Estados Unidos, a expectativa de vida de seus habitantes seja de 85 anos, enquanto em outros 32 países ela é menor do que 40 e, em 13 deles seja menos de 35 anos.

Esta relação desigual entre as nações do mundo, tem acentuado a distância que separa os chamados países ricos e pobres, principalmente porque para se "desenvolver**"**, os países pobres, cada vez mais, se endividam. Para pagar esta dívida, de forma crescente, seus produtos naturais e a produção agrícola são destinados para a exportação e suas populações são penalizadas com o aumento de impostos, dos juros e de uma inflação descontrolada. Desta forma, para estas nações, o custo social e ambiental tem se tornado uma questão de difícil solução.

Durante muito tempo utilizou-se de categorias duais que distinguiam as nações no panorama internacional, tais como: desenvolvidos e subdesenvolvidos; países do primeiro e do segundo mundo; países centrais e periféricos; norte e sul etc. Agora, busca-se difundir o discurso ideológico da globalização, onde todos os povos do mundo são chamados a participar da construção de uma nova era de "cooperação" e de "desenvolvimento".

Esta situação econômica internacional tem um ônus elevado sobre os países pobres, pois o poder de compra tem diminuído nas últimas décadas como resultado da forma como operam os mercados mundiais em relação aos seus produtos, bem como pelo peso que a dívida externa exerce sobre suas economias. Por isto, paradoxalmente, os países pobres e mais endividados são os que têm mais dificuldades para garantir os recursos para o desenvolvimento humano. Entretanto, são justamente os que mais necessitam. Em muitos destes países, as condições de vida se encontram, cada vez mais, distantes daquilo que poderia ser considerado como o mínimo necessário. Como conseqüência deste desespero humano, está aumentando a pressão sobre os recursos naturais, enquanto disfunções sociais de várias matrizes são ampliadas. Um grande número deles está sofrendo dentro de uma espiral viciosa de degradação que virá, por fim, anular suas perspectivas de longo prazo.

Portanto, para muitos formuladores de políticas macro-econômicas, o desenvolvimento foi por décadas concebido, principalmente, via condições econômicas, pois o nível de desenvolvimento de um país era medido por seu PIB. Esta concepção refletia o conselho dado nos anos setenta por muitas agências internacionais aos países subdesenvolvidos. Neste contexto, os países pobres foram aconselhados para focalizar suas

ações no crescimento econômico e no reajustamento estrutural de suas economias, objetivando mais eficiência e competitividade internacional.

As falhas resultantes deste conselho foram expostas nos anos 1980, quando foi reconhecido que estes países não tinham alcançado crescimento sustentável, bem como suas sociedades estavam em um estado de crise social e econômica profunda. A elevação das tensões sociais, nos níveis de crime e violência, e o distanciamento entre países ricos e pobres, foram os testemunhos do fracasso destas recomendações.

Assim, o desenvolvimento a qualquer custo (que não levava em conta as vidas humanas), foi a motivação que mobilizou as nações pobres após a 2ª Guerra Mundial. A maioria das políticas e das teorias de crescimento econômico até então, identificavam a industrialização como a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Tal identificação era o resultado do entendimento de que a industrialização era o veículo da incorporação acelerada do progresso técnico-científico ao processo produtivo e, portanto, da contínua elevação da produtividade do trabalho e da renda. Porém, muitos países não podem (ou não querem) investir em programas sociais nos níveis necessários. Existem muitas causas para que isto ocorra. Entre eles, pode-se verificar a ausência de um sistema tributário eqüitativo, a corrupção, evasão de capital, ineficiência na aplicação de recursos, a falta de participação da sociedade na deliberação dos orçamentos, a falta de planejamento de curto, médio e longo prazos, etc.

Os esforços das nações que lideraram o surgimento e a consolidação industrial no mundo são completamente diferentes daqueles das nações de industrialização retardatária que competem nos mercados mundiais de produtos industriais já consolidados. O estilo de crescimento econômico proposto para estes países era balizado por políticas públicas orientadas por um plano nacional inter-regionalizado e intra-regionalmente endógeno. Para isto são sustentados por políticas de Estado que, por sua vez, respaldam padrões de articulação muitas vezes determinados por poucos segmentos sociais e econômicos que fazem uso e acumulam riqueza com os recursos disponíveis na natureza.

Desta forma, evidencia-se hoje a incapacidade deste modelo de crescimento econômico a qualquer custo, imposto por organismos internacionais, de gerar mais e melhor qualidade de vida. O resultado foi o oposto pois, além de não se conseguir erradicar a ignorância, a violência e a pobreza, agravou-se a situação social e ambiental e consolidaram-se, especialmente nas grandes cidades, enormes disparidades sócio-espaciais em todos os aspectos.

Por isto, o avanço tecnológico, o progresso científico e o atual quadro econômico e os seus possíveis benefícios não são desfrutados de forma qualitativa e justa pela

população pobre do mundo. Neste sentido, Santos e Ferreira (2002) avaliando a relação entre desenvolvimento, meio ambiente e qualidade de vida, comentaram o seguinte:

> O crescimento demográfico fez aumentar o consumo de recursos naturais como também o número absoluto de pobres existentes no mundo. O avanço da medicina nos trouxe possibilidades de sobrevivência muito além do pensado e vivido a tempos atrás. A intensa e irracional busca por matéria-prima em países ditos em 'desenvolvimento' fez aumentar as desigualdades regionais, sobretudo a impossibilidade de países emergentes, donos de matérias-primas, ver-se capaz de utilizar para o próprio desenvolvimento, o potencial natural-humano que detém. (SANTOS; FERREIRA, 2002, p. 1).

Vemos, através destas informações, que o que está em jogo é o modelo de desenvolvimento, ou o chamado desenvolvimento / progresso humano. Desta maneira, se por um lado, se faz necessário conter o ritmo de exploração dos recursos naturais, em função das reais possibilidades de esgotamento dos mesmos, por outro, a questão dos padrões ou níveis mínimos de vida refletem o conflito gerado pelo modelo. É falso, portanto, a afirmativa de que os pobres do mundo podem sonhar com melhores condições de vida, pois o crescimento econômico não significa que estas condições serão criadas. Neste sentido, o que tem de ser discutido e implantado não é quem vai ficar igual a quem ou ao quê, mas sim a necessidade de se construir uma sociedade planetária mais igualitária, onde a idéia de progresso/desenvolvimento humano não seja pautada apenas no acesso aos recursos naturais e ambientais colocados à disposição do homem mas, que vá além disto.

Até recentemente, e ainda muito usado como referência de aferição em estudos socioeconômicos, o principal índice utilizado para medir a qualidade de vida de uma dada sociedade era o uso do PIB, instrumento de medida que foi desenvolvido nas décadas de 30 e 40 do século XX pelo Banco Mundial e que fora rapidamente popularizado nas décadas seguintes. O PIB corresponde ao valor monetário da soma de todos os bens econômicos (tecidos, sapatos, automóveis, geladeiras, arroz, feijão, aço, etc.) e serviços (o trabalho do comerciário, do funcionário público, do advogado, do contador, do lixeiro etc.), produzidos por um país ou sociedade, no período de um ano. A sua divisão pelo total da população de um país dá origem à chamada renda "per capita". Ela mede, de forma igualitária, a distribuição da riqueza produzida, o que omite os grandes contrastes sociais existentes internamente nos países ricos e pobres.

Em função disto, existem países onde essa relação é alta. Cabe a cada habitante uma produção de bens e serviços em valor monetário (dólar) alto. Em outros países essa relação é média ou mesmo baixa. É importante esclarecer que não podemos nos basear apenas nos dados do PNB "per capita" para classificar um país ou uma sociedade como desenvolvido ou subdesenvolvido. Tomemos como exemplo os paises exportadores de

petróleo do Oriente Médio, onde o PNB "per capita" *é* alto. Apesar disso, esses países possuem indicadores sociais de paises subdesenvolvidos.

O Brasil é um exemplo desta distorção pois, já há algum tempo, se dizia que o país era uma enorme "Belíndia", ou seja; uma pequena parcela da população tinha padrão de vida relativo ao da Bélgica, mas outra grande parcela tinha condições de vida parecidas com a da população da Índia. Mais recente, de acordo com o IDH da ONU, descobriu-se que, na verdade, a população do país se dividia em três grandes grupos, sendo um com desenvolvimento humano alto, localizado mais ao sul; um outro numa faixa que corta o país ao centro, no sentido leste – oeste com desenvolvimento humano médio e; outro envolvendo o norte/nordeste onde o desenvolvimento humano é baixo. Nesta perspectiva, Catalão estaria no segundo grupo mas, acima do perfil dos municípios onde se encontra localizado.

Assim, este índice serve para avaliar ou medir o quanto de riqueza um país produz em relação à sua população total, mas não a sua apropriação efetiva pelos diferentes segmentos sociais que compõem uma dada sociedade, pois ele não é capaz de refletir a realidade. Da mesma forma, o PNB "per capita", quando baixo, não significa que todas as pessoas de um certo país vivam mal ou em condições de miséria e pobreza. Em muitos países pobres existem classes sociais privilegiadas que vivem como se pertencessem a um país rico, enquanto a grande maioria vive mal, com renda insuficiente para atender a suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, saúde, educação etc.). O que é relevante é que estas características aparecem em grande grau de contigüidade espacial. Nesta perspectiva as cidades médias ou grandes são aquelas que melhor exemplificam esta situação. Assim, este índice não representa a realidade da distribuição de renda, mas sim representa, a grosso modo, o quanto um país se encontra distante de outro.

O aumento do PNB pode até proporcionar os meios para o atendimento das necessidades básicas e pode melhorar as condições de vida. Porém, não garante boa qualidade de vida para todos os cidadãos, não podendo, por isto, ser considerado como principal instrumento para medir o desenvolvimento econômico. Por exemplo: a riqueza não protegeu os países de alta renda ou, a minoria abastada dos países pobres da ocorrência das drogas, do alcoolismo, da Aids, da violência na rua e da ruptura da família. Como conseqüência, muitos países de menor renda e, que se encontram em situação de rápido crescimento, estão descobrindo que um grande crescimento do PNB não reduz, automaticamente, as carências econômicas e sociais.

Desta forma, a utilização do PIB e do PNB "per capita", embora seja eficiente para medir às tendências econômicas de uma nação, não se mostra competente no momento de medir aspectos sociais, já que se encontra vinculado a valores monetários e não

permite avaliar o comportamento de variáveis sociais determinantes do bem-estar das populações. Neste sentido, Eckersley (2000) afirmou que:

> The equation of 'more' with 'better' - of standard of living with quality of life - is at the heart of a growing international debate about indicators of progress. Quality of life includes both objective and subjective elements, so indicators of progress should include measures of how people feel about their lives. (ECKERSLEY, 2000, p. 25).

Percebe-se que o debate é sobre a suficiência de se tratar apenas os dados sobre produto nacional total como o indicador dominante de desempenho nacional. Assim, deve ser colocado em questão até mesmo o pensamento convencional sobre progresso, uma vez que qualidade de vida inclui elementos objetivos e subjetivos. Conseqüentemente, os indicadores de progresso deveriam incluir medidas sobre como as pessoas se sentem a respeito de suas vidas. Portanto, são as pessoas que deveriam avaliar se suas condições subjetivas de qualidade de vida pessoal e social estão melhorando, ou piorando.

Dado as inúmeras críticas que o uso da renda “per capita” recebeu enquanto elemento de aferição das condições de vida de uma dada população, passou-se a pensar numa nova fórmula de se medir quanto e como a riqueza produzida por uma nação se convertia em melhoria efetiva das condições de vida da sua população.

A constatação de que o crescimento econômico, muitas vezes, gera miséria e que o progresso também representa destruição de recursos naturais ou que o bem-estar de todos não se confunde com a riqueza das elites, levou à necessidade de se criar novos indicadores que pudessem refletir, mesmo de forma imperfeita, as condições de vida de uma dada sociedade. Isto, porque não era mais possível avaliar a qualidade de vida de uma sociedade sem levar em conta os dados sobre a saúde, a educação, a moradia e o meio ambiente, entre outros. Para trás ficou a retórica de tudo se reduzir aos PIBs e PNBs, sem levar em conta os interesses reais e as condições da população se eram justas e equilibradas do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Nesta direção de uma avaliação crítica podem-se fazer outras considerações. Se a classificação é efetuada a partir dos níveis de renda, como poderiam ser classificadas as sociedades, onde o PIB “per capita” se apresenta baixo, mas a escolaridade de sua população se encontra em níveis mais elevados do que, por exemplo, em um país exportador de petróleo do mundo árabe? Ou ainda, como avaliar sociedades que não sejam desnutridas e que se dedicam à economia de subsistência, alimentam-se e vestem-se sem recorrer ao mercado e que, além disto produzem, através do artesanato doméstico, os utensílios e objetos de que necessitam e onde a cultura é transmitida, oralmente, de uma geração para outra?

Surgiu então, a necessidade de se formular uma nova metodologia para investigar/aferir a qualidade de vida das populações dos países componentes da comunidade

internacional. Para isto buscou-se criar um índice que possibilitasse compreender esta realidade e que envolvesse a avaliação de dados estatísticos da grande maioria das nações do mundo. Desta forma, a era do chamado determinismo econômico no qual o PIB "per capita" era o instrumento absoluto de mensuração utilizado encerra-se e, surge outro instrumento de medida que passa a ter uma feição mais humana, expressando com maior aproximação, o mundo real das pessoas.

Os modelos de avaliação até então elaborados eram criticados tanto por suas concepções ideológica, econômica e política quanto pela forma utilizada para representar os níveis de qualidade de vida que uma dada sociedade tinha e a sua classificação geral. Em decorrência, recentemente, varias instituições governamentais oficiais como o IBGE no Brasil e "não governamentais" como o Banco Mundial e BIRD, dentre outras, têm cada vez mais, aberto espaços em suas atividades econômicas e políticas, buscando investigar a questão da qualidade de vida. Trata-se do reconhecimento das relações entre estas diferentes questões.

Assim atuando, estas instituições vêm produzindo e publicando índices que demonstram, entre tanto outros, os diferentes estágios de desenvolvimento humano existentes nas diferentes regiões do Brasil e nos demais países da comunidade internacional. Isto demonstra uma preocupação crescente com a dimensão que as aglomerações e os assentamentos humanos (rurais e urbanos), têm atingido bem como pelas condições materiais objetivas e subjetivos de vida que neles também têm sido geradas.

A partir destas informações divulgadas por organismos internacionais e entidades públicas e privadas nacionais, é que muitos estudiosos, ligados a estas instituições, ou não, têm produzido pesquisas de avaliação destes dados. Isto tem representado, em termos atuais, um crescente aumento em publicações versando sobre a questão da qualidade de vida e dos índices que medem sua magnitude.

1.1 Qualidade de vida: a diversidade de um conceito complexo

De acordo com o já enunciado, tratar das condições em que uma dada população vive em um espaço geográfico implica em avaliar como, através do tempo histórico, esta mesma população se relacionou com o seu meio (urbano e rural) e foi influenciada por fatores externos a eles. Isto, porque os fatores externos de ordem cultural e política, de dinâmica demográfica e econômica, que representam rupturas sócio-estruturais, não são fatores cujos controles se pode ter de forma indefinida. Neste sentido, para exemplificar, pode-se estabelecer uma comparação entre os nativos das Américas e o Colono

Europeu que aqui chegou. Afinal, quem tinha melhor qualidade de vida? Aquele que vivia em contato com a natureza e em harmonia com o seu grupo social, ou aquele que vivia infestado de doenças típicas das chamadas civilizações ocidentais, embora dominasse tecnologias mais sofisticadas. A história nos mostra que havia muitas diferenças entre estas duas concepções de vida.

Por isto, tratar destes aspectos implica em avaliar não só como esta população vive historicamente, mas também como esta forma de viver nos remete a uma dada condição de vida. Assim, uma certa sociedade, organizada sob a forma de uma cidade, região ou país, sempre nos mostra através da observação local ou, através de dados socioeconômicos a maneira como ela tem produzido riquezas e as têm apropriado para modificar ou não suas condições de vida. Desta forma, num primeiro momento, ao se avaliar, de forma mais profunda, um conjunto de dados sociais, nacionais ou mundiais, que se apresentam chocantes, pode-se demonstrar que, em muitos casos, há uma situação cultural de pessoas, grupos e, até mesmo, de sociedades inteiras em permanecer sob determinada condição de vida, mesmo que ela seja precária. Portanto, pode-se falar de condições de vida, de formas de se viver, da maneira que se vive e de qualidade de vida que uma população tem.

Avaliar qualidade de vida implica em considerar como, em tempos recentes, o termo tem sido usado no meio científico e fora dele para emitir opiniões a respeito de como uma certa população vive. Porém, embora um número crescente de estudiosos tenha se dedicado a estabelecer um conceito, parece que ainda falta muito para se chegar a algo aceito pela maioria. Isto acontece porque a velocidade das transformações tecnológicas implica em sempre estar se avançando em novos paradoxos sociais, econômicos, espaciais e políticos que afetam a vida de toda uma sociedade. Desta maneira, o que é qualidade de vida? Para muitos, ter acesso à moradia, saúde e a alguns equipamentos públicos já é suficiente. Para outros, ter qualidade de vida implica em ter acesso a uma grande e variada quantidade de fatores, sejam eles materiais ou não. Portanto, qualidade de vida é uma condição social que pode ser aferida e conceituada sob diferentes aspectos. Disto decorre um crescente interesse do seu entendimento e das conseqüências para as ações práticas.

Estabelecer o conceito de qualidade vida, tal como definir felicidade e bem-estar, é certamente um desafio à nossa criatividade e imaginação. Em cada época, em cada sociedade, ou em cada grupo social, existem visões e expectativas distintas (ou até contraditórias), do que seria uma vida com boa qualidade. Se para quem vive com fome ou sem casa, qualidade de vida é ter comida e moradia, para outros pode ser algo bem supérfluo como comprar o segundo carro ou adquirir uma casa na praia. Para alguns, mais utópicos,

pode ser viver bem, mas sem trabalhar, sonho este, que no fundo é de todos desde que perdemos o paraíso.

A quantificação e a avaliação das necessidades, desejos e sonhos individuais oferecem inúmeras dificuldades, pois uma delas atendida, implica em novas necessidades. Isto decorre a enorme dificuldade de aferí-la, seja na forma de dados quantitativos ou qualitativos. Evidentemente que a qualidade de vida não se reduz à satisfação das necessidades básicas, se bem que sem satisfazer estas, não existe qualidade de vida possível. Não é fácil calcular as necessidades básicas, o prazer, o lazer e a cultura, que uma pessoa ou uma sociedade querem ver satisfeitas. Por razões práticas, no entanto, busca-se esta quantificação que permita avaliar a dinâmica de uma situação social. Isto pressupõe chegar a alguns consensos, ou acordos, sobre o que a maioria dos cidadãos espera da vida e da sociedade. Só assim se podem definir metas econômicas, sociais, ambientais e culturais, no sentido do aperfeiçoamento social.

Na nossa perspectiva qualidade de vida é, portanto, o conjunto das condições objetivas e subjetivas que são consideradas como essenciais a vida coletiva e individual, resultantes de relações sócio-econômicas históricas, intrínsecas a uma sociedade, que se configura espacialmente, através de estágios culturais diferenciados da situação humana. Sob o ponto de vista da existência humana, o conceito é de uma certa forma antigo e se constitui em uma procura utópica do ser humano em melhorar a sua qualidade de vida, objetivando viver melhor, tanto no sentido objetivo quanto no subjetivo de ser, em uma corrida contra o tempo e as suas adversidades inerentes.

Neste sentido Fernandes (apud BUARQUE, 1999, p. 148) informa que: “Talvez nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, de que qualidade de vida. Talvez nenhum seja mais moderno do que a busca de qualidade de vida. Ainda mais moderna é a crítica e a redefinição do conceito de qualidade de vida”. O autor afirma que durante séculos, a qualidade de vida estava em não ser ameaçados pelos deuses, nem ser surpreendido pelas intempéries, e ter força para resistir aos inimigos naturais ou humanos. A vida era pautada pela rotina e a qualidade da vida se constituía em não quebrar esta rotina.

A revisão inicial da literatura permitiu identificar que o termo qualidade de vida, surgiu em meados do século XIX na Europa, quando estudiosos da chamada Escola de Economia Política passaram a se interessar pelas condições de vida das classes trabalhadoras, em um mundo em transformação acelerada imposta pelo capitalismo industrial. Neste momento, com a Revolução Industrial em curso, a qualidade de vida passou a ser equivalente a viver no setor urbano, contar com máquinas que fizessem o trabalho pesado e controlar da melhor forma possível a natureza.

Porém, Wood-Dauphinee (apud PASCHOAL, 2000, p. 65) relata que o termo qualidade de vida foi mencionado pela primeira vez em 1920 por Pigou, ao escrever um livro sobre economia e bem-estar material, denominado “The Economics of Welfare”, onde ele discutia o suporte que o governo deveria dar para os indivíduos das classes sociais menos favorecidas e o impacto que esta ajuda poderia ter sobre suas vidas e o orçamento do Estado. No entanto, naquela época a expressão não teve a consideração necessária, nem valorizada e caiu no esquecimento.

Posteriormente, o conceito de qualidade de vida teve novo enfoque, dada a inclusão do aspecto da modernidade que representava não o consumo, mas o uso de bens, especialmente a utilização das máquinas de última geração. O avanço das técnicas, contudo, não eliminaram a fome, a violência e a desigualdade entre os homens, e ameaçava o futuro pelas novas armas e pela ameaça ecológica.

Em um mundo dominado pela miséria provocada pelas guerras resultantes de diferentes competições imperialistas é que se passa a ser proposto um novo modelo de desenvolvimento econômico que possibilitasse a melhoria das condições sociais que, principalmente, na Europa, a população vivia. Porém, é após a 2ª Guerra Mundial, no começo dos anos 1950, que a questão da qualidade de vida volta a ter significância através da criação do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social das Nações Unidas, que passa a apoiar estudos sobre a temática e introduz a sua discussão no mundo político. Neste estudo incorpora-se a discussão sobre o nível de vida como sendo: “o nível de satisfação das necessidades de uma população – não em termos de aspirações – de acordo com os fluxos de bens e serviços desfrutados num período definido”. Este conceito associava o nível de vida ao nível de consumo da população através da criação de uma medida quantitativa de bem-estar humano, enfocando assim os aspectos sociais.

Neste momento, também a Organização Mundial de Saúde (OMS) redefiniu o conceito de saúde, incorporando a noção de bem-estar físico, emocional e social desencadeando assim, uma discussão considerável a respeito da possibilidade e factibilidade de se medir o bem-estar da população. Desta maneira, após a 2ª guerra mundial, o mundo ocidental incorporou a noção de que o sucesso das pessoas e dos países e o bem-estar material deles eram determinados pelo progresso econômico. Isto era traduzido, no cotidiano das pessoas, através da melhoria de suas condições materiais de subsistência, através da aquisição de bens e eletrodomésticos.

Também, ainda na década de 1950, o termo qualidade de vida ressurgiu sendo usado para criticar políticas que tinham como objetivo fomentar o crescimento econômico sem limites. Naquele momento, muitos estudos e relatórios apontavam que, em

longo prazo, ocorreria a exaustão de recursos naturais importantes e haveria a poluição cada vez maior do meio ambiente. Tais efeitos devastadores do crescimento econômico ilimitado poriam em risco as condições futuras para uma "boa vida". Estes estudos e seus elaboradores se mostravam preocupados com a qualidade das condições externas de se viver e, para caracterizar estas condições, passaram a empregar o termo qualidade de vida.

Nesta perspectiva, Ordway (1953) e Osborn (1957) escreveram, respectivamente, os livros "Recursos e o Sonho Americano" e "Os Limites da Terra", que expunham teorias em relação aos limites do crescimento e faziam muitas projeções que apontavam os perigos da exaustão dos recursos não-renováveis. Por isto, questionavam a crença no progresso tecnológico e econômico como fatores que atenuariam esta situação. Naquele momento, o primeiro insistia na necessária revisão das idéias dominantes de "boa vida" e "valores" e afirmava que se tais idéias soçobrassem, o fim da expansão industrial poderia ser o fim de nossa civilização. Assim, o uso duradouro do termo qualidade de vida surgiu como uma crítica a um certo conceito de "boa vida", onde os valores materiais assumiam importância fundamental. Ambos consideravam que destacar o crescimento material como o valor mais importante para uma "boa vida" era empobrecer o conceito de "boa vida". Para eles, o crescimento econômico desmesurado colocaria em risco a "qualidade interna da vida humana", bem como a "qualidade das condições externas de se viver". Também, outro economista famoso, Galbraith, no fim dos anos 1950 e na década de 1960, passou a empregar o termo qualidade de vida em muito de seus escritos.

Por sua vez, em estudo patrocinado e publicado pela "Rural Sociological Society" em 1956, buscou-se mostrar a diferença entre nível de vida – que estaria relacionado ao nível de consumo – e, "standard" de vida – que estaria associado ao nível de aspirações da população. Neste estudo, foi estabelecido uma relação entre o nível de vida e de aspirações de uma população. Porém, em estudo desta mesma época, elaborado pela ONU, foi incorporado a discussão sobre o nível de vida definido como: o nível de satisfação das necessidades de uma população, não em termos de suas aspirações mas sim, de acordo com o fluxo de bens e serviços desfrutados em um período definido.

Avaliando a questão, Farquhar (1995, p. 1439) pontua que no final da década de 1950, o uso do termo foi gradualmente se ampliando e a expressão "qualidade de vida" foi incluída como noção importante no relatório da Comissão dos Objetivos Nacionais do Presidente Eisenhower, em 1960. Para os membros desta Comissão, quando se referiram ao termo, relacionavam-na a educação, a preocupação com o crescimento individual e econômico, com a saúde e o bem-estar econômico dos estadunidenses. Na seqüência de mandatos, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, em 1964, utilizou a expressão

qualidade de vida para declarar que: “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas”[1]. Nestas palavras pode se perceber que o “progresso” precisava sair das cifras apontadas nos balanços das empresas e bancos e atingir aqueles que realmente produziam riqueza.

Também, na década de 1960, o processo de urbanização tornou-se um fato marcante, principalmente, nos países de economia dependente. A preocupação com a qualidade de vida urbana assumiu grande importância no debate político e científico, devido ao rápido e desordenado crescimento das cidades. A despeito do imenso progresso e avanço tecnológico alcançado pela humanidade nos últimos cem anos, o modelo adotado na economia gerou também ampliação da desigualdade na distribuição de bens e serviços e nas condições de vida da população, além de profunda degradação ambiental. Esta nova realidade sócio-espacial apontava para o fracasso das políticas econômicas e sociais até então em vigor, passando a exigir novas formas de se controlar os problemas urbanos, tais como: o aumento crescente da criminalidade, da poluição das águas e do ar, da falta de moradia, o desemprego etc.

Este quadro provocou a discussão dos valores éticos essenciais. Dentre eles a igualdade entre os homens, traduzida hoje como eqüidade na distribuição dos recursos e benefícios e no acesso de toda a população à satisfação de suas necessidades básicas fundamentais. Todo este questionamento mostrou a imperiosa e premente redefinição do conceito de qualidade de vida a ser alcançada o que, por sua vez, implicou numa crítica radical às concepções que fundamentaram as ideologias de crescimento ilimitado nos seus diferentes matizes. Assim, desenvolveu-se a noção de sustentabilidade do desenvolvimento humano e, a partir do final da década de 1960, o conceito de qualidade de vida ganhou novo significado.

Assim, pouco a pouco, qualidade de vida como indicador da situação existencial de uma dada população, foi sendo incorporado a políticas sociais, onde outros termos, de significado parecido e conceituação aproximada, eram empregados, tais como: boa vida, felicidade e bem-estar. Desta forma, as desigualdades sociais deram origem, na década de 1960, a movimentos sociais e iniciativas políticas que tiveram como finalidade, melhorar a vida dos indivíduos. A partir de então, as pesquisas sobre qualidade de vida despertaram a atenção do mundo político pois, os seus dados, passaram a serem utilizados para formular políticas sociais efetivas. Porém, aos poucos, esses políticos passaram a ficar interessados, principalmente, no papel que o cuidado com a saúde poderia desempenhar na melhoria da

[1] OMS. Instrumentos de avaliação de qualidade de vida. Centro WHOQOL/Brasil. UFRS, 1998.

qualidade de vida. Então, o conceito foi se estendendo para outras áreas da vida humana, como nas artes, lazer, saúde, emprego, transporte, moradia, conservação e preservação do meio ambiente, educação etc.

Neste momento, além de incorporar a questão da eqüidade na distribuição de bens e direitos, para Souza (1984) o termo "qualidade de vida" passou a ser utilizado também para designar aspectos imateriais e intangíveis da vida humana, colocando-se como contraponto à materialidade das avaliações do desenvolvimento, até então restritas a indicadores econômicos. Para ele:

> [...] o conceito abrange tanto a distribuição dos bens de cidadania – bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais – quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e nem por isso menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social. (SOUZA, 1984, p. 12).

Estas novas dimensões conceituais originaram experiências de mensuração da qualidade de vida através de indicadores sociais, ou seja, indicadores que avaliassem as condições de vida, tomando como referência a distribuição de bens e recursos materiais que atendessem às necessidades básicas da população (e não apenas a renda e/ou o desempenho econômico daquela sociedade). Além disto, como tais indicadores seguiram um caminho semelhante aquele dos econômicos, mantendo-se distantes das aspirações e objetivos das pessoas, foram desenvolvidas iniciativas para avaliar também aspectos psicológicos da qualidade de vida (satisfação/insatisfação; felicidade/infelicidade) bem como a percepção da população acerca das condições objetivas de vida.

No final da década de 1960, Drewnowski e Scott (1968, p. 3) buscaram demonstrar a relação que existe entre a maioria dos fluxos e estoques, afirmando que estes podem ser medidos, transformados em índices, mas também consideraram que existia um estado de bem-estar: "que não podia ser medidos por fluxos de bens e serviços - pois estes são entendidos como estoques de bem-estar de uma população, os quais não podem ser medidos por um período definido". Portanto, este estoque se refere ao status da população, no que diz respeito a instrução, educação, emprego, saúde etc. Nesta perspectiva, o nível de vida (fluxo) e o nível de bem-estar (estoque) estariam expressos em unidades diferentes e, por isto, não poderiam ser aferidos em um índice comum. Mas, a integração dos índices poderia indicar em que situação se encontrava a qualidade de vida de uma população.

Um ano após a publicação do estudo de Knox (1975) sobre o bem-estar social numa perspectiva espacial, um grupo de trabalho sueco-dinamarquês passou a interpretar qualidade de vida em duas partes complementares, relacionando bem-estar e a satisfação. Para o grupo de trabalho, o bem-estar era entendido como: "a satisfação das necessidades humanas em relação ao seu entorno e o grau de satisfação dependeria do acesso

aos bens e serviços disponíveis na realidade e na percepção social". Já a satisfação era entendida como "o grau de controle e adaptação que tem a população sobre os recursos e seus determinantes". Sua apreciação seria realizada por planejadores e investigadores quando da formulação dos indicadores do nível de vida.

Na Conferencia Mundial sobre Habitação e Assentamentos Humanos, realizada em Vancouver (Canadá) em 1978, foram criados mecanismos com a finalidade de estabelecer critérios que permitiriam aos países promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Estes critérios se fundamentaram na consideração de políticas de população, meio ambiente, desenvolvimento econômico a nível global e aqueles relacionados com a promoção do desenvolvimento equilibrado das diferentes regiões. Ênfases foram dadas às necessidades que deveriam ser consideradas nas políticas de planejamento do espaço físico, habitacional e infra-estrutura de serviços. Foi também enfatizada a importância de coordenar, institucionalmente, as políticas em longo prazo e assegurar a participação da comunidade no planejamento.

Por outro lado, devido ao aprofundamento da denominada "consciência ecológica" provocada pelo agravamento da degradação ambiental urbana e dos problemas ambientais globais, o conceito de qualidade de vida vinculou-se, também, ao de qualidade ambiental. Desta forma, em especial a partir da década de 1970, o dimensionamento da qualidade ambiental assume lugar de destaque no debate político internacional, remetendo instrumentalmente à formulação e avaliação de políticas públicas (da mesma forma que os indicadores sociais) e, conceitualmente, a noção de sustentabilidade do desenvolvimento humano.

A incorporação da noção de qualidade ambiental trouxe uma série de outras implicações à concepção e ao dimensionamento da qualidade de vida, uma vez que aquela, vinculada à noção de desenvolvimento sustentável, acabou por expandir suas fronteiras conceituais. Assim, na década de 1980, ganha corpo a compreensão de que a sustentabilidade do desenvolvimento humano passaria, necessariamente, pela problemática ambiental e que esta é determinada pelas interações entre processos socioeconômicos e meio-ambiente. Em decorrência produziram-se subsídios teóricos e metodológicos para a formulação de indicadores ambientais, destinados à mensurar variáveis ecológicas ou de monitoramento ambiental mas, também, à variáveis sociais, demográficas e econômicas, relacionadas à questão ambiental.

Tais iniciativas, por sua vez, produziram questionamentos acerca do uso exclusivo de medidas objetivas para mensurar a qualidade ambiental, levando à formulação

de metodologias para avaliar a percepção da população acerca da qualidade do meio ambiente, tal e qual ocorreram com os indicadores sociais.

Nesta fase, nos EUA e em muitos outros países, órgãos públicos passaram a pesquisar as conformações sócio-espaciais buscando levantar dados, ou indicadores das condições de vida da população. O objetivo era o de formular políticas públicas que possibilitassem entender e atender as necessidades e carências de uma dada população. Portanto, avançou-se de uma postura conservadora, baseada na quantificação, para novos parâmetros de avaliação das condições de vida da população. Passou-se de uma visão das coisas materiais para questões subjetivas do cotidiano de um dado grupo social, como por exemplo: a distribuição de renda entre grupos sociais específicos, o transporte urbano, as relações de vizinhança e interpessoais, etc.

O que se percebe, é que os primeiros estudos sobre qualidade de vida se realizaram com bases nos chamados indicadores duros, com dados extraídos de fontes estatísticas oficiais. Eram estudos de tipo quantitativo, baseados em aspectos normativos, desenvolvidos, principalmente, até a década de 1970. Os estudos com a segunda orientação, de caráter subjetivo, foram desenvolvidos a partir dos anos 1980. Estes, mais que um perfil normativo, tinham um caráter apreciativo e qualitativo baseado na percepção do indivíduo em relação a sua qualidade de vida. Posteriormente, passou-se a incluir a dimensão espacial como um critério a mais na definição de qualidade de vida, com distintos níveis: internacional, nacional e local. Esta última com relevância prática significativa e importante para esta pesquisa.

A partir do início da década de 1990, na literatura internacional, pode ser encontrada uma variada gama de conceitos sob o que vem a ser qualidade de vida. Neste momento há toda uma preocupação por parte de estudiosos de diversas áreas do conhecimento, em estar produzindo novos métodos de avaliação das condições de vida e apresentar novos indicadores a serem inseridos nas pesquisas sobre qualidade de vida. Neste sentido, qualidade de vida se tornou um conceito comumente usado e tem mostrado significação crescente em condições econômicas e políticas.

Há de se reconhecer a existência de limitações consideráveis do conceito de qualidade de vida tanto para explicar quanto para apontar possíveis soluções para o problema da condição humana. Isto se deve ao fato de que as questões materiais em um nível básico (alimento e abrigo) são condições imanentes ao ser humano, que levaram os homens a se associar, social e politicamente, com o objetivo de suplantar suas incapacidades. Porém, as necessidades humanas são extremamente mutáveis ao longo do tempo.

Por isto, apesar das importantes experiências na elaboração de indicadores sociais registradas na década de 1960 a 1980 visando especificar, conceitualmente, o bem-estar de uma dada população e as transformações sociais pelos quais ela passou, considera-se que um passo importante na direção de melhor estabelecer parâmetros de avaliação foi dado a partir da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990. A elaboração e o uso de indicadores que compõem este índice para avaliar a qualidade de vida no meio urbano, têm contribuído para a criação de diversas iniciativas semelhantes, buscando avaliar o desenvolvimento econômico e social, as condições e/ou a qualidade de vida em recortes espaciais distintos: Estados, regiões e cidades.

Por sua vez, Paschoal[2] avaliou que para, muitos estudiosos, o termo qualidade de vida tinha se tornado muito popular, em parte por suas conotações positivas pois, para as pessoas, qualidade de vida constituía-se um objetivo para qualquer indivíduo ou para grupos de indivíduos em qualquer momento histórico, bem como em qualquer lugar. Esta afirmação levava em conta que ter qualidade nas condições para se viver é um estado positivo. No entanto, quando se fala sobre a qualidade de vida de alguém, está se falando não apenas de coisas boas da vida daquela pessoa, mas das ruins, também.

Assim, tratar da qualidade de vida consiste em analisar amplos espectros de áreas da vida. Por isto, muitos estudos abordarem a satisfação com a vida ou bem-estar social, relações de dependência, controle, competências sociais e cognitivas. É em função desta característica, que os estudos e os conceitos elaborados vêm se alterando pois, passaram da avaliação da disponibilidade de bens materiais como: comida, casa de banho, casa aceitável, acesso a serviços de saúde e de ação social e dinheiro suficiente para também relacioná-la com dimensões menos tangíveis como o sentimento de segurança, dignidade pessoal, oportunidade de atingir objetivos pessoais, satisfação com a vida, alegria, sentido positivo de si. Assim, a noção de qualidade de vida busca englobar os recursos e os direitos a gozar a vida.

A partir deste breve relato sobre a trajetória histórica dos estudos sobre qualidade de vida, passa-se a avaliar como na literatura o termo tem sido utilizado em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais.

1.2 Avaliação da literatura não geográfica

[2] PASCHOAL, S. M. P. **Qualidade de vida do idoso: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina – USP. 2000. Hanestad e Farquhar, p. 68.

Apesar da diversidade de expressões utilizadas na formulação do que vem a ser qualidade de vida, há de se reconhecer que um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, tem um conjunto de necessidades básicas e de aspirações pessoais as quais, de alguma maneira e grau devem ser satisfeitas. Nesta direção da incorporação de diversas categorias de análise ao conceito de qualidade de vida, poder-se-ia citar, neste trabalho, uma infinidade de autores que conceituaram qualidade de vida. Isto, ocorreria porquê na literatura o conceito de qualidade de vida está freqüentemente associado a outros, tais como: condições de vida, nível de vida, bem-estar social, estilo de vida, standard de vida, qualidade ambiental, etc.

É com este objetivo de se avaliar as intrincadas relações existentes entre as diferentes terminologias relacionadas nos estudos sobre condições de vida, que a seguir, passa-se a apreciar através de estudos elaborados por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e publicados em periódicos nacionais e internacionais, como eles abordaram de forma teórica e prática a qualidade de vida e suas variáveis. Por isto, em função da variedade de estudos conseguidos na pesquisa, optou-se pela organização da revisão da fundamentação teórica através da identificação temporal e da correlação de seus conteúdos, bem como a evolução do conceito e dos estudos sobre qualidade de vida, principalmente, no período entre 1990 e 2003.

Inicialmente, avaliou-se os trabalhos desenvolvidos por Abaleron (1987 e 1990). O primeiro estudo, teve como finalidade comprovar o grau de associação existente entre determinadas condições objetivas (equipamentos comunitários e infra-estrutura de serviços) e, as percepções subjetivas (satisfação, aspirações e expectativas), de um grupo social residente num território temporal e espacialmente delimitado. Neste estudo, foi destacado que até meados dos anos 1970, medir qualidade de vida era só uma questão de indicadores duros os quais, provenientes em sua maioria de fontes secundárias, ofereciam dados que sugeriam uma certa universalidade dos fenômenos externos aos indivíduos e, portanto, outorgavam validez e confiabilidade a estas avaliações. Porém, diversos estudos começaram a apresentar dúvidas sobre esta postura incorporando diferentes visões da percepção das pessoas sobre o mundo que o rodeava. No segundo estudo, o autor passou a utilizar o termo qualidade de vida, de forma quantitativa (objetiva) e qualitativa (subjetiva). Afirmou ainda que, por muito tempo, nos países subdesenvolvidos, o seu uso teria se dado através de diagnóstico sobre as condições de habitação e de recursos, e que estes possuem pouca expressão, pois nestes, estas condições são na sua grande maioria, mínimas. Assim, a definição do conceito é utilizada tanto sob o ponto de vista quantitativo (concreto e objetivo), quanto de forma qualitativa (quase abstrata e subjetiva). Para o autor o termo faz referencia a:

> [...] el grado de excelencia que una sociedad ofrece en la provisión de bienes y servicios destinados a satisfacer toda la gama de las necesidades humanas para todos

> sus miembros, y el consegüinte nivel de satisfacción individual y grupal según la percepción que se tenga de esa oferta, accesibilidad y uso. (ABALERON, 1987, p. 55).

Pensando nestas questões, ele propõe uma metodologia de investigação pautada em controle de variáveis que intervem, modificam e transformam o processo físico e psicosocial da emergência de necessidades, aspirações, expectativas e sonhos, que tem como conseqüência a satisfação e insatisfação das pessoas. Já os fatores intervenientes constituem dos chamados ingressos reais (ganhos monetários e recursos naturais que se encontram disponíveis a uma pessoa), idade, sexo, forma de propriedade da residência, tempo de residência, possibilidade de custear a educação dos filhos e interação na vida familiar.

Os estudos elaborados por este autor representam um marco nas pesquisas sobre qualidade de vida na América Latina, já que foram apresentadas novas variáveis de análises qualitativas que até então não tinham sido pesquisadas mas, que possuem fortes implicações sobre a vida das pessoas.

Em outra direção, Barbosa (1996, p. 10) destacou que o tema da qualidade de vida se compõe de diversas metáforas as quais, ao longo do tempo, têm se transformado numa daquelas expressões que buscam responder a tudo que é exaustivamente debatido e apresentado sobre diversas óticas. Desta forma, ele está presente em tudo: na literatura especializada, em slogans de prefeituras municipais e em plataformas políticas em época de campanhas eleitorais, na economia, na vida pessoal**,** em tudo está presente e se busca qualidade de vida. Em resumo, é como se tratasse de um ideal da contemporaneidade.

Para a autora, em conformidade com este pressuposto, o indivíduo busca no cotidiano sempre melhorar suas condições objetivas e subjetivas de vida e é esta necessidade que o movimenta ao longo de sua existência. Para ela: “Qualidade de vida do indivíduo e da vida social, neste contexto, será entendida como a complementaridade de dimensões subjetivas e objetivas, materiais e abstratas que estão presentes nas necessidades e carências humanas”. Aparentemente se fala em qualidade de vida como se ela fosse facilmente atingida e, que ao ser atingida, seriam resolvidos todos os problemas dos homens. Porém, a cada passo dado nesta direção, novos passos precisam ser dados pois, quando se atinge, por exemplo, quantidade logo se precisa pensar na questão da qualidade, ou vice e versa.

Nesse sentido, a qualidade de vida nos estratos afluentes da sociedade deve ter características e componentes diferentes desta nos setores mais pobres. A construção de um índice de qualidade de vida estaria, portanto, condicionada ao tipo de população estudada. A partir desta concepção, seria necessário investigar as percepções humanas, para comparar entre si, indicadores de qualidade de vida, como também para determinar perfis de qualidade de vida dos diferentes estratos sociais que compõem uma dada população. Isto constitui um

aspecto relevante pois, uma necessidade de um grupo social que é amplamente atendida, não significa que traria qualidade de vida para outro grupo social que aparentemente vive muito bem sem elas.

Por outra vertente de investigação, pautada na relação homem–ambiente, Daminelli (1993, p. 98) esclarece que o conceito de qualidade de vida, até aquele momento, tinha sido analisado com critérios marcadamente quantitativos consistindo, freqüentemente, num conjunto de índices de consumo mínimo de proteínas e calorias, presença ou ausência de doenças, anos de instrução, tipo de moradia, transporte, saneamento, uso de energia, e outros mais. Assim em muitas análises sobre a questão encontram-se ausentes o acesso aos bens culturais, as possibilidades de auto-realização, a liberdade, a diminuição de fatores de "stress" na vida urbana, a existência de oportunidades de trabalho estimulante, os relacionamentos interpessoais enriquecedores, a possibilidade do exercício da subjetividade e a recuperação do tempo para si, subtraído ao transporte, compras e obrigações domésticas. Para ele o conceito de qualidade de vida é: "a capacidade que tem determinada sociedade de proporcionar oportunidades de realização pessoal a seus indivíduos – no sentido psíquico, social e espiritual – quando estes já tiverem garantido um nível de vida mínimo aceitável".

Aqui podemos entender um pouco mais o quanto tratar da qualidade de vida é complexo pois, a cada momento, nos deparamos com coisas que estão (in) direta e intrinsecamente localizadas nas relações do homem com o meio em que vive e com o próprio homem. A vida humana é complexa porque temos consciência do que nos é absolutamente necessário para viver, mas também aspiramos coisas que na sua grande maioria podem nos tornar infelizes.

As condições de vida das crianças canadense, a natureza de suas famílias e o seu "status" econômico nos últimos 20 anos, foi pesquisada por Lefebvre e Marrigan (1994) que efetuaram as seguintes considerações:

> This study recommends courses of action within the scope of social policy revision in Canada, aiming to increase funding for children. These recommendations stem from a critical review of guaranteed income programmers and an analyses of the actual economics welfare of children. (LEFEBVRE; MARRIGAN, 1994, p. 207).

Suas avaliações estão baseadas em uma análise de dados micro-nivelados em renda e características sócio-econômicas tiradas de uma amostra muito grande de famílias canadenses. Nesta mesma área de investigação, avaliando a importância que a família tem nas populações africanas, Locoh (1995) afirmou que:

> […] in Africa more than anywhere else, the influence on family groups does not limit itself to biological reproduction and to solidarity among generations but extends also to production units and largely contributes to social control through the transmission of norms and values which determine behaviors. (LOCOH, 1995, p. 48).

O autor conclui suas observações considerando que as famílias africanas funcionam como instituições e fazem um papel de mediação entre o comportamento de indivíduos e as intervenções da comunidade em três domínios principais: demografia, economia e controle social.

Utilizando alguns fatores sócio-culturais e da política de cuidados médicos, Senah (1997) trabalhando com dados de duas comunidades rurais, avaliou como estas questões afetam a criança e a mortalidade delas em Gana, concluindo que:

> […]…efforts to control the major diseases that affect children are unlikely to be successful unless changes are made in the socio-cultural system in which rural people live. Thus, the socio-cultural system of which the individual is a member provides the stress that causes the illness, a theory of disease causation, the basis for mobilization and help for the sick, and a cure. At the macro level, the mal distribution of modern health care facilities and the cost involved in their use will always constitute a significant barrier to improving the quality of life of children. (SENAH, 1997, p. 40).

Os estudos mencionados nos últimos parágrafos mostram, em parte, como condições e meios socioeconômicos diversos, interferem na qualidade de vida de segmentos sociais idênticos, mas com realidades diferentes. Nos exemplos há um tipo de preocupação específica em relação a alguma necessidade que são muito diferentes entre si, mas que afetam a vida das crianças da mesma forma, tais como: doenças, falta de carinho, alimentação inadequada e irregular, famílias desestruturadas pela pobreza, etc.

Analisando outra situação que tem implicações sobre a qualidade de vida**,** Vallin (1995, p. 23) examinou vários aspectos da tendência atual da crescente probabilidade de vida das pessoas pelo mundo afora e, de uma forma direta, disse que: “separately how much more it may increase, when this increase will primarily concern, and the quality of the extra years of life that are gained”. A discussão a respeito das questões relativas ao aumento de anos vividos por uma pessoa em qualquer lugar do mundo constitui um aspecto importante quando se trata de qualidade de vida, pois não adianta só aumentar os anos de vida, mas sim, dar mais vida aos anos acrescentados na existência das pessoas. Porém, o que as pessoas estão fazendo, ou vão fazer com estes anos a mais que estão vivendo, tem características completamente diversas, de acordo com cada realidade social, cultural e econômica. Por exemplo, a forma de usufruir a vida depois da aposentadoria é muito diferente entre um europeu e um chinês de uma comunidade rural do interior do país.

Também, viver cada vez mais tem implicações importantes para a qualidade de vida da sociedade como um todo pois, a longevidade pode se tornar um sério problema, com conseqüências para as diferentes dimensões da vida humana, física, psíquica e social. Estes anos vividos a mais podem ser anos de sofrimento para os indivíduos e suas famílias,

anos marcados por doenças, declínio funcional, aumento da dependência, perda de autonomia, isolamento social e depressão.

Porém, as mais recentes teorias do envelhecimento bem sucedido vêem o sujeito como ativo e que busca regular a sua qualidade de vida através da definição de objetivos e que luta para os alcançar, acumulando recursos que são úteis na adaptação à mudança e ativamente envolvidos na manutenção do bem-estar. Sendo assim, um envelhecimento bem sucedido é acompanhado de qualidade de vida e bem-estar, deve ser fomentado ao longo dos estágios anteriores de desenvolvimento humano. Neste sentido, Souza, L. et al. (2003) afirmaram que:

> A qualidade de vida de vida na velhice tem sido, muitas vezes, associada a (sic) questões de dependência-autonomia. As dependências observadas nos idosos resultam tanto de alterações biológicas (deficiências ou incapacidades) como de mudanças nas exigências sociais (desvantagens) e, freqüentemente, as últimas parecem determinar as primeiras. (SOUZA, L. et al., 2003, p. 03).

Neste aspecto, o aumento dos anos de vida tem também implicações na área da saúde para a qual, Raphael, D. et al. (1996, p. 24) afirmaram que: “Quality of life is an increasingly common theme in the health status and health promotion literatures”. Para eles, a qualidade de vida de uma dada população sempre está associada com diagnose sócio-ambiental e promoção de saúde, servindo como elemento com forte relação potencial para política social e metas de mudança sociais. Assim, as relações entre os indicadores sociais e qualidade de vida devem também ser examinadas por áreas de promoções de saúde.

Assim sendo, por exemplo, tem se tomado a saúde mental como dimensão importante para a compreensão das condições de vida dos habitantes de regiões urbano-industriais Barbosa (1998, p. 83) avalia que o conceito de qualidade de vida tem sido incorporado por diversos estudiosos de diferentes formas. Porém, sua preocupação está centrada num processo histórico de transformação no mundo contemporâneo, onde a complexidade das experiências de vida estão presentes a um número cada vez maior de indivíduos, ao conceito de progresso e a uma grande preocupação com a relação dos homens com seu ambiente. Neste sentido, qualidade de vida foi considerada como: “A capacidade que as pessoas têm de satisfazer adequadamente suas necessidades humanas fundamentais”. Estas devem, portanto, serem entendidas como um sistema de inter-relações e de interação, tais como: necessidades de ser, ter, haver e estar, de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Estas condições estão, a cada dia, se tornando mais vagas em um mundo urbano extremamente marcado por relações impessoais e pela falta de tempo para apreciar as coisas boas que a vida nos oferece.

As condições de vida da população residente em áreas metropolitanas localizadas no estado de São Paulo, foi estudada no que se refere às condições de habitação e ao acesso a serviços públicos. Também foi avaliada a crescente atuação do Estado como agente formulador e implementador de políticas urbanas, voltadas à instalação de infra-estrutura. Neste estudo, embora não tenha formulado um conceito específico sobre qualidade ou condição de vida, Bogus (1997, p. 164) afirmou que grande parte dos problemas que afetam a qualidade de vida nas cidades (sobretudo nas áreas metropolitanas), "é fruto da ocupação desordenada do espaço urbano, com a inadequada utilização dos recursos ambientais". Porém, no Brasil, como as principais mudanças sócio-econômicas ocorreram a partir de 1970, o crescimento urbano não se verificou apenas para as grandes cidades. As cidades médias também passaram a representar esta situação de depreciação ambiental. Se por um lado, houve um significativo aumento no número de residências servidas com água tratada e energia elétrica, por outro, o mesmo não repetiu em relação ao esgoto sanitário, a coleta de lixo e a habitação.

O elevado percentual da população das médias e grandes cidades residindo em favelas, fez com que uma série de doenças resultantes de ambientes insalubres viesse a ocorrer e se tornassem em aspecto recente, endêmicas, tais como a cólera, a esquistossomose e a lepstopirose. Este processo de crescimento populacional acelerado e desordenado, marcado por questões de saúde e pela especulação imobiliária, foi analisado também por Carmo (1995) para a cidade de Campinas. Para ele:

> A distribuição espacial, dentro dessa conjuntura de crescimento especulativo das cidades e ineficiência administrativa, tornou-se um fator de comprometimento da qualidade de vida - considerada aqui em dois de seus elementos formadores: habitação e saúde. (CARMO, 1995, p. 285)

Um outro aspecto do comportamento humano que tem implicações cada vez maiores para a qualidade de vida nos espaços urbanos é a violência. Por isto, a ocorrência de mortes violentas vem sendo associada a alguns fatores relacionados a condição de vida existentes nestes ambientes como: concentração populacional elevada, desigualdades na distribuição de riquezas, iniqüidade na saúde, impessoalidade das relações, alta competição entre indivíduos e grupos sociais, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, abuso de álcool, impunidade, tráfico de drogas, estresse social, baixa renda familiar e formação de quadrilhas. Avaliando a questão da violência urbana (diversidade de causas e implicações), através dos diferenciais intra-urbanos de mortalidade por homicídio e, segundo as condições de vida de distintos segmentos populacionais, Macedo, A. C. et al. (2001) afirmaram que:

> A mortalidade por homicídios na cidade de Salvador distribui-se de forma desigual entre os estratos de condições de vida em ambos os anos estudados. As áreas com indicadores mais elevados (alguns superiores à média da cidade) corresponderam, na

> maioria das vezes, a bairros cuja população apresentava precárias condições de vida. (MACEDO, A. C. et al., 2001, p. 517).

Por isto, a questão da violência e suas implicações para a deteriorização da qualidade de vida nas cidades também têm sido motivo de investigação não apenas em países de economia dependente, mas também, nos chamados países ditos desenvolvidos. Neste sentido, diferentes tipos de crimes têm sido investigados, buscando mostrar a relação entre qualidade de vida e a chamada atratividade de lugares dentro de um dado espaço urbano ou região. Com este objetivo, Deller e Ottem (2001), investigaram a relação entre crime e qualidade de vida no estado de Wisconsin nos Estados Unidos e chegaram as seguintes conclusões:

> The results of this analysis have shown that crime rates have a significant impact on property values arid wages and that by examining these relationships it is possible to make inferences about the relative impacts of crime on the quality of life. The results also demonstrate that there are similarities and differences between the effects of crime in rural areas and crime in urban areas. In addition, the results from the hedonic analyses show that the effects of crime on property values and wages may not be as straightforward as they might seem. There are complicated relationships at work; as a result modeling efforts should carefully consider the types of crime categories included in the analysis. (DELLER; OTTEM, 2001, p. 13).

Os resultados do estudo mostraram a importância de se conhecer melhor como o crime afeta a vida das pessoas, pois isto facilitaria a tomada de decisões políticas que possibilitariam alocar recursos escassos a nível local e que tivessem como objetivo melhorar a qualidade global da vida das pessoas. O estudo mostrou ainda, que em determinados lugares uma pequena redução nas ocorrências de crime pode ter um impacto significante nos níveis de qualidade de vida. Porém, foi destacado que, para algumas áreas (urbanas e rurais), uma mudança semelhante nas taxas de crime pode ter muito menor efeito na qualidade de vida das pessoas. Isto, porque os crimes contra a pessoa como assassinato e estrupos, tem um preço muito mais alto, quando são ocasionais. Mas os chamados crimes não violentos, como roubos de veículo e furtos podem ter um impacto muito grande na qualidade de vida das pessoas por causa da alta taxa de freqüência para estes tipos de crime em determinadas áreas urbanas.

Por outro lado, a relação entre desenvolvimento econômico e os diferentes níveis de assentamento e de aglomeração humana e as condições de vida destas populações tem sido motivo de investigação em diferentes países pelo mundo afora. Dentre a diversidade de estudos nesta área, muitos têm buscado demonstrar o diferencial entre a qualidade de vida em espaços urbanos e rurais. Exemplo deste caso tem-se nos estudos derivados dos dados estatísticos da China que, por ter uma população numerosa, apresenta um fato curioso, que é o elevado número de cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Porém, a população urbana deste país correspondia em 1988 apenas a 20,8% da população mas, que vinha crescendo

rapidamente. Um aspecto que chama a atenção dos autores deste estudo está no fato de que, quando foram comparados os dados socioeconômicos dos habitantes das cidades com aqueles da população rural, praticamente, não foram constatadas discrepâncias importantes nos indicadores sociais envolvendo níveis de desenvolvimento econômico, mortalidade infantil, taxa de mortalidade e analfabetismo. Esta situação contrasta com a realidade da maioria dos países subdesenvolvidos, onde as diferenças sócio-econômicas entre o mundo urbano e rural são acentuadas. Neste sentido, Bradshaw e Fraser (1989) demonstraram que:

> This case study of China produces several interesting results. First, education, industrial employment, arid all-sized cities are associated with superior levels of economic development and physical quality of life. These findings provide general support for traditional modernization arguments. Next, although extremely linked coastal cities have a greater level of economic development than many areas of China, they do not possess a better physical quality of life. This is consistent with some dependency arguments which assert that externally linked regions may experience uneven development. High levels of economic development will not be transformed into a superior quality of life for most people. Third, there is little evidence to support China's claim that small and medium-sized cities provide a better physical quality of life relative to larges cities. (BRADSHAW; FRASER, 1989, p. 999).

Neste sentido, o estudo da heterogeneidade e da diversidade sócio-econômica e cultural dos países subdesenvolvidos tem mostrado que não existe um modelo único e universal que pode ser aplicada em todos os casos. Uma qualidade de vida melhor, geralmente, implica em ter rendas mais altas, menos nos países subdesenvolvidos que envolve muito mais necessidades básicas. Neles, como um fim em si mesmo, o desenvolvimento econômico deve propiciar melhor educação, padrões mais altos de saúde e nutrição, menos pobreza, um ambiente mais limpo, oportunidades mais iguais, maior liberdade individual e uma vida cultural melhor.

O desenvolvimento econômico deve constituir-se em um processo multidimensional que envolve mudanças nas estruturas sociais, nas atitudes da população e nas relações internacionais. Deve, também, acelerar o crescimento econômico sustentável, reduzir a desigualdade e trazer alívio à pobreza. Por isto, o desenvolvimento de uma sociedade é amplamente um processo que deve trazer mudanças tanto sociais, quanto materiais e espirituais.

Assim sendo, a realização de estudos sobre grupos sociais específicos e sua relação com o desenvolvimento econômico têm sido efetuados em diferentes lugares do mundo. Como exemplo, pode-se citar um, realizado sobre os efeitos do “apartheid” a qualidade de vida e as iniciativas de governos locais para alterar um quadro social deficitário. Por isto, a questão do desenvolvimento socioeconômico toma importância crescente, já que no caso da África do Sul a manutenção deste sistema de exclusão racial, por um longo período, levou a um aprofundamento das diferenças sociais entre brancos e negros. Por isto, o

desafio do desenvolvimento socioeconômico ter sido o de se buscar melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, especialmente em áreas rurais. Com o objetivo de analisar questões como estas, Mears (1997) avaliou como a implantação de governos locais, eleitos democraticamente, tem influenciado para elevar a qualidade de vida em Soweto, chegando a seguinte conclusão:

> Local communities have to take charge of their own development needs Government and big business can give support, but local initiative will be the driving force its obtaining solutions to its own development problems. Local economic development may then lay the basic for future economic growth and the improvement of quality of life of thousands of people. Local authorities must therefore, become more directly involved in the daily socio-economic needs of the community. (MEARS, 1997, p. 349).

Abordando também esta questão, da segregação racial, Moller (1998, p. 42) analisou a qualidade de vida da população da África do Sul a partir da avaliação dos níveis de felicidade e satisfação, chegando as seguintes conclusões: “During the apartheid was black South Africans indicated markedly lower levels of happiness and satisfaction in all spheres of life than their white counterparts”. O estudo apresenta dados sobre bem-estar subjetivo colecionado durante os anos oitenta em quatro levantamentos de âmbito nacional e uma pesquisa doméstica. Também foram exploradas possíveis explicações para os níveis inconstantes de felicidade, que incluem níveis de vida, desigualdade de renda, expectativas ascendentes e ansiedades novas experimentadas pela era de “post-apartheid”. Como conseqüência, a África do Sul tem sido normalmente apontada dentre os países com os níveis mais altos de desigualdade de renda no mundo pois o sistema negou, durante muito tempo, o acesso igual a educação, emprego, serviços e recursos para a população preta do país. Como resultado, a baixa qualidade de vida tem uma dimensão racial muito forte, com a grande maioria dos pobres do país se concentrando entre a população negra.

Na verdade, a questão da discriminação racial apresenta facetas diversas pois, no caso dos negros brasileiros, mesmo tendo direito a participar dos processos eleitorais para eleger representantes em diferentes instâncias do poder, a situação dos mesmos também não é boa. Isto tem sido demonstrado por inúmeras pesquisas e na própria realidade social. Assim, não basta apenas ter acesso ao voto; é preciso fazer valer a força deste ato social e político.

Também, em função das especificidades do desenvolvimento econômico e social, existe um crescente interesse em se evidenciar como a qualidade de vida se apresenta espacialmente e, nesta perspectiva é diferenciada, até mesmo, internamente em países desenvolvidos. O interesse implícito sobre as adversidades e amenidades e suas disposições geográficas têm assim se constituído em uma importante ferramenta de ação governamental.

Por isto, o Estado e os formuladores de políticas governamentais em âmbito local têm, continuamente, buscada resposta para a pergunta sobre como manter qualidade-de-vida alta na presença de crescimento rápido da população. Nos Estados Unidos, por exemplo, em alguns Estados com crescimento muito rápido da população, estudo como o elaborado por Gabriel, S. A. et al. (1996) demonstrou que a qualidade de vida permaneceu geralmente boa. Porém, em outros Estados que passaram por esta mesma situação, houve pontos evidentes e significativos na deterioração da qualidade de vida. Neste sentido, eles afirmaram que:

> Our findings indicate that the quality-of-life rankings are relatively stable across model specifications and over time for certain poorly ranked, densely-populated Midwestern and Eastern industrial rates and for many high quality-of-life rural western states. However, we also find evidence of a substantial deterioration in the quality-of-life in some suites that experienced rapid population growth during the decade, with reduced spending on highways and increased traffic congestion and air pollution accounting for the bulk of the deterioration in quality-of-life in these states. In contrast, states exhibiting an improvement quality-of-life rankings ascended for a variety of reasons, including reduced state and local government income tax burdens, improved air quality, increased highway spending, arid reduced commute times. (GABRIEL, S. A. et al. 1996, p. 18).

Em função destas e de muitas outras implicações ambientais que afetam a sociedade como um todo, muitos países, estados e um grande número de municípios têm, cada vez mais, se utilizado de dados quantitativos e qualitativos para orientar suas ações e políticas públicas. Sejam quais forem as metas daqueles que tomam decisões estratégicas, como governadores, prefeitos, legisladores, burocratas e cidadãos de um modo geral, a coleta e a análise de dados têm sido crescentemente necessárias. Já é algo bem arraigado entre as estratégicas das elites, que não é recomendável tomar decisões importantes sem que se tenha uma boa base de informações e análises. Isto ocorre porque a tomada de decisão que implica em concentração humana e econômica trás conseqüências que mexe com todos e não apenas grupos sociais específicos.

Neste sentido, como a qualidade de vida não é uniformemente distribuída, nem mesmo nas cidades dos países desenvolvidos, muitos estudos têm buscado demonstrar o quê causa estes diferenciais no espaço intra-urbano. Assim, as áreas centrais e as suas periferias têm sido investigadas objetivando avaliar como lugares diferentes em um espaço urbano, que conta com infra-estruturas diferenciadas, constituem condições para aumentar ou diminuir, relativamente, a qualidade de vida de seus moradores. Visando analisar este quadro urbano, Jensen e Leven (1997) avaliaram dados dos Censos Estadunidenses entre 1950 e 1990, sobre valor dos imóveis, tamanho da população e força de trabalho nas 25 maiores cidades dos Estados Unidos. O cruzamento dos dados permitiu que eles chegassem as seguintes conclusões:

> This study shows that there has been a statistical1y significant shift in the quality of life (QoL) la central cities of the 25 largest metro areas relative to their suburbs since 1980. This follows a sma1 improvement of central cities in the ‘50s, followed by

> steady degradation in the ‘60s and ‘70s. These conclusions are based on a statistical analyses of key variables derived from a revealed preference conception of QoL. This is an important methodological advance, since relevant variables for directly constructing hedonic measures of QoL nominally are unavailable for Central Cities. The basic Census data used in the analysis also indicate that the observed “turnaround” is evident without respect to size of metro area within the set of 25 largest and without respect to region of the country. (JENSEN; LEVEN, 1997, p. 431).

Esta falta de homogeneidade na distribuição da qualidade de vida sob o ponto de vista da relação centro-periferia também tem sido motivo de investigação em grandes regiões como no caso da Europa Ocidental. Como se sabe, desde de 1956 que se iniciou o processo de criação da União Européia. Porém, os diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social se constituíam em um dos maiores desafios para o processo de criação de uma área de livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais. Assim, tem ocorrido a inversão de capitais dos chamados países centrais nos países mais atrasados social e economicamente; ou seja: periféricos. Neste caso, pode-se citar a situação de Portugal, Espanha e Grécia. Foi com o objetivo de verificar como, no decorrer do período de 1970 a 1990, este processo de diminuição das diferenças intra-regional se comportou que Giannias, D. et al. (1997) realizaram estudos sobre a convergência dos indicadores socioeconômicos nos países da comunidade européia. Ao final, concluíram o trabalho com a seguinte afirmação.

> We computed real convergence by evaluating a coefficient of variation based on economic and quality of life variables. Given this process, some countries may improve or worsen their position relative to others and this was an analyzed by looking the evolution of a quality of life based ranking. It is confirmed that real convergence was achieved between 1970-75 for most of the countries. Convergence stagnated between 1980-85 and then it increased. Southern European Member States did not exhibit similar patterns. Inequalities between them have increased in recent years probably because Spain and Portugal have improved their relative position on the quality of life based ranking, whereas the relative position of Greece deteriorated. (GIANNIAS, D. et al. 1997, p. 29).

Em outra direção, a análise relacionada a satisfação com as condições ambientais e sócio-econômicas sob as quais uma dada comunidade se encontra, foi motivo de investigação por estudiosos como Helmes, E. et al. (1998) e Perez, F. R. et al. (2001) que adaptaram modelos de índice de satisfação com a vida (Life Satisfaction Index), a partir da análise sobre como pessoas de diferentes faixas etárias, caracterizam coisas materiais e subjetivas como importantes para suas vidas. Por sua vez, Cousins (2001) investigou como pessoas com doenças mentais e suas diferentes características de personalidade caracterizam a satisfação com a vida. Outros estudos desta mesma natureza podem ser citados como o de Ryan e Dziurawiec (2000) que avaliaram o impacto do materialismo típico da sociedade de

consumo tem para a vida de um grupo de pessoas. De acordo com estes autores, o estudo mostrou que:

> The results of tile current study supported the hypotheses that individuals higher in materialism would be less satisfied with their life as a whole and with the standard of living, family life, and amount of fun and enjoyment life domains that focus on material possessions and interpersonal relationships than less materialistic individuals. It was also found that materialism was negatively related to tile place of residence, accomplishments and health and physical condition life domains. (RYAN; DZIURAWIEC, 2000, p. 193).

A satisfação com a vida constitui, portanto, uma questão fundamental pois, para que serve ter bens ou não tê-los se a vida de uma pessoa, ou de uma sociedade, é marcada por catástrofes aparentemente muito mais simples de serem resolvidas. Por isto, a vida deve ser vivida e, para que isto aconteça, não se precisa de muito. Para muitos, basta ter o essencial: comida, saúde, roupas e um lugar para descansar do trabalho e abrigar a família.

Em um caso específico de alterações verificadas nos últimos dez anos na qualidade de vida de uma sociedade, D'andrea (1998, p. 35) utilizou-se dos seguintes procedimentos: "Several of the major socio demographic and economic and life satisfaction indicators are considered. Thus it is possible to evaluate the following demographic themes: the profound process of aging; transformations in the family; and transformations in urban areas". Desta forma ele avaliou a qualidade de vida na Itália comparativamente a de outros países da União Européia, à luz das transformações que o país sofreu, principalmente no que concerne a questões econômicas como do desemprego, da renda doméstica e do consumo. Finalmente, uma série de dados temporais de alguns indicadores objetivos foram colocados ao lado daqueles referentes a satisfação com a vida. A preocupação com o materialismo/consumismo tem levado grande parte das populações urbanas a colocar em cheque questões como, por exemplo: o tempo que passa e que não é apreciado.

Também, foi com este objetivo de verificar em escala regional, a distribuição da qualidade de vida que foi realizado estudo no estado do Rio de Janeiro, em seus dois municípios melhor posicionados na classificação estadual: Niterói e Rio de Janeiro. Se, pelo lado prático, a motivação da pesquisa e da análise realizadas foi a de melhor municiar as administrações municipal e estadual em suas ações; pelo lado acadêmico, o estudo, foi inspirado na possibilidade de realizar uma pesquisa rica na utilização de dados e em suas conclusões.

Este estudo realizado por Almeida (1997, p. 15) foi produzido, de forma sintética, apesar de ter sido elaborado a partir de metodologia muito sofisticada, em função da ampla base de dados. O autor considerou que a qualidade de vida é: "As condições necessárias, mas não suficientes, para que pessoas ou indivíduos busquem realizar seus planos

de vida e objetivos". O conceito parte da premissa de que as pessoas que possuem condições de efetivação do auto-respeito e confiam em suas próprias habilidades, aumentam suas potencialidades e podem alcançar seus objetivos, bem como possuem a capacidade de reconhecer os méritos dos outros que os tenha atingido. A partir desta noção de qualidade de vida foram estabelecidos critérios que estipularam as condições de privação da população, ou seja: melhor qualidade de vida significa menos privação, já que esta situação é bastante comum em qualquer cidade do Brasil.

Com este objetivo de aprofundar a reflexão sobre as premissas definidoras e norteadoras da busca do desenvolvimento e do bem-estar, do ponto de vista ético, ambiental, de plenitude humana e, com a finalidade de sugerir elementos para a elaboração de um novo conjunto de indicadores que mensurem, a um só tempo e de forma integradora, o bem-estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico, que Herculano (1998) produziu um estudo avaliando as diferentes vertentes pelas quais atualmente tem sido abordado e conceituado qualidade de vida. Para ela, qualidade de vida é definido como sendo:

> A soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação e de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpo, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais. (HERCULANO, 1998, p. 77).

Assim, ante a importância de se ter medidas de proteção, restauração e controle da ecologia e as suas influências sobre a qualidade de vida, a questão ambiental tem obtido cada vez mais, atenção e efetividade no processo de planejamento e na tomada de decisões. Por sua vez, estas buscam encontrar formas metodológicas que permitam a integração quantitativa dos valores ecológicos e ambientais, para que se tenha objetividade e possam ser incluídos nas pesquisas sócio-urbanas. Nesta direção, Sanches e Borja (1993) também elaboraram um modelo de qualidade ambiental envolvendo vinte variáveis, entre elas: nível de ruído, ocupação do solo, condições climáticas, consumo de energia etc. Para isto, partiram da premissa de que a qualidade ambiental tem um efeito direto sobre a qualidade de vida, a qual está baseada na ocupação do território e tem se dado onde as condições naturais de beleza, produtividade e conforto são as melhores. Por isto, da mesma forma que é importante para uma pessoa ter direito ao trabalho, à educação, ao livre pensamento, toda pessoa tem também direito a desfrutar do ambiente natural ótimo. Neste sentido, afirmaram que:

> Se puede aceptar, como premisa, que una alta calidad ambiental está asociada con aquellas situaciones que favorecen la mejor calidad de vida de las personas, y que la

> calidad de vida está determinada entonces, en primer lugar, por factores objetivos, los del contenido ambiental, como por subjetivos, los que devienen directamente del contenido psicosocial. Por lo anterior es que, en terminos generales, la calidad ambiental puede ser conceptualizada como juicios de valor cualificados y cuantificados que se adjudican a un estado o condición del ambiente. (SANCHES; BORJA, 1993, p. 50).

Desta maneira, é de extrema importância que se faça uma análise combinada entre os fatores ambientais, sociais, biológicos, econômicos, políticos e culturais para se compreender a qualidade de vida e ambiental de uma dada população. Isto é relevante para que se possa tomar medidas que dêem condições dignas de vida à população pois, não se pode pensar em qualidade de um ambiente urbano se, por exemplo, o esgoto doméstico é jogado a céu aberto nas ruas e aquele que é coletado não é devidamente tratado.

Embora não traga conceituação a respeito de qualidade de vida Giannias (1998, p. 2241) utilizando-se de uma "hedonic equations", afirmou que: "Quality of life is taken to be the weighted mean of a set of amenities and the basic problem in constructing it is developing a method for weighting the different amenities". A elaboração deste método de avaliação, baseado no mercado de bens imóveis (este método tem referência de avaliação e classificação a pesagem das amenidades), possibilitou a criação de um ranking de qualidade de vida em treze cidades do Canadá. O estudo aponta que a distribuição e as características das moradias afetam a qualidade de vida e que a variação nos valores da qualidade de vida aumenta quando determinadas características da moradia acontecem de forma constante pela cidade. Estas diferenças nas chamadas amenidades ambientais e sociais[3] influenciam no preço dos terrenos para aluguel e nos empreendimentos, cujos efeitos permitem desenvolver índices de qualidade de vida em áreas urbanas. Para ele, esta análise permite assumir que há índice de qualidade de vida que corresponde a cada unidade de alojamento, de forma que a escolha de uma casa é equivalente a escolha de uma qualidade de valor de vida. A qualidade da vida de um consumidor depende, certamente, das características da casa que ele escolhe viver dentro.

Por sua vez, tendo qualidade de vida como uma das palavras-chaves na discussão política e científica nos anos 1970, Borsdorf (1999, p. 163) através de estudos empíricos, avaliou o estilo de vida das cidades de Innsbruck e Bregens, localizadas no Alpes. Para ele, neste período as pessoas perceberam que aumentar o padrão de vida, necessariamente não conduziria a mais felicidade, satisfação ou bem-estar. Pelo contrário, as pessoas ficaram conscientes de que aquele crescimento quantitativo poderia destruir a qualidade de vida até mesmo dos homens e da natureza. A propriedade de um segundo carro ou uma segunda casa, o consumo crescente de energia e recursos e a industrialização da

[3] Ver na seção dos estudos geográficos (p. 86), Gober, P. et al. (1993), que também estudaram esta questão.

agricultura conduziriam a uma degradação e contaminação de lagos, rios e canais bem como também do ar e a poluição sonora. Terras poluídas, fios de alta tensão cruzando a zona rural e o nivelamento da paisagem, a transformação de área naturais extensas em áreas com moradias, o tráfego de automóveis, a implantação de diversas infra-estruturas voltadas para indústrias e o turismo tem se mostrado com uma ameaça ao ser humano e a vida biológica em muitos lugares da terra. Para ele, inundações e deslizamentos foram causados pela ação humana e a chuva ácida, em muitos lugares da Europa, se tornou um evento amedrontador. Tendo como referência de mudança de paradigma o desenvolvimento sustentável, ele cita que: “Quality of life is a sociopolitical objective which was generated under the conditions of a modern welfare society”.

Percebe-se que o debate é sobre a suficiência de se tratar apenas os dados sobre produto nacional total como o indicador dominante de desempenho nacional. Assim, se coloca em questão até mesmo o pensamento convencional sobre progresso. Isto porque qualidade de vida inclui elementos objetivos e subjetivos e, conseqüentemente, os indicadores de progresso deveriam incluir medidas sobre como as pessoas se sentem a respeito de suas vidas. Portanto, são as pessoas que deveriam avaliar se suas condições subjetivas de qualidade de vida pessoal e social estão melhorando, ou piorando.

Com este objetivo, um importante estudo foi elaborado por Amartya Sen sobre desigualdade, pobreza, economia, ética e racionalidade, o qual foi avaliado, no Brasil, por Kerstenstzky (2000, p. 117). Segundo este autor, Sen buscou formular uma nova agenda positiva na discussão sobre o padrão de vida como expressão das condições de vida dos indivíduos. Isto porque, em seus estudos, passa a ser descartada, a noção de padrão de vida como opulência ou riqueza, ou ainda como utilidade, quer no sentido de prazer, satisfação do desejo ou escolha. Estas constituem o argumento central que norteia a rejeição ao utilitarismo bem como a uma abordagem economicista da escolha social e do bem-estar. Esta abordagem passa a ser contraposta por uma outra fundamentada nos “funcionamentos” (estar bem nutrido, escapar de morbidade e mortalidade prematura evitáveis, possuir auto-respeito, ser capaz de tomar parte na vida da comunidade) e, nas “capacidades” (as oportunidades de escolha por diferentes conjuntos de funcionamentos que estariam abertas aos indivíduos, representando a extensão de sua liberdade efetiva), pois o acesso a diferentes meios econômicos, mas não exclusivamente, seria capaz de proporcionar condições e tipos de vida apropriados. Nesta vertente, o indivíduo passa a ser visto de forma multidimensional, como uma pessoa que possui ambições que se referem à sua condição individual de vida e não a dos outros, como respirar o ar puro em um lugar longe de uma grande cidade e de acesso restrito a poucos e, em segundo lugar; ter ambição não só para com sua condição de vida, mas com o

bem-estar das outras pessoas e, finalmente, como alguém que possui compromissos que envolvem a realização de objetivos com alcance a toda a comunidade da qual faz parte.

Para Santos e Martins (2002, p. 3) o conceito de qualidade de vida: “é um conceito abrangente, no qual se interligam diversas abordagens e diversas problemáticas”. Estes autores, avaliando os estudos de Allardt (1976, 1981), Gough (1982) e Nuvolati (1998), identificaram três âmbitos de análise relativos à qualidade de vida. Segundo eles, o primeiro tem a ver com a distinção entre os aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida. Estes dizem, essencialmente, respeito às necessidades humanas básicas como, por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja; aspectos de natureza essencialmente física e infraestrutural. Historicamente e para sociedades menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas ou pelo menos tinham uma focalização muito grande; hoje em dia, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao patrimônio cultural, ao bem estar, tornaram-se centrais.

Um segundo âmbito, faz a distinção entre os aspectos individuais e os coletivos. Os componentes individuais mais relacionados com a condição econômica, a condição pessoal e familiar dos indivíduos, as relações pessoais, e os componentes coletivos mais diretamente relacionadas com os serviços básicos e os serviços públicos. No terceiro, ocorre a distinção entre aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida. Por isto, os primeiros seriam facilmente apreendidos através da definição de indicadores de natureza quantitativa, enquanto os segundos remeteriam para a percepção subjetiva que os indivíduos têm da qualidade de vida e que é, claramente, muito diferente de pessoa para pessoa, e de uma classe social para outra. Este último aspecto é de fundamental importância, pois os indicadores de qualidade de vida têm diferentes traduções, consoante a estrutura sócio-econômica da população e, portanto, o mesmo indicador pode ser percebido de forma diferente por estratos socioeconômicos distintos.

Realizando-se uma avaliação sobre a bibliografia conseguida pode-se notar que a preocupação com a qualidade de vida da população sempre tem sido maior nos chamados países desenvolvidos e que só recentemente, principalmente na década de 1990, é que a questão passa a despontar na literatura científica dos países menos desenvolvidos.

Assim, é indispensável considerar que qualidade de vida é um conceito que está submetido a múltiplos pontos de vista e que tem variado de época para época, de país para país, de cultura para cultura, de classe social para classe social e, até mesmo, de indivíduo para indivíduo. Tem ainda, variado para um mesmo indivíduo, conforme o decorrer do tempo pois, o que é hoje para uma pessoa uma boa qualidade de vida, pode não ter sido há algum tempo atrás, podendo ser amanhã, ou daqui a algum tempo. Pode mesmo variar de

acordo com o estado de espírito ou de humor de um indivíduo. É esta variedade de conceitos colocados de forma tão ampla que dificulta comparações. Isto porque o termo abrange muitos significados que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

A qualidade de vida de uma pessoa, por conseguinte, abrange a condição e o estilo de vida. Assim, pode-se assinalar que uma pessoa possui uma boa qualidade de vida na medida que tem uma boa moradia, dotada de luz, saneamento básico; acesso a serviços de saúde eficazes e de educação eficientes; condições de trabalho adequadas e que lhe garanta um nível de renda que assegure uma alimentação saudável; oportunidades de lazer dentro e fora de casa e, além disto, apresente uma forma de se comportar frente a vida e seus desafios de forma saudável e eficiente. Implica também em uma maneira de lidar com as frustrações e sofrimentos inclusive, aqueles decorrentes do trabalho, de forma criativa e construtiva, podendo lidar de forma livre de preconceitos e emoções, como a inveja, o ciúme, a competição e a possibilidade de participação em grupos comunitários.

Mas a noção de qualidade de vida vai mais adiante. Ela nos informa também, sobre os diferentes graus de características qualitativas e quantitativas e valores de uma pessoa, que podem determinar o seu bem-estar e sua segurança e, que não são estáticos e quase nunca permanentes, podendo transformar-se a partir de inúmeras variáveis. É por isto que as expectativas das pessoas, as necessidades cíclicas de afeto, as questões econômicas, o padrão de consumo, a influência de pares ou grupos com os quais a pessoa convive, determinam, muitas vezes, de forma inconsciente, os indicadores de qualidade de vida que são importantes e valorizados para cada pessoa ou grupos, em diferentes momentos.

É em função desta diversidade de questões ligadas à temática que diferentes ciências têm desenvolvido estudos sobre qualidade de vida, dentre elas a Geografia. Por isto, na seqüência, busca-se abordar como em período recente a Geografia e os Geógrafos têm estudado e caracterizado as condições de vida de uma dada sociedade, principalmente, em diferentes escalas da dimensão urbana.

1.3 Os geógrafos e os estudos sobre qualidade de vida

Tratar das condições em que uma dada população vive em um espaço geográfico qualquer, implica em avaliar como, através do tempo histórico, esta mesma população se relacionou com o seu meio (urbano e rural) e foi influenciada por fatores

externos a eles. Mas é preciso considerar que os fatores externos de ordem cultural e política e aqueles da dinâmica demográfica e econômica, que representam rupturas sócio-estruturais, não são fatores cujos controles se pode ter de forma indefinida.

Desta maneira, tratar destes aspectos implica em avaliar não só como esta população vivia historicamente, mas também como esta forma de viver nos remete a uma dada condição de vida. Assim, uma dada sociedade, organizada em uma cidade, região ou país sempre mostra, através da observação das características ambientais locais ou, através de dados socioeconômicos, a maneira com que ela tem produzido riquezas e delas tem se apropriado para modificar suas condições de vida.

Aqui entra em questão os valores humanos que se revelam bastantes variáveis em diferentes sociedades. A cultura de um povo, o seu modo de vida, o nível de suas aspirações, o conhecimento adquirido e transmitido através das gerações, a historicidade, seus processos sociais, suas produções são aspectos que indicam a extensão na qual o meio ambiente está sendo utilizado, produzido e transformado pelos grupos humanos e, esta concepção, conduz a noção de organização do espaço e da qualidade de vida presente neste ambiente.

A partir desta constatação pode ser verificado que tratar das diferentes condições de vida nas quais uma população vive é algo muito complexo e há razões para tanto. Por exemplo, os dados estatísticos não nos revelam, em um primeiro momento, as razões pelas quais uma determinada população vive de uma maneira específica. Entretanto, de maneira genérica pode-se falar de condições de vida, de formas de se viver, da maneira que se vive, etc. Enfim, pode-se falar da qualidade de vida que uma população tem. Como se percebe há uma grande variedade e difusão de termos, o que impõe considerações conceituais para sua utilização.

As diferenciações quanto a qualidade de vida aparecem na mídia com referências a continentes como a África, às regiões como o sudeste brasileiro, a países como Bangladesh, ou a parcelas de cidades como em muitas das grandes cidades brasileiras. Estes referenciais mostram a dimensão espacial como relevante, sendo a espacialidade e a periodização aspectos de interesse dos Geógrafos significa que avaliar qualidade de vida implica em considerar como o termo tem sido usado no meio científico e, principalmente, na Geografia. Desta maneira, estudar a qualidade de vida de uma dada comunidade sob o ponto de vista espacial, torna-se tarefa muito relevante. Esta relevância está associada ao fato de que os índices e indicadores sintéticos caracterizados, normalmente, por médias estatísticas, não permitem identificar as diversidades máximas e mínimas de amplos fatores socioeconômicos

intrínsecos ao cotidiano da vida humana e, neste caso, também nos complicados espaços urbanos.

Neste sentido, considera-se ser de fundamental importância o estudo desta condição humana sob o ponto de vista geográfico. Isto se faz necessário, em função de que a caracterização da sociedade, através da sua condição sócio-espacial, naquilo que aparentemente ela tem de melhor e de pior tem se constituído em preocupações crescentes, na medida em que se agigantam em número e proporção os espaços humanizados. Através desta espacialização, torna-se possível a elaboração de políticas públicas objetivas, que permitam **a** tomada de consciência por parte de amplos setores sociais sobre suas condições de existência em um determinado espaço, bem como possibilita intervenção do Estado. Neste estudo, uma pequena parcela desta complexa sociedade de consumo se encontra representado pela dimensão da sede municipal.

A velocidade das transformações tecnológicas implica em sempre estar se avançando para novos paradoxos sociais, econômicos, espaciais e políticos que afetam a vida de toda uma sociedade. Disto decorre o entendimento de suas determinantes seja adequadamente avaliado, tanto sob o ponto de vista temporal, quanto espacial e das conseqüências que isto pode ter para as ações práticas no cotidiano das pessoas. É neste emaranhado de categorias de análise que a Geografia, em função da sua diversidade e aquele de suas disciplinas, permitem aos Geógrafos ter uma visão mais ampliada das questões que envolvem a vida humana. Daí, neste sub-capítulo, ter sido destacadas as contribuições que temos dado com nossos estudos para a temática. Com este objetivo, na seqüência, busca-se demonstrar historicamente e através da junção de temas já estudados, como os Geógrafos tem lidado com a questão da qualidade de vida e quais têm sido suas contribuições.

Com a finalidade de se verificar como, historicamente, tem sido formulado o conceito e a utilização do termo qualidade de vida no âmbito da Ciência Geográfica, efetuou-se ampla avaliação da bibliografia nacional e internacional. Com esta finalidade, buscou-se agrupar os estudos teóricos e práticos e por área de identidade temática.

Um dos primeiros estudos que se teve contato na fase inicial do levantamento bibliográfico que trazia alguma consideração sobre a trajetória histórica do conceito foi o elaborado por Calderón e Jiménez (1996, p. 31) que fizeram a seguinte observação a respeito do uso científico da expressão: “Aunque no podemos precisar cuándo se introdujo el concepto en el mundo académico, se conocen referencias de que los primeros estudios sobre el tema se hicieron ya a finales del siglo pasado y comienzos del presente”.

Porém, Paschoal[4] comenta que na década de 1960 (pela 1ª vez na Academia), surgiu em algumas Universidades dos Estados Unidos uma nova disciplina intitulada – Pesquisa sobre Qualidade de Vida – que tinha como objetivo prover os políticos de dados, bem como para formular políticas sociais efetivas. Foi então que, a partir deste momento, houve a busca de expansão do conceito para as áreas da arte, lazer, saúde, emprego, transporte, moradia, conservação e preservação do meio-ambiente, educação, etc.

Consultando ainda o trabalho elaborado por Calderón e Jiménez[5], foi constatado que sob o ponto de vista da existência humana, o termo é de uma certa forma antiga e se constitui em uma procura utópica do ser humano em melhorar a sua condição de vida, objetivando viver melhor, tanto no sentido objetivo quanto subjetivo de ser, em uma corrida contra o tempo e as suas adversidades inerentes aos processos históricos de evolução da humanidade. Para estes estudiosos a:

> Calidad de vida puede ser dividido en dos partes complementarias, el bienestar y la satisfacción de las necesidades humana en relación a su entorno e, el grado de la satisfacción dependería del acceso a los bienes y servicios disponibles y a la realidad y a la percepción social. La satisfacción es entendida como el grado de control y adaptación que tiene la población sobre los recursos y sus determinantes. (CALDERÓN; JIMÉNEZ, 1996, p. 31).

Na verdade, quando eram analisadas as características sócio-econômicas e ambientais de um lugar, implicitamente, também se encontravam em análise as condições de vida da população. Podemos citar aqui como exemplo, o clássico da literatura nacional, "Os Sertões" de Euclides da Cunha.

Por sua vez, Sliwiany (apud PAULA, 1990, p. 7) demonstrou através de avaliação de cunho teórico-bibliográfico, como o tema da qualidade de vida tinha sido tratado nas décadas de 1970 e 1980, mostrando assim que, naquele momento, era possível notar que estavam acontecendo mudanças em relação a visão que se tinha sobre os problemas relativos as desigualdades sócio-espaciais, tanto por parte dos pesquisadores destas questões, quanto por parte dos administradores públicos. Para ela, "Em termos gerais, o nível de vida de uma população pode ser associado a um determinado grau de acumulação de riquezas tanto material, quanto cultural e a participação dos indivíduos na distribuição e no patrimônio social produzido pelo trabalho do conjunto da sociedade". Por isto, como resultado desta reavaliação sobre as questões sócio-espaciais, o conceito de qualidade de vida passava por uma reformulação, buscando assim adequá-lo a uma realidade mundial que se alterava rapidamente. Assim, tratar da condição humana tornou-se uma questão central na discussão a

[4] (op. cit. nota nº 4, p. 48).
[5] CALDERON, I. T. G. e JIMÉNEZ. C. I. B. De la pobreza a la calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana**. v. 37, 1996, p. 31.

respeito da procura de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, qualidade de vida deveria ser entendida, também, como um novo caminho para a resolução dos desajustes que se verificavam em diferentes escalas espaciais.

Até ao final da década de 1980 do século XX, podia-se, reconhecer a existência de limitações consideráveis sobre o conceito de qualidade de vida tanto para explicar quanto para apontar possíveis soluções para o problema da pobreza. Isto se devia ao fato de que os aspectos materiais em um nível básico (alimento e abrigo), são condições imanentes ao ser humano em qualquer condição histórica. Foram elas que levaram os homens a se associar, social e politicamente, com o objetivo de suplantar suas incapacidades individuais.

Também, foi com o intuito de dar uma operacionalização teórica e prática a respeito do que vem a ser qualidade de vida - com a finalidade de planejamento – que Bravo e Vera (1993[a], p. 47) definiram o termo como sendo: "[...] el grado de bienestar individual y en grupo determinado por la satisfacción de las necesidades de la población en salud, vivienda y servicios básicos, participación socioeconómica, seguridad personal, participación ciudadana y ambiente físico". Para as autoras, esta definição implica em considerar os diferentes componentes das necessidades como um sistema com elementos que se relacionam entre si. Neste sentido, estas componentes selecionadas são chamadas "necessidades básicas operativas" que se encontram dentro de uma concepção econômica, social e política que possibilitam a satisfação de aspectos fundamentais, como às relacionadas à saúde, habitação, participação sócio-econômica, seguridade pessoal, participação política e ao meio-ambiente.

Ainda, segundo Bravo e Vera (1993b): "conceitualizar qualidade de vida tem ocasionado controvérsias entre os investigadores do tema, pelos diferentes enfoques e pelas denominações utilizadas". De acordo com elas, muitos estudiosos da questão, tais como: Maslow (1954) a relaciona com a satisfação de necessidades que seguem níveis hierárquicos (superiores e inferiores); Drewnowoski (1974) o associa ao estado de felicidade do homem; (Smith. 1980) associa qualidade de vida ao bem-estar social; Mallmann (1978) afirma que a qualidade de vida tem a ver com os estados de saúde e satisfação de cada indivíduo e Max-Neef (1986) o relaciona com categorias existenciais: o ser, ter, fazer e estar. As autoras citadas afirmaram ainda que a análise a respeito da formulação do conceito permite assinalar três momentos em relação a critérios adotados em diferentes pesquisas:

> a) os estudos com indicadores de tipo objetivo (com dados de fontes estatísticas) de caráter quantitativo; b) os estudos com indicadores subjetivos (percepção do homem sobre suas necessidades) de caráter qualitativo e; c) a combinação de ambos critérios com a incorporação da dimensão espacial. (BRAVO; VERA, 1993b, p. 276).

Os primeiros estudos sobre qualidade de vida foram elaborados com base nos chamados “Indicadores duros”, com dados extraídos de fontes estatísticas oficiais. Eram estudos do tipo dominantemente quantitativo baseados em aspectos normativos, desenvolvidos, principalmente, até a década de 1970. Os estudos com a orientação de caráter subjetivo foram desenvolvidos em períodos mais recentes, especialmente a partir dos anos 80. Neste caso, mais que um caráter normativo, tinham um caráter apreciativo e qualitativo baseado na percepção do indivíduo em relação a sua qualidade de vida. Posteriormente, passou-se a incluir a dimensão espacial como um critério adicional na definição da qualidade de vida, com distintos níveis: internacional, nacional e local. É relevante considerar que o espaço não tem relevância para estudos de qualidade de vida apenas pelas suas escalas de grandeza. Os arranjos espaciais em si mesmos são relevantes, por exemplo, nas cidades temos áreas mais seguras e as mais perigosas.

Em outro estudo, Bravo e Vera (1993) buscaram aprofundar as discussões a respeito do conceito de qualidade de vida urbana e os possíveis métodos e índices elaborados para a sua medição. Com a finalidade de aplicação no planejamento e na gestão urbana objetivava a satisfação de um conjunto de aspectos da vida que se relacionavam com a existência e o bem-estar das comunidades, a preservação da cultura em que se inseriam. As autoras afirmaram que qualidade de vida era:

> [...] el grado de necesidades de la sociedad, determinado por la necesidades de sus necesidades fundamentales, entendidas éstas como los requerimientos de los grupos humanos y de los individuos para asegurar su existencia, permanencia y trascendencia en un espacio dado y en un momento histórico determinado. (BRAVO; VERA, 1993c, p. 2).

Nesta perspectiva, para as autoras, existem dois enfoques básicos para se abordar as questões que envolvem os diferentes níveis de qualidade de uma população, ou seja: o estrutural e sociológico e o horizontal e geográfico. Assim, o estrutural distinguiria situações pertinentes a base dos grupos sociais, enquanto o geográfico teria um enfoque de localização. Porém, é a integração destes enfoques que permitiria identificar uma diferenciação mais cuidadosa das desigualdades inerentes a uma dada população.

Afirmando que o termo qualidade de vida é um termo ambíguo, que se confunde com vários outros, tais como nível de vida, padrão de vida, e que tem, ou pelo menos teve, durante muitos anos, a pretensão de congregar todas as coisas que contribuíam para a qualidade da existência humana, Dias (1994) fez sua avaliação a respeito da questão e afirmou que é:

> [...] mais fácil dizer o que não é qualidade de vida como exemplo: viver próximo a uma fonte poluidora, consumir água contaminada, passar três ou quatro horas diárias num ônibus lotado deslocando-se de casa para o trabalho e vice-versa, ou trabalhar numa indústria cuja condição de trabalho coloque em risco a própria saúde do trabalhador. (DIAS, 1994, p. 9).

Como se pode perceber nesta citação, a qualidade de vida é de difícil definição pois, muitas vezes, em relação ao fator físico ela é aceitável, não significando que no âmbito social ela também o seja. Além disto, estes fatores são encontrados de forma diferenciada no espaço, diversificando-o, o que gera "inúmeras" qualidades ambientais, que podem ser boas ou más. Por isto, para se estabelecer um certo padrão de qualidade de vida se faz necessário, relacionar todos os fatores físicos, químicos, biológicos, sociais, culturais, políticos, econômicos e antrópicos. Neste sentido, Mazetto (2000, p. 31) avaliou que: "a qualidade de vida não está restrita a um determinado padrão de vida e aos parâmetros quantitativos relativos, por exemplo, ao consumo ou infra-estrutura disponível, pois o ecossistema engloba elementos da atividade humana com reflexos diretos na vida do homem". Refletindo sobre esta interconexão entre os diversos aspectos intrínsecos a qualidade de vida, bem como tratando da espacialização geográfica da qualidade ambiental e de vida, Troppmair (1992a; 1992b) afirmou que:

> O meio ambiente, conforme as prioridades dos seus elementos produz uma qualidade ambiental que pode ser maléfica ou benéfica para a nossa vida. Assim, entendo por sadia ou boa qualidade de vida, os parâmetros físicos, químicos, biológicos, psíquicos e sociais que permitam o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno da vida. (TROPPMAIR, 1992a, p. 2).

Portanto, os problemas ambientais não estão restritos aos efeitos das alterações provocadas pelo homem na natureza, os quais colocam em risco somente a sua própria sobrevivência como espécie. Eles também estão relacionados ao próprio espaço construído pelo homem: este mundo artificial sobre a superfície terrestre, representado, especialmente, pelas cidades onde as questões de ordem social e não apenas as de ordem físicas atuam de forma decisiva na qualidade de vida. Assim, estabelecer padrões de qualidade de vida e ambiental é difícil, pois os elementos considerados atuam distintamente no espaço. Visando contribuir para a avaliação da qualidade de vida sob este aspecto, Oliveira (1983) recorreu à percepção ambiental e a considerou como um fator imprescindível para se determinar à qualidade ambiental e de vida. Para ela:

> Uma das dificuldades para responder de maneira satisfatória essas perguntas é que a qualidade do meio ambiente está intimamente ligada a qualidade de vida. Vida e meio ambiente são inseparáveis. Com isto não queremos afirmar que o meio ambiente determina as várias formas e atividades ou, ainda, que a vida determina o meio ambiente. [...] as condições de qualidade ambiental são muito subjetivas e serão boas ou ruins de acordo com o tipo e a situação da população em questão, de como esta população se relaciona e percebe o meio ambiente e a vida. (OLIVEIRA, 1983, p. 3).

Em um outro estudo, com esta concepção de se estar relacionando o meio, na concepção de espaço geográfico com qualidade de vida numa perspectiva da ciência geográfica, Geisse e Arenas (1996) afirmaram que:

> El resultado es que se asume como medio un suporte ecológico construido por el ser humano a partir de la naturaleza y la valoración que el ser humano puede hacer de ella. Como calidad de vida se asume la condición de respuesta del suporte o medio a las necesidades básicas del usuario acorde con su propia y subjetiva valoración. (GEISSE; ARENAS, 1996, p. 23).

Isto implica em dizer que para ter qualidade de vida, em qualquer meio ambiente, há o imperativo de se relacionar este aspecto com as necessidades básicas de uma dada população que habita e nele constroem suas vidas cotidianas. Isto ocorre quando através da cobertura de serviços básicos, comunitários e individuais, é auferido ao espaço social em construção, um certo grau de qualidade que não ponha em risco a vida em suas diferentes propriedades.

Como exemplo de investigação utilizando este método de pesquisa, pode-se citar o estudo de cunho teórico-prático elaborado por Santis, H. et al. (1999) que consideraram a ordenação territorial e sua organização espacial, afirmando que estas dimensões não respondem às exigências nacionais e regionais, porque os programas de desenvolvimento econômicos formulados por estes níveis de ação não levavam em consideração a percepção que os moradores locais tinham com respeito as suas condições de vida. Segundo os autores:

> Con todo, las valorizaciones medioambientales y socioeconómicos expresadas por los jefes de hogares encuestados traducen diversos grados de insatisfacción, aunque valoran aspectos tales como la calidad del aire, los recursos escénicos, la disponibilidad del servicios mínimos, la locomoción pública y expresan ingresos per cápita que tienden a confirmas una cierta mejoría. (SANTIS, H. et al. 1999, p. 66).

A qualidade de vida e a qualidade ambiental estão diretamente relacionadas ao crescimento populacional, que vem aumentando de maneira diferenciada, significante e crescente. Este crescimento “inchará” ainda mais os grandes centros urbanos, agravando os problemas neles existentes, uma vez que, de uma maneira geral, não há um planejamento que regule esta urbanização. Nas áreas metropolitanas a qualidade de vida da maior parte de seus habitantes não atende aos níveis mínimos dos padrões internacionais estabelecidos (alimentação, renda, educação, saúde, etc).

Neste contexto, muitas são as classes de indicadores e os critérios para se identificar a qualidade de vida. Segundo Machado (1997) é necessário o uso de dois tipos de abordagens para estudar a qualidade de vida e ambiental:

> [...] a quantitativa (padrões de qualidade) representada através dos indicadores do desenvolvimento mundial, como o PNB “per capita”, expectativa de vida ao nascer, analfabetismo entre adultos e também através de indicadores ambientais como poluição do ar e da água, por exemplo; e a qualitativa (indicadores perceptivos) baseada no estudo da cidade como fenômeno experenciado pelo morador, que percebe a qualidade do meio ambiente que o cerca. (MACHADO, 1997, p. 17).

Além destes fatores, a autora informa que os indicadores referentes à saúde da população são importantes para a análise da qualidade de vida e ambiental da população. Em muitos casos, uma péssima ou uma boa qualidade de vida está refletida na saúde e no acesso aos serviços de saúde por parte das pessoas. Com certeza poderíamos afirmar que sem qualidade ambiental onde os microrganismos se encontram estabilizados em relação a presença humana, não se pode ter qualidade de vida. Isto, porque sem uma saúde estável, nenhum ser humano pode lutar para melhorar a sua condição de vida.

Como já foi dito, é de muita relevância considerar os indicadores ambientais na análise da qualidade de vida. Os indicadores ambientais podem se referir ao estado físico ou biológico do mundo natural (indicadores de estado); às pressões das atividades humanas que causam modificações destes estados (indicadores de pressão); indicadores das medidas da política adotada como resposta a estas pressões, na busca da melhora do meio ambiente ou da mitigação da degradação (indicadores de resposta). Deve-se ressaltar que estes indicadores ambientais auxiliam na análise da qualidade ambiental, que pode ser boa ou má, a depender de como a pressão humana vem se impondo no meio ambiente.

É de extrema importância, portanto, que se faça uma análise combinada entre os fatores ambientais, sociais, biológicos, econômicos, políticos e culturais numa perspectiva espacial para se compreender a qualidade de vida de uma dada população. Por isto, estas variáveis consideradas relevantes quando da elaboração de estudos, que possibilitem tomar medidas que dêem condições dignas de vida à população. Neste sentido, refletindo a respeito da influência da questão ambiental na caracterização da qualidade de vida, Gildenberger (apud MORA, 1999) apontou para uma nova forma de ver o conceito, pois para ela*:*

> La calidad de vida es un nuevo enfoque que se orienta a la búsqueda de respuesta a la problemática de los cambios contemporáneos. Es una propuesta general de estilo societal, que alude a un crecimiento orgánico donde el bienestar tiene en cuenta todas las facetas del hombre, subrayándose especialmente las derivadas de su medio ambiente natural e social. (MORA, 1999, p. 254).

Por isto, muda-se a “concepção” de que o planejamento deve ser voltado apenas para o crescimento econômico de uma dada população, para uma outra, onde o planejamento seja voltado para a integração social e a elevação dos níveis de qualidade de vida. Busca-se também, através desta intervenção, criar novos caminhos econômicos e sociais que respondam, da melhor forma possível, às necessidades humanas mais prementes, materializando assim, os valores do bem-estar humano e elevando a justiça social entre os indivíduos de uma sociedade.

Estas últimas citações mostram que não basta ter um recurso natural valorizado e abundante para que uma dada sociedade tenha uma qualidade de vida digna. É preciso que as condições naturais do meio sirvam de sustentáculo não apenas para uma minoria mas sim, para a totalidade. Portanto, não basta ofertar, em grandes quantidades, um bem material ou subjetivo, é necessário um conjunto deles para se ter qualidade na vida que as pessoas levam.

Vale aqui salientar, que as pessoas que possuem condições de efetivação do auto-respeito e confiam em suas próprias habilidades, aumentam suas potencialidades, podem alcançar seus objetivos de melhorar sua qualidade de vida, bem como possuem a capacidade de reconhecer os méritos dos outros que os tenha atingido. A partir desta noção que se possa ter de qualidade de vida, verifica-se uma forma de expressar o que é denominado como condições de privação; neste caso, melhor qualidade de vida significa menos privação.

Outro estudo importante para se compreender o que é qualidade de vida e as relações que se acham inseridas numa dada realidade social, política e espacial, foi elaborado por Rojas (1996, p. 46) que avaliou como o sistema político e suas ações, podem ser camufladas em discursos e práticas demagógicas - populistas e as implicações, que isto teve na história recente da Venezuela. Para ele: “La actual transición que vive Venezuela desde el rentismo al capitalismo petrolero, y el proceso de desconcentración del poder que se vive paralelamente, muestran la relación entre calidad de vida el profundización democrática”.

Para Freitas e Ramires (2002, p. 627) o tema qualidade de vida é tratado sob diversas formas, seja no ramo da ciência, seja no senso comum e em abordagens individuais ou coletivas. Assim, a questão da qualidade de vida diz respeito às conquistas que a própria sociedade almeja e a formas globais que envolvem políticas públicas e sociais que levam ao desenvolvimento humano, às mudanças no modo de vida, nas condições de vida e no estilo de vida, servindo também ao setor saúde. Neste sentido, para eles: “[...] medir a qualidade de vida, requer-se um aprofundamento conceitual e metodológico. As noções de qualidade de vida têm avançado, entretanto, nos aspectos metodológicos, onde há obstáculos que apresentam grandes desafios a ser superado.”

Por isto, tanto os indicadores objetivos quanto os subjetivos podem fornecer, igualmente, dados satisfatórios sobre a qualidade de vida de uma comunidade. A satisfação ou a insatisfação de uma pessoa constitui-se na experiência individual de cada ser humano. Com isto, o indivíduo busca melhores condições de vida e é a sua opinião que identifica os fatores determinantes da qualidade de vida, ou seja; avaliar a saúde da pessoa, a auto-estima, o aprendizado, os relacionamentos, a vida profissional, o lazer, o significado da vida, etc.

Nesta direção de análise, Santos e Ferreira[6], abordaram a dialética contida na relação desenvolvimento e qualidade de vida, pois a utilização dos avanços técnico-científicos, que levam a freqüentes saltos de modernização tem, freqüentemente, desestabilizado os sistemas ecológicos, principalmente nos espaços urbanizados. É esta situação de degradação acentuada das condições naturais que garantiram, historicamente, o desenvolvimento da humanidade. Porém, a baixa qualidade de vida aliada à pobreza material da grande parte da população, está no cerne dos questionamentos feitos perante os avanços técnico-científicos e os meios utilizados para este fim e seus respectivos benefícios. Neste sentido, a tecnologia é apenas mais um meio para se conseguir melhores condições de vida, sendo necessário, ser incorporada no dia-a-dia da população. Se ocorrer a sua difusão apenas na forma da informação, ela não será absorvida e não atuará no sentido de mudar a vida das pessoas.

As contribuições dos Geógrafos sobre os estudos da qualidade de vida, até aqui mencionadas, não constituem um extenso material bibliográfico e teórico mas, constituem uma contribuição importante na avaliação histórica do conceito. Para isto, buscou-se ampliar este rol, verificando no "Geo Abstract" séries "Human Geography", o que se poderia identificar, de forma assistemática, a respeito da questão e que tivesse sido elaborado por Geógrafos. Com este objetivo, escolheu-se o período de 1990 a 2001, como base de análise. O perfil da presença de citações de artigos, em cujos títulos possuíssem a expressão "quality of life", apresentou-se conforme o apontado na figura 2.

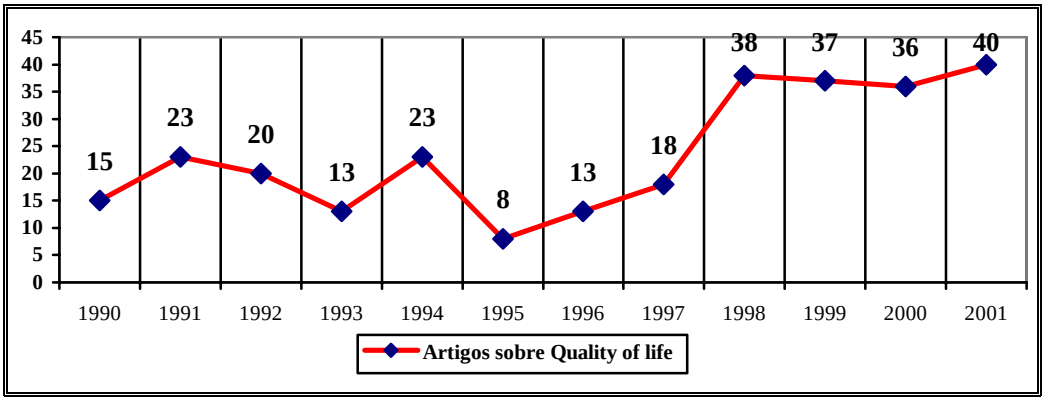


Figura 2 – A presença de citações de artigos sobre qualidade de vida entre 1990 e 2001 no Geo Abstract.
Fonte: Geo Abstract - Serie Human Geography – 1990-2001. Elsivier – U.S.A.
Org. Edir de P. Bueno.

Avaliando-se os dados contidos na figura 2, pode-se constatar que entre 1990 e 2001 (intervalo de 12 anos) houve a publicação de 284 estudos catalogados

[6] SANTOS, M.A.; FERREIRA, Y. N. **Desenvolvimento, riscos ambientais e qualidade de vida**. In: Anais. XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, 2002. 7 p.

envolvendo a questão da qualidade de vida, constituindo uma média de 23,6 artigos ao ano. Para uma melhor compreensão dos números, buscou-se dividir este período de 12 anos em três grupos de análise temporal, ou seja: entre 1990 a 1993 quando foram catalogados 71 artigos, o que corresponde a uma média de 17,75 artigos/ano; entre 1994 a 1997, 62 artigos, dando uma média de 15,5 artigos/ano e entre 1998 a 2001 foram catalogados 151 artigos, com uma média de 37,75 artigos/ano. Tendo os anos de 1990 e 2001 como referência de análise, o que se verificou é que neste intervalo houve um incremento na publicação de artigos (em diferentes áreas do conhecimento), sobre qualidade de vida da ordem de 266,6%.

Assim, relacionando o total de artigos presentes em 1990, com aquele total verificado em 2001, pode-se constatar que além da constância de artigos publicados sobre a temática, em diversas áreas do conhecimento, que o seu crescimento tem sido importante. Esta diversidade e crescimento no número de estudos sobre a temática demonstram a abrangência dos fatores que influenciam na qualidade de vida das pessoas. Também, pode-se constatar que, do total de artigos analisados neste intervalo, 91 tinham em seus títulos a expressão quality of life e 12 well-being, ou seja; respectivamente 43,1% e 5,7% do total de artigos identificados. Os outros 51,2% tratavam, em seus estudos, da qualidade de vida, mas não se tinha a expressão como uma referência direta no título. Neste sentido, o que se pode afirmar é que esta constância de estudos sobre qualidade de vida pelo mundo afora, vem demonstrando o interesse crescente por parte dos cientistas em melhor compreender as causas e os fatores que influenciam e envolve a vida humana, tanto em áreas rurais, quanto nas urbanas.

Embora, a princípio, se pudesse julgar que o “Geographical Abstracts: séries Human Geography” indicaria a presença marcante de estudos elaborados por Geógrafos, foi constatado o contrário. A partir da análise dos títulos dos 284 artigos, foram selecionados 48 os quais dada a proximidade temática se mostraram relevantes como referencial teórico para a tese e que, por isto, foi empenhado esforço para conseguí-los, sendo que destes, 33 foram conseguidos em sua forma impressa. Porém, quando se buscou verificar quais eram a formação dos seus autores, descobriu-se que do total de artigos, somente 15 deles (31,2%) tinham sido elaborados por Geógrafos. Este número relativamente baixo de artigos publicados neste index, demonstrou o pouco espaço de reflexão teórica-metodológica e prática por parte dos nossos colegas estrangeiros, a respeito das mais diversas formas de distribuição dos níveis de qualidade de vida em espaços urbanos, ou não. Feita esta constatação, buscou-se ampliar a pesquisa sobre a atuação dos Geógrafos nesta área temática, através da consulta deste quesito, nos artigos obtidos na pesquisa bibliográfica. Os artigos que foram elaborados, principalmente por Geógrafos brasileiros, passaram a integrar esta parte do estudo.

No contexto desta pesquisa, buscou-se identificar metodologias, conceitos e índices elaborados por Geógrafos que permitam, posteriormente, identificar diferentes aspectos da qualidade de vida em Catalão. Com este objetivo, buscou-se apóio da literatura pertinente.

Nesta análise, encontrou-se, inicialmente, comentário efetuado por Helburn (1982) que afirmou:

> Significantly, quality of life has two meanings: one personal, the other external: one quite subjective, the other more objective. The two different meanings of quality of life interact: in the former meaning, my personality and abilities (however they were achieved) are used by me to achieve satisfactions within a milieu that is the second meaning of the term, and part of my satisfaction comes from my contribution to our shared or communal environment. (HELBURN, 1982, p. 446).

O autor avalia que são vários os aspectos geográficos de um lugar que podem influenciar na qualidade de vida das pessoas. Porém, ele comenta que os aspectos não estéticos são mais importantes pois, o conhecimento da geografia por parte das pessoas de um lugar ajuda a enlarguecer os horizontes, tornando-as cosmopolitanas. Tece ainda várias perguntas sobre a contribuição que os Geógrafos poderiam dar para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Com este objetivo, pergunta se nós aceitamos que qualidade de vida deve ser um objetivo para diferentes sociedades e de que forma os geógrafos podem contribuir para fazê-la melhor? Onde nós temos vantagem comparativa?

Dentre todos os estudiosos e suas ciências nós podemos falar melhor a respeito dos lugares. Como planejadores e professores de futuros planejadores nós temos um pouco de influência no desígnio e na construção dos edifícios que alojam nossas atividades e nossas instituições. Nós podemos usar esta influência para aumentar a habitabilidade de nossas construções. Como elaboradores de estudos de impactos ambientais e planos de ação de longo prazo e como consultores, podemos influenciar no uso de terra e na proteção do ambiente natural. Analisando os aspectos dos lugares nós não estamos projetando a vida das pessoas mas, influenciando o desígnio dos lugares, dentro dos quais as pessoas fazem suas vidas muito melhor. Nós enfatizamos o interesse público quando na tomada de decisão de planejar a ocupação do espaço. Neste sentido, se faz necessário intensificar a formação de Geógrafos que tenham uma visão crítica das inter-relações existentes em qualquer meio-ambiente. Porém, para que isto realmente aconteça, é indispensável que nós atuemos nos processos de planejamento e de avaliação de relatórios ambientais elaborados por equipes multidisciplinares, onde, normalmente, tem sido constatadas falhas consideráveis.

Em outra direção, discutindo a importância que o transporte público e a locomoção por veículo individual tem na circulação das pessoas dentro das cidades e a influência que isto pode ter para a qualidade de vida das mesmas, Langenbuch (1983) fez um

paralelo entre as implicações sociais e a ação do poder público na melhoria destas duas formas de circulação intra-urbana. Para ele:

> [...] a redução dos níveis de ruídos; no embelezamento paisagístico das vias de maior circulação intra-urbana; a adaptação da estrutura urbana para receber tanto veículos públicos, quanto particulares que poderiam ser implantadas para propiciar boa qualidade ambiental e contribuir para a qualidade de vida da comunidade como um todo. (LANGENBUCH, 1983, p. 2).

A partir desta avaliação, o autor aponta uma ampla demonstração dos requisitos mínimos necessários para satisfazer os passageiros do transporte público, bem como possíveis medidas que poderiam ser tomadas, por exemplo, em relação à qualidade do ar.

Apontadas as defasagens entre a forma de circulação ideal e a real, considerou-se que as preocupações dos diversos setores sociais e econômicos de uma cidade devem ser voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos usuários diretos do serviço público e da comunidade como um todo pois, estes, devem sempre merecer considerações prioritárias das administrações públicas. Por isto, a cidade de Catalão, embora ainda não se constitua em um aglomerado urbano de grandes dimensões, o uso de carro de passeio e do transporte coletivo por diferentes segmentos sociais tem se constituído em tema para amplos debates sociais e políticos, já que a qualidade dos serviços prestados e as condições das ruas afetam, diretamente, a qualidade de vida da maioria da população. Está mais que evidente que as condições dos transportes públicos precisam passar por mudanças importantes que tragam qualidade de vida para todos as pessoas, independente da condição social.

Por sua vez, Perez (1989, p. 142) ao analisar os processos de remodelação urbana promovida pelo poder público no começo dos anos 1970 em alguns bairros periféricos da cidade de Madrid, que levaram a deteriorização do meio-ambiente e desencadeou uma situação de insatisfação residencial, afirmou que: “Dentro de la disciplina geográfica, la noción de calidad de vida o bienestar deriva de la relación entre una persona y/o un grupo de personas y un bien [...] e inclui todas las cosas o bienes que contribuen a la calidade de la existência humana”. Segundo o autor, a importância dos bens está em função das necessidades pois, ao se atribuir um valor a um bem, há o atendimento de uma satisfação que traz um bem-estar social. Por isto, a satisfação residencial como um predicado de qualidade de vida resulta de um conjunto de atributos difíceis de se medir mas, que se encontram ligados pelas características das moradias, do bairro, da cidade e pelas características socioeconômicas e demográficas dos indivíduos. Por isto, a moradia como um bem de uso, assim como outros serviços públicos, têm se convertido em reivindicações sociais por melhor qualidade de vida.

Este processo de reordenação urbana sempre causa impactos sobre a qualidade de vida. Em Catalão, que nos últimos anos passou por transformações importantes em suas vias de circulação, tem ocorrido um amplo debate na sociedade sobre a importância de se empregar um volume considerável de recursos públicos em lugares que já contavam com estes serviços, ao invés da sua utilização em ruas que não dispunham dos mesmos. Isto demonstra que a opção de um administrador público nem sempre se refere ao interesse da maioria mas, sim o de atender parcela da sociedade que lhe traga benefícios eleitorais e torne sua passagem pela administração pública por um período mais longo com a reeleição.

Com a finalidade de mapear a distribuição das variações de bem-estar da população a partir da estrutura sócio-econômica regional, Siirila, S. et al. (1990) desenvolveram na Finlândia, na década de 1980, pesquisa com este objetivo. Para o estudo, foram utilizados dados sobre a estrutura da produção regional como indústrias, serviços e outros fatores como emprego, habitação, meio de vida e educação. O estudo foi pautado, por um lado, na avaliação de variáveis concentradas em 4 índices como: desemprego, pobreza, miséria e insegurança. Por outro, na conformação das municipalidades também em grupos segundo os seus tipos: grandes centros populacionais, centros industriais, municipalidades suburbanas, centros rurais, municipalidades industriais rurais, trabalhadores rurais volantes e municípios com produção de bens primários. Os autores concluíram afirmando que:

> In a post-industrial society there is no longer the same correlation between the old types of regional features and the desired well-being factors. Well-being is substantially and spatially multidimensional phenomenon and therefore its regional variations must be described by means of several measures. (SIIRILA, S. et al. 1990, p. 198).

Outro estudo tendo como objeto de análise esta questão, foi elaborado para 25 cidades polonesas. O estudo buscou aferir como as políticas públicas de desenvolvimento industrial com base local eram percebidas pelos seus moradores a partir dos efeitos positivos (oportunidades de empregos, salários, educação e lazer) e, negativos (riscos à saúde, destruição da natureza e êxodo rural) oriundos da implantação de indústrias. A partir da aplicação de um questionário envolvendo estas questões, buscou caracterizar a satisfação com a qualidade de vida. Assim, de acordo com a importância, ou não, dada pelos entrevistados para alguma das cinco variáveis acima citadas, ela teria um peso maior ou menor na forma de percentual que influenciava à classificação. Por exemplo: se a deteriorização da saúde foi apontada por um número determinado de pessoas, em qualquer das cidades, como um fato que contribui de forma negativa na qualidade de vida. Da mesma forma que no estudo anterior, as cidades foram distribuídas por grupos de tamanho. O estudo foi concluído por Dománski (1990) com a seguinte afirmativa:

> It is clear from the above analysis that the positive or negative attitude towards local industrial development in a particular town depends un whether this development it considered to improve or deteriorate the quality of life of the community. Deterioration it perceived mainly in health conditions, and improvement mainly in stimulating investments infrastructure and better housing (with full plumbing!) rather than, as it probably the case in Western communities, in expecting new and better job opportunities. (DOMÁNSKI, 1990, p. 227).

As implicações advindas da redistribuição regional do trabalho, a partir da migração inter-regional ocorrida em função das localizações dos postos de trabalho, dos recursos naturais e da capacidade industrial foram avaliados na antiga URSS. O estudo enfocou as determinantes econômicas e geográficas como elementos essenciais na escolha do destino para os movimentos migratórios ocorridos no período entre 1968 e 1985. Foi dada ênfase particular aos efeitos relativos das variáveis econômicas que afetavam a qualidade de vida e as variáveis de gravidade como distância e tamanho de população. Mitchneck (1991) chamou a atenção para o fato de que a maioria dos estudos no (lado mundo ocidental), sobre migração inter-regional, enfocaram as determinantes que atuavam nas chamadas economias de mercado e nos países subdesenvolvidos mas, que esta reflexão tinha recebido muito menos atenção na chamadas economias centralmente planejadas.

Este estudo se preocupou ainda em dar aplicabilidade para duas teorias: a do modelo de gravidade (tamanho da população e da distância inter-regional), como uma base para predizer e explicar a intensidade de interação do espaço e, a da economia neoclássica, que estabelece variáveis para analisar os impactos oriundos dos investimentos, da renda e do emprego sobre migração inter-regional. Para o autor, os fatores que influenciam na qualidade de vida incluem um subconjunto de causas que caracterizam o bem-estar social e econômico de uma comunidade ou um lugar. Isto, porque a migração resultou em transferências regionais de trabalho que afetou as capacidades regionais por produção material e produtividade do trabalho e capital. Ele concluiu seu estudo afirmando que:

> The spatial interaction models have helped to clarify the pull factors involved in the migration process produced by the economic and quality of life characteristics of the origins and destinations within the USSR, according to established neoclassical economic theory. The origin-specific models accounted for a large and significant proportion of the variation in destination choice from different origins. The gravity factors (effects of distance and population size) were quite significant and produced the expected results, indicating that the standard model can be used to analyze migration in the USSR. It also corresponds with results of the application of gravity models to other countries. The geographical pattern of the distance coefficient, for example, especially for 1968-1969, coincides quite well with results of spatial interaction analysis for the United States. (MITCHNECK, 1991, p.184).

O impacto da migração também tem sido estudado sob o ponto de vista internacional, como no caso dos países mediterrâneos do sul da Europa e do norte da África, que nos últimos 40 anos quase duplicaram sua população. Este crescimento populacional

ocorrido neste período, principalmente, nos países do norte da África e do sudeste europeu, tem, como característica, uma estrutura jovem, marcada por alta fecundidade e mortalidade infantil em declínio. Este perfil demográfico tem trazido, como conseqüência, a chegada ao mercado de trabalho de jovens que pressionam por possibilidades de melhorar suas condições de vida, internamente em seus países, quanto nos da Europa. Este potencial migratório e as imprevistas modificações políticas dos países Árabes Meridionais, bem como uma demografia européia de incerto futuro e a intencionada dualidade Norte-Sul e Islã – Ocidente, apontam para uma situação de conflito com imediatas conseqüências para as sociedades destes países.

A falta de crescimento econômico verificado nesta região, tem feito com que a perspectiva de melhoria no desemprego e subemprego, seja escassa. Isto tem gerado uma regressão no bem-estar material e não material (desenvolvimento social e político), desta população, com retrocessos traduzidos na falta de segurança, tensão social e violência. Neste sentido, Garcia (1996) teceu o seguinte comentário a respeito desta situação:

> Si no se reducen los contrastes demográficos y de bienestar entre ambas orillas del Mediterráneo, las tensiones migratorias continuarán. La marcha de individuos altamente cualificados también proseguirá (apoyada en la revolución de las comunicaciones, en las infra-estructuras o el aprendizaje de idiomas y su propia cualificación), y en el caso de aumento del fúndamentalismo religioso (hipótesis bastante verosímil) aquélla puede ser realmente amplia. (GARCIA, 1996, p. 407).

A solução para todos os problemas e tensões na bacia do Mediterrâneo passa pelo êxito de políticas de população e desenvolvimento econômico e social nesta região. Estas devem ser entendidas em um sentido mais amplo que o habitual, insistindo na perspectiva demográfica, pois as políticas de população são também, políticas de desenvolvimento econômico. O instrumento adequado está na valorização dos recursos humanos.

Em outra direção de análise, pode-se citar estudos que buscaram avaliar a disparidade existente entre o nível de estágio econômico e o bem-estar de uma população. Em função disto, ocorreu o surgimento de três diferentes formas de se avaliar a questão. O primeiro grupo propôs mensurar o bem-estar humano como uma alternativa em conjunto com meios convencionais como o GNP. Outro grupo atentou para a necessidade de se desenvolver um índice que capturasse a saúde econômica e o bem-estar da população. O último grupo de estudiosos pautou suas análises em incluir nestas medidas, outros fatores como: a distribuição de renda, o perfil dos gastos governamentais e a estrutura do comércio. Porém, como é analisado na parte do referencial teórica do IDH (ver capítulo II), o uso destes indicadores sempre trouxe controvérsias. Neste sentido Holloway e Pandit (1992) buscaram demonstrar através do uso do PNB e o PQLI (Physical Quality of Life Index) formulado por Morris em 1979, como ficaria a distribuição geográfica mundial do bem-estar. Com este intento,

utilizaram-se das variáveis: distribuição da renda (renda individual, dependência comercial e a desarticulação interna do processo produtivo) e gastos governamentais (sociais e militares, dívida externa, estrutura da população e direitos políticos e civis), para analisar se estas variáveis teriam resultados diversos entre um método e outro. Os autores concluíram que:

> First, the concepts and measures of economic development and human welfare upon which we built our measure of the development welfare disparity continue to be contentious and ambiguous. […] Second, there is a dynamic element to the relationship between economic development and human welfare that we do not directly consider. For example, the impact of increased national income may not be felt immediately in the measures of literacy and life expectancy (which are components of the PQLI) because these measures reflect the conditions of the adult population, which were determined in an earlier period when national income was lower. (HOLLOWAY; PANDIT, 1992, p. 68).

Da mesma forma que estudos tem sido formulados buscando comparar, internacionalmente, os níveis de bem-estar, o mesmo também pode ser feito sob o âmbito regional. Isto, porque a qualidade de vida de uma dada população pode sofrer alterações regionais importantes em função das alterações no padrão de atividade econômica e do emprego. Por isto, estas alterações também devem ser estudadas ao mesmo tempo sob o ponto de vista temporal e espacial. Nesta direção, tendo como objeto de análise os dados dos Censos dos anos de 1950-1980 para a população dos estados de Oregon e Washington nos Estados Unidos, Bridges e Berentsen (1993) utilizaram seis variáveis (renda familiar média, porcentagem de casas sem água encanada, porcentagem de trabalhadores em atividades primárias, taxa de desemprego, anos médios de escolaridade das pessoas com mais de 25 anos e taxa de mortalidade infantil). Estes dados foram transformados em índices municipais que buscaram demonstrar as identidades geográficas das diferenciações inerentes ao “status” socioeconômico da população em cada Estado. O estudo mostrou, essencialmente**,** que:

> Regional inequalities in the Northwest declined from 1950 to 1970, period but increased in the next decade. This was largely due to several factors. First, counties dominated by primary production often experienced decreasing levels of QOL. Second, surging employment in metropolitan areas, especially the Seattle and Portland, was both a cause and effect of higher QOL scores in the metro counties. […] Growth of the national market and national transport/communication network also allowed major cities to export services outside the region. In comparison, many counties in the "periphery" had slow employment growth and relatively slow improvement in QOL scores. Several counties in Oregon which had net losses of manufacturing jobs during the study period experienced particularly slow improvement in QOL. (BRIDGES; BERENTSEN, 1993, p. 13).

Tendo como base de análise três concepções teóricas, sendo a primeira, pautada no sistema sócio-territorial de Chojnicki (1988) a qual propõe que a característica territorial é oriunda da ocupação permanente de uma comunidade que desenvolve e controla uma área específica da superfície terrestre, aplicando nela uma base técnica que produza os bens materiais necessários. A segunda é a de Kaufman (1959) que parte do pressuposto da

concepção de uma comunidade local, tais como: interação social, senso de pertencimento e uma permanente ligação entre os membros da comunidade; e a terceira, é a de Loboda (1987) que parte da idéia da modernização e da inovação como produto da cultura material de uma comunidade particular. Por sua vez, Maik (1993) utilizando-se destas teorias, investigou como a população das cidades de Czarnków e Nowe Skalmierzyce (cidades polonesas), representada por uma amostra de um segmento social (homens com idade entre 30 e 45 anos), percebiam as implicações que as inovações no local de trabalho influenciavam nas suas condições de vida. Assim, ele concluiu o estudo:

> Firstly, a statistically important connection was confirmed between innovation attitudes and such features as: length of stay in a given town (Czarnków) and a sense of stabilization (Nowe Skalmierzyce). Secondly, there is a clear interdependence of the innovativeness phenomenon with features defining the living conditions, of the respondents, such as: a socio-ecological factor (Czarnków), "per capita" income (Czarnków), and equipment with durables (Czarnków and Nowe Skalmierzyce). Thirdly, the situational context is an factor forming a system of innovation attitudes in the place of work. Fourthly, important differences occur between innovation activity in support of improvement concerning living conditions in the dwelling-place and innovation activity supporting improvement of work conditions. (MAIK, 1993, p. 398).

Como é do conhecimento do meio científico e fora dele, as diversas formas de crime praticadas por diferentes segmentos sociais influenciam na qualidade de vida de uma dada população. Por isto, esta questão tem sido motivo de investigação por parte de cientistas de inúmeras áreas do conhecimento e, entre elas, os Geógrafos que têm desenvolvido interessantes estudos nesta área. Estes estudos têm tido como objetivo medir em que grau este fenômeno influencia as reais condições de vida de uma população, seja ela de âmbito local, estadual e, até mesmo, nacional. De acordo com estes estudos, muitos crimes consistem de quatro dimensões, ou seja: a lei, o criminoso, a vítima e o lugar. Para estudar a interconexão entre estas especificidades do crime, surgiu a criminologia ambiental que busca entender a chamada falta de incivilidade dos vizinhos. Com o objetivo de investigar como isto afeta a qualidade de vida, Herbert (1993) criou o Index de Incivilidade (sujeira urbana, cães, iluminação das ruas, "gangs" de adolescentes, barulho e vandalismo), do Crime (arrombamento, roubo de carro, assalto e outros crimes neste formato) e da Satisfação. Para isto, aplicou questionário contendo perguntas sobre o cotidiano da vida urbana e teceu os seguintes comentários:

> This study has focused on the value of the Index of incivilities as an indicator of quality of life within public sector residential estates. Evidence points to its value in this context and to its close relationship with other key indicators such as experience of crime, fear of crime and neighborhood satisfaction. In terms of policies designed to improve the quality of the urban environment this evidence suggests that they can have beneficial effect beyond their immediate intent. Research into the effects of improved street lighting, revealed what was termed a 'halo effect', 'whereby residents' perceptions of a range of neighborhood qualities improved when a single improvement or was completed. (HERBERT, 1993, p. 48).

Outro aspecto que tem sido muito discutido recentemente são as chamadas amenidades que um lugar oferece para o estabelecimento de padrões de qualidade de vida diferenciados. Estas amenidades são normalmente definidas como lugares que enfatizam características individualizadas da paisagem que possuem potencial recreativo, lugares singulares que possuem significado histórico e com identidade rural. As cidades de clima agradável atraem os aposentados e se tornam lugares de recreação, e outros que estimam estas qualidades como intangíveis da vida. Os valores da terra em lugares agradáveis contribuem para o processo produtivo e sua amenidade produz experiências e satisfaz as necessidades psicológicas das pessoas.

A valorização de ambientes, com certas características de amenidades, constitui um subproduto do aumento do fluxo de pessoas que buscam lazer em função do aumento das horas de não-trabalho típica da sociedade pós-industrial. Por isto, uma paisagem agradável como das cidades pequenas, fugindo das áreas metropolitanas, são utilizados pelos residentes e visitantes à procura de um modo para satisfazer as necessidades básicas da vida em um nível mais alto. A influência destas amenidades na qualidade de vida foi analisada por Gober, P. et al. (1993) na cidade de Sedona's (Arizona, E.UA.) e, para isto, distribuíram um questionário para 64 empresas que tinham 846 empregados. Deste total foram devolvidos 286, nos quais puderam ser verificadas as características sócio-econômicas e demográficas, bem como as avaliações pessoais sobre as amenidades do lugar. Neste sentido, os autores finalizam o estudo afirmando que:

> The presence of amenity towns like Sedona in no metropolitan areas increases the contrasts from one place to another in very much the same way that such sharp contrasts arise and persist in metropolitan areas. The emergence of a highly specialized and complex regional economy in which some places provide jobs while neighboring communities provide housing and the intangible qualities of small town life drastically alters die economies, sociologies, and political geographies of contemporary no metropolitan America. (GOBER, P. et al. 1993, p. 19).

Um outro aspecto que envolve a questão da qualidade de vida e que tem sido discutido em amplos setores da sociedade mundial e, especificamente, da brasileira, é a relação existente entre a dinâmica da população, crescimento econômico e meio-ambiente. A desaceleração nas taxas de crescimento populacional verificada no Brasil desde os anos 1970 colocou em cheque, muitas das teorias que imputava a pobreza e a marginalidade aos baixos níveis de qualidade de vida. Porém, o crescimento econômico verificado neste período mostrou que não se pode ter melhoria nas condições de vida da população se ocorre, concomitantemente, a concentração da renda gerada.

Sob o ponto de vista de correntes teóricas dominantes até aquele momento, a baixa qualidade de vida, em termos gerais, incluindo a degradação ambiental, era função do

indesejável ritmo de acréscimos demográficos e que o estabelecimento de famílias menores se traduziria em condições de vida mais propícias e em um meio ambiente mais saudável e protegido. Esta questão de se restringir a análise demográfica às conseqüências negativas que as condições de vida da população impõe para a qualidade de vida de todos, não pode ser condicionada de forma generalizada pois a qualidade do ar e da água, da moradia, dos espaços verdes "per capita", poluição sonora e padrões nutricionais não tem mostrado melhorias significativas nas últimas décadas, mesmo com a diminuição significativa das taxas de fecundidade verificadas no país. Com a finalidade de esclarecer esta questão, Hissa (1994) afirmou que:

> [...] a discussão sobre eficácia, progresso e qualidade de vida deveria transcender o simples debate sobre política social, posto que a natureza dos problemas, freqüentemente ignorada pelas teorias convencionais e até mesmo por algumas das mais progressistas, é bem mais complexa do que se pode imaginar o pensamento neomalthisiano, simples e míope. (HISSA, 1994, p. 241).

No entanto, na perspectiva urbana, o crescimento populacional verificado de forma intensa a partir da década de 1970, também tem desgastado os laços sociais e os espaços públicos que são valores culturais que, consciente ou inconscientemente, influenciam na interação da população com seu entorno, nas suas ações e reações e, mesmo, na melhoria da qualidade de vida. Assim, a cidade tem se transfigurado ao longo das últimas décadas em espaços cada vez mais fechados, que refletem a perda da urbanidade e demonstram a especialização e compartimentação da sociedade que tem interiorizado muito das atividades sociais que antes se desenvolviam em locais públicos. É esta percepção e conscientização da degradação crescente da vida e a veloz desumanização das cidades que tem contribuído, sob o ponto de vista subjetivo, para a depreciação da qualidade de vida urbana. Analisando esta questão, Mello (1995) teceu o seguinte comentário:

> Dada a complexidade do que pode significar a recuperação da qualidade de vida urbana, se iniciássemos o processo imediatamente, talvez pudéssemos trazer de volta a vida dos espaços públicos, isentos dos medos característicos das últimas décadas. As saídas, portanto, devem iniciar na família, ganhar o bairro, a comunidade e atingir toda cidade. A democratização do orçamento poderá, ao garantir a participação da comunidade, garantir a territorialização de suas aspirações. (MELLO, 1995, p. 197).

Assim, a questão da qualidade de vida urbana envolve muitos outros fatores, que em muitos casos são externos a área ocupada pela malha de uma cidade. Por exemplo, a questão da água para abastecimento tem sido motivo de muita preocupação pois, a contaminação e diminuição dos mananciais põe em risco o abastecimento deste produto que é fundamental para a vida humana e, principalmente, a urbana. Via de regra, esta importante infra-estrutura vem sendo, submetida a diversos problemas ambientais em conseqüência da

incapacidade das cidades e regiões em administrar os seus recursos hídricos. Neste sentido, muitos estudos têm procurado identificar também as causas determinantes desta deficiência, e assim, formular estratégias e estabelecer prioridades na conservação, operação e gerenciamento destes recursos.

A análise dos problemas institucionais, a premência de políticas públicas e reformas institucionais em face da identificação das causas e também a formulação de um plano dinâmico de uso das micro-bacias hidrográficas envolvendo os vários níveis de governo locais e estaduais, entidades públicas e privadas vêm contribuindo para garantir e melhorar não só o abastecimento mas, também, o tratamento do esgoto sanitário, que é fundamental para a elevação da condição de vida da população de uma cidade. Avaliando esta questão de grande relevância para a vida e a sua qualidade nos centros urbanos, Foresti e Ceccato (1995) fizeram a seguinte observação:

> Se não for neutralizado no devido tempo o problema de qualidade da água em áreas urbanas pode assumir feições incontroláveis e isto é particularmente sério se os índices de desenvolvimentos globais permanecerem baixos. Considerando-se que problemas como crescimento populacional e migração não podem ser resolvidos através de políticas isoladas de recursos hídricos, negligenciando-se suas especificidades, tais problemas requerem decisões deliberadas a fim de serem englobados como um elemento de políticas e estratégias nacional e regional. (FORESTI; CECCATO, 1995, p. 216).

Como se pode notar, a complexidade do ambiente urbano envolve uma gama de aspectos de tal ordem, que seria impossível a apenas uma ciência ou a um especialista identificar ou propor soluções aos diferentes problemas que ocorrem neste ambiente. Neste sentido, gerir os recursos naturais e ambientais, internos e externos a este espaço, faz parte do entendimento desta complexidade e da procura de soluções adequadas visando à melhoria da qualidade de vida, direito adquirido a todo cidadão pela Constituição do país.

A capacidade de autodepuração do meio natural face a pressão da urbanização ainda é pouco estudada em nosso meio mas, vem crescendo de forma significativa, já que em 2000, 79% da população brasileira vivia em espaços urbanos. Por isto, a falta de conhecimento na tomada de decisões e de priorização do poder público para estes problemas poderá levar as soluções de alto custo e de maior complexidade que com certeza afetará a qualidade de vida da população urbana, principalmente, nas médias e grandes cidades do Brasil.

O crescimento rápido destas cidades não tem sido acompanhado, no mesmo ritmo, pelo atendimento de infra-estrutura que trazem melhoria para a qualidade de vida de suas populações. A deficiência de redes de água tratada, de coleta e tratamento de esgoto, de pavimentação de ruas, de galerias de águas pluviais, de áreas de lazer, de áreas verdes, de

núcleos de formação educacional e profissional, de núcleos de atendimento médico-sanitário, é comum nestas cidades. Neste sentido, Ross (1995) afirmou que:

> Nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, os problemas ambientais são muito maiores do que nos países desenvolvidos, pois, além das questões relativas a poluição do ar, da água e do solo gerados pelas indústrias e pelos automóveis, existem os problemas relacionados com a miserabilidade da população pobre, que sobrevive em péssimas condições sanitárias, vivendo em grandes adensamentos demográficos nos morros, mangues, margens de rios, correndo riscos de toda natureza. (ROSS, 1995, p. 217).

Esta análise mostrou que nos estudos até aqui apresentados, qualquer breve revisão da literatura sobre qualidade de vida mostra que os indicadores sociais, ambientais, políticos e econômicos, tem se direcionado para o cálculo de um único índice para analisar qualidade de vida. Assim, novas alternativas de cálculo têm sido oferecidas com o objetivo de melhor avaliar as diferentes facetas que a qualidade de vida pode apresentar espacialmente.

Neste sentido, duas técnicas computacionais baseadas nos programas "Statistica™ e Arc View™" têm sido utilizadas para gerar imagens de superfícies em 3-D que permitem visualizar os (des)níveis de qualidade de vida. Para isto é utilizado um jogo hipotético de dados que inclui um alcance de pontuações para "magnitude e importância". Este procedimento permite combinar dois métodos diferentes visando a aproximação em um valor unitário da qualidade de vida. Este procedimento foi apresentado por Massam, B. H. et al. (2000) que demonstrou a importância da utilização desta técnica enquanto meio de avaliação sobre a qualidade de vida de uma dada população. Para isto, fizeram a seguinte conclusão:

> In summary, for the data analyses, and under the methods applied, Statistica™, or similar statistical software packages, appear to offer a number of advantages. These include (i) ease of use; (ii) the ability to plot and label three axes; and (iii) the ability to rotate surfaces to obtain the optimal perspectives for viewing individual cases. The greatest advantage of surface modeling packages like Arc View™ is that a variety of spatial analytical techniques can be applied to generate a complex 3-D surface. Contours can also be generated to plot movement over the surface that may not correspond to changes in QoL scores (along or within a contour interval). (MASSAM, B. H. et al. 2000, p. 11).

Entendemos que a aplicação de um destes programas de computador, como o apresentado, permite que os dados numéricos sejam visualizados na forma de mapas e, esta forma de exposição facilita em muito para aqueles que não tem tempo para analisar os dados gerais, seus cálculos e interpretações de cunho acadêmico. Neste caso, esta forma de apresentação facilita a comparação temporal e espacial dos diferentes níveis de qualidade de vida, além de facilitar o entendimento por parte dos administradores públicos e da população sobre a qualidade de vida em grandes ou pequenas cidades.

O crescente interesse sobre qualidade de vida entre os acadêmicos, os formuladores de política social e os governantes demonstram a enorme importância de se monitorar o progresso social. Como conseqüência, existem muitas focos de análises sobre a qualidade de vida, como por exemplo: os determinantes das diferenças de gênero. Neste sentido, alguns estudos tem explorado os fatores que diagnosticam as diferenças da qualidade de vida entre homens e mulheres. Porém, somente recentemente é que os geógrafos têm iniciado estudos neste aspecto sobre gênero em ambientes urbanos. Neste aspecto, a ênfase dos estudos tem sido direcionada para a questão da saúde. Isto porque a saúde do homem e da mulher é diferentemente influenciada por fatores de ordem física e do ambiente social. Neste caso pode-se citar a percepção dos problemas locais como causadores de morbidade diferenciada entre homens e mulheres. Por isto, as mulheres são muito mais sensíveis aos problemas relacionados ao ambiente urbano e da própria família, como por exemplo: o crescimento da cidade, os diversos estilos de vida, a utilização dos espaços públicos, e os homens são mais susceptíveis as questões relacionadas às relações de poder, ao "status quo", a economia e a mobilidade.

Com o objetivo de analisar esta questão, Dunning et al. (2001) investigaram a qualidade de vida por gênero na cidade de Saskatoon (Canadá). A pesquisa utilizou-se de perguntas chaves como: qualidade de vida pessoal e na comunidade comportamento, saúde e felicidade, atividades e gastos governamentais e demográficos. Os autores estabeleceram um critério que variava entre alto, médio e baixo para cada item respondido pelo entrevistado e, esta informação, era distribuída pelos diferentes bairros da cidade, formando um mosaico de cores. A citação a seguir aponta uma das conclusões que os autores chegaram:

> More gender differences emerged in the multivariate stage of analysis, with fewer predictors significantly related to men's overall quality of life than to women's overall quality of life. Specifically, being divorced/widowed was a significant predictor of poor quality of life for both women and men, however, for women, other variables were also important predictors such as being middle age, being single, and having a poor opinion of the overall quality of their neighborhood. (DUNNING, H. et al. 2001, p. 6).

Em período recente, o maior interesse despertado por estudos sobre qualidade de vida tem demonstrado um paradoxo da abundância na sociedade moderna, segundo a qual a qualidade de vida tem crescido em proporcionalidade ao avanço tecnológico e a renda. Porém, muitas pessoas residentes nos países desenvolvidos têm percebido que qualidade de vida não se encontra relacionada apenas, ou necessariamente, à riqueza material. Isto tem despertado o interesse para outros fatores, tais como; a inclusão social e a qualidade política e ambiental da nação. Por isto, o interesse central nos estudos sobre qualidade de vida tem se voltado para as relações entre as pessoas e destas para com o cotidiano do ambiente urbano.

Esta aproximação é apontada por Pacione (2003) quando afirmou que os Geógrafos tem se preocupado com esta questão, a ponto de introduzir o conceito de "indicador social territorial" para identificar e analisar as variações sócio-espaciais da qualidade de vida em diferentes escalas geográficas, sejam elas global, regional ou local. Utilizando-se desta premissa, ele elaborou estudo sobre a geografia da qualidade de vida em Glasgow (Escócia). Neste estudo, particular atenção foi dada as (des) vantagens no espectro da qualidade de vida, identificando a natureza, intensidade e incidência das múltiplas privações existentes na cidade. Uma das conclusões a que ele chegou foi a seguinte:

> Clearly, in order to attaint be goal of a live able city a wider range of social, economic and environmental needs must be satisfied. Not all of these fall within. the regulative power of urban geographers, planners and designers. The city is not a closed system but is linked to regional, national and international systems that impinge on the quality of urban life. However, those components that can be manipulated positively must not be overlooked. In order to influence urban livability successfully geographers and others must first acknowledge the subjectivity of the objective environment. (PACIONE, 2003, p. 29).

Finalizando esta parte da revisão da literatura a respeito das diferentes vertentes sob as quais os geógrafos têm abordado a questão da qualidade de vida em diferentes escalas e modalidades, avaliou-se o estudo elaborado para caracterizar a situação da qualidade de vida em Minas Gerais na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável para os anos de 1991 e 2000 e sua progressão neste período. O estudo, inicialmente, enfatizou o aspecto conceitual que norteava a composição do banco de dados usado no trabalho. Para a caracterização da situação estadual, foram procedidas classificações utilizando a ACP (Análise das Componentes Principais), resultando num conjunto de componentes explicativos das situações nos dois momentos, seguindo-se a geração cartográfica e as caracterizações e análises procedentes. Assim, foram identificados os aspectos de "infra-estrutura" e "capacidades individuais". Para atingir este objetivo, o autor trabalhou com base em cartogramas, balizando os resultados obtidos com o IDH-M/Índice Municipal do Desenvolvimento Humano, que permitiu verificar a correlação entre eles. De acordo com Paiva (2003) o estudo ressaltou os seguintes aspectos da qualidade de vida dos municípios mineiros:

> Com relação à sua ocorrência, e apoiando-se na classificação adotada para o desenvolvimento humano, a qualidade de vida no Estado caracteriza-se por apresentar níveis médios, com uma pequena parcela dos municípios apresentando (sic) níveis elevados, o que, por si só, já constitui motivo de grande preocupação, agravada ainda mais pela heterogeneidade com que se apresenta no Estado. Neste caso, a marcante divisão estadual em dois blocos distintos, um englobando os níveis inferiores e o outro os superiores, agrava ainda mais a situação, por comprometer a eqüidade, com as oportunidades apresentando-se de modo desigual para os habitantes do Estado. (PAIVA, 2003, p. 149).

Pode-se também, observar que não é fácil definir e trabalhar com a temática da qualidade de vida, nem com os seus padrões e indicadores, pois neles estão inseridos fatores subjetivos, que levam em conta a percepção que o indivíduo tem em relação ao seu ambiente e ao seu próprio modo de vida. Além destes fatores, existem os fatores objetivos (econômicos, sociais, políticos), que se manifestam distintamente no espaço geográfico, possibilitando interpretá-los de várias maneiras.

É com o objetivo de se medir a qualidade de vida, tendo como referência não apenas indicadores materiais, mas também, através de variáveis de cunho socioeconômico que surge um novo método de avaliação: o Índice de Desenvolvimento Humano, ou, simplesmente, IDH, cuja multiplicação e repercussão internacional o tornou ímpar para a análise do tema. O destaque para o Índice é em função dele assumir, pelo seu caráter amplo, significativas diferenças com a maioria dos textos até aqui analisados. Na seqüência, busca-se avaliar a trajetória histórica contida na elaboração do índice, dando-se ênfase às questões de ordem teórica, metodológica e prática apresentadas pelos seus formuladores e críticos.

CAPÍTULO II

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO:

aspectos histórico-metodológicos

2 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: aspectos histórico-metodológicos

Através das palavras de Seibel (1997) pode-se avaliar que historicamente, o uso de indicadores sociais na formulação de políticas públicas se apresentou da seguinte forma:

> A idéia de desenvolvimento de indicadores sociais se desenvolve (sic) no bojo do estado do bem-estar com a finalidade de avaliar os esforços de prover uma base mais regional para o processo decisório empresarial e político e ainda o êxito alcançado com políticas sociais nos Estados Unidos nos anos 50. A construção de indicadores sociais surge nos anos 60 nos Estados Unidos, com a finalidade de avaliar os efeitos do programa aeroespacial. Pretendia-se, especificamente introduzir um sistema de informações que permitisse determinar os impactos da corrida espacial na sociedade americana. Outros estudos posteriores ressaltavam as dificuldades em mensurar e quantificar mudanças sócio-econômicas, á organização de uma "contabilidade social", e estudos sobre a qualidade de vida norte-americana. (SEIBEL, 1997, p. 25).

Porém, no Brasil o tratamento de indicadores sociais tem impulso em meados dos anos 1970 com a criação do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), órgão de assessoramento a Presidência da Republica para questões sociais. De acordo com estudo publicado pela Sudene (1980)[7], a preocupação do governo era com a avaliação das conseqüências sociais da política econômica colocada em prática pelos governos militares. Com este objetivo, em 1975 foi criado o Sistema de Acompanhamento Social (SAC), que consolidava e articulava metodologias de acordo com as recomendações da ONU. Naquele momento, a produção de indicadores sociais torna-se atributo do IBGE.

A partir de então, os indicadores sociais tornaram-se um instrumento imprescindível para os planejadores e largamente utilizado pela tecnocracia, sendo mesmo confundidos com ela. Era o olhar do poder sobre a sociedade. Porém, as políticas formuladas pelos tecnocratas deste período não representaram, para a sociedade brasileira, mudanças importantes, pois os processos de urbanização acelerada em curso e o modelo de crescimento econômico implantado, aprofundaram, de forma crescente, as chamadas disparidades sócio-espaciais intra-urbanas.

Dada esta condição histórica-política, vale ressaltar que na busca do desenvolvimento por uma via sustentada, a análise da qualidade de vida urbana, através da formulação de indicadores socioeconômicos e ambientais da população, tornou-se muito relevante, pois possibilitou indicar melhores condições de vida para todos no presente e para o futuro.

---

[7] SEIBEL, E. J. 1997: p. 25, cita estudo realizado por MEDICI e AGUNE. **Desigualdades sociais e desenvolvimento no Brasil**: uma análise dos anos 80 ao nível regional. Ensaios FEE. Porto Alegre, (15) 2. p. 458-488. 1994.

Isto se deve ao fato de que no Brasil de hoje está se formando uma nova cultura política, na qual tem ocorrido a contribuição da população na gestão dos recursos municipais, que vem mostrando como e onde podem melhor aplicados os recursos obtidos com os impostos pagos pela sociedade. Como exemplo disto tem-se, em algumas cidades brasileiras, a prática do "Orçamento Participativo". Daí a premência, cada vez maior, de se investigar sob as formas quantitativa e qualitativa, os principais problemas que afetam o espaço urbano e a população nele residente. Desta forma, os indicadores[8] de desenvolvimento socioeconômico vão desde as estatísticas, como aquelas relativas à expectativa de vida e à disponibilidade de atendimento das necessidades básicas ou, a medição do mínimo de bens e serviços necessários a uma vida digna, até os dados de mais difícil medição como aqueles relativos à qualidade ambiental e cultural e a satisfação espiritual.

Tornam-se necessárias, portanto, avaliações objetivas da gestão da qualidade de vida, que contribuam para o estabelecimento de prioridades e metas, permitindo não só a eficiência e a eficácia das administrações, como também o estabelecimento de critérios de cobrança por parte da sociedade local. Assim, ao priorizar a melhoria da qualidade de vida, pode-se esperar que ocorra um avanço na consolidação da democracia, transformando um simples usuário dos recursos ambientais, dos serviços e equipamento públicos em um cidadão. Por isto, a escolha de indicadores sociais básicos tornou, a partir da publicação do primeiro RDH, cada vez mais presente na vida das comunidades locais. Neste sentido, Kayano (1997) afirmou que:

> Pensamos que os governos municipais podem desempenhar um papel fundamental para a melhora das condições de vida em suas cidades: estimulando um debate amplo sobre os seus problemas e a articulação dos diversos setores da sociedade local na busca de soluções inovadoras. (KAYANO, 1997, p. 11).

Nota-se, portanto, uma crescente demanda de dados geográficos, setoriais e sociais, os quais, em grau mais elevado, possam desagregar dados gerados por instituições oficiais como os do IBGE e, transformá-los em instrumento de participação dos diversos segmentos sociais que compõem uma comunidade. Surge daí, a importância, cada vez maior, da construção dos chamados indicadores de desenvolvimento sócio-ambiental. Neste sentido, Gonzáles (1997) informou que:

> Hoje, com a democratização de diversos países da América Latina acoplada a economia neoliberal e a imposição de um Estado (sic) mínimo, é cada vez mais urgente a elaboração de indicadores e relatórios sociais para que as comunidades tenham um instrumento para reivindicar seus direitos de cidadão. Os indicadores

[8] De acordo com TOLEDO, S. R. B. (2002), os indicadores são medidas que possibilitam avaliar as condições em que se encontra uma dada realidade, como por exemplo: índices de natalidade, mortalidade etc. Para a sociedade, um indicador é um dado que simplifica as informações e serve para avaliar o seu desempenho em relação a um conjunto de objetivos; para o governante, é mais um elemento para guiar o planejamento de serviços ou atividades em que indicadores são necessários como pontos de referências, e ainda para apoiar uma proposta em que alguém tem de levar em conta a situação e as necessidades dos decisores.

> sociais locais, elaborados e utilizados pela comunidade, proporcionam o equilíbrio para corrigir a agregação excessiva, tornando um instrumento de luta e de conscientização para aprofundar o conhecimento das divergências entre a modernidade que faz avançar o grau de longevidade dos indivíduos, enquanto aumenta o fosso entre os incluídos e excluídos sociais. (GONZÁLES, 1997, p. 20).

O avanço das estatísticas sociais, a partir dos anos 1960 e 1970, é que permitiram a mensuração de novos tipos de preocupações relacionadas ao grau de diferenciação do desenvolvimento socioeconômico entre os países. Foram eles que possibilitaram também saber como se encontravam os habitantes de diferentes países em relação a absorção da riqueza, ou ao acesso a valores universais como: educação, saúde e condições adequadas de existência. Portanto, tão importante como o crescimento econômico em si, é a qualidade do crescimento. A preocupação das Nações Unidas, através do PNUD, com a questão da qualidade do crescimento resultou na publicação, em 1990, do primeiro Informe do Desenvolvimento Humano. Este informe não apenas procurou definir um conceito o mais adequado como, também, se preocupou em mensurar esse aspecto para distintas nações.

Com o objetivo de captar, de forma mais adequada, o nível da qualidade de vida de uma dada sociedade, foi que em 1990, a ONU[9], iniciou a utilização e a divulgação da fórmula elaborada por um grupo de estudiosos coordenados pelos conselheiros especiais, Mahbub ul Haq e Amartya Sen. A proposta visava medir o desenvolvimento humano através de três variáveis: expectativa de vida ao nascer, nível de instrução representado pelo índice de alfabetização dos adultos e pela média dos anos de estudo e a renda ou PIB “per capita”. Na proposta, todas essas três dimensões eram computadas com o mesmo peso, evidenciando que tinham exatamente a mesma importância para compor o IDH. Segundo os seus idealizadores, o objetivo do IDH era o de medir a qualidade de vida e o progresso humano em âmbito mundial, sintetizando as condições sociais, econômicas e ambientais em cada país. Neste aspecto há que se considerar o desafio representado pelos diferentes serviços estatísticos nacionais e os produtos por eles gerados.

As capacidades humanas (alternativas para o que as pessoas possam fazer ou ser no seu período de vida), consideradas básicas para o desenvolvimento humano foram sintetizadas do seguinte modo: viver uma vida longa e saudável; ter uma instrução capaz de transmitir conhecimentos básicos; ter acesso a recursos necessários para uma qualidade de vida decente; dispor da capacidade de participar na vida da comunidade. De acordo com os formuladores do IDH, sem estes meios, muitas escolhas pura e simplesmente não seriam possíveis e muitas oportunidades na vida permaneceriam inacessíveis.

[9] ONU/PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano – 1990.

Para captar como estas capacidades se comportavam em diferentes sociedades foi estabelecida uma escala de 0 a 1, onde zero ou próximo de zero representava um baixo nível de desenvolvimento humano, e 1, ou um número próximo de 1, representaria o melhor índice. Para se construir o IDH, valores fixos – mínimos e máximos – foram estabelecidos para cada um dos três indicadores que o compunham: expectativa de vida ao nascer: 25 a 85 anos; alfabetização de adultos (com 15 anos de idade ou mais): 0% e 100%; matrículas combinadas nos três níveis de ensino: 0% a 100%; PIB "per capita" (medido em dólares internacionais da Paridade do Poder de Compra PPC$): $100 e $40.000. Estes itens discrepantes foram trazidos para um denominador comum, medindo à distância entre os melhores e piores executores produzindo uma gradação de países. Com o objetivo de mostrar, de forma mais clara, a realidade sócio-econômica que se encontra inserida no índice sintético para cada país, o IDH tem sido desagregado por sexo, região e grupo étnico para os países cujas variáveis encontram-se disponíveis.

O princípio que norteia o IDH é o de que outras dimensões, além da econômica, devem ser computadas quando se afere o desenvolvimento de uma dada população. Isto tornou o IDH inovador em relação ao índice predominante que até então era o PIB "per capita", que se fundamentava apenas na dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH é um indicador sintético simples e, portanto, calculado com baixo custo computacional, além de ser objetivo e, como o mencionado, prestando-se a comparações.

Por isto, o IDH representa um critério mais apropriado para se avaliar o (sub) desenvolvimento ou, melhor ainda, as condições de vida de uma dada população. Há, entretanto, que fazer uma consideração importante pois o IDH, como outras avaliações que se fazem das condições sócio-econômicas de um povo, sociedade ou país, tem por base o modo de vida ocidental. Assim, a divisão ou classificação dos países do mundo em desenvolvidos e subdesenvolvidos obedece a critérios ou regras ditados pelos países capitalistas desenvolvidos que, por sua vez, estão apoiados nos valores e costumes da sociedade de consumo. Isto, de uma certa maneira, torna evidente uma certa subjetividade da dimensão renda.

Neste sentido, o IDH surgiu num momento no qual, a preocupação em manter contas públicas equilibradas entre receitas e despesas, parecia ser uma prioridade internacional mais importante do que a preocupação pelas pessoas. Esta proposta surgiu, assim, com o objetivo de colocar as pessoas no centro do processo, em termos de debate de idéias, tomada de decisões econômicas e medidas a serem aplicadas.

No entanto, a criação e a disseminação do IDH despertaram uma consciência global de que muitos índices possíveis podiam ser considerados quando do cálculo do IDH, ou qualquer outro índice sobre a qualidade de vida, de modo a mostrar as

complexas e múltiplas dimensões da condição humana. Em Relatórios divulgados, muitos indicadores adicionais têm realçado a condição humana no mundo, refletindo assim a sua complexidade. Segurança alimentar, proporção entre gastos militares e sociais, população sem acesso à água potável ou saneamento, hiatos entre o sexo masculino e feminino, incidência da AIDS, acesso a jornais e telefones, crimes relacionados com drogas e muitas outras variáveis concretas ajudam, portanto, a levar a discussão além do patamar usual.

O RDH, publicado pela 1ª vez pelo PNUD em 1990, visou apresentar uma visão global sobre a situação do "desenvolvimento humano", que foi definido como: "o processo de ampliação da gama de opções e oportunidades que as pessoas devem ter para que sua dignidade seja assegurada". Esta definição é baseada no enfoque de capacidades e necessidades elaboradas por Amartya Sen. Nas palavras do criador do IDH, Mahbub ul Haq, (apud LINDSAY-NANTON, 2002):

> The basic purpose of the development is to increase the choices of the people. The people frequently make accomplishments that don't change immediately, in income or in growth forms: larger access to the knowledge, better nutrition and health, safer sustenances, safety against crime and physical violence, leisure that satisfy unoccupied hours, political freedoms and cultural and participation sense in activities of the community. The objective of the development is to create an atmosphere to enable the people enjoy her/it for more time, healthy and creative lives. (MAHBUB ul HAQ apud LINDSAY-NANTON, 2002, p. 1).

Segundo o autor, este conceito se refere não somente às possibilidades de escolha que permitam uma maior renda, mas também, às oportunidades razoáveis para que as pessoas possam desenvolver seus potenciais e, de acordo com suas necessidades e interesses, ter qualidade em suas vidas.

Assim, o relatório inicial sustentava que o conceito de "desenvolvimento humano" se diferenciava de outros enfoques previamente existentes. Por exemplo, não compartilhava com as "teorias de capital humano" nas quais às pessoas são meios de produção e não objetivos finais. Também se diferenciava dos enfoques de bem-estar que consideravam as pessoas como beneficiários do desenvolvimento socioeconômico e não como participantes dele e que enfatizavam políticas distributivas a partir dos sistemas de produção. Adicionalmente, o conceito foi além do enfoque de necessidades básicas, já que este se encontrava centrado na provisão de bens básicos, mas não em termos das possibilidades de escolha.

Para avaliar o avanço das condições da vida humana, o documento utiliza duas vias principais. Por um lado, o cálculo do ÍDH permite comparar, através do tempo, a situação relativa dos países em três aspectos mais elementares do "desenvolvimento humano". Por outro, o Relatório analisa, a cada ano, algum tema em particular, relacionado com o desenvolvimento humano. Este é um aspecto interessante que nos permite fazer analogia aos

PNDs nacionais. Embora não representem estudos, mas sim oportunidades para tanto, em cada ano, além das temáticas básicas que são emprego e a renda incluem, alternadamente, os temas da saúde, educação, moradia etc. Os temas do relatório são tratados, extensivamente, em diversos capítulos, apresentando a situação vigente e colocando propostas de ações para corrigir os problemas apontados.

É importante salientar que as mudanças da posição de um país na classificação do IDH de um ano para outro são sempre relacionadas tanto a sua própria performance nas três dimensões deste índice sintético – longevidade, educação e renda –, quanto também ao desempenho dos demais países nestas mesmas dimensões do desenvolvimento humano. Portanto, mesmo que um país melhore o valor de seu IDH, se outros melhorarem mais, este país poderá subir pouco no ranking, ou mesmo não subir. Esta é uma característica relevante que favorece a análise e a comparabilidade em diferentes escalas de análise.

Neste sentido, considerado o nível local, o IDH tem se mostrado um valioso instrumento para classificar os municípios desde os que apresentam as melhores condições de vida até aqueles que se encontram no "fundo do poço" econômico-social. Esta classificação tem também, possibilitada a adoção de políticas públicas seletivas, visando a melhoria das condições de vida das populações dos países detentores dos piores indicadores.

Porém, este instrumento para definir prioridades da ação pública, tem sido pouco utilizado em nosso país. Assim, em escala local (cidades), os indicadores de desenvolvimento humano, ao incorporarem outras variáveis além daquelas utilizadas na metodologia do PNUD, podem servir para conscientizar a população sobre as condições da qualidade de vida local, mostrando onde as condições sócio-ambientais podem ser consideradas como boas e, aquelas onde elas não o são. Neste sentido, os indicadores possibilitam definir prioridades em termos de ação coletiva. Adicionalmente, o Relatório de Desenvolvimento Humano contém uma vasta lista de indicadores em sua parte final. A parte o IDH e índices derivados, há dados desagregados para as principais dimensões do desenvolvimento humano segundo os países; por exemplo; perfis de saúde, educação, situação de trabalho, fluxos financeiros, distância Norte - Sul, situação das mulheres, etc, os quais são relevantes para o entendimento dos diferentes perfis.

Em sentido prático, desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) encomenda o Relatório do Desenvolvimento Humano a uma equipe independente de eminentes economistas e renomados cientistas sociais, para examinar os principais temas de interesse mundial. Porém, apesar da extensa difusão do Relatório, não são poucas as críticas que têm ocorrido, em sua principal premissa, o ÍDH, como em outros

itens secundários. Assim, desde o seu lançamento em 1990, os RDHs têm se constituído em um dos instrumentos mais importantes para apoiar o diálogo político nos níveis nacional e internacional.

A cada ano, o Relatório tem enfocado sua atenção em algum aspecto particular do desenvolvimento humano. Com o intuito de realizar uma avaliação da situação mundial, propõe uma série de políticas gerais encaminhadas com o objetivo de solucionar os problemas encontrados. Muitas vezes, o tema tratado guarda relação com a criação de novos índices, cujos resultados apóiam as recomendações e conclusões formuladas, outras vezes não.

Na tabela 1 estão registradas, de forma resumida, as temáticas centrais de cada ano. Em seguida são apontadas as recomendações propostas, a partir do resumo que cada Relatório contém em seu início. Numa avaliação destas propostas, pode–se perceber que em algumas ocasiões, certas recomendações são desenvolvidas de forma breve e não trazem notas explicativas. Porém, estas recomendações são contempladas, parciais ou totalmente, nos grandes eixos temáticos e geralmente são apresentadas com mais detalhe em anos posteriores. Da mesma forma, pode ser notado que muitas conclusões e recomendações se repetem ao longo das distintas versões dos Relatórios, o que de uma certa forma é natural uma vez que todos eles se referem ao mesmo tema central: o "desenvolvimento humano".

Tabela 1 – Temáticas Centrais dos IDHs – 1990 a 2002

Ano	Temas Centrais	Índices apresentados
1990	**Desenvolvimento Humano:** O desenvolvimento humano tem mostrado um grande avanço nas últimas décadas e é possível avançar ainda mais com os recursos atuais	IDH
1991	**Financiamento do Desenvolvimento Humano:** O desenvolvimento humano pode ser financiado mediante uma reestruturação de pressupostos e uma ajuda internacional mais dirigida.	IDH, ILH, Desta y gen.
1992	**Mercados Globais:** O mercado não garante uma distribuição justa dos ganhos produtivos, Assim é necessário a integração com o Estado. Ainda, se requer um acordo global para o desenvolvimento humano, no qual ganhariam países pobres e ricos.	IDH, ILH, Desta y gen.
1993	**Participação das Pessoas:** O desenvolvimento deve estar centrado nas pessoas e estas devem ter acesso a uma participação ativa nas tomadas de decisões.	IDH, Desta y gen.
1994	**Segurança Humana:** A segurança deve ser um conceito centrado nas pessoas e nos Estados. Para isto, é necessário um desenvolvimento humano sustentável.	IDH, IDM*, IPM*
1995	**Equidade entre os Gêneros:** O desenvolvimento humano se reparte de maneira desigual entre homens e mulheres e isto prejudica o verdadeiro desenvolvimento..	IDH, IDG, IPG, IPC.
1996	**Crescimento e Desenvolvimento Humano:** O crescimento não implica necessariamente desenvolvimento humano, porém este último não pode se sustentar sem crescimento econômico.	IDH, IDG, PG, PH
1997	**Pobreza Humana:** A erradicação da pobreza em médio prazo não só é possível como é um imperativo moral. Atualmente se dispõe de recursos suficientes para alcançar este objetivo.	IDH, IDG, PG, IPH-1, IPH-2
1998	**Consumo e Desenvolvimento Humano:** O consumo a través do tempo contribui para o desenvolvimento humano. É necessário mudar o padrão atual de consumo, de maneira que este seja sustentável, socialmente responsável e contribua para desenvolver as capacidades.	IDH, IDG, IPG, IPH-1, IPH-2

1999	**<u>Globalização</u>:** A globalização representa uma grande oportunidade de avanço para o desenvolvimento humano, porém ocorre o perigo de ser mal encaminhada.	IDH, IDG, IPG, IPH-1, IPH-2
2000	**<u>Direitos Humanos:</u>** Apesar do avanço dos direitos humanos em décadas recentes, ainda existe muito para se fazer nessa área. O desenvolvimento humano é fundamental nesta tarefa.	IDH, IDG, IPG, IPH-1, IPH-2
2001	**<u>Colocar o Desenvolvimento Tecnológico a Serviço do Desenvolvimento Humano</u>:** A era das redes pode ampliar os meios de ação das pessoas, possibilitando que utilizem os conhecimentos coletivos existentes no mundo.	IDH, IAT.
2002	**<u>Avançar a democracia num mundo fragmentado:</u>** Trata-se, da maneira pelas quais as forças políticas, as instituições formais e informais, nacionais e internacionais, se configuram conforme o progresso humano.	IDH, IOG.

Obs: as siglas utilizadas correspondem a: "IDH" = Índice do Desenvolvimento Humano, "ILH" Índice de Liberdade Humana, "IDM" = Índice de Desenvolvimento da Mulher, "IPM" = Índice da Potenciação da Mulher, "IDG" = Índice de Desenvolvimento do Gênero (igual a IDM), "IPG" = Índice de Potenciação do Gênero (igual a IPM), "IPC", = Índice de Pobreza de Capacidade, "IPH" = Índice de Pobreza Humana. "Desta "y" gen" se referem a aplicações do IDH que levam em conta a distribuição da renda e a iniqüidade entre gêneros, respectivamente, porem não constituem Índices independentes.
Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano. ONU. Org. Edir de P. Bueno

Com o objetivo de mostrar uma avaliação mais detalhada, porém, não conclusiva, dos Relatórios apresentados pelo PNUD, desde de 1990, apresenta-se a seguir, um

CAPITULO III
O MUNICÍPIO DE CATALÃO NO CONTEXTO DA REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL, NO SUDESTE DE GOIÁS, ENTRE 1970 E 2000

3 O MUNICÍPIO DE CATALÃO NO CONTEXTO DA REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL, NO SUDESTE DE GOIÁS, ENTRE 1970 E 2000

Este capítulo tem como objetivo avaliar a inserção do município de Catalão no contexto de reordenação do espaço regional e as conseqüências que este processo imprimiu no estabelecimento dos níveis de qualidade de vida de sua população no período compreendido entre 1970 e 2000. Por isto, ele se encontra subdividido em três sub-capítulos. O primeiro, contém um breve relato da história de Catalão no contexto de Goiás, tendo como preocupações principais, as atividades econômicas e a condição social dos habitantes deste rincão brasileiro. O segundo, tem como eixo principal de análise, as implicações que as iniciativas públicas e privadas tiveram para as transformações econômicas e sociais inseridas no espaço geográfico e suas influências na qualidade de vida da população residente em Catalão. O último sub-capítulo contempla a avaliação da dinâmica populacional através dos dados estatísticos, produzidos pela IBGE (Censos Demográficos e Registros de Estatísticas Vitais) e, do Anuário Estatístico (2003) elaborado pela SEPLAN/Goiás. Esta parte do estudo constitui, por isto, subsídio para o quarto capítulo que cuida de avaliar, em escala espacial micro, as questões sobre qualidade de vida na cidade de Catalão.

3.1 Catalão no contexto da história de Goiás

Em Goiás, alguns marcos históricos desta ação, podem ser apontados como antecedentes ao momento de “modernização conservadora” das estruturas sociais, econômicas e políticas que se verificaram após 1964. Por isto, a análise está inicialmente centrada na história anterior a 1930 e, em seguida, na trajetória recente da expansão capitalista no Brasil. Na análise, ênfase especial é dada às políticas estatais que a nosso ver, de forma intensa, interferiram nos processos de urbanização e sobre as condições de vida que a população da cidade de Catalão passou a apresentar.

A importância de se compreender a ocupação humana e econômica atual do município de Catalão perpassa por uma análise do processo histórico e geográfico sob o qual se constituiu a sociedade catalana. Principalmente, a segunda metade do século XIX, marcada pelo avanço das atividades agropecuárias e o início do século XX, quando ocorre a chegada da ferrovia em 1913. Estes dois fatores geraram um importante desenvolvimento social e econômico que fizeram de Catalão, de acordo com o Censo de 1920, o município mais

populoso de Goiás com 38.574 habitantes, que correspondiam a 7,53% da população do Estado. Entretanto como se pode observar a seguir, cessado este impulso inicial, entre 1930 e 1970, a história do município foi marcada por um longo período de adaptação econômica e territorial, que só seria modificada a partir de meados da década de 1960 como novos avanços tecnológicos utilizados na agricultura.

A descoberta de ouro em Minas Gerais e, posteriormente, em Mato Grosso e Goiás no início do século XVIII, despertou o interesse colonial português para o processo de ocupação humana e econômica do interior da Colônia. Com as descobertas dos veios auríferos, desenvolveu-se em Goiás uma pequena e frágil rede urbana regional.

O povoamento provocado pela mineração em Goiás teve um sentido estritamente urbano. Onde eram descobertas lavras de ouro surgia um povoado. A cidade, no período minerador, era o centro do comércio, da administração e da produção, enquanto as atividades desenvolvidas no campo eram apenas um complemento secundário das atividades desenvolvidas nos núcleos urbanos. Karasch (1999, p. 41) pesquisando sobre a saúde em Goiás constatou nos escritos de viajantes, como Cunha Matos, o seguinte: “Aqui falta tudo. Há huma (sic) fome terrível, as couzas mais insignificantes ou não aparecem, ou são pelo mais alto preço que se pode imaginar.” A autora continua sua exposição a respeito das condições de saúde e de vida dos habitantes de Goiás afirmando que era consenso entre aqueles que pela Província passavam de que o povo passava fome por causa da economia de mineração, principalmente, na estação das chuvas, quando os caminhos se tornavam intransitáveis. Em função deste isolamento temporário, a desnutrição deixava grande parte da população vulnerável a doenças; entre tantas outras, a malária.

Com a decadência da mineração, a população se dispersou e se ruralizou. Os antigos núcleos urbanos ligados às atividades mineradores, marcados pela intensa circulação de recursos monetários e bens, diminuíram sensivelmente, e alguns simplesmente desapareceram. A população residual da atividade mineradora em Goiás tornou-se amplamente pobre e, para sair da estagnação econômica e social, passou a desenvolver no campo, uma pequena agricultura familiar de natureza rudimentar associada, em muitos, casos, à criação extensiva de gado bovino.

A partir do final do século XVIII, um novo tipo de povoamento se estabeleceu, sobretudo no sul da capitania, onde campos de pastagens naturais se transformaram em centros de criatório. Diferentemente daquelas cidades surgidas durante o ciclo da mineração, neste momento, é a partir do campo que foram sendo criados novos aglomerados urbanos que, aos poucos, passaram a exercer funções administrativas

elementares e religiosas. É por isto que as cidades tornaram-se apêndice das atividades agropecuárias.

As grandes distâncias em relação aos centros dinâmicos da Colônia como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, dificultavam as relações comerciais e inviabilizavam diversas atividades produtivas na região de Catalão. De acordo com Bertran (1978, p. 68) a imigração de "geralistas"[1] na porção sul de Goiás, tinha como objetivo adquirir glebas de terras onde era desenvolvida a atividade conjunta de pequenas roças e da criação de algumas cabeças de gado. De acordo com este autor "[...] a sociedade goiana no início do século XIX era caracterizada por "uma sociedade ociosa e pobre não aguilhoada nem mesmo por convenções em outras partes sagradas, como o matrimônio, por exemplo [...] Cenário composto de gado, roças, poeira e miséria."

Esta situação de isolamento e de aparente regressão social é típica de grupos populacionais que migram de uma região para outra. Isto acontece por causa da distância e da diversidade ambiental entre a região de origem e para onde migraram. Os desafios são muitos já que, na grande maioria dos casos e em especial naquela época, os migrantes se encontravam na situação de desbravamento de uma região inóspita. No caso da região do sudeste de Goiás, há de se lembrar que estamos falando de uma situação social que acontecia no início do século XIX, ou seja: no período entre 1820 e 1850.

Nesta época, as regiões mais desenvolvidas do Brasil, como, por exemplo, o sul de Minas Gerais, se encontrava há vários meses de viagem a pé ou no lombo de um cavalo. Para que se tenha a idéia de como tudo era tão difícil, para se trazer sal de Santo Antônio do Rio Verde, distrito distante 78km de Catalão e que hoje, por rodovia asfaltada, demora-se uma hora de carro, por volta de 1940 demorava-se quase uma semana para fazer o mesmo trajeto, mas com o carro de boi. Também há de se lembrar que esta população, que não era numerosa, estava distribuída espacialmente de forma muito dispersa, formando pequenas comunidades rurais que passavam muito tempo sem contato com outras pessoas que poderiam introduzir novos hábitos sociais e econômicos.

No início do século XIX, o povoado de Catalão, situado na periferia sul da Capitania de Goiás, começou a ganhar importância, em decorrência da expansão das atividades agropecuárias de mineiros no Sudeste Goiano. A doação de uma gleba de terra, em torno de 6,6km^2, feita por um fazendeiro á Capela de Nossa Senhora Mãe de Deus em 1810, tornou-se um núcleo embrionário de pequenas habitações em volta da igreja, formando,

[1] Denominação atribuída aos antigos habitantes de Minas Gerais que migravam para Goiás.

assim, um pequeno arraial. Modelo comum de surgimento de povoados, característico do povoamento goiano do século XIX, ou seja, o patrimônio. Como observaram Palacin, L. et al. (1994) isto acontecia da seguinte forma:

> Numa área já ocupada por sítios e fazendas, um fazendeiro decide fazer uma doação de um lote de terras para a construção de uma igreja. É movido sem dúvida, pela devoção, mas também pelo interesse de atrair moradores e valorizar mais suas terras, não falta também o orgulho de sentir-se fundador. [...] surgem em torno da capela armazéns e vendas. É o que no interior é conhecido pelo nome expressivo de comércio: o início de um povoado, que com o tempo se transforma em arraial e depois numa cidade. (PALACIN, L. et al. 1994, p. 21).

Como se pode notar no parágrafo anterior, o avanço de mineiros pelo sul goiano acarretou a fundação do povoado de Catalão e a criação do arraial em 1820. No início do século XIX, o município de Catalão, situado na porção Sudeste de Goiás, limitava-se, ao sul, com Minas Gerais pela divisa do rio Paranaíba; a oeste, com Santa Cruz, fazendo divisa com os Rios Veríssimo e Corumbá; ao norte, com Santa Luzia (atual Luziânia); e a leste com Paracatu pela Serra Mestra. Em 1833, quando foram criadas dez novas vilas, sendo que das três que se localizavam no sul, uma era Catalão, que foi elevada a esta categoria através de uma resolução Administrativa do Governo da Província de Goiás.

Apesar de ser uma vila, Catalão estava ainda subordinada á Comarca de Santa Cruz, o que gerava controvérsias pois, enquanto a primeira prosperava economicamente, a segunda entrava em um processo de decadência. Em 1850, foi criada a Comarca do Rio Paranaíba, com sede em Catalão. Em 1859, Catalão foi elevado à categoria de cidade. Toda essa área ocupada pelo município de Catalão corresponde hoje a Microrregião de Catalão, que engloba 11 municípios originários do desmembramento do município a partir de meados do século XX. É interessante destacar que este parcelamento municipal evidenciou uma dinâmica sócio-econômica e demográfica que, aos poucos, foi pressionando por maior liberdade administrativa e política.

Neste período**,** a economia do município estava baseada numa sociedade que, em sua grande maioria, era formada de pequenos proprietários rurais (roceiros)[2], que se dedicavam á cultura de subsistência e á criações de alguns animais domésticos. Um bom indicativo da situação sócio-econômica dos habitantes de Catalão é citado por Palacin, L. et al.[3] onde se encontra o relato de formulário enviado preenchido em 1881, ao Serviço de Estatística do Império, por Francisco Victor Rodrigues. Suas anotações nos dão um bom indicativo de como era a vida e a cidade de Catalão.

---

[2] De acordo com Recenseamento Geral do Brasil de 1872, o município de Catalão tinha 9.917 habitantes.
[3] PALACIN, L. G. et al. **História Política de Catalão**. Goiânia: Ed. UFG, 1994. p. 31.

> As suas ruas são todas largas, e algumas tortas, sendo a mais larga a mais torta a maior e principal delas, que se chama Direita. Suas casas em número de 190 a 200 são pela maior parte, baixas e térreas. Ha três sobrados edificados com algum primor e oito ou dez casas mais altas, mais vistosas e de maiores comodidades [...]. Conta alguns estabelecimentos comerciais mais ou menos importantes, e algumas oficinas de pouca monta. Suas obras e edifícios são: uma grande matriz ainda em construção, Igreja do Rosário, que serve de matriz, Cemitério espaçoso [...]. Casa da Câmara e Cadeia, um só edifício de sobrado bem construído e espaçoso, Casa Pública para escola primária para o sexo masculino e três sólidas pontes sobre o Pirapitinga. [...]. Habitam a cidade pouco mais de mil almas. O município todo devia ter pouco mais de 10.000 habitantes, de acordo como censo de 1872. (PALACIN, L. et al. 1994, p. 31).

A difícil condição de vida vivenciada pela maioria dos seus habitantes frente às forças da natureza, associada à falta de recursos técnicos e as disputas políticas entre Coronéis, pelo poder local, fizeram emergir no seio da comunidade catalana, a partir de meados do século XIX ao final da década de 20 do século XX, a violência. Segundo relato de viajantes que comercializavam na região, a natureza da violência praticada no local não incluía a disputa pela posse da terra, visto que esta era abundante, e nem o roubo, que era praticamente desconhecido em Goiás.

Um exemplo desta disputa política foi o entrevero ocorrido entre o Governo Municipal e o da Província, destacando-se o incidente ocorrido em 1861, envolvendo o Juiz da Comarca do Paranaíba nomeado pelo Presidente da Província, incumbido de acabar com a violência na região, e o chefe político local (coronel), que impunha seu poder por meio da força. Essa disputa acarretou uma retaliação para o município de Catalão com perdas territoriais, com a separação do distrito de Vaivém (atual Ipameri) em 1862. Outros acontecimentos como o assassinato do Cel. Paranhos, o massacre dos Ferroviários, a morte de Salomão Paiva e a de Antero foram acontecimentos sociais que tiveram grande repercussão em Goiás e no Triângulo Mineiro e, que por isto, respaldaram a fama de cidade violenta.

Na verdade, Freitas (2005) demonstrou que a disseminação de Catalão como uma cidade violenta, tinha como objetivo, manter a ordem social e política na principal região arrecadadora de impostos do Estado. Isto se dava através do mandonismo local dos Coronéis, em uma época em que o processo migratório e o desenvolvimento econômico se intensificavam na região. Para ela:

> [...] a violência era um recurso socialmente aceito como resolução de conflitos, porém, em um meio normatizado, ela não se exercia indiscriminadamente, isso implica que os atos dos sujeitos envolvidos, na maioria dos casos, eram norteados por valores e códigos morais compartilhado pelo grupo, com concepção de justiça própria que nem sempre se coadunavam com a do Judiciário. (FREITAS, 2005, p. 225).

O pouco excedente produzido e o isolamento da população geravam um baixo nível de comercialização de toda a economia, bem como péssimas condições de vida, como acontecia em outros municípios do sul da Província de Goiás. Na verdade faltava de tudo, pois as pessoas morriam por causas que nas últimas décadas do século XX já eram tratadas e curadas com extrema simplicidade.

Embora seja do conhecimento da comunidade científica que os registros sobre óbitos não refletem exatamente a realidade (principalmente aqueles de datas mais longínquas), os dados contidos na figura 9 nos mostram a disposição dos registros em seus totais e por sexo.

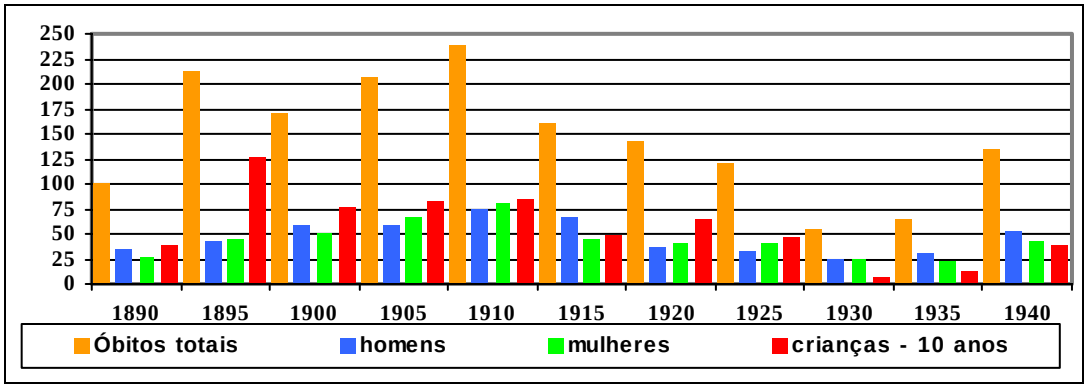


Figura 9 – Registros de óbitos por sexo dos totais da população e dos totais das crianças com – de 10 anos entre 1890 e 1940.
Fonte: Cartório do Registro Civil de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.

Nela, pode-se observar que havia uma predominância em relação aos registros de óbitos das pessoas do sexo masculino e crianças com até 10 anos. As mortes entre as crianças eram resultantes do elevado número de problemas ocorridos durante a gestação, no momento e após o parto, ou seja: a ausência de pré-natal. Avaliando ainda, os dados do Cartório Civil de Catalão, apud Freitas[4] entre os anos de 1890 e 1940, a maioria dos registros de óbitos das pessoas adultas tinha como causa as seguintes: morte natural, repentina, febre, inflamação, hidropisia, reumatismo, sarnas recolhidas, diarréia, assassinatos por armas brancas e de fogo, queimaduras, coqueluche, sífilis etc. O que se pôde ainda inferir sobre estes dados, é que na medida em que o tempo foi passando, com a melhoria do acesso da população ao atendimento médico, as causas "mortis" passaram a ser descritas com mais clareza, como por exemplo, diversos tipos de câncer, insuficiência renal, cirrose hepática, esclerose múltipla, etc.

[4] FREITAS, E. M. **Os significados da justiça**: justiça, violência e aplicação da lei em Goiás – 18490-1941. Tese de Doutorado – UNESP, Faculdade de História. Franca, SP. 2005. 239 p.

Em relação aos picos de óbitos registrados, em 1895 se deve a alta incidência de um tipo de febre que acometia principalmente crianças com poucos dias e anos de vida. Em relação a 1910, o salto foi devido a um surto de varicela que respondeu por 8,4% dos óbitos registrados no ano. A avaliação dos dados permitiu também constatar que dos 11 diferentes anos que serviram de referência para a elaboração da figura, em 6 deles (54,5%), a morte de mulheres com mais de 10 anos foi superior a dos homens em função do elevado índice de mortalidade no parto e por complicações pós-parto. A tendência declinante nos óbitos registrados a partir de 1915 se deve ao fato de que na primeira década do século XX, a população passou a ter atendimento de médicos que se instalaram na sede do município. Também, passaram a contar com remédios vendidos em boticas que antes não eram disponíveis em função do relativo isolamento propiciado pela distância aos centros mais desenvolvidos do Triângulo Mineiro e São Paulo.

Novamente nos reportamos a Palacin, L. et al.[5], que cita observações sobre a condição de vida da população de Catalão anotada por Oscar Leal em sua segunda viagem a Goiás em 1889, que continha o seguinte:

> Ah, meu caro leitor, se tendes percorrido os nossos sertões, os lugares onde a vida é fácil por causa da caça e da pesca, deveis saber que esta gente caminha para o entorpecimento, para o túmulo. Esta gente não fala – boceja, não anda – arrasta-se, não vive – vegeta. Para ela não há ambição, nem luxo, nem dinheiro, nem conforto: não há nada e que corra a vida como o barco à mercê da corrente. (PALACIN, L. et al. 1994, p. 33).

Esta estrutura e condição sócio-econômica se modificariam lentamente através da chegada de migrantes, da intensificação da comercialização dos produtos básicos produzidos, bem como pela integração desta parte de Goiás a uma sociedade capitalista mais avançada. As facilidades de transporte do gado bovino que se auto-locomove, em uma época marcada pela escassez de estradas para o transporte de mercadorias, propiciaram o desenvolvimento da pecuária no sul de Goiás, que comercializava cabeças de gado e alguns derivados com os mercados mineiro e paulista.

É neste sentido que o município de Catalão, povoado por “geralistas” oriundos de Minas Gerais, passou a se constituir num ponto estratégico de comercialização entre a Província de Goiás e a de São Paulo. Naquele momento, as exportações baseavam-se em cabeças de gado em pé, peles, carne suína e couros curtidos em quantidades tão reduzidas

[5](op. cit., conf. nota nº 38, p. 168).

que mal cobriam as despesas, também reduzidas, com a importação de alguns produtos indispensáveis á população, tais como o sal, o aço, a pólvora e os tecidos.

Com a Proclamação da República em 1889 e o desenvolvimento da cafeicultura, surge um produto com grande importância econômica no setor de exportação até 1930. A expansão das lavouras de café situadas no vale do rio Paraíba do Sul para o norte e o oeste Paulista demandou a construção de estradas de ferro necessárias ao escoamento da produção até o porto de Santos. Esta mudança espacial valorizou as terras e acarretou a ocupação de novas áreas no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro. No final do século XIX, a Companhia Estrada de Ferro Mogiana estendeu um ramal ferroviário até a cidade de Araguari. Avaliando este momento histórico, Palacin (1994) comentou que:

> [...] a marcha do café em conflito com a ascensão da urbanização e industrialização do Centro-Sul do país, reorientaram e expandiram as bases econômicas de regiões que estavam interligadas ao processo nacional, como foi o caso de Goiás. A elevação dos preços e a ocupação das terras do Centro-Sul através da marcha do café, fizeram com que após a ocupação do sul de Minas e do Triângulo Mineiro, levas e levas de paulistas e mineiros penetrassem no território goiano com o intuito de adquirir terras a preços baixos para desenvolverem a agropecuária. (PALACIN, 1994, p. 115).

Catalão, no início do século XX, tinha uma razoável produção agrícola, que era comercializada com as cidades de Araguari e São Pedro do Uberabinha (atual Uberlândia), situadas no Triângulo Mineiro. O prolongamento da estrada de ferro por mais 72km, interligando Araguari a Catalão, foi de suma importância para o desenvolvimento comercial do sul goiano, que tinha Catalão como seu centro mais dinâmico. Porém, as dificuldades econômicas do país e a oposição dos comerciantes de Araguari, que lutavam para manter os privilégios econômicos, na área comercial em relação ao mercado goiano, retardaram a construção da ferrovia por mais de 10 anos, sendo a mesma inaugurada apenas em 1913.

A chegada da ferrovia proporcionou um grande desenvolvimento comercial para Catalão e para todo o Sudeste Goiano, além de um aumento considerável na exportação de produtos oriundos da agropecuária para o Triângulo Mineiro e São Paulo. A dinamização da economia catalana desencadeou o crescimento demográfico do município. Para se ter uma idéia da importância que o município de Catalão alcançou no contexto do Estado, segundo o Recenseamento de 1900, a cidade contava com 1.500 habitantes e era a segunda em população em Goiás (2002), avaliando a ocupação e o desenvolvimento da região sul de Goiás no início do século XX e a condição de Catalão neste processo, efetuou a seguinte afirmativa:

> Este populoso e próspero município do Sul do Estado cultiva café, cana-de-açúcar, fumo, milho, mandioca, arroz, vinhas e fabrica vinho, aguardente, farinhas de milho e de mandioca, queijos, manteiga, banha e charques. Possui charqueadas, engenhos de beneficiar arroz e uma colônia de 30 famílias de portugueses que se dedicam a cultura da vinha e do cafeeiro, cuja colheita excede 2.000 arrobas. (CHAUL, 2002, p. 109).

A cidade de Catalão, maior expressão do desenvolvimento comercial e produtivo que o sul de Goiás tinha alcançado nas duas primeiras décadas do século XX, exemplifica o significado que a chegada dos trilhos teve para o desenvolvimento e o progresso dessa região quando se observa que em relação ao comércio da produção agrícola, este foi, paulatinamente, crescendo. Segundo este estudioso da história de Goiás, o arroz passou a liderar a pauta de exportações do gênero, perdendo apenas para o gado.

A estrada de ferro somente chegaria ao centro do estado de Goiás no final da década de 1920, o que possibilitou uma maior integração da economia e da vida regional no contexto do capitalismo estadual e nacional. Este fato deslocou o centro comercial de Catalão para a cidade de Anápolis e fez com que ocorresse uma diminuição considerável do papel econômico e populacional que o município e a região tinham no contexto do estado de Goiás. Este acontecimento, juntamente com a chegada ao poder do grupo político de Pedro Ludovico no início da década de 1930, fez com que ocorresse a incorporação do poder político local pelo poder estadual, o que fez praticamente desaparecer o mandonismo dos coronéis.

Na década de 1930, também ocorreu a criação e a implementação de colônias agrícolas, cuja finalidade era o povoamento, de forma mais consistente, do Brasil Central. Este programa foi chamado por Vargas de “A Marcha para o Oeste”. No final da década de 1930, ocorreu a inauguração de Goiânia, que passou a ser a nova capital do Estado. A mudança da capital exerceu um importante papel na reorganização das forças políticas e econômicas até então vigentes no contexto da estrutura regional.

O deslocamento do centro político para Goiânia e da fronteira agrícola para o centro do Estado fez com que ocorresse, a partir da década de 1940, até uma estagnação das principais atividades econômicas desenvolvidas no sudeste goiano. Isto pode ser avaliado através dos dados da população de Catalão em relação aos mais populosos municípios de Goiás pois, se em 1920, o município de Catalão era o 1º; em 1960 com todas as transformações econômicas e territoriais passou a ser o 12º. Ou seja, entre 1920 e 1960, no território que sobrou após a criação de outros municípios, abrigava apenas 47,80% do total de 1920.

No final dos anos 1950, a construção de Brasília, também contribuiu, significativamente, para mudar o perfil econômico e social do meio urbano e rural no sudeste goiano. Isto se verificou, principalmente, através dos chamados Programas Nacionais de Desenvolvimento (PND) implementados pelos governos militares, após 1964. Tais programas contavam com o interesse e com a ajuda de fundos e instituições econômicas internacionais que visualizavam a possibilidade de implantação de grandes projetos agro-industriais na região.

Estes investimentos possibilitaram a implantação de uma extensa rede rodoviária e de energia elétrica que, no meio rural, serviu de suporte a intensificação do processo modernizante das estruturas econômicas que se faziam necessárias em função da constante expansão capitalista. O asfaltamento da BR-050 que chegou em Catalão no início da década de 1970, constitui uma marca importante deste processo de expansão das fronteiras econômicas e da melhoria das condições de vida da população que resistiu aos difíceis anos de transição sócio-econômica do sudeste goiano.

É esta ação do Estado nacional e de capitais privados que a seguir buscamos aclarar pois, a consideramos como fundamental para entendimento das transformações sócio-econômicas verificadas a partir da década de 1970 do século XX.

3.2 Aspectos socioeconômicos do município de Catalão entre 1970 e 2000

O longo período de redução da importância populacional e econômica do município verificado entre a década de 1930 e 1960, em relação ao conjunto do Estado estava chegando ao fim. Este quadro começou a mudar a partir de meados da década de 1960 com a chamada “revolução verde”, que alterou as técnicas de exploração econômica das áreas do cerrado e abriu novas possibilidades de ascensão social para uma população que se encontrava oprimida pela falta de oportunidades na vida.

A análise da ação do Estado, enquanto elemento reordenador de espaços tem, como objetivo importante, possibilitar a compreensão dos efeitos provocados pelas políticas estatais de reorganização do espaço urbano, bem como possibilitar uma melhor compreensão das relações sociais de produção e das forcas produtivas envolvidas nestes processos, que interferiram no estágio atual dos níveis de qualidade de vida da população residente na cidade de Catalão.

Desta maneira, analisar as diferentes ações do Estado, enquanto agente (re)ordenador de espaços, tem um objetivo importante, que é o de abrir possibilidade de se compreender os efeitos provocados pelas políticas estatais na reorganização do espaço urbano local. Isto possibilita, também, obter uma melhor compreensão das relações sociais de produção e das forças produtivas envolvidas nestes processos, os quais interferiram nos níveis de qualidade de vida da população residente na cidade de Catalão, tanto no passado quanto no presente.

Para se analisar a reestruturação recente do sudeste goiano, levou-se em conta, primeiramente, a localização e a inserção da região no contexto econômico, político e social no Centro-Oeste Brasileiro. Também, levou-se em conta a inserção da região no processo histórico de (re)produção do sistema capitalista. Neste sentido, segundo Becker (1982, p. 19) a região, no passado, se encontrava localizada na fronteira econômica do país. Por isto, era uma "região periférica em lento crescimento e de reserva para a expansão do sistema econômico". Após ter visto ocorrer grande parte destas modificações nas suas estruturas políticas, econômicas e sociais, atualmente, ela é parte integrante das chamadas "regiões dinâmicas". Nestas, como características marcantes, ocorrem processos de incorporação de territórios e de grande parte da população ao mercado produtor e consumidor. Portanto, é próprio do modo capitalista de produção agir desta forma, concentrando população e intensificando as relações capitalistas de produção aí verificadas.

Os momentos políticos e os estágios econômicos e sociais que marcaram, significativamente, a expansão capitalista pelo interior do país, ficaram evidenciados por transformações no comércio, na indústria, na agricultura e na área dos serviços em Catalão. Todas elas tiveram seus horizontes ampliados, com profundas mudanças no perfil do espaço econômico e social e, mesmo político.

Estas medidas de cunho político-administrativo, tomadas ao nível nacional, estadual e, até mesmo, internacional (por exemplo, o Projeto JICA)[6], acabaram por impulsionar as forças produtivas e as relações de trabalho na região para um estágio mais avançado. Este processo estava relacionado a sobrevivência do capitalismo dependente desta constante (re)produção e (re)ocupação, que são distintas na forma de um espaço cada vez mais fragmentado, mas também que se apresenta homogeneizado e hierarquicamente estruturado. Isto tem sido obtido, sobretudo, através do consumo coletivo burocraticamente

[6] Projeto do Governo Japonês que através da Agência Japon International Cooperation Association, previa investimentos na agricultura e na pecuária como forma de transformar a região central do Brasil numa grande produtora e exportadora de alimentos.

controlado, da diferenciação entre centros e periferias em escalas múltiplas, e da penetração do poder estatal no quotidiano das pessoas e nas condições de vida que elas tem para viver dignamente.

É neste sentido que se estabelece à interpretação da inserção da região a partir da configuração do capitalismo no Brasil, com sua "core" região, ou seja: um ponto no território nacional que se denominou chamar de triângulo industrial (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) por sua posição, localização e comando da vida nacional. Os impulsos oriundos desta parcela do território agem sobre o espaço, que comandam na forma de uma rede, criando uma "organização inter-empresas" em escala nacional através da emissão de capitais, tecnologia, mão-de-obra especializada, informação, produtos industrializados, etc. Essa infra-estrutura posta a serviço deste capital, formou uma malha que criou, internamente no país, as mesmas características das relações existentes entre os países do mundo, ou seja: relações políticas e econômicas que se configuraram em relações desiguais, criando espaços e sociedades heterogêneas quanto ao nível de qualidade de vida.

Em escala nacional, o processo de modernização das estruturas produtivas levou a uma urbanização que foi acelerada pela industrialização nas cidades e no campo. Esta rápida urbanização da população fez com que a problemática urbana se tornasse geopoliticamente cada vez mais importante. Para Bernardes (1989, p. 27) esta rápida urbanização foi entendida: "como um complexo processo de concentração espacial da população, associado ao desenvolvimento das forças produtivas, sendo indutor de mudanças não apenas nas atividades dominantes e no ambiente construído, mas também nos padrões de consumo de bens e serviços". Por isto, a concentração de determinada porcentagem da população em uma determinada parcela do espaço traz, como conseqüência, a modificação nos padrões de relacionamento, na organização social interna e externa de espaços públicos e privados no meio urbano e na localização, interação e dispersão dos diferentes grupos sociais.

O papel representado pelo Estado brasileiro na tentativa de organizar os espaços urbanos em expansão teve, como conseqüência, a multiplicação de problemas socioeconômicos, políticos e ambientais em um nível de graves proporções que tem afetado a qualidade de vida dos antigos e novos habitantes de qualquer espaço urbano. Estes problemas de ordem infra-estruturais e sociais acumulados como passivos urbanos, principalmente, nas cidades médias e grandes, não foram solucionados no passado e não estão sendo no presente. Estas interferências, além de não resolver a situação do baixo nível da qualidade de vida de grandes parcelas das populações urbanas, têm influenciado, definitivamente, para a criação e a

manutenção de cidades segregadas em função das acentuadas diferenças econômicas e sociais.

Neste contexto, a cidade de Catalão, influenciada por estes fatores, tem passado por um crescimento econômico e populacional significativo que culminou com uma (re) elaboração acentuada do seu espaço urbano e da qualidade de vida de sua população. Assim, a cidade de Catalão representa, regionalmente, embora em escala menor, o fenômeno da urbanização brasileira. Por isto, constitui um aspecto importante (tratado de forma especial no sub-capítulo a seguir), verificar como ocorreu o crescimento da sua população total e urbana, em uma nova dinâmica econômica e populacional que se iniciou em princípios da década de 1970 e se prolongou até os dias atuais.

A partir da década de 1970, a modificação de velhas estruturas produtivas e sociais verificadas através da expansão capitalista no campo[7], teve como resultado, um rápido processo de urbanização da população rural que se caracterizou por profundas contradições nas estruturas sociais dos centros urbanos. As cidades da região sudeste de Goiás não fugiram a esta regra. Suas transformações foram, portanto, oriundas de políticas e arranjos institucionais desenvolvidos pelos governos brasileiros que visavam facilitar a ação do capital nos mais variados setores da vida nacional.

Este "progresso" verificado na forma de urbanização acelerada, modificando as relações sociais e as atividades econômicas, trouxe profundas mudanças para a estrutura da sociedade local e nos seus níveis de qualidade de vida. Neste sentido, a intensificação deste processo resultou em um aumento considerável nas já problemáticas áreas da saúde, da educação, do transporte, da habitação, do emprego, da comunicação, do transito e na estrutura da vida social etc.

Localmente, muitos destes encargos sociais recaíram sobre a administração municipal, que dado a insuficiência de recursos e de diretrizes administrativas, não conseguiu acompanhar, satisfatoriamente, o aumento crescente das carências de uma população que se urbanizava e, que, por isto mesmo, passava a exigir melhores condições de vida através da implantação de uma infra-estrutura urbana mais homogênea.

No município de Catalão, especialmente em sua parte nordeste, ocorreu a implantação do chamado capitalismo rural "modernizante e conservador", através do

[7]Este fato pode ser avaliado comparando os dados do IBGE, sobre a utilização de fertilizantes nas atividades agrícolas. Para se ter uma idéia das mudanças, em 1970, o uso médio de fertilizantes químicos por estabelecimento rural era de 122 quilos e o orgânico 36. Quinze anos após, em 1985 este número tinha saltado para 1198 e 1146 respectivamente. O mesmo fenômeno se deu em relação ao número de tratores (1970 – 26, 1975 – 110) e colheitadeiras (1970 – 5, 1975 – 27).

estabelecimento intensivo de grandes e médios produtores rurais, vindos do sul e sudeste do Brasil, centros hegemônicos e de expansão de capitais no país. Estes empreendimentos incorporaram o espaço rural através do urbano no processo de acumulação e concentração do capital nos centros hegemônicos do país, com a importação da produção de matérias-primas locais, principalmente produtos agrícolas e minerais. Também, ocorreu a implantação de atividades comerciais e da prestação de serviços bancários que transferiram produtos e lucros provenientes da região para os centros nacionais, na forma de mais-valia adquirida nas relações de produção local.

A importância da transformação na estrutura agrária regional, conforme se encontra registrado na figura 10, mostra a profundidade das transformações no espaço rural entre o ano de 1970 e o de 1996. Automaticamente, as mudanças ocorridas no campo, sob o ponto de vista do encolhimento da área e do número de pequenas propriedades tiveram, principalmente na década de 1980, conseqüências diretas no elevado crescimento populacional verificado no espaço urbano de Catalão. Como conseqüência destes fatores, a estrutura fundiária do município apresentava, no ano de 1996, uma grande quantidade de pequenos estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares que ocupavam uma área muito pequena. Por outro lado, existia um reduzido número de grandes propriedades com mais de 1000 hectares, que correspondiam a uma alta participação no conjunto das terras.

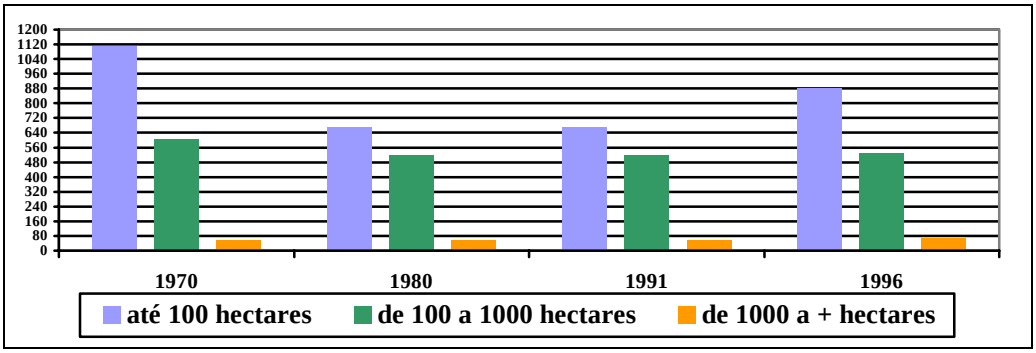


Figura 10 – Número de estabelecimentos agropecuários de Catalão, por grupos de área total entre 1970 e 1996.
Fonte: Censos Agropecuários: IBGE. 1970, 1980, 1991 e 1996. Org. Edir de P. Bueno.

A modernização das atividades rurais transformou a estrutura fundiária do município, provocando a concentração de terras em poucas propriedades e o aumento do parcelamento das pequenas propriedades. Isto aconteceu, principalmente, em função das baixas rendas obtidas com os produtos agrícolas durante os últimos 25 anos e dos incentivos concedidos por parte do Governo Federal à poupança e à especulação financeira. Esta fez com

que muitos produtores rurais se desfizessem de suas propriedades, mudassem para as cidades da região e, posteriormente, se tornassem empobrecidos por terem se transformado em trabalhadores não qualificados que exerciam atividades no meio urbano, pouco rentáveis economicamente. Esta não qualificação profissional fazia com que as atividades desempenhadas fossem de baixa remuneração, não sendo, portanto, compatíveis com o custo e o modo de vida urbano.

Além das mudanças verificadas na estrutura fundiária, ocorreram também alterações importantes nas relações entre capital e trabalho. Assim é que Mendonça (2004) ao estudar as transformações sócio-econômicas na região de Catalão, constatou que a precarização das relações sociais constituía condição para o capitalismo se reproduzir. Segundo este estudioso estas relações se caracterizavam da seguinte forma:

> A sociedade goiana, sertaneja, latifundiária e coronelista, apresentavam o trabalho assalariado em algumas atividades e, paralelamente, relações não-capitalistas de produção, através do "sistema de partilha" na pecuária e sistemas de parcerias e meação nas atividades agrícolas. Diversas profissões foram consagradas como essenciais à existência das atividades agropecuárias. As figuras do boiadeiro, do lavrador, do mascate, do carreiro, do ferreiro e do amansador de animais, entre outras, eram algumas das formas com que o trabalho se expressava, [...]". (MENDONÇA, 2004, p. 265)

Por isto, a vida rural goiana até a implantação e predomínio da chamada modernização conservadora do campo nas décadas de 1960 a 1980, era marcada pelas relações sociais de trabalho precárias[8], que ainda, no início do século XXI, persistem em poucas propriedades pequenas e médias. Uma condição típica destas relações precárias de trabalho era a exploração do trabalho familiar por parte do proprietário da terra, bem como pelo chefe da família que em muito afetava a condição de vida de seus membros.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE em 1970, das 6.499 pessoas trabalhando na área rural, 4,9% eram crianças menores de 14 anos e 19,1% eram mulheres que não tinham seu trabalho remunerado. No Censo Agropecuário de 1980, das 3.990 pessoas ocupadas em atividades rurais, 11,5% tinham menos de 14 anos e 20,2% eram mulheres que se encontravam na condição descrita. Os dados presentes no último Censo Agropecuário de

[8] Os agregados eram camponeses/posseiros, que viviam num pedaço de terra e visavam à reprodução social da família. Já os parceiros, que normalmente viviam de forma precária nas áreas urbanas, normalmente, se dedica ao cultivo de pequenas glebas com o intuito de assegurar, parcamente, o sustento da família. Os retireiros, responsáveis pela produção leiteira, pelo fabrico do queijo e da manteiga, mas que tinha na atividade da cria e a recria do gado bovino a sua atividade principal. O *companheiro* é diarista, quase sempre um *trabalhador da terra*, que trabalha ao lado do contratante para executar uma tarefa que exige maiores cuidados, daí a presença constante do empregador. O *peão solteiro* é um trabalhador contratado, para exercer as atividades que exigem maior esforço físico, principalmente, na pecuária leiteira mediante a necessidade da ordenha manual. Destaca-se ainda o *trabalhador de empreitada* que eram empregados em serviços que exigem maior esforço físico e/ou maiores habilidades manuais que empregadas na construção de galpões, casas e/ou currais que, possuindo preço diferenciado, sua condição de vida geralmente são melhores (sic).

1996, apontaram que das 5.609 pessoas ocupadas em atividades rurais no município, apenas 37,2% recebiam algum tipo de renda. Para se ter uma idéia da difícil condição de vida das pessoas residindo na zona rural do município em 1980 (em 32,5% das propriedades rurais), se contava apenas com a força humana em suas tarefas diárias. Os adultos e, principalmente, as crianças não tinham apenas suas vidas presentes comprometidas pelo trabalho pesado e cansativo das rotinas rurais mas, também tinham o seu futuro, já que cresciam longe das escolas, dos cuidados com a saúde e da higiene pessoal, como por exemplo, a escovação diária dos dentes.

Outro fato que chama a atenção nestas relações de trabalho precário, estava na questão da moradia pois, na grande maioria dos casos, as famílias dos trabalhadores rurais também residiam em habitações precárias. Estas, normalmente, eram de chão batido, com fogão a lenha em seu interior, com colchões feitos de palha de milho e de capim e telhado elaborado com folhas de palmeiras. Ou seja, não era só a condição de trabalho que era precária mas, também, a vida. As transformações econômicas ocorridas na agropecuária do município fizeram com que ocorressem mudanças importantes nesta situação. Hoje, a maioria do trabalho desenvolvido no meio rural está marcada por assalariamento e muito pouco destas relações de trabalho e condições de vida persistem. Neste contexto, pode-se considerar que, o processo de urbanização possibilitou a melhoria da qualidade de vida, uma vez que a moradia destes muitos ex-trabalhadores rurais passou, por exemplo, a contar com água tratada.

Estas transformações, entre tantas outras, ocorridas na região e no município de Catalão, podem ser melhor compreendidas, se forem comparados ao tipo de economia que era praticada pela população rural, até a década de 1960, quando se produziam poucos excedentes agro-pecuários e, aquela praticada no início do século XXI. No início da incorporação desta região periférica do sistema capitalista nacional, vivia-se na zona rural, próximo de um estilo semifeudal de produção. Isto ocorria porque, até a década de 1960, as propriedades rurais da região eram quase auto-suficientes. Dependiam da vida econômica das sedes municipais, em poucas coisas, tais como: a compra de sal, ferramentas em geral, venda de gado excedente etc. A produção agropecuária era quase que exclusivamente realizada pelos componentes da família e seus vizinhos. Somente os excedentes eram vendidos ou trocados na cidade por aquilo que era necessário para a travessia do ano, até a safra seguinte.

Com a penetração do capital financeiro industrial no espaço rural regional, estas condições de produção, atualmente não mais existem, porque a abertura de estradas, a melhorias dos meios de comunicação e os incentivos fiscais, alteraram a estrutura social e

espacial das famílias da região, do município e da cidade de Catalão. Esta incorporação da região no processo capitalista recente, através da intensificação da produção e da distribuição de matéria-prima e produtos industrializados, fez com que quase desaparecessem os processos artesanais de produção familiar antes existentes.

Com a instalação de grandes propriedades agropecuárias, utilizando técnicas de cultivos altamente industrializadas, principalmente na parte nordeste do município de Catalão, fez com que a paisagem rural registrasse uma brusca transformação. Como se sabe as características físico-químicas do solo do cerrado são pobres em nutrientes minerais, sendo constituídos basicamente de sílica, alumina e óxido de ferro, que por isto são bastante ácidos. Por isto era considerado improdutivo ou explorado de forma precária (pecuária extensiva e produtos agrícolas para subsistência). Porém, com a introdução de novas técnicas agrícolas, imensas extensões de terra, tornaram-se viáveis para o cultivo das chamadas monoculturas de exportação, principalmente a soja e, em menor escala, o milho. Para o mercado interno coube o feijão. Estas transformações foram possíveis a partir da aplicação dos métodos produtivos caracterizados como sendo a "revolução verde". Conforme Chaves (1992, p. 10) ela foi definida como: "[...] gestada internacionalmente sob o patrocínio de fundações privadas e governos dos países ricos, como uma estratégia veiculada ideologicamente como contribuição do sistema ao combate a fome no terceiro mundo".

Mas, a concentração fundiária demonstrada na figura 10, caracteriza-se também pela intensificação do processo produtivo, a partir da aplicação de elevado índice tecnológico. Assim, apesar das constantes crises relativas às políticas agrícolas do governo federal para o setor, a agricultura tornou-se uma das principais pilastras da economia do município. A grande variedade de culturas é favorecida por alguns fatores tais como: solos profundos típicos do cerrado e de fundos de vale, clima favorável, topografia plana, abundância de cursos d'água e a posição geográfica dentro da área de economia com maior dinamicidade no contexto nacional, etc. A planura do cerrado desta parte do Brasil central possibilitou ainda, o cultivo da soja e do milho em larga escala e, principalmente, em aspecto recente, a utilização dos pivôs centrais para a irrigação do feijão e do trigo.

Na agricultura do município outros produtos também merecem destaque, dentre eles: arroz, feijão, trigo, café, cana-de-açúcar, laranja, banana, mandioca, abacate, abacaxi, manga, tomate, hortaliças e legumes, que são cultivadas em escala comercial. A diversidade de culturas tem grande importância econômica, uma vez que têm contribuído para elevar a renda do produtor, renda esta que em sua maior parte serve para aquecer a construção

civil e o comércio, além de atualmente absorver um significativo contingente de trabalhadores residentes na cidade de Catalão.

A análise efetuada dos dados sobre a agricultura no município a partir dos intervalos de tempo dos Censos Agropecuários (1970, 1980 e 1991) e a previsão de safra de do IBGE para 2000, possibilitou uma melhor compreensão do comportamento da área utilizada e da produção entre 1970 e 2000. Assim, entre 1970 e 80, ocorreu uma pequena redução na área plantada, mas a produção agrícola sofreu uma forte redução no seu total devido a uma colheita menor de milho (-26,4%) e de cana-de-açúcar (-89,6%). A forte redução na cana-de-açúcar foi devido ao fato de que a Usina Martins, que produzia açúcar e álcool ter encerrado suas atividades em 1978. No caso do arroz, ocorreu o contrário, com o crescimento na área plantada (+ 23%), mas cuja produção não se alterou. Isto ocorreu porque a produção que era praticada em áreas mais úmidas (fundos de vale) passou a ser praticada em larga escala devido as etapas de substituição do cerrado por esta cultura e, posteriormente, o plantio de capim.

O Censo de 1991 apontou uma forte redução na área plantada da cultura do arroz (-51,8%). Esta redução foi devido ao fato de que grande parte do cerrado do município já ter sido derrubada e a prática de manejo utilizada nesta cultura preparava o solo para a implantação de pastagens. Porém, a adaptação de novas sementes as condições climáticas do cerrado, como por exemplo, o encurtamento do ciclo da planta, permitiu elevar a produção em 19,5%. Também, na década de 1980 ocorreu a inserção da soja através dos imigrantes paranaenses e paulistas, fazendo com que a área plantada tivesse um crescimento de 456,4%. A produção de milho que foi acrescida em mais de três vezes, teve a sua área plantada e a produção elevada devido o processo de rotação de cultura com a soja, bem como o uso de adubos químicos e de sementes melhoradas. Nesta década surge o alho como uma importante cultura praticada, principalmente, pelos pequenos proprietários e arrendatários de terras. O mesmo caso aconteceu com o feijão que teve praticamente a mesma área de 1980, mas que em 1991 teve uma produção 601,4% maior devido a implantação de lavouras irrigadas.

A diferença entre a produção agrícola de 1970 e 2000, se deve ao fato de que em 1970, um único produto agrícola, a cana-de-açúcar, correspondia a 72,1% da produção agrícola, ou seja, havia o predomínio de uma monocultura, enquanto produtos essencialmente de subsistência complementavam a produção agrícola do município. Em 2000, a cana-de-açúcar correspondia a apenas 4,3% da produção, enquanto a soja (56,1%) e o milho (31,5%) respondiam juntos por 87,6% da produção.

No caso da soja, em 1970 esta leguminosa não era ainda cultivada, mas em 20 anos houve um acréscimo de 5.279% na sua produção e em 1.506% na área de cultivo. No caso do milho ocorreu um incremento de 919,3% na produção e 347,3% na área plantada no período entre 1970 e 2000. O que se pode observar é que o milho, em termos de área plantada e produção, apresentou um aumento significativo na produtividade no que diz respeito aos anos de 1970 (1.6 ton/ha), para 6.09 toneladas por hectare em 2000, ou seja; um acréscimo na produtividade da ordem de 262,3%. Esta mudança se deu, principalmente, com a introdução de sementes híbridas, o uso de técnicas de correção da acidez do solo e fertilizantes químicos.

Os dados de área plantada e produção, relativos aos anos 1970 e 2000 expressam quedas nas áreas plantadas de quase todos os produtos agrícolas, com aumento significativo da área para produção de soja e milho. Também, foi possível verificar uma quase igualdade em termos percentuais na expansão da área plantada (511,3%) e da produção agrícola (530,3%). Esta pequena diferença entre área e produção se deve ao fato de que a cana-de-açúcar ocupava em 1970 uma área pequena, mas com tonelagem elevada por hectare enquanto, com a cultura da soja, ocorreu a expansão da área com menor tonelagem por hectare. Avaliando-se a tabela 5, pode-se constatar que dos 8 produtos mais cultivados no município, 5 tiveram aumento na área cultivada e na produção, enquanto 1 teve diminuída a área, mas aumentou a produção e 2 diminuíram tanta a área quanto a produção.

Tabela 5 – Principais produtos agrícolas de Catalão: 1970 - 2000.

Produtos	1970		1980		1991		2000*	
	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)
Soja	------	--------	723	681	33.000	52.000	48.000	129.000
Milho	4.133	6.663	3.564	5.272	4.500	18.000	11.900	72.480
Cana-de-açúcar	742	31.254	131	3.244	100	4.000	250	10.000
Mandioca	58	223	46	406	350	5.300	500	7.500
Feijão	2.722	741	1.858	439	1.900	2.640	1.700	3.460
Laranja	1	387	6	617	250	1.400	300	3.000
Alho	------	7	-------	206	700	2.800	500	2.250
Arroz de sequeiro	4.929	4.067	6.065	4.118	3.140	4.920	1.200	2.160
Total	**12.585**	**43.342**	**12.393**	**14.983**	**43.940**	**91.060**	**64.350**	**229.850**

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários. 1970, 80, 91.
*SEPLAN/GO. Anuário Estat. de Goiás/IBGE. Previsão de safras (2000). 2003.
Org. Edir de P. Bueno.

A Agropecuária está bem disseminada na maioria dos municípios de Goiás, devido este apresentar tradição e vocação para o setor. Esta atividade exerce papel importante no seu desenvolvimento, quando garante matéria-prima para a agroindústria, que por sua vez,

agrega valor aos produtos da pauta de exportação, gera emprego e renda e assegura a sustentabilidade com que tem se desenvolvido a economia goiana nos últimos anos, contribuindo assim para melhorar as condições de vida da população rural e urbana.

Em relação a produção agropecuária, embora o município tenha uma pauta interessante de produtos, não se encontra entre as dez maiores economias de Goiás. Isto é explicado através da contribuição que a riqueza gerada pela atividade tem no PIB agropecuário estadual. Neste quesito Catalão se encontra em 14º lugar no conjunto do Estado. Esta colocação se deve ao fato de que a chamada "agricultura de exportação" é praticada em terrenos que possibilitam o uso intensivo de máquinas agrícolas e, em Catalão, a maior parte do relevo é irregular, bem como a maior parte do município, se encontra bastante dividido em pequenas propriedades.

A agropecuária do município é econômica e socialmente bastante significativa, destacando-se na economia regional. Cerca de 75% da área total do município é utilizada com pastagens. No ano 2000 o rebanho bovino era formado por 135.000 cabeças. Também, observa-se o crescimento constante da avicultura de corte que teve seu início nos anos 90, estimulado que foi pela facilidade de obtenção de insumos para fabricação de ração. A avicultura local era composta no ano 2000, de 378.350 cabeças. Em função disto, Catalão naquele momento era um dos maiores produtores de perus do Brasil mas, que não prosperou devido a problemas relativos a integradora, como por exemplo, a baixa competitividade da produção em função da distância do abatedouro.

Ainda, merece destaque a produção de leite, sendo que a metade recebe industrialização local para a produção de queijo, manteiga, doces e derivados, dentre outros, sendo o restante comercializado no estado de São Paulo. Em período recente, a produção de leite vem passando por melhorias significativas em relação a genética, com maior produtividade por animal, bem como pela qualidade do produto com a instalação em muitas propriedades de resfriadores de leite e a implantação de ordenha mecânica. Estes avanços tecnológicos na pecuária leiteira não têm modificado o número de pessoas empregadas (a não ser nas crises mercadológicas) mas, têm exigido uma mão-de-obra mais qualificada. Neste sentido, Mendonça[9] analisou os dados dos Censos Agropecuários de 1975, 1980 e 1996 sobre a característica da mão-de-obra empregada nas atividades agropecuárias e afirmou o seguinte:

> A diminuição acentuada de trabalhadores permanentes e temporários nas propriedades rurais modernas, paralelamente à crescente eficiência técnica,

[9] Mendonça, M, R. A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano. Tese de Doutorado. UNESP- Presidente Prudente. 2004. p. 181.

> repercute no aumento da produção e da produtividade, tornando-se a característica marcante do novo modelo e apropriação da terra. Nesse caso, há que considerar a necessidade crescente da qualificação de uma parcela dos trabalhadores permanentes e o deslocamento da maioria para as atividades temporárias e/ou informais nas áreas urbanas. (MENDONÇA, 2004, p. 181)

O autor concluiu sua análise caracterizando que aqueles que continuam exercendo as atividades no campo exercem múltiplas tarefas, adquirindo para tanto várias habilidades (se qualificando) como forma de assegurar o emprego gerado no campo e o sustento de sua família.

No espaço urbano, a implantação das indústrias mineradoras ligadas a exploração do fosfato e do nióbio foram iniciativas incentivadas pelo modelo implantado em todo o país, que era o de substituir todos, ou em grande parte, os insumos ligados às atividades agrícolas. Estes produtos buscavam diminuir a dependência a produtos e matérias-primas consideradas estratégicas pela tecnocracia burocrática civil-militar pós 64 e o projeto de Brasil por ela elaborado.

O reflexo de tais políticas governamentais teve, como marco local, a implantação do distrito mínero-industrial como estratégia do Governo Estadual de incentivar, de um lado, a instalação de indústrias localizadas próximas á cidade, ligadas ao setor de minérios e de outro, a produção agropecuária regional. Ainda, como estratégia política-administrativa estadual, estes distritos industriais visaram diminuir o fluxo populacional para a capital, criando vários centros regionais. Isto, tornou-se possível com a criação de incentivos fiscais[10] generosos que serviram de atrativos para o capital nacional - internacional. Também, nos anos 80, ocorreu a implantação do Senai e Senac que objetivavam a formação de mão-de-obra especializada que viesse a atender a demanda dos projetos econômicos em instalação e aqueles futuros, como hoje se verifica com implantação de plantas industriais com variadas atividades produtivas.

Enfim, estas atividades geraram empregos, renda e impostos que permitiram a implantação de uma bem aparelhada infra-estrutura urbana que deu um aspecto paisagístico diferenciado a Catalão em relação a outras cidades vizinhas, ou mesmo de outras áreas do estado de Goiás. Daí, a importância da indústria da Mineração para a cidade de Catalão, pois em curto período de tempo, ela se tornou uma das bases da economia local. Para se ter idéia

[10] Um grande número de empresas agro-industriais se dirigiu para o Brasil-central a partir da criação de programas fiscais como o Polocentro / Prodecer que concediam empréstimos de capitais com juros subsidiados, diminuição de carga tributaria e abatimentos no imposto de renda. A versão do Governo estadual para incentivar a industrialização de algumas regiões do Estado com Fomentar – Go. Este, além de permitir a isenção de grande parte do ICMS, permite que as empresas utilizem 70% do imposto gerado, para servir de capital de investimento por longos anos.

de sua importância, no início do processo de implantação e funcionamento das mesmas, na segunda metade da década de 1970 do século passado, foram criados quase 2.000 empregos diretos, sendo que um número muito maior de oportunidades de empregos, foi criado não só no município mas, também, em outras cidades próximas.

O resultado deste processo de transformação econômica e de urbanização verificado em Goiás, nas últimas décadas do século XX, culminou com um crescente aumento no emprego de mão-de-obra em atividades típicas do meio urbano, como nas áreas de serviços, no comércio e na indústria. Isto é uma conseqüência da urbanização das atividades produtivas que se constituiu em mais um forte elemento concentrador de contingentes populacionais nas maiores cidades de Goiás e, no caso, em Catalão.

Segundo dados da SEPLAN–GO, no ano de 2002 havia em Catalão, 188 estabelecimentos industriais, enquanto o Censo Econômico de 1975 apurou que 69 era o número de empresas industriais, ou seja; um acréscimo de 272,4% em 27 anos. Ainda segundo esta fonte, o perfil industrial era composto por 134 micro-empresas industriais, 26 pequenas, 8 médias e 20 grandes indústrias, colocando o município na 3ª posição do ranking industrial de Goiás. A diferença é que até meados da década de 1970, as indústrias instaladas no município tinham um perfil muito diferenciado do atual, tanto na área de atuação (serrarias, máquinas de beneficiar arroz, frigoríficos, torrefadoras de café, engenhos de açúcar e alambique de aguardente, etc), quanto em volume de produção, geração de empregos e impostos. Em período mais recente, Catalão tem passado por um forte dinamismo em termos de investimentos na atividade industrial. De acordo com a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, os investimentos efetuados entre 1997 ao o início de 2004, por diversas empresas, foram estimados em aproximadamente R$ 1 bilhão.

Atualmente, o parque industrial de Catalão chama a atenção pela diversidade de ramos de produção, como, por exemplo, produtos caseiros (doces, queijos, salgadinhos, bolos e tortas, artesanatos, etc.), agroindústrias, minerações, artefatos de cimento, metalurgia, cerâmica, móveis, etc. O crescimento industrial de Catalão tem estimulado significativamente a construção civil, tradicionalmente grande geradora de empregos. Outro ramo industrial que vem se destacando pela quantidade de mão-de-obra que emprega é o de vestuário, calçados e artefatos de tecido os quais, em 2003, de acordo com a SEPLAN/GO, eram constituídos de 104 empresas, a maioria voltada para confecção de roupas íntimas femininas.

O Distrito Mínero-industrial de Catalão (DIMIC)[11], criado pelo governo estadual com vistas a agregar valor aos produtos da região, encontra-se localizado a 02 quilômetros do centro da cidade, numa área de 278 ha às margens da BR-050, dispondo ainda de acessos às rodovias GO 330 e 504 e à Ferrovia Centro-Atlântica S/A, que liga o município aos portos de Vitória e Santos. Ainda, com este mesmo objetivo, encontra-se em fase de estudos sócio-ambientais, a implantação do Distrito Químico e de Fertilizantes de Catalão (DIQUIC), conforme protocolo firmado entre as empresas mineradoras e o Governo de Goiás.

A queda acentuada verificada no emprego no setor primário da economia do município e o aumento no setor secundário/terciário, evidencia a crescente importância que as atividades industriais, comerciais e de serviços atingiram. Porém, para efeito de avaliação de duas dimensões diferenciadas, quando foram comparados os perfis da PEA do Estado e do município, pode-se notar que o setor secundário e o terciário em Catalão se diferenciavam do perfil existente em Goiás. Este aspecto aparece em detalhe, mais adiante, quando da análise da composição da dinâmica demográfica. A criação de empregos no setor terciário e, principalmente, no secundário, evidencia a crescente importância que as atividades comercial, de serviços e industrial atingiram neste pólo regional do sudeste goiano. Para efeito de avaliação destas duas dimensões espaciais diferenciadas, comparou-se os dados presentes na figura 11. Nela, os perfis dos PIBs a preços correntes por área econômica do Estado e do município para os anos de 1999 a 2002, mostram que o setor secundário e o terciário em Catalão se diferenciavam do perfil existente na média de Goiás.

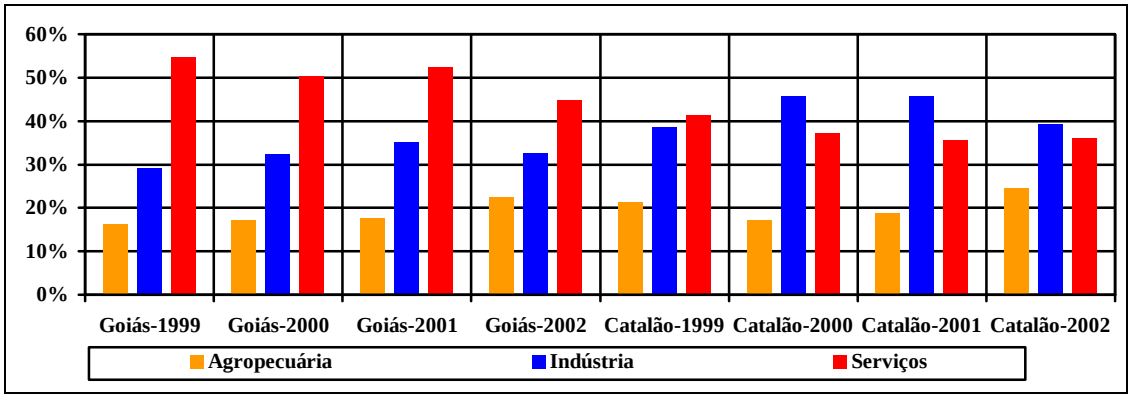


Figura 11 – Contribuição em porcentagem por atividades econômicas para o PIB de Goiás e Catalão entre 1999 e 2002. (em %)
Fonte: SEPLAN/GO. Produto Interno Bruto de Goiás e dos Municípios. 2002.
Org. Edir de P. Bueno.

[11] As empresas instaladas no DIMIC em 2001 são: ADM - Exportadora e Importadora S/A., Aducat - Adubos Catalão Comércio e Indústria Ltda, Agrocat - Agroquímica Catalão Ltda, Cameco do Brasil Ltda, Cerâmica Catalão Ltda, Cerâmica Universo Ltda, Comove - Companhia Mogiana de Óleos Vegetais S/A, Fertivel Indústria de Fertilizantes, Inagro - Fosfato Bicálcio, Multigreen e Mitsubishi Motors do Brasil.

O setor industrial foi o que apresentou maior geração de riquezas no município. Como conseqüência, entre os dez municípios que participaram com maior representatividade na geração do valor adicionado da indústria estadual, Catalão participou com 4,90% em 2002. Isto aconteceu não somente em função da instalação de indústrias mineradoras na segunda metade da década de 1970 e a sua verticalização no início do século XXI. Ocorreu também através da implantação de indústria da transformação de produtos agrícolas, metalurgia, cimento e cerâmico, como telhas e tijolos na década de 1980 e, mais recentemente (1997-98), a instalação de indústrias mecânicas multinacionais como a Mitshubish - automóveis e CAMECO - colheitadeiras de cana-de-açúcar e misturadoras de fertilizantes. Elas contribuíram para que, no município, ocorresse uma diminuição acentuada na taxa de ocupação de mão-de-obra na agricultura, o que não aconteceu no mesmo nível para a maioria dos municípios goianos. Isto pode ser observado na figura 11 pois, há uma clara distinção do setor industrial em relação àquela verificada para o conjunto de Goiás.

O que faz diferir a realidade de Catalão em relação aquela de Goiás está no fato de que o setor secundário do município tem crescido acima daquele verificada em Goiás. A presença de trabalhadores qualificados e especializados no setor secundário influenciou e tem influenciado, de forma preponderante, na reelaboração do espaço e da sociedade em Catalão. Isto porque, em função de suas rendas diferenciadas e mais elevadas, possibilitou que em conjunto com outros grupos sociais, criassem bairros com características de renda média e alta em seu espaço urbano. Também, muitos ex-funcionários da Goiasfértil S/A (empresa estatal de extração de fosfato, privatizada em 1991), ao serem demitidos, instalaram na cidade pequenas indústrias como alternativa ao desemprego e que em muitos casos, tornaram-se importantes empresas do município.

A estrutura produtiva do estado de Goiás vem sofrendo alteração nos últimos anos devido à expansão da atividade do agronegócio voltado à exportação, que tem fomentado a atividade agroindustrial. Como exemplo, pode-se citar os complexos da soja e da carne, milho, algodão, trigo e tomate, entre outros que constituem produtos importantes na composição da pauta de exportação do Estado.

Por sua vez, o setor de serviços que engloba diversos segmentos, tais como: administração pública, comércio, alojamento e alimentação, saúde, transporte e armazenagem, comunicações, atividades imobiliárias também, tem se tornado representativo dentre as atividades econômicas do município. De acordo com o Censo Econômico de 1975 havia 440

empresas nas áreas de comércio e serviços e, em 2000, de acordo com a SEPLAN/GO, era 212,7% maior, ou seja; 936 empresas que geraram um faturamento anual de R$ 250.831.620,00 e a arrecadação de R$ 17.867.352,72 em ICMS. Dentre os produtos mais comercializados, tiveram destaque: fertilizantes, minérios, veículos, máquinas agrícolas e produtos agropecuários. Por isto, em 2000, este setor da economia seguiu tendência de crescimento semelhante à indústria pois, o município contribuiu com 1,87% do valor total do PIB estadual[12].

Observando-se na tabela 6, o posicionamento do município em 2000, pode-se efetuar algumas observações, como por exemplo, a relação entre a produção de riqueza e o tamanho da população. Com a exceção do setor agropecuário em que o município não se apresentava entre os dez maiores de Goiás, no setor de indústria e serviços o município de Catalão encontrava-se melhor classificado do que outros municípios que apresentavam população residente muito maior, mas cujo PIB "per capita", era bem menor. Por exemplo: em 2000, o município Rio Verde tinha 116.552; Aparecida de Goiânia 336.392, Anápolis 288.085 e, Goiânia 1.093.007 habitantes. A colocação do município em 5º lugar no índice geral dos formadores do PIB estadual e em 12º na classificação geral do PIB "per capita", mostra a importância dos valores agregados aos produtos elaborados no município. Explicando melhor, em Catalão as empresas têm conseguido níveis de produtividade "per capita" mais elevada do que em outros municípios de Goiás pois, com um número menor de trabalhadores tem se conseguido gerar um PIB elevado. A tabela 6, destaca o posicionamento de Catalão, bem como registra a colocação dos dez municípios que mais contribuíram em 2000 para o PIB estadual, nos diferentes setores econômicos, segundo o valor adicionado bruto.

Tabela 6 – Os 10 municípios líderes no PIB goiano, segundo os setores de atividade econômica em 2000.

Ranking	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB Municipal
1º	Rio Verde	Goiânia	Goiânia	Goiânia
2º	Jataí	Anápolis	Anápolis	Anápolis
3º	Cristalina	**Catalão**	Ap de Goiânia	Rio Verde
4º	Mineiros	Itumbiara	Rio Verde	Ap de Goiânia
5º	Chapadão do Céu	Ap de Goiânia	Sen. Canedo	**Catalão**
6º	Luziânia	Rio Verde	Itumbiara	Itumbiara
7º	Montividiu	Minaçú	Luziânia	Jataí
8º	Caiapônia	Luziânia	Jataí	Luziânia
9º	Quirinópolis	Jataí	**Catalão**	Sen Canedo
10º	S. Hel de Goiás	Trindade	Valparaiso de Goiás	Minaçú

Fonte: SEPLAN-GO – Anuário Estat. de Goiás. Contas Regionais/Municipais. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

[12] Sobre a distribuição da P.E.A por área de atividade econômica, veja-se as figuras 25 e tabela 23.

Em função desta característica econômica, o município de Catalão[13], contribuiu em 2000, a preços de mercado corrente[14], com 2,78% do PIB estadual, ou seja; R$ 601.423 milhões e o PIB "per capita" do município era de R$ 9.347, enquanto a média goiana era de R$ 4.330, ou seja; o PIB "per capita" de Catalão era 215,8% maior do que a média de Goiás. Um novo estudo elaborado pela SEPLAN/GO em maio de 2005, apontou que o PIB do município cresceu 44,38% entre 1999 e 2002, o que corresponde a uma taxa de 11,09% ao ano. Esta rápida transformação na produção de riqueza, principalmente, na agricultura e na indústria fez com que Catalão passasse a ser o 4º município mais rico de Goiás, atrás apenas de Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Um fato que chamou a atenção neste estudo é que entre os dez municípios que possuem maiores PIBs "per capita", (normalmente municípios que tem uma população de até 15 mil pessoas, que se encontram em áreas de agricultura altamente desenvolvida ou possuem indústria de extração mineral e hidroelétricas), Catalão com PIB "per capita" de R$16.317,00, era o único entre os municípios mais populosos do Estado a configurar na lista.

O que se pode constatar para Goiás, mas em uma proporção muito menor, no município de Catalão, é a forte dependência dos setores industrial, comercial e de serviços em relação às atividades produtivas e a geração de renda no campo. Isto porque estes setores econômicos, eminentemente urbanos, dependem da atividade rural para funcionar plenamente. Quando, por qualquer motivo, o setor agrícola entra em crise em Goiás, crescem também os problemas socioeconômicos nas cidades. Isto ocorre na maioria dos municípios goianos, porque os setores secundário e terciário não conseguem gerar empregos com a mesma velocidade do processo migratório e do crescimento natural da população. Em função disto, constata-se a formação de contingentes populacionais em idade economicamente ativa desempregados ou sub-empregados, o que gera o inchamento do setor terciário e, conseqüentemente, a formação de um setor informal, tanto no Estado, quanto na cidade de Catalão.

O resultado da transformação econômica verificada no município neste período pode ser avaliado através do forte crescimento em termos de arrecadação de impostos. Em Catalão, de um total de R$ 23.536.635,32 arrecadados com transferências constitucionais em 2001, o ICMS chegou à casa dos R$ 11.423.587,93.[15] Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Catalão, "o índice de participação do município no

[13]Conforme publicação da SECPLAN - GO. Produto Interno Bruto Municipal – 2000.
[14] O termo "a preço de mercado corrente" se refere ao valor da produção econômica do ano de referência (2000), corrigido conforme a inflação observada até a elaboração da publicação em 2003.
[15] Prefeitura Municipal de Catalão: Diagnóstico da Administração Municipal. 2003.

ICMS cresceu 7% em 2001 em relação a 2000; e em 41,5% para 2002 em relação a 2001. A movimentação econômica do município de Catalão cresceu 55,7% em 2001 em relação a 2000; e 79,7% em 2002 em relação a 2001"[16]. A importância da economia do município também pode ser observada na figura 12, que demonstra o crescimento da arrecadação com as transferências constitucionais (menos recursos de Convênios, IPVA e outras taxas), para Catalão nos últimos 7 anos.

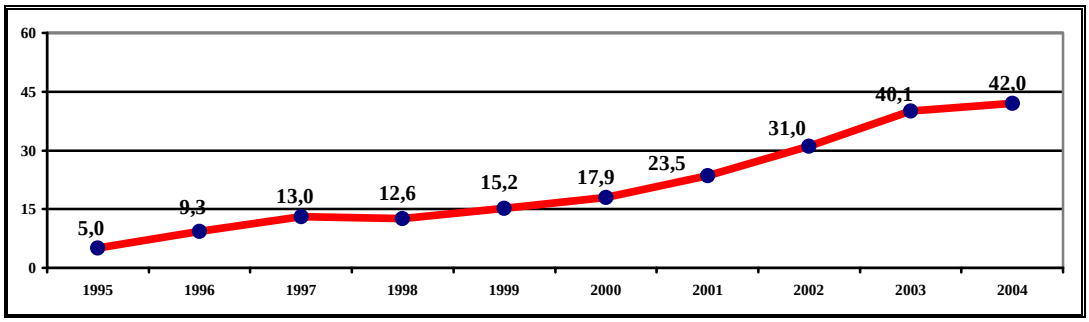


Figura 12 - Transferências constitucionais dos Governos Federal e Estadual para Catalão entre 1995 e 2004. (em milhões de R$).
Fonte: Prefeitura Municipal de Catalão/Depto de IPM-2002. Org. Edir de P. Bueno.

Nela, pode-se verificar que apenas no ano de 1998 (quando ocorreu uma forte desvalorização do Real) é que houve uma diminuição das transferências. A partir do ano de 1999, as transferências constitucionais dos governos federal e estadual (FPM, ITR, IPI e ICMS), tem sido crescente, tendo quase dobrado nos últimos quatro anos, ou seja, 80,7% a mais. Conforme dados disponíveis no Balanço de 2004 da Prefeitura de Catalão, os recursos oriundos de transferências constitucionais (Estado e União) e os impostos municipais somaram R$ 59.844 milhões. Para se ter uma idéia de como a renda do município cresceu, em 2002, o ICMS foi R$ 21.777 milhões e em 2004 chegou a R$ 30.896 milhões, ou seja, somente nesta rubrica houve um incremento de recursos da ordem de 41,8%. Portanto, a princípio o que se poderia imaginar é que mais recursos para os cofres públicos constituem um importante fator gerador de qualidade de vida, já que se passaria a investir mais recursos em educação, saúde, alimentação, etc. A grande questão neste caso seria formular políticas públicas comprovadamente eficientes que realmente venham direcionar estes recursos para a melhoria de vida da população.

[16] Esta alteração no ICMS se deve, principalmente, ao fato de que a montadora de veículos Mtisubhish passou a produzir novos modelos na unidade de Catalão, que antes eram importados do Japão.

O desenvolvimento econômico observado neste período resultou na melhoria das condições sócio-econômicas dos habitantes de Catalão, que ao longo deste período, vêm apresentando um crescimento significativo de mão-de-obra ocupada nos setores comercial, industrial, transportes e prestação de serviços. A geração de valor agregado a produção industrial e, conseqüentemente, no volume comercial movimentado pode ser melhor compreendida mediante a análise dos dados apresentados na figura 13 que informa a arrecadação do município em relação, especificamente, ao total de ICMS gerado no Estado.

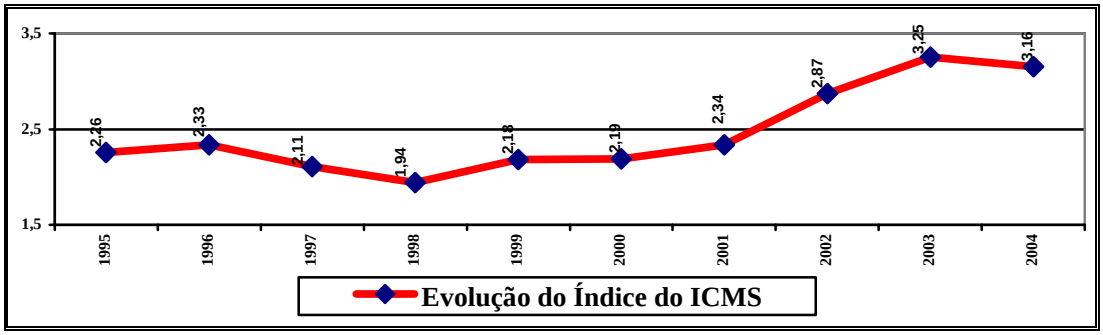


Figura 13 – Trajetória do índice de participação de Catalão no ICMS Estadual (pontos %).
Fonte: Prefeitura Municipal de Catalão, Deptº de Informações Fiscais. 2003.
Org. Edir de P. Bueno.

A sistemática desta apuração se dá quando se agrega valor às mercadorias tributadas ou não, totalizando o valor adicionado do município[17]. Daí se extrai o Índice de Participação que regulariza os repasses semanais para cada município. De acordo com a Delegacia da Receita Estadual de Goiás, em Catalão, as declarações periódicas de informações (DPI) emitidas pelas empresas sediadas em Catalão, apontou uma movimentação de mercadorias no ano de 2002, cujos valores agregados chegaram a R$ 796.321.471,00.

Com os investimentos previstos em produção industrial, a perspectiva é de um crescimento acelerado em termos de arrecadação de impostos e recebimento de "royalties" por atividades tais como a exploração de energia elétrica e de rocha fosfática. Destaca-se ainda que Catalão saiu da 7ª colocação em arrecadação de ICMS em Goiás, no ano 2000, para a 4ª em 2002.

Na seqüência, analisa-se como estas transformações sócio-espaciais, produto deste processo geopolítico e econômico, influenciaram na dinâmica demográfica e foram por ela influenciada. Para tanto considerou-se, seus totais gerais, urbano e rural além de outras características demográficas inerentes a população municipal e que ajudaram a compor as

[17] Do imposto sobre circulação de mercadorias, arrecadado em todos os municípios Goianos, 75% vai para o tesouro estadual e 25% para um fundo, onde é calculada a contribuição de cada município para o bolo e o seu índice correspondente.

condições para que atualmente se verifiquem os níveis de qualidade de vida, distribuídos de forma heterogênea na cidade de Catalão. Os Índices de Desenvolvimento Humano estão atrelados a medidas demográficas que, por sua vez, refletem as transformações sócio-econômicas ocorridas.

3.3 A dinâmica demográfica do município e da cidade de catalão no contexto do estado e do país entre 1970 e 2000

Este sub-capítulo tem como objetivo analisar a dinâmica demográfica da população da cidade de Catalão, do município e da microrregião na qual se encontra inserida, bem como as formas de apropriação da riqueza gerada e os seus impactos no estabelecimento de referenciais da qualidade de vida no período de 1970 e 2000.

Com o objetivo de avaliar estas mudanças, inicia-se a análise desta dinâmica populacional a partir da consideração do perfil do Brasil, do estado de Goiás e de Catalão em relação aos totais gerais, urbano e rural, em função do fato de que o município e a cidade de Catalão constituem dimensões territoriais que, enquanto particularidades, se encontram inseridos nestas totalidades. A análise comparativa objetivou revelar as inter-relações existentes enfocando, principalmente, quais foram às causas e as conseqüências desta dinâmica populacional na reelaboração sócio-regional e, especificamente, para a cidade de Catalão. Neste sentido, foi dada ênfase à análise dos dados referentes aos totais e a participação relativa, bem como a taxa geométrica de crescimento médio anual da população do Estado, da microrregião e do município, terminando por tratar especificamente da cidade de Catalão. Com isto buscou-se, enfatizar o papel representado pela cidade neste contexto, o qual é o objeto principal da Tese.

A partir daqui, busca-se avaliar a trajetória de variáveis importantes como aquelas relacionadas as taxas de natalidade/mortalidade, estrutura etária e migração. Foi dada uma atenção especial aos movimentos migratórios por ser este tipo de dinâmica populacional, a responsável por contribuições importantes no crescimento e na redução do tamanho da população total, bem como para a análise das questões envolvendo qualidade de vida e suas variáveis no espaço urbano. Tendo em vista o perfil da dinâmica demográfica de Goiás, foi possível avaliar os mesmos informes tanto para a microrregião, quanto para o município de Catalão. Neste sentido, buscou-se identificar o grau de similaridades e de diferenças da

dinâmica populacional das duas unidades estudadas, bem como as explicações destas situações.

Em consonância com os aspectos mencionados, elaborou-se a tabela 7, onde se encontram registrados os dados gerais sobre a dinâmica da população do Brasil, do Estado e de Catalão no período e, suas respectivas taxas geométricas de crescimento médio anual. Nela, pode-se verificar que os períodos de análise não têm os mesmo intervalos (50 a 70, 70-80; 80-91; 91-2000). Porém, em decorrência dos anos censitários, os números absolutos e relativos são diversificados e irregulares pois, não se tem apenas crescimento ou só diminuição, mas sim alterações de tendências. É relevante destacar que a ausência de dados referentes ao Censo de 1960 se deve aos inúmeros problemas quanto ao uso e a interpretação dos mesmos.

Há também que se considerar que a análise destes dados permite identificar as razões que levaram às diferenciações em suas dinâmicas, que são específicas das suas dimensões territoriais e de seus perfis econômicos e sociais. Destaque-se que para o caso de Goiás e Catalão, análises com detalhes são efetuados em seguida.

De um modo geral observa-se que os dados do crescimento relativo evidenciam comportamentos diferentes para o Brasil, o Estado e o Município. Por isto é relevante considerar o seu comportamento nos intervalos de tempo, primeiramente, entre 1950 a 1970 (devido as questões já apontadas em relação ao Censo de 1960) e os Censos realizados entre 1970 e 2000.

Tabela 7 – Dinâmica demográfica do município de Catalão no contexto do Estado e do país em 1950, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

	População Absoluta			Crescimento Relativo			Taxa geom. de cresc. médio anual		
Ano	**Brasil**	**Goiás**	**Catalão**	**Brasil**	**Goiás**	**Catalão**	**Brasil**	**Goiás**	**Catalão**
1950	51.944.397	1.214.921	24.562	-	-	-	-	-	-
1970	93.139.037	2.933.024	27.338	79,3	41,6	11,3	2,9	4,5	0,5
1980	119.002.706	3.859.602	39.168	27,8	31,6	43,3	2,5	2,8	3,7
1991**	146.825.475	4.936.766	54.486	23,4	27,9	39,1	1,9	2,3	3,0
1996**	157.079.573	5.550.180	58.507	7,0	11,2	7,4	1,4	2,4	1,4
2000	169.799.170	5.003.228	64.347	8,1	11,1	10,00	1,6	2,2	1,9

Fonte: Censos Demográficos:- IBGE, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000.
** Para este Censo e visando a comparação, os totais dos estados de Goiás e Tocantins foram agregados. O mesmo ocorrendo com a Contagem Populacional de 1996.
Obs.: A população de Goiás, sem a do estado do Tocantins, segundo o Censo de 1991 era de 4.018.903 e, na Contagem Populacional de 1996, 4.501.538 habitantes. Em 2000 a população total de Goiás e Tocantins era de 6.160.326. Para o Censo de 2000, os dados já se encontram desagregados. Org. Edir de P. Bueno.

Avaliando-se os dados referentes ao crescimento da população brasileira entre 1950 e 1970, constatou-se que ela tinha sido acrescida em mais 79,3% e que a taxa

geométrica de crescimento média anual foi de 2,9%. Os dados do Censo de 1980, apontaram que, na década de 1970, ocorreu um crescimento que registrou, para o período, um acréscimo relativo de apenas 27,7%. Entretanto, a taxa geométrica anual, tinha se acomodado em um novo patamar da ordem de 2,5%. No intervalo de tempo entre 1980 a 1991, a população cresceu 23,4% e a taxa geométrica anual apontou para uma nova redução, atingindo 1,9%, confirmando assim, o declínio na dinâmica demográfica registrada na década anterior. Para o período entre 1991 e 2000, o crescimento da população recuou um pouco mais, chegando a 8,1%, apontando assim, para níveis ainda mais baixos do crescimento da população, com a redução da taxa geométrica anual para 1,4%.

As razões que explicam esta desaceleração do crescimento demográfico se prendem ao processo de transição da fecundidade para níveis mais baixos, processo este que teve sua efetiva afirmação a partir da segunda metade dos anos 70. É evidente, que esta mudança verificada no ritmo de crescimento da população para as três áreas tem gerado alterações importantes em muitas variáveis relacionadas a condição de vida da população.

Particularizando-se a questão da população do estado de Goiás constata-se que ela teve um crescimento importante e de forma irregular no período que compreende os censos demográficos entre 1970 e 2000. Neste período, não considerando a criação do estado do Tocantins que será analisada em seguida, em termos relativos, o crescimento foi de 100,7%. Portanto, maior que a verificada no país que registrou 82,3%. A análise da taxa geométrica de crescimento anual da população de Goiás apontou para o período 2,5%, enquanto, para o país, ela foi de 2%. Assim, esta taxa foi 0,5% superior aquela do país. Estes números demonstram que Goiás, neste período passava por um estágio de rápido crescimento de sua população devido aos fatores que serão apontados a seguir.

O detalhamento destas taxas mostrou que o crescimento da população entre 1950-70 ocorreu num ritmo considerável pois, em 20 anos ela foi acrescida em 1.718.103 habitantes, ou seja (+241,4%), com uma taxa geométrica anual de 4,5%. Neste intervalo de tempo, a história de Goiás foi marcada pela construção de Brasília, com a abertura de novas estradas e a ampliação da fronteira agrícola nacional. Entre 1970 a 1980, o ritmo de crescimento mostrou que tinha a mesma força pois, neste intervalo de tempo, o acréscimo foi de 31,6%, com pouco mais da metade (926.578 pessoas) daquela verificada entre 1950 a 1970. Quanto a taxa, ela foi de 2,8% mostrando que na década de 1970 se mantinha em ação e ainda, com mais força, os fatores que atuavam como atrativos para a população migrante de outros Estados, como também, repercutem a aplicação de políticas públicas que influenciaram nas taxas de crescimento vegetativo da população. No período entre 1980 e 1991 a população

de Goiás cresceu ainda de forma consistente (embora num ritmo um pouco menor do que o verificado na década anterior), com um aumento de 1.077.164 habitantes.

A razão, portanto, decorre da taxa de fecundidade que vinha diminuindo no país, e que atingia, da mesma forma, a população do Estado. Entretanto, é preciso destacar que neste período a migração foi importante fator de crescimento da população, como poderá ser visto em seguida.

Para efeito de aclarar esta questão, quando se buscou comparar o que representava a população de Goiás em relação ao total do país em 1950 (2,3%), em 1980 (3,2%) e em 2000 (2,9%) constatou-se que ela oscilou muito. Esta oscilação em grande parte é explicada quando se analisa a perfil da população de Goiás para o Censo de 1991 e a Contagem da População de 1996 pois, em 1º de Janeiro de 1989, ocorreu a divisão do território Goiano, que culminou com a criação do estado de Tocantins. De acordo com a Contagem da população de 1996, caso não houvesse ocorrido a criação de Tocantins, a população de Goiás corresponderia a 3,5% no total do país. De certa maneira, embora o crescimento vegetativo tenha diminuído de forma acentuada, a migração para Goiás neste período teve uma forte contribuição para a manutenção e aumento de sua participação no total geral do país. Explicando melhor, se Goiás não fosse um grande recebedor de população migrante, a sua participação relativa teria diminuído de forma considerável se fosse levado em conta apenas a dinâmica vegetativa e a divisão do Estado para a criação de outro.

Neste sentido, a técnica aplicada para explicar esta diminuição da participação de Goiás no total da população do país, partiu do princípio de que seria extremamente complicado fazer-se a análise dos dados de forma desagregada para 1991 e 1996. Por isto, optou-se por agregar os dados de ambos os Estados para uma melhor compreensão do processo demográfico quando da utilização dos dados censitários do período pós-separação ou seja, de 1996 e 2000. Não se fazendo uso deste procedimento de análise, a divisão do território e, conseqüentemente, a divisão da base geográfica de dados, os registros mostrariam um falso ritmo de crescimento populacional, cujos valores seriam muito menores do que aqueles registrados na tabela. Por sua vez, os dados agregados demonstraram que a população continuou a crescer nos dois Estados, embora num ritmo menor.

Apenas como exercício, não sendo considerados os dados de forma agregada, no período entre 1980 e 1991 a população absoluta de Goiás, sem a do Tocantins, teria crescido apenas 4,1% em 11 anos, ao contrário dos 27,9% realmente verificados no período. Isto significa que Goiás cresceu muito menos, ou seja; neste intervalo de tempo, a

região do futuro estado do Tocantins se constituía em uma área mais significativa de migração.

Fazendo-se uma análise mais detalhada dos dados referentes ao período de 1991-1996, constatou-se que, quando considerados em conjunto a população de Goiás e do Tocantins, a taxa de crescimento anual da população, não apresentou diferenças importantes. Os valores registrados para o período de 1980-91 foi de 2,3% e para 1991 e 1996, 2,4%. Entretanto, há que se diferenciar esta comparação porque temos períodos de tempo distintos. A análise efetuada para Goiás (sem a população de Tocantins), no período entre 1991 e 1996 mostrou que o crescimento relativo foi de 11,2%. Entretanto, no caso do Tocantins[18] este crescimento foi de apenas 1,7% no mesmo período, o que indica que o ritmo de crescimento desta parte do território que pertencia a Goiás, foi menor do que aquele do território que ficou para Goiás. No conjunto, isto mostra que a dinâmica demográfica da porção centro-sul de Goiás foi mais significativa, isto porque a parte sul era mais desenvolvida por estar mais próxima de áreas propulsoras do desenvolvimento.

No Censo de 2000, último registro demográfico de natureza coletiva existente, foi constatado que, embora a população continuasse a crescer, ela não possuía mais a mesma dinâmica apresentada até 1991[19]. Isto ocorreu devido, principalmente, ao esgotamento da fronteira agrícola de Goiás. Se antes existia a disponibilidade de terras não ocupadas economicamente e a preço baixo, a partir da década de 1980, tornaram-se, elas, escassas e caras. Assim, foi constado que o crescimento da população (sem a população de Tocantins), na década de 1990 tinha sido de 24,5% e o conjunto da taxa geométrica de crescimento anual tinha se reduzido para 2,2%. Isto projetou uma diminuição nas taxas de crescimento médio anual para 2000, da ordem de 0,6% em relação àquela verificada em 1980, ou seja: 2,8%. Neste caso, devem ser lembrados dois aspectos importantes: a redução na taxa

[18] Em 1987 o Anuário Estatístico do Brasil, publicado pela IBGE, elaborou uma tabela especial sobre a população que residia no território goiano, que no futuro, seria o estado de Tocantins. Neste sentido, apontou que a população estimada para o ano de 1980 seria de 736.400 e para 1988, 860.400 pessoas. Assim, usando estas informações, foi possível verificar que em 1980 a população goiana que residia na parte que seria criado o estado do Tocantins correspondia apenas a 19,07% da população total do estado de Goiás. Já para 1988, utilizando esta mesma fonte e realizando os mesmo cálculos, constatou-se que a população residente no território do estado que deu origem ao estado do Tocantins que ela seria corresponderia a 16,08%.

[19] Na análise dos resultados da Contagem Populacional de 1996, possui o seguinte comentário envolvendo a região Centro-Oeste, da qual o estado de Goiás faz parte: "As maiores taxas de crescimento no período1991-1996 ocorreram nas regiões Norte e Centro-Oeste (2,44% e 2,22% ao ano, respectivamente), onde em algumas sub-áreas observou-se a presença de contingentes migratórios atraídos não só por uma expansão retardatária da fronteira, como também pelo poder de atração do entorno de Brasília e Goiânia. O crescimento destas duas regiões é atualmente bastante inferior ao que se verificava nos anos 60 e 70, quando ambas recebiam importantes correntes migratórias atraídas pela expansão da fronteira agrícola". (IBGE, 1996, p. 16). Ainda, na página 23 encontra-se a afirmação de que o crescimento populacional do estado de Goiás, em termos absolutos, entre 1991-96, se classificava em 6º lugar entre todos os estados do país e, que o estado também se inseria entre os estados da federação que tiveram suas taxas de crescimento da população aumentadas em relação a 1980.

de fecundidade que foi significativa para todo o país e para Goiás, bem como pelas reduções ocorridas nos fluxos migratórios.

No que diz respeito a Catalão, os dados também permitiram inferir que nos últimos 30 anos do século XX, que o crescimento relativo de sua população foi da ordem de 235%, superior àquela verificada para o Estado sem Tocantins (153%) e, para o país (181%). Com relação a taxa de crescimento geométrico da população foi verificado que para Catalão, neste período ela tinha sido de 2,9%, também maior do que a do Estado (1,8%) e para o país (2%).

Se considerarmos, entretanto, a dinâmica demográfica anterior, especialmente entre 1950 a 1970 verificou-se comportamento diverso. Assim, entre 1950 a 1970 o crescimento foi de apenas 0,5%, em função da criação, em 1964, de dois novos municípios a partir do seu território. Neste contexto, de acordo com os dados do censo de 1950, a população do município de Catalão correspondia a 2% daquela do total de Goiás. Porém, quando se comparou este valor para o ano de 1970, constatou-se uma diminuição para apenas 0,9%. Esta redução ocorreu devido a fragmentação do território do município (abordada a seguir) e as correntes migratórias convergiam, em maior número, de outros Estados da federação para outras regiões de Goiás. Em 1970, a cidade de Catalão se encontrava entre as 19 cidades de Goiás que tinham entre 10 a 20 mil habitantes. Nesta época, das 242.452 pessoas que habitavam nestas cidades, aqueles que residiam em Catalão correspondiam a 6,5% do total.

Como resultado destas alterações, em 1980, sua população correspondia a 1% da população total do Estado que, em 1991 passou para 1,3%. Este aumento na participação relativa foi reflexo do crescimento da população do município, bem como também passou a refletir o que aconteceu em Goiás, com a diminuição da população em função da criação de Tocantins. Neste novo contexto, a contagem populacional de 1996 revelou que o município tinha estabilizado a sua participação no total da população do Estado que passou a ser de 1,3%. O crescimento de sua população urbana foi a grande responsável para que isto acontecesse. Em 2000, o cálculo apontou que a população do município correspondia a 1,4%. Neste sentido, comparando-se este valor com o de 1970, fica evidenciada a ocorrência de crescimento na participação relativa face ao total de Goiás. Neste último Censo ela se apresentou 63,4% superior àquela que fora constatado em 1970, ou seja, ao crescer, aumentou também a sua importância no conjunto dos municípios goianos, bem como reforçou o seu poder político. Por exemplo, com o desenvolvimento econômico do município e o conseqüente crescimento de sua população e de seus eleitores permitiu que nas

últimas eleições legislativas fossem eleitos dois representantes para a Assembléia Legislativa de Goiás.

A partir da desagregação dos dados da população total do Brasil, de Goiás e de Catalão, também, elaborou-se para as áreas urbanas (tabela 8) e rurais (tabela 9) com seus respectivos dados. O objetivo destas tabelas é o de mostrar a trajetória absoluta e relativa da população, segundo o lugar de residência, para as três dimensões territoriais, buscando verificar o quanto há de (in) comum, em suas mudanças. Nelas pode-se verificar, a priori, que de uma forma geral, a população urbana e rural de Goiás (com os dados agregados) acompanham a tendência do processo de transferência da população rural para os meios urbanos verificada nas últimas décadas em muitas regiões do país.

Tabela 8 - Dinâmica da população total e urbana do Brasil, Goiás e Catalão em 1950, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

Ano	Brasil	Pop. urbana	Em %	Goiás	Pop. urbana	Em %	Catalão	Pop. urbana	Em %
1950	51.944.397	18.803.871	36,2	1.214.921	245.667	20,2	24.562	6.088	24,8
1970	93.139.037	52.084.984	55,9	2.933.024	1.252.230	42,7	27.338	13.355	48,8
1980	119.002.706	80.436.409	67,6	3.859.602	2.401.491	62,2	39.168	30.695	78,4
1991*	146.825.475	110.990.990	75,6	4.936.766	3.988.685	80,8	54.486	47.123	86,5
1996*	157.079.573	123.082.167	78,3	5.550.180	4.168.487	75,1	58.507	51.925	88,7
2000	169.799.170	137.953.959	81,2	5.003.228	4.396.645	87,9	64.347	57.606	89,5

Fonte: Censos Demográficos: IBGE. 1950, 1970, 1980, 1991 e 2000.
*Para este Censo e visando a comparação, os totais de Goiás e Tocantins foram agregados para o Censo de 1991. O mesmo ocorrendo com a Contagem Populacional de 1996. Para o Censo de 2000, os dados já se encontram desagregados. Org. Edir de P. Bueno.

Tabela 9 – Dinâmica da população total e rural do Brasil, Goiás e Catalão em 1950, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

Ano	Brasil	Pop. Rural	Em %	Goiás	Pop. Rural	Em %	Catalão	Pop. Rural	Em %
1950	51.944.397	33.140.525	63,9	1.214.921	969.254	79,8	24.562		
1970	93.139.037	41.054.053	44,1	2.933.024	1.680.794	57,3	27.338	13.983	51,1
1980	119.002.706	38.566.297	32,4	3.859.602	1.458.111	37,8	39.168	8.473	21,6
1991*	146.825.475	35.834.485	24,4	4.936.766	1.160.548	23,5	54.486	7.363	13,5
1996*	157.079.573	33.997.406	21,6	5.550.180	1.253.167	22,6	58.507	6.582	11,2
2000	169.799.170	31.845.211	18,7	5.003.228	606 583	12,1	64.347	6.741	10,5

Fonte: Censos Demográficos: IBGE. 1950, 1970, 1980, 1991 e 2000.
*Para este Censo, e visando a comparação, os totais de Goiás e Tocantins foram agregados. O mesmo ocorrendo com a Contagem Populacional de 1996. Para o Censo de 2000, os dados já se encontram desagregados. Org. Edir de P. Bueno.

Ao se fazer à avaliação da distribuição da população entre urbana e rural do Brasil, comparando-a com a de Goiás e Catalão, pôde-se destacar alguns aspectos importantes: primeiramente, estabeleceu-se uma relação entre os censos de 1950 e 1970, no que diz respeito a Goiás e o conjunto do país. Nesta comparação pôde-se evidenciar que em 1950 a distribuição da população urbana (36,2%) e rural (63,9%) do Brasil e de Goiás,

respectivamente, 20,2% e 79,8%, não eram iguais, ou seja; os processos econômicos e sociais que impulsionavam a urbanização já se encontravam em andamento em outros Estados do país, principalmente, nos Estados das regiões sudeste e sul mas, que ainda não atuavam, de forma significativa, em Goiás. Isto também se constatou quanto às tendências verificadas nos últimos 30 anos, entre 1970 e 2000.

Esta (não) similaridade no comportamento da distribuição populacional, verificada através das suas taxas de participação, evidencia uma desigualdade no processo, que variou muito de região e de Goiás para Estado da federação. Por exemplo: segundo dados contidos no relatório da Contagem Populacional de 1996, em 1950, a população urbana da região Centro-Oeste era de 24,2%; em 1970 de 48%; em 1980 de 67,8%; em 1991 de 81,3%; 1996 de 84,4%. Em 2000 ela foi de 84%. Esta taxa de urbanização constatada para região Centro-Oeste é maior do que a média nacional (80%), em parte devido ao papel exercido por Brasília e Goiânia na atração de contingentes populacionais para suas áreas metropolitanas. Também se pôde constatar que o processo de aumento da taxa de urbanização em Goiás entre 1950/70 demandou 20 anos para dobrar, ou seja, 20,2% para 42,7%, enquanto a partir de 1970, ela passou a dobrar, praticamente, a cada 10 anos.

A explicação para este processo de urbanização pode ser dividida em dois estágios. O primeiro foi devido a "modernização conservadora" do campo (expulsão da força de trabalho excedente) e o conseqüente desenvolvimento de atividades urbanas verificadas a partir do início da década de 1970, que contribuíram para que os centros urbanos passassem a abrigar uma parcela crescente da população residente em Goiás. Esta situação pode ser confirmada verificando-se o número de municípios que existiam em Goiás em 1950 (77) e os que passaram a existir em 1970 (221)[20]. O que representa um aumento de 316,9% de novos municípios, enquanto a população cresceu apenas 45,3%. Este fato, embora seja um ato político dos governantes, não deixa de refletir a concentração inicial da população em um ponto do território, que fatalmente levou a formação de povoados, distritos e mais tarde, a uma cidade. Como exemplo, isto aconteceu com muitos distritos que antes faziam parte do município de Catalão. Inclusive, na sua microrregião, o município de Anhanguera tem pouco mais de 800 habitantes.

[20] ARAJA, C. (1988) afirmou o seguinte: "Resultando, em grande parte, da diminuição populacional no campo, o crescimento diferencial das populações urbana e rural, em Goiás, acompanha a tendência verificada para o país como um todo, qual seja a de urbanização mais intensa em áreas menos desenvolvidas, caracterizando-se pelo alto grau de concentração espacial da população em determinados pontos do espaço geográfico, ou seja, nos principais centros urbanos". (IBGE, 1988, p. 130)

Num segundo estágio deste processo, ocorreram migrações intermunicipais e urbanas, nas décadas de 1970 e 1980, fazendo com que uma boa parcela das populações residentes nas pequenas cidades de Goiás, passassem a se dirigir para os centros urbanos mais importantes de Goiás. Em função disto, a população urbana em Goiás ultrapassou a população rural durante a década de 1970, confirmando assim, uma tendência que se verificava em boa parte do país, envolvendo a transferência de grandes contingentes populacionais de áreas rurais para as cidades. Por estes fatores, em todo o período analisado, o crescimento da população urbana ultrapassou significativamente o crescimento médio da população total.

A análise dos dados sobre o crescimento da população urbana permitiu apontar que o maior incremento de seu contingente em Goiás ocorreu entre 70 e 80, quando o aumento foi de 45,7% em termos relativos, com uma taxa geométrica média anual de 6,7%. Para efeito de comparação, conforme os registros da tabela 8, verificou-se que enquanto a população total do Estado cresceu entre 1950-70, 241,4%, a população urbana tinha crescido 509,7% e a rural em apenas 173,4%. O processo de urbanização da população se manteria nas décadas subseqüentes, como ficou evidenciado nos censos a partir de 1980. Segundo texto explicativo da Contagem Populacional de 1996 (pg. 21) este processo: “É a continuação de um fenômeno que teve início na Região Sudeste na década de 50, e que somente atingiu as demais Regiões na década de 70”.

No censo de 1980 foi constatado que a mobilidade interna da população sob a forma de migração para as cidades e da chegada de migrantes oriundos de outras regiões do país, fez com que este quadro se alterasse. Assim, se em termos gerais, a população urbana quase dobrou entre 1970 e 1980, ou seja, aumentou em 91,8%, enquanto a população rural, para o mesmo período, deixou de crescer em termos relativos e teve a sua participação diminuída em 222.683 pessoas, ou seja –13,2% em termos relativos, conforme pode ser verificado na tabela 9.

Entre 1980 e 1991, o crescimento da população urbana em relação ao total geral de Goiás, em números relativos foi da ordem de 66,1%. Pode-se também afirmar que o crescimento absoluto da população urbana verificada a partir de meados da década de 1970, foi também em função da oferta de empregos em atividades como as de exploração de minérios e de construção civil de grande porte, empreendidas pelos governos federal e estadual e ao papel exercido por Brasília e Goiânia na atração de contingentes populacionais para suas áreas metropolitanas.

Estes mesmos dados populacionais, considerados para Goiás mostram um aspecto importante na espacialização da população, constatado no Censo de 2000,

caracterizado pelo nível de urbanização, maior que a média nacional. Enquanto para o país ela era de 78,3%, para o Estado ela atingia 80,8%. A tabela 8 registra os dados que configuram esta mudança.

De uma forma geral, os dados da tabela 9 demonstrou um intenso processo de migração que modificou a estrutura econômica, social e espacial e, culminou com a transformação de Goiás, até então eminentemente rural, em um Estado urbanizado. Os processos migratórios internos passam, assim, a marcar mais a sua dinâmica demográfica.

Como visto anteriormente, a partir de 1964, os impactos provocados pelos programas nacionais de desenvolvimento na estrutura regional, acabaram por alterar o quadro de estagnação econômica e social pelo qual, principalmente, a cidade de Catalão estava passando. Neste sentido, a partir de 1970, o crescimento populacional verificado representou uma resposta aos novos impulsos oriundos das diversas mudanças ocorridas nas áreas: econômica, social e espacial os quais, nas décadas seguintes, trariam de volta, a importância que o município já tivera no contexto estadual, em décadas anteriores.

Além deste aspecto político-econômico, a dinâmica da população do município e, principalmente, da cidade de Catalão, também foi impulsionada pelo fim do processo de fragmentação de seu território; por ter-se iniciado um novo ciclo de industrialização e de modernização das relações de trabalho e de produção no campo, como também começaram a ocorrer investimentos consideráveis em diversas áreas produtivas, como aqueles já mencionados.

A modernização conservadora da agricultura foi um dos fatores que mais contribuiu para que isto se verificasse pois, foi a responsável pela a inserção de toda a região de Catalão em um estágio superior de acumulação capitalista. Isto, resultou na dispensa de um número considerável de mão-de-obra que até então era utilizada na produção agrícola. Igualmente, pequenos proprietários venderam suas terras buscando oportunidades sociais e econômicas mais vantajosas no espaço urbano.

O processo de industrialização teve início em 1974, através dos investimentos efetuados por parte do Governo Federal e de empresas privadas na área de mineração de nióbio e de fosfato. Posteriormente, a partir de 1982, o Governo de Goiás passou a criar e a estruturar diversos distritos industrias em diferentes regiões de Goiás. Em Catalão, na época, foi implantado o Distrito Mínero-Industrial, que tinha como objetivos, criar um espaço para investimentos industriais, bem como o de frear o ritmo de migração do interior do Estado para a capital.

Ao se comparar a taxa de crescimento geométrico da população urbana no período entre 1970-80 (8,7%) com aquele verificado entre 1980 e 1991 (4%), pode-se afirmar que no segundo período, ainda se mantinha em ação os fatores que haviam intensificado o processo de urbanização da população na década de 1970, embora numa influência muito menor. Assim, entre 1980 e 1991, a taxa geométrica de crescimento da população urbana de Catalão foi muito próxima daquela que se verificara em relação a Goiás, que fora de 3,1%[21] mas, bem menor do que aquela registrada na década de 1970 e 1980 de 6,7%.

A avaliação da taxa de crescimento geométrico verificado entre 1991 e 2000, se comparado com a taxa da década de 1980, evidencia que ocorreu uma diminuição importante no ritmo de crescimento da população pois, esta foi de apenas 2,2% em 9 anos. Na verdade, o grande crescimento populacional da cidade de Catalão, da ordem de 252,8%, corresponde ao intervalo de tempo entre os censos de 1970 e 91, quando o seu crescimento geométrico anual foi de 6,2%.

Por último, ao ser feita a avaliação sobre o crescimento da população da cidade de Catalão para o período de 1970 a 2000, pode-se afirmar que este foi considerável pois, em termos relativos, ele foi de 431,3%, ou seja; a uma taxa geométrica anual de 5%, enquanto a população total cresceu 235,4% em 30 anos, ou a uma taxa de 2,9%. Isto significa que a população do município cresceu quase que exclusivamente na cidade de Catalão, já que a população rural teve um comportamento adverso como se pode avaliar na análise a seguir.

De acordo com os dados da tabela 9, o oposto aconteceu com o comportamento do crescimento da população rural do Brasil, de Goiás e de Catalão neste mesmo intervalo de tempo. No Brasil, a população rural diminuiu em 9.208.842 pessoas entre 1970 e 2000, ou seja, em termos relativos esta redução foi de 42,5%. O que se observa é que esta redução foi intensa em seus percentuais entre 1970 a 1991, mas manteve um ritmo muito mais lento na década de 1990, como foi constatado no Censo de 2000. O fenômeno é muito parecido para Goiás pois, embora partindo de um percentual mais elevado de população rural em 1970, nos Censos de 80 e 91, os dados mostraram uma forte similitude com o país. Porém, o Censo de 2000 revelou um novo distanciamento entre a população rural de Goiás e a do país.

No censo de 1980 ficou evidenciado que uma parcela importante da população rural residente em Goiás e uma boa parcela daquela que antes tinha migrado de outras regiões do país em décadas recentes, tinha passado a se dirigir para os centros

[21] Secretaria Estadual de Planejamento de Goiás, Anuário Estatístico de Goiás. População, 1996.

urbanos[22]. Quanto a dinâmica da população, constante da introdução do Censo de 2000, encontra-se a seguinte avaliação a respeito do processo de urbanização da população:

> Em relação a evolução populacional, segundo a situação urbana-rural, percebe-se que durante a década de 1990 prossegue a tendência de redução absoluta do quantitativo de população rural, a qual, além de se estender por todas as regiões brasileiras, apresentou um ritmo de diminuição relativa mais intensa do que na década de 1980. (IBGE, Censo 2000, p. 30)

Para se ter a idéia do volume desta mudança para Goiás, entre 1970 a 80, a população rural foi reduzida em 222.683 pessoas, enquanto a urbana foi acrescida de 1.145.261 pessoas. Portanto, o processo de transferência da população do campo para a cidade, nestas últimas décadas foi, a partir de 1970, resultante dos deslocamentos internos provocados pela expropriação da terra, pelo desenvolvimento e modernização da agricultura, bem como pelo esgotamento da fronteira agrícola e do modelo implantado pelos governos militares no que se refere à estrutura fundiária rural e urbana. Desta maneira, a expulsão do homem do campo, a escassez de atividades industriais na maioria dos municípios goianos e a dependência tecnológica financeira do capital agro-exportador são características marcantes da urbanização goiana.

Para 2000, o Censo do IBGE, registrou, que no município de Catalão, 88,7% da sua população (um pouco maior do que a média de Goiás que era de 85,8%, sem a população de Tocantins), residiam na área urbana e 11,3% na área rural do município. Como conseqüência, a população rural, do município de Catalão passa a ser de apenas 48,2% daquela recenseada em 1970.

É correto afirmar que aqueles que permanecem atualmente morando na zona rural do município são, principalmente, os pequenos proprietários e parte de seus familiares, os trabalhadores assalariados e os meeiros. Este baixo índice de população rural indica também, que as metas dos governos militares em concentrar a população em pontos específicos do território na região, foram atingidos. Também, se pôde verificar que houve uma estabilização da população rural desde o início dos anos 80. Neste aspecto é importante considerar que com as transferências ocorridas, o estoque de migrantes diminuiu.

Contudo, é importante considerar que o processo de transformações econômicas não foi homogêneo para todo o Estado que apresenta muitas diversidades. Assim, a área em que se encontra Catalão, no sudeste goiano, é diversa, demograficamente, daquela

[22] AJARA, C. conf. nota nº 55, 200. “Constata-se, assim, o crescente dinamismo das áreas urbanas, em muito impulsionado pela melhoria nas condições de infra-estrutura de transportes, enquanto focos de atração para grandes levas de migrantes, concomitantemente à redução dos efetivos populacionais rurais, na década em questão, vinculada à existência de atividades agrícolas decadentes ou pouco absorvedoras de mão-de-obra”.

envolvendo, por exemplo, Goiânia, Anápolis, a do extremo oeste, ou extremo norte e da fronteira com o Tocantins. Esta (não) similaridade no comportamento da distribuição populacional, verificada através das suas taxas, evidencia uma desigualdade no processo, que variou muito de região e de Estado para Estado da federação. A dinâmica da população da microrregião de Catalão (tabela 10) é um bom exemplo sobre como isto se verificou. Como o já mencionado, a localização geográfica de Catalão e a trajetória do processo de ocupação e desenvolvimento de Goiás conferem a esta região, particularidades importantes não apenas vinculadas aos recursos da área mas, também, à situação estratégica do seu território. O município está no principal eixo de circulação entre o norte e o sul do país.

Os dados contidos na tabela 10, permitiram avaliar que poucos foram os municípios que tiveram crescimento em suas populações. Entre 1970 e 2000, ao contrário do que ocorreu com a maioria dos municípios da microrregião, somente no município de Catalão é que se verificou um crescimento populacional expressivo e continuado entre 1970-2000. Quanto aos demais municípios, os dados revelam que, de um total de 10, 9 apresentaram taxas negativas entre 1970-80, 05 no período entre 1980-91 e 5 entre 1991-2000.

Tabela 10 – Mudanças na população total dos municípios da microrregião de Catalão em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

Municípios	População Residente					Taxa média de cresc. geom. anual. (%)			
	1970	1980	1991	1996	2000	1970/1980	1980/1991	1991/1996	1996/2000
Anhanguera	1.081	716	869	861	895	-4,03	1,78	-0,18	0,40
Campo Alegre	4.457	4.380	4.534	4.621	4.528	-0,17	0,31	0,37	-0,10
Catalão	27.338	39.168	54.486	58.507	64.347	3,66	3,05	2,11	1,84
Cumarí	4.977	3.775	2.888	3.095	3.105	-2,72	-2,41	1,43	1,34
Davinópolis	3.205	2.449	2.119	2.079	2.109	-2,65	-1,31	-0,37	1,14
Goiandira	6.033	5.718	5.374	5.157	4.967	-0,53	-0,56	-0,80	-0,16
Ipameri	20.510	20.388	20.764	21.975	22.628	-0,06	-0,17	1,11	2,28
Nova Aurora	2.166	1.927	1.842	1.898	1.927	-1,16	-0,41	0,57	0,98
Ouvidor	3.928	3.441	3.702	4.013	4.271	-1,31	0,67	1,62	1,90
Três Ranchos	3.248	.259	2.262	2.660	2.831	-3,57	0,01	3,31	0,74
Total	76.943	84.221	98.840	04.866	109.499	-1,26	0,52	1,94	1,91

1 – Taxa Geométrica de Crescimento médio anual.
Fonte: IBGE. Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Contagem Populacional – 1996.
IBGE. Contagem população de 1996. SEPLAN-GO / SUPEQ/Destat (1992 e 1996).
Org. Edir de P. Bueno.

Assim, enquanto praticamente, todos os demais municípios da microrregião mantiveram suas populações estabilizadas ou apresentaram redução em relação a 1970, em Catalão ocorreu o aumento de sua participação no total da microrregião. Esta alteração, em termos absolutos, foi da ordem de 37.009 pessoas em 30 anos, passando de 35,5% em 1970 para 58,7% em 2000, configurando um acréscimo proporcional de 65,4% neste período.

De acordo com a SEPLAN - GO[23], a microrregião de Catalão, foi uma das poucas do Estado que tiveram sua população aumentada no período de 1980 a 1991. Neste sentido, o crescimento populacional verificado especificamente na cidade de Catalão teve uma grande contribuição para que a população urbana da microrregião aumentasse significativamente. Isto significa que, na análise regional, o município vinha, através de suas mudanças definindo o perfil demográfico regional.

Seguindo uma tendência para a concentração da população da microrregião na cidade de Catalão, já evidenciada no censo de 1980 foi constatada que, em 2000, ela possuía o correspondente a metade de toda a sua população urbana. Este processo é apresentado na figura 14, que demonstra o crescente papel do município e, em especial da cidade de Catalão para o conjunto da população regional.

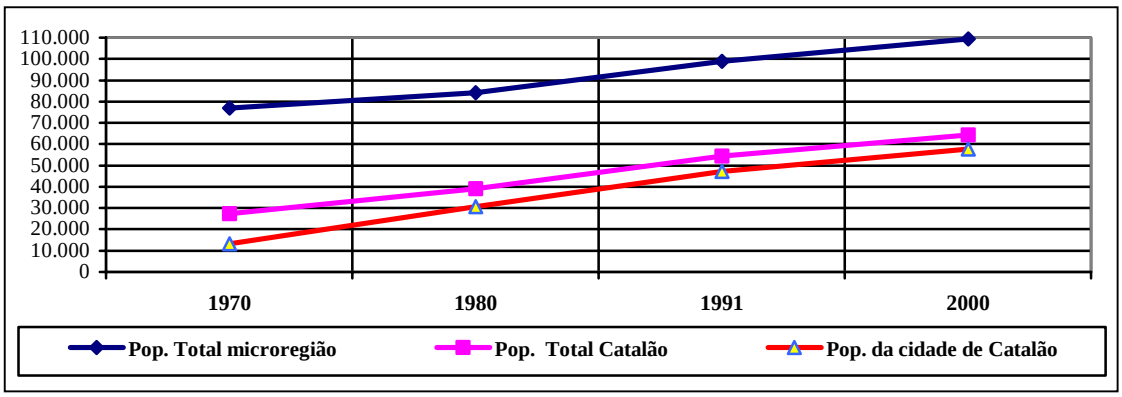


Figura 14 - A população do município e da cidade de Catalão no contexto da microrregião, entre 1970 e 2000.
Fonte: Censos Demográficos: IBGE. 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Através dos dados contidos na tabela 11, que retrata apenas o período histórico anterior ao objeto de estudo desta tese, pode-se observar que a população do município teve um crescimento de 5.956 pessoas entre 1860 a 1890 correspondendo, portanto, a um aumento de 248,9%, (em média 82,9% por década), ou seja, demandou 30 anos para que fosse acrescentada em quase uma vez e meia. Porém, devido aos fatores avaliados nas páginas 175 a 177, a partir de 1890, o seu crescimento passou a ter um comportamento consistente

[8] SEPLAN - GO. Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. Informativo Socioeconômico do Estado de Goiás. Microrregiões do Estado, População, 1991.

pois, em 1900 o Censo apontou que ela tinha sido acrescentada em 4.898 pessoas. Na década seguinte, ocorreu o acréscimo de 10.030 pessoas e, entre 1910 a 1920 foi ainda maior, com o aumento de 13.677 pessoas. Assim, se antes ela demorou 30 anos para dobrar, entre 1900 a 1920 ela quase triplicou. A análise dos dados demonstra que o crescimento da população foi consistente neste intervalo de tempo pois, em 20 anos ela atingiu 259,6%. Aqui se faz necessário um destaque pois, esta comparação pode ter problemas devido a fonte dos dados possuírem características completamente diferentes.

Tabela 11 - Características da população do município de Catalão entre l860 e 1960.

ANO	População urbana	População rural	População total
1860*	800	3.200	4.000
1890**	878	9.078	9.956
1900**	1.167	13.687	14.854
1910**	1.432	23.452	24.884
1920**	2.087	36.474	38.561
1940	4.573	23.438	28.011
1950	6.088	24.562	30.652
1960	11.634	14.464	26.980

Fonte: Censos do IBGE de 1940 a 1960.
*População estimada. **Recenseamento Geral do Brasil, 1890 a 1920.
Censo da População Brasileira. 1940 a 1960. Org. Edir de P. Bueno.

Considerando-se o período de 1920 a 1940, a princípio, os dados apontam que o crescimento da população não tinha acompanhado o período anterior pois, havia ocorrido uma diminuição de 10.550 pessoas e que no intervalo de tempo subseqüente, ela tinha se mantido entre 27 e 30.000 habitantes, o que demonstrava uma certa “estabilidade” na dinâmica demográfica. Esta estabilidade observada, principalmente, entre 1940 a 1970 é explicada em parte devido a emancipação de distritos, que se tornavam novos municípios, surgidos a partir do desmembramento de parte de seu antigo território. Assim, em 1905 aconteceu a emancipação de Corumbaíba; em 1931, Goiandira, Cumarí e Nova Aurora; em 1953, Três Ranchos e em 1963, Ouvidor e Davinópolis. Assim, quando na década de 1960 cessou o processo de criação de novos municípios, na de 70, iniciou-se um fluxo migratório consistente para o município e, principalmente, para a cidade de Catalão, como será apresentado adiante.

A partir de 1970, que é o período mais relevante para esta Tese, serão avaliadas as variáveis fundamentais: o crescimento vegetativo que envolve natalidade e mortalidade e o saldo migratório líquido. Neste sentido, buscando avaliar este crescimento, primeiramente, efetuou-se o levantamento dos dados sobre registros de nascimentos e de

óbitos. Para análise das variáveis natalidade e mortalidade, utilizou-se dados fornecidos pelo cartório de registro civil do município de Catalão, para o período compreendido entre 1970 e 2000, conforme o registrado na tabela 12.

Tabela 12 – Trajetória do crescimento vegetativo da população de Catalão entre 1970 e 2000.

Ano	Nascimentos (nºs absolutos)	Falecimentos (nº absolutos)	Cresc. vegetativo (nº totais)	Taxa de crescimento anual (%)
1970	1.041	146	895	3,2
1971	795	176	619	2,1
1972	1.253	181	1.072	3,5
1973	1.429	232	1.197	3,8
1974	1.345	212	1.133	3,5
1975	1.663	232	1.431	4,2
1976	3.029	266	2.763	7,5
1977	1.538	230	1.308	3,4
1978	2.577	249	2.328	5,8
1979	1.631	249	1.382	3,3
Total/período	**16.301**	**2.173**	**14.128**	**4,0**
1980	1.716	290	1.426	3,3
1981	1.529	237	1.292	2,9
1982	1.695	230	1.465	3,2
1983	1.234	230	1.004	2,1
1984	1.223	224	999	2,0
1985	1.184	264	920	1,8
1986	1.582	265	1.317	2,6
1987	1.443	274	1.169	1,9
1988	1.331	273	1.058	2,0
1989	1.354	308	1.046	1,9
Total/período	**14.291**	**2.595**	**11.696**	**2,4**
1990	1.121	309	812	1,5
1991	2.493	274	2.219	3,9
1992	1.145	297	848	1,4
1993	1.099	286	813	1,4
1994	1.185	308	877	1,4
1995	1.605	307	1.298	2,1
1996	1.160	321	839	1,3
1997	1.180	322	858	1,3
1998	1.211	356	855	1,4
1999	1.274	334	940	1,5
2000	1.128	322	806	1,3
Total/período	**14.601**	**3.436**	**11.165**	**1,7**
Totais Gerais	**45.193**	**8.204**	**36.989**	

Fonte: Cartório do Registro Civil de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.

Na tabela, pode-se observar que a taxa de crescimento vegetativo para o município de Catalão tem diminuído desde a década de 1970. Então ela foi de 3,2% e, em 2000, reduziu-se para 1,3%, com uma redução de 40%. Constatou-se, também, que ocorreu um aumento considerável no número de emissão de registro civil, nos anos de 1976, 1978 e

1991, em função de que, nestes anos, a Legião Brasileira de Assistência (L.B.A) patrocinou a maioria dos registros, quando então, pessoas nascidas em outros anos, também se registraram. Daí, ser apontada este distorção em relação aos outros anos. Também, se pode notar que ocorreram outros saltos esporádicos na trajetória da linha de nascimentos como por exemplo, entre 1971 a 1975 (período do milagre econômico?) bem como nos anos de 1986 (Plano Cruzado?) e 1995 (Plano Real?). Estes momentos, de certa forma contradizem as teorias do crescimento da população, já que mais renda e estabilidade econômica significam normalmente ter menos filhos. Entretanto, esta análise tem também que considerar as mudanças sociais e de população. Em 2000 tem-se, portanto um quadro novo, ou seja, menos crianças nascendo, as pessoas estão vivendo mais e menos mortes tem ocorrido, o que significa melhores condições para se viver.

A redução nos níveis de crescimento vegetativo da população de Catalão, pode ser explicada através das oscilações nos níveis dos nascimentos e mortes registrados no município. Analisando os dados contidos na tabela 12 que deram origem a figura 15[24], pode-

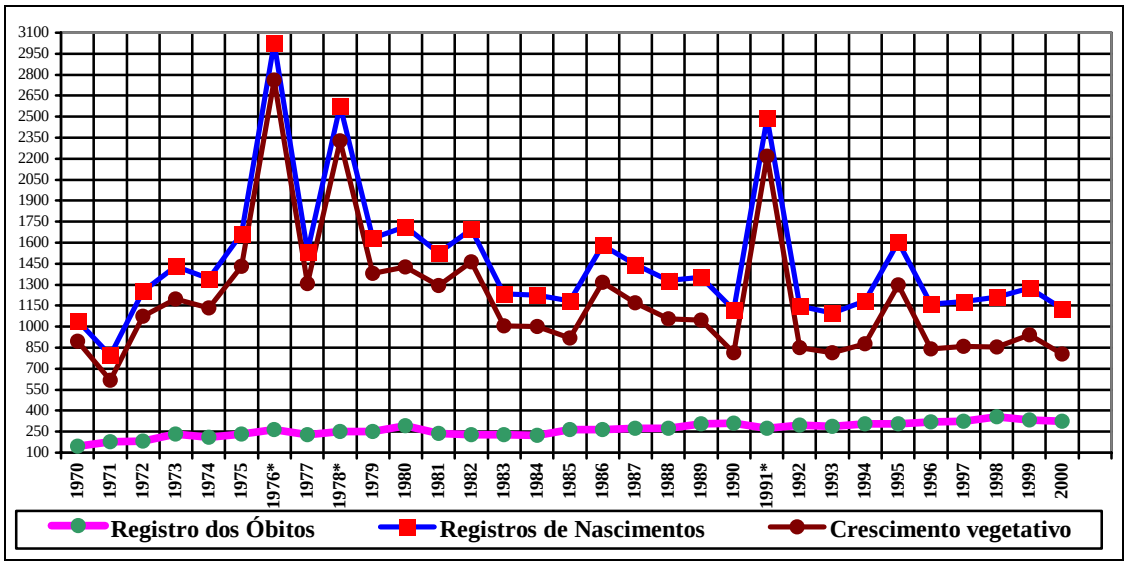


Figura 15 - Registros dos totais de nascimentos, óbitos e crescimento vegetativo de Catalão entre 1970 e 2000.
Fonte: Cartório de Registro Civil de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.
*Nestes anos ocorreram campanhas de registro civil, patrocinadas por entidades governamentais.

se constatar que a de crescimento vegetativo no município possui dois momentos distintos: o primeiro, entre 1970 a 1985 em que o valor médio anual foi de 3,4% e o segundo, entre 1986 a 2000 quando este mesmo valor cai para 1,5%. Isto mostra que ocorreu uma diminuição

[24] Em função de se tratar de números com dimensões diferenciadas, os dados sobre os registros de óbitos se encontram destacados, em função de que se fosse colocados na mesma escala, o aspecto visual seria de uma linha quase reta, possibilitando erros de interpretação.

importante no número de nascimentos a partir de meados da década de 1980, refletindo assim as mudanças sócio-econômicas que estavam em curso no município que, por sua vez, repercutia na tendência dos casais de terem menos filhos.

De acordo com o Censo 2000 do IBGE, nas últimas três décadas do século passado, a taxa média de fecundidade total das mulheres brasileiras em idade reprodutiva caiu de 5,8 filhos, em 1970, para 2,4 em 2000. Para Goiás ela atingiu 2,2. Para efeitos de comparação, no Brasil esta taxa foi de 2,9 em 1991, ou seja, a metade da verificada há 21 anos atrás. Em 1970, a taxa de fecundidade das mulheres Catalanas era de 5,1 filhos, enquanto em 1980 ela foi de 4,3. Porém, em termos recentes, esta taxa oscilou muito pouco, ou seja, de 2,3 em 1991 para 2,2 em 2000. É relevante pois, destacar que as reduções foram significativas em curto período de tempo. A figura 16 aponta o comportamento da taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 49 anos para Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000.

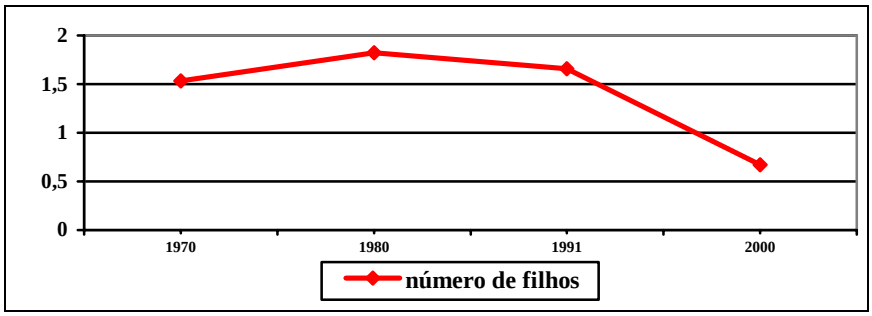


Figura 16 – Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 49 anos em Catalão, nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 .
Fontes: IBGE. Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000 e Cartório do Registro Civil de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.

Em relação as mudanças nas taxas de fecundidade, o seu comportamento, está em parte, relacionado ao papel desempenhado pela mulher na sociedade brasileira. Por exemplo: enquanto em 1970, elas tinham pouca representatividade no mercado de trabalho, em 2000 o Censo apontou que elas eram a maioria (53,9%) entre os trabalhadores que ganhavam entre meio e um salário mínimo por mês. Para caracterizar esta situação mundial, a ONU criou a expressão “feminização da pobreza” para identificar esta condição da mulher. Esta situação de extrema pobreza ou de poucos recursos socioeconômicos, impede as mulheres de viver plenamente seus direitos de cidadania, bem como dificulta sua capacidade de reagir, trazendo conseqüências graves para seus filhos.

Entre tantas causas que levaram a diminuição na taxa de fecundidade no Brasil, pode-se citar o intenso processo de urbanização da população e a inserção da mulher no mercado de trabalho; a disseminação pelos meios de comunicação de massa (televisão) de

um modo de vida marcado por uma família com poucas pessoas e o acesso aos processos contraceptivos, que impuseram mudanças culturais importantes na sociedade brasileira. Por isto, o crescimento vegetativo da população no ano de 2000 ocorreu num ritmo 54,3% menor do que aquela verificada em 1970, ou seja, era de pouco mais de um terço do que tinha sido verificado em 1970.

Assim, devido aos já citados processos de redução da natalidade, fez com que no caso de Catalão, ocorresse na década de 1980 a maior mudança no perfil da taxa de fecundidade pois, em relação a 1991 ela tinha diminuído 2,1 em termos absolutos.

Para o município, além das causas que serão abordadas a seguir, uma das razões de diminuição nas taxas de fecundidade foi a inserção de migrantes. Isto se deve ao fato de que uma boa parcela das pessoas que migraram para Catalão, eram provenientes de municípios da região sudeste (Minas Gerais e São Paulo, ver tabela 17), onde o estilo de vida urbano já impunha a existência de famílias com poucos membros. Portanto, este aspecto e a disseminação do uso de métodos anticoncepcionais constituem os principais fatores que atuaram no sentido de diminuir a taxa de fecundidade e no crescimento vegetativo. Neste sentido, Magnoli (1992) analisando a alteração nas taxas de crescimento vegetativo para o Brasil, afirmou que:

> Esta rápida alteração do comportamento reprodutivo da população se relaciona com as transformações estruturais que se operaram na economia brasileira nas últimas décadas. Nas cidades, ter muitos filhos significa acumular despesas com alimentação, saúde e educação até que eles atinjam a idade produtiva. Atualmente, cerca de 66% das mulheres brasileiras casadas, com idade entre 15 a 44 anos, utilizam métodos anticoncepcionais. Destas, cerca de 41% fizeram laqueadura de trompas e não terão mais nenhum filho. (MAGNOLI, 1992, p. 203)

O uso destes diversos métodos anticoncepcionais refletiu também no crescimento vegetativo da população em Goiás. O que se tem observado ao nível do país é que o declínio da fecundidade tem se refletido naturalmente na redução dos diferenciais entre os grupos sociais. Deste modo, a tendência que tem sido observada é a gradual redução da diferença nos níveis de fecundidade entre mulheres segundo sua posição social, ou seja, a associação entre pobreza e número elevado de filhos é, atualmente, um argumento não comprovável.

Por outro lado, as taxas de mortalidade de uma dada população compõem a dinâmica da mesma. Neste aspecto duas formas de mortalidade merecem análise mais detalhada: a mortalidade geral e a infantil. Para o estudo da mortalidade em Catalão avaliou-se a trajetória dos registros de óbitos contidos na tabela 12 (p. 208). Esta, apresentou médias entre 1970 e 2000, em três níveis, sendo 217 óbitos na década de 1970, 259 na de 1980 e

atingindo 343 na de 1990. Com relação aos dados sobre óbitos ocorridos na década de 1970, pode-se verificar dois momentos importantes: o primeiro, se refere ao ano de 1973, quando, ocorreu um aumento de 58,9% nos registros em relação ao de 1970. Este aumento, conforme levantamento efetuado nos registros do Cartório do Registro Civil foi motivado por um surto de meningite e de sarampo que elevou as mortes provocadas por problemas pulmonares, de 13 casos em 1970, para 50 em 1973. Porém, quando se comparou o último ano da década com o ano de 1973, o que se observa é que tinha ocorrido uma estabilização, com uma pequena alteração da ordem de +0,9%, passando assim, a ser refletida, de forma mais consistente, no crescimento da população.

Nesta década, ainda se pode perceber que em 1976 ocorreu um pico máximo com 266 óbitos o que, em comparação a 1970 representou um acréscimo de 70,5%. Para se ter uma idéia da dimensão desta anomalia, somente em 1985 (dez anos depois), é que novamente se atingiria números parecidos mas, com uma população muito maior.

Conforme analisado na tabela 8 (p. 199), na década de 1970, a população da cidade de Catalão cresceu rapidamente devido, principalmente, a migração do campo para cidade, onde as pessoas que faleciam nos hospitais da cidade, para serem sepultadas no Cemitério Municipal precisavam do registro de óbito. Por isto, a elevação continuada no número de óbitos registrados na década de 1970, está relacionada a uma mudança de hábito pois, na zona rural era freqüente as pessoas serem sepultadas em cemitérios das comunidades, onde não se precisava de nenhuma autorização.

A década de 1980 também teve início com um novo aumento, constatado quando se comparou os dados do ano de 1980 com os de 1970 (+ 98,6% no registro de óbitos), como se pode verificar na tabela 12. A causa deste aumento, conforme pode ser avaliado na tabela 13, foi atribuída, principalmente, ao crescimento no número de casos relacionadas a pneumonia (+215,4%), ao mal de Chagas (+525%) e a causas externas (500%). Para se ter uma idéia deste crescimento no número de óbitos registrados neste ano, somente no final da década de 1980 é que o número de óbitos voltaria a ser 6,2% superior aos registrados em 1980. A análise dos dados revelou que em 2000, a taxa de mortalidade da população tinha sido de 0,5, valor este registrado também em 1991. A estabilização das taxas de mortalidade da população neste patamar reflete, portanto, a melhoria das condições de vida da população. Para o conjunto da população, a tabela 13 aponta as principais causas de mortalidade registradas em Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000.

A avaliação dos dados sobre as causas de mortalidade da população permitiu considerar que há um comportamento das “causas mortis” que se altera de forma considerável

entre 1970 e 2000. A princípio, se poderia dizer, que esta alteração se deve aos avanços na ciência médica, com o desenvolvimento de novos medicamentos, implantação de procedimentos médicos inovadores e aquisição de equipamentos que melhoram os diagnósticos, assim como as alterações na estrutura da população fazem aparecer outros tipos de doenças.

Tabela 13 – Principais causas dos óbitos em Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Ano	1970			1980			1991			2000		
	Sexo			Sexo			Sexo			Sexo		
Causas Mortis	**Masc**	**Fem.**	**Total**	**Masc**	**Fem.**	**Total**	**Masc**	**Fem.**	**Total**	**Masc**	**Fem.**	**Total**
Insuficiência Cardíaca/Infarto	27	24	**51**	24	26	**50**	30	38	**68**	29	16	**45**
Pneumonia	05	08	**13**	07	21	**28**	13	08	**21**	10	10	**20**
Enfisema/Edema Pulmonar	01	01	**02**	07	05	**12**	08	08	**16**	29	13	**42**
Doença de Chagas	11	01	**12**	35	28	**63**	05	08	**13**	03	05	**08**
Gastrenterite/prematuro	08	04	**12**	13	13	**26**	10	05	**15**	05	00	**05**
Diabetes	00	01	**01**	00	00	**00**	00	00	**00**	05	03	**08**
Hemorragia/embolia AVCerebral	08	04	**12**	05	09	**14**	13	23	**36**	18	16	**34**
Pancreatite aguda	03	00	**03**	02	02	**04**	03	00	**03**	03	00	**03**
Câncer	01	01	**02**	05	03	**08**	05	08	**13**	18	16	**34**
Septicemia - infecção	00	00	**00**	03	03	**06**	03	10	**13**	03	10	**13**
Causas externas	08	01	**09**	38	07	**45**	33	18	**51**	39	08	**47**
Outras causas definidas	10	12	**20**	02	01	**03**	10	03	**13**	05	10	**15**
Causas Ignoradas	03	03	**06**	19	12	**31**	43	10	**53**	18	29	**47**
Total	**85**	**61**	**146**	**160**	**130**	**290**	**173**	**136**	**309**	**185**	**137**	**322**

Fonte: Cartório do Registro Civil de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.

A análise permitiu destacar que algumas causas diminuíram em muito suas participações no total de óbitos registrado no período, como por exemplo, a doença de chagas que em 1980 foi a causa de 21,7% das mortes mas, que devido ao combate ao agente transmissor e a diminuição da população residindo no meio rural fez com em 2000, correspondesse a apenas 2,4% dos óbitos; insuficiências cardíacas e infarto do miocárdio que respondia por 34,9% das causas em 1970 e 14% em 2000, (- 20,9%). No conjunto chamou atenção a redução do número de casos relacionados a mortalidade de crianças (gastrenterite/prematuridade) pois, se em 1970 correspondia a 8,2% das causas de mortalidade geral da população, em 2000, foi de apenas 1,5%, acompanhando, portanto, as reduções nos índices de mortalidade infantil que será avaliado em seguida. Por sua vez, foi constatado que outras causas tiveram crescimento importante quando se compararam os dados de 1970 com os de 2000, como por exemplo: causas externas (+5,220%), AVcerebral (+2.830%), enfisema/edema pulmonar (+2.100%) e o câncer (+1.700%).

Um outro fato que vem ocorrendo no Brasil, em Goiás e em Catalão é o peso crescente das causas externas (homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, etc.) sobre a

estrutura da mortalidade por idade. Estudos apontam que a partir dos anos 80, esta causa de mortalidade teve um aumento sistemático no país, afetando, principalmente, os adolescentes e jovens do sexo masculino. Em 2000, conforme o Sistema de Informação de Mortes (SIM) do Ministério da Saúde, no Brasil, a proporção de óbitos devido a causas externas, na faixa etária compreendida entre 15 e 19 anos subiu de 63% para 68%. Em Catalão, de acordo com a fonte acima, este tipo de morte nesta mesma faixa etária, correspondia, proporcionalmente, a 100% das mortes registradas, enquanto que na faixa de 20 a 49 anos ela foi de 71,4%. Em termos gerais, para Catalão, as mortes por causas externas (acidentes de transporte e agressões) correspondiam a 52,9% para cada 100 mil habitantes.

De acordo com os dados da tabela 13, em 2000, as mortes por causas externas, principalmente, politraumatismos provocados por acidentes automobilísticos foi 8,4% superior ao que se verificava em 1970. Do total de casos, 83% correspondia a morte de pessoas do sexo masculino e, em 63,6% dos casos, aconteceu com pessoas que tinham entre 20 e 40 anos. O que se pode também verificar é que as principais causas de mortalidade em 2000, são típicas das chamadas sociedades urbanas e mais desenvolvidas, onde as doenças estão relacionadas ao estresse, a alimentação, drogas etc, ou seja, fatores que atuam no sentido de diminuir a qualidade de vida das pessoas. O aumento nos casos de câncer, por exemplo, está relacionado a inúmeros fatores biológicos, psicológicos, ambientais etc, e possui também correlação com o aumento na duração da vida.

Buscando verificar a distribuição das mortes por idade, elaborou-se a tabela 14 que registra em valores relativos os grupos etários. Avaliando-se a tabela, verificou-se que entre 1970 e 2000 ocorreram mudanças significativas no perfil dos óbitos registrados. Assim, se em 1970, 44,4% dos óbitos registrados do sexo masculino aconteciam até aos 40 anos, no feminino este percentual era de 36%. Neste ano, os diferenciais de causa mortis já apontavam para uma diferença de 8,4% a mais de homens, cujos óbitos foram registrados com menos de 40 anos. Ou seja, as mulheres já estavam vivendo por mais tempo pois, o que fica evidenciado a partir da faixa de 60 anos e mais de idade, elas eram a maioria.

Os dados mostram também que são declinantes os registros de óbitos com idades de até 40 anos para ambos os sexos pois, em 2000 eles eram, respectivamente, 20,5% e 22,8% menores do que em 1970. A melhoria nas condições médicas-sanitárias e em outras áreas, propiciou que em 2000, 70% dos homens e 86,8% das mulheres tivessem seus óbitos com mais de 40 anos, sendo que no caso das mulheres, 67,9%, foram registrados a partir da idade de 60 anos. A maior longevidade das mulheres é confirmada pelos óbitos de 80 anos e mais onde elas são, proporcionalmente, 4,2% a mais do que os homens, ou seja, enquanto

morreram 22 mulheres nesta faixa etária em 106 mortes de mulheres, morreram 24 homens em 141 mortes.

Tabela 14 – Óbitos registrados segundo intervalo de idades e sexo em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Intervalo de idades	1970		1980		1991		2000	
	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
0 a 1 ano	4,1	3,42	2,41	3,44	2,58	1,29	1,55	0,93
1 a 9 anos	16,53	11,59	9,90	15,25	12,91	8,14	5,50	4,73
10 e 19 anos	6,35	2,00	7,69	1,83	4,24	0,00	2,82	0,00
20 e 29 anos	3,18	2,00	7,69	6,89	9,85	5,67	4,23	0,00
30 e 39 anos	14,29	16,99	7,69	5,18	1,41	5,67	9,86	7,55
40 e 49	12,69	8,00	13,85	3,54	9,86	11,32	11,27	3,78
50 e 59	17,46	10,00	16,93	20,78	11,26	11,32	9,86	15,09
60 e 69	12,69	20,00	16,92	12,07	16,91	20,75	22,30	28,31
70 e 79	6,35	10,00	12,31	15,51	19,71	26,42	14,3	18,46
80 e + anos	3,18	6,00	3,08	13,79	9,86	7,54	16,91	21,15
Idade ignorada	3,18	10,00	1,53	1,72	1,41	1,88	1,4	0,00
Em %	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cartório do Registro Civil de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.

As figuras 17 e 18, demonstram graficamente as alterações no padrão etário da mortalidade masculina e feminina onde se pode observar a tendência de aumento da mortalidade nas faixas etárias superiores a 40 anos. A representação presente nas figuras

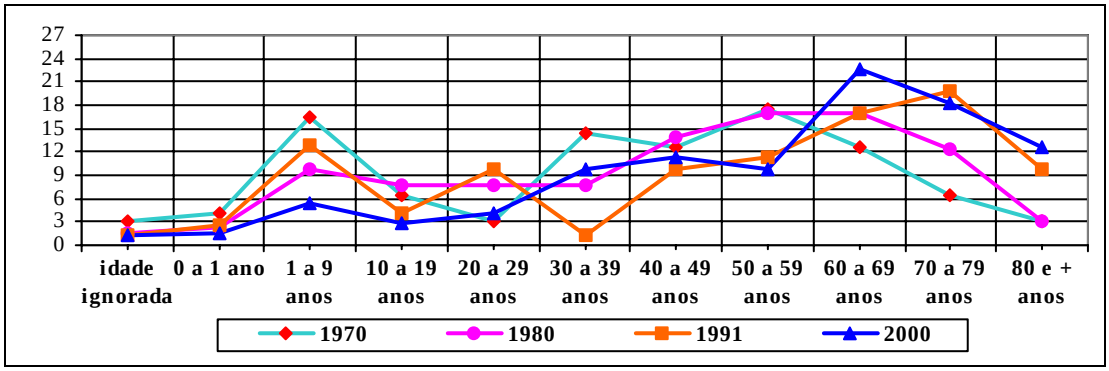


Figura 17 – Homens: intervalo de idades dos óbitos registrados entre 1970 e 2000.
Fonte: Cartório do Registro Civil de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.

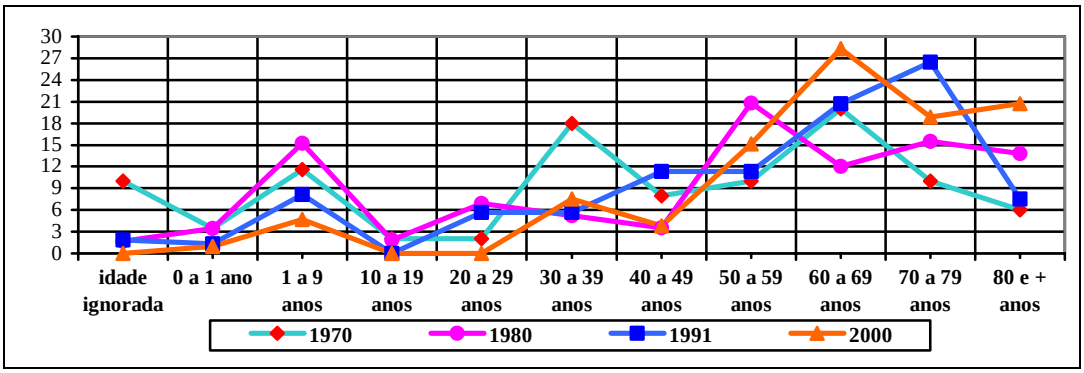


Figura 18 – Mulheres: intervalo de idades dos óbitos registrados entre 1970 e 2000.
Fonte: Cartório do Registro Civil de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.

permite também avaliar que o comportamento das tendências se mostra mais homogênea em relação aos óbitos das mulheres em seus diferentes níveis de idade.

Os dados dos óbitos permitiram também fazer a análise sobre a idade mediana em que ocorreram os falecimentos. Assim, em 1970, a idade mediana dos óbitos para os homens estava na faixa de idade entre 35 e 40 anos, enquanto para as mulheres ela se situava entre 40 e 45 anos. As mudanças foram significativas pois, em 2000, a idade mediana para os homens tinha passado a situar entre 50 e 55 anos, enquanto para as mulheres tinha passado a ser entre 60 e 65 anos. Neste intervalo de 30 anos, a idade mediana dos óbitos dos homens aumentou em 15 anos, enquanto para as mulheres ela foi aumentada em 20.

Assim, os óbitos por causas externas vêm alterando o padrão etário da mortalidade também na população de Catalão. A explicação para isto está no fato de que este tipo de óbito gera um efeito contrário ao que se observa em relação a mortalidade infantil e na infância, cuja queda (avaliada na seqüência), tem contribuído para o aumento do número de anos de vida da população. Também é preciso considerar que mulheres jovens estão menos sujeitas a riscos de morte como por exemplo, acidentes automobilísticos e do trabalho, assassinatos, etc. Neste sentido, os ganhos obtidos na expectativa de vida da população pela redução da mortalidade na infância e em outras faixas etárias, têm sido também parcialmente anulados pelas causas externas. Portanto, as alterações nos níveis de mortalidade infantil e nas causas de mortes de crianças e adultos também têm contribuído para a alterar o perfil da estrutura populacional do país, de Goiás e de Catalão.

Outro aspecto importante na dinâmica da população, e que também indica o nível de qualidade de vida de uma população, diz respeito a taxa de mortalidade infantil, que nas últimas décadas, tem diminuído devido as transformações que ocorreram nos padrões de saúde da população brasileira. Waldvogel, B. C. et al. (2003) analisaram esta questão e afirmaram o seguinte:

> É conhecido o impacto positivo sobre as condições de saúde, durante as décadas de 40 e 50, causado pelas medidas adotadas na área de saúde pública e saneamento básico, pela introdução dos antibióticos e conseqüente redução da incidência e letalidade, ou mesmo erradicação de diversas doenças infecciosas e parasitárias. A população infantil, que em geral representa o setor populacional mais sensível às agressões do meio ambiente, foi beneficiada pela diminuição bastante rápida dos riscos de morte por doenças infecciosas. Dessa forma, as mortes precoces foram reduzidas substancialmente, com reflexos diretos sobre a vida média da população. (WALDVOGEL, B. C. et al., 2003, p. 5)

Por isto, a mortalidade infantil e de menores de 5 anos vem mantendo a tendência histórica de queda. A taxa serve de referência para se estimar o risco de uma criança nascida viva tem de morrer durante o seu primeiro ano de vida. Assim, altas taxas de

mortalidade infantil, normalmente, refletem baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico, ou seja, de condições de vida. Isto explica porque quando a taxa de mortalidade infantil é alta, ela está associada a fecundidade também alta, influindo na taxa de crescimento vegetativo que também será alta. Mas, o que tem sido observado em Catalão, é que a taxa de mortalidade infantil tem diminuído juntamente com a taxa de fecundidade, fazendo com que o crescimento vegetativo, apresente cada vez mais, valores menores. No caso de Catalão temos uma taxa pouco acima do índice geral de reposição que é estimado em 2,1%.

Como se sabe, a mortalidade infantil tem sido historicamente utilizada como um bom indicador de avaliação das condições de saúde e de qualidade de vida das populações. Também, a mortalidade infantil é um fenômeno da vida que é verificado em estágios diferenciados entre os diversos segmentos da população e entre diferentes lugares. Em muitos lugares do Brasil, um fato muito comum aos segmentos sociais mais pobres em relação a mortalidade infantil, diz respeito aos não registro deste tipo de óbito. Porém, o que se observa em Catalão é que este procedimento não é usual.

No Brasil, entre 1991 (41,8%) e 2000 (29,6%), houve um decréscimo de 13,4% na taxa de mortalidade infantil e, em Goiás, para o mesmo período, apresentou uma redução na taxa de 7,7% menor do que a verificada na média nacional, ou seja, 21,9%. Por isto, de modo geral, o que se tem observado é que, na medida em que a taxa de mortalidade infantil tem o seu valor diminuído, tende a ocorrer a concentração dos óbitos nas primeiras semanas e dias de vida. Segundo o médico responsável pela Secretaria de Saúde de Goiás no município, este tipo de óbito é denominado de mortalidade neonatal e é o tipo de óbito que mais tem se configurado em Catalão. A figura 19 traz dados comparativos entre três diferentes dimensões territoriais que explicitam como, em período recente, os índices de mortalidade infantil se alteram espacialmente.

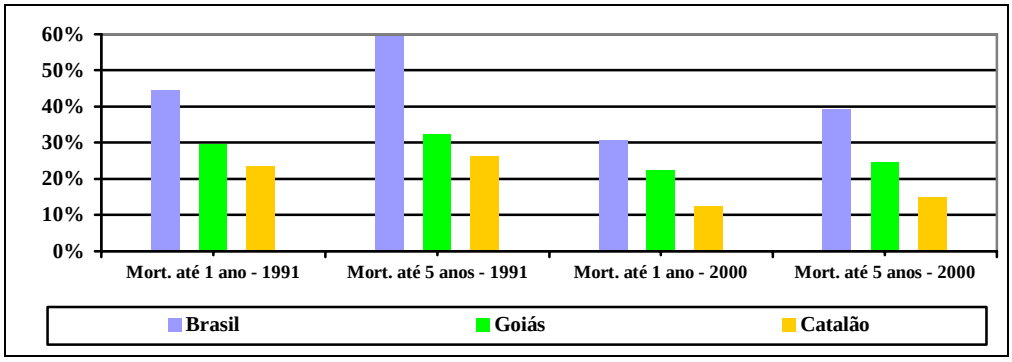


Figura 19 – Taxas de mortalidade infantil até 1 e 5 anos no Brasil, Goiás e Catalão em 1991 e 2000.
Fonte: PNUD/IPEA/IBGE. Rel. do Desenvol. Humano do Brasil, 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A figura 20 mostra a distribuição das taxas de mortalidade infantil (de crianças de até um ano) para Goiás, onde se pode observar que o município de Catalão (destacado no sudeste goiano) se encontra entre aqueles que possui as menores taxas.

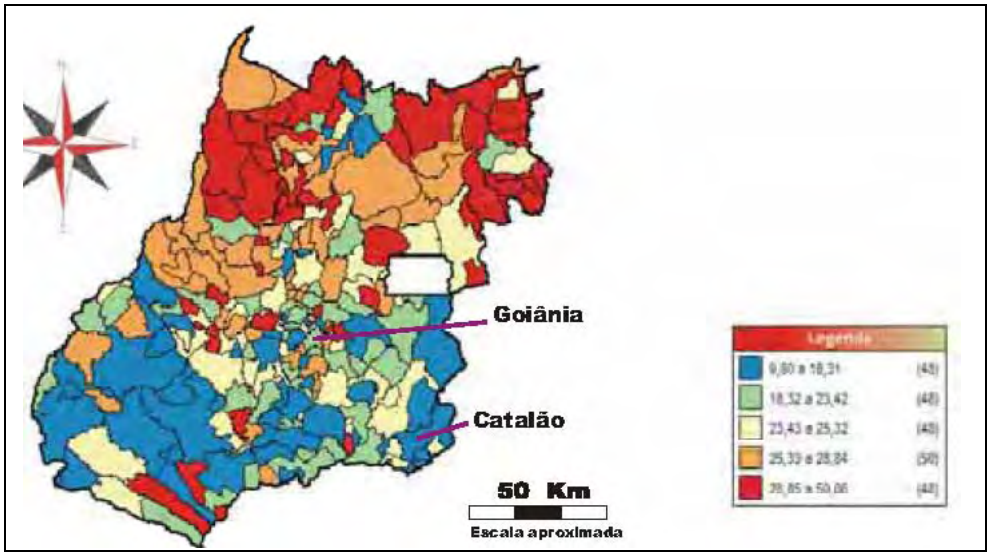


Figura 20 – Distribuição da taxas de mortalidade infantil em Goiás em 2000.

Fonte: PNUD/IPEA/IBGE. Rel. do Desen. Humano do Brasil, 2000.
Org. Edir de P. Bueno.

Para se ter uma idéia sobre a situação das crianças de até 1 ano que nascem em Catalão, basta destacar que, segundo o Censo de 2000, a média brasileira de mortalidade infantil era de 30,6 por mil, enquanto no município era de 12,6. Isto implica em admitir que aquelas crianças que nasceram no município se encontravam numa condição de existência qualitativamente melhor. Entretanto há que se fazer uma ressalva pois, os valores médios não revelam situações, no município, em que a taxa de mortalidade infantil também seja relativamente alta. No caso de Catalão, que apresenta taxa de mortalidade infantil em nível relativamente baixo, fará com que a redução futura seja cada vez mais lenta, exigindo para isto, programas mais específicos às mães, em cada segmento social. Este novo perfil da mortalidade infantil também exigiria dos médicos pediatras uma maior atenção as crianças com idade até 1 ano. Conforme o Censo de 2000 existiam em Catalão, 1700 crianças com idade de 0 a 24 meses, que contavam, de acordo a Secretaria Municipal de Saúde com a assistência de 7 médicos pediatras residentes no município, que atendiam nos hospitais particulares e nos Postos de Saúde Pública. Assim, em 2000 havia em média 242 crianças de 0 a 24 meses por médico mas, este número saltava para 1.293, quando se inseria nesta relação às crianças de idade entre 0 a 9 anos.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2000) os dados históricos referentes às causas de mortes de crianças no país, mostram que o seu perfil tem-se alterado de forma muito rápida devido a melhoria nas condições de vida da população, o que tem gerado a seguinte situação:

> [...] perdem importância nos óbitos, as causas relacionado ás enfermidades infecciosas e parasitárias e ás doenças respiratórios, passando a ser predominantes as afecções perinatais, relacionadas a problemas congênitos e, também, aqueles derivados da oferta e da qualidade dos serviços de saúde, especialmente, o atendimento pré-natal. (IBGE, 2000, p. 47)

De acordo com esta mesma fonte, as principais causas de mortalidade infantil em Catalão, para crianças até 1 ano, se concentravam em doenças do aparelho respiratório (5,9%), algumas afecções originadas no período perinatal (70,6%) e demais causas definidas (23,5%). Já para as crianças de 1 a 4 anos, as principais causas foram Neoplasias (25%), causas externas de morbidade e mortalidade (50%) e demais causas definidas (25%).

Sabe-se que a elevação da renda familiar diminui a taxa de mortalidade infantil. Além desta variável, a elevação da escolaridade média da população adulta tem sido apontada como um importante fator que contribui, significativamente, para uma menor taxa de mortalidade infantil. Isto é explicado da seguinte forma: a renda “per capita” pode sofrer alterações sazonais devido a crises e avanços da economia, enquanto os ganhos educacionais são alavancas que impulsionam a renda pessoal e familiar, bem como novas formas de se lidar com a vida.

Isto foi constatado na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2000, p. 48) cujos dados indicaram que a mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos), cujas mães tinham menos de 4 anos de instrução, era muito superior a daquelas crianças cujas mães contavam com nível de instrução superior a 8 anos. Neste sentido, o nível de instrução das mães tem se constituído em um importante indicador que condensa vários fatores relacionados a qualidade de vida das crianças e da família e que, por isto, atuam no sentido de reduzir a mortalidade infantil. Se em Catalão a escolaridade constitui um aspecto importante na diminuição dos índices de mortalidade infantil, a redução no número de pessoas analfabetas de 15 anos e mais de idade (em 1991 eram 14,4% e em 2000, 8,7%) e de 7 a 14 anos, 2,4% em 1991 e 2,3% em 2000, com certeza, constituiu um fator importante neste processo. Isto explica em parte, porque o ADH-M apontou que a mortalidade infantil em Catalão é menor do que a média de Goiás, que é de 22,5%.

Também, no município, alterações em outros aspectos sociais como no número de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos (elas eram 5,99% em 1991 e em 2000 constituíam 4% dos casos) e, na porcentagem de crianças vivendo em domicílios com renda “per capita” menor que R$ 75,50 (em 1991 eram 42,6% e em 2000 declinou para 26,2%) apontam que ocorreram melhorias nas condições de vida da população. Por sua vez, estas melhorias repercutiram na diminuição da mortalidade de crianças de até 1 ano de idade pois, em 1991, 23,5% crianças nesta faixa de idade faleciam, enquanto em 2000 este percentual foi reduzido para quase a metade, ou seja, 12,6%.

Como as taxas de mortalidade infantil verificadas em Catalão são menores do que aquelas verificadas na média do país e do Estado, a conseqüência mais direta é observada na expectativa de vida ao nascer de sua população. Assim é que, em 2000, ela era de 68,6 anos para o país, 69,7 para Goiás e 74,1 para Catalão. Isto significou que quem nascia em Catalão, naquele ano, teria a probabilidade de viver mais 4 anos em relação a média verificada no país e em Goiás. Reflexo desta melhoria nas condições de vida da população foi apontado no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2000, onde os dados apontaram que a probabilidade de sobrevivência até aos 40 anos, de quem nasceu em Catalão em 1991 era de 91,2% e em 2000 tinha se elevado para 95,9%, enquanto para até 60 anos tinha passado de 74,3% para 87,5% em 2000.

3.3.1 As migrações.

A modificação na estrutura econômica, social e espacial, também culminou com a transformação do perfil dos movimentos populacionais para dentro e para fora do Estado e do município. Os processos migratórios, associados ao crescimento vegetativo que se mostrou, ao longo do tempo (1970 a 2000), com uma tendência acentuada de queda, passaram a marcar, de forma mais consistente, as dinâmicas demográficas de Goiás e de Catalão. É esta característica do crescimento da população (migração) e os seus efeitos quantitativos, qualitativos e espaciais que será abordada a partir daqui.

Para o detalhamento da dimensão migratória, primeiramente, estabeleceu-se uma relação entre estes fluxos populacionais e o que estava acontecendo em Goiás no período de 1970 a 2000. Em seguida, buscou-se identificar a origem dos migrantes que chegaram ao Estado, bem como a movimentação interna desta parcela da população.

Com o objetivo de verificar o comportamento desta migração, inicialmente, elaborou-se tabela 15 que registra os totais dos não naturais de Goiás em comparação a

população estadual e, também, dos não naturais do município, provenientes de Goiás e de outras unidades da federação. Também, através dos dados nela contido, foi possível verificar como, temporalmente, a migração tem se comportado tanto para Goiás, quanto para Catalão.

Tabela 15 - A participação dos migrantes no total da população de Goiás e Catalão em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

Dimensão	Goiás			Catalão		
Variáveis / Ano	População total	Total de Migrantes	% em relação a pop. do Estado	População total	Total de Migrantes	% em relação a pop. do Estado
1970	2.933.024	653.282	22,3	27.338	3.482	12,7
1980	3.859.602	900.295	23,3	39.168	9.871	25,2
1991	4.018.903	1.602.404	32,4	54.486	16.801	30,8
1996	4.550.180	1.855.290	33,4	58.507	19.815	33,9
2000	5.003.228	2.041.769	37,1	64.347	23.098	35,9

Fonte: Censos Demográficos: IBGE. 1970, 1980, 1991 e 2000. Cont. Pop. de 1996.
*Dados populacionais de Goiás e Tocantins desagregados desde 1991.
Org. Edir de P. Bueno.

Quando se avaliou a trajetória dos dados sobre migração, o que se observou foi que em relação a Goiás ela teve oscilações importantes que demonstram a dinâmica das causas que deram continuidades aos fluxos migratórios acontecidos no país neste período.

Motivados por vários fatores que serão abordados a seguir, Goiás registrou, segundo o Censo de 1980 um aumento de 37,8% no número de migrantes quando comparado com aqueles que residiam em Goiás em 1970. Na década seguinte, entre 1980 e 1991, os dados indicaram que houve um incremento considerável no fluxo migratório para Goiás pois, em 1991 foi constado que ele tinha mais que dobrado, ou seja, tinha aumentado em 78%. Porém, este fluxo migratório não mostraria a mesma dinâmica na década seguinte porque em 2000, foi constatado que o seu crescimento de 27,4%, tinha se reduzido a quase um terço do verificado na década anterior. Portanto, o que se pôde observar é que o fluxo migratório para Goiás não foi homogêneo pois, apresenta contrastes significativos entre o início, o meio e o fim do período em análise.

No que diz respeito ao município de Catalão, o que se pôde observar é que em 1980 foi constatado um aumento de 283,4% no número de migrantes residindo no município em relação aqueles de 1970. Por sua vez, em 1991 foi constatado que este fluxo migratório não se manteve pois, tinha se reduzido em mais de três vezes o verificado na década anterior, ou seja, 70,2%. No Censo de 2000, foi constado que tinha ocorrido na década de 1990, uma nova redução porque o aumento no número de migrantes tinha sido de 37,5%, o que equivalia a quase a metade do crescimento verificado em 1991. Assim, o que se observou

em relação ao município foi que a trajetória do fluxo migratório, em termos percentuais, não tinha a mesma similaridade com a de Goiás, ou seja, ela foi declinante no período analisado.

Em relação a similaridade percentual dos migrantes no total da população de Goiás e do município de Catalão, o que se pôde observar é que em 1970, a porcentagem de migrantes presentes no total da população do Estado era 9,5% superior aquela constatada em relação a população de Catalão. Isto mostra que em 1970 o município de Catalão não se constituía como um lugar em Goiás que atraia muitos migrantes. Porém, os dados dos Censos de 1980, 91 e 2000 mostraram que o município tinha, nos últimos vinte anos do século XX, adquirido importante significado na atração de fluxos. Isto explica as considerações que foram feitas sobre as constantes perdas de população do município até 1970 pois, naquela época, as pessoas saíam do município para outros. Porém, devido as transformações sócio-econômicas já mencionadas, o município passou, em 2000, a ter um percentual de migrantes, no total de sua população, de forma muito similar aquela verificada em Goiás.

Como foi constatada anteriormente, a taxa de crescimento vegetativo de Goiás e de Catalão tem diminuído por diversas razões ao longo do período entre 1970 e 2000. Porém, o ingresso de correntes migratórias tem contribuído para que suas populações tenham aumentado nos últimos trinta anos. A importância do fluxo migratório no crescimento total da população fica evidente quando se verifica que os migrantes contribuíram com 26,6% no número de pessoas que foram acrescidas a população de Goiás na década de 1970. Esta participação passou para 65,2% na década de 1980 e, sem Tocantins, chegou a 44,6% na de 90. Neste sentido, quando se verificou a participação dos migrantes na taxa geométrica de crescimento da população pode-se constatar que ela foi de 0,7% na década de 1970; de 1,5% na de 80 e de 0,9% nos anos 90.

Numa análise de conjunto, para o período entre 1970 e 2000, constatou-se que os migrantes contribuíram com 54,6% no crescimento total da população. Para se ter uma idéia do seu significado, sem a contribuição deles, o crescimento da população de Goiás entre 1970 e 2000, pautado apenas no crescimento vegetativo e sem a criação de Tocantins, ao invés dos 100,7% realmente constatado, teria sido de 49,9% e a taxa geométrica média anual seria de apenas 1,4% e não 2,5%. Ou seja, os migrantes contribuíram com mais da metade do crescimento populacional verificado no período.

Este mesmo procedimento de análise efetuado para Catalão, revelou a importância que o fluxo migratório teve no crescimento total da população, quando se verifica que os migrantes contribuíram com 54% no número de pessoas que foram acrescidas a população do município na década de 1970. Esta participação passou para 45,2% na década

de 1980 e chegou a 63,8% na de 1990. Também, quando se verificou a participação dos migrantes na taxa geométrica de crescimento da população pode constatar que ela foi de 2,0% na de 1970; de 1,3% na de 80 e de 1% nos anos 90.

A análise dos dados sobre o crescimento da população do município verificado entre 1970 e 2000 (37.009 pessoas), permitiu concluir que a migração de 23.098 pessoas foi responsável por 62,4% no acréscimo de pessoas na população do município e a 35,9% no total da população. Assim, se fosse levado em consideração apenas o crescimento vegetativo da população, em 2000 ela seria de 41.249 pessoas, ou seja, apenas 64,1% do total apontado no Censo de 2000.

No caso de Goiás, o crescimento na migração resultou em grande parte, da influência exercida pela construção de Brasília e da construção de estradas que se dirigiam para diversas regiões do Estado. Estes fatos abriram novas possibilidades de adensamento populacional em diferentes regiões de Goiás, a partir do carreamento de excedentes populacionais de outras regiões. Por isto, a análise sobre a entrada de fluxos migratórios para Goiás, demonstra que, em números absolutos, a população de origem migrante aumentou consideravelmente a sua participação no total populacional quando se comparam os dados dos Censos entre 1970 e 2000.

Para o município, constatou-se que foi a partir de meados da década de 1970 que se iniciou um crescimento populacional, de forma mais significativa, em função de fluxos migratórios, que se dirigiram para a sede municipal motivados pelos fatores socioeconômicos já citados. O surto de crescimento econômico verificado no município entre 1970 e 1991, influenciou para que parcelas da população dos municípios mais próximos, de outras regiões do Estado e do país, migrassem para a cidade de Catalão. A falta de oportunidade de emprego na maioria dos municípios da região é um fato, já que suas economias estão, em grande parte, assentadas na agricultura familiar praticada em pequenas propriedades e nos empregos ofertados pelo serviço público. Ao se exaurirem estas oportunidades de emprego, não restava outra opção para a população excedente, que procurar empregos em outros municípios que os estivessem criando como tem ocorrido com Catalão nos últimos 30 anos.

Assim, constatado que os migrantes constituíam uma parcela significativa da população de Goiás e do município, buscou-se verificar de onde eles eram originários. Neste sentido, avaliando-se os dados dos censos de 1970, 1980, 1991 e 2000 e os da Contagem Populacional de 1996, pôde-se identificar as unidades da federação que mais contribuíram com correntes migratórias para Goiás, conforme o registrado na tabela 16. Nela, temos o

registro de 10 unidades da Federação, com destaque em negrito para cinco Estados mais significativos em 2000.

Tabela 16 – Posição dos principais Estados de origem dos migrantes residentes em Goiás em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. (01)

Estados	1970	1980	1991*	1996	2000	classificação				
						1970	1980	1991	1996	2000
Minas Gerais	357.975	371.913	652.829	679.948	733.157	1º	1º	1º	1º	1º
Bahia	94.029	115.271	217.596	247.320	308.335	3º	2º	2º	2º	4º
Maranhão	107.064	107.766	128.562	146.615	190.374	2º	3º	4º	4º	5º
São Paulo	40.596	58.025	105.852	124.467	162.819	4º	4º	5º	5º	6º
Ceará	23.841	39.682	69.464	77.118	92.372	6º	6º	7º	7º	8º
Distrito Federal	16.091	25.350	63.532	150.664	326.410	9º	9º	3º	3º	3º
Piauí	35.943	41.828	62.108	74.964	100.962	5º	5º	8º	8º	7º
R. G. do Norte	23.807	30.533	56.525	60.485	67.273	7º	7º	10º	10º	10º
Paraíba	15.016	21.913	43.216	47.098	56.436	11º	11º	11º	11º	11º
Pernambuco	15.712	20.582	37.683	42.368	52.310	10º	10º	12º	12	9º
Outros Estados	39.301	67.432	165.037	204.243	363.234	8º	8º	6º	6º	2º
Total	768.375	900.295	1.602.404	1.813.539	2.041.769					

Fonte: Censos Demográficos: IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000. Cont. Pop. de 1996.
* Os dados sobre migração de Goiás em 1991 e 1996 foram agregados com os de Tocantins.
(01) - A classificação dos dados tem como base de análise o Censo de 2000.
Org. Edir de P. Bueno.

Segundo os dados contidos na tabela, alguns Estados das regiões Nordeste e Sudeste constituíam as principais áreas emissoras de correntes migratórias para Goiás. Por exemplo, em 1970 a porcentagem de migrantes provenientes de Minas Gerais correspondia a 46,6% e, em 2000 este valor tinha diminuído para 35,9%, de todo o fluxo migratório que para Goiás se dirigia. Esta situação se deve ao fato de que foram os mineiros, juntamente com os paulistas, que primeiramente iniciaram a ocupação do centro-sul de Goiás. Historicamente, os trabalhadores e capitalistas mineiros foram atraídos para Goiás desde a época do ciclo do ouro. Porém, posteriormente com a construção de Goiânia e a abertura de frentes agrícolas no Estado, esta migração passa a ocorrer em função de outras razões. Assim, as oportunidades econômicas se constituíram em um grande atrativo para os fluxos migratórios procedentes de Minas Gerais. As questões da proximidade territorial e das oportunidades de trabalho e investimentos também responderam, em parte, pela presença dos maranhenses no norte, hoje Tocantins, e dos baianos, no centro-leste de Goiás.

Um outro fenômeno que chamou a atenção, quando da avaliação da migração para Goiás e Catalão, foi a presença de um número muito maior de migrantes que

vieram do sudeste, que do nordeste. Esta é uma constatação relevante pois, a princípio, quando se fala em movimentos migratórios no Brasil, a primeira idéia que se nos apresentava era a de que os nordestinos estariam presentes, em maior número, em todos os Estados receptores de excedentes populacionais[25]. Isto se deve, em parte, a estrutura econômica de Goiás que até a introdução da chamada "revolução verde", (veja-se p. 175 e 177), era pautada na agro-pecuária extensiva que empregava pouca mão-de-obra. Como pode ser avaliado na tabela 16, o maior aumento no fluxo migratório procedente da região Nordeste se deu, justamente, na década de 1980, quando o agronegócio se expande na porção centro-sul de Goiás. Ao contrário deste processo, grande parte do fluxo migratório de paulistas e mineiros da década de 1970 e de gaúchos e paranaenses da década de 1980, esteve ligada a aquisição de terras que acompanhou a expansão da fronteira agrícola em Goiás.

Comparando-se os dados sobre migração registrados nos censos de 1980 e de 1991, foi possível constatar que o fenômeno de crescimento da população, em função da migração, se repetia de forma consistente em função de dois fatores: primeiro porque, neste período a participação total dos migrantes no crescimento da população foi da ordem de 702.109 pessoas. Este número corresponde a 65,2% no crescimento total da população registrada para Goiás no período. Portanto, a participação dos migrantes correspondeu a 18,6% do total da taxa de crescimento da população verificado entre 1980 e 1991, que foi da ordem 27,9%.

A confirmação de que se mantinha o movimento migratório para Goiás e, que este, se dirigia, numa parcela maior para a parte centro-sul de Goiás, pode ser verificada, analisando-se o total da população registrada no censo de 1980 e as estimativas para a população do Estado em 1988[26]. Um ano antes de ter ocorrido a divisão de Goiás para a criação de Tocantins, as estimativas apontavam para um crescimento total da população da ordem de 23,3% no intervalo de tempo entre 1980 e 1988, enquanto a taxa geométrica teria sido de 1,48% ao ano. Por isto, ao ser analisado o crescimento da população de Goiás para o período de 11 anos (sem aquela que ficou no estado do Tocantins), nos levaria a uma falsa constatação de que tinha ocorrido um incremento populacional de Goiás de apenas 4,12%, o que não refletiria realmente o que estava acontecendo com a migração em Goiás. Esta taxa de crescimento total da população seria muito baixa se fosse comparada com as taxas apresentadas em décadas anteriores e daquela estimada para o mesmo período para Goiás.

---

[25] Esta tendência foi confirmada pela Contagem Populacional de 1996, conforme se encontra registrado na tabela 16, na página 34 sobre o fluxo de migrantes de outras regiões do país para o Centro-Oeste

[26] População estimada para Goiás pelo IBGE para o ano de 1988 (4.765.000 habitantes).

Esta diferença entre os dados, reflete portanto, o movimento migratório interno que acontecia em Goiás pois, no final da década de 1970 e início da de 1980, muitos foram os goianos residentes na parte sul de Goiás que tinham migrado para o norte em função da aquisição de terras e em busca de trabalho. Porém, como a tarefa se mostrara difícil, grande parcela deles retornou para seu município de origem. Além disto também ocorreu a vinda de pessoas que residiam nesta parte mais pobre para o centro-sul goiano em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Um exemplo disto foi o registro, no censo de 1991, de que 27.577 pessoas tinham migrado do Tocantins para Goiás nos últimos 3 anos. Assim, como a grande maioria das pessoas que residiam nesta parte do Estado tinha nascida em Goiás, quando da criação do estado do Tocantins, o que se verificou foi um aumento na proporção de migrantes tocantinenses na população de Goiás. Para se ter uma idéia da importância da migração para a dinâmica da população de Goiás, na Contagem da População de 1996, foi perguntado ao entrevistado onde ele residia em 1991 e, foi observado que 137.313 goianos estavam presentes em outros Estados da federação. Isto demonstra que a corrente migratória era extremamente positiva.

Objetivando identificar a participação dos migrantes no crescimento total da população, avaliou-se os dados do Censo de 2000, no que se referia a Goiás (sem a do estado de Tocantins). Nele, em relação ao total de pessoas acrescidas na população de Goiás, nos últimos 05 anos, foi constatado que 228.230 pessoas tinham migrado para Goiás desde de 1996. Portanto, estes migrantes contribuíram de forma muito significativa para que se verificasse o crescimento geométrico médio anual de 2,2% para o total da população no período. Isto demonstrou que Goiás, embora num ritmo menor, continuava a ser um importante receptor de excedentes populacionais de outras regiões do país.

Com relação a migração para Catalão, em termos gerais, foi constatado que as suas taxas de crescimento tem se apresentado de forma decrescente quando se compara em termos relativos os períodos entre 1970-80 (+ 278,9%), 1980-1991 (+ 75,9%) e 1991 a 2000 (+ 35,2%). Porém, quando se avalia em termos absolutos, o que se percebe é que a migração para Catalão aumentou em 6.231 pessoas entre 1970-80, para 7.369 entre 1980 e 91, mas diminuiu para 6.016 no período 1991-2000. Comparando-se os dados das duas últimas décadas, pode-se perceber que houve uma redução de 22,5% no número de pessoas de outros lugares do Estado e do país que migraram para Catalão.

Em relação a origem dos migrantes (conforme a tabela 17), o censo de 1980 por exemplo, apontou que o fluxo migratório para o município de Catalão era composta por

pessoas oriundas, principalmente, de cinco ou seis Estados da federação, que também se dirigiam para outros municípios de Goiás.

Tabela 17 - Posição dos principais estados de origem dos migrantes residentes em Catalão em 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. (01)

Estado	Ano					classificação				
	1970	**1980**	**1991**	**1996**	**2000**	**1970**	**1980**	**1991**	**1996**	**2000**
Goiás	1.361	5.805	10.748	12.431	12.907	2º	1º	1º	1º	1º
M. Gerais*	1.739	2.571	3.724	4.424	5.501	1º	2º	2º	2º	2º
São Paulo*	104	419	601	925	1.427	3º	3º	3º	3º	3º
D. Federal*	13	131	305	468	939	8º	5º	4º	4º	4º
Bahia*	104	218	297	332	376	3º	5º	5º	5º	9º
Tocantins	00	00	240	293	443	-	-	6º	6º	5º
R. G. Norte	34	317	213	225	264	5º	4º	7º	7º	8º
E. Santo	01	27	139	143	143	15º	15º	8º	10º	11º
Paraná*	11	51	122	204	418	10º	11º	9º	9º	7º
Pernambuco	19	23	114	222	252	6º	16º	10º	8º	10º
Outros Estados	96	151	579	148	428	4º	10º	11º	11º	6º
Total	3.482	9.713	17.082	19.815	23.098	-		-	-	-

Fonte: Censos Demográficos: IBGE. 1970, 1980, 1991 e 2000. Cont. Pop. de 1996.
*Principais Estados de origem dos migrantes.
(01) - A classificação dos dados tem como base de análise o Censo de 2000.
Org. Edir de P. Bueno.

Nos dados populacionais de 1991, os registros demonstraram que, fatores de ordem político-econômica acontecidos no país na década de 1980, como as várias crises econômicas, contribuíram para que aumentasse o número de migrantes no município. Comparando-se os dados referentes às pessoas não naturais do município, em 1980 e 1991, constatou-se que neste intervalo de tempo houve um aumento de 6.930 pessoas, ou seja, 70,2%. Em particular o caso dos migrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro como resultante do fato de que, na segunda metade da década de 1970, muitos vieram para o município para trabalhar na instalação e manutenção das indústrias mineradoras. Porém, as consecutivas crises que o setor de fertilizantes passou na década de 1980, fizeram com que, muitos deles, retornassem para seus Estados de origem.

Isto, demonstrou que o município passou por um estágio de atração de migrantes, que numericamente, passaram a ser proporcionalmente significativos em relação à população nascida no município. Em 2000, os casos de maior aumento nas correntes migratórias em relação a 1996, por Estado de origem, se referem a Minas Gerais (+24,3%), São Paulo (+54,8%) e Paraná (+204,9%), motivados pela expansão das indústrias mineradoras, a implantação de montadoras de veículos e colheitadeiras e aqueles que foram

empregados na agricultura mecanizada. No caso do Distrito Federal (+200,6%), os migrantes são principalmente funcionários públicos federais que vieram trabalhar nas agências instaladas no município, tais como IBGE, IBAMA, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, etc. Isto pode ser explicado, em parte, face ao fato de muitos virem na cidade de Catalão, as possibilidades de obtenção de melhores condições de vida.

A origem do migrante quanto à situação anterior, se era urbana ou rural e se era de Goiás ou de outros Estados, constitui aspecto importante na análise do fluxo migratório porque aponta a característica das pessoas que, naquele momento, estavam se dirigindo para o município. Tendo este referencial como orientação, elaborou-se a tabela 18 que traz estas características para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

O detalhamento dos dados sobre os migrantes não naturais que residiam no município em 1970, apontou que 67,9% deles passaram a fazer parte da população urbana. Em relação às 1.119 pessoas que tinham migrado para a zona rural do município, 24,7% deles tinham migrado de zona urbana, enquanto outras 843 pessoas, tinham mudado de outras áreas rurais para a do município. Em 1970, os migrantes de outros Estados correspondiam a 7,7% no total da população, bem como correspondiam a 60,9% no total de migrantes residindo no município.

Tabela 18 – Procedência dos não naturais residentes no município nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Procedência	Ano				
	1970	1980	1991	2000	Total
Área Urbana	1.887	3.763	5.305	4.692	15.647
Área Rural	1.595	2.468	2.064	1.324	7.451
Total	3.482	6.231	7.369	6.016	23.098

Fonte: Censos Demográficos: IBGE. 1970, 1980, 1991 e 2000.
Org. Edir de P. Bueno.

Em 1980, dentre as pessoas que tinham migrado para o município, mas que antes residiam em áreas rurais, 92% do total passaram a viver em área urbana, enquanto outras 775 tinham migrado de área rural de seus municípios de origem para a área rural do município e apenas 215 tinham migrado da zona urbana para a rural dentro do município. Neste ano, o total de migrantes residindo no município, provenientes de outros municípios de Goiás correspondia a 59,8%, enquanto 40,2% eram procedentes de outras unidades da federação. Ainda foi constatado que, das pessoas naturais do município, aquelas que sempre residiram na situação urbana representava 43,8% e que outros 56,2% já tinham morado em condição diferente daquela verificada no Censo.

De acordo com o Censo de 1991, o número de migrantes residindo no município de Catalão tinha chegado a 17.082 pessoas mas, que 15.937 se encontravam em situação urbana. Daqueles que passaram a residir na cidade de Catalão, 10.639 eram procedentes de outras zonas urbanas e 5.298 eram de zonas rurais de outros municípios. Ainda, de acordo com os dados deste censo, das 1.145 pessoas que tinham migrado para a área rural do município, 810 sempre moraram em área rural em seus municípios de origem e 258 tinham sempre morado em suas cidades de origem.

Neste ano, a análise dos dados possibilitou inferir que dentre naturais de Catalão que residiam na área urbana 31.216, 69% sempre tinham residido em área urbana, enquanto 31% já tinham residido em situação rural. Em relação às 6.228 pessoas que residiam na zona rural do município, 78,8% delas sempre moraram na zona rural, enquanto 21,2% já tinham morado em área urbana. Também, neste Censo foi constatado que a população de naturais residindo no município tinha diminuído 4,4% em relação a 1980, ou seja, havia uma contradição pois, enquanto o município atraía migrantes de Goiás e de outros Estados da federação, Catalanos tinham migrado na década de 1980 para outros lugares. Isto demonstra que as oportunidades de empregos não contemplavam a todos, bem como as carências (por exemplo, na área da educação), de muitas pessoas não eram supridas pelas condições sociais e materiais existentes em Catalão.

Os dados do Censo em 2000, mostraram que a tendência de crescimento do percentual de migrantes, procedentes de áreas urbanas, continuava pois ao contrário dos 72% registrados em 1991, neste ano tinha alcançado 78%. Os dados também mostraram que após um aumento considerável nas décadas de 1970, em que o fluxo desta corrente migratória praticamente tinha dobrado e, na de 1980, em que ela tinha aumentado apenas a metade do verificado na década anterior, na década de 1990, o ritmo tinha diminuído 13%.

O oposto aconteceu com o fluxo de migrantes procedentes de zona rural pois, se em 1970 eles correspondiam a 45,8% do total, em 2000, eles passaram a ser apenas 22%. Ou seja, percentualmente tinham se reduzido a menos da metade, embora sob o ponto de vista numérico fossem equivalentes. Esta redução tem relação com os estoques demográficos da população rural do município.

A explicação para isto, além do próprio êxodo rural verificado no município, entre as décadas de 1950 e 1970, está no fato de que muitas pessoas migraram, em primeiro lugar, para as pequenas cidades da região e de Goiás. Além disto, pela falta de oportunidade de trabalho, partiram para outros centros maiores em busca de melhores condições de vida nas décadas de 1980 e 1990. Na verdade, na origem, grande parte dos migrantes que passaram a

residir na cidade de Catalão, eram rurais mas, ao serem questionadas pelos recenseadores sobre a situação anterior de residência, afirmaram que era urbana pois, as pequenas cidades se constituíam como etapa de passagem.

Por sua vez, em 2000, 55,9% do total de migrantes residindo no município eram procedentes de Goiás, enquanto os migrantes procedentes de outros Estados passaram a corresponder a 15,8% no total da população. Os dados dos últimos três Censos também mostraram que ocorrera uma inversão no perfil dos migrantes quanto a sua origem; de Goiás ou não. Assim, se em 1970, os migrantes de outras unidades da federação eram maioria com 60,9%, a partir de 1980 com 59,8%, os goianos passaram a ocupar esta posição chegando em 1991 a 62,9%.

Um exemplo desta dinâmica foi constatado no estudo de caso em dois Bairros de Catalão para a Dissertação de Mestrado[27]. No questionário aplicado, foi perguntado aos entrevistados em que lugar eles tinham nascido. No caso dos entrevistados no bairro Mãe de Deus (famílias de classe média-alta), foi constatado que 17,6% tinham migrado de outros Estados e 35,4% eram originários de Goiás e de municípios próximos a Catalão ou, não. Em relação aos migrantes entrevistados na Vila Teotônio Vilela (famílias de trabalhadores com renda baixa), 27,1 % deles afirmaram que eram procedentes de municípios da microrregião de Catalão e do próprio Estado, enquanto 14,6% disseram que tinham migrado de outros Estados.

Os dados sobre migração trazem também outras informações como por exemplo, sexo e o tempo de residência do migrante no município. O tempo de residência é uma informação importante que mostra, ao longo do tempo, a capacidade de atração do município. Com o objetivo de analisar estas variáveis em relação aos migrantes no município de Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000 elaborou-se a tabela 19.

Com relação ao tempo de residência dos migrantes no município, o que se observou em 1970, foi que maioria deles (80,6%), tinha se dirigido para Catalão nos dois últimos anos da década de 1960. Quanto a participação por sexo, eles eram 52,9% homens e 47,1% mulheres. A análise mais aprofundada dos dados do Censo, em relação ao lugar de residência anterior, permitiu verificar, dos que tinham mudado de outra área urbana para Catalão, que suas porcentagens eram praticamente idênticas, ou seja, 50%. Já para os procedentes de zona rural a proporção era de 55,2% de homens enquanto as mulheres correspondiam a 44,8%. Destes migrantes, 2.363 pessoas, com residência urbana, 47,2% eram

[27] Bueno, E. P. **A segregação sócio-espacial: a (re) produção de espaços em Catalão-G0**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. UNESP, Campus de Rio Claro. 2000.

homens e 52,8% mulheres, enquanto aqueles de procedência rural, os percentuais correspondiam a 50% para cada sexo. Em relação àqueles que mudaram de alguma cidade

Tabela 19 - Sexo e tempo de residência dos migrantes no município em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tempo de residência no município	1970				1980				1991				2000*			
	homens	mulheres	Total	Em %	homens	mulheres	Total	Em %	homens	mulheres	Total	Em %	homens	mulheres	Total	Em %
- de 1 ano	556	512	1.268	36,4	1.036	990	2.026	28,6	419	255	674	8,1	592	563	1.165	14,7
1 a 2 anos	778	762	1.540	44,2	1.194	1.010	2.204	31,1	999	1.165	2.776	33,6	1.215	1.116	2.431	30,8
3 a 5 anos	232	224	456	13,1	873	845	1.718	24,2	1.360	1.480	2.840	34,3	1.151	1.103	2.225	28,2
6 a 9 anos	277	141	418	12,0	570	573	1.143	16,1	1.335	1.253	2.588	31,3	1.120	1.033	2.070	26,2
Total	1.843	1.639	3.482	100	3.673	3.418	7.091	100	4.113	4.153	8.266	100	4.079	3.815	7.894	100

Fonte: Censos Demográficos: IBGE. 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

para a área rural do município 67% eram homens, enquanto os homens procedentes de zona rural de outros municípios representavam 59,9%. Estes dados mostram que as mulheres, pela falta de perspectiva no campo, procuravam migrar para a cidade buscando, principalmente, pela oportunidade de estudar e conseguir empregos em atividades mais apropriados a condição feminina, como por exemplo, no comércio e na área de serviços.

Por sua vez, em 1980, o Censo revelou que o fluxo migratório para o município, nos dois últimos anos da década de 1970, tinha se reduzido para 59,7%. Neste ano, também foi constatado que na década de 1970, o perfil dos migrantes quanto ao sexo, era composto por 51,8% de homens e 48,2% de mulheres. Os dados de 1980 revelaram ainda que, dentre aqueles que tinham mudado de outra área urbana para Catalão eram, respectivamente, de 54% homens e 46% mulheres. Já os procedentes de zona rural a proporção era inversa pois, 47,3% eram homens enquanto as mulheres correspondiam a 52,7%. Do total de migrantes que mudaram para o município, a maioria, 5.078 pessoas, fixaram residência urbana, sendo 47,2% homens e 52,8% mulheres. Quanto àqueles que mudaram de alguma cidade para a área rural do município, 73% eram homens, enquanto os procedentes de zona rural eram 68%. Estes dados confirmaram a tendência verificada em 1970 por parte das mulheres de migrarem, em maior número para a cidade de Catalão.

O Censo de 1991 revelou que o fluxo migratório para o município, nos dois últimos anos da década de 1980, tinha se reduzido para 41,7%. Neste ano, os dados mostraram pela primeira vez, que as mulheres com 50,3% tinham passado a ser a maioria no

contingente migratório. Revelou também, que a participação por sexo, dos que tinham mudado de outra área urbana para Catalão, suas porcentagens eram praticamente idênticas àquelas observadas em 1970, ou seja, 51,5% homens e 48,5% mulheres. Já os procedentes de zona rural a proporção era de 54% de homens enquanto as mulheres correspondiam a 46%. Do total de migrantes que na década de 1980 fixaram residência no município, 6.116 pessoas, se dirigiram para a cidade de Catalão, sendo 52,1% eram homens e 47,9% mulheres, enquanto aqueles de procedência rural, os percentuais correspondiam a 58% para os homens e 42% para mulheres. Em relação àqueles que mudaram de alguma cidade para a área rural do município 63% eram homens, enquanto os homens procedentes de zona rural eram 58,1%. Estes dados mostraram que as propriedades agrícolas que no passado, tinham expulsado famílias inteiras em função da modernização do campo, estavam precisando da mão-de-obra masculina para repor a força de trabalho no campo, só que agora, muito mais especializada.

Neste ano, os dados mostraram também que 2.923 pessoas naturais do município, que tinham migrado nas décadas anteriores para outros municípios, tinham retornado para Catalão. Destes, 1.826 tinham menos de 10 anos de retorno, ou seja, na década de 1980. Dos naturais que antes tinham migrado para fora do município, 94,2% em seus retornos, preferiram residir na cidade de Catalão. Os migrantes procedentes de Goiás em 1991 eram 10.748 pessoas (62,9%), enquanto a participação de migrantes de outros Estados tinha diminuído para 37,1%.

Já em 2000, foi constatado pelo Censo que o fluxo migratório para o município, nos dois últimos anos da década de 1990 da ordem de 45,5%, revelando um comportamento muito parecido com aquele verificado no final da década de 1980. Neste ano, os dados mostraram que as mulheres não eram maioria como em 1991, uma vez que contribuíram com 48,3% no fluxo migratório. Foi constatado também, que o perfil dos migrantes tinha se alterado muito pouco em relação a 1991, ou seja, daqueles procedentes de zona rural, que tinham mudado de outra área urbana para Catalão, as proporções mostraram praticamente iguais para os dois sexos. Dos migrantes, 5.233 fixaram residência urbana, sendo 50,7% homens e 49,3% mulheres, enquanto aqueles de procedência rural, os percentuais correspondiam a 53% para os homens e a 47% para mulheres. Em relação àqueles que mudaram de alguma cidade para a área rural do município, os dados mostraram que, na década de 1990, continuou o processo de ofertar trabalho para os homens e menos para as mulheres.

Enfim, ao longo do tempo, o que se observa é um crescimento não apenas numérico de migrantes originários de Goiás, como também daqueles procedentes de outros

Estados. Desta forma, não se pode ignorar a influência cultural, econômica, social e política exercida por pessoas das mais diferentes origens para o conjunto da população de Catalão. Também, apesar do aumento absoluto dos migrantes goianos no município entre 1991 e 2000 ocorreu uma diminuição da participação de migrantes oriundos de outros municípios de Goiás, o que reflete, segundo a SEPLAN/GO, o aumento de oportunidade de empregos gerados em muitos municípios goianos, em função do crescimento econômico impulsionado pelo agronegócio.

3.3.2 Estrutura sexo e idade

Outra variável importante na análise da dinâmica demográfica, que possibilita o entendimento das alterações no perfil da população diz respeito a estrutura etária de um lugar. Por isto, a importância da análise dos dados que a compõem, a partir de uma concepção temporal, possibilita compreender as transformações demográficas que ocorreram e estão ocorrendo com a população. Assim, para Goiás e Catalão, as transformações decorrentes do ritmo do crescimento vegetativo e dos movimentos migratórios tiveram importante papel na alteração dos perfis das pirâmides etárias de suas populações. Isto, pode ser observado nas figuras 21 a 24, as quais revelam a importância da consideração destas variáveis demográficas.

Com o objetivo de analisar este aspecto, buscou-se verificar como a população de Catalão tinha apresentado transformações na sua estrutura, comparando-se os dados de 1970 e 2000. A escolha deste período foi condicionada pelo espaço temporal da pesquisa e também por possibilitar uma melhor análise da distribuição da população por faixas etárias segundo o sexo. A tabela 20 traz os dados que apontam a profundidade destas mudanças na estrutura etária da população de Catalão.

Inicialmente, pode-se afirmar que a queda acumulada da fecundidade verificada entre 1970 e 2000, acrescida das alterações de padrões etários da mortalidade e da migração vem modificando rapidamente a distribuição da população, notadamente, em relação ao peso relativo da população infanto-juvenil e da população idosa.

A análise sobre a população infanto-juvenil de 0 a 4 e de 5 a 9 anos possibilitou verificar que ocorreu uma diminuição relativa importante de pessoas nestas faixas de idade. Assim, em relação ao primeiro grupo de idade, foi constatado que a participação delas no total da população foi da ordem de -6,4% em 2000 em relação ao que foi verificado

em 1970. Em relação ao segundo grupo, esta diminuição foi de 6,2%, embora a população total tenha mais do que dobrado. Em 1970, da população do município, 29,1% eram constituídos por crianças nestas duas faixas etárias, enquanto em 2000, a participação delas tinha diminuído para 16,4%.

Tabela 20 - Totais, participação e variação relativa da população de Catalão, segundo as faixas etárias em 1970 e 2000.

	1970		2000		Variação entre 1970-2000	
Faixas etárias	**Total**	**Em (%)**	**Total**	**Em (%)**	**Variação relativa dos totais no período (%)**	**Participação relativa (%)**
0 a 4 anos	3.924	14,3	5.093	7,9	+29,8	-6,4
05 a 09	4.022	14,7	5.479	8,5	+36,2	-6,2
10 a 14	3.692	13,5	6.251	9,7	+69,3	-3,8
15 a 19	3.335	12,2	5.741	8,9	+72,1	-3,3
20 a 24	2.458	9,0	6.699	10,4	+272,5	+1,4
25 a 29	1.860	6,9	5.736	8,9	+308,4	+2,0
30 a 34	1.700	6,2	5.415	8,4	+318,5	+2,2
35 a 39	1.527	5,6	5.228	8,1	+342,4	+2,5
40 a 49	2.314	8,5	8.439	13,1	+364,7	+4,6
50 a 59	1.387	5,1	5.035	7,8	+363,0	+2,7
60 a 69	711	2,6	3.098	4,8	+435,7	+2,2
70 anos e +	408	1,5	2.133	3,3	+522,8	+1,8
Total	27.338	100%	64.347	100%	-	-

Fonte: Censo Demográfico. IBGE. 1970 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Ou seja, em 30 anos os valores revelaram mudanças significativas na fecundidade do município. Para se ter uma dimensão desta mudança, fazendo-se um exercício hipotético, no qual fosse mantida a mesma dinâmica da população verificada em 1970, do total da população em 2000 (64.347 habitantes), 18.724 seriam crianças pertencentes a estas duas faixas etárias. Mas o que se verificou na realidade é que devido aos fatores já mencionados no parágrafo anterior, elas totalizavam 10.572, mostrando, de forma significativa, crianças que tinham deixado de nascer.

No caso do envelhecimento da população (processo de aumento da população de 60 anos e mais), a melhoria da qualidade de vida, na medida em que aumenta em anos a proporção das pessoas teoricamente produtiva em detrimento do número da população potencialmente consumidora de bens e serviços cria vantagens sociais, já que as pessoas continuam a trabalhar até idades mais avançadas. Na prática, esta “vantagem” pode ser anulada pelos ciclos restritivos do mercado de trabalho, especialmente na fase atual do capitalismo periférico que cria empecilhos para o mercado de trabalho de pessoas a partir de uma certa idade.

Para Catalão, isto foi constatado quando se comparou os dados de 1970 e 2000. Neste período, as pessoas pertencentes a esta faixa etária dobraram a sua participação no total da população. Estes dados revelam, claramente, que para as próximas décadas o crescimento da população de 60 anos e mais será consistente, seja em termos relativos (por efeito da redução relativa da população de crianças e jovens), seja em termos absolutos, devido ao progressivo aumento da expectativa de vida resultante da melhoria das condições de vida. Além disto, o Censo de 2000 revelou também a tendência para a feminilização do envelhecimento, o que se constitui numa nova questão.

Outro aspecto relevante é que ao contrário de outros Estados como São Paulo, por exemplo, os totais de crianças de 0 a 4 anos ainda continuam a crescer. Ainda, de acordo com os dados da tabela 20, é importante observar que a população de Catalão, na faixa etária entre 30 a 59 anos de idade ainda crescerá razoavelmente, em termos absolutos, em decorrência do elevado nível de nascimentos verificado nas décadas de 1970 e 1980. Isto implicará, juntamente com o fluxo migratório, na continuidade da pressão demográfica sobre o mercado de trabalho, uma vez que um número considerável de jovens nascidos naquele período já se encontra em idade produtiva.

Em função disto, a relação entre a população que, em termos etários, pertenceria à condição de inativa (grupos de 0 a 14 anos e 60 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 59 anos de idade) aponta uma diminuição importante entre 1970 e 2000. Desta forma, enquanto em 1970 a população entre 0 e 14 anos e de 60 e + anos, constituíam 46,7% da população total do município, em 2000 esta participação caiu para 34,3%. Portanto, diminuiu a razão de dependência destas faixas etárias em proporção à população economicamente ativa. Porém, tanto em 1970, quanto em 2000, os dados mostram que ainda ocorre um forte desequilíbrio entre os dois extremos etários da população em relação a faixa intermediária de 15 a 59 anos. Em 1970 as crianças de 0 a 14 anos eram 42,6% e os idosos com mais de 60 anos eram apenas 4,1%. Em 2000 estes valores foram de 26,1% para o 1º grupo e de 8,1% para o segundo. Isto demonstra uma diminuição do crescimento vegetativo e um aumento de duração da vida média. O conjunto revela também a melhoria da qualidade de vida. Além disto, verificou-se que aquelas que estão nascendo estão conseguindo sobreviver em função da melhoria no atendimento médico na gestação e nos primeiros anos de vida, associado com o acesso a água tratada e às melhores condições sanitárias. Por outro lado, as pessoas estão vivendo mais tempo, repercutindo a melhoria das condições de vida e o acesso, por exemplo, a assistência e ao tratamento médico.

Como resultante desta dinâmica populacional verificada, para Goiás e para o município de Catalão as pirâmides etárias de suas populações adquiriram, em 1970 e 2000, diferentes estruturas que podem ser visualizadas nas figuras 21, 22, 23 e 24. Os dados contidos nas figuras mostram que a participação relativa dos grupos de idade no total da população do município entre 1970 e 2000 se mostrou consideravelmente variável.

Neste sentido, comparando-se a estrutura etária da população do município de Catalão, apontadas pelos censos de 1970 e 2000, pode-se destacar alguns aspectos: a população existente na faixa etária de 0 a 9 anos em 2000, embora em termos absolutos tenha aumentado 33%, eram em termos relativos, menor em 12,7% daquela verificada em 1970. Na distribuição por faixas etárias de 1970, pode-se verificar que a sua base era mais larga, o que demonstrava a existência de uma grande parcela da população ainda muito jovem pois, 70,6% dos seus habitantes situavam-se na faixa compreendida entre 0 a 29 anos enquanto, em 2000, ela tinha diminuído para 54,3%. Portanto, ainda correspondiam a mais da metade da população do município.

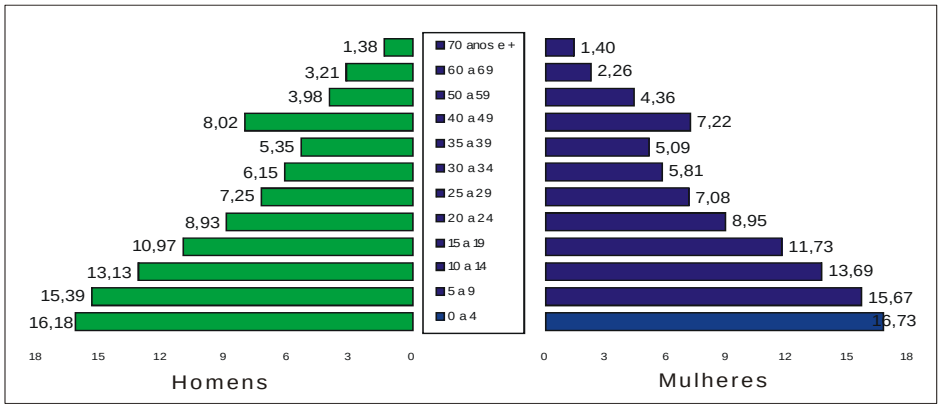


Figura 21 - Pirâmide etária da população do estado de Goiás em 1970.
Fonte: Censo Demográfico. IBGE. 1970. Org. Edir de P. Bueno.

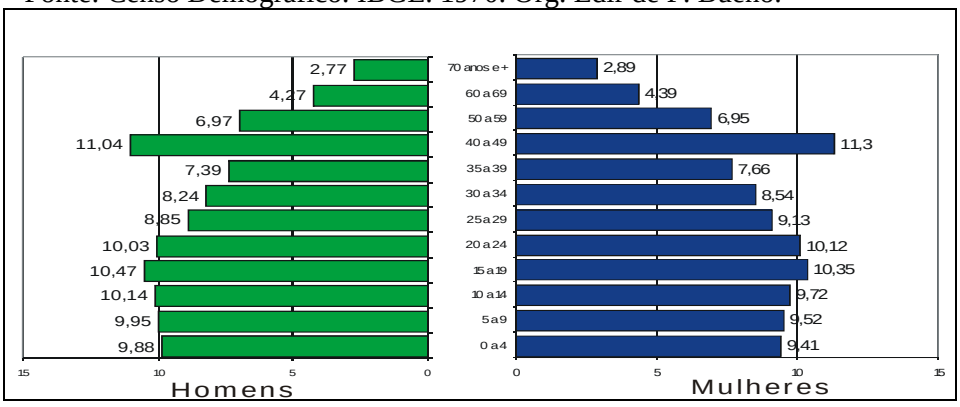


Figura 22 - Pirâmide etária da população do estado de Goiás em 2000.
Fonte: Censo Demográfico. IBGE. 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Em 1970, a faixa etária entre 30 e 49 anos correspondia a 20,3% da população o que, comparativamente a 2000, apontou para uma alteração percentual

importante pois, tinham passado a ser 29,6% da população, ou seja tinha crescido 9,3%. Em 1970, na faixa com mais de 50 anos existia 9,2% da população mas, em 2000, esta, passou a corresponder a 15,9% em termos absolutos, ocorrendo um aumento relativo de 6,6% em relação àquela que foi constatada no censo de 1970.

A melhoria verificada na qualidade de vida associada ao declínio da fecundidade apresentou, como resposta, um acréscimo considerável de pessoas com 70 anos e mais. No Censo de 2000 ela era de 3,3%[28], enquanto em 1970, seu percentual foi de apenas 1,5%. Assim, os dados populacionais que permitiram a elaboração das pirâmides etárias do município apontam para um modelo demográfico em conformidade com o que está acontecendo com a pirâmide etária de Goiás e mesmo com a do país. Ou seja: uma diminuição na base; um aumento nas faixas intermediárias e um crescimento mais significativo no topo.

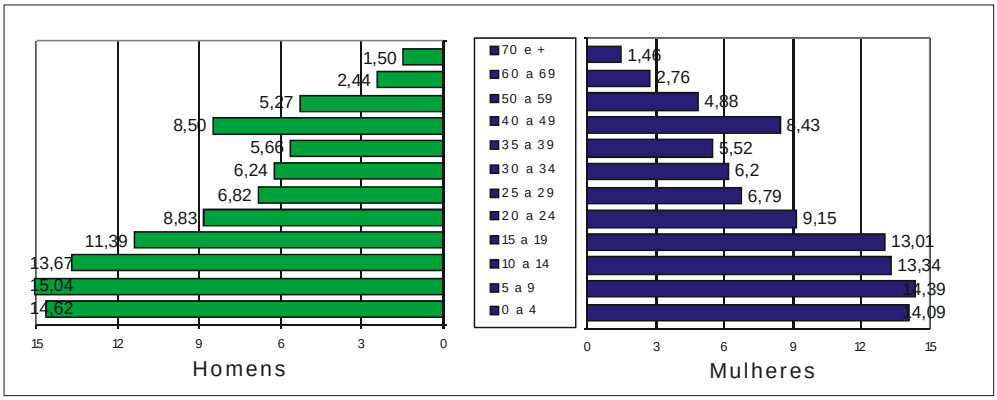


Figura 23 - Pirâmide etária da população do município de Catalão em 1970.
Fonte: Censo Demográfico. IBGE. 1970. Org. Edir de P. Bueno.

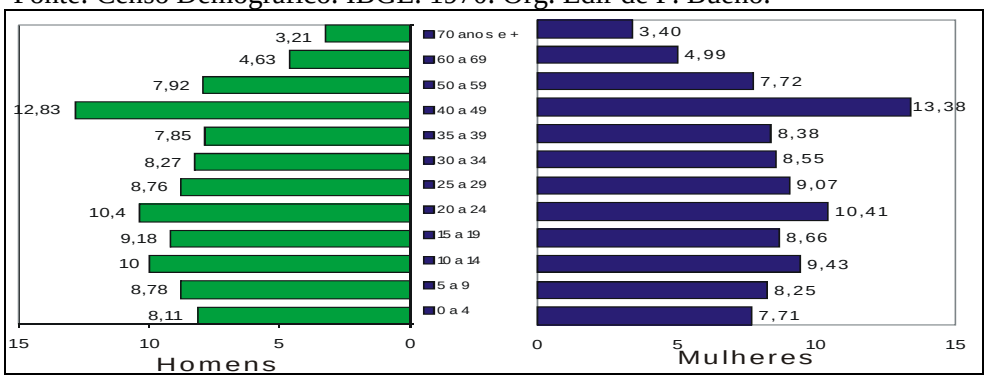


Figura 24 - Pirâmide etária da população do município de Catalão em 2000.
Fonte: Censo Demográfico. IBGE. 2000. Org. Edir de P. Bueno.

[28] A introdução da Contagem Populacional de 1996, diz o seguinte: "Até o início dos anos 80, a estrutura etária da população brasileira, revelada pelos Censos Demográficos, vinham mostrando traços bem marcados de uma população predominantemente jovem, fruto da longa trajetória de altos níveis de fecundidade no País. A intensificação da prática anti-conceptiva, ou mediante a esterilização feminina, contribuiu para acelerar o ritmo de declínio da natalidade nos anos 80". (IBGE, 1996, p. 27) Tais alterações caracterizam o início do processo de envelhecimento da população brasileira.

Pôde-se, desta maneira, concluir que a alteração ocorrida na participação da faixa etária com 60 anos ou mais decorreu da diminuição das taxas de natalidade associada ao aumento na expectativa de vida da população do município. Também, vale ressaltar que analisando-se os dados sobre a estrutura etária da população, pôde-se contatar uma alteração importante na divisão de sua população em dois blocos de praticamente 50% em cada um, ou seja: a idade mediana. Assim, em 1970 esta divisão ocorreu na faixa entre 15-19 anos. Em 2000 ela está na faixa entre 25-29 anos. Portanto, com uma elevação no patamar da idade. Isto significa que a vida média da população está aumentando como reflexo da melhoria da condição de vida.

As alterações na dinâmica demográfica e na qualidade de vida também afetaram a taxa de masculinidade da população, cujos dados podem ser visualizados na tabela 21.

Tabela 21 – Taxa de masculinidade da população de Catalão, segundo as faixas etárias em 1970 e 2000.

Ano	1970			2000		
Faixas etárias	**Homens**	**Mulheres**	**Taxa de Masculinidade**	**Homens**	**Mulheres**	**Taxa de Masculinidade**
0 a 4 anos	1.993	1.931	103	2.587	2.506	103
05 a 09	2.050	1.972	104	2.799	2.680	105
10 a 14	1.863	1.829	102	3.187	3.064	104
15 a 19	1.552	1.783	87	2.927	2.814	104
20 a 24	1.204	1.254	96	3.316	3.383	98
25 a 29	929	931	100	2.793	2.946	95
30 a 34	850	850	100	2.637	2.777	95
35 a 39	771	756	102	2.504	2.724	92
40 a 49	1.159	1.155	100	4.092	4.347	94
50 a 59	718	669	107	2.527	2.508	101
60 a 69	333	378	88	1.476	1.621	91
70 anos e +	208	200	104	1.025	1.107	93
Total	13.630	13.708	-	31.870	32.477	-

Fonte: Censo Demográfico. IBGE. 1970 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A análise dos dados contidos na tabela permitiu verificar que no ano de 1970 havia um certo equilíbrio nas faixas que vão de 0 a 14 anos, quando então ocorria um desequilíbrio importante na faixa de idade de 15 a 24 anos, ou seja: a taxa de masculinidade era de 91,5 homens para cada 100 mulheres. Aqui poderíamos citar (além das causas externas de mortalidade), que uma das hipóteses para esta razão de masculinidade negativa está ligada ao fato de que os homens tinham mais liberdade por parte dos pais para migrar em busca de trabalho e para estudar. Na faixa de 50 a 59 anos também verificou um desequilíbrio, ou seja:

ela era 107 homens para cada grupo de 100 mulheres. Na faixa seguinte, a de 60 a 69 anos ocorria um outro desequilíbrio com a razão de masculinidade em 88.

Diferentemente, em 2000 esta razão era superior até a faixa de 15 a 19 anos, a partir das quais passou a ser inferior. As taxa inferiores apontam para a diversidade de fatores que levam os homens a viverem menos e que já foram estudadas por inúmeros estudiosos, tais como: biológicos, a violência, os acidentes de trabalho e de trânsito, o uso de drogas, etc. Isto também é válido para Catalão pois, conforme os dados da tabela 13, em todos os anos pesquisados, os homens são maioria (58,4% em 2000) dos óbitos registrados. Por isto havia em 2000 uma tendência mais clara para uma taxa de masculinidade negativa nas faixas etárias de mais idade, enquanto em 1970 ela oscilava ora positiva, ora negativa. Uma das hipóteses para este desequilíbrio estaria no fato de que, nas décadas anteriores, ocorria um número considerável de mortes de mulheres em complicações no e após o parto.

As pirâmides etárias de Catalão também revelaram um rápido processo de adaptação ao estilo de vida urbana, pois com a mercantilização de todos os bens necessários a manutenção da família, mantê-la se tornou um fardo muito pesado para os pais. Como resultante desta situação econômica e social, ocorreu a opção da grande maioria da população em ter poucos filhos. Analisando esta questão, Carvalho (1998) afirmou que:

> O maior impacto de longo prazo da queda da fecundidade será sobre a estrutura etária e o envelhecimento da população. Contudo, este impacto demográfico é, mais cedo ou mais tarde, inevitável. Mas, se nos próximos 20 anos vamos ter um aumento da proporção de idosos na distribuição etária brasileira, teremos, paralelamente, uma redução da população abaixo de 15 anos. Portanto, num primeiro estágio, a redução da fecundidade vai possibilitar o crescimento da população em idade economicamente ativa. (CARVALHO, 1998, p. 7)

Assim, as mudanças no perfil da dinâmica da população e nas atividades econômicas tiveram reflexo também na distribuição da P.E.A do município. Neste sentido, a seguir buscou-se avaliar como estas alterações sócio-econômicas influenciaram no estabelecimento de níveis diferenciados de apropriação da renda gerada, bem como na qualidade de vida da população.

3.3.3 Avaliação da população economicamente ativa

Como se pôde verificar nas análises dos dados sobre o desenvolvimento econômico do município e da dinâmica demográfica até aqui avaliada, tais como, taxas de natalidade/fecundidade, de óbitos e os dados sobre migração e estrutura etária, que as mudanças foram significativas entre 1970 e 2000 por determinarem as mudanças

demográficas do município e da P.E.A. A alteração do padrão de distribuição da P.E.A. também, influenciou de forma considerável no perfil das mudanças verificadas em muitas variáveis demográficas. Por isto, pode-se dizer que a alteração no padrão econômico do município constituiu um aspecto preponderante nestas mudanças. O perfil verificado no emprego da mão-de-obra por setor de atividade econômica pode ser observado na tabela 22.

A análise dos dados apresentados na tabela mostrou que, entre 1970 e 2000, em termos absolutos ocorreu uma diminuição significativa na mão-de-obra utilizada no setor primário da economia, tanto para Goiás (-42,5%), quanto para Catalão (-33,3%). Com relação ao setor secundário, o que se observa é um crescimento lento da ocupação da mão-de-obra, tanto para Goiás, +12,1% e, em Catalão, +14,9%. Quanto ao setor terciário, os registros mostram uma linha ascendente de ocupação da mão-de-obra, tanto para Goiás (+30,4%), quanto para Catalão (+18,4%).

Tabela 22 – População economicamente ativa de Goiás e de Catalão, segundo os setores de atividade em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Local e Setor de atividade	Goiás			Catalão		
Ano	**Setor Primário**	**Setor Secundário**	**Setor Terciário**	**Setor Primário**	**Setor Secundário**	**Setor Terciário**
1970	60,5	8,9	30,6	50,3	10,5	39,2
1980	38,0	16,0	46,0	25,9	32,0	42,1
1991	25,0	18,0	57,0	27,0	22,0	51,0
2000	18,0	21,0	61,0	17,0	25,4	57,6

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

O que se pode verificar em Catalão, quanto ao menor incremento do setor terciário em relação a média de Goiás, está no perfil econômico diferenciado do município em relação a outras importantes cidades goianas. Ela representa uma importante rede comercial desde a chegada da estrada de ferro em 1913. No que diz respeito ao incremento deste setor econômico em relação a Goiás, está no fato de que Catalão, em 1970, já contava com uma importante rede comercial e de serviços. Por exemplo: na área médico-hospitalar que já atendia a toda região sudeste de Goiás e noroeste de Minas. Aqui há que se fazer uma ressalva sobre as reduções verificadas nos setores primário e secundário da economia, as quais foram motivados pelo o avanço tecnológico, caracterizado pela modernização nas atividades agrícolas e industriais. Assim, o crescimento do setor terciário da economia é típico deste processo onde, somente em período recente, o uso da informática tem atuado, também, no sentido de reduzir o número de pessoas utilizadas nesta área da economia.

No caso de Catalão, a tabela 23 apresenta os dados que demonstram, temporalmente, em que áreas da economia municipal ocorreram o emprego da população

economicamente ativa, dentro desta situação de transferência da mão-de-obra de um setor para outro da economia.

Tabela 23 - População empregada por atividades econômica em Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000.

ano	Extrativismo e agropecuária	Indústria	Comércio	Transporte e comunicação	Prestação de serviços	Total
1970	4.418	921	621	290	2.085	9.589
1980	3.536	4.555	1.203	480	2.779	14.169
1991	4.654	5.365	2.463	948	5.032	22.655
2000	4.282	5.532	6.635	1.342	6.531	25.192

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Analisando-se estes dados pode-se efetuar algumas considerações importantes sobre a P.E.A nas diferentes áreas de atividade. A primeira, envolve o crescimento da população entre 15 a 59 anos e aquela verificada na população empregada. Assim, enquanto a população empregada aumentou em 262,7%, a população potencial cresceu 290,1%. Está é uma relação interessante entre demografia e economia. A segunda envolve a questão dos trabalhadores utilizados no setor primário que declinou em termos absolutos 0,96% em 30 anos mas, que com certeza tem produzido muito mais riqueza, ou seja: a produtividade nesta área da economia aumentou. Isto pode ser exemplificado com dados que mostram que em 1970, 46,1% dos trabalhadores exerciam atividades na área primária da economia, em 2000 este percentual era de apenas 17%, ou seja: houve uma diminuição relativa de 29,1%. Em terceiro lugar, no setor de atividades secundário teve-se um aumento significativo, passando de 9,6% em 1970 para 21,9% em 2000. Ou seja; no período ocorreu um incremento de 16,7%, mesmo com os constantes processos de modernização industrial. Tendo estes dados como referencia, elaborou-se a figura 25 que mostra a distribuição da P.E.A por área de atividade econômica.

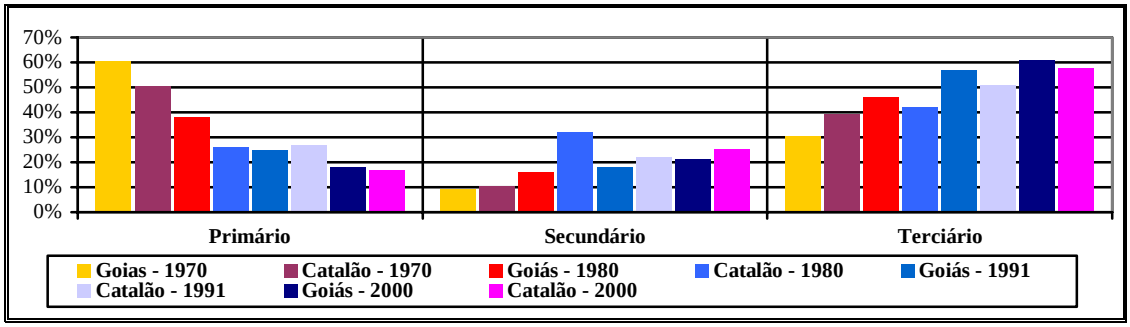


Figura 25 – Distribuição da P.E.A. com 10 anos ou mais, conforme a renda mensal, em Goiás e Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000.
Fonte: Censos Demográficos, IBGE. 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A importância da cidade de Catalão como centro regional do sudeste goiano pode ser avaliado pelo forte aumento da P.E.A. empregada no setor de comércio, transporte/comunicação e serviços. Assim, enquanto neste setor em 1970 apenas 6,5% das pessoas se encontravam empregadas, em 2000 este percentual alcançou 26,3%. Em termos relativos, foi no conjunto das atividades desenvolvidas neste setor que mais se expandiram entre 1970 e 2000. É interessante destacar que o setor de serviços pouco alterou a sua participação no emprego da P.E.A. municipal pois, em 1970 era 21,7% e em 2000, 25,9%.

Tendo esta situação como referência, elaborou-se a tabela 24 que mostra a distribuição por sexo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, que na época dos Censos estavam trabalhando e os seus respectivos níveis salariais em Catalão entre 1970 e 2000. A análise dos dados sobre os ganhos salariais mostrou que a condição da mulher catalana também se enquadra no perfil apresentado para a média da mulher brasileira, ou seja, elas são maioria apenas na faixa salarial de até 1 salário mínimo.

Tabela 24 - Distribuição por sexo das pessoas economicamente ativas, de 10 anos ou mais de idade, segundo os níveis salariais em Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Sal. mínimo	1970		1980		1991		2000	
	% dos Homens	% das Mulheres	% dos Homens	% das Mulheres	% dos Homens	% das Mulheres	% dos Homens	% das Mulheres
Até 1	28,9	15,0	24,6	21,1	25,8	25,7	22,2	31,5
De 1 a 2.	20,7	3,2	23,8	5,7	24,3	8,0	26,0	15,8
De 3 a 5	15,5	1,2	18,9	2,	18,5	3,8	22,0	6,8
De 5 a 10	5,9	2,8	5,6	5,2	6,3	1,7	9,2	5,2
+ de 10	4,1	0,8	3,3	1,1	3,2	0,4	7,3	2,2
Sem rend.	23,7	76,3	23,4	70,4	20,7	59,6	12,4	37,5
Sem declar.	1,2	0,7	0,4	2,4	1,1	0,7	0,8	0,9

Fonte: Censos Demográficos:IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Para se ter uma idéia da condição da mulher no mercado de trabalho em Catalão, de acordo com Censo de 1970, das pessoas com mais de 10 anos, empregadas por área de atividade, 27,3% eram ocupadas por mulheres. Mas, a análise dos dados mostrou que somente na área de prestação de serviço (normalmente o doméstico) e atividades sociais correspondiam a 83,8%. Em 1980 o percentual de mulheres empregadas tinha caído para 22,8%, mas a mão-de-obra feminina continuava a ser empregada em 80,3% nas áreas de prestação de serviço e na de atividades sociais. Porém, em 1991 as mulheres correspondiam a 29,9% das pessoas empregadas e a participação delas nas áreas de prestação de serviço e no social tinha caído para 72,3%.

Analisando-se os dados, verificou-se que a diminuição do emprego da mão-de-obra feminina nas áreas em que os salários são mais baixos, aponta para a sua redistribuição, embora lenta, por outras áreas econômicas em que os salários são mais

elevados. Assim, se por exemplo, em 1980 elas ocupavam apenas 5,2% dos empregos na indústria, em 1991 passaram a ocupar 5,9%; se em 1980 ocupavam 8,9% dos empregos no comércio, em 1991 passaram a ser 13,9%, o que representa um salto importante já que em 1970, somente 1,6% se encontravam empregadas na indústria e 5,7% no comércio. Assim, embora a elevação da renda salarial das mulheres em Catalão tenha sido lenta, ela tinha contribuído para elevar a renda familiar, que por sua vez, tem gerado implicações positivas sobre a condição de vida de suas famílias. Utilizando-se dos dados da tabela 24, agregado daquelas referentes ao estado de Goiás, elaborou-se a figura a seguir, significativa para o estabelecimento de comparação entre as duas áreas.

Como resultado destas alterações no emprego da PEA, elaborou-se a figura 25 que aponta a distribuição da população por atividades econômicas e a influência que este processo teve na distribuição da renda e da riqueza gerada no município e em Goiás. Aqui temos que fazer uma ressalva a respeito deste aspecto pois, por diversos motivos, o que se observa nos dados sobre renda do chefe do domicílio e da família presente nos Censos, é que os diferentes segmentos sociais nem sempre declaram, realmente, os valores reais de suas rendas. Esta distribuição da PEA segunda o ganho salarial pode ser observado na figura 26.

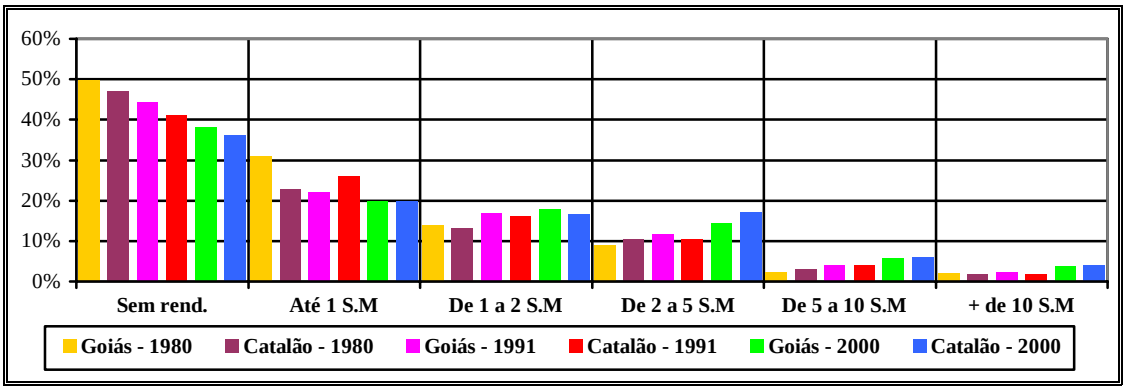


Figura 25 – Distribuição da P.E.A. com 10 anos ou mais, conforme a renda mensal, em Goiás e em Catalão em 1980, 1991 e 2000.
Fonte: Censos Demográficos, IBGE. 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Assim, considerando-se os dados contidos na figura, pode-se concluir que a distribuição de renda média das populações do Estado e do município em 2000, se assemelhavam, em seus diferentes níveis. Mas, avaliando-se os dados referentes a 1980, pôde-se constatar que existia um diferencial mais significativo na distribuição dos rendimentos médios mensais pois, era menor, proporcionalmente, o número de pessoas residentes no município que ganhavam até 1 salário mínimo em relação ao que se verificava na média estadual. Porém, em 1991, esta faixa de renda passou a apresentar uma participação maior do

que a média goiana. Isto, reflete a já citada crise pelo qual o setor de fertilizantes passara no final da década de 1980 e início da de 1990.

A SEPLAN[29], analisando, para o ano de 2000, a estrutura da P.E.A. de Catalão apontou que "o salário médio do emprego formal está acima da média e o grau de instrução da mão-de-obra local é o terceiro melhor do Estado". Isto pode ser avaliado mediante a comparação entre a renda "per capita" de Goiás em 1991 (R$ 211,90) e em 2000 (R$ 285,96) e de Catalão em 1991 (R$ 207,34) e no ano de 2000 (R$ 303,49). Através destes referenciais pode-se perceber que ocorreu uma inversão das posições em relação a renda "per capita" de Goiás e de Catalão. O que evidencia transformações mais consistentes na economia local.

O que se pode afirmar é que ocorreu uma equalização dos rendimentos médios da P.E.A do município, em relação a de Goiás, cabendo ao município apenas uma maioria simples nas faixas que vão de 2 a + salários mínimos. Portanto, entre 1980 e 2000, nos dois casos, comparativamente, ocorreu o aumento do número de pessoas que ganhavam acima de um salário mínimo. Este fenômeno está relacionado a chegada de grandes empresas que se deslocaram de outros centros industriais, onde as condições de apropriação da mais–valia já não representavam vantagens importantes. Assim, ao se instalar em Goiás, estas empresas têm conseguido uma reprodução ampliada do capital, já que pagam menos pela mão-de-obra e, ainda, são beneficiadas pelos significativos incentivos fiscais fornecidos pelo Estado e pelos municípios. Por isto, embora seja contraditória a instalação de modernas plantas industriais nas mais variadas áreas produtivas, o que se nota é que a pressão gerada pelo desemprego estrutural no campo e, principalmente, nas médias e grandes cidades de Goiás tem tido, como conseqüência também, o achatamento salarial.

A geração de empregos é importante pois, não se pode falar de desenvolvimento humano sem que as pessoas sejam produtivas. Ter oportunidade de trabalhar constitui um aspecto crucial nas aspirações das pessoas e possui reflexo não somente para a qualidade de vida do indivíduo mas, também, para sua família e para a comunidade. Em função dele é que ocorre a inserção social e a difusão indireta dos benéficos auferidos com o trabalho, como por exemplo; a satisfação pessoal com a própria vida. Por sua vez, a falta de empregos gera uma série de inseguranças que leva, por exemplo, a desestruturação da família e da vida em sociedade, como também cria situações de instabilidade social, gera a fome, a

[29] SEPLAN/GO. **Revista Economia & Desenvolvimento.** ano IV, nº 11, abril/junho de 2003, p. 9.

violência e a falta de dignidade na vida. Nestas condições as pessoas e as famílias passam a depender de ajudas pública e particular para continuarem a sobreviver.

Não se dispondo, no entanto, de dados oficiais sobre a taxa de desemprego em Catalão, a princípio, o que se poderia dizer, é que a análise desta questão, sob o ponto de vista quantitativo é complexa. Em função da ausência desta taxa, optou-se pela comparação daqueles sobre o crescimento da população de 15 a 59 anos e aquele de pessoas empregadas por atividades econômicas entre 1970 e 2000. Os dados, embora não apontem com exatidão o número de pessoas desempregadas, mostrou que a oferta de empregos não acompanhou o crescimento da população no período. Isto pode ser verificado na tabela 25 que traz estes dados.

Tabela 25 – Porcentagem da população de 15 a 59 anos e o de pessoas empregadas entre 1970, 1980, 1991 e 2000.

Ano	Pop. de 15 a 59 anos	Evolução em %	Pop. Empregada	Evolução em %	% da população empregada
1970	14.581	-	9.589	-	65,8
1980	22.414	53,7	14.169	47,8	63,2
1991	33.145	47,9	22.655	59,9	68,3
2000	41.862	26,3	25.192	11,2	60,2

Fonte: Censos Demog. e Econômicos: IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.
Org. Edir de P. Bueno.

Estes dados permitiram verificar que, nas décadas de 1970 e 1990, o crescimento da população deste segmento foi superior ao número de pessoas trabalhando. Em 1980 foi constatado que o crescimento no número de pessoas empregadas tinha sido 5,9 % menor do que o verificado na faixa etária em análise. Por sua vez, em 1991, foi constatado que na década de 1980, o número de pessoas trabalhando tinha aumentado 12% acima daquele verificado para o crescimento desta população. Porém, em 2000 o que se pode perceber foi que na década de 1990, o número de pessoas de 15 a 59 anos era 15,1% acima do número de pessoas trabalhando. Isto fez com que a porcentagem da população empregada também apresentasse uma redução de 8,1% em relação a 1991.

De certa forma, se for levado em consideração que os dados do Censo 2000, apontaram uma considerável redução no número de pessoas atingindo a faixa etária dos 15 a 59 anos durante a década de 1990 (resultante da diminuição da taxa de fecundidade registrada nas décadas de 1970 e 1980) e, também, uma diminuição relativa no número de migrantes em relação ao que se verificou na década de 1980, pode-se afirmar que se na década tivessem sido criado mais empregos, o normal seria a manutenção, pelo menos da taxa de ocupação verificada em 1991. Assim, a constatação que se pode fazer é que o desemprego aumentou.

Aqui se tem uma contradição pois, quanto mais empregos têm sido criados nas últimas décadas, ao invés da taxa aumentar ela tem diminuído. Esta situação indica, portanto, alterações que tem ocorrido no mundo do trabalho e do emprego, como por exemplo, a racionalização produtiva imposta pelas inovações tecnológicas. Ainda se faz necessário considerar aspectos sociais que envolvem as pessoas desta faixa etária no momento dos Censos. Neste caso temos, por exemplo, o número de pessoas que não estavam procurando trabalho como: os estudantes, aposentados, pessoas doentes e inválidas etc. De toda forma, mesmo com as considerações acima, os dados indicam uma situação de desemprego que reflete uma situação comum ao longo da última década do século XX e do início do XXI. Nos dias atuais, o que se observa em Catalão é que o desemprego é um fato marcante (talvez não com a dimensão de outros municípios brasileiros), mesmo com a ampliação das atividades econômicas.

Esta situação tem afetado, principalmente, os jovens que buscam o primeiro emprego, como também é uma realidade constante para aqueles que possuem baixo nível de escolaridade. Em informe recente, os dados estatísticos sobre o mercado de trabalho em Catalão evidenciam um crescimento constante do estoque de empregos entre 2000 e 2003, mas com os salários se concentrando em 2 salários-mínimos em média. A tabela 26 aponta em quais áreas econômicas tem ocorrido a criação de empregos.

Tabela 26 - Flutuação do nível de emprego, por setor de atividade econômica em Catalão entre 2000 e 2003.

Atividade Econômica	**Saldo de Janeiro a Junho de cada ano**			
Ano	2000	2001	2002	2003
Extrativa Mineral	-37	51	6	3
Indústria da Transformação	27	115	243	232
Serviços Ind. Util. Púb.	-2	1	6	1
Construção Civil	16	92	37	39
Comércio	103	83	31	84
Serviços	32	105	130	63
Admin. Pública	-	-	-	-
Agropecuária	-2	5	220	55
Total	**137**	**452**	**673**	**477**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / CAGED. 2000 a 2003.
Obs: Flutuação do emprego demonstra a movimentação das admissões e desligamentos em determinado período. Saldo indica a diferença entre admissões e desligamentos.
Org. Edir de P. Bueno.

Em muitas situações, as empresas oferecem os empregos e quando não se têm respostas às vagas oferecidas, elas fazem remanejamentos entre os seus próprios

trabalhadores visando qualificá-los, uma vez que em muitas atividades, estes já possuem alguma formação/especialização devido ao convívio na área de trabalho.

Assim, o perfil do desemprego em Catalão não é muito diferente daquele que acomete as regiões e cidades mais desenvolvidas do país, ou seja, há empregos que não são preenchidos pelos trabalhadores residentes na cidade em função de não estarem qualificados para ocupar as vagas oferecidas. Em função desta situação, muitas empresas acabam contratando trabalhadores de outros lugares do país, que preenchem os requisitos por elas solicitados. Isto tem ocorrido freqüentemente nos casos das indústrias de fertilizante e automobilística. Um exemplo recente desta dificuldade na contratação de trabalhadores qualificados residentes no município foi constatado por uma empresa que iniciava a construção de uma barragem para uma usina hidroelétrica pois, não conseguia empregados que pudessem operar as máquinas pesadas utilizadas na obra.

De acordo com informações fornecidas pelo responsável pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE), agência de Catalão, a situação do mercado de trabalho local entre 2001 e 2004 tem se apresentado com as seguintes características: das oportunidades de empregos formais apresentados ao sistema em 2001, apenas 33% deles foram devidamente ocupados, em 2002 correspondeu a 28%, em 2003, atingiu 38% e, em 2004 chegou a 36%. De acordo com esta agência, a maior parte dos empregos formais criados, tinha sido originada de empresas terceirizadas, contratadas, principalmente, pelas grandes empresas. As áreas de emprego têm se concentrado na prestação de serviços que, normalmente, se pautam por atividades como: ajudantes gerais, soldadores, caldeireiros, encanadores industriais, operadores de máquinas leves e pesadas, especialistas em instalações mecânicas e industriais, técnicos químicos, etc.

Em relação aos empregos informais eles têm se concentrado, principalmente, na contratação de empregados temporários em atividades rurais e empregadas domésticas sem vínculos empregatícios, apontando assim uma situação de quanto mais “desqualificado” para certas atividades, o trabalhador tem menor possibilidade de estar amparado pelos benefícios sociais apontados na CLT. Outra questão importante apontada na tabela diz respeito a administração pública, principalmente, a municipal pois, não se observa no período, contratações de servidores efetivos, embora se saiba da contratação de um número considerável de funcionários comissionados. Neste mesmo perfil podem-se citar as empresas consideradas de utilidade pública que também não contratam através de concurso, mas sim pela via da indicação.

Esta desigual distribuição e ocupação das vagas oferecidas no mercado de trabalho, se evidenciam também na distribuição de renda entre os diversos segmentos da população municipal. Isto foi constado, quando se comparou a situação local com aquela verificado em relação a média do estado de Goiás, cujos dados se encontram apresentados na figura 27. Os dados permitem observar que a apropriação da renda tem sido diferenciada para Catalão e para a média goiana. Enquanto para Goiás tem ocorrido a elevação do patamar de concentração da renda por parte dos 20% mais ricos e uma diminuição da apropriação da renda por parte dos 20% mais pobres, em Catalão, entre 1991 e 2000, houve uma redução na apropriação da renda pelos 10% mais ricos em 1,2%. Em relação a apropriação dos 20% mais pobres ocorreu uma leve diminuição na renda. Aqui há que se fazer um comentário pois, conforme os formuladores do cálculo do IDH, o acréscimo de renda a partir de um certo patamar, nem sempre significa melhor condição de vida.

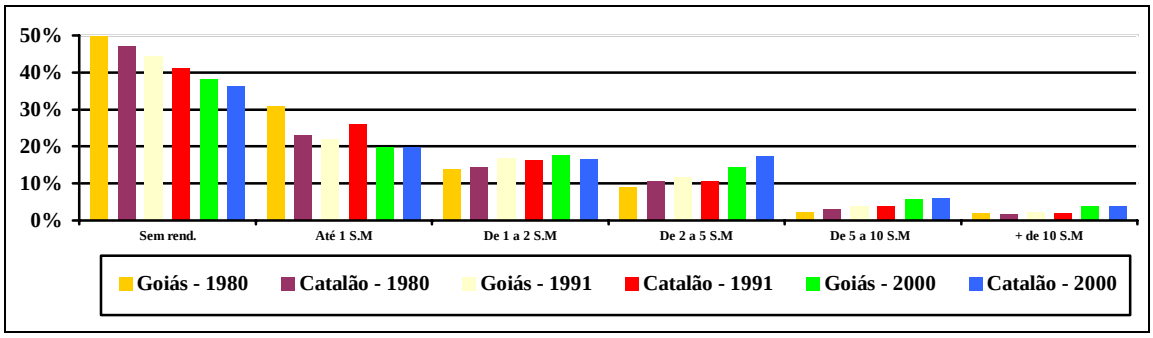


Figura 27 – Apropriação da renda em Goiás e Catalão segundo segmentos populacionais selecionados em 1980, 1991 e 2000.
Fonte: PNUD/IBGE/IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

Também, em 2000 (veja figura 26), foi constatado que 38,9% das pessoas economicamente ativas com mais de 10 anos residentes no Estado, auferiam renda que variava de -1 a 2 salários mínimos. Isto demonstrou que ainda era alto o nível de concentração de renda e riqueza pois, esta desigual distribuição salarial apontava para uma baixa remuneração do trabalho. Estes dados também demonstraram a existência de um forte desnível no padrão de vida da população. Assim, não é de se estranhar a existência de uma grande parcela da população goiana vivendo em situação precária e sob a tutela demagógica dos políticos goianos. Isto pode ser evidenciado através do uso político que o Governo de Goiás e seus Deputados tem feito a partir dos programas ditos distribuidores de renda, como a "Renda Cidadã" (um cartão que permite sacar R$ 60,00 por mês para cada família que mantenha os filhos menores na escola). Em período eleitoral há uma forte pressão sobre as pessoas que recebem algum tipo de benefício nesta linha de "transferência de renda". É relevante destacar que estes programas não têm atuado no sentido de mudar a vida dos adultos

pois, não há programas complementares que dão alternativas de escolha para as pessoas. Na nossa opinião estes programas, da forma que estão sendo concebidos, têm como objetivo criar uma pseudo-estabilidade social, cuja realidade um dia terá que ser mudada.

Como se pode avaliar nesta parte do estudo, as alterações sócio-econômicas macrorregionais contidas no espaço brasileiro também se fizeram presentes na microrregião, no município e no objeto de estudo desta Tese, a cidade de Catalão. Elas se evidenciaram na concentração e parcelamento da terra, no êxodo rural, nos choques culturais (decorrentes das transformações ocorridas no cotidiano da população), no desenvolvimento desigual do campo, com áreas altamente tecnificadas e outras bem rudimentares; no crescente desemprego e subemprego provocados pela não oportunidade social para todos; na prostituição; no uso de drogas e na existência de formas deterioradas de existência humana e de convivência social. Estas características indicam que há muita coisa a ser feita no sentido de se melhorar a qualidade de vida da população.

Todo esse processo acumulativo de transformações sociais, econômicas e políticas, motivadas pela penetração do capital industrial no campo e nas cidades da região não podem ser entendidos como de perda total para as populações locais. Pode-se enumerar alguns benefícios decorrentes desse processo que alteraram seus níveis de qualidade de vida. Nesta situação tem-se: o acesso à educação e à informação, a participação política mais efetiva, a saúde e melhores oportunidades de emprego e de renda, bem como, para uma parcela menor, o acesso aos bens e serviços modernos produzidos pelos centros industriais do país.

Os centros urbanos regionais, enquanto pontos de referências econômicas, populacionais e políticas de uma região, representam lugares de distribuição dos fluxos inovadores vindos dos centros urbanos que possuem influência nacional. Portanto, as modificações nos níveis de qualidade de vida na cidade de Catalão, no decorrer deste período, são reflexos dos fluxos econômicos, culturais e sociais acontecidos no plano regional, como também inter-regional.

Neste sentido, a cidade de Catalão, não poderia deixar de refletir ou apresentar as sérias questões sócio-econômicas e aquelas de natureza demográficas que caracterizam as cidades brasileiras neste início de século. Principalmente, porque é neste espaço concreto, que os acontecimentos de caráter geopolítico, elaborados nos níveis mundial, nacional, estadual e local acabam sendo sentidos pela sua população, interferindo na organização no espaço geográfico e no nível da qualidade de vida da população. Assim, a cidade de Catalão traz, em seus diferentes espaços geográficos, todas as contradições oriundas

de um modo de produção que privilegia poucos e exclui a maioria, bem como, igualmente, mostra as diferenças econômicas, sociais e políticas existentes entre as diversas regiões do país.

De uma maneira geral, esta parte da pesquisa teve, como finalidade principal, trazer a tona as diferentes características demográficas, sociais e econômicas do município e sempre que necessário efetuou-se algumas comparações com o estado de Goiás. Também objetivou identificar questões inerentes ao desenvolvimento econômico e político regional e, em específico, do município de Catalão. No que diz respeito a sua dinâmica demográfica buscou-se mostrar as implicações que este processo teve na alteração dos níveis de qualidade de vida de sua população no período compreendido de 1970 a 2000. Enfim, esta análise visou favorecer o entendimento da complexa organização social e do espaço geográfico, considerado por Santos (1996, p. 266) como: “um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações”. Sistemas e objetos, estes, utilizados pelo capitalismo na elaboração de meios técnicos que transformam a natureza e a sociedade, interferindo no dia-a-dia das populações locais, de acordo com suas necessidades de (re) produção. As questões aqui levantadas e avaliadas constituem, portanto, pontos essenciais para a compreensão dos níveis de qualidade de vida presentes no espaço urbano e da sociedade montada dentro deste processo na cidade de Catalão.

No capítulo seguinte, busca-se analisar como estes processos, atuaram especificamente no espaço urbano da cidade de Catalão. Nele, se procurou enfatizar as questões micro da distribuição sócio-espacial dos níveis de qualidade de vida de sua população, tendo como base de análise os anos de 1991 e 2000.

CAPITULO IV
ESTUDO DE CASO
4 A CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CATALÃO ENTRE 1970 E 2000

4 A CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM CATALÃO ENTRE 1970 E 2000

Este capítulo tem como objetivo, avaliar como as mudanças sócio-econômicas ocorridas no município contribuíram para alterar, especificamente, na cidade de Catalão, os níveis de qualidade de vida da população. Com este intento, a análise está pautada nos dados dos setores censitários referentes as variáveis renda, educação e saúde presentes nos Censos de 1991 e 2000.

Assim, o capítulo se encontra estruturado com uma introdução onde se buscou mostrar o crescente interesse sobre a temática (conforme o apresentado no capítulo I), bem como a variedade de enfoques conceituais e aspectos da condição humana abordados nos estudos sobre qualidade de vida. Também são avaliadas as concepções teóricas elaboradas para dar sustentabilidade ao conceito do desenvolvimento humano contido nos relatórios publicados pelo PNUD/ONU a partir de 1990.

Na seqüência, são apresentados os aspectos metodológicos utilizados no cálculo do IDH-M e as adaptações que foram efetuadas para que se pudesse aplicar o mesmo procedimento para a cidade de Catalão. A partir deste ponto, o estudo está organizado em quatro sub-capítulos, sendo o primeiro, dedicado a avaliar a (re) elaboração do espaço urbano (entre 1970 e 2000), enquanto sustentáculo físico, utilizado para a implantação diferenciada dos níveis de qualidade de vida na cidade. No segundo, terceiro e quarto sub-capítulos são analisados, de forma espacial, a distribuição dos níveis de renda; de instrução e da infra-estrutura urbana em seus aspectos básicos que atuam, diretamente, na qualidade de vida da população.

Ter qualidade de vida. Esta situação “ideal” da existência humana tem sido uma preocupação constante dos indivíduos e das sociedades através dos tempos. Isto pôde ser observado no capítulo I, através de estudos de pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento como, por exemplo, Souza (1984) que mostrou a trajetória histórica das concepções dos estudos sobre “qualidade de vida” para designar aspectos imateriais e intangíveis da vida humana, que contrapunha assim, à materialidade das avaliações do desenvolvimento restritas a indicadores econômicos; Eckersley (2000) que apontou a contradição existente entre as complexas teorias econômicas utilizadas para se medir a riqueza de uma nação mas, que não se mostraram competentes no momento de medir aspectos sociais daqueles que realmente produzem riqueza, e Santos e Ferreira (2002) que avaliaram a estreita relação existente entre desenvolvimento econômico, meio ambiente e qualidade de

vida. Por sua vez, temos Geógrafos como Bravo e Vera (1993c) que buscaram aprofundar as discussões a respeito do conceito de qualidade de vida urbana e dos métodos e índices utilizados para a sua medição; Troppmair (1992a e 1992b) e Mazetto (1996) que apontaram as relações existentes entre os fatores físicos, químicos, biológicos, sociais, culturais, políticos, econômicos e antrópicos e a qualidade de vida de uma dada população.

Assim, a questão da condição humana tem sido afetada por diferentes questões, que vão desde aspectos ligados não só a saúde e alimentação mas, também, aqueles relacionados a cultura e ao comportamento humano. Por isto, estudiosos procedentes das mais diversas áreas do conhecimento humano, têm despendido suas atenções e investigações no sentido de se buscar entender a diversidade de padrões de desenvolvimento social e de criar alternativas que possibilitem aproximar de uma condição de vida julgada “ideal” para qualquer ser humano.

Estas diversidades sócio-econômicas e ambientais inerentes a vida e a existência humana, tanto no passado quanto no presente, tem se apresentado como desafiadora em função de que, nos espaços urbanos, cada vez mais, estas condições vem sendo impossibilitadas no cotidiano de uma dada população. Isto tem ocorrido em função de que o sistema capitalista não privilegia a distribuição equânime dos bens por ele produzido, embora também se saiba que isto seria impossível, já que os recursos naturais do planeta não dariam para atender a todos, com os níveis de consumo “per capita” observado em muitos países onde se julga que a qualidade de vida seja alta. Daí, ocorrer uma diversidade enorme dos níveis de qualidade de vida/desenvolvimento humano que podem ser observados, até mesmo de forma empírica, através da sua conformação espacial, seja em um país, Estado, município ou em uma cidade de qualquer dimensão espacial. Isto pode ser observado nas condições de trabalho, de moradia, do acesso a educação, a saúde etc.

A constatação de que o crescimento econômico, muitas vezes, gera miséria e que o progresso também representa destruição de recursos naturais ou que o bem-estar de todos não se confunde com a riqueza das elites, levou à premência de se criar novos indicadores que pudessem refletir, mesmo que de forma imperfeita, as condições de vida de uma dada sociedade. Desta forma, a era do chamado determinismo econômico no qual o PIB per capita era o instrumento absoluto de mensuração utilizado se encerrou. A partir daí, outros instrumentos de medidas que possam melhor captar as deficiências nas condições de vida da população têm sido buscados. Esta busca tem por objetivo aproximar o mundo real das pessoas, composto por inúmeras dificuldades, para um mundo mais humano.

Muitas instituições, sejam elas governamentais ou não, como as ONGs, vêm produzindo e publicando índices que demonstram, os diferentes estágios de desenvolvimento humano existentes nos mais diferentes países da comunidade internacional. Isto demonstra uma preocupação crescente com a dimensão que as aglomerações e assentamentos humanos (rurais e urbanos), têm atingido bem como pelas condições materiais objetiva e subjetiva de vida que neles também têm sido geradas.

Porém, quanto mais se tem estudado este aspecto da vida humana, mais se tem perguntado sobre o que é ter qualidade na vida. Isto acontece porque, quanto mais se aprofunda na análise, aparece um conjunto de situações sociais, econômicas e ambientais, que se apresentam como chocantes, mas que representam, em alguns casos, uma situação cultural de pessoas, de grupos e, até mesmo, de sociedades inteiras em permanecer sob determinada condição de vida, mesmo que ela seja precária. Daí, serem encontrados uma diversidade de estudos que abordam a questão sob a ótica das condições de vida, de formas de se viver, da maneira que vive uma população.

Assim, é indispensável considerar que qualidade de vida é um conceito que está submetido a múltiplas abordagens que tem variado de época para época, de país para país, de cultura para cultura, de classe social para classe social e, até mesmo, de indivíduo para indivíduo. Tem ainda, variado para um mesmo indivíduo, no transcorrer do tempo pois, o que é hoje uma boa qualidade de vida para uma pessoa, pode não ter sido há algum tempo atrás, podendo ser amanhã, ou daqui a algum tempo. Pode mesmo variar de acordo com o estado de espírito ou de humor de uma pessoa.

Neste sentido, para muitos indivíduos e grupos sociais, ter o essencial: comida, saúde, roupas e um lugar para descansar do trabalho e abrigar a família já seriam suficientes para se ter qualidade em suas vidas. Para outros, ter qualidade de vida implica em ter acesso a uma grande e variada quantidade de fatores, sejam eles materiais ou não. Entretanto, um aspecto que tem se mostrado relevante em muitos estudos é a satisfação com a vida. De acordo com inúmeros estudos, ela é uma questão fundamental pois, para que serve ter bens ou não tê-los se a vida de uma pessoa, ou de uma sociedade, é marcada por catástrofes aparentemente muito mais simples de serem resolvidas. Por isto, a vida deve ser vivida e, para que isto aconteça, não se precisa de muito, basta ter condições para que o desenvolvimento humano floresça.

É com o objetivo, de mostrar que a vida humana tem necessidade de muitos cuidados simples que, para a elite econômica e cultural do mundo, aparentemente não

tem muito significado para a qualidade de vida que, por exemplo, a ONU, através do relatório anual do PNUD, têm abordado de forma individualizada tais aspectos.

Esta preocupação pode ser observada no capítulo II, que de acordo com o primeiro relatório do PNUD em 1990 (p. 11 e 26) que aborda a concepção do desenvolvimento humano em termos de "[...] um processo participativo e dinâmico no qual se considera que [...] pessoas habilidosas, saudáveis e bem educadas estão em melhor posição do que outras para tomar suas vidas em suas próprias mãos". Por isto, ter sido dado realce para as escolhas humanas, em função de "[...] que as pessoas deveriam ter, ser e fazer para serem capazes de assegurar seu próprio modo de vida". Isto permitiu a caracterização do desenvolvimento humano como um processo de alargamento das escolhas que, por sua vez, são consideradas como o exercício das capacidades humanas. Estas constituem, portanto, o núcleo do problema do desenvolvimento humano e seu objeto principal de consideração pois, é pelo exercício das capacidades que as pessoas se movimentam na condução de suas vidas para o bem-estar ou outros objetivos de realização humana.

Ainda, no primeiro relatório, no espaço social foram enfatizadas as estruturas de produção (produção e distribuição de comodidades) e a expansão e uso das capacidades humanas, consideradas ambas em termos de um crescimento econômico sustentável. Nas capacidades humanas há dois aspectos principais, que são a "formação das capacidades" e os usos que as pessoas fazem dessas capacidades adquiridas - as "competências". Estas se reportam aos aspectos éticos das escolhas, ou seja, à sua conformidade com os fins do desenvolvimento humano.

Neste sentido, a formação das capacidades humanas tem como base os componentes-chaves do IDH de 1990 (p. 19) a saúde, a educação, o emprego (entendido como trabalho produtivo remunerado) e os diversos outros aspectos concernentes a um "padrão de vida decente". Estes fatores, além de se constituírem em prioridades universais, também são componentes que permitem o exame de outros relacionados a existência humana. Neste sentido, o PNUD, em seu primeiro relatório de 1990 (p. 10 e 54) considerou que melhorias na saúde e no nível de instrução seriam fundamentais para se conseguir os avanços necessários para alcançar o máximo do desenvolvimento humano na vida de uma pessoa. Por isto, mais do que meios para que se possa atingir o desenvolvimento humano, estes fatores são componentes essenciais do bem-estar e devem constituir-se, portanto, em foco prioritário das políticas governamentais e das aspirações das pessoas.

O uso das capacidades humanas (RDH, 1990, p. 54) considera tanto o uso que as pessoas fazem de suas habilidades quanto e, igualmente importante, suas utilidades

para a sociedade uma vez que a “[...] formação de habilidades, somada à educação geral, promove usos mais produtivos das capacidades humanas”. Nesse sentido foi recomendado o uso integral das capacidades humanas sendo necessário, para tanto, um crescimento econômico que seja sustentável, tanto sob o ponto de vista social, quanto ambiental. Também se propunha que este viesse juntamente com investimentos consideráveis nos seres humanos como em educação, saúde ou nas aptidões das pessoas e dos lugares, abrindo assim, possibilidades para o trabalho produtivo e criativo. O avanço nestes fatores sociais e as contribuições que estes fatores tem para a melhoria da vida das pessoas, têm sido relatado em muitas ocasiões por estudos que realçam os altos retornos desses investimentos, principalmente, no que se refere à promoção de melhores condições de vida para as regiões carentes, especialmente, a situação feminina, onde os retornos são considerados os mais significativos.

Para o desenvolvimento humano, o problema institucional, diz respeito à capacidade das instituições e das políticas sociais em promover um ambiente adequado para o florescimento humano e à apropriação adequada dos meios em relação a estes fins. Devido a isto, os formuladores do IDH de 1990 (p. 11) consideraram que as pessoas não deveriam ser vistas só como beneficiárias do processo de desenvolvimento mas, também e, principalmente, como participantes dele, de modo a enfatizar um processo participativo e dinâmico, em que as pessoas possam dirigir as suas próprias vidas pela realização e efetivação de escolhas que são, naquele momento, vantajosas.

Assim sendo, o desenvolvimento humano encontra-se centrado, nas “escolhas humanas”, ou seja, naquilo que as pessoas deveriam ter, ser e fazer para serem capazes de assegurar seu próprio modo de vida. Deste modo, o desenvolvimento humano distingue-se das abordagens convencionais em relação ao crescimento econômico, a formação de capital humano, ao desenvolvimento de recursos humanos ou necessidades humanas básicas, uma vez que tais abordagens, invariavelmente, focalizam suas atenções nos aspectos “setoriais” relacionados à vida das pessoas e não, propriamente, nas questões integrais destas vidas.

Para tanto, reconhece-se como fundamental um conjunto de escolhas universais socialmente legitimadas para esses objetivos. As escolhas podem ser, em princípio, consideradas em um leque muito amplo, podendo variar no tempo e conforme o meio social. Três delas, entretanto, são consideradas as mais críticas e, que são as de: levar uma vida mais longa e saudável, ser educado e gozar de um padrão de vida decente. Junto a estas, outras escolhas adicionais que são altamente valorizadas por muitos povos, como a liberdade

política, econômica e social para oportunidades de serem criativos e produtivos e gozarem de auto-respeito e direitos humanos garantidos. Deste modo, a função do desenvolvimento humano é criar condições para capacitar as pessoas para que estas possam ter escolhas de suas próprias consciências. As escolhas representam aquilo que as pessoas, ao longo de suas vidas, consideram ser mais adequado para atingir, com êxito, o bem-estar ou outras características do florescimento humano. Por isto, a sua formulação e realização se dão em termos das condições sociais, econômicas e ambientais constituídas para tal, tanto com relação às próprias pessoas quanto na comunidade em que vivem.

Assim, esta reorientação do foco do desenvolvimento para as pessoas passou a constituir a caracterização fundamental do desenvolvimento humano. É necessário portanto, considerar as expectativas que elas têm para suas vidas em relação à saúde e à assistência, à educação, ao trabalho, aos privilégios políticos e legais, a estruturação da família e das relações de gênero. Estas, também envolvem as aptidões constituídas socialmente em termos do imaginar, do admirar e do emocionar. Tudo isto, para tornar possível considerar os diferentes tipos de atividades que verdadeiramente compõem uma vida humana rica e florescente. É em função destas considerações, que o PNUD informa, no relatório de 1996 (p. 1 e 9) que a finalidade do crescimento econômico deve ser o de enriquecer a vida das pessoas (embora, muitas vezes, não o fazendo). A mudança passa a ser a de ver o objetivo básico do desenvolvimento: o de criar um ambiente capacitado para que as pessoas possam gozar vidas longas, saudáveis e criativas. Enquanto a acumulação de comodidades e riqueza financeira constitui um meio, o fim do desenvolvimento deve ser o bem-estar humano, de modo que o foco central da análise e planejamento do desenvolvimento passou a ser o "como" relacionar os meios ao fim último.

Neste sentido, de acordo com RDH de 1996 (p. 49) a abordagem sobre esta questão, assenta-se sobre uma vigorosa argumentação de que "[...] o nível de vida de uma sociedade não deveria ser julgado pelo nível de rendimento mas, sim pela capacidade das pessoas viverem as vidas que apreciam". Também nessa argumentação é feita a reconsideração do papel dos bens, os quais não deveriam ser avaliados por si mesmos, mas sim "[...] como formas de melhorar capacidades relacionadas a saúde, o saber, amor-próprio e capacidade de participar ativamente na vida da comunidade".

Desta maneira, o conceito reconhece a relação indissociável existente entre as diferentes escolhas que as pessoas podem fazer e as capacidades humanas e a relação que isto tem quando se considera a perspectiva da eqüidade. Em função desta relação indissociável, de acordo com o PNUD em seu relatório de 1996 (p. 56) a eqüidade não se

delimita apenas em termos de riqueza ou rendimento, mas é baseada também nas capacidades e oportunidades básicas que o mundo natural e socioeconômico coloca a disposição das pessoas. Deste modo, o desenvolvimento humano, tanto em Catalão, quanto em qualquer lugar do mundo, passa primeiramente, pela possibilidade de se garantir a todas as pessoas o acesso às condições necessárias para realizarem suas escolhas - as "oportunidades".

Por isto, a eqüidade é considerada essencial para o desenvolvimento humano, sendo um de seus objetivos criar, ampliar e eqüalizar as oportunidades para as pessoas poderem atingir níveis mais elevados de bem-estar. A noção de eqüidade é baseada não em termos de riqueza ou rendimento mas, nas capacidades e oportunidades básicas, de modo que o desenvolvimento humano busque garantir a todas as pessoas o acesso às condições necessárias para dirigirem suas vidas.

Com esta perspectiva, para o desenvolvimento humano, qualidade de vida e pobreza constituem aspectos interdependentes, de modo que não podem ser tratadas de forma isolada. Isto ocorre porque, seja em Catalão, ou em outro lugar, a escala e a complexidade do problema da pobreza, possui interconecção com as escolhas que as pessoas fazem e a colocam como um dos maiores desafios da atualidade. Superar a pobreza e atingir situações de bem-estar individual e coletivo sempre foi um problema central para as teorias de desenvolvimento mas, suas ações nem sempre tinham privilegiado tal perspectiva, além de os resultados também nem sempre terem sido adequados.

Neste sentido, a abordagem do desenvolvimento humano substitui aquela relacionada a teoria do "desenvolvimento econômico-social" na qual a superação da pobreza foi considerada possível, apesar da grande escala e da severidade em que esta se encontra no mundo. Assim sendo, o desenvolvimento humano considerou a pobreza não somente como pobreza de ingresso mas, constituída fundamentalmente na caracterização da vida das pessoas. Na abordagem da capacidade, a pobreza é reconsiderada, assim como também são reconsiderados os objetivos e os meios para sua superação. Na concepção do relatório do PNUD de 1997 (p. 17) a pobreza se manifesta na "[...] privação da vida que as pessoas podem viver". Por isto, esta situação humana não é vista só como a carência de artigos para o bem-estar material mas, sobretudo, a "[...] negação de opções e oportunidades para viver uma vida tolerável". Esta forma de ver a pobreza é fundamentada pois, considera os aspectos relativos às privações das pessoas em termos da extensão e da qualidade das suas vidas. Sob esta concepção, são ressaltadas as situações em que a vida pode ser abreviada prematuramente ou fazer-se difícil, dolorosa ou arriscada, ou mesmo privada de conhecimentos e comunicação. Apontam também outras situações onde faltam a dignidade, a confiança e o respeito por si

mesmo, assim como o respeito dos demais, ou seja, o conceito de pobreza passa a considerar então diferentes características da pobreza humana.

Desta forma, o PNUD no relatório de 1997 (p. 18) considerou que a pobreza era primordialmente a "pobreza de uma vida", e não somente com base na situação empobrecida que de fato a pessoa vive, mas também "[...] na carência de oportunidade real, determinada por limitações sociais e por circunstâncias pessoais, para viver uma vida valiosa e valorizada". Pobreza humana é, sobretudo, pobreza de capacidade, ou seja, reporta-se a um conjunto de deficiências sociais e individuais que impede a realização de escolhas adequadas com vistas ao bem-estar. Esta situação humana é representada pela "ausência" de certas capacidades básicas para funcionar, de modo que uma pessoa (pobre) apresenta-se carente da oportunidade para obter alguns níveis minimamente aceitáveis de funcionalidades relacionadas àquelas capacidades. As funcionalidades, neste caso, variam desde aquelas relacionadas aos aspectos físicos, como estar bem nutrido, estar vestido e viver de forma adequada ou evitar a morbidade previsível, até os ganhos sociais mais complexos, como a participação na vida da comunidade.

Assim, a primeira privação estaria relacionada com a sobrevivência: a vulnerabilidade à morte em uma idade relativamente prematura, representada pela porcentagem de pessoas que se estima que morrerá antes dos 40 anos de idade. A segunda privação, estaria relacionada com os conhecimentos e se referia a ficar excluído do mundo da leitura e das comunicações, representado pela porcentagem de adultos analfabetos. A terceira privação se encontraria relacionado ao nível decente de vida, particularmente, a situação econômica e social, representada pela composição de três variáveis: o "acesso a serviços de saúde", o "acesso à água potável" e a "porcentagem de crianças desnutridas menores de cinco anos". Cabe lembrar que no caso de Catalão, em relação a primeira privação, no capitulo III foi analisada esta questão onde se pode verificar os passos importantes dados pela população no sentido de se ter uma vida longa e evitar as mortes prematuras. As outras duas privações são analisadas neste capitulo.

Quanto à distribuição geográfica o PNUD, através do relatório de 1997 (p. 29) reconheceu "[...] a persistência da privação humana, principalmente nos países sub-desenvolvidos, apesar de também persistir no mundo industrializado". Internamente, os países sub-desenvolvidos apresentam grandes disparidades, notadamente entre pobres e ricos, mulheres e homens, zonas rurais e, urbanas como também, entre grupos étnicos. No relatório de 1990 tais disparidades foram listadas, destacando-se aquelas relacionada as áreas urbanas e rurais, gêneros e, ricos e pobres. No primeiro caso, ressaltava as deficiências de distribuição

de serviços sociais nas áreas rurais dos países sub-desenvolvidos, principalmente, aqueles referentes à educação, saúde, água e saneamento. Isto, explica porque nas áreas rurais destes países, os avanços nos indicadores sociais relacionados a mortalidade infantil, expectativa de vida, nutrição, analfabetismo, saúde, água e saneamento e renda deficiente foram muito menores do que nas áreas urbanas. É evidente que isto também acontece em Catalão, pois a sua população não se constitui como uma ilha de excelência no oceano de contrastes socioeconômicas existentes no país.

Por outro lado, como a qualidade de vida não é uniformemente distribuída, nem mesmo nas cidades dos países desenvolvidos, muitos estudos (e este) têm buscado demonstrar o que causa estes diferenciais no espaço intra-urbano. Assim, também as cidades, através das características de suas áreas centrais e de suas periferias têm sido investigadas objetivando avaliar como lugares diferentes em um espaço urbano, que conta com infra-estruturas e meio-ambiente diferenciados, constituem condições para aumentar ou diminuir, relativamente, a qualidade de vida dos moradores destes lugares.

Qualidade de vida é, portanto, uma condição social que pode ser aferida e conceituada sob diferentes aspectos. Assim, esta diversidade de características sociais tem constituído como uma grande dificuldade que tem obrigado um número cada vez maior de estudiosos a se debruçarem sobre a elaboração de um conceito básico e prático que possa abarcar, de forma concisa, todas as variáveis que envolvem desde a vida mais simples de uma pessoa, até complexas sociedades humanas.

A partir da compreensão de que o nível de qualidade de vida traz implícito o grau de condições de privação de uma dada população, automaticamente, melhor qualidade de vida deve significar menos privação de bens e serviços necessários para assegurar a sobrevivência de um indivíduo. Deve-se, portanto formular padrões de qualidade de vida que se julgaria a “ideal” e verificar o quanto, diferentes segmentos sociais se encontram longe, próximos ou acima deste referencial.

Diante da complexidade de componentes que atuam no sentido de estabelecer níveis diferenciados de qualidade de vida, Herculano (1998) elaborou um referencial teórico apontando possíveis variáveis que deveriam ser avaliadas, quando da realização de estudos sobre qualidade de vida. Ele envolveria diferentes aspectos econômicos, ambientais, científico-culturais e políticos que, coletivamente, são construídos e que podem ser postos à disposição dos indivíduos e segmentos sociais para que estes possam realizar suas potencialidades e modificarem suas condições de vida. Nesta diversidade de variáveis estariam inclusas, as acessibilidades à produção e ao consumo, aos meios para produzir

cultura, ciência e arte, mecanismos de comunicação e de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, da gestão territorial que assegure água e ar limpo, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais urbanos preservados.

É por isto que as expectativas das pessoas, as necessidades cíclicas de afeto, as questões econômicas, o padrão de consumo, a influência de pares ou grupos com os quais a pessoa convive determinam, muitas vezes de forma inconsciente, os indicadores de qualidade de vida que são importantes e valorizados para cada pessoa ou grupos, em diferentes momentos. Portanto, é de extrema importância, que se faça uma análise combinada entre os fatores ambientais, sociais, biológicos, econômicos, políticos e culturais numa perspectiva espacial para se compreender a qualidade de vida de uma dada população, sendo estas variáveis consideradas relevantes quando da elaboração de estudos, que possibilitem tomar medidas que dêem condições dignas de vida à população.

Além destes fatores, outros autores, por exemplo, Barbosa (1998) aponta os indicadores referentes à saúde da população como importantes para a análise da qualidade de vida. Isto, porque em muitos casos, uma péssima ou uma boa qualidade de vida está refletida na saúde e no acesso aos serviços de saúde por parte das pessoas. Sem uma saúde estável, nenhum ser humano pode lutar para melhorar a sua condição de vida.

O que se pôde ainda perceber é que os estudos e os conceitos formulados têm-se estendido para outras áreas da vida, como nas artes, lazer, emprego, transporte, conservação e preservação do meio ambiente, situações específicas da saúde individual e coletiva, educação, planejamento urbano etc. Uma outra variável que tem aparecido com uma certa freqüência nos estudos sobre qualidade de vida diz respeito a satisfação com lugar de residência. Embora os atributos de um lugar sejam difíceis de se medir, a satisfação residencial como um predicador de qualidade de vida tem se constituído em fator importante de análise, que trata de um conjunto de características de uma moradia ou de um bairro de uma cidade que têm se convertido em reivindicações sociais por melhor qualidade de vida. Sob este aspecto, em Catalão, foi realizada através da empresa EPB - consultoria política e econômica, uma pesquisa com 300 pessoas para a Prefeitura Municipal. No questionário aplicado, além de muitas outras questões, havia uma que era o seguinte: “Viver em Catalão, é bom demais?”. Das pessoas entrevistadas, 83,9% disseram que sim, enquanto 10,7% não é, 5,4% não opinaram.

No caso das cidades brasileiras, o que se nota é que o crescimento populacional verificado de forma intensa a partir da década de 1970, tem desgastado os laços

sociais que influenciam na satisfação com o lugar de moradia e na interação da população com seu entorno, nas suas ações e reações e, mesmo, na melhoria da qualidade de vida. Assim, as cidades, incluindo Catalão, têm se transfigurado em espaços cada vez mais fechados, que refletem a perda da urbanidade e demonstram a espacialização e compartimentação da sociedade. Esta percepção e conscientização da degradação crescente da vida e a veloz desumanização das cidades tem contribuído, sob o ponto de vista subjetivo, para a depreciação da qualidade de vida urbana.

Este fenômeno acontece porque o crescimento rápido das cidades, incluindo Catalão, não tem sido acompanhado, no mesmo ritmo, pelo atendimento de infra-estrutura urbana, tais como: redes de coleta e tratamento de esgoto, pavimentação de ruas, galerias de águas pluviais, áreas de lazer, áreas verdes etc. Ou seja; há um processo de expansão e de adensamento urbano que não contemplam fatores que levam a uma satisfação pessoal com o lugar de moradia, mas que são percebidos de forma diferenciada por seus moradores. Por exemplo, as mulheres são muito mais sensíveis aos problemas relacionados ao ambiente urbano e da própria família, com o crescimento da cidade, os diversos estilos de vida da população, a utilização dos espaços públicos, e os homens são mais susceptíveis as questões relacionadas ao poder, ao “status quo”, a economia e a mobilidade.

Em aspecto recente, os estudos sobre qualidade de vida têm demonstrado um outro paradoxo da sociedade moderna, segundo a qual a qualidade de vida tem crescido em proporcionalidade ao desenvolvimento tecnológico e a renda. Porém, muitas pessoas têm percebido que qualidade de vida não se encontra relacionada apenas, ou necessariamente, à riqueza material. Isto tem despertado o interesse para outros fatores, tais como: a inclusão social e política, já que as relações entre as pessoas e destas para com o cotidiano do ambiente urbano influenciam, em muito, para a qualidade de vida de todos. Uma opção interessante de estudo foi apontada por Pacione (2003) quando introduziu o conceito de “indicador social territorial” que apontaria a natureza, intensidade e incidência das múltiplas privações existentes na cidade para que a partir daí, fosse analisada as variações sócio-espaciais da qualidade de vida em diferentes escalas geográficas, que no caso poderia ser um bairro.

É neste sentido que os indicadores de qualidade de vida se tornam importantes pois, não é possível abordar, de uma forma geral, todos as variáveis que a influenciam. É preciso, portanto, utilizar uma fórmula que se aproxime da realidade social, econômica e espacial das pessoas. Desta maneira, objetiva-se compreender como as pessoas podem ter mais e melhor qualidade de vida. Para tanto, busca-se analisar, a seguir, o que e como as pessoas (no caso, a população da cidade de Catalão) têm feito nestes últimos trinta

(1970 a 2000), para viver uma vida longa e saudável; conseguir instrução capaz de transmitir conhecimentos básicos; obter recursos necessários para uma qualidade de vida decente, bem como dispor da capacidade de participar na vida da comunidade.

4.1 Aspectos técnicos e metodológicos

Com a finalidade de se compreender a complexidade das condições de vida da população de Catalão, a pesquisa buscou respostas para uma questão fundamental: qual é a relação existente entre o modo de produção histórico-social da cidade e a distribuição dos níveis de qualidade de vida no espaço urbano de Catalão? O estudo de caso está, portanto, baseado no cotidiano das pessoas, em termos daquilo que elas tinham, foram e fizeram no passado e estão tendo, são e estão fazendo para serem capazes de assegurar seu próprio modo de vida no presente e melhorar sua condição no futuro. Por isto, avalia-se a vida humana, tratando não apenas questões relacionadas a insuficiência de renda ou de instrução mas sim, como uma questão social complexa, que envolve tanto aspectos do ambiente urbano, quanto daquilo que há de mais pobre e de mais rico na existência humana.

Buscando aplicar tanto teórica, quanto prática, o que propõe a ONU, para esta pesquisa optou-se por utilizar como referencial, o IDH-Local desenvolvido pela SEDUMA do Estado de Santa Catarina para a cidade de Florianópolis e o IEx da cidade de São Paulo desenvolvido em parceria pela FAPESP e a PUC de São Paulo. A escolha destes dois estudos como referencial se deve ao fato de que eles buscam comparar, temporalmente, o crescimento da qualidade de vida da população através de dados estatísticos particularizados em setores censitários dos Censos de 1991 e 2000. A escolha especifica destes modelos se deve também ao fato de que eles repetem, na escala de uma cidade, através do seu fracionamento territorial, o mesmo procedimento macro utilizado nos IDHs da ONU, que consiste em avaliar, de forma isolada, a diversidade de dimensões espaciais (representada por um país) e posteriormente, organizá-los de forma a permitir comparações e classificações.

Entretanto é necessário informar que existem outras propostas metodológicas que foram utilizadas em estudos sobre qualidade de vida, não apenas em cidades brasileiras, mas também, em muitas outras pelo mundo afora. Como exemplo, pode-se citar (entre tantos outros estudos analisados no referencial bibliográfico), experiências interessantes como o IDNA do Brasil elaborado em 2004 pelo Nepp/Unicamp; o IPRS criado em 2000 pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo/Fundação Seade, que objetivou a construção de indicadores que expressassem o grau de desenvolvimento social e econômico

dos 645 municípios paulistas ou ainda, o IDS/IDE da SEPLAN/GO que se pautou em alcançar este mesmo objetivo para os municípios goianos; o estudo publicado em 1990 por Carlos A. Abaleron realizado em alguns bairros da cidade Argentina de Bariloche, é um outro exemplo.

Também, no sentido metodológico e técnico, este trabalho apoia-se na análise espacial. De acordo com Giavoni e Tamayo (2003, p. 303) ele se constitui num "conjunto de técnicas de processamento de dados espacializados que possibilita a produção de novos dados a partir da análise das características locacionais dos elementos cartográficos presentes em uma dada dimensão". Este procedimento permite, portanto, abordar o objeto de estudo a partir de novos ângulos, abrindo a perspectiva de se avaliar variáveis resultantes da combinação de suas dimensões e estruturas espaciais.

O uso desta técnica propiciou uma abordagem ampliada do espaço urbano de Catalão, compreendendo a individualização e o conjunto dos seus territórios a partir dos setores censitários. Isto se faz necessário porque a cidade, como outra qualquer, contém internamente, em termos de situação da qualidade de vida, muitas variações devido a existência de condomínios fechados, horizontal e vertical, bairros de classe média e alta, conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda, agrupamentos populacionais de autoconstrução de renda baixíssima etc. Isto também torna possível caracterizá-los por um amplo leque de variáveis, que possibilita compreender seus aspectos mais relevantes, como constituição, distribuição espacial e trajetória das mudanças no período adotado.

De acordo com o PNUD em seu primeiro Relatório de 1990 (p. 19) "saúde", "educação" e "emprego" (trabalho produtivo remunerado), são consideradas escolhas básicas (e universais) para a formação das capacidades humanas, e que por isto, constituem os componentes-chave do IDH. Neste caso, "renda" constitui uma variável importante, sendo usada como substitutivo do aspecto "recursos necessários para um padrão de vida decente" na composição do índice. Em acréscimo, considera-se que a "liberdade política, econômica e religiosa", "auto-respeito" e "direitos humanos garantidos", são escolhas adicionais. No Relatório de 1997 (p. 7 e 20) o PNUD acrescentou a estas, outras escolhas, como "estar bem alimentado e saudável" e a "capacidade para a reprodução saudável", ambas fortemente ligadas à questão da pobreza humana, como também a "saúde das crianças", "saúde reprodutiva", "abastecimento de água" e "saneamento", "segurança pessoal" e "participação na vida da comunidade" a "proteção contra a vulnerabilidade", que inclui "segurança em ter a casa e a terra" e "bens" e "comodidades".

Estas condições estão presentes no espaço social/individual, ou seja, as realizações humanas (vantajosas) se dão pelas escolhas, as quais remetem ao leque de opções

adequadas de que uma pessoa dispõe para tanto. Desta forma, as opções, mesmo sendo individuais dependem, fortemente, das condições constituídas no espaço social. Assim, com relação às escolhas humanas, pode-se dizer que as condições sociais constituem capacidades sociais ou "infra-estruturais", enquanto as condições constituídas no indivíduo constituem "capacidades individuais".

Como se pôde observar no capítulo II, o IDH é um índice sintético concebido como uma medida de caráter universal para o desenvolvimento humano, podendo ser calculado globalmente (por país ou região) e desagregado de várias maneiras, de modo a poder–se averiguar melhor uma determinada realidade, por exemplo: por unidade geográfica (município, distrito, região censitária, quarteirão etc.); por gênero, faixa etária; por grupos étnicos, minorias etc. Nesse sentido, pode-se dizer que o IDH representa não apenas o nível de desenvolvimento humano alcançado, mas também o potencial de desenvolvimento humano existente em determinado país ou região.

A partir do RDH de 1999 (p. 159) os componentes do IDH são calculados segundo a fórmula geral:

$$\textbf{Índice} = \frac{\textbf{valor } x_1 \textbf{ atual} - \textbf{valor } x_1 \textbf{ mínimo}}{\textbf{valor } x_1 \textbf{ máximo} - \textbf{valor } x_1 \textbf{ mínimo}}$$

Para o índice de rendimento o cálculo é feito segundo a fórmula:

$$\textbf{W(y)} = \log y - \log y_{min}$$

Seguindo estes procedimentos, no cálculo do IDH-M, para a avaliação da dimensão educação, o PNUD/IBGE/IPEA considerou-se dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois). O indicador é o resultado do percentual de pessoas com mais de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados). A utilização desta idade limite se deve ao fato de que o calendário do Ministério da Educação indica que se a criança não se atrasar na escola ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade, completada pela taxa bruta de freqüência à escola (com peso um). A taxa de alfabetização foi obtida pela divisão do total de alfabetizados maiores de 15 e anos pela população total de mais de 15 anos de idade do município.

O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas (independentemente da idade) que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior que é dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão

também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus. As classes de aceleração e de pós-graduação e classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo. Por isso, ao se avaliar o acesso das pessoas a educação, divide-se o total de alunos nos três níveis de ensino pela população total desta faixa etária.

Como as taxas de alfabetização e de freqüência já variam entre 0 e 1 (0% a 100%), torna-se desnecessário convertê-las em um índice, como nas dimensões saúde e renda. É preciso apenas aplicar os pesos de cada indicador para se chegar a uma média. Se a população com 15 anos ou mais de um município tem taxa de alfabetização de 0,67% e utilizando a taxa bruta de freqüência escolar do município que é igual a 0,90%, o cálculo seria assim elaborado:

[0,90+(2x0,67)]/3 =>(0,90+ 1,34)/3 =>2,24/3 = 0,74. Logo, o IDH-E seria 0,746.

Neste estudo, buscou-se adaptar a metodologia de cálculo do indicador educação pois, ao nível de setor censitário seria impossível determinar por exemplo, a taxa de freqüência escolar, já que muitas pessoas residentes em um bairro, estudam em escolas localizadas em outros bairros que constituem setores censitários diferenciados. Também não seria possível distinguir entre os estudantes destas escolas quais residiam num setor censitário e freqüentavam em outro, os cursos fundamental, secundário e superior. Assim, buscou-se avaliar o percentual de pessoas alfabetizadas de 7 anos e mais, extraindo a partir desta informação, o nível de analfabetismo.

Para a avaliação da dimensão longevidade, o IDH-M considerou o mesmo indicador do IDH para a dimensão de um país: a esperança de vida ao nascer. Para se obter este indicador, usou-se como referência, os parâmetros estabelecidos pelo PNUD, ou seja, máximo de longevidade, 85 anos e mínimo de 25 anos. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade (país, estado, município), deveria viver, desde que as condições de mortalidade existentes se mantivessem constantes.

O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade de cada município, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local. Por isto, todas as causas de morte em todas as faixas etárias são contempladas. Tanto as ocorridas em função de doenças, quanto àquelas provocadas por causas externas (violências e acidentes). Utilizando-se este procedimento, o IDH apontou que a esperança de vida para quem nasce em Catalão, para o ano de 2000 era, em média, de 74,1 anos, enquanto em 1991 correspondia a 67 anos. Neste estudo, as questões da mortalidade infantil e do total da população já foram analisadas no

capítulo III. Por isto, para se avaliar a longevidade, optou-se pela análise do acesso a água tratada, esgoto ou fossa séptica/rudimentar e a coleta de lixo para configurar o nível de desenvolvimento humano das pessoas em seus locais de moradia.

Para a avaliação da dimensão renda, o critério usado no IDH-M é o rendimento nominal mensal (em salários mínimos), da pessoa responsável pelo domicílio que fez parte da amostra do Censo em cada setor censitário. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no respectivo setor censitário (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero), obtendo assim, a renda familiar per capita. A renda média familiar per capita indica a renda média dos indivíduos residentes no setor censitário expressa em reais, pela cotação do dia 1 agosto de 2000.

Para transformar a renda familiar per capita de um município em um índice, o IDH-M utilizou-se do seguinte procedimento. Primeiro, converteu-se os valores anuais (máximo e mínimo) expressos em dólar PPC (Paridade Poder de Compra), adotados nos relatórios internacionais do PNUD (US$ PPC40.000,00 e US$ PPC100,00, respectivamente), em valores mensais, expressos em reais; R$ 1.560,17 e R$ 3,90. Estes valores foram estabelecidos para a escala municipal, quando da elaboração do IDH-M. Em seguida, são calculados os logaritmos da renda per capita média municipal em seus limites máximo e mínimo de referência. Utilizando-se deste procedimento chegou-se a uma renda per capita média de R$ 303,49 para Catalão.

Finalmente, para se chegar ao índice de renda familiar por setor censitário (IDHM-R) aplicou-se a fórmula para o cálculo do indicador renda. No caso deste estudo, os valores totais das rendas nominais dos chefes dos domicílios em cada setor censitário para os anos de 1991 e 2000 foram convertidos para valores em salários-mínimos. Assim, por exemplo, foram elaboradas categorias de análise que variaram de acordo com a porcentagem de chefes de famílias que recebiam um determinado valor em salário-mínimo em cada setor censitário.

Por isto, devido às considerações efetuadas, a metodologia utilizada se pautou pelo cálculo da proporcionalidade comparativa dos dados socioeconômicos de cada setor censitário, onde a melhor e a pior situação das condições de vida de sua população são relativisadas no contexto de cada setor censitário da cidade de Catalão. O IDH de cada setor censitário da cidade de Catalão será o resultado da média aritmética simples desses três sub-índices: somam-se os valores e divide-se o resultado por três (IDHM-E+IDHM-L+IDH-R/3).

Elaborado este princípio metodológico, a tarefa seguinte consistiu na composição de uma lista de variáveis conjugadas à base de dados disponíveis e de fácil acesso, de modo que os setores censitários pudessem ser caracterizados conforme um conjunto expressivo de variáveis, procurando-se atentar ao máximo possível as necessidades de caracterização levantadas no marco teórico. Devido a problemas relativos à compatibilidade entre os dados, o balizamento da listagem final das variáveis foi feito a partir dos dados obtidos para 2000 por se apresentar, em muitos casos, percentuais muito menores do que aqueles verificados em 1991.

A seleção das variáveis apresentou uma importância crucial para o trabalho pois, é por este processo que se traduz em aspectos quantificáveis, composto por variáveis que irão caracterizar os indivíduos e suas espacialidades. O principal problema constatado nesta fase, consistiu em elaborar uma listagem de variáveis que traduzisse adequadamente os diversos aspectos relacionados ao conceito, devido a tarefa complexa em face da multidimensionalidade com que a qualidade de vida pode ser caracterizada.

Desta forma, a listagem final resultou de um processo de comparações e ajustes entre os diversos dados disponíveis para os anos de 1991 e 2000. Foram consideradas as possibilidades dos dados como atributos daquelas classes, bem como suas condições de comparabilidade, de modo que, destas correlações, obteve-se uma seleção final de classes e variáveis que representam a melhor situação possível em face das limitações impostas pelos dados disponíveis. A listagem final das classes com suas respectivas variáveis encontra-se na tabela 27.

Antes porém, faz-se necessário um esclarecimento a respeito de não se fazer uso dos dados dos setores censitários para os anos de 1970 e 1980. Isto ocorreu porque em relação a 1970, os dados não se encontram em arquivos eletrônicos, o que demandaria, por parte do IBGE, de pesquisa em arquivos do censo, gerando problemas de tempo e de recursos financeiros não disponíveis. Quanto a 1980, os arquivos se encontram em um formato eletrônico, cuja interpretação não foi compreendida nem mesmo pelos funcionários do próprio IBGE, uma vez que não se conseguiu relacionar o que estava contido no caderno de variáveis e os dados da planilha.

Tabela 27 – Parâmetros para cálculo dos índices de desenvolvimento humano.

INDICADORES	Parâmetros para cálculo dos índices			
	Limites dos indicadores		Predominância	
	melhor	pior	melhor	pior
Valor do rendimento nominal médio mensal em Reais.	(1)	(2)	1,00	0,00
Pessoas responsáveis dos domicílios sem rendimento (%)	0,00	100,00	1,00	0,00
Pessoas responsáveis dos domicílios com rendimento até 1 SM (%)	0,00	100,00	1,00	0,00
Pessoas responsáveis dos domicílios com rend. de 1 a 3 SM (%)	0,00	0,00	1,00	0,00
Pessoas responsáveis dos domicílios com rend. de 3 a 10 SM (%)	0,00	0,00	1,00	0,00
Pessoas responsáveis dos domicílios com rend. de 10 a + SM (%)	0,00	0,00	1,00	0,00
População de 5 a 6 anos alfabetizada (%)	100,00	0,00	1,00	0,00
População de 7 a 14 anos alfabetizada (%)	100,00	0,00	1,00	0,00
Pessoas de 15 anos e mais alfabetizadas (%)	100,00	0,00	1,00	0,00
Abastecimento de água por rede geral (%)	100,00	0,00	1,00	0,00
Coleta lixo p/ serviço de limpeza ou caçamba (%)	100,00	0,00	1,00	0,00
Esgoto rede geral/pluvial/fossa séptica (%)	100,00	0,00	1,00	0,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos: 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.
(1) Valores máximos e mínimos de referencia em cada setor censitário.
(2) Salário Mínimo vigente em Setembro de 1991 e Julho de 2000.

Sob a ótica deste principio, uma variável que se julgue como sendo positiva dentro de um setor censitário, maior será o seu indicador. Por exemplo: quanto maior o número de pessoas responsáveis pelo domicílio tiver declarado não ter renda, menor será o indicador final. O contrário pode ser verificado em relação a variável sobre população alfabetizada de 7 a 14 anos, ou seja; quanto maior a porcentagem de pessoas nesta condição, maior será o indicador final. Assim, quanto mais se aproxima do que se julga a condição ideal, mais se aproxima de 1 e a sua distância, se aproxima de 0.

Para transformar, por exemplo, a renda familiar de um setor censitário em um índice, utilizou-se do seguinte procedimento. Primeiro, obteve-se os valores máximo e mínimo da renda mensal dos chefes dos domicílios em 1991, através da conversão do valor dos seus rendimentos em Cruzeiros ao seu correspondente em salário-mínimo em setembro de 1991 (CR$36.161,00). Ao ser obtida a quantidade de salário-mínimo, multiplicou-se este valor pelo valor do salário mínimo vigente em Julho de 2000 (R$151,00). Este mesmo procedimento foi realizado para o ano de 2000. Em seguida, extraíram-se os valores médios em Reais para cada setor censitário, quando então se verificou o valor da renda familiar máxima (igual a 1,000) e o valor do salário-mínimo (igual a 0).

Na seqüência, são analisadas as dimensões da educação e da saúde. Esta análise consistiu na identificação das estruturas sociais e espaciais inerentes a estas dimensões, tais como: padrões de distribuição dos níveis de instrução e de acesso a educação Com relação a distribuição dos chamados equipamentos públicos básicos, o procedimento

utilizado buscou demonstrar quais foram as mudanças entre 1991 e 2000, em relação ao acesso a rede de água tratada, esgoto sanitário/fossa séptica ou rudimentar e a rede de energia elétrica.

Complementando, após a análise individual de cada dimensão (renda, educação e saúde), são efetuadas considerações em conjunto envolvendo os aspectos mais relevantes destacados no decorrer do trabalho. Tanto no que se refere à situação da qualidade de vida em cada setor censitário, quanto com relação aos aspectos metodológicos adotados.

A seguir busca-se caracterizar os níveis de qualidade de vida da população de Catalão, conforme a metodologia especificada. Neste sentido, inicia-se a análise sobre os aspectos físicos que dão sustentação para a elaboração do espaço urbano e para as condições de vida, historicamente nele assentadas.

4.2 Distribuição sócio-espacial dos níveis de desenvolvimento humano em catalão entre 1970 e 2000

Os ambientes urbanos diferem dos rurais por um número de diferentes razões. Em média, as cidades tendem a ter uma pior qualidade de ar, menos radiação ultravioleta, mais névoa, um maior número de nuvens, mais precipitações, uma temperatura mais alta, menos umidade, velocidades de vento mais baixas que as áreas rurais ao seu redor.

Fatores importantes influenciam estas e outras características ambientais que tornam as cidades diferentes. Eles incluem: a) fatores econômicos (o impacto do crescimento, nível de desenvolvimento, ligações macroeconômicas, a dimensão da pobreza): b) fatores demográficos e sociais (aumento do efetivo demográfico e seus processos de espacialização); c) fatores naturais e espaciais (ecossistemas chave, uso da terra); e o quadro institucional (atores chave, organização jurisdicional, características de múltiplos setores). Estas condições constituem forças críticas que ajudam a moldar ambientes urbanos específicos e influenciam de forma considerável na qualidade de vida de seus habitantes.

Como se pôde verificar no capítulo III, a cidade de Catalão cresceu de forma desordenada nos últimos trinta (30) anos. Este processo de urbanização causou mudanças profundas no espaço, que vão desde a impermeabilização do solo passando pela degradação da vegetação original (o Cerrado), até micro-mudanças climáticas com a criação de ilhas de calor urbano, conforme foi constatado por Bueno em 2004[66]. Todavia, este crescimento ocorreu de forma desordenada e sem planejamento, trazendo sérios problemas tanto os de

[66] Bueno, E. P. **Monitoramento climato-ambiental da área urbana de Catalão**. UFG – Campus de Catalão.Relatório de Pesquisa, 2005.

ordem ambiental, quanto social que, de uma forma ou outra, afetaram/afetam a qualidade de vida da população. É esta análise que a seguir se busca apresentar.

O sítio físico no qual a cidade de Catalão se encontra edificada é marcado, principalmente, pelos elementos naturais formadores da bacia hidrográfica do Ribeirão Pirapitinga e seus afluentes, como o Córrego do Almoço, Açude da Chácara e Córrego Caçador. A topografia que conforma essa hidrografia mantém um gradiente uniforme, variando entre 4 e 6%, e é marcada pela presença de dois morros proeminentes na paisagem: ao norte, Morro São João e a sudeste, Morro das Três Cruzes, que configuram formações geomorfológicas bastante modificadas. Outros elementos vegetais do sítio natural como o Pasto do Pedrinho e a Mata do Setor Universitário, constituem marcas importantes no espaço urbano pois, contrastam com a pouca arborização presente nas ruas da cidade. A Lagoa Paquetá constitui outra marca natural inserida no espaço urbano que possui significância ecológica. Porém, sua mata-ciliar se encontra bastante devastada e a expansão da malha urbana tem contribuído**,** de maneira significativa, para o processo de assoreamento.

Normalmente, o que se pode perceber no espaço urbano, é que a urbanização em seus diferentes estágios induz a importantes modificações na paisagem. Por isto Pedrosa (2001) afirmou que este processo é marcado por uma intensa relação homem-natureza, que possui as seguintes características:

> [...] se traduz em “regularizar” as formas, alterar os cursos d’água, remover a vegetação natural, impermeabilizar o solo, drenar os terrenos alagados, sugar o lençol freático, cortar os morros e aterrar os vales para construir os edifícios, abrir ruas e avenidas, enfim, edificar a cidade e, para isto, alterar o meio natural, físico e biológico. (PEDROSA, 2001, p. 14)

A expansão da área de ocupação com múltiplos usos provocou, nos últimos 30 anos, alterações importantes no meio físico, tais como: inserção de material gasoso e particulado no ambiente atmosférico; remoção da cobertura vegetal da superfície do solo com alteração do albedo; contaminação do solo e das águas de superfície e subterrânea por produtos químicos, derivados de petróleo e resíduos sólidos, principalmente, pelo esgoto sanitário e elevado volume de lixo doméstico.

A figura 28 mostra os limites da área propriamente urbana em 1970, onde se pode perceber que esta se restringia ao espaço já urbanizado/ocupado há bastante tempo, mas com características sócio-ambientais bastante diversas das atuais.

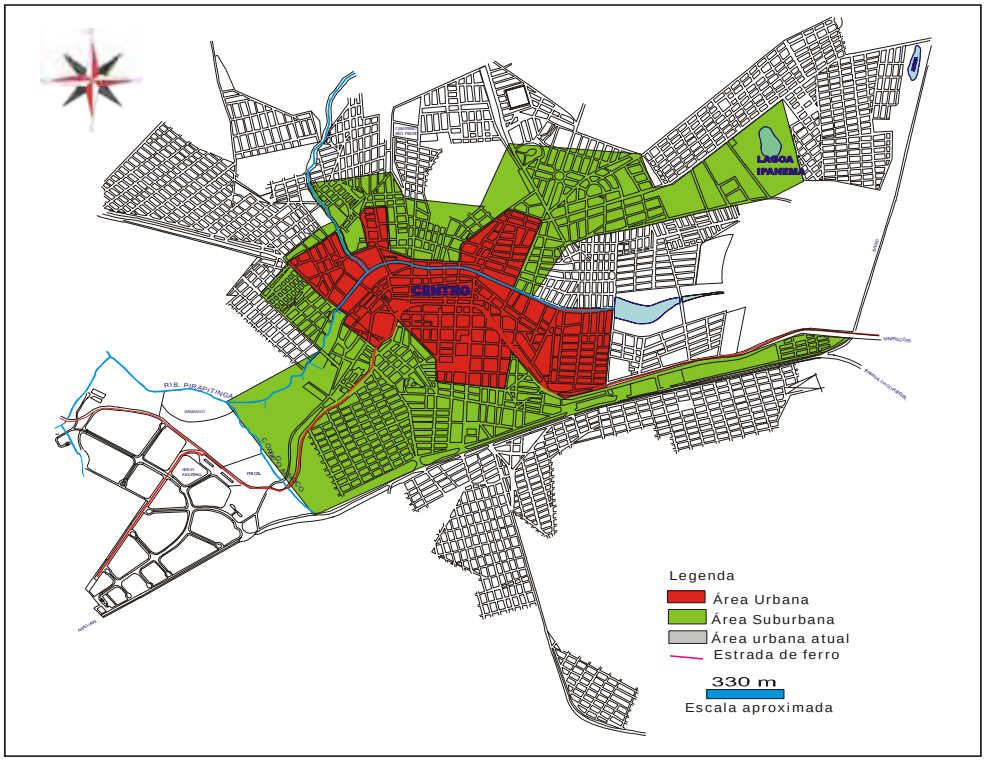


Figura 28 - Perímetro urbano e suburbano de Catalão em 1970.
Fonte: Prefeitura Municipal de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.

Até o inicio da década de 1970, poucas eram as ruas na área central que contavam com todos os serviços públicos funcionando ou implantados, como o abastecimento de água, rede de esgoto sanitário e a coleta de lixo doméstico. Nas áreas consideradas como suburbanas existiam, de forma precária, os serviços de conservação das ruas de “terra batida”. O prolongamento desta área urbana formava uma área considerada como suburbana em função de diversos fatores econômicos e sociais. Dentre eles, destacava-se as características marcantes de meio rural, misturadas com as do meio urbano.

Neste espaço suburbano, as residências construídas eram marcadamente caracterizadas pela baixa qualidade do material empregado nas construções, o que por si só caracterizava a condição de vida dos seus moradores. Na maioria das vezes, nestas construções, eram empregados adobes, madeira roliça, lascas de bambu e cobertas com telhas artesanais feitas de barro ou de precárias coberturas feitas de folhas de babaçu. Isto demonstrava a existência de um baixo nível de qualidade de vida, no qual os moradores das chamadas “pontas de rua” demonstravam, aos outros grupos sociais localizados nas áreas mais centrais dos bairros tradicionais, as precárias condições materiais em que viviam. Estas construções rústicas também representavam um estilo de viver e morar na cidade através da

adaptação de condições habitacionais muito difundidas entre as famílias pobres no meio rural e que, ainda hoje, podem lá, ser encontradas.

A população residente nesta periferia urbana se caracterizava, na sua grande maioria, por pessoas simples no que diz respeito ao nível educacional e material. Elas, moravam em áreas do espaço urbano altamente influenciado pelas atividades rurais e nelas conseguiam retirar, de forma precária, o sustento da família composta, na sua maioria, por trabalhadores rurais com prole numerosa. Assim, não possuíam condições e oportunidades econômicas para alterar o quadro social em que viviam pois, os ganhos econômicos e as deficiências em relação aos serviços públicos não contribuíam para alterar este quadro.

Como se pode verificar no capítulo III, não só o crescimento vegetativo mas, a inserção de um número crescente de migrantes, principalmente, a partir de 1980 fez com que o sitio urbano fosse ampliado. Em função disto, nas bordas da antiga malha urbana existentes até a metade dos anos 1970, foram criados novos bairros, cujas características residenciais passaram a expor, claramente, se pertenciam a trabalhadores de renda média, ou baixa, ou seja: se tinham boas ou más condição de vida. Estes novos bairros, surgidos de loteamentos recentes, não só introduziram novos arranjos espaciais como também fizeram com que, socialmente, ocorresse a reestruturação interna dos bairros mais antigos. Portanto, a paisagem urbana passou a exibir a inserção destes novos grupos sociais e a elaboração de um novo rearranjo dos níveis de qualidade vida no espaço urbano.

Com a desvalorização dos bairros tradicionais para se residir, muitos moradores antigos, se deslocaram para os novos bairros periféricos. Isto ocorreu em função do encarecimento do custo de manutenção da moradia, da diminuição da qualidade de vida decorrente da transformação de ruas, antes pacatas em movimentadas e valorizadas áreas comerciais. Também, boa parcela deles, momentaneamente, buscou auferir renda imobiliária através do aluguel de suas residências para os novos e “endinheirados” trabalhadores das indústrias mineradoras. A figura 29 mostra o resultado destas alterações ocorridas no espaço urbano da cidade entre 1973 e 2005.

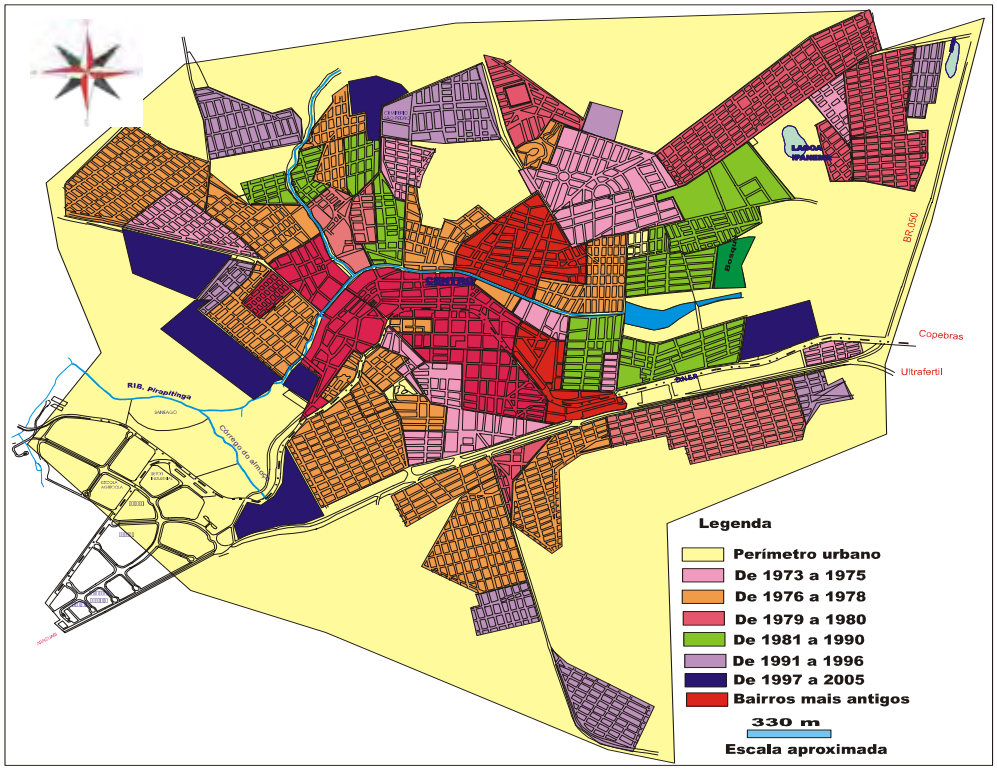


Figura 29 – O processo de ocupação do espaço urbano de Catalão entre 1973 a 2005.
Fonte: Prefeitura de Catalão. Org. Edir de P. Bueno.

A crescente pressão por moradias e lotes destinados a construção de novas habitações e instalações comerciais e industriais fez com que, nas áreas centrais, ocorresse o desmembramento das antigas propriedades que eram relativamente grandes para o contexto urbano em gestação. Mas, havia um impedimento físico no meio do caminho que era o ribeirão Pirapitinga que, por questão de saúde pública (era o coletor do esgoto da cidade), não tinha suas margens aproveitadas para o adensamento da área central da cidade.

Este processo de modernização das formas e estruturas paisagísticas acabou por adaptar, principalmente no centro, as antigas construções e os velhos traçados e calçamentos das ruas às novas exigências mercadológicas, o que possibilitou o (re) aproveitamento dos espaços mais valorizados. Os bairros São João, Centro, Pio Gomes, Santo Antônio, São Francisco são, atualmente, considerados pelas gerações recentes como sendo a parte velha da cidade. Isto, porque nestes bairros ainda existem muitas das antigas construções remanescentes do período anterior ao processo modernizante das formas e estruturas urbanas iniciadas nos anos 70.

Os marcos históricos de uma cidade têm influência na qualidade de vida da população. Isto ocorre porque uma sociedade que não guarda nenhuma lembrança do seu passado é uma sociedade sem história, que constrói o presente para ser destruído num futuro

próximo. A ausência destes marcos históricos traz como conseqüência imediata, a perda de identidade das pessoas com o lugar e cria a sensação de não pertencimento.

O que se pode observar é que a arquitetura urbana atual não guarda muitas características do período de seu surgimento, embora a cidade tenha sofrido alterações importantes na sua malha urbana, principalmente, em relação a sua dimensão. Uma das características do legado histórico da cidade está caracterizada pelos estreitos passeios públicos da área central da cidade, que não permite a implantação de uma arborização em função do tráfego de veículos em suas vias públicas.

Juntamente com a implantação de novos loteamentos, voltados para a transferência das antigas elites econômicas e políticas, foram também criados outros voltados para o atendimento das reivindicações dos trabalhadores por moradias, quase sempre, representadas por conjuntos habitacionais construídos nas periferias do centro urbano.

Em oposição a estes conjuntos habitacionais destinados á classe trabalhadora de menor renda, também foram criados loteamentos nos quais passaram a se concentrar profissionais liberais e trabalhadores especializados. Esta formação social acabou por atrair e influenciar proprietários rurais, em transferência para a cidade e comerciantes tradicionais para aí construírem suas residências em busca do “status” residencial e da aparente qualidade de vida que estes espaços passaram a representar para a sociedade local.

De uma forma desordenada, a cidade passou a se expandir para todos os lados. Áreas próximas á cidade foram sendo progressivamente loteadas. Ruas e avenidas surgidas nestes novos loteamentos, tornaram-se prolongamentos das antigas ruas. Estes prolongamentos se dirigiam a uma nova periferia que se formava com a construção de Vilas Operárias financiadas pelo BNH, por bairros populares e de classe média-alta. Bairros e Vilas surgiram a partir de loteamentos, que na sua maioria, eram desprovidos de infra-estrutura que possibilitasse boas condições de vida aos seus moradores, e continuaram desta forma por um bom tempo. Entre 1980 e 1991 ocorreram poucas alterações no espaço urbano de Catalão.

Como a terra como mercadoria não se reproduz, apenas agrega valor, no espaço urbano nota-se que imensas áreas ficam por anos a revelia da ocupação, na forma de construções, tornando-se meros espaços de acumulação monetária, refletindo na qualidade de vida da população, já que muitos casos se transformam em locais de acúmulo de lixo, trazendo riscos para a população.

A periferização, cada vez mais, representa uma espacialização da sociedade de acordo com o tempo histórico em que a cidade está passando. Assim, a princípio, ocorreu o distanciamento da classe trabalhadora para as bordas do perímetro urbano. Hoje, cada vez

mais, indivíduos e grupos sociais, mais abastados financeiramente, procuram adquirir áreas com dimensões maiores a fim de construírem suas residências. Mas elas, só estão disponíveis nos novos bairros originados dos loteamentos ocorridos entre 1976 e 1980.

Fazendo-se uma comparação entre a expansão da malha urbana nas décadas anteriores e entre os anos de 1970-1990, pode-se perceber que a intensificação do processo neste período (devido ao crescimento demográfico), trouxe muito mais dificuldades para um ordenamento adequado de ocupação e uso do solo urbano. Isto pode ser exemplificado tomando-se como base às longas distâncias que hoje uma parte considerável da população local percorre para se chegar ao trabalho, o que afeta a qualidade de vida de parcelas significativas da população. Entre 1990 e 2000 foram criados outros nove loteamentos que possuíam uma característica marcante, que era de preencher os espaços periféricos dos loteamentos criados na década de 1970 e 1980.

Diferente da maioria dos bairros que surgiram durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, nos quais não havia a implantação de infra-estrutura básica, a partir de 2002, todos os novos loteamentos tiveram que implantar infra-estrutura básica, como rede de água, energia elétrica, asfalto e meio-fio. Estas exigências, implantadas através de lei municipal fizeram com que apenas três novos loteamentos surgissem entre 2000 e 2005. Isto teve como resultado uma elevação substancial no preço dos imóveis e tornou impossível para as pessoas de menor poder aquisitivo adquirir lotes nestas áreas. Criou-se, portanto, um novo problema, porque muito em breve, os lotes que hoje estão sendo ocupados pelos mais pobres nos loteamentos criados antes desta lei, acabarão o que impedirá que estes segmentos sociais possam construir suas próprias residências. Isto implicará por parte da administração pública, a criação de loteamentos que possam ser vendidos a preços compatíveis com a renda das famílias mais pobres.

Diferentemente de 1970, quando a cidade era composta por oito bairros, atualmente, a malha urbana de Catalão é formada por 58 bairros/loteamentos, sendo que boa parte deles conta com ocupação consolidada, principalmente, o núcleo central e áreas adjacentes. Outros têm ocupação rarefeita e em alguns, apenas recentemente é que começaram a ser ocupados. A fotografia 1 mostra um aspecto urbano na periferia da cidade.

Fotografia 1 – Aspecto de uma rua no loteamento Aeroporto, localizada na periferia de Catalão em 2005.
Autor: Edir de P. Bueno. Curso de Geografia. UFG-CAC, maio de 2005.

Os bairros de Catalão são diversificados entre si nas suas relações econômicas e sociais e são polarizados pelo centro da cidade. Estas considerações permitem concluir que é preciso manter a diversidade do habitat, fortalecendo a identidade local, a cidadania e a qualidade de vida.

É evidente que esta expansão urbana alterou a condição ambiental do espaço pelo qual a cidade cresceu e teve a sua ocupação adensada. Este processo levou a contaminação do ambiente a partir dos poluentes gerados pelo modelo de desenvolvimento urbano/industrial baseado no consumo de mercadorias de todas as nuances e derivadas de inúmeras fontes. Nos últimos anos, a poluição em suas diferentes características vem sendo considerada como um dos problemas mais críticos dos espaços fortemente humanizados, principalmente, quanto ao tratamento de efluentes e a disposição inadequada de resíduos. Estes resíduos das atividades econômicas e humanas são as principais causas de contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas e de contaminação do ar, com conseqüente degradação das comunidades biológicas envolvidas e com forte influência nos fatores que atuam na diminuição da qualidade de vida da população.

Neste sentido, os recursos hídricos são intensamente afetados pelas diversas atividades desenvolvidas no meio-ambiente urbano. A cidade altera a hidrodinâmica interna à malha urbana e compromete o abastecimento hídrico do entorno. Neste caso, estima-se que haja um comprometimento da qualidade ambiental das microbacias hidrográficas do ribeirão Samambaia (onde é captada a água que abastece a cidade), do ribeirão Ouvidor e do ribeirão Pirapitinga, cujo alto curso localiza-se no perímetro urbano. Em Catalão não são somente os recursos hídricos que têm sido motivo de preocupações, mas sim todos os elementos naturais afetados pela dinâmica urbana. Por isto, a questão dos recursos hídricos na região tem gerado um intenso debate entre pesquisadores, ambientalistas, poder público e demais membros da

sociedade organizada, devido ao seu comprometimento em termos da qualidade e da quantidade. De acordo com Mendonça, M. R. et al. (2004):

> Atualmente com o grande crescimento da cidade, o Ribeirão Pirapitinga agoniza sufocado pelos detritos urbanos deixados em seu leito. Diariamente é deixado em seu leito compostos de detritos orgânicos, restos de alimentos, sabões e detergentes, provocando a contaminação por bactérias patogênicas (coliformes fecais) ou por substâncias orgânicas e químicas. (MENDONÇA, M. R. et al., 2004, p. 33)

Devido a ocupação irregular do espaço urbano as nascentes principais do ribeirão Pirapitinga que ficam, mais ou menos, mil metros de distância uma da outra, estão sendo invadidas por loteamentos, acelerando o desmatamento das matas ciliares e ampliando o processo de erosão. A fotografia 2 mostra este processo de adequação do curso do Ribeirão Pirapitinga como conseqüência do avançar da ocupação humana.

Fotografia 2 – Vista panorâmica de um trecho canalizado do Ribeirão Pirapitinga.
Autor – L. E. Pedrosa. Curso de Geografia. UFG-CAC, abril de2004.

Agrava ainda este problema, o fato de que a canalização do trecho urbano deste ribeirão amplia a velocidade das águas, causando inundações a jusante, onde a água corre em leito natural. Como conseqüência, a cidade padece também dos transtornos provocados pela falta de esgoto pluvial, tanto no tráfego de veículos e pedestres como nos danos materiais causados na pavimentação e, principalmente, no meio ambiente, com o surgimento de águas estagnadas e o acúmulo de lixo, o que deteriora a qualidade de vida da população. A fotografia 3 mostra como o uso inadequado dos recursos hídricos compromete a qualidade de vida da população.

Fotografia 3 – Lixo depositado no leito do Córrego Caçador localizado na região oeste da cidade.
Autor – M. R. Mendonça. Curso de Geografia. UFG-CAC, setembro de 2004.

A seguir, são apontados os principais problemas ambientais relacionados por Mendonça, M. R. et al[66] em relação aos recursos hídricos e a vegetação, cuja utilização inadequada tem trazido implicações para a qualidade de vida da população:

> **Ribeirão Pirapitinga**: Pisoteio humano, pressão urbana, escoamento concentrado, carreamento/lançamento de resíduos sólidos, corte de árvores. Uso das nascentes para fins domésticos. Outras ações antrópicas, como obras civis e terraplanagem com o desmatamento de vegetação nativa e introdução de gramínea exótica.
> **Nas nascentes de seus afluentes**: Assoreamento e carreamento de sedimentos por escoamento superficial concentrado e agricultura comercial. Drenagem e canalização da nascente em conjunto com esgoto sanitário. Aproveitamento da água para fins domésticos. Prática de agricultura de subsistência e hortifrutigranjeiros ao longo do leito. Bebedouro de animais domésticos. Lançamento de esgoto sanitário. Possibilidade de contaminação por acidente rodoviário. Risco de rompimento das barragens e contaminação de suas águas por uso de agrotóxico nas lavouras que utilizam sistema de irrigação.
> **Lagoa Paquetá**. Simplificação do ecossistema circundante e assoreamento por material carreado por água pluvial.
> **Pasto do Pedrinho e outras áreas florestadas**. Assoreamentos ou erosões. Invasão de resíduos líquidos e sólidos de várias naturezas. Corte de vegetação nativa. Fluxos de escoamento superficial concentrado. (MENDONÇA, M. R. et al, 2004, p. 63)

Quanto aos resíduos gasosos, o lançamento de gases, fuligens e material particulado emitidos, principalmente (em períodos de inversão térmica), pelos secadores dos terminais das mineradoras, tem sido intensa e perceptível ao olfato (odor de enxofre) e pela visibilidade da nebulosidade cinzenta e escura nas partes altas da cidade, para onde fluem os ventos fracos de inverno, mesmo que distante entre cinco e dez quilômetros da fonte poluidora. Notadamente, sabe-se que a poluição agride, com mais eficácia, os que estão mais próximos; caso específico dos moradores do Pontal Norte e Vila Maria. Além desta fonte,

[66] MENDONÇA, M. R. et al. **Diagnóstico e monitoramento ambiental do entorno da cidade de Catalão/GO: uma proposta sócio-educativa.** Universidade Federal de Goiás. Campus de Catalão. Curso de Geografia. Relatório de Pesquisa. Catalão (GO), abril de 2005.

existem práticas de atividades que consomem energia gerada a partir dos combustíveis fósseis, dentre elas: mineração, torrefação de café, laticínios, fábricas de refrigerantes, dentre outras.

No que diz respeito aos resíduos líquidos, o que preocupa em particular são os postos de combustíveis e lavajatos. Isso porque a cidade vem crescendo de forma significativa e o número de veículos automotores também. O aumento da quantidade de veículos provoca um crescimento no número de postos. Sabe-se que os combustíveis possuem substâncias tóxicas ao meio-ambiente. Por isto, é preciso tomar precauções quanto ao manejo destas substâncias. Normalmente, o armazenamento dos combustíveis é feito em tanques que ficam no subsolo, portanto, passiveis de vazamento sem que os proprietários tenham o controle. O vazamento deste tipo de produto pode causar danos irreversíveis ao solo e aos recursos hídricos.

No caso dos lavajatos a situação também é grave, pois esses prestadores de serviços, na sua maioria não são fiscalizados como se deve, visto que é observado o uso de produtos altamente tóxicos – detergentes e quimioesterelizantes – que são despejados no solo, contaminando o mesmo, e também a água. O contato ao longo do tempo com estes produtos, através da ingestão da água contaminada, pode causar problemas graves de saúde, inclusive o câncer.

O que se tem constatado é que, as principais fontes poluidoras do solo e das águas, dentro da área urbana, são os postos de gasolina, garagem de empresas de transportes, e instalações de lavagem de veículos, os lava-jatos, com a utilização e manipulação de óleos, de gasolina, das graxas e dos produtos químicos removedores, como é o caso do “solupan”.

A manutenção do equilíbrio natural do solo, da água, do relevo e da vegetação, tanto para o embelezamento paisagístico e contemplativo por parte da população constitui fator importante para a saúde física e mental que possui impactos sobre a qualidade de vida da própria população. Por isto, é importante apontar as deficiências das ações da administração públicas, principalmente, àquelas voltadas para um planejamento integrado que busque a manutenção do equilíbrio da vida na cidade.

Em função disto, o que mais necessita de atenção por parte dos legisladores, administradores públicos e dos órgãos fiscalizadores ambientais, são esses impactos que levam a contaminação das nascentes, dos mananciais, do lençol freático, a degradação da vegetação e as alterações da atmosfera local.

Como se sabe, a qualidade de vida de uma população está associada às condições de equilíbrio do meio-ambiente em que ela vive. Em razão disto, a condição de

vida das pessoas possuem fortes ligações com a forma, a função e a infra-estrutura do aglomerado urbano. Isto ocorre porque a qualidade de vida das pessoas é influenciada por fatores de ordem interna e externa aos diferentes segmentos sociais. A falta de arborização, por exemplo, tem reflexo sobre a qualidade de vida da população, já que a sua presença, em muito, contribuiria para diminuir o efeito da chamada ilha de calor, bem como ajudaria na absorção dos gases produzidos pelos automóveis.

Está é, portanto, a cidade de Catalão neste início do século XXI. Ela resulta da dinâmica do modo capitalista de produção que gerou o acúmulo de pessoas e de atividades econômicas que geraram alterações significativas nas condições ambientais e estabeleceu, espacialmente e de forma diferenciada, os diferentes níveis de qualidade de vida.

Além desta análise sobre o sítio físico, que constitui a base de sustentação para a expansão do espaço urbano, cuja ocupação tem implicações para a qualidade de vida da população, passa-se, a seguir, através da análise dos dados estatísticos dos censos de 1970 a 2000 e, principalmente, de dados dos setores censitários referentes a 1991 e 2000, caracterizar espacialmente, os níveis de qualidade de vida/desenvolvimento humano da população.

Inicialmente, pode-se afirmar que as alterações de cunho geopolítico, econômico, demográfico, social e cultural, ocorridas ao longo dos últimos trinta anos na cidade, geraram impactos importantes na qualidade de vida da população e na sua distribuição interna. Isto pode ser avaliado através dos dados da classificação dos municípios brasileiros contido no IDH-M, que também retratou a situação detalhada de Goiás e dos seus municípios, especialmente, de Catalão.

Para se ter a idéia do ritmo destas “transformações conservadoras”, o estado de Goiás em 1991, se encontrava classificado em 9º lugar no contexto do país e, em 2002, atingiu o 7º lugar. Em relação a classificação na tabela do IDH-M por estados, Goiás encontra a –0,075 pontos atrás do melhor Estado e a 0,137 para o pior. Detalhando-se estes dados em termos de suas variáveis constituintes em relação a educação, Goiás se encontrava em 8º lugar, a –0,069 pontos do melhor Estado e a 0,163, do pior. No que diz respeito a renda, Goiás estava situado em 10º lugar e a –0,124, do melhor Estado e a 0,160, do pior. Quanto a longevidade, Goiás se encontrava em 9º lugar e a –0,044 pontos do melhor Estado e a 0,128, do pior.

Estes dados demonstram que a condição de vida da população de Goiás, neste período, teve uma melhora em relação aos outros Estados que, em 1991, se encontravam a sua frente. Isto deve ser considerado como um fato importante pois, os demais Estados não permaneceram estacionados, o que significa que a elevação dos indicadores de qualidade de

vida verificada em Goiás foi, proporcionalmente, maior. O detalhamento destes dados, permitiu a elaboração da figura 30, que trás a distribuição dos níveis de desenvolvimento humano/qualidade de vida para todos os municípios goianos.

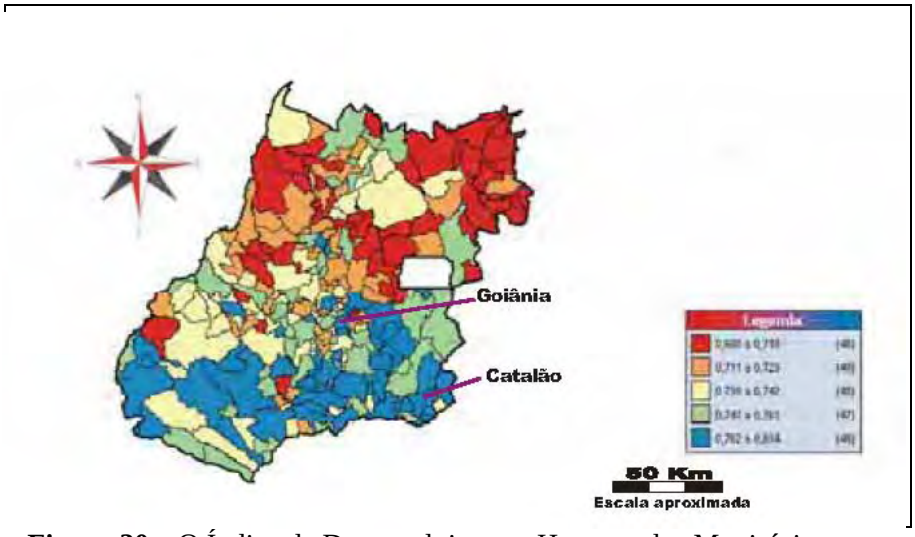


Figura 30 – O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios de Goiás em 2000.
Fonte: PNUD/IBGE/IPEA. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

A análise do mapa permite avaliar que a distribuição da qualidade de vida no Estado, ainda é marcada por grandes disparidades, ou seja, a forma clássica do capitalismo de atuar sobre o espaço geográfico de maneira desigual e combinada se faz bastante presente em Goiás. Observando o mapa, pode-se verificar que há uma regionalização dos índices de desenvolvimento humano em dois blocos, sendo um com valores superiores no centro-sul e outro, com níveis inferiores ao norte. Esta situação repercute a trajetória histórica de ocupação do território goiano, marcada pela hegemonia do centro-sul no espaço político e econômico, por condições naturais adversas (clima semi-árido) no nordeste goiano e pela falta de investimento na melhoria das condições de vida da população do norte goiano por parte dos governantes.

Assim, como exemplo desta desigual distribuição espacial de desenvolvimento humano, citamos a cidade de Chapadão do Céu, localizada no sudoeste goiano que está colocada em 1º lugar, com IDH-M de 0,834. No contexto nacional, se encontra classificada na 100ª posição e poderia ser equiparada (guardada as metodologias utilizadas), a um país com alto índice de desenvolvimento humano. Em outro extremo, classificado em último lugar, se encontra a cidade de Buritinópolis com IDH-M de 0,603, situada no nordeste goiano que, na classificação nacional se equipara à cidade de Bacabal no Maranhão, cuja colocação é a de número 4.617º ou seja; sua população possui um índice de desenvolvimento humano muito baixo.

Quanto a Catalão, em 1991 o município foi classificado em 11º lugar atingindo, em 2002, o 3º lugar no estado com um IDH-M de 0,818. Para efeitos de comparação, dos dez municípios mais populosos de Goiás, somente Goiânia, Catalão e Rio Verde se encontravam entre os dez primeiros colocados em desenvolvimento humano no Estado. Ainda, pode-se aferir que a situação de Catalão é melhor do que a constatada para o município de Jataí (utilizado como parâmetro de comparação nesta tese), que se encontrava com um IDH-M de 0,793 e, se colocava em 15º lugar. Assim, no que se refere a classificação, a população de Catalão teve melhorias consideráveis, pois ganhou no ranking estadual 8 posições. Esta melhoria de oito posições na classificação do município foi superior àquela verificada para Goiás que, no mesmo período, ganhou três posições em escala nacional.

Com este IDH-M, Catalão se encontra classificado em 253º no contexto nacional, o que o inclui entre os 5% dos municípios brasileiros que possuem melhor qualidade de vida. Para efeito de ilustração da situação de Catalão, a nível nacional, citamos dois municípios do estado de São Paulo, Atibaia e Bebedouro. Ambos com IDH-M de 0,819 e, respectivamente, 234º e 240º lugar na classificação geral. Um aspecto que revela o quanto ainda se tem de avançar em desenvolvimento humano no estado de Goiás, e em Catalão, pode ser verificado com a colocação destes municípios no ranking paulista, ou seja: eles estavam em 66º e 69º, enquanto Catalão, com o mesmo índice, era o 3º em Goiás.

A análise das variáveis utilizadas para calcular o IDH-M, mostrou que há enormes disparidades no que diz respeito à distribuição da qualidade de vida entre os municípios de Goiás. Este mesmo procedimento para Catalão, revelou que ainda se tem muito a melhorar, principalmente, no que diz respeito a uma homogeneização das oportunidades. Isto pode ser demonstrado quando se verifica que, o município se encontrava em 6º lugar em relação à expectativa de vida ao nascer; em 8º lugar em relação à taxa de alfabetização de adultos, enquanto a renda “per capita” o colocava em 17º no conjunto do Estado. A figura 31 apresenta a distribuição dos níveis de desenvolvimento humano/qualidade de vida dos municípios da microrregião de Catalão.

Nela, pode-se observar que, dos 11 municípios, apenas o de Catalão se encontrava no estágio superior da escala de desenvolvimento humano, apontando assim que a sua população tinha melhor qualidade de vida do que aquela verificada nos demais.

Entretanto, as reflexões sobre os dados estatísticos relacionados a qualidade de vida da população do município de Catalão, mostram que a 3º posição ocupada no IDH-M, não significa que a totalidade de sua população tenha qualidade de vida elevada. Isto, porque não se pode esquecer que tanto o Brasil, quanto Goiás e, incluindo o município, são marcados

por acentuadas diferenças sócio-espaciais e que esta classificação, parte de uma situação sócio-econômica relativamente baixa, quando se compara o “menos pior com o pior”.

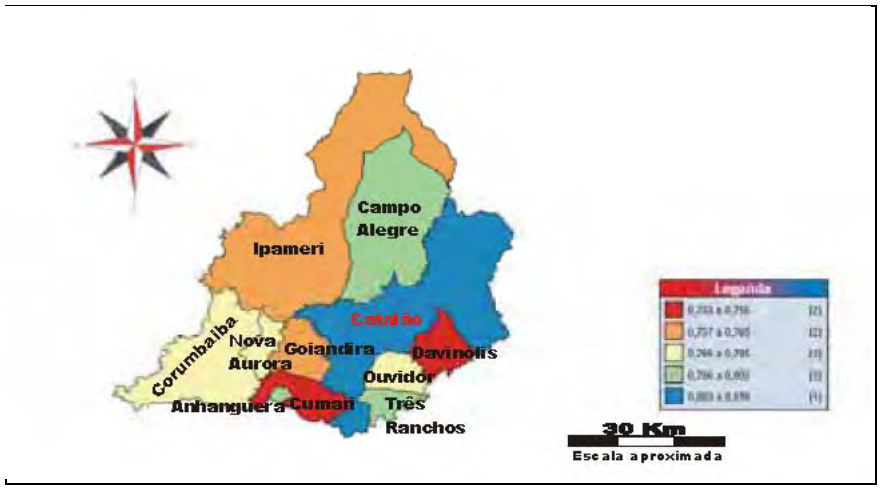


Figura 31 – O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios da Microrregião de Catalão em 2000.
Fonte: PNUD/IBGE/IPEA. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

Por isto, o que se pode afirmar, é que o desenvolvimento econômico traz consigo benefícios, mas também problemas e tensões sociais. Esta proposição expressa a possibilidade da noção popular de que “riqueza não traz felicidade” mas, vai mais além: ela sugere que o aumento da riqueza, que não é homogêneo para toda a população, pode gerar uma série de deslocamentos populacionais, desorganização de sistemas sociais previamente bem estabelecidos, crises institucionais de vários tipos etc. De acordo com Schwartzman (1974) a maneira mais apropriada para avaliar estas conseqüências ou disfunções do processo de crescimento econômico e suas conseqüências para a qualidade de vida da população teria que ser buscado nas correlações individuais e grupais que são consideradas estressantes como enfermidades mentais, divorcio, suicídio, criminalidade, desemprego etc. De acordo com ele:

> Todas estas limitações dos indicadores de riqueza e suas alternativas não colocam em discussão a idéia fundamental de que a riqueza econômica é importante, e deve ser estimulada ao mesmo tempo em suas possíveis disfunções, tais como os problemas de distribuição, de crescimento mal orientado, de disfunções individuais e sociais. (SCHWARTZMAN, 1974, p. 102)

Tendo estas contradições sócio-econômicas geradas pelo desenvolvimento econômico como referência de análise, apresenta-se a seguir de forma espacial e social, mapas contendo indicadores sociais, relacionados à distribuição dos diferentes níveis de renda, de educação e de acesso a rede de água tratada, ao sistema de coleta de esgoto sanitário e a coleta de lixo para os anos de 1991 e 2000. A elaboração destes mapas foi importante porque eles tornaram mais acessível a interpretação dos dados estatísticos, uma vez que eles representam,

de forma espacializada, como se encontravam as condições de vida da população na época da realização destes Censos. Através deles, também foi possível verificar a tendência dos indicadores sociais quando se comparou o de 1991 com o de 2000, ou vice-versa. Considerou-se ainda, que eles são ferramentas fundamentais de análise para os Geógrafos.

Porém, antes da análise destas variáveis socioeconômicas, foi necessário avaliar as mudanças ocorridas na base geográfica sob a qual foram efetuadas as coletas dos dados estatísticos dos setores censitários em 1991 e 2000. Estas alterações na base geográfica se deram, portanto, em função do crescimento da cidade provocado pelo aumento da população e pelo adensamento populacional verificado em muitos bairros na década de 1990, conforme é apresentado na figura 33. Em função disto, o IBGE utilizou o procedimento de fracionar em 2000, alguns setores censitários de 1991. Isto acabou gerando em 2000, como conseqüência, mudanças também na enumeração dos setores censitários. Buscando facilitar o entendimento destas alterações na base geográfica de 2000 em relação a 1991, elaborou-se a tabela 28.

Tabela 28 – Alterações ocorridas nos setores censitários em 2000 em relação a 1991.

Setores que foram DIVIDIDOS		**Setores que apenas tiveram seus números ALTERADOS**	
Número do Setor em 1991	**Setores censitários originados da divisão**	**Número do Setor em 1991**	**Número do Setor em 2000**
08	25	23	24
22	23	24	26
25	27, 28 e 29	26	30
27	40 e 41	28	42
36	37 e 38	29	43
		30	31
		31	32
		32	34
		33	35
		34	39
		35	33

Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A partir desta sistematização, elaborou-se as figuras 32 e 33, cuja análise de suas configurações permitiram identificar, espacialmente, que em 2000, não ocorreram mudanças importantes no limite do perímetro urbano em relação a 1991. Exceto, por um pequeno acréscimo na parte sul da cidade e, que as alterações ocorreram nas áreas de expansão da malha urbana, especialmente, nas partes norte, nordeste e sul do espaço urbano.

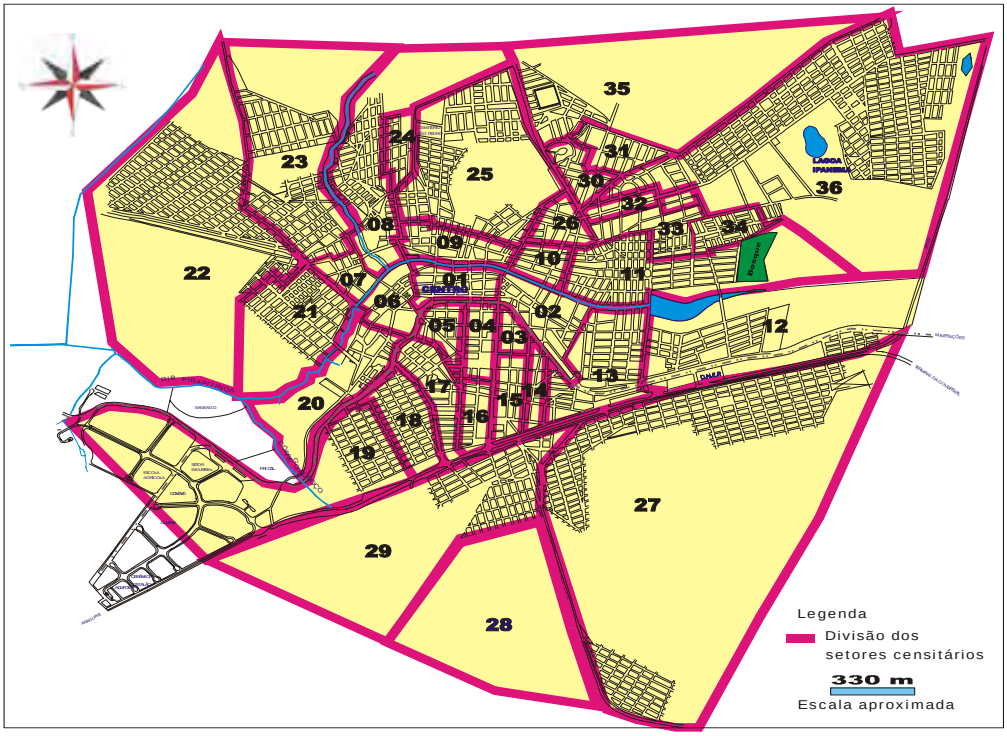


Figura 32 – Limites dos setores censitários da cidade de Catalão, com suas respectivas numerações em 1991.
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

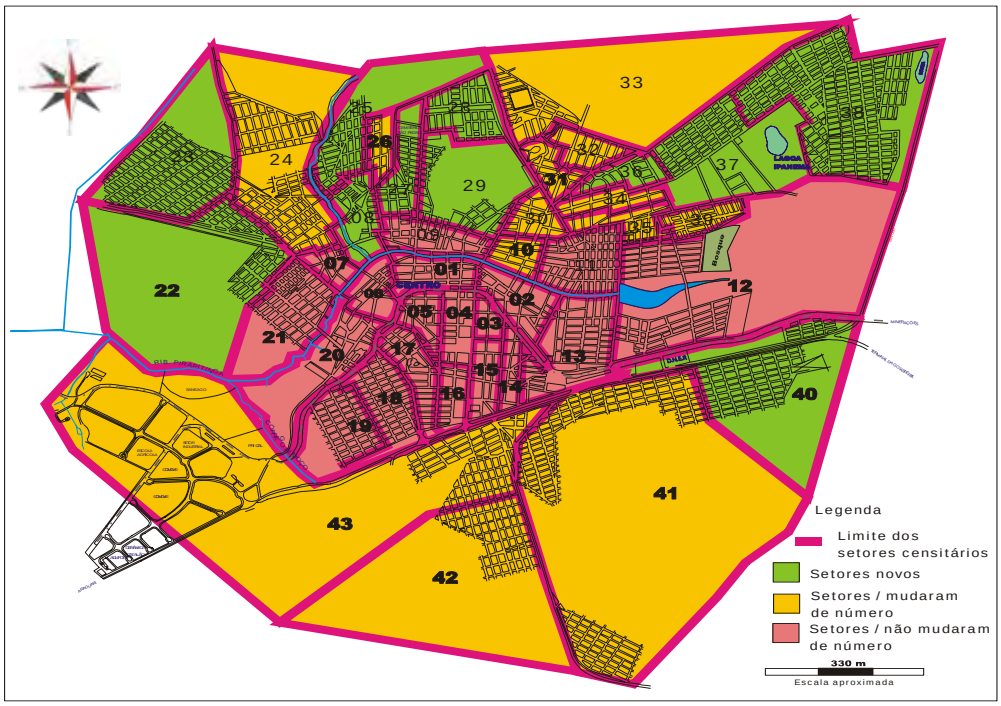


Figura 33 – Setores censitários da cidade de Catalão, com as alterações efetuadas em 2000.
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Portanto, cabe aqui registrar um informe importante, ou seja: em todas as análises que foram efetuadas as variáveis renda, educação e saúde tiveram como pressupostos básicos, a agregação dos dados e a reordenação numérica dos setores censitários em 2000,

conforme a base geográfica de 1991. Este processo de reordenação também foi realizado para os totais populacionais dos setores censitários como o apresentado na tabela 29 a seguir.

A avaliação do conjunto dos setores censitários, no que diz respeito as modificações de suas populações e do número de domicílios mostrou que em 50% deles ocorreu diminuição, enquanto na outra metade houve aumento da população. As explicações para este processo estão relacionadas a dois aspectos: o primeiro é que as reduções foram verificadas nos setores censitários que se localizavam nos bairros mais antigos da cidade e que foram afetados pelo processo de envelhecimento da população, pela redução nas taxas de fecundidade, pelo próprio esgotamento do modelo de expansão imobiliária e pela diminuição da qualidade de vida em função do cotidiano das atividades humanas nestas áreas. O segundo, ocorreu aumentos naqueles setores que se localizavam nos bairros que começaram a ser ocupados no final da década de 1980 e foram muito adensados na de 1990. Neste caso, os aumentos verificados foram resultantes de migrações internas a cidade, ocorridas em função da constituição de famílias por parte de pessoas que antes de se casarem residiam nos bairros mais antigos, pela construção de conjuntos habitacionais e por migrantes oriundos de outras localidades. Estas, em proporções consideráveis, ao mudarem para a cidade, buscaram moradias localizadas nos bairros periféricos, onde o preço dos aluguéis e dos próprios imóveis eram mais acessíveis monetariamente.

Assim, em Catalão, tem-se, por um lado, uma sociedade marcada pela segmentação de famílias estruturadas e envelhecidas nos bairros mais centrais e por outro, a formação de um anel, na periferia destes bairros mais antigos, de grupos sociais que possuem como característica, ser compostos, em sua maioria, por famílias jovens com crianças e adolescentes.

Os dados sobre a média de pessoas por domicílios mostram níveis inferiores (3,1 pessoas), para dez setores censitários localizados em bairros mais antigos, e os de médias mais elevadas (3,5 pessoas), em dez setores situados em bairros implantados na periferia comprovam esta afirmativa. Visando demonstrar graficamente este processo de reordenação na distribuição da população da cidade, elaborou-se a figura 34.

Tabela 29 – Distribuição da população e domicílios totais, segundo os setores censitários em 1991 e 2000.

Setor censitário	População em 1991	Número de domicílios	Média de pessoas domicílio	Setor censitário	População em 2000	Número de domicílios	Média de pessoas domicílio
1	965	274	3,5	**1**	745	276	2,7
2	1.026	297	3,5	**2**	922	294	3,1
3	732	198	3,7	**3**	593	196	3,0
4	943	262	3,6	**4**	799	253	3,2
5	1.387	369	3,8	**5**	1.292	382	3,4
6	757	210	3,6	**6**	701	221	3,2
7	950	237	4,0	**7**	885	304	2,9
8	2.177	532	4,1	**8 (+25)**	2.952	869	3,4
9	1.435	369	3,9	**9**	1.293	390	3,3
10	878	242	3,6	**10**	813	249	3,3
11	1.350	382	3,5	**11**	1.235	399	3,1
12	1.070	269	4,0	**12**	1.729	504	3,4
13	842	221	3,8	**13**	1.917	562	3,4
14	1.095	313	3,5	**14**	924	283	3,3
15	1.136	307	3,7	**15**	965	307	3,1
16	852	236	3,6	**16**	759	227	3,3
17	1.185	309	3,8	**17**	1.371	394	3,5
18	1.266	322	3,9	**18**	1.596	461	3,5
19	1.410	341	4,1	**19**	1.772	482	3,7
20	1.463	377	3,9	**20**	1.294	367	3,5
21	1.820	469	3,9	**21**	1.646	458	3,6
22	1.774	437	4,1	**22 (+23)**	3.506	1.011	3,5
23	1.757	433	4,1	**23**	2.161	599	3,6
24	1.433	328	4,4	**24**	1.513	413	3,7
25	1.948	516	3,8	**25 (27+28+29)**	3.467	997	3,5
26	1.227	330	3,7	**26**	1.117	327	3,4
27	1.871	455	4,1	**27 (40+41)**	2.460	683	3,6
28	899	244	3,7	**28**	1.310	381	3,4
29	1.193	280	4,3	**29**	1.718	468	3,7
30	1.290	327	3,9	**30**	1.274	377	3,4
31	1.245	319	3,9	**31**	1.199	347	3,5
32	961	257	3,7	**32**	881	274	3,2
33	1.448	375	3,9	**33**	1.602	484	3,3
34	1.597	400	4,0	**34**	1.516	429	3,5
35	1.392	331	4,2	**35**	1.884	550	3,4
36	1.842	458	4,0	**36 +(37 e 38)**	4.413	1.290	3,4

Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

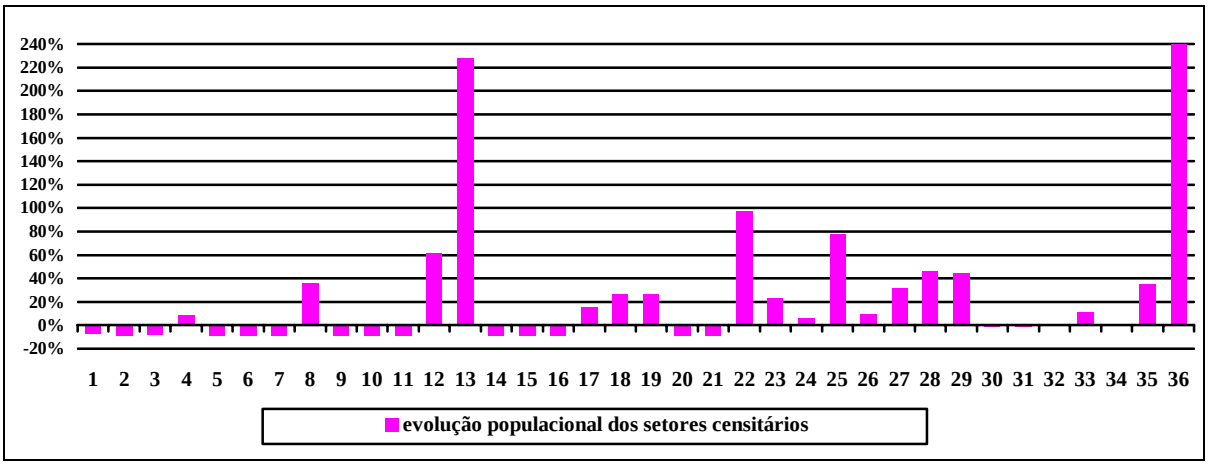


Figura 34 – Dinâmica da população, segundo os setores censitários da cidade de Catalão entre 1991 e 2000.
Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Estas alterações verificadas na distribuição da população, também atuaram no sentido de alterar o perfil dos setores censitários em relação a renda, a educação e a saúde. Com o objetivo de se avaliar estas modificações na estrutura socioeconômica da população, a análise teve início pelo indicador renda por considerar que este, possui um papel importante para a definição dos níveis de qualidade de vida, já que na sociedade de consumo as necessidades são de alguma forma e grau atendidas pelo recurso monetário que cada família/indivíduo possui.

4.3 A distribuição dos níveis de renda e suas implicações sobre a qualidade de vida em Catalão

Como foi abordado nos capítulos I e II, a questão da avaliação do nível de qualidade de vida de uma sociedade tem se mostrado, cada vez mais, uma tarefa bastante complexa. Isto porque o seu estudo engloba a consideração de uma vasta gama de fatores, como a saúde e a educação, embora a renda sempre apareça com um papel de destaque. De acordo com Ramos e Ávila (2000):

> De um modo geral, a tendência tem sido concentrar a atenção na renda da sociedade e de seus indivíduos, privilegiando a consideração de dois fatores para a sua avaliação: a "eficiência econômica", representada pela renda média da população e a "justiça social", analisada pelo viés da distribuição de renda. (RAMOS e ÁVILA, 2000, p. 1)

Dada esta complexidade, o nível de qualidade de vida de uma sociedade tem sido determinado pela distribuição dos recursos disponíveis e não apenas através dos possíveis ganhos que uma dada sociedade pode apresentar se a renda média da população

passou de 1X para 2X. Também, há a questão da dimensão espacial pois, nas cidades, o custo de vida é mais elevado. Isto ocorre porque todos os itens que compõem as necessidades indispensáveis para o indivíduo exigem dispêndios monetários. Nelas, praticamente, a totalidade da população ativa (com exceção dos períodos de graves crises econômicas), tem rendimentos pois, a unidade familiar de trabalho é desagregada. Isto é diferente no campo onde as roças familiares fornecem uma parte da alimentação e, em geral, os custos de transporte e habitação são reduzidos.

Assim, considerando a priori, a análise dos dados sobre o perfil da P.E.A. conforme exposto no capítulo III (a partir da página 241), permitiu verificar que a distribuição de renda média da população do município entre 1970 e 2000 tinha passado por alterações importantes. Avaliando-se mais detalhadamente pode-se, por exemplo, constatar que ocorreram mudanças em duas direções: a primeira, com a diminuição do número de pessoas que não auferiam renda e a segunda, pelo aumento na renda mensal nas faixas salariais entre 2 a 5 salários mínimos. Por exemplo, se fosse feito um exercício hipotético em que fosse utilizado o número 100 como base de análise, ter-se-ia o seguinte: se em 1970, 56 pessoas de 10 anos e + não tinham nenhum tipo de renda, em 2000 este número teria diminuído para 36, ou seja, ocorreria uma diminuição de 64,3%. Na faixa entre 2 a 5 SM, em 1970 elas seriam 4 pessoas e em 2000, teriam se multiplicado por mais de 4 vezes, totalizando 17.

Foram, também, constatadas alterações nas faixas daqueles que ganhavam entre 5 e 10 (que passou de 1 para 6) e na de 10 ou + salários mínimos (de –1 pessoa para 4). Isto representa a formação de uma classe de renda média e alta, cuja característica principal é a de estar centrada em profissionais liberais, professores do ensino superior, diretores e executivos de empresas mineradoras e metal-mecânica, comerciantes e empresários rurais. A SEPLAN/GO[67], analisando a situação do mercado de trabalho de Catalão, para o ano de 2000, apontou que “o salário médio do emprego formal estava acima da média do estado (sic) e o grau de instrução da mão-de-obra local é o terceiro melhor do estado”.

Também, naquele momento de análise, quando se compararam os percentuais da população em 1991 (54.486) e em 2000 (64.347), 10%, ou seja; 5.448 (1991) e 6.434 (2000) pessoas se apropriavam de quase a metade da renda municipal. Desta forma, dividindo o total de pessoas que compõem este segmento de renda pelo perfil médio das famílias brasileiras, estabelecido pela IBGE, que é de 3,6 pessoas teríamos em 2000 somente

[67] SEPLAN/GO. **Revista Economia & Desenvolvimento**. ano IV, nº 11, abril/junho de 2003, p. 9.

1.787 famílias se apropriando de quase a metade do PIB de Catalão, que segundo a SEPLAN-GO, era naquele ano de R$ 601.423 milhões.

Os dados também nos revelam que a apropriação da renda pelos 10% mais ricos versos 10% mais pobres era de quase 20 vezes maior. A renda média “per capita” de Catalão tem apresentado, conforme dados apresentados pelo IBGE/PNUD, valores relativos para 1991 e 2000 maiores do que aquela verificada para Goiás. Assim, em 1991 para Catalão ela era de R$ 207,34, enquanto para Goiás ela era de R$ 141,75 e, em 2000 era de R$ 303,49 para Catalão e CR$197,44 para Goiás. A renda “per capita” de Catalão em 2000 era 65,05% maior do que a média goiana. Estes dados demonstram que o crescimento da renda “per capita” tem se apresentado de forma mais consistente para o município do que para Goiás. Para se ter uma idéia desta dimensão, entre 1991 e 2000 ela cresceu 68,31% enquanto para Goiás ela foi aumentada em 59,51%.

Esta situação constatada em Catalão apresenta um quadro muito parecido com o do Brasil pois, o desenvolvimento econômico do país, nas duas últimas décadas do século XX apresentou, em alguns anos, como em 1986 e 1994, ritmo acelerado de crescimento, contrastando com crises econômicas profundas e duradouras. Contudo, este crescimento econômico, quando ocorria, se dava na forma de maior concentração de riqueza. Assim, a expansão quantitativa da economia brasileira, beneficiou uma parcela pequena da população gerando, por isto mesmo, também classes sociais que pouco tem alterado sua composição sócio-espacial urbana.

Por isto, o crescimento da parte da renda apropriada pelos mais ricos, seja em Catalão, em Goiás, ou no Brasil, tem se realizado a custa da redução relativa da renda da população mais pobre, via achatamento do salário mínimo, aumento de impostos e inflação. Este perfil revela um contra-senso pois, normalmente, esta parcela da população, demograficamente, cresce mais acentuadamente, assim, cada vez mais se tem menos renda para sustentar mais pessoas. A concentração da renda é uma distorção econômica e social que deve ser combatida de forma consistente por toda a sociedade, principalmente pelos governantes.

Estudos elaborados por inúmeros economistas, inclusive para o PNUD/ONU, sobre renda “per capita”, apontam que a partir de um patamar, mais renda não significa mais qualidade de vida, mas o oposto. Isto acontece porque a partir de um patamar de renda a vida das pessoas não sofre alterações significativas, dado que suas carências de educação, saúde, lazer etc, já são, ou podem ter sido satisfeitas em quantidade e qualidade.

Portanto, aumentar a renda das pessoas que ganham muito pouco, ou pouco, constitui um fator importante para elevar a qualidade de vida deste segmento social e melhorar o acesso a muitos itens sócio-culturais e materiais que podem melhorar suas condições de vida.

Indicadores de desigualdades de renda calculados pelo PNUD/IBGE para o município de Catalão em 2000, mostraram que em relação ao Índice de Gini[68], tinha ocorrido uma pequena alteração positiva entre 1991 (0,56) e 2000 (0,55), enquanto o Índice L de Theil[69], apresentou uma redução de 0.4 entre 1991 (0,55) e em 2000 (0,51). Estes cálculos mostraram que, embora tivessem ocorrido aumentos consideráveis na produção da riqueza, que a renda auferida por diferentes segmentos sociais não tinha seguido a mesma trajetória. Isto aconteceu porque as maiores empresas situadas no município eram multinacionais ou que possuíam parceria com o capital nacional e que remetiam a maior parte dos recursos gerados em suas atividades econômicas para outros centros (inter) nacionais.

Devido a complexidade já exposta anteriormente para a questão da renda, buscou-se efetuar um exercício hipotético (sem a correção monetária do Real), para exemplificar a apropriação da renda por diferentes segmentos da população.

População total em 1991 = 54.486
População total em 2000 = 64.347
% da renda apropriada pelos 20% + ricos em 1991 = 61,5%
% da renda apropriada pelos 20% + ricos em 2000 = 60,34%
% da renda apropriada pelos 20% + pobres em 1991 = 3,65%
% da renda apropriada pelos 20% + pobres em 2000 = 3,56%
Tendo um valor de R$1.000,00 como referência fixa, obteve-se o seguinte:
20% + ricos da população em 1991 = 10.897 pessoas / R$ 615,00 = R$ 5,64
20% + ricos da população em 2000 = 12.869 pessoas / R$ 615,00 = R$ 4,77
20% + pobres da população em 1991 = 10.897 pessoas / R$ 36,50 = R$ 0,33
20% + pobres da população em 2000 = 12.869 pessoas / R$ 35,60 = R$ 0,27

Este exercício permitiu verificar que a apropriação da renda além de continuar desigual, ela também se mostraria em queda, já que no intervalo entre 1991 e 2000 a renda para os dois segmentos utilizados no cálculo se apresentou menor, enquanto aumentou o número de pessoas.

[68] O índice de Gini pode ser definido graficamente como o quociente da área entre a curva de Lorenz da distribuição analisada e a linha de perfeita igualdade – área de concentração – pela área sob a linha de perfeita igualdade. Assim, o Gini irá variar de 0, quando a distribuição for totalmente igualitária, a 1, caso extremo em que apenas um indivíduo detém toda a renda.

[69] Índice de Theil – refere-se à segunda medida de desigualdade de Theil, denominada L de Theil, e mede o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a renda familiar “per capita”. No universo desta análise são também excluídos os indivíduos que apresentam renda “per capita” nula.

De certa forma esta situação tem sido confirmada pelo achatamento salarial imposto por crises econômicas e pela modernização tecnológica que gera aumento na competição por empregos. Esta situação foi ainda agravada pelo aumento do desemprego para quem estava no mercado de trabalho e a entrada de trabalhadores procurando o primeiro emprego, o que contribuiu no período para uma queda de 13,9% nos rendimentos do trabalho como pode ser verificado na figura 35.

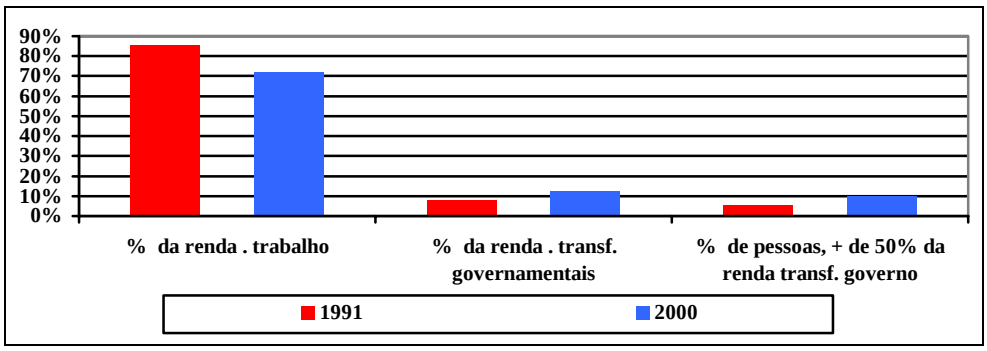


Figura 35 – Origem da renda da população do município de Catalão em 1991 e 2000 (em %).
Fonte: PNUD/IBGE/IPEA. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

Na figura também se pode perceber que ocorreu um aumento no número de pessoas cujas rendas eram constituídas por + de 50% de transferências governamentais. Este acréscimo pode ser explicado em função do envelhecimento da população, que levou a um aumento de aposentadorias ocorridas na década de 1990, como também devido a implantação de programas de transferência de renda como os Renda Cidadã de Goiás e o Salário Escola do Governo Federal.

O que se pode também considerar é que o aumento das transferências governamentais, nas formas acima citadas, tem impactos sobre a vida, não só das pessoas que são diretamente beneficiadas, mas também para a família da qual faz parte. É por demais conhecido o papel que a renda dos aposentados tem, por exemplo, para a população das pequenas cidades e naquelas em que o nível das atividades econômicas é baixo e leva ao desemprego de grande parte da população. Assim, principalmente, para os mais pobres um aumento na apropriação da renda, seja via trabalho ou via transferências governamentais têm efeitos significativos sobre a qualidade de vida pois, para quem ganha pouco, 5%, 10% (aumento real, descontada a inflação), ou outros valores agregados às suas rendas têm impacto mais acentuado para o conjunto da família.

Com o objetivo de demonstrar, como ocorreu a apropriação da renda média em salários mínimos dos chefes dos domicílios, segundo os setores censitários de Catalão em 1991 e 2000, primeiramente, foi necessário estabelecer um critério de análise segundo grupos

de renda. Para isto, foram estabelecidos quatro grupos, sendo: sem renda/declaração e até 1 salário mínimo; mais de 1 a 3 SM; mais de 3 a 10 SM e mais de 10 SM. Também foi feita a agregação dos dados, bem como foi realizada a equivalência dos setores que tiveram suas numerações alteradas em 2000, conforme exposto na tabela 28 (p. 287). As figuras 36 e 37 apresentam estes dados em termos percentuais.

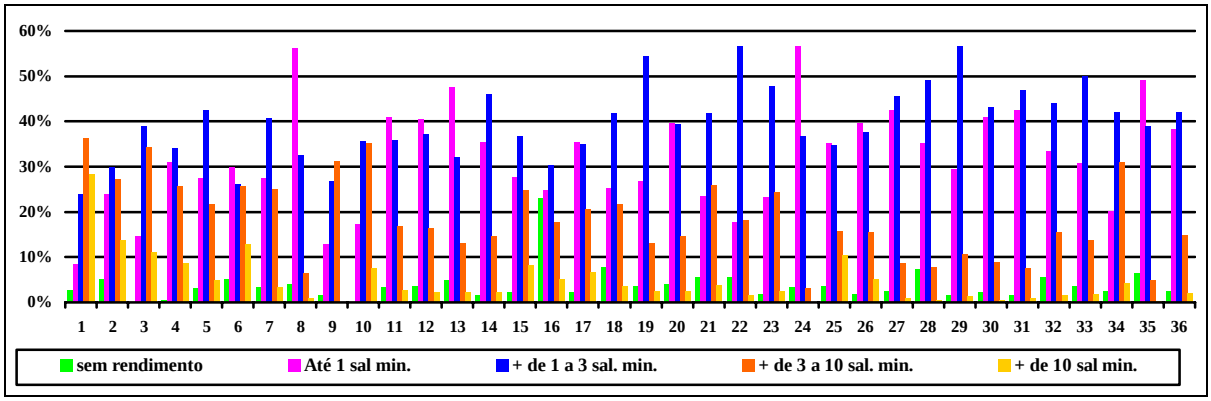


Figura 36 – Distribuição dos chefes dos domicílios por setores censitários, segundo a renda em 1991. Fonte: IBGE. Censo 1991. Org. Edir de P. Bueno.

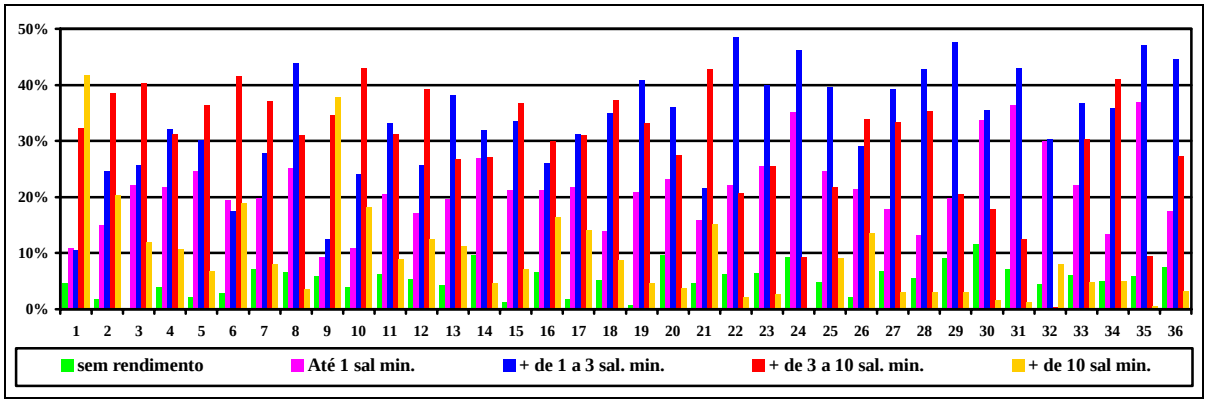


Figura 37 – Distribuição dos chefes dos domicílios por setores censitários, segundo a renda em 2000. Fonte: IBGE. Censo 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A comparação mais detalhada dos dados permitiu verificar duas tendências na apropriação da renda por parte dos chefes dos domicílios em todos os setores censitários. A primeira, diz respeito a uma diminuição consistente no número de chefes de domicílios que ganhavam até três salários-mínimos. A segunda diz respeito a um aumento considerável no número de chefes de domicílios que passaram a ganhar mais de três salários-mínimos mas, se concentrando entre mais de 3 a 10 SM.

Foi também observado, em relação aos chefes de domicílios que disseram não ter renda em 1991, que em 2000 tinha ocorrido o aumento da freqüência em vinte setores censitários (55%), enquanto em dezesseis (45%) tinha ocorrido diminuição. As maiores

reduções foram verificadas nos setores de numero 2 e 16 e as maiores, nos setores 14, 29 e 30. Foi ainda observado, em praticamente todos os setores censitários, que a diminuição ou o aumento no número de chefes dos domicílios nesta condição se deu entre 2 a 4%.

Em relação aos chefes dos domicílios que tinham renda entre 1 a 3 SM, foi verificado que o seu percentual diminuiu em 8,3%, enquanto aumentou em 91,7% dos setores censitários. Os maiores recuos percentuais, da ordem de 25%, aconteceram nos setores 13 e 27, que são em 2000, bairros de classe média-alta e que, em 1991, ainda não tinham esta composição social dominante. A partir desta faixa de renda, houve um crescimento considerável no número de chefes de domicílios que, no censo de 2000, afirmaram ter renda entre + de três salários-mínimos. Assim, para aqueles que ganhavam entre três e dez, foi verificado que tinha ocorrido aumento em 97,2% dos setores, sendo que o setor oito, que está numa área residencial muito próxima do centro da cidade e por isto, tem se transformado em um bairro de trabalhadores de baixa renda apresentando uma composição social do tipo classe média. Este mesmo percentual aconteceu em relação aos que tinham renda de mais de 10 SM pois, foi verificado que em 35 setores tinha ocorrido aumento em seus percentuais.

Um fato que chamou a atenção quando se avaliaram estes dados, foi que os maiores aumentos percentuais verificados no número de chefes de domicílios que tinham renda de mais de três SM, ocorreram nos setores censitários que se encontravam, justamente, nos bairros de classe média e alta. Ou seja, ocorreu nos setores em que as pessoas estavam melhor preparadas para as oportunidades sócio-econômicas que foram criadas na década de 1990. Como o objetivo de se verificar, em termos percentuais, como era a distribuição espacial dos chefes de domicílios que tinham renda de até 1 SM, elaborou-se as figuras 38 e 39.

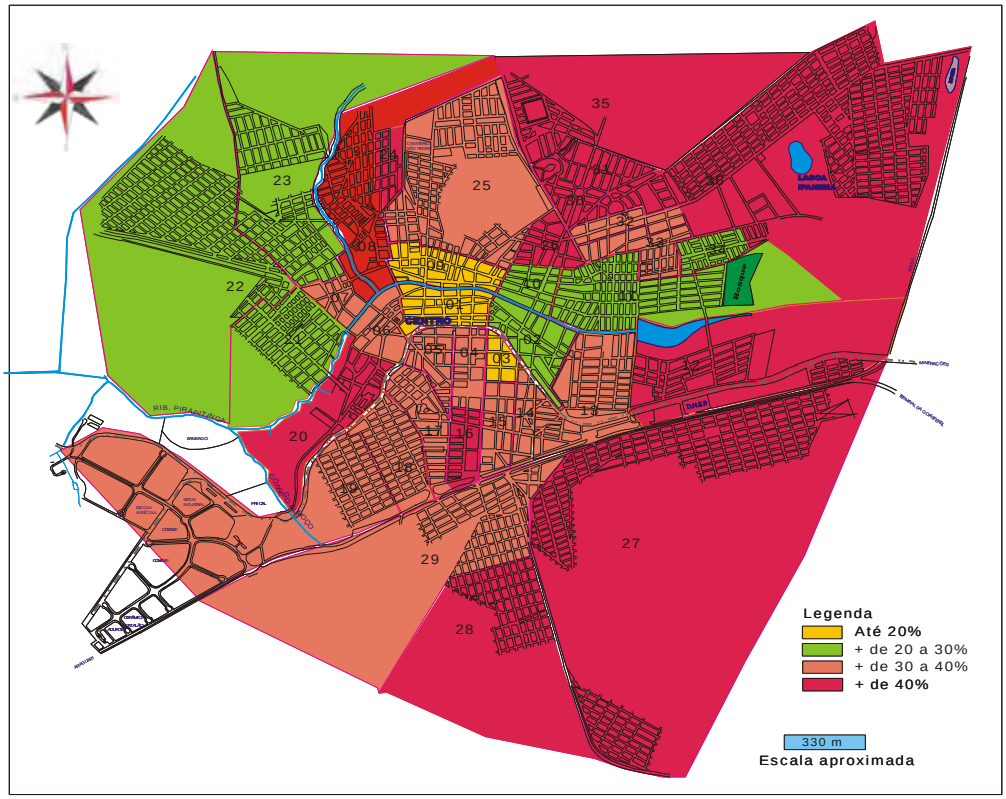


Figura 38 – Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de até 1 sal. mínimo em 1991 (em %).
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

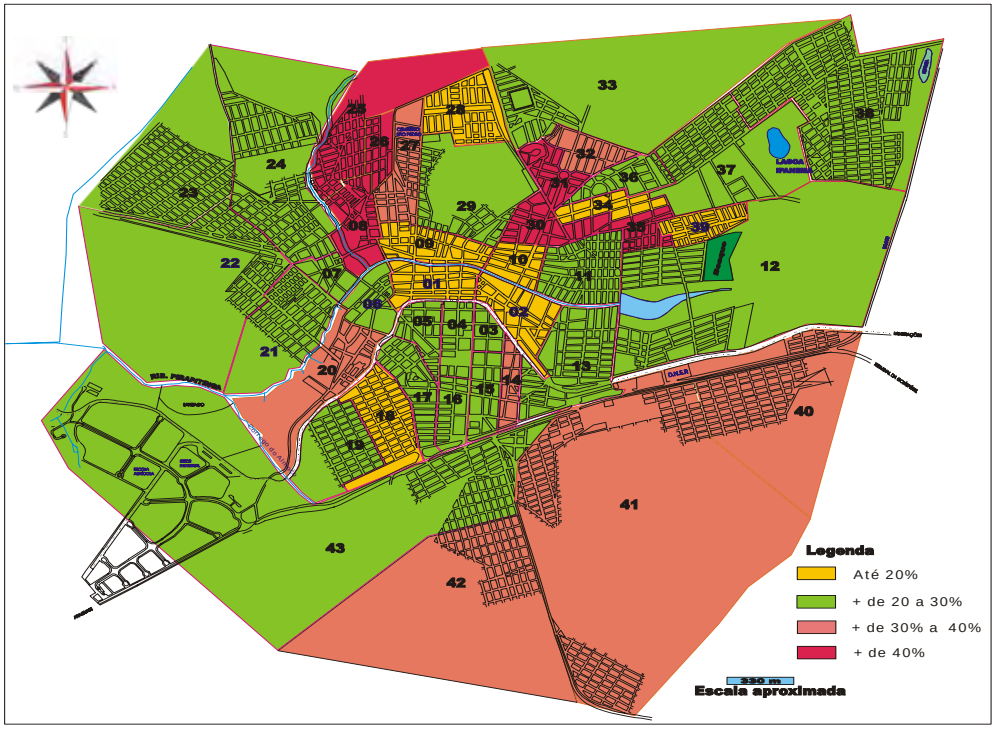


Figura 39 – Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de até 1 sal. mínimo em 2000 (em %).
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A análise dos mapas e de seus dados tornou possível constatar que em 1991 havia somente três setores censitários em que até 20% dos chefes dos domicílios ganhavam até 1 SM, enquanto em outros sete, eles equivaliam em mais de 20 a 30% dos domicílios. Por sua vez, em quatorze (38,9% do total), eles compunham entre 30 a 40% dos casos.

Também, foi constado que, em doze setores censitários (33,3% do total), + de 40% dos chefes dos domicílios informaram ao IBGE que tinham renda de até 1 SM. Assim, considerando apenas este último percentual, foi constatado que 1.682 famílias, os seus responsáveis, recebiam em valores de 2000, o correspondente a R$169,46[70]. Ou seja, dividindo-se este valor pela média de pessoas por família destes setores (3,98), obteve-se o valor de R$42,57 por pessoa ou R$1,41 por dia. É evidente, que embora não se possa ter como referência, nos dias atuais, o que dava para comprar em 1991 com este recurso, pode-se julgar que a situação de privação deste segmento social era muito superior em relação aos que ganhavam até este valor em 2000. Isto se deve ao fato de que em 1991, estas famílias cujos chefes tinham renda de até 1 SM, não contavam com programas sociais que foram criados em meados da década de 1990 pelo governo do Estado. Estes programas sociais buscaram atender as carências da população mais pobre de Goiás através da isenção da taxa de consumo de energia, concessão de cesta básica e do vale gás. Portanto, eles alteraram, artificialmente para cima, a renda destas famílias.

Com relação aos dados correspondentes a 2000, pode-se perceber que ocorreu uma modificação importante na distribuição dos chefes dos domicílios que tinham renda de até 1 SM pois, se em 1991, em doze setores eles tinham o percentual de mais de 40%, em 2000, eles tinham sido reduzidos a cinco setores.

Porém, em 2000, foi também constatado que, embora tenha ocorrido a diminuição da presença de chefes de domicílios que tinham renda em até 1 SM, o número de chefes de domicílios tinha aumentado nas faixas percentuais inferiores. Assim, para aqueles setores em que o percentual era de até 20% dos casos tinha passado para 26,6%, enquanto o percentual de mais de 20 e 30% tinha passado de 47,2%.

Assim, o maior número de chefes de família que declararam renda de até 1 SM em 1991, se encontravam nos mesmos setores censitários em 2000. Isto significa que tem ocorrido a perpetuação da condição social da maioria das pessoas que nasceram ou mudaram

[70] Este valor é o resultado da multiplicado do salário mínimo em Cruzeiros de setembro de 1991 (CR$36.161,60) pelo índice de conversão (0,0046863), presente na metodologia elaborada para o cálculo da Renda no IDH-M de 2003.

em algum momento para estes bairros. Neste caso podem-se citar os bairros Jardim Paraíso, Catalão e Vila Teotônio Vilela.

A análise dos dados estatísticos e do mapa da distribuição dos chefes dos domicílios cujas rendas iam até 1 SM, permitiu verificar também que em 1991, os percentuais mais elevados ocorriam nos setores 16, 18, 28 e 35. Isto não se repetiu em 2000, quando o maior número de casos de chefes dos domicílios que declararam não ter rendimentos se encontravam nos setores 14, 20, 24, 29 e 30. Espacialmente, estes dados não coincidem com os bairros mais pobres de Catalão. Portanto, estas pessoas se encontravam numa situação social e econômica pautada pelo desemprego que afeta, principalmente, trabalhadores com baixa qualificação profissional e mulheres chefes de famílias. Isto, porém, não significa que a família se encontrava desprovida totalmente de alguma renda, já que naquelas famílias mais pobres, seus membros começam a trabalhar muito cedo. Por sua vez, esta situação de desemprego, de emprego temporário e de trabalho com baixos salários, contribui para uma baixa renda “per capita”, que repercute nos índices de desenvolvimento humano - renda da população, destes setores.

A diminuição no número de chefes de domicílios com baixa ou nenhuma renda é um fato positivo para a elevação dos níveis de qualidade de vida pois, quanto menor o percentual dos que declaram se encontrar nesta situação, mais significativas serão suas presenças nas categorias que ganham mais de 1 SM, aumentando assim, as possibilidades de acesso de suas famílias a bens e serviços disponíveis para o consumo, principalmente, alimentos, roupas, remédios etc.

Uma das hipóteses para esta inversão está no fato de que em 1991, sob a égide de uma inflação alta e crescente, as pessoas não tinham a noção exata de quanto estavam ganhando na data do Censo, o que é diferente em 2000, cujo valor do salário mínimo se mantinha estável por, pelo menos por um ano. Porém, o que se pode afirmar com certeza é que esta melhora está no fato de as empresas que se instalaram no município, por serem mais tecnificadas, ofereceram salários superiores a aqueles até então pagos, o que fez aumentar a competição pela mão-de-obra e, conseqüentemente, um aumento no salário de outros setores da economia do município.

A comparação entre as figuras 38 e 39 permitiu caracterizar que espacialmente, ocorreu uma periferização dos chefes dos domicílios que recebiam até um SM, embora eles também estejam presentes, em menores proporções, em todos os outros setores

analisados. Neste sentido, o que temos é um universo do desemprego, da pobreza[71] e da indigência distribuídos de forma heterogênea pela cidade de Catalão. Isto implica em dizer que devido ao modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado no país a cidade apresenta, em seu espaço urbano, significativas diferenciações em termos de renda, as quais influencia os níveis de qualidade de vida de toda a sua população.

Tendo isto como referência, elaborou-se a tabela 30 que aponta os dados da incidência da indigência e da pobreza em Catalão e, para efeito de comparação, aqueles de Goiás. Também, para facilitar a avaliação, a tabela foi dividida em três partes, sendo a 1ª destinada a indigência e a pobreza; a 2ª para a situação das crianças e a 3ª que trata das pessoas e o valor da renda "per capita" que foram utilizadas para se estabelecer os critérios de corte para se calcular estas variáveis. Aqui há de se fazer uma ressalva importante, já que a utilização do critério da renda familiar per capita e de sua distribuição tem sido muito contestada para se calcular o número de pessoas de uma comunidade, que se poderia classificar como pobres ou que estariam abaixo da linha de pobreza, ou seja, seriam miseráveis.

Tabela 30 – Indicadores de indigência e pobreza em Catalão e Goiás, segundo a renda familiar "per capita" em 1991 e 2000.

Indicadores sócio-econômicos / **Dimensão espacial**	Intensidade da indigência, 1991	Intensidade da indigência, 2000	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000.	% crianças em domicílios com renda "per capita" >R$75,50, 1991.	% crianças em domicílios com renda per capita R$75,50, 2000	% de crianças em domicílios com renda "per capita" > R$37,75, 1991	% de crianças em domicílios com renda "per capita" >R$37,75, 2000	% de pessoas com renda "per capita" abaixo de R$37,75, 1991	% de pessoas com renda "per capita" abaixo de R$37,75, 2000	% de pessoas com renda "per capita" abaixo de R$75,50 1991	% de pessoas com renda "per capita" abaixo de R$75,50 2000
Goiás	**35,2**	**47,0**	**42,3**	**39,8**	**58,4**	**49,2**	**26,7**	**20,2**	**19,8**	**14,2**	**48,2**	**36,9**
Catalão	**38,9**	**43,1**	**36,3**	**36,8**	**42,6**	**26,2**	**13,2**	**8,9**	**8,9**	**5,6**	**32,5**	**17,3**

Fonte: PNUD/IBGE/IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Por isto, definir parâmetros de pobreza tornou-se uma situação complexa e fruto de discussões políticas e acadêmicas pois, para muitos estudiosos da questão, outros fatores como os relacionados a nutrição, por exemplo, tais como: o peso e altura de um indivíduo ou dos membros de uma família deveriam ser levados em consideração.

[71] A pobreza tem sido caracterizada por um estado de privação. Privação de bens e serviços e de integração social. Ela é absurda (indigência) quando este estado de privação é tão agudo que não atende sequer as necessidades fundamentais do ser humano. A pobreza é uma condição a que os indivíduos chegam de uma maneira involuntária. Ela é o resultado de políticas e instituições que restringem o acesso de determinados grupos a recursos e limitam seus direitos de cidadania. A pobreza, portanto, expressa um processo de exclusão social, isto é, quando a sociedade "expulsa" uma parte de seus integrantes, restringindo os benefícios da população de riquezas e os processos de decisão apenas a uma parcela privilegiada.

Avaliando-se os dados contidos na tabela pôde-se concluir que para as duas dimensões analisadas, um fato chamou a atenção: o aumento da indigência que cresceu 11,8% em média para Goiás e 4,2% para Catalão. Isto significa que o número de pessoas abaixo da linha de pobreza no Estado foi acrescido em quase três vezes do que aquele verificado em Catalão. Para se ter uma noção do que isto representa, para o município (de um total de 64.347), 23.742 se encontravam na condição de pobreza e, deste total, 10.239 (15,91% do total da população), se encontravam em situação de indigência. A divisão deste número pelo perfil médio das famílias catalanas para 2000 de 3,4 pessoas, descobriu-se que 3.011 famílias viviam nesta condição de extrema privação. Em relação à pobreza o pequeno recuo observado, é quase desprezível, o que mostra que as políticas econômicas e sociais não têm contribuído para alterar este quadro.

A nosso ver, esta condição possui características “sui generis” por dois motivos: primeiro, porque esta condição tende a apresentar diferenças entre os próprios integrantes de uma mesma família. Segundo, pelo fato de que as pessoas consideradas como indigentes podem viver lado a lado com pessoas não assim consideradas, ou seja, elas se encontram, em muitos casos, disseminado pelo espaço urbano de Catalão. Vale também ressaltar que os dados indicam que ocorreu uma redução significativa da presença de crianças (-16,4%) e de outras pessoas (-15,2%) em domicílios com renda abaixo de R$75,50. Isto se deve em parte a redução nas taxas de fecundidade verificado no período, bem como também reflete o aumento da renda das famílias já citado e analisado anteriormente. Porém, o mesmo quadro não se repetiu para as crianças e pessoas que viviam em domicílios com renda de R$37,75, o que demonstra o quanto é difícil sair de uma situação sócio-econômica em que as condições de vida são muito desfavoráveis.

Também, o que se pôde analisar é que as curvas são decrescentes (tanto para Goiás quanto para Catalão), para a percentagem de crianças que viviam com renda “per capita” menor do que R$ 75,50. No caso de Catalão, a queda foi maior na faixa das crianças que viviam com renda “per capita” menor do que R$75, 50, ou seja, ela foi diminuída entre 1991 e 2000 em 16,3%. Outro fato é que enquanto na média de Goiás ocorreu a diminuição de 11,3% da população que vivia com renda “per capita” abaixo de R$ 75,50, para Catalão o recuo foi de 15,3%. Esta constatação demonstrou que em Catalão, o desenvolvimento econômico tem apresentado um melhor resultado.

Outro fato interessante está relacionado aos chefes de domicílios que tinham renda com mais de 1 a 3 SM pois, quando se comparam os dados referentes a 1991 e 2000 pode-se verificar que ocorreu uma diminuição acentuada na freqüência deles na maior parte

dos setores censitários. Para se ter uma idéia desta mudança, foi verificado que em apenas 6 setores (8, 13, 24, 25 e 35 e 36) eles tinham aumentado suas participações, ou seja, em 83% dos setores censitários tinha diminuído o percentual de chefes nesta faixa de renda. A maior redução foi verificada no setor 21, que corresponde ao bairro Margon I, típico de famílias de classe média-alta. Também foi observado que, em 12 setores, ocorreu diminuição, no percentual que anteriormente, ficava entre 10 e 13%. As figuras 40 e 41 mostram como, espacialmente, ocorreu a apropriação da renda por parte dos chefes de domicílios que ganhavam mais de 1 e 3 SM.

Os fatores geo-econômicos até aqui mencionados, entre outros, fizeram com que aumentasse, proporcionalmente, a renda familiar entre 1970 e 2000. Isto se deve ao fato de que os salários auferidos nas novas atividades produtivas que se instalaram no município, tanto no campo quanto na cidade, eram mais elevados quando comparados com aqueles que eram pagos no setor primário, marcado por empresas familiares, com baixa produtividade por pessoa, e com pouco valor agregado aos produtos. Além disto, há que considerar que as famílias eram constituídas por mais pessoas e o mercado consumidor local para os seus produtos era pequeno.

O mesmo fato também acontecia no pequeno comércio (marcadamente familiar e raramente com empregados) e o poder público que não tinha arrecadação suficiente para pagar salários relativamente mais altos. Assim, proporcionalmente, a renda auferida, através do trabalho tem se elevado muito lentamente. Como conseqüência é possível caracterizar que esta elevação foi provocada por dois momentos: o primeiro, através da exploração dos minérios de fosfato e nióbio pelas mineradoras, nos anos 70 e, o segundo, na década de 1990, com a instalação de novas plantas industriais voltadas para a produção de veículos automotores, maquinários agrícolas, processamento de adubo fosfatado e empreendimentos públicos como a construção de hidrelétrica. Assim, nos últimos 30 anos do século passado, o que se observou foi que ocorreu uma diversificação das atividades econômicas que ampliou as oportunidades de emprego e renda. A elevação da renda auferida com o trabalho teria aumentado de forma mais consistente, se nos primeiros cinco anos da década de 1990, não tivesse ocorrido uma estagnação no ritmo de crescimento.

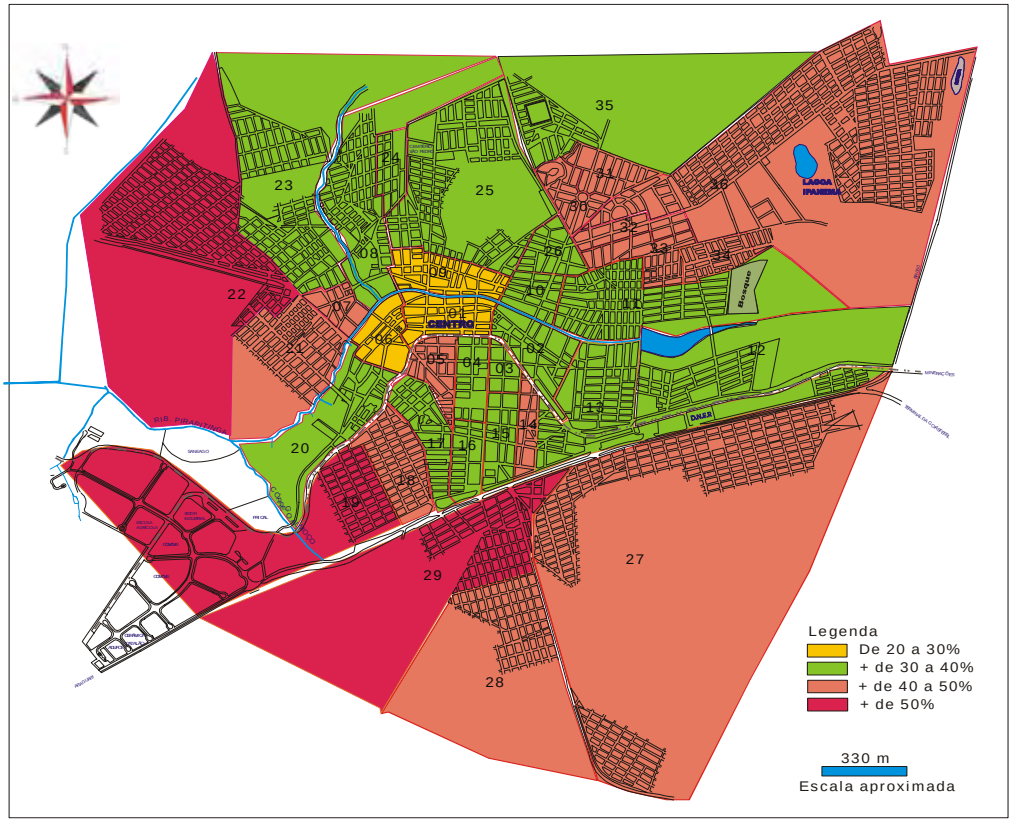


Figura 40 – Apropriação relativa da renda pelos chefes de domicílios com mais de 1 até 3 salários mínimos em 1991 (%).
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

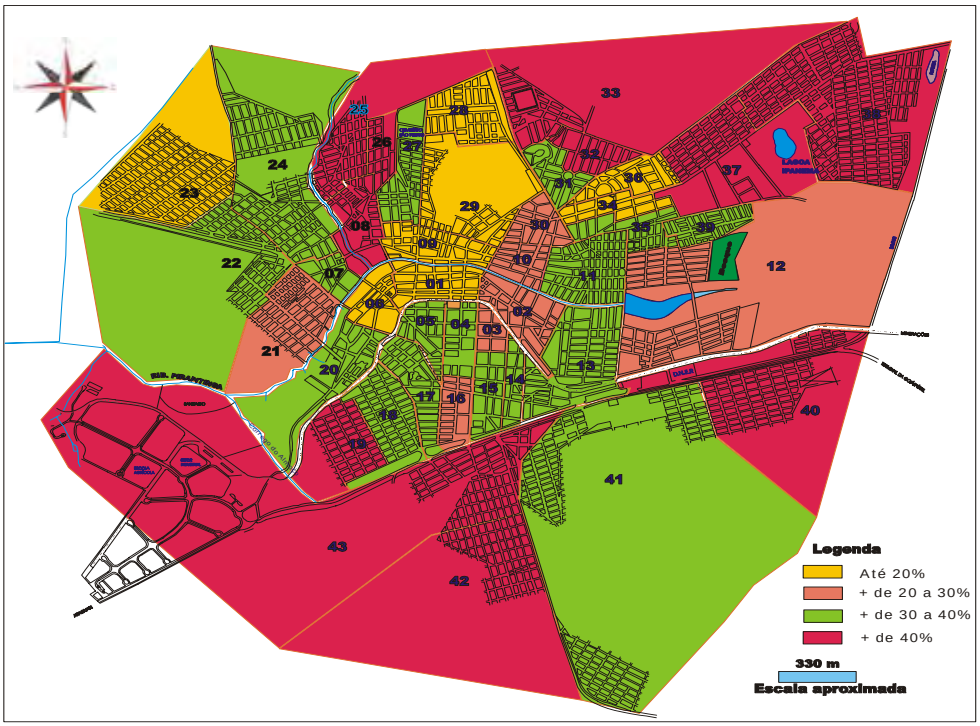


Figura 41 – Apropriação relativa da renda pelos chefes de domicílios com mais de 1 até 3 salários mínimos em 2000 (%).
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Esta situação foi motivada por uma severa reestruturação pela qual passou as empresas ligadas à atividade mineradora, quando em todas elas houve redução de trabalhadores.

Avaliando-se os dados que deram origem as figuras, pode-se constatar que em 1991, não havia nenhum setor censitário em que o percentual de chefes de domicílios era inferior a 20% dos casos. Esta situação era diferente em 2000, quando esta passou a ocorrer em oito setores. Também, diferente de 1991 quando em três setores, os chefes de domicílios que tinham renda de mais de 1 a 3 SM, correspondiam a mais de 50% das famílias, em 2000, esta situação não mais se apresentou. Então, este patamar tinha sido reduzido para a faixa de mais de 40% a 50%.

Os dados permitiram também constatar que tinha ocorrido um aumento considerável do número de setores censitários em que os chefes, nesta faixa, correspondiam entre 20 a 40% de domicílios. Assim, se em 1991, em 55,5% dos setores eles eram a maioria, em 2000, eles passaram a corresponder a 72% dos casos. Portanto, mais chefes de domicílios e suas famílias passaram a viver com este nível de renda.

Mas, a situação que mais deve ser destacada foi àquela referente às pessoas que viviam com renda de mais de 3 a 10 SM. Quando se comparou a trajetória dos dados de 1991 e 2000, pode-se verificar que enquanto em 1991, um número relativamente menor de chefes de família se encontrava nesta situação, em 2000, passou a ocorrer numa proporção mais significativa em muitos setores censitários.

Assim, enquanto em 1991, a percentagem dos chefes de domicílios que tinham renda nesta faixa e que correspondiam, em até 20% dos casos em 21 setores, em 2000 esta situação tinha se reduzido a um caso, o setor censitário 8, localizado no Bairro São José. Na faixa entre 20 a 30%, a redução foi pela metade. Em 1991, eram 27,8% e, em 2000, diminuiu para 13,9% dos setores censitários. Para esta faixa de renda, pode-se também constatar que, ao contrário de 1991, quando em apenas cinco setores, os chefes de domicílios correspondiam a mais de 30%, que em 2000, este percentual passou a estar presente em 30 setores censitários. Os maiores acréscimos de chefes de domicílios nesta faixa de renda ocorreram nos setores 8, 19, 27 e 28, que se encontram em bairros localizados na periferia da malha urbana. As figuras 42 e 43 mostram como, espacialmente, ocorreu a apropriação da renda por parte dos chefes dos domicílios nesta faixa de renda em 1991 e 2000.

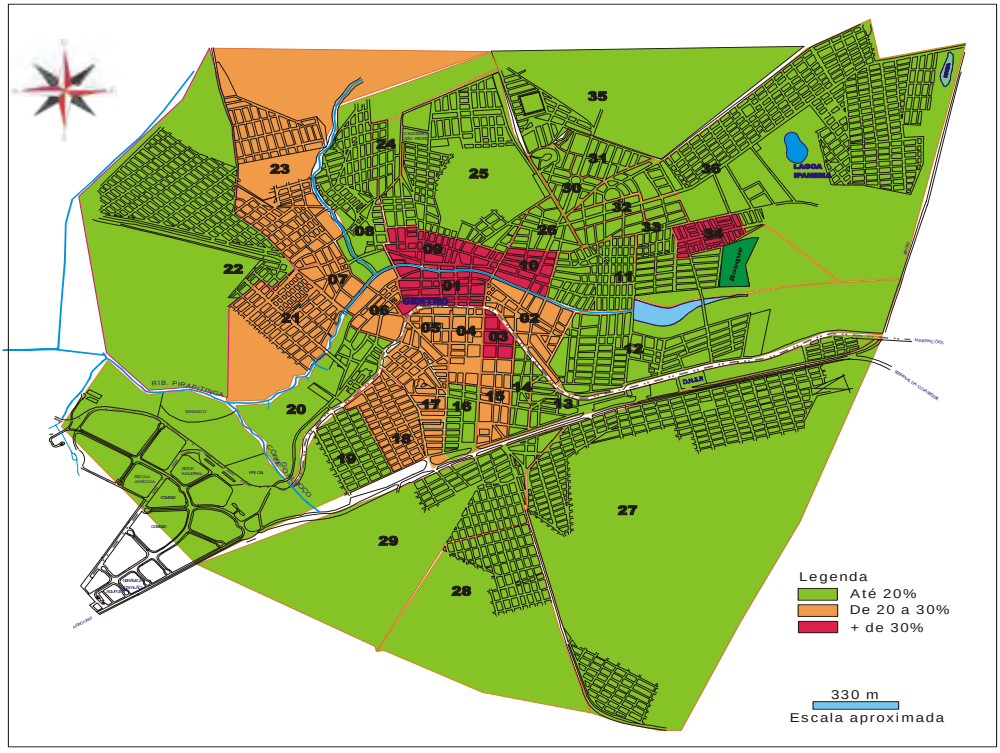


Figura 42 – Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de mais de 3 a 10 salários mínimos em 1991 (em %).
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

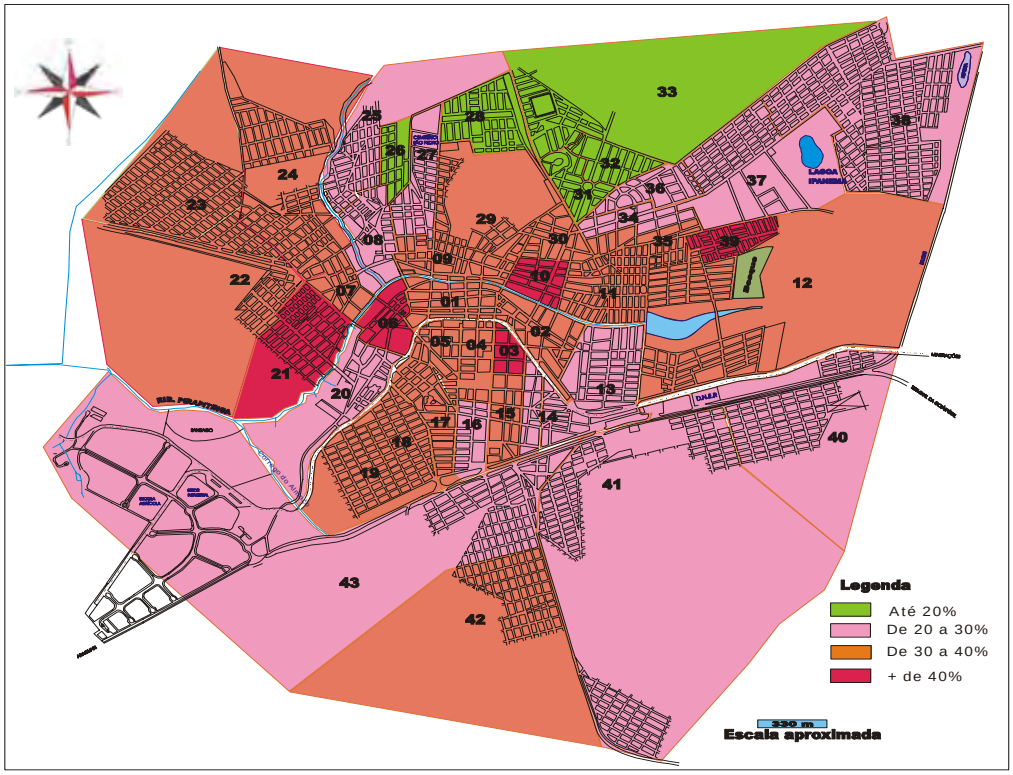


Figura 43 – Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de mais de 3 a 10 salários mínimos em 2000 (em %).
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

O que se pode observar também é que, enquanto ocorre a manutenção na reprodução social e espacial das pessoas que vivem com baixos níveis de renda, no outro extremo pode-se verificar que entre 1991 e 2000, ocorreu uma ampliação das pessoas que passaram a contar com renda superior a 10 SM. Isto foi percebido quando se compararam os dados dos setores censitários de 1991 e 2000, constatando-se que, dos 36 setores apenas em um (setor 25), havia tido uma pequena redução no percentual de chefes de domicílios que ganhavam mais de 10 SM. Em seis setores o acréscimo do número de chefes de domicílios que tinham renda de mais de 10 SM foi superior a 10%, sendo que o destaque ficou para os setores 1, 10, 16 e 21. Isto ocorreu, por exemplo, com as pessoas que viviam no Centro e no bairro Mãe de Deus. O crescimento do número de chefes de famílias que ganhavam mais de 10 SM em 1991 e 2000 pode ser visualizada através dos dados organizados nas figuras 44 e 45.

O aumento considerável no número de chefes de domicílios que em 2000 tinham esta faixa de renda constitui um aspecto importante, porque quanto menor a taxa de pessoas sem renda ou com renda muito baixa, significa que está se formando uma classe média-alta que tem melhores condições de suprir as necessidades de bens materiais, educacional, de alimentação, de saúde e lazer dos seus membros. Significa também, que está ocorrendo uma melhor distribuição de renda, embora a produção de riqueza possa estar crescendo em ritmo mais acentuado.

Assim, devido aos diferenciais de renda nos diversos segmentos sociais, o que se pode observar é a existência de uma sociedade segmentada no espaço urbano. A análise das condições de vida de diferentes segmentos sociais pautada nas diferenças sociais e econômicas resultante da apropriação de renda mostrou que eles criaram e estão a criar, espaços públicos e privados com características diversas, principalmente, quanto às funções objetiva e subjetiva dadas aos mesmos. Desta forma, o que se observa é que tem ocorrido um processo de agrupamento de indivíduos e segmentos sociais em determinados “espaços” dentro da malha urbana de Catalão.

O caso da Vila Teotônio Vilela e do Bairro Mãe de Deus, que serviram de base para a pesquisa de Mestrado, representam bem esta oposição entre opulência versus carência. No primeiro, se formou um grupamento social marcado pelo baixo nível de qualificação profissional, de instrução, de renda, de moradia, de saúde, de trabalho etc. No segundo, um outro extremo, são encontrados espaços residenciais separados de outros próximos por altos muros e instrumentos de segurança; pelo portão eletrônico da maioria das

residências que dão acesso ao cotidiano urbano sem que seus moradores tenham que sair de dentro de um veículo; das ruas vazias de gente, que se encontra entrincheirada em suas “casas

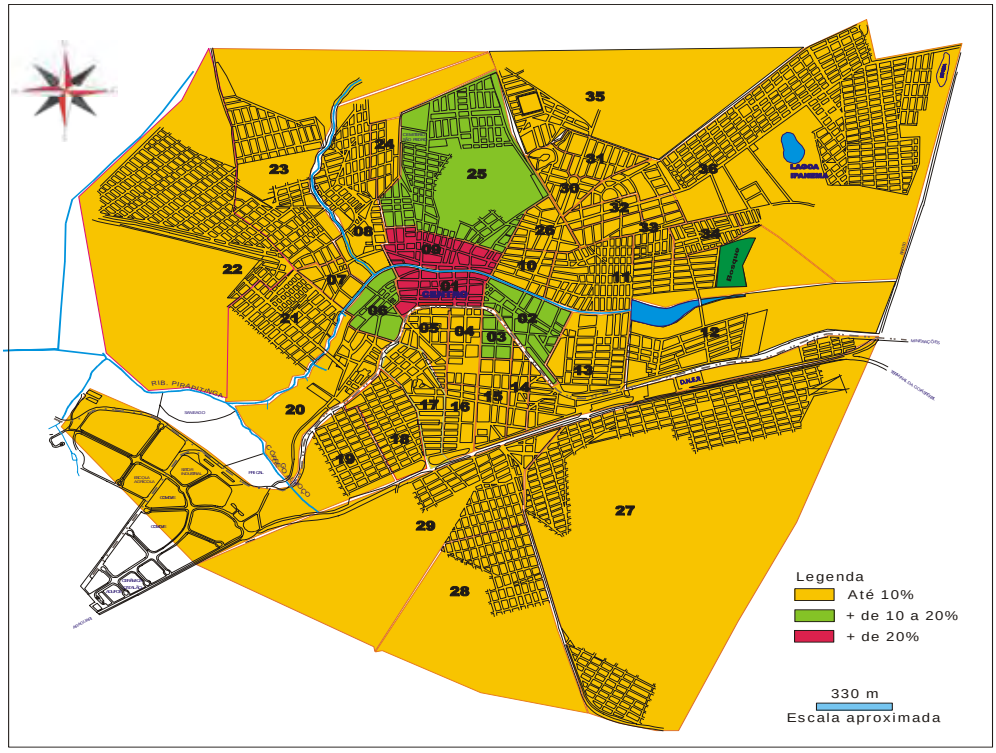


Figura 44 – Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de mais de 10 salários mínimos em 1991 (em %).
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

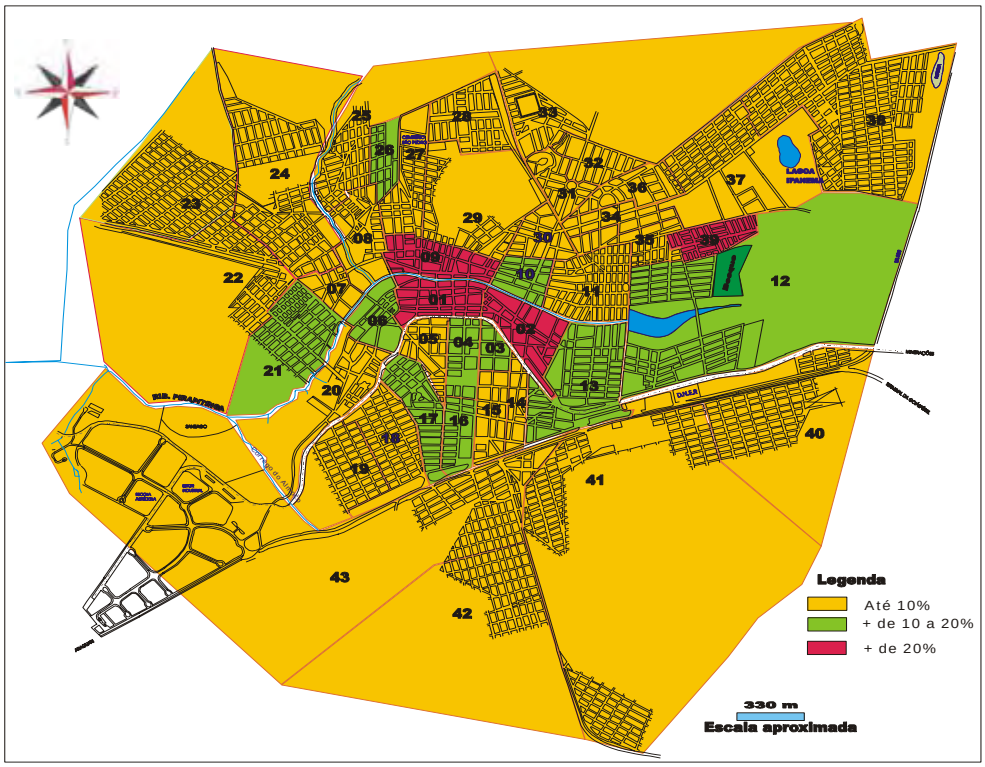


Figura 45 – Apropriação relativa de renda pelos chefes de domicílios com renda mensal de mais de 10 salários mínimos em 2000 (em %).
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

forte” etc. Neste caso formou-se um espaço urbano segregado em função da “programação” residencial que levou a uma identificação por similaridades profissionais, de renda, de qualidade de vida etc. Estes dois exemplos se repetem pela cidade em sua totalidade. Por isto, a paisagem urbana e a sua reprodução cotidiana são, portanto, representadas pelas contradições sociais resultantes da distribuição desigual da riqueza produzida socialmente e das condições de vida resultantes deste processo.

No cotidiano urbano, qualquer espaço em processo de (re) elaboração, traz a identificação se é pertencente, ou se será a este, ou àquela classe social. Desta maneira, em Catalão, principalmente devido aos níveis diferenciados de renda, as formas, os conteúdos e as funções a que parcelas do urbano passam a exibir representam identidades sociais e econômicas. Isto pode ser verificado em muitos bairros da cidade como conseqüência do fato de que é no mundo vivido que os homens constroem o seu cotidiano. É nele que buscam uma melhor qualidade de vida, que trabalham, reproduzem, sonham e morrem buscando alterar a vida presente e aquelas que herdaram de seus antecessores.

Padrões comportamentais derivados dos diferenciais de renda influenciam fortemente para que indivíduos e, até mesmos grupos sociais, se tomem segregados ou se auto-segreguem no espaço da cidade. Por exemplo: em Catalão o lugar de diversão dos jovens de renda média-alta, não é o lugar freqüentado por aqueles que são de renda baixa. Mesmo quando ocorre a reunião num mesmo lugar, formam-se “territórios” bem definidos de acordo com esta divisão da sociedade.

Em qualquer espaço urbano, a segregação social e espacial tem grande parte de sua origem nos diferenciais de renda. Em função disto, em Catalão há uma organização na estrutura da sociedade que se configura na paisagem através da disposição territorial dos níveis de qualidade de vida. Desta maneira, como a forma de socialização dentro do sistema capitalista de produção, se faz de maneira diferenciada, o espaço urbano, também reflete territorialmente, o que acontece no nível de produção e de distribuição da riqueza. As diferenças de renda existentes entre os diferentes grupos sociais constituem, portanto, numa escala variada de fatores, a causa primeira que desencadeia, sucessivamente, outros processos de (auto) segregação na cidade.

A divisão sócio-espacial do trabalho também se faz presente no espaço urbano a partir da qualificação profissional segundo a atividade econômica desempenhada. Estes fatores, por sua vez influenciam, na maioria dos casos, para as distinções sociais verificadas, por exemplo, no nível de renda. Assim, enquanto em uns bairros são encontrados trabalhadores especializados como médicos, engenheiros, odontólogos, advogados,

professores etc, em outros eles são constituídos por pedreiros, lavradores, trabalhadores braçais, empregadas domésticas, lavadeiras etc.

Por isto, nos bairros em que os seus moradores possuem uma qualificação profissional mais elevada, há uma maior possibilidade de auferir maior renda como resultado do trabalho. Para estes, as suas rendas permitem um alargamento do espaço vivido e das oportunidades que surgem ao longo da vida. Porém, o contrário acontece em bairros típicos de trabalhadores de baixa renda e pouca instrução prática pois, no seu cotidiano há um estilo de vida mais interiorano, cujas deficiências monetárias restringem as oportunidades que possibilitariam um aumento nas "opções das pessoas".

Os diferenciais de renda também influenciam na escolha dos bairros para morar pois, se para a maioria não há opção para escolher o lugar de moradia, para uma minoria, de uma forma ou de outra, objetiva / subjetivamente buscam residir em bairros pelos quais se identificam com muitos aspectos sociais, econômicos e espaciais neles presentes. Assim, a renda realmente direciona e possibilita o acesso a diferentes lugares para moradia na cidade porque a identificação social aproxima os que a têm em níveis diferenciados em lugares também diferenciados.

Outro aspecto que a renda influencia e que possui forte impacto para a qualidade de vida da população diz respeito às opções de lazer. Isto, é importante porque enquanto aqueles que possuem renda em níveis mais elevados, preferem ter outras atividades de lazer, fora do ambiente da casa e do bairro, para outros, assistir televisão constitui a principal forma de lazer. Assim, realidades sociais diferenciadas não se misturam, pois os espaços de relações sociais são muitos diversos, sendo mais amplos para um segmento social e, muito restrito para outro.

Ter os programas da televisão como uma atividade de lazer, demonstra também a falta de opção para segmentos sociais. Isto ocorre porque nestes segmentos sociais diferenciados, a maioria que assiste televisão se encontra nas parcelas da população cuja renda familiar é a mais baixa. Assistir televisão é uma prática comum que certamente está ligado a disponibilidade de tempo. Neste caso, a renda determina até o que as pessoas podem assistir, embora seja comum a existência de antenas parabólicas em muitas residências de bairros típicos de trabalhadores de baixa renda.

Assim, para muitas pessoas estar em algum lugar no espaço urbano se faz necessário pesar questões relativas, como por exemplo, o nível de renda, pois se tiverem ou se vierem a ter uma renda mais elevada, poderiam mudar seus hábitos de lazer e passariam a

participar de ambientes públicos e privados que cotidianamente não freqüentam. Ora, isto repercutiria, de forma positiva, na qualidade de suas vidas.

A análise desta questão permitiu concluir que são transferidas para o cotidiano da vida social, as mesmas configurações espaciais marcadas por níveis de qualidade de vida diferenciados por parte dos grupos sociais. No dia-a-dia da cidade, estas configurações sociais e espaciais são resultantes, principalmente, da renda e da posição social adquirida através da formação profissional ou da atividade econômica desenvolvida. Ser empresário, trabalhador qualificado ou não, se traduz na divisão da sociedade em diferentes espaços residenciais e sociais que, por sua vez, resultam na formação de territórios onde os diferentes grupos sociais e seus segmentos se auto-segregam.

No cotidiano das pessoas, a questão da renda se tornou tão fundamental, que tem levado a uma corrida constante, em busca, de cada vez mais, dinheiro e a conseqüente necessidade incutida de compra de bens materiais, faz com que as pessoas se desdobrem em buscar recursos para suas famílias. Daí, no estilo de vida atual, tanto nas classes sociais de baixa renda, quanto aquelas de renda média e alta, muitos membros das famílias sejam obrigados a trabalhar. Uns, fazem isto para manter e elevar o padrão de consumo de bens materiais e a qualidade de vida que estes lhes proporcionam, mesmo que momentaneamente, Outros, o fazem para buscar o sustento para o consumo de bens essenciais para a sobrevivência da família como, por exemplo, a compra de alimentos, roupas e moradia.

Por sua vez, o desenvolvimento econômico que possibilitou a agregação de valor aos produtos elaborados e extraídos no município e a criação de empregos tem acarretado a geração de renda que, em boa parte, tem sido utilizada para o consumo de bens duráveis e de equipamentos eletrodomésticos, que possuem papel importante para a qualidade de vida das pessoas. A figura 46 mostra o perfil das aquisições por parte da população de alguns bens-duráveis entre 1970 e 2000.

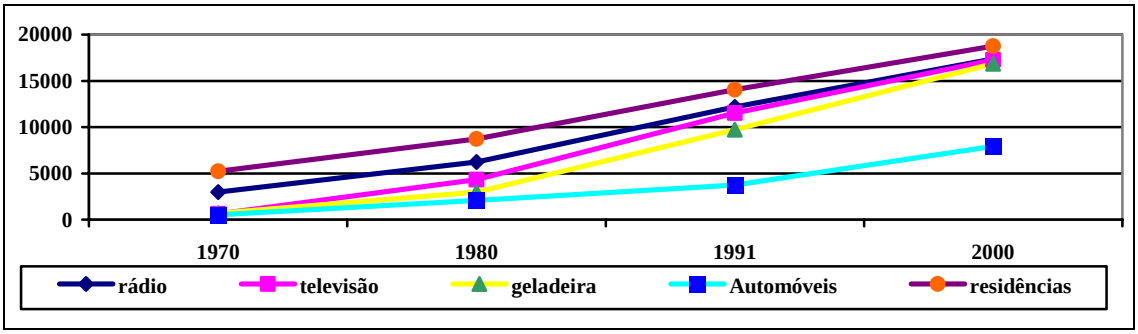


Figura 46 – Aquisição de alguns bens-duráveis entre 1970 e 2000.
Fonte: IBGE. Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A aquisição de bens de consumo também possui características de distribuição sócio-espacial pois, não há uma relação direta entre as suas quantidades e o número de domicílios existentes numa cidade. Isto acontece, por exemplo, com a televisão e o rádio que nas classes sociais mais abastadas podem ser encontrados em proporções maiores. O inverso desta situação acontece com aqueles segmentos sociais de baixa renda pois, fazer a aquisição de apenas um destes bens significa um grande sacrifício para o orçamento familiar. Outro aspecto está no fato de que era muito mais difícil adquiri-los há 30 anos atrás, quando a renda da maioria das famílias era muito baixa, não se tinha a facilidade de crediário e os hábitos culturais eram outros. Também, deve ser lembrado que cada um destes produtos, no momento dos seus lançamentos no mercado consumidor, normalmente tinha preços muito elevados os quais, com o decorrer do tempo, diminuíam.

Não considerando estes aspectos, os dados da figura, revelam que aumentou em muito a relação destes bens materiais, tanto no que diz respeito a presença deles nos domicílios, bem como com o total da população. Assim, por exemplo, no caso da geladeira (um dos eletrodomésticos mais essenciais no mundo urbano), em 1970 estava presente em apenas 13,1% dos domicílios, enquanto em 2000 passou para 89,9% e, da televisão que dada a sua possibilidade de acesso a informação, a instrução e como opção de lazer estava presente em 1970 em 11,9% dos domicílios, enquanto em 2000 estava presente em 92% dos domicílios.

O telefone é um bem de consumo que no mundo atual tem um papel importante na sociedade da informação. Porém, de acordo com o Informativo publicado pela Prefeitura de Catalão em 1991 (p. 32) “[...] não se fazia presente em 1970 em muitos domicílios devido ao preço exorbitante que detinha e, em 1980, ainda era extremamente complicado conseguir fazer uma ligação interurbana”. No ano de 1970, o Censo constatou que o aparelho estava instalado em 879 residências, ou em apenas 10,1% deles. Mas, de acordo com o Censo de 2000, em 20 anos ocorreu um acréscimo de 704,4% e já se fazia presente em 6.191 residências. A linha telefônica é também um importante meio utilizado para a conecção via Internet com o mundo mas, que precisa de um computador para realizar este procedimento. Em 2000, este bem de consumo introduzido na década de 1990 na vida, principalmente, das pessoas de classe média e alta estava presente em 1.091 residências, que atendiam a 6,08% da população ou seja, 3.921 pessoas.

O automóvel, que na grande maioria dos casos se constitui como patrimônio da família, também apresentou neste período um crescimento importante, revelando assim o aumento do nível de renda da população, já que é um bem caro e cuja manutenção é onerosa.

Assim, de acordo com o Censo de 1970 eram 514 e estava presente em 9,8% das residências; em 1980 foi constado um crescimento de 401,2%, em 1991, 180,8% e em 2000, 213%.

De uma forma geral, o que se observou quando se comparou os dados de 1970 com os de 2000, sobre a aquisição de bens materiais e eletrodomésticos por parte das famílias catalanas é que as altas taxas verificadas, principalmente, entre 1970 e 80, está no fato de que se partia de um padrão de vida mais simples, quando se precisava de poucos bens duráveis para se viver, para um outro e novo modo de vida pautado no mercado de consumo, cujos produtos são, em muitos casos, supérfluos mas, que contribuem e muito, para a qualidade de vida das pessoas.

Por sua vez, o aumento significativo de eletrodomésticos e bens de consumo tem resultado num incremento significativo da demanda por energia elétrica. Este aspecto já foi motivo de investigação por parte do PNUD/ONU em 2001, que considerou a possibilidade de acesso a este bem como um dos mais fundamentais elementos que colaboram para o desenvolvimento humano. As vantagens são inúmeras, mas aqui, citamos apenas duas: conservar os alimentos e a abertura da possibilidade de geração de renda a partir de uma atividade familiar.

Da mesma forma que ocorre a classificação em outras dimensões como ao nível de municípios, estados e países, alterações nos níveis de renda da população também atuam no sentido de modificar a classificação dos setores censitários. Por isto, buscando aprofundar a análise da distribuição de renda da população nos setores censitários, efetuou-se este mesmo procedimento. A tabela 31, registrando estas alterações, traz as informações relativas a classificação dos setores censitários, segundo o IDH- médio dos anos de 1991 e 2000.

Usando este critério, quando se compararam os dados de 1991 com aqueles equivalentes a 2000, observou-se que ocorreram mudanças importantes no IDH-renda da população pois, alguns setores aumentaram na classificação, enquanto outros diminuíram. Isto mostra que no, intervalo entre 1991 e 2000, ocorreram importantes rearranjos populacionais na cidade de Catalão. Aqui cabe um informe importante: a classificação dos setores censitários seguiu o critério de classificação do PNUD/ONU, que separou em três grupos os níveis de desenvolvimento humano (até 0,500, de 0,501 a 0,799 e 0,800 e mais).

A análise sobre os níveis de renda e os seus respectivos IDHs em 1991 e 2000, possibilitou chegar a algumas considerações: em 1991 não havia setores censitários em que suas populações se incluíam no nível de IDH-renda elevado. Esta situação não se repetiu em 2000, quando dois setores censitários passaram a ter IDH-Renda igual ou superior a 0,800.

Em relação ao IDH-renda médio, em 1991 haviam vinte e oito setores censitários, que em 2000 tinham sido acrescidos em mais um, chegando a vinte e nove setores. Aspecto importante foi a redução 37,5% para aqueles setores que se enquadravam com IDH-renda baixo, que eram oito setores em 1991 e passaram para cinco em 2000.

Tabela 31 - Classificação do IDH-Renda, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991 e 2000.

Setor censitário	IDH-renda em 1991	Setor censitário	IDH-renda em 2000	IDH-renda Classificação final	Média do IDH	Setor censitário
9	0,768	**1**	0,874	1	0,821	**1**
1	0,767	**9**	0,833	2	0,801	**9**
2	0,698	**2**	0,781	3	0,740	**2**
6	0,697	**10**	0,741	4	0,718	**6**
3	0,658	**6**	0,739	5	0,692	**10**
15	0,651	**17**	0,726	6	0,687	**3**
25	0,642	**4**	0,719	7	0,679	**4**
10	0,642	**16**	0,717	8	0,663	**15**
4	0,638	**3**	0,716	9	0,658	**16**
34	0,602	**21**	0,694	10	0,657	**17**
16	0,599	**12**	0,692	11	0,642	**21**
21	0,590	**13**	0,687	12	0,632	**25**
5	0,590	**26**	0,679	13	0,63	**26**
17	0,587	**15**	0,674	14	0,617	**18**
7	0,581	**32**	0,667	15	0,612	**34**
26	0,580	**18**	0,654	16	0,612	**7**
18	0,579	**7**	0,642	17	0,611	**5**
23	0,572	**11**	0,637	18	0,607	**12**
11	0,572	**23**	0,636	19	0,605	**11**
14	0,543	**5**	0,632	20	0,604	**23**
32	0,538	**33**	0,631	21	0,603	**32**
19	0,526	**25 (27+28+29)**	0,621	22	0,594	**13**
22	0,524	**34**	0,621	23	0,576	**33**
20	0,524	**19**	0,621	24	0,574	**19**
12	0,522	**28**	0,607	25	0,573	**14**
33	0,521	**14**	0,602	26	0,552	**20**
36	0,512	**36 (37+28)**	0,597	27	0,548	**36**
13	0,501	**27 (40+41)**	0,584	28	0,543	**28**
29	0,486	**20**	0,580	29	0,542	**22**
28	0,478	**29**	0,569	30	0,528	**29**
31	0,465	**8 (+25)**	0,563	31	0,524	**27**
30	0,465	**22 (+23)**	0,560	32	0,500	**30**
27	0,463	**30**	0,534	33	0,499	**8**
8	0,434	**31**	0,515	34	0,490	**31**
35	0,415	**35**	0,497	35	0,456	**35**
24	0,391	**24**	0,479	36	0,435	**24**

Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Como se pôde observar anteriormente, os diferentes segmentos sociais procuram se identificar tanto social quanto espacialmente e isto, com certeza, influenciou

neste processo de rearranjo populacional verificado internamente na cidade. Assim, não somente a renda da população nos diferentes setores censitários mudou, mas também a reordenação interna da população que ao longo do tempo, muda de um bairro para outro da cidade, caracterizando uma importante migração “intra-urbana”. Devido a estes fatores, a análise comparativa da classificação dos setores censitários mostrou que haviam ocorrido mudanças consideráveis em 32 dos 36 setores, ou seja, somente 4 setores permaneceram na mesma classificação em que se encontravam em 1991.

A análise pormenorizada dos dados de 2000 permitiu ainda identificar o número de famílias e pessoas que se enquadrava em cada nível de desenvolvimento humano. Assim, neste ano, do total da população de Catalão (56.224 pessoas), foi constatado que 2.038 pessoas (3,6%), pertencentes a 617 famílias da cidade, tinham IDH-renda alto.

Também, foi constatado que 46.931 pessoas (83,5% da população), pertencentes a 13.570 famílias tinham IDH-renda médio. Para a análise, este segmento foi dividido em três subgrupos, sendo o primeiro, relativo ao grupo de 0,700 (2 setores); o segundo, de 0,600 (17 setores) e o terceiro de 0,500 (10 setores). Assim, das 46.931 pessoas que tinham este nível de IDH-renda, foi constatado que 1.623 delas (3,4%) estavam no topo deste grupo populacional, enquanto 31.798 (67,7%) estavam na parte intermediária e 13.510 pessoas (28,8%) se encontravam na parte inferior.

Com relação ao IDH-renda baixo, foi constatado que tinha ocorrido um avanço importante quando se comparou 1991 e 2000. Enquanto em 1991 este segmento era composto por 11.500 pessoas (24,6% do total), que pertenciam a 2.816 famílias, em 2000, eram 3.763 (6,7%), que faziam parte de 1.079 famílias, ou seja, mesmo com a população crescendo tinha ocorrido uma redução de 17,9% no total das pessoas e de 67,3% no total das famílias. Estes dados, embora a análise da renda dos chefes de domicílios tenha aumentado, não indicam que houve redução das famílias e pessoas pobres na mesma proporção mas sim, é resultante de mudança no parâmetro de cálculo do IDH-renda efetuado em 1999.

A partir dos dados contidos na tabela sobre o IDH-renda de cada setor censitário, foi possível elaborar a figura 47 que mostra, graficamente, o perfil dos seus respectivos índices entre 1991 e 2000.

A análise dos dados sobre ganhos no IDH-renda entre 1991 e 2000, permitiu verificar que dos 36 setores, em 9 deles ocorreram aumentos do IDH-renda em mais de 100 pontos, enquanto em 18, o acréscimo variou de 50 a 99 e em 9, variou de 0 a 49 pontos. Dentre os cinco primeiros daqueles que mais obtiveram pontos entre 1991 e 2000, pode-se citar os setores que se situam nos bairros São Francisco, em função da constituição do Setor

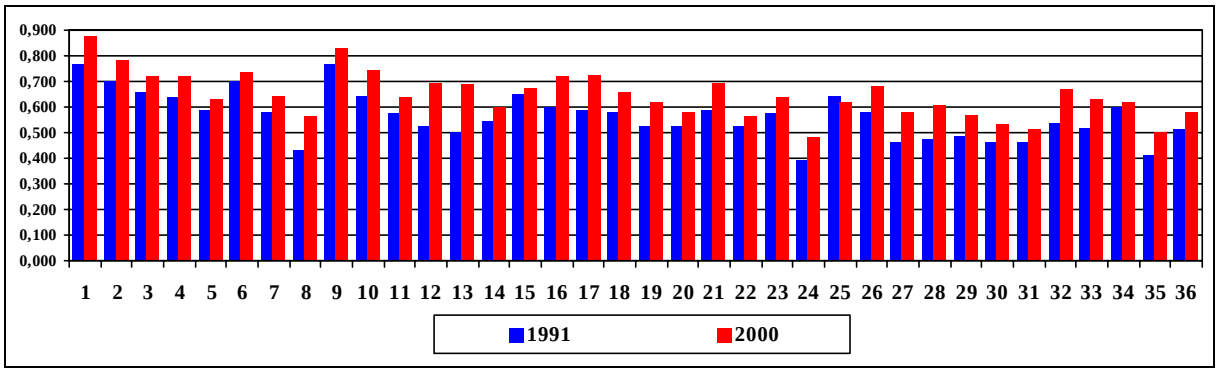


Figura 47 – Mudanças no IDH-renda, segundo os setores censitários em 1991 e 2000.
Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Lago das Mansões, que pela sua característica de classe média-alta influenciou o IDH do setor 13; o setor 17 (bairro JK); o 32 (parte comercial da Vila Chaud); o 28 (conjunto habitacional Castelo Branco que possui muitos trabalhadores das mineradoras) e, o setor 8, (bairro São José), em função da reordenação do perfil populacional e imobiliário.

Quanto aos cinco que menos obtiveram pontos entre 1991 e 2000, pode se citar o setor 25 que teve o seu índice prejudicado, em função da construção de um conjunto habitacional para população de baixa renda em meados da década de 1990; os setores 31 e 33 que se situam nos bairros da América e Progresso e os setores 12 (que teve pouca alteração no perfil da população que residia neste bairro) e 34, localizado no setor Universitário que possui um número considerável de funcionários das mineradoras, cujas empresas dão muita estabilidade no emprego.

Visando demonstrar sob o ponto de vista espacial as mudanças no IDH-renda verificada nos setores censitários entre 1991 e 2000, elaboraram-se as figuras 48 e 49 que mostram estas especificidades. O que mais chamou a atenção nas figuras foi que em 2000, se confirmou a tendência de homogeneização do IDH-renda de nível médio verificado em 1991.

Na seqüência, utilizando-se dos mesmos procedimentos de análise efetuada para a variável renda, busca-se caracterizar a distribuição dos níveis de instrução e suas implicações sobre a qualidade de vida da população de Catalão. A análise consistiu, portanto, na identificação das estruturas sociais e espaciais inerentes aos padrões de distribuição dos níveis de instrução e de acesso a educação. Com este objetivo, inicialmente, foi efetuada análise de forma geral da situação da educação da população do município para o período entre 1970 e 2000. Na seqüência, o procedimento utilizado buscou demonstrar, especificamente, para a população da cidade de Catalão, através da análise dos dados inerentes aos setores censitários, quais foram as mudanças ocorrida entre 1991 e 2000.

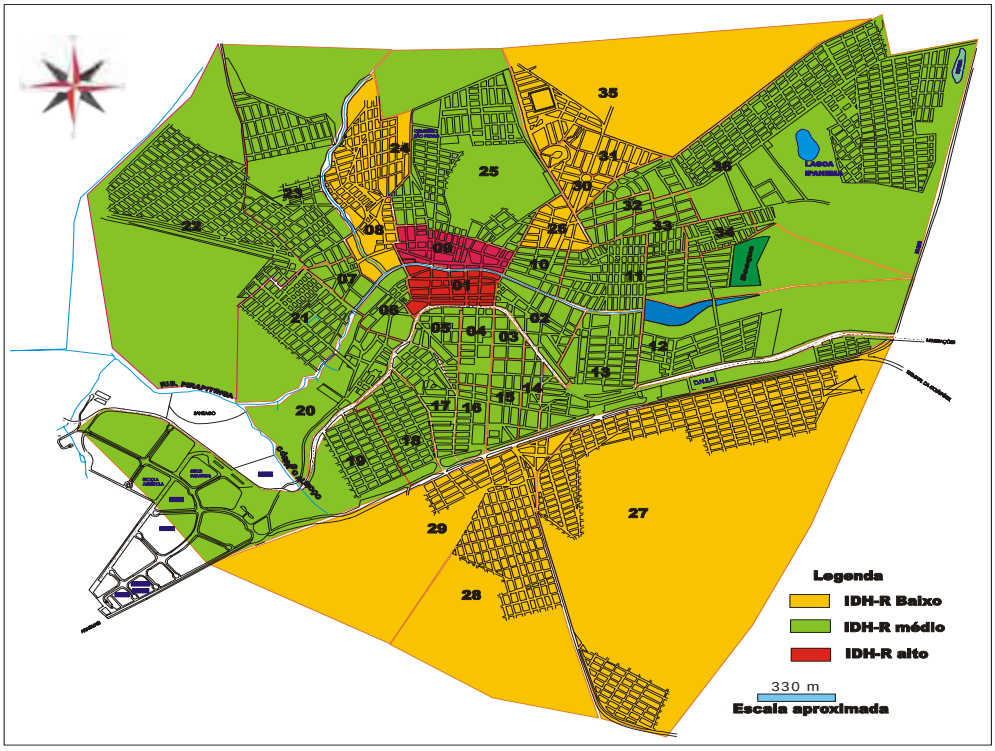


Figura 48 – Distribuição da renda, como componente do IDH em 1991.
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

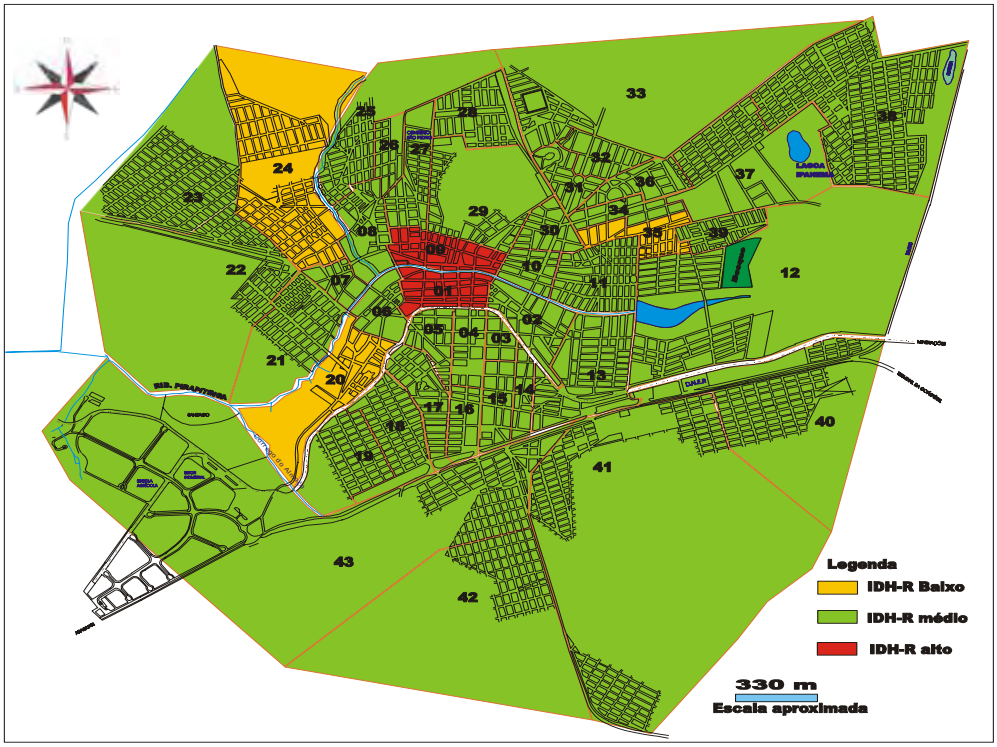


Figura 49 – Distribuição da renda, como componente do IDH em 2000.
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

4.4 A distribuição dos níveis de instrução e suas implicações sobre a qualidade de vida em Catalão

Em diversos países em vias de desenvolvimento existe muita pobreza entre a maioria da popu1ação, bastante riqueza entre alguns privilegiados e relativamente poucos indivíduos na posição intermediária. Por isto, nos países mais problemáticos, um dos objetivos da política de desenvolvimento econômico tem sido o de combinar crescimento econômico com uma melhoria na distribuição da renda e da riqueza. Uma das estratégias principais para a consecução de tal objetivo tem sido a de expandir o sistema educacional e tornar o ensino, em seus diversos graus, mais acessível a toda a população. No caso do Brasil, o que se observa é que a esperança que se depositava na educação como instrumento para melhorar a renda e a equidade entre as pessoas não tem atingido seus objetivos. Isto acontece porque o crescimento do PIB não tem sido associado a uma diminuição das desigualdades. Desta forma, mesmo que se tenha um sistema educacional em expansão e haja um compromisso constitucional para com a democratização do ensino, não se obteve melhorias significativas.

Neste sentido, esperava-se que a expansão da escolarização e a igualdade das oportunidades educacionais promovessem uma distribuição mais igualitária da renda. A escolarização deveria contribuir para a formação de capital humano, fornecendo as habilidades e comportamentos produtivos que aumentariam a produtividade e qualidade de vida. Esperava-se também, que a escolarização tivesse um efeito direto sobre a redução da pobreza, através do provimento de educação para os analfabetos e para aqueles indivíduos situados no nível mais baixo da ordem social, possibilitando-lhes competir por trabalhos mais qualificados e reduzindo o excedente de trabalhadores não-qualificados.

Assim, considerou-se importante rever teorias que versam sobre a re1ação entre educação e distribuição de rendimentos e de renda, a fim de se compreender melhor por que as previsões otimistas sobre educação, igualdade, não tem sido corroboradas pelos fatos. Para muitos, há uma restrição ao tentar tornar a renda mais eqüitativa através da educação pois, a renda tem dois componentes, dos quais somente um é afetado diretamente pela educação. De acordo com Levin (1984):

> A renda pode ser dividida em (a) rendimento, composto pelo salário ou remuneração proveniente do trabalho, e (b) renda não ganha, derivada da posse da propriedade. O último componente é formado por aluguéis, juros, dividendos e royalties e é originado da simples posse da propriedade e não do esforço do trabalho. Assim, grande parte da desigualdade de renda em todos os paises capitalistas é devida na

> elevada concentração da propriedade nas mãos de uma pequena porção da população. (LEVIN, 1984, p. 18)

Como as políticas educacionais podem influenciar apenas na distribuição dos rendimentos resultantes do trabalho, uma importante fonte de desigualdade da renda não é afetada pela educação. Por isto, é importante observar que todas as teorias que estudam a relação entre educação e distribuição da renda aceitam as limitações da educação enquanto instrumento que influencia apenas a distribuição dos rendimentos. Isto significa, portanto, que uma das principais fontes de diferenças de renda (a acentuada desigualdade na posse da propriedade), é deixada intacta pela educação, exceto na medida em que esta proporciona acesso e informação sobre os meios de aumentar a renda originária da propriedade.

Porém, o que se observa, ainda que tenha havido maior igualdade nos resultados educacionais e uma substancial expansão das matrículas escolares, é que não tem havido uma nítida tendência em direção a uma redução das desigualdades de rendimentos. Além disto, tem havido, ao longo do tempo, um aumento no nível de educação exigida pelos empregadores para determinados serviços bem como aumento dos níveis educacionais entre os desempregados. Isto é, um trabalhador somente pode melhorar sua condição de vida e rendimentos futuros obtendo relativamente mais educação que as demais pessoas com as quais concorre no mercado de trabalho.

Assim, enquanto a educação pode servir para redistribuir as oportunidades entre os indivíduos, alterando suas posições na fila de espera de empregos e entre os empregos existentes, ela pode ainda mudar a produtividade e os rendimentos destes empregos. Desta forma, a educação pode ser usada como fim e meio para mobilidade individual sem modificar a distribuição geral dos rendimentos e oportunidades.

Outra forma de analisar a relação entre educação, rendimentos e qualidade de vida é aquela indicada pela teoria da segmentação do mercado de trabalho apresentada por Richard, M. et al. (1975). Esta teoria afirma que os efeitos da educação dependeriam da distribuição das pessoas escolarizadas entre os diferentes mercados de trabalho. Os mercados de trabalho são tidos como sendo diferentes entre si, no que se refere ao seu funcionamento, havendo, por exemplo, profundas diferenças entre empregos do setor primário e secundário. Os empregos do setor secundário oferecem maior estabilidade, apresenta quantias substanciais de investimentos de capital por trabalhador e proporcionam sistemas de promoção bem articulados e oportunidades de treinamento. Os empregos do setor primário são quase sempre de natureza temporal ou sazonal com menos capital e pouca oportunidade para mobilidade em termos de carreira.

Como explicar o fato de a educação poder ser vista como grande potencial para possibilitar a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento humano, a aprendizagem e o sucesso econômico, quando a realidade parece ser diferente? Só se pode entender estas incoerências levando em conta o fato de que a educação apresenta, por exemplo uma possibilidade: promover a igualdade diminuindo ou acabando com a desigualdade. Estes dois papéis são intrínsecos à natureza da educação formal pois, a expansão da educação pode ser uma fonte libertadora, na medida em que proporciona conhecimento, valores, atitudes e aspirações para uma participação política plena e democrática de todos os cidadãos. Deve-se considerar, também, a dupla potencialidade da educação sobre o desenvolvimento humano. A educação pode ampliar as possibilidades para o pensamento, a comunicação, a cultura, a arte e assim por diante. Teoricamente os limites da educação só são encontrados nos limites de nossa imaginação.

De acordo com Coraggio (2000) outra especificidade inerente a pelo menos, uma parte da demanda de educação seria o caráter derivado das necessidades de aprendizagem pois, os conhecimentos e destrezas são vistos como recursos instrumentais para realizar determinadas ações ou tipos de ações produtivas, comunicativas, políticas, etc, que possuem grande impacto sobre a qualidade de vida das pessoas. Assim, para ele:

> Num momento em que as bases materiais da qualidade de vida e da própria sobrevivência das melhorias humanas estão em crise, parece válido concentrar a atenção no caráter instrumental do conhecimento. Esse sentido instrumental surge tanto de um ponto de vista sistêmico (econômico, social ou político) como do ponto de vista dos desejos dos indivíduos ou grupos. (CORAGGIO, 2000, p. 228)

Deste modo, a educação pode, por exemplo, melhorar a condição econômica das pessoas, o nível de nutrição e de saúde e facilitar a mobilidade social. Alem destes há muitos outros. A educação pode proporcionar maior coesão social, assegurar estabilidade, consolidar valores democráticos, desenvolver a participação política e assim por diante. Num país em desenvolvimento, como o Brasil, muitas destas dimensões têm ganhado um significado maior em função de que a pobreza assume proporções consideráveis, a maior parte da renda e da riqueza se encontra nas mãos de uma minoria e as condições de saúde e de habitação estão bem aquém do desejável. Por isto, a educação tem se tornado a única alternativa que resta para os pobres romperem com condições de vida inadequadas.

No caso de Catalão pode-se perceber que a distribuição dos níveis de escolaridade e as implicações que isto tem para a qualidade de vida possuem características marcantes e representam bem esta situação de desigualdades sócio-econômicas. A tabela 32 traz o perfil dos anos de estudo da população de Catalão entre 1970 e 2000.

Tabela 32 – Anos de estudo da população em idade escolar de Catalão em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Anos de Estudo	1970	1980	1991	2000
Sem instrução e – de 1 ano	8.059	9.328	5.606	3.988
1 a 3 anos	7.354	9.428	8.758	7.888
4 a 7 anos	3.701	10.658	17.394	21.510
8 a 10 anos	579	2.436	5.205	9.290
11 a 14 anos	293	1.710	4.780	8.730
15 anos ou mais	57	266	1.135	2.220
Não determinados	13	16	24	145
Total	20.054	33.842	42.902	53.771

Fonte: IBGE. Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A análise dos dados da tabela permitiu constatar que em 1970, do total de pessoas que tinham tido algum nível de instrução escolar, 5.622 tinham completado algum nível de instrução. Deste total, 4.535 tinham concluído o equivalente a 1ª fase do 1º grau, enquanto outras 700 pessoas tinham completado a 2ª fase do 1º grau, ou seja, tinham até a 8ª série. Em 1970, apenas 316 pessoas tinham completado o 2º ciclo (atual 2º grau) e apenas 71 tinham nível superior completo.

Os dados de 1970 também nos revelaram o elevado percentual de pessoas que residiam no município e que se encontravam na situação de analfabetas ou com baixos níveis de instrução, ou seja, 40,2% do total. Das pessoas que tinham algum nível de instrução, 55,1% tinha instrução que ia da 1ª série do 1º grau até ao correspondente a 7ª série da atual 2ª fase do 1º grau. Por isto, o percentual para aqueles que tinham da 8ª série para mais, era de apenas 4,7% do total da população com algum nível de instrução. Também, os dados do censo de 1970 apontavam uma tendência que era a de ter um processo crescente de analfabetismo à medida que as faixas de idade iam avançando, por exemplo, na faixa de 60 anos e mais, apenas 40,6% das pessoas sabiam ler e escrever.

Dados do Censo de 1970 indicaram também, que as mulheres de Catalão representavam 53,4% da população, constituíam a maioria das pessoas com nível de instrução elementar completa. Elas também eram maioria (51,8%) com o 1º ciclo concluído enquanto no 2º ciclo do 1º grau elas totalizavam 57,3%. Das pessoas que tinham concluído o 2º grau, era a maioria absoluta com 75,6%, enquanto as pessoas com nível superior a situação era inversa, ou seja; elas eram apenas 12,7%. Este quadro mostra as dificuldades financeiras e sociais que a maioria das pessoas do sexo feminino encontrava para se libertar dos laços familiares já que, para estudar no nível superior era preciso mudar para outros centros mais desenvolvidos como Uberlândia, Goiânia e Brasília. De certa forma, este quadro mostra uma

situação muito melhor do que aquela verificada para os homens pois, além de estudar por mais tempo, o número de pessoas analfabetas do sexo feminino era muito menor.

Os dados ainda revelaram que o perfil dos anos de instrução da população tinha se alterado de forma considerável na década de 1970. Esta constatação foi possível porque o Censo de 1980 revelou que o número de pessoas que se encontravam na situação de analfabetas ou com até 1 ano de instrução tinha diminuído proporcionalmente, para 27,6% da população em idade escolar, enquanto em 1970 eles representavam 40,2%. Houve, portanto, um recuo considerável pois, além de a população ter crescido, o número total de pessoas nesta situação, pouco tinha se alterado em relação a 1970.

Em 1980, entre as pessoas que tinham algum nível de instrução, 59,3% (20.086) tinham instrução que ia da 1ª série do 1º grau até o correspondente a 7ª série da atual 2ª fase do 1º grau. Esta informação mostrou que neste nível de instrução, em termos percentuais, a situação tinha mudado muito pouco no intervalo de 10 anos. Mas, a análise em termos absolutos, mostrou que o total de pessoas neste nível de instrução tinha quase dobrado. Outro dado que mostrou uma melhoria no quadro educacional da população foi a alteração, em termos relativos, para aqueles que tinham da 8ª série para mais. Em 1980 este grupo passou a ser de 13,1% do total da população que tinha algum nível de instrução.

Por sua vez, os dados de 1991 apontaram para uma mudança substancial nos anos de estudo da população. Se no Censo de 1980, ainda era grande o número de pessoas que se encontrava entre 1 a 3 anos de instrução, neste ano elas tinham diminuído para 20,4%, enquanto aquelas que tinham entre 4 e 7 anos tinham aumentado para 40,5% do total. Mudança ainda mais significativa ocorreu para as pessoas que tinham de 8 a mais anos de estudo que passaram a ser 26% do total, enquanto em 1980 correspondiam a apenas 13,1%, ou seja, tinham dobrado a sua participação no período de 11 anos.

Para o Censo de 2000, os dados revelaram que tinha sido invertida a situação dos extremos, quanto aos níveis de instrução da população em idade escolar. Assim, naquele ano, 37,6% das pessoas contavam com 8 anos e mais de instrução, ao passo que apenas 14,7% se encontravam com níveis de instrução entre 1 a 3 anos e, apenas 7,4% se encontrava sem instrução alguma ou, com menos de um ano de escolaridade.

Um fato relevante e que deve ser destacado em função de sua importância para a qualidade de vida, foi o aumento significativo na quantidade de pessoas que tinham o 2º e 3º grau de instrução. Se em 1970 eram apenas 1,74%, em 2000 elas passaram a corresponder a 20,4% do total da população.

Para uma análise mais específica do que ocorreu com o perfil educacional da população, na década de 1990, utilizou-se também dos dados derivados dos Censos de 1991 e 2000, contidos no Atlas do IDH-M de 2003, que permitiu elaborar as figuras 50, 51 e 52.

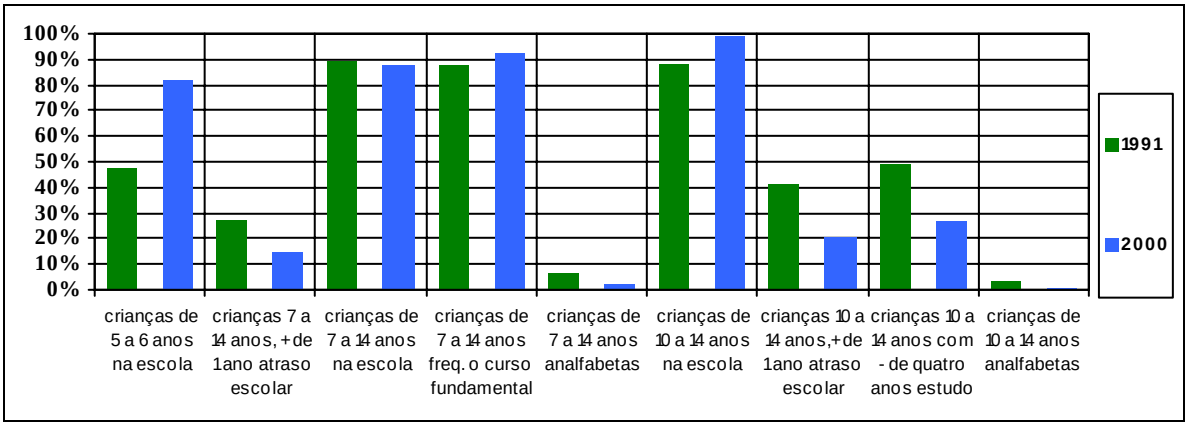


Figura 50 – Perfil educacional da população de 5 a 14 anos em 1991 e 2000 no município de Catalão. Fonte: PNUD/IBGE. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

Na figura acima, pode-se perceber que houve um crescimento significativo no número de crianças de 5 a 6 anos na escola em relação a 1991 pois, em 2000, das 1.926 crianças, 1.563 (82,1%) estavam freqüentando alguma escola. Este aspecto é importante porque diminui a possibilidade de no futuro se ter pessoas analfabetas, uma vez que as crianças, nesta fase da vida, possuem mais facilidade para a aprendizagem. O ingresso na escola de crianças nesta faixa de idade tem também, apelos socioeconômicos pois, possibilita as mães buscarem trabalho, nem que seja numa parte do dia. Outro fato é que, mesmo com menos filhos, ter filhos na escola também constitui um importante reforço no orçamento da família, porque se tem menos gastos, por exemplo, com a alimentação.

Este aumento também é reflexo da própria dinâmica da estrutura etária da população pois, com o passar do tempo, tem ocorrido uma menor proporção do número de escolas e salas de aulas em relação ao número de alunos a partir do 1º ano da 1ª fase do 1º grau em decorrência da redução da fecundidade. Assim, as salas de aula que passaram a ficar ociosas pela redução do número de crianças com 7 anos, abriram espaço para a inserção de crianças com idade entre 5 a 6 anos na pré-escola. Em Catalão, entre 1991 e 2000, foram construídas creches e adaptadas escolas, principalmente, nos bairros periféricos que tiveram, exclusivamente, a função de atender a esta faixa etária da população.

A elevação no acesso ao ensino fundamental das crianças entre 7 e 14 anos verificado em 2000 em relação a 1991, mostra que ainda se fazia necessário não apenas aumentar esta possibilidade, mas que fossem formulados programas educacionais que incluíssem as 687 pessoas (6,1% do total), que ainda se encontravam fora da escola. A alta

porcentagem de crianças entre 10 e 14 anos na escola em 2000 (99,1%), também teve repercussão na redução do analfabetismo entre as crianças. Em 1991 elas eram 3,3% e, em 2000, tinha diminuído para 1%.

Outra questão que chamou a atenção foi a redução no número de crianças que estavam com atraso escolar por faixas de idade. No caso daqueles que tinham + de 1 ano de atraso, em 1991 esta situação afetava a 27,9% das crianças entre 7 e 14 e a 40,5% daquelas da faixa etária entre 10 e 14 anos. Em 2000 estes percentuais tinham diminuído para 15,1% e 20,4%, respectivamente. Esta redução somente foi possível com a implantação dos programas chamados de aceleração educacional (bastante criticados sob o ponto de vista socioeconômico e pedagógico), que buscaram identificar os alunos com mais dificuldade de aprendizagem, os repetentes e aqueles que, por motivos os mais diversos, tinham parado de estudar. Esta situação também aconteceu em outras faixas etárias como se pode observar nas figuras a seguir.

Embora todos saibam da importância de aprender a ler e escrever, o número de analfabetos com a idade de 15 anos ou mais, apresentou uma redução de apenas 5,7% dentre aqueles que se encontravam nesta condição entre 1991 e 2000. Segundo o Censo de 2000 ainda existiam em Catalão, 3.328 pessoas nesta situação vexatória, que reduz, sensivelmente, as possibilidades de uma vida decente. A existência destas pessoas também decorre do fracasso do sistema educacional que não possui políticas públicas para atacar a questão com determinação. Isto pode ser observado na figura 51 que traz, além desta informação, dados sobre o perfil educacional das pessoas de 15 anos e mais.

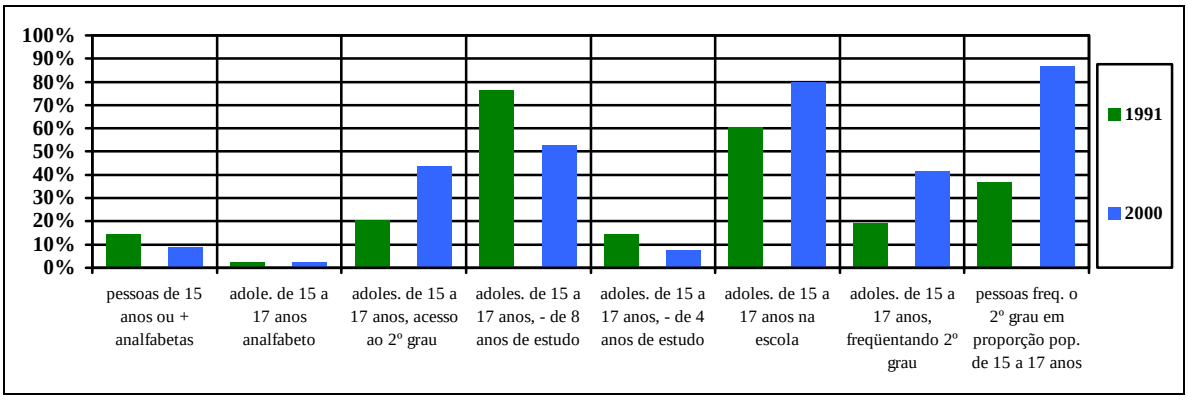


Figura 51 – Perfil educacional da população de 15 a 17 anos em 1991 e 2000 no município de Catalão.
Fonte: PNUD/IBGE. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

A tomada de consciência por parte dos pais e dos estudantes que, cada vez mais, o mercado de trabalho público e privado exige trabalhadores mais escolarizados, fez

com que ocorresse um aumento considerável na procura pelo 2º grau. Assim, enquanto em 1991, 36,9% do total dos adolescentes de 15 a 17 anos do município estavam freqüentando este nível de ensino, em 2000, este percentual tinha passado para 86,5%, ou seja, mais que dobrara. Nesta faixa etária o nível de analfabetismo se estabilizou em um patamar por volta de 2,4% da população ou seja; não houve avanço em 10 anos!.

Por sua vez, a necessidade de aprender a ler e a escrever fez com ocorresse uma melhoria significativa na faixa etária de 18 a 24 anos pois, se em 1991, 3,4% das pessoas com esta idade eram analfabetas, em 2000 este percentual tinha diminuído para 0,8%. O perfil educacional da população de 18 anos e + de idade pode ser observado na figura 52 que reporta os dados de 1991 e 2000.

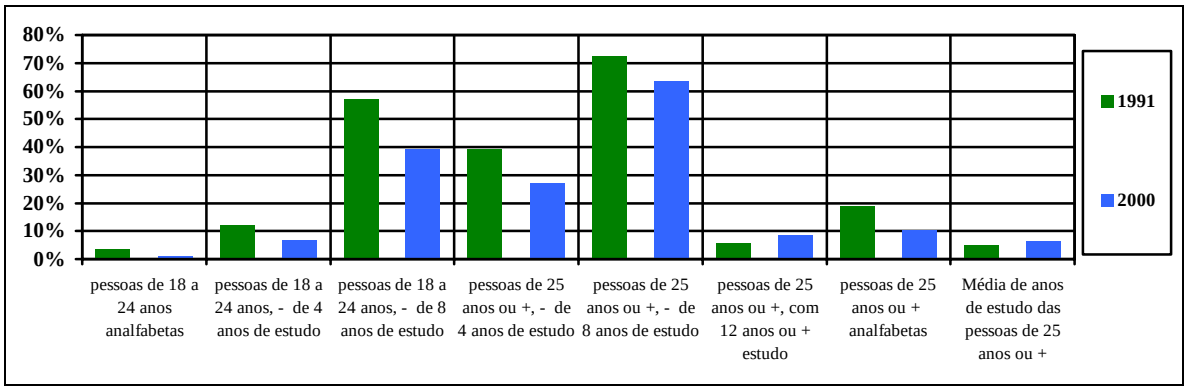


Figura 52 – Perfil educacional da população de 18 anos e + de idade em 1991 e 2000 no município de Catalão.
Fonte: PNUD/IBGE. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

Aqui há que se fazer uma observação importante pois, a baixa escolaridade da população adulta, como no caso das pessoas na faixa etária de 25 anos e mais, tem impactos socioeconômicos importantes, porque reduz a produtividade do trabalho bem como transfere, para as gerações futuras, a obrigação de estudar por mais tempo e impede as pessoas de ter melhores oportunidades na vida. Neste caso, em 1991 a média era de 5,1 anos e em 2000, tinha passado para 6,14, ou seja uma média equivalente a 6ª série do 1º grau. Esta situação é tão importante, que muitas empresas em Catalão, têm criado programas de "incentivo" para seus funcionários continuarem estudando ou retornarem a escola para concluir, pelo menos, até o 2º grau.

Com relação ao acesso ao ensino superior, há de se destacar, o papel desempenhado pela implantação do Campus da UFG em 1986 e a criação do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC) em 1989. Estas instituições, conforme pode ser observado na figura 52, trouxeram a oportunidade para que muitas pessoas conseguissem fazer um curso superior. Assim por exemplo, em 1991 para as pessoas entre 18 e 22 anos,

apenas 6,8% delas freqüentavam algum curso superior. Em 2000, este percentual tinha se elevado para 11,1%, o que ainda era muito pouco.

Esta situação é um reflexo do número reduzido de cursos e vagas na Universidade pública pois, a maioria da população não possui condições financeiras para pagar um curso superior em Universidade particular. Também, elas propiciaram a implantação de carreiras do magistério que contemplam salários mais elevados e a melhoria significativa na qualidade do ensino em função da qualificação profissional de professores das redes estadual, municipal e particular. Para se ter uma idéia desta situação, em 2000, 45,1% dos professores do ensino fundamental do município contavam com curso superior. A figura 53 traz o acesso ao ensino superior da população de 18 anos e + de idade em 1991 e 2000.

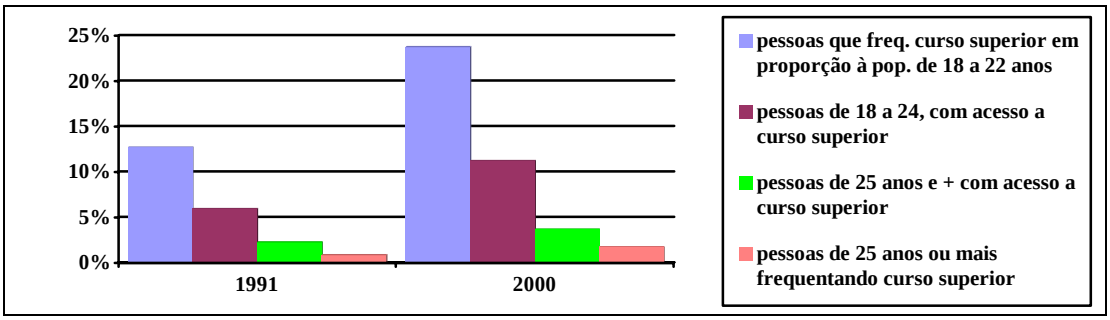


Figura 53 – Acesso ao ensino superior da população de 18 anos e + de idade em 1991 e 2000. Fonte: PNUD/IBGE. 2003. Org. Edir de P. Bueno.

A importância do Campus da UFG em Catalão para a melhoria das condições de vida da população foi avaliada por Stacciarini (2000) quando afirmou o seguinte:

> Assim, passadas (sic) duas décadas de muito trabalho, é difícil esquecer a luta de milhares de pessoas (...), que ajudaram a construir um grande Campus Avançado. Hoje, a UFG/Catalão já formou aproximadamente 1300 profissionais. Para se ter uma idéia do que isto significa em termos financeiros podemos destacar que 78% dos formados percebem salários acima de R$ 1.200 mensais. (STACCIARINI, 2000, p. 2)

Com o objetivo de se verificar os índices de alfabetização da população da cidade de Catalão, tomou-se como referência dois grupos: o de 7 a 14 anos e o de 15 e mais anos. A partir deste critério foi possível verificar a distribuição percentual, segundo os setores censitários, onde estava esta população. Isto possibilitou efetuar o cálculo de indicadores de educação para os dois grupos e o IDH da população para os respectivos setores censitários de 1991 e 2000. A tabela 33, já com a devida reordenação dos dados de 2000 (conforme exposto na tabela 28, p. 285), traz estas informações.

A distribuição dos níveis educacionais também tem se mostrado, ao longo do tempo e na dimensão espacial, de forma bastante diversa. Para efeito de exemplificação desta situação, novamente nos reportamos ao estudo de Mestrado efetuado por Bueno[71], quando se pode observar o nível de instrução dos entrevistados nos dois bairros que serviram de base para o estudo de caso.

Neles, pode-se constatar que as diferenças educacionais se mostraram significativas porque, enquanto 79,4% dos entrevistados no Bairro Mãe de Deus (renda média-alta), possuíam nível de escolaridade a partir do 2º grau, aqueles da Vila Teotônio Vilela (renda baixa) se encontram, na sua maioria (79,1 %), nos níveis inferiores, referentes ao 1º grau e com poucos anos de escolaridade. Também, pode-se verificar no bairro Mãe de Deus, que os entrevistados possuíam um nível de escolaridade bastante diverso daquela que se verificou na Vila Teotônio Vilela. No primeiro caso, 55,8% possuíam 3º grau completo ou incompleto, enquanto, no segundo, existiam 18,7% dos entrevistados na condição de analfabetos. Em sentido comparativo, a população do bairro Mãe de Deus se adequa ao perfil da população de Catalão, na sua parte superior, enquanto a população da Vila Teotônio Vilela se adequa ao perfil geral da população que possui baixo nível de instrução.

Assim, quando se compararam os dados de 1991 com aqueles equivalentes a 2000, observou-se que ocorreram mudanças importantes no IDH-educação da população pois, alguns setores aumentaram, enquanto outros diminuíram na classificação. Isto também, mostra que no, intervalo entre 1991 e 2000, ocorreram importantes rearranjos populacionais na cidade de Catalão, bem como a população de cada setor censitário agiu de maneira diferenciada em relação a educação.

A análise dos dados da tabela permitiu verificar que, diferentemente de 1991, quando cinco setores censitários tinham IDH-educação médio, em 2000, esta situação não mais se repetia. Os dados mostraram que em 1991 o nível educacional da população de Catalão já se apresentava com indicadores muito positivos e que, durante a década de 1990, ele continuou a crescer.

[71] (op. cit., conf. nota 62, p. 232)

Tabela 33 – Distribuição do IDH-educação, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991 e 2000.

Setor censitário	índice alfabet. pessoas de 7 a 14 anos em 1991	índice alfabet. pessoas de 15 anos e + em 1991	IDH-educação em 1991	Setor censitário	índice alfabet. pessoas de 7 a 14 anos em 2000	índice alfabet. pessoas de 15 anos e + em 2000	IDH-educação em 2000
1	0,948	0,981	0,949	**1**	0,954	0,991	0,972
2	0,904	0,886	0,895	**2**	0,948	0,963	0,956
3	0,916	0,934	0,925	**3**	0,886	0,938	0,912
4	0,845	0,927	0,886	**4**	0,991	0,951	0,971
5	0,920	0,927	0,924	**5**	0,951	0,967	0,959
6	0,935	0,942	0,939	**6**	0,986	0,974	0,980
7	0,917	0,829	0,873	**7**	0,992	0,885	0,939
8	0,850	0,858	0,854	**8 (+25)**	0,860	0,873	0,867
9	0,965	0,941	0,953	**9**	0,954	0,974	0,964
10	0,963	0,916	0,940	**10**	0,971	0,965	0,968
11	0,929	0,901	0,915	**11 (+12)**	0,869	0,928	0,899
12	0,878	0,819	0,849	**12 (+13)**	0,912	0,916	0,915
13	0,894	0,807	0,851	**13**	0,924	0,892	0,908
14	0,916	0,834	0,875	**14**	0,957	0,915	0,936
15	0,958	0,908	0,933	**15**	0,991	0,939	0,965
16	0,869	0,890	0,880	**16**	0,937	0,929	0,933
17	0,963	0,912	0,938	**17**	0,984	0,940	0,962
18	0,945	0,886	0,916	**18**	0,920	0,944	0,932
19	0,888	0,753	0,821	**19**	0,897	0,939	0,918
20	0,831	0,888	0,860	**20**	0,941	0,918	0,930
21	0,972	0,916	0,944	**21**	0,944	0,980	0,962
22	0,710	0,722	0,716	**22 (+23)**	0,910	0,896	0,907
23	0,938	0,911	0,925	**23**	0,909	0,934	0,922
24	0,915	0,766	0,841	**24**	0,964	0,876	0,920
25	0,898	0,874	0,886	**25**	0,886	0,911	0,899
26	0,891	0,887	0,889	**26**	0,863	0,929	0,896
27	0,691	0,829	0,760	**27 (+40+41)**	0,904	0,866	0,885
28	0,859	0,884	0,872	**28**	0,946	0,927	0,937
29	0,864	0,871	0,868	**29**	0,880	0,887	0,884
30	0,770	0,791	0,781	**30**	0,956	0,878	0,917
31	0,907	0,797	0,852	**31**	0,897	0,879	0,888
32	0,914	0,915	0,915	**32**	0,835	0,909	0,872
33	0,843	0,863	0,853	**33**	0,941	0,945	0,943
34	0,853	0,955	0,904	**34**	0,907	0,970	0,939
35	0,779	0,738	0,759	**35**	0,903	0,865	0,884
36	0,626	0,806	0,716	**36 (+37 + 38)**	0,897	0,922	0,909

Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Os dados que possibilitaram a elaboração dos índices que compõem a tabela 33, também permitiram elaborar as figuras 54 e 55 que mostram, graficamente, a distribuição espacial e percentual das pessoas de 7 a 14 anos e de 15 anos e mais não-alfabetizadas, segundo os setores censitários de 1991 e 2000.

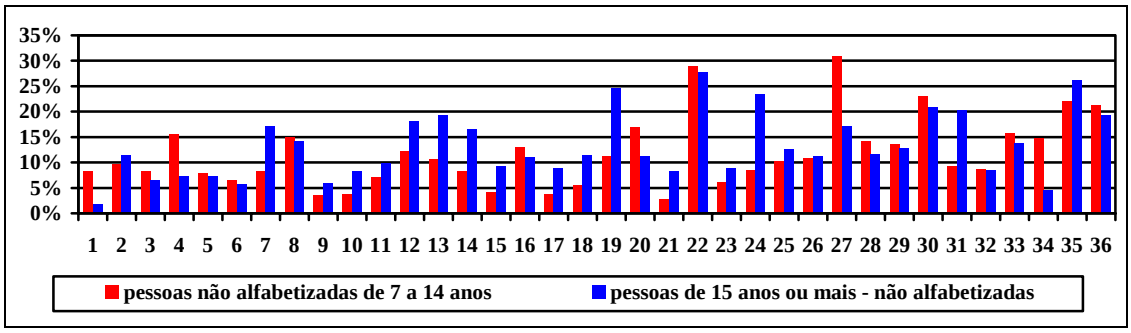


Figura 54 - Distribuição das pessoas não-alfabetizadas de 7 a 14 e de 15 anos e mais, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991.
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

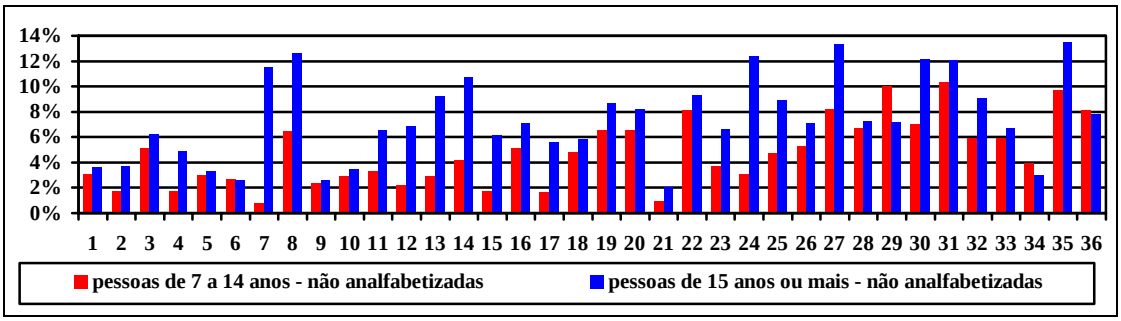


Figura 55 - Distribuição das pessoas não alfabetizadas de 7 a 14 e de 15 anos e mais, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 2000.
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A análise dos dados sobre as características e a distribuição das pessoas não alfabetizadas, mostrou que em relação às pessoas de 7 a 14 anos, que as maiores reduções nas taxas de analfabetismo entre 1991 e 2000, ocorreram em setores censitários localizados em bairros, cujas populações são economicamente pobres. Foi o caso dos setores 27 (J. Catalão/Pontal Norte) com –23%; 22 (J. Paraíso) com -20,9%; 36 (Bairro Ipanema) com –13,2%. As menores reduções nas taxas aconteceram em setores que se situavam em bairros, que em 1991 já possuíam características de famílias de classe média e alta. Isto ocorreu porque os índices de alfabetização de suas populações já eram altos em 1991. Para 2000, foi constatado que no setor 31 a taxa de pessoas analfabetas tinha aumentado em comparação a 1991 em mais 1%, ou seja, tinha passado de 9,3% para 10,3%. Em média, a redução nas taxas de analfabetismo verificado nos setores censitários foi de 6,96%.

A avaliação dos dados sobre analfabetismo em Catalão, possibilitou considerar que ocorreu uma diminuição sensível no número de pessoas de 7 e mais anos que se encontravam nesta situação entre 1991 e 2000. Ou seja, se em 1991 havia 9 setores censitários em que a percentagem de pessoas não alfabetizadas se encontrava acima de 15%, em 2000 este percentual caiu para a categoria de 6 a 10% em um total de 10 setores. Se em

1991 apenas em 4 setores havia até 5% de pessoas analfabetas, em 2000 existiam 10 setores mas, com porcentagem de até 3%.

Quanto às pessoas com 15 anos ou mais, as maiores reduções nas taxas de analfabetismo, também ocorreram em setores que se encontravam em bairros cujas populações são pobres. Os setores que se destacaram foram: 22 (J. Paraíso) com – 18,5%; 19 (Parte sul do bairro Santa Terezinha) com – 16% e 35 (Bairro Ipanema) com – 13%. As menores reduções ocorreram nos setores de números 3 (N. S. Fátima) com – 0,4%; 8 (São José) com – 1,6% e 23 (Monsenhor Souza e J. Brasiliense) com -2,3%. Também foi constatado que o analfabetismo tinha aumentando + 1,7% no setor 1 (Centro) e + 0,6% no 32 (Vila Chaud). A princípio, se poderia dizer que a instalação de escolas, o incentivo das pessoas e dos meios de comunicação de massa e as exigências da vida urbana foram as causas que levaram estas pessoas a estudar e a sair desta situação de escuridão.

É evidente que este processo não se deu de forma homogênea para o conjunto da população, em função de diferentes fatores sociais e econômicos que atuam no sentido de dificultar ou facilitar o acesso a diferentes níveis educacionais. Mas, o que se pode constatar quando se comparou os dados de 1991 e 2000, é que o aumento no índice educação se deu de forma mais consistente para as populações dos setores censitários que se encontravam com valores menores em 1991. Isto confirma o pressuposto de que é mais fácil sair de uma situação mais difícil do que continuar a crescer, a partir de certo patamar. Ou seja, é mais fácil diminuir um número elevado de analfabetismo, do que acabar com ele.

Em função do desnível verificado na escolaridade, pode-se também perceber, que existia uma diferença considerável na renda familiar dos grupos sociais em análise. Enquanto no Bairro Mãe de Deus, 88,2% dos entrevistados afirmaram que a renda da família era de mais de cinco salários mínimos por mês e que, dos entrevistados, 55,9% ganhavam mais de oito salários mínimos, na Vila, verificou-se que 77,1% dos entrevistados se encontravam numa faixa de renda familiar de até dois salários mínimos mensais. Esta clara distinção existente entre educação, renda e qualidade de vida se encontra, portanto, expressa na realidade sócio-espacial e no cotidiano de cada grupo social, tanto no local de moradia, quanto no dia-a-dia da vida urbana.

Os níveis de instrução e de renda se constituem, portanto, num dos principais aspectos sociais que contribuem fortemente para que, no cotidiano da cidade, ocorra a formação de territórios com níveis de qualidade de vida bem definidos, onde os diferentes segmentos sociais se encontram e criam espaços por identidades as mais diversas possíveis.

As figuras 56 e 57 mostram a distribuição espacial do índice de analfabetismo para as pessoas entre 7 anos e – de 14 e de 15 anos e mais, segundo os setores censitários em 1991 e 2000. A análise comparativa das figuras mostrou que há uma tendência na homogeneização dos níveis educacionais pois, tem se reduzido os diferenciais de instrução entre os diferentes segmentos sociais.

Como resultado desta diferenciação sócio-econômica existente entre os diversos segmentos sociais, os espaços por eles freqüentados e (re) elaborados no cotidiano são também diferenciados. Por exemplo, pode-se citar o caso dos alunos das escolas pública e privada. A divisão educacional acaba por perpetuar a divisão social e, portanto, a segregação sócio-espacial através da possibilidade de formação educacional.

Assim, os programas de transferência de renda, já analisados ao final do capítulo III, têm projetado, para o futuro, a melhoria do nível de instrução das pessoas. Isto como conseqüência do fato de que o mercado de trabalho está, a cada momento, exigindo pessoas melhores preparadas. Porém, isto não significa que no futuro estas crianças, na sua grande maioria, atingirão níveis educacionais compatíveis com as imposições do mercado de trabalho. Para elas que no presente são obrigadas a freqüentar uma escola, não significa que, no futuro, suas vidas serão melhores do que aquela que seus pais tiveram.

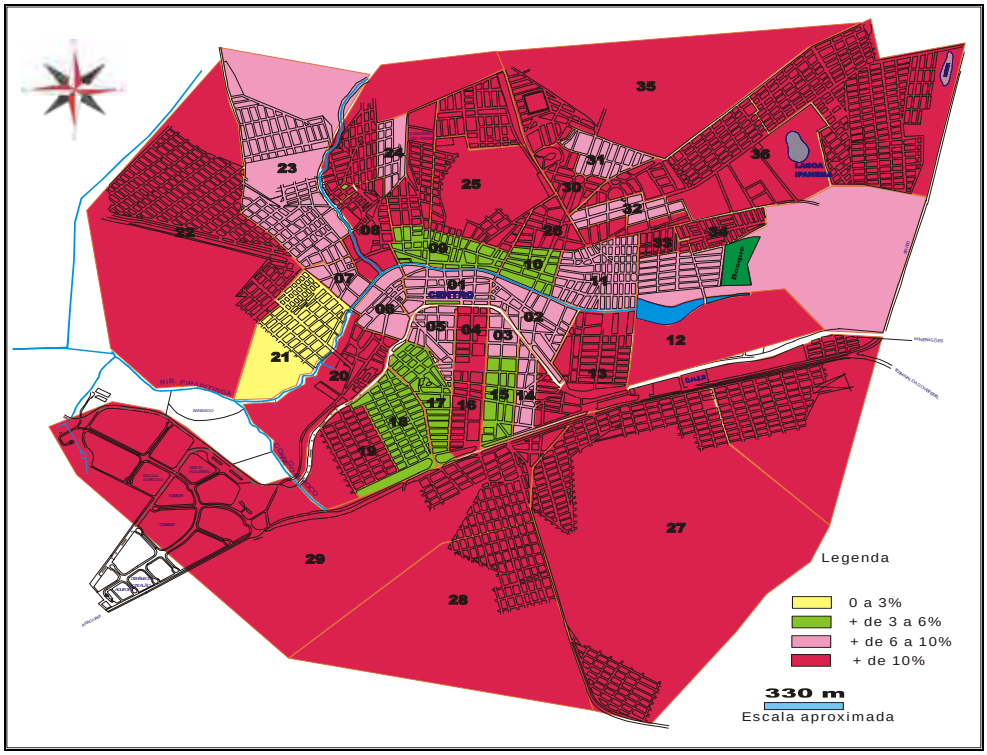


Figura 56 – Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 7 a 14 anos na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

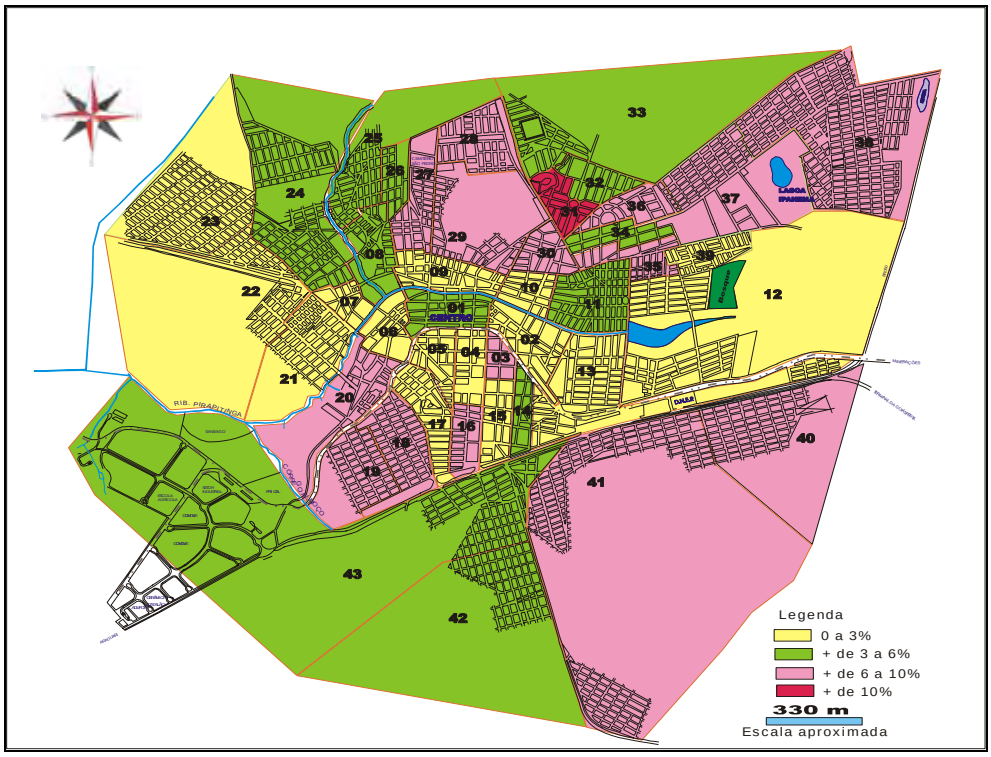


Figura 57 – Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas entre 7 a 14 anos na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 2000.
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

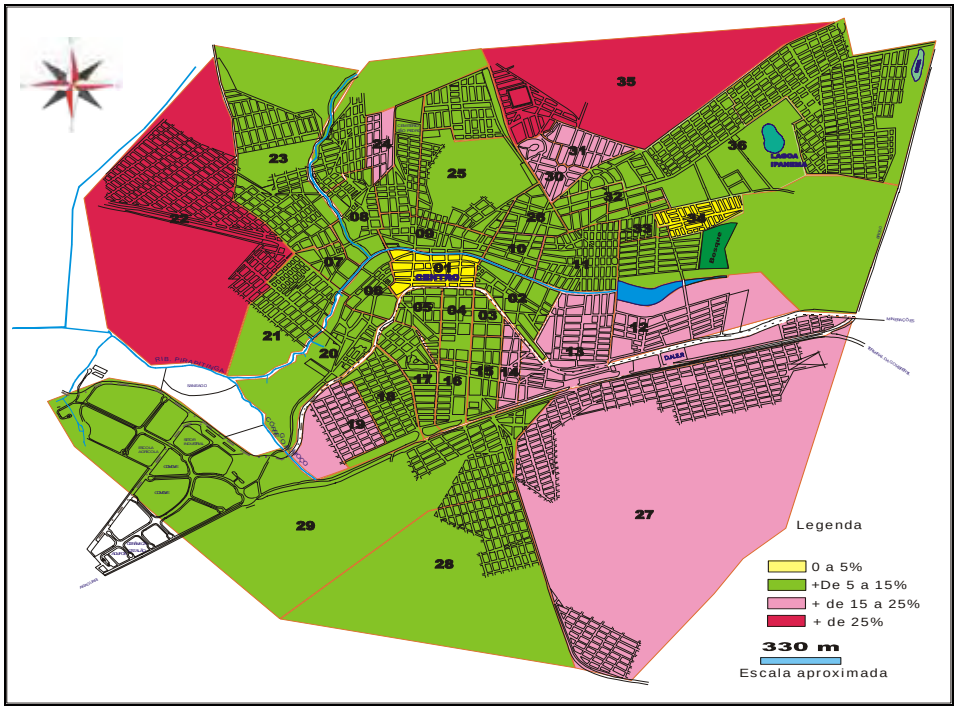


Figura 58 – Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 15 anos e + na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 1991.
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

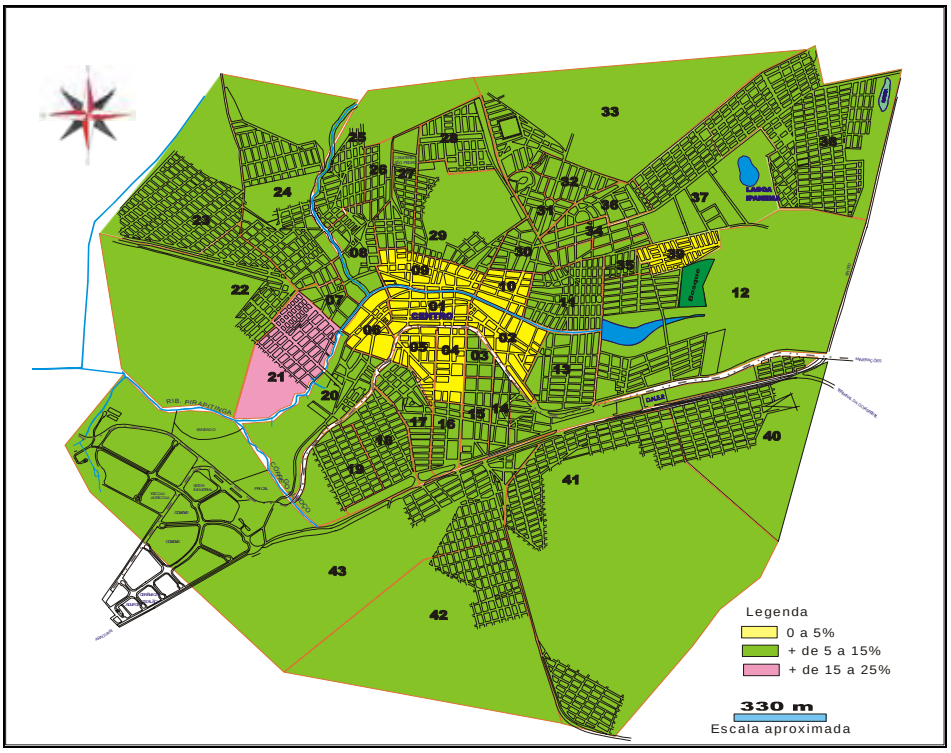


Figura 59 – Distribuição do índice de analfabetismo de pessoas de 15 anos e + na cidade de Catalão, segundo os setores censitários em 2000.
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A tabela 34 traz a classificação dos setores censitários da cidade de Catalão, segundo os indicadores de educação das duas faixas etária (7 a 14 e 15 anos e mais), para os anos de 1991 e 2000.

A análise comparativa da classificação dos setores censitários em ordem decrescente mostrou que em 2000, ocorreram mudanças em praticamente todas as posições, com exceção do 4º lugar ocupado pelo setor 10 em 1991, que se repetiu em 2000. Isto aconteceu porque o índice educacional da população dos setores censitários evoluiu de forma não proporcional.

As oscilações verificadas tanto para menos, quanto para mais na classificação foi devido aos aumentos diferenciados de acesso a educação da população. Assim, se em 1991, dos 36 setores, em 14 deles (38,9%) o IDH-E estava acima de 0,900, em 2000, este percentual tinha se elevado para 75%, ou seja, o aumento verificado no acesso a educação repercutiu também, na elevação do IDH-educação dos setores censitários.

Uma constatação feita em relação ao IDH-educação de 2000, foi a de que muitos setores que tinham sido separados tinham níveis de escolaridade diferenciados.

Tabela 34 - Classificação dos setores censitários da cidade de Catalão, segundo o IDH-educação em 1991 e 2000.

Setor censitário	IDH-educação em 1991	Setor censitário	IDH-educação em 2000	classificação final do idh-educação	Setor censitário	Média do IDH
1	0,969	**1**	0,972	**1**	**1**	0,971
2	0,895	**2**	0,956	**2**	**6**	0,960
3	0,925	**3**	0,912	**3**	**9**	0,959
4	0,886	**4**	0,971	**4**	**10**	0,954
5	0,924	**5**	0,959	**5**	**21**	0,953
6	0,939	**6**	0,98	**6**	**17**	0,950
7	0,873	**7**	0,939	**7**	**15**	0,949
8	0,854	**8 (+25)**	0,867	**8**	**5**	0,942
9	0,953	**9**	0,964	**9**	**4**	0,929
10	0,94	**10**	0,968	**10**	**2**	0,926
11	0,915	**11 (+12)**	0,899	**11**	**23**	0,924
12	0,849	**12 (+13)**	0,915	**12**	**18**	0,924
13	0,851	**13**	0,908	**13**	**34**	0,922
14	0,875	**14**	0,936	**14**	**3**	0,919
15	0,933	**15**	0,965	**15**	**16**	0,907
16	0,88	**16**	0,933	**16**	**11**	0,907
17	0,938	**17**	0,962	**17**	**14**	0,906
18	0,916	**18**	0,932	**18**	**7**	0,906
19	0,821	**19**	0,918	**19**	**28**	0,905
20	0,86	**20**	0,93	**20**	**33**	0,898
21	0,944	**21**	0,962	**21**	**20**	0,895
22	0,716	**22 (+23)**	0,907	**22**	**32**	0,894
23	0,925	**23**	0,922	**23**	**26**	0,893
24	0,841	**24**	0,92	**24**	**25**	0,893
25	0,886	**25**	0,899	**25**	**12**	0,882
26	0,889	**26**	0,896	**26**	**24**	0,881
27	0,76	**27+ (40+41)**	0,885	**27**	**13**	0,880
28	0,872	**28**	0,937	**28**	**29**	0,876
29	0,868	**29**	0,884	**29**	**31**	0,870
30	0,781	**30**	0,917	**30**	**19**	0,870
31	0,852	**31**	0,888	**31**	**8**	0,861
32	0,915	**32**	0,872	**32**	**30**	0,849
33	0,853	**33**	0,943	**33**	**27**	0,823
34	0,904	**34**	0,939	**34**	**35**	0,822
35	0,759	**35**	0,884	**35**	**36**	0,813
36	0,716	**36 (+37+38)**	0,909	**36**	**22**	0,812

Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Portanto, o processo de agregação dos dados de 2000 não permitiu que estas disparidades aparecessem nas figuras, conforme realmente se encontram os indicadores de educação nos bairros em que estes setores foram criados. Neste caso, pode ser citado o setor 23, em 2000. Estas alterações na classificação dos setores censitários também podem ser avaliadas, observando a distribuição espacial dos níveis de educação contidos nas figuras 60 e 61.

Para finalizar esta análise do perfil educacional da população do município e, especificamente, da cidade de Catalão, buscou-se identificar aspectos sobre a educação para

um futuro próximo. Com este objetivo verificou-se, junto aos gestores públicos e privados quais eram os planos para esta área vital, visando a elevação dos níveis de qualidade de vida das pessoas.

Com relação ao ensino fundamental (de 1ª a 8ª série) e pré-escola, o que está em execução, segundo a Secretária de Educação do Município, é a continuidade da melhoria das instalações das escolas municipais através de ampliação (para atender crianças de 5 a 6 anos) e as reformas naquelas já existentes, visando adequá-las aos princípios pedagógicos colocados em ação. Também, está em execução a construção de novas escolas voltadas para o atendimento da educação infantil e de pré-escola em bairros periféricos, onde o crescimento da população tem sido elevado. Segunda a titular da Secretaria, "tem sido feito um esforço considerável para dar uma melhor qualificação aos professores da rede municipal, embora 93% deles tenham curso superior. Também, têm sido dadas as condições para que todos possam cursar pós-graduação". Quanto ao analfabetismo, em convênio com o SESI, está em curso um programa de ação que visa continuar a identificar pessoas adultas e a incentivá-las

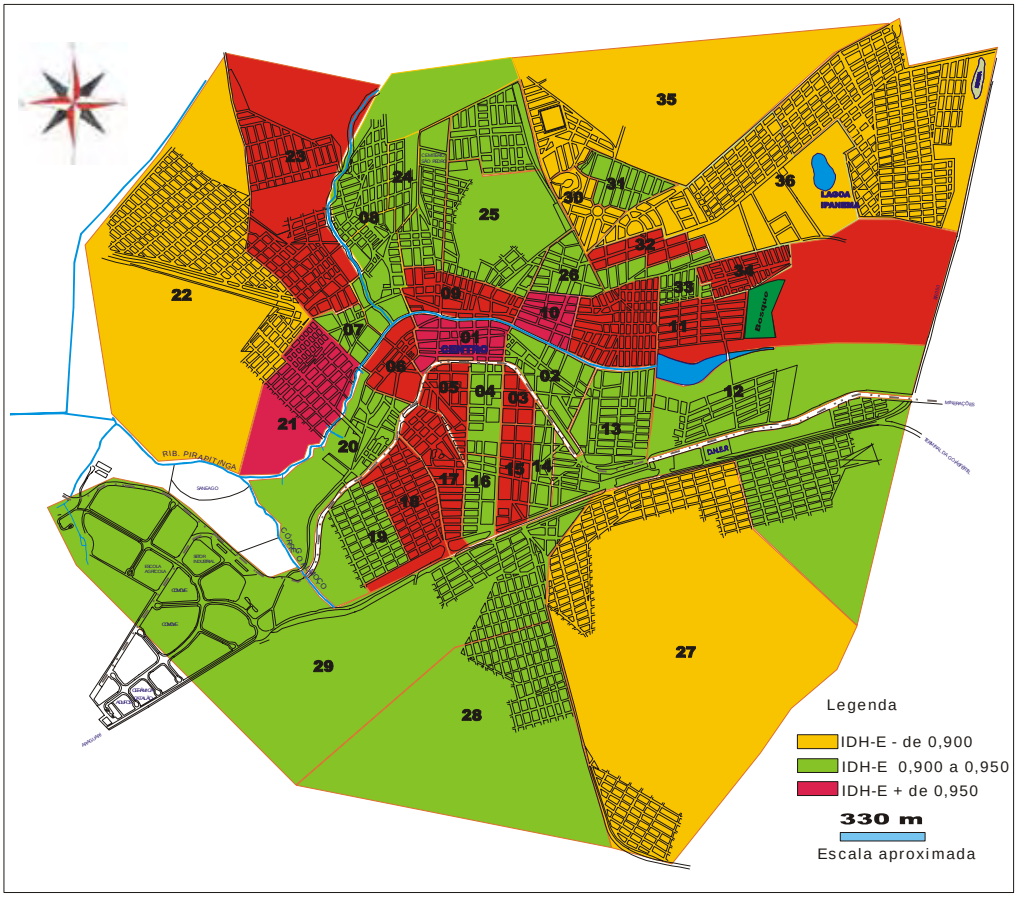


Figura 60 – Distribuição do IDH-educação, segundo os setores censitários urbanos de Catalão em 1991.
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

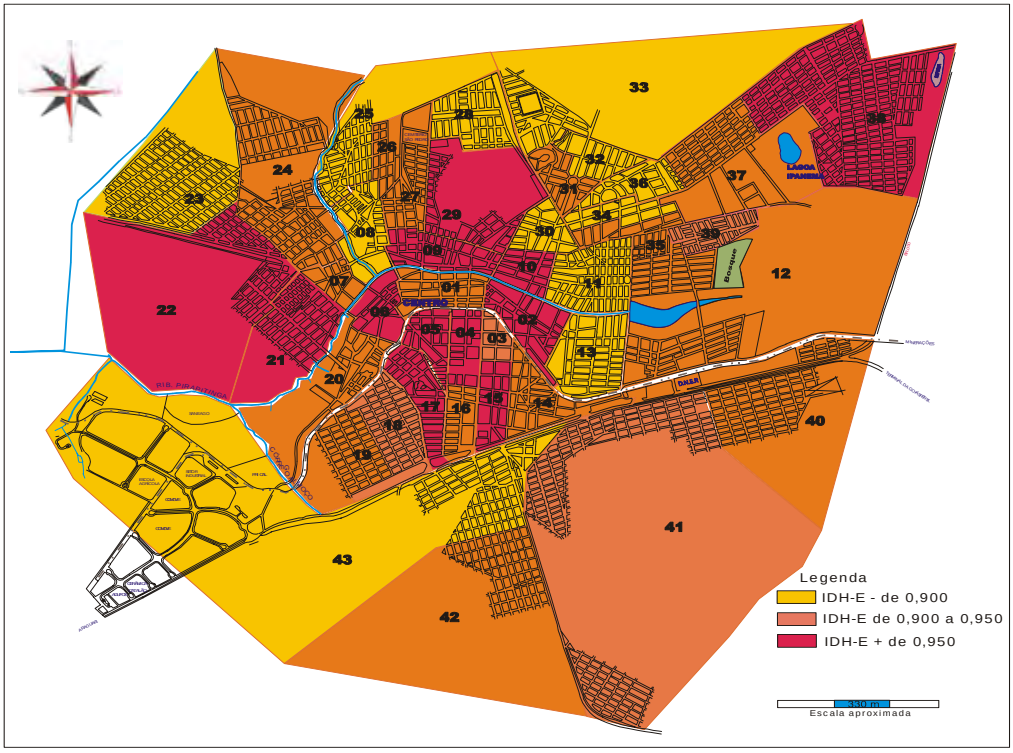


Figura 61 – Distribuição do IDH-educação, segundo os setores censitários urbanos de Catalão em 2000.
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

a freqüentar uma escola que possua turmas de alfabetização. Em relação a equipamentos, os investimentos estão voltados para a aquisição de brinquedos pedagógicos, montagem de bibliotecas infantis e instalação de computadores para pesquisas dos professores. Estas ações visam elevar, ainda mais, a qualidade do ensino, que tem sido reconhecido pelo Ministério da Educação através de vários prêmios concedidos.

Em relação a 2ª fase do 1º grau e 2º grau, de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, o que se pode verificar é que as ações básicas estão dirigidas para reformas de escolas, que em muitos casos, foram construídas na década de 1960 e 1970, bem como tem-se buscado dar continuidade ao processo de adaptação técnica dos equipamentos das escolas, principalmente, investindo na aquisição de computadores e eletrônicos; compra de livros para as bibliotecas; concessão de incentivos aos professores para que eles se qualifiquem, criando para isto, condições para cursar o 3º grau e freqüentar cursos de pós-graduação. A tendência das escolas estaduais é continuar a investir na criação de turmas de 2º grau e de aceleração escolar para jovens e adultos, visando adequar a formação das pessoas às exigências do mercado de trabalho.

No 3º grau, as perspectivas de efetivação do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás em Catalão (atualmente com sete cursos), como uma unidade

acadêmica mantida com recursos federais, cria possibilidades de melhorar a estrutura dos cursos de graduação existentes e implantar novos que possam atender as solicitações por parte dos alunos secundaristas e as expectativas dos pais, em ver seus filhos cursando e concluindo um curso superior. A federalização deste Campi abrirá ainda a possibilidade de se ampliar o número de cursos de pós-graduação (nível de Especialização) atualmente existentes e turmas de Mestrado em parceria com os Departamentos da Universidade localizada em Goiânia. Isto possibilitará elevar o número de pessoas com curso superior, o que, por sua vez, trará implicações sobre a renda e a qualidade de vida destas pessoas.

Enfim a análise sobre o perfil da educação da população do município mostrou que, na década de 1990, aconteceram avanços importantes que contribuíram para a melhoria de qualidade de vida das pessoas e colocar o município em 3º lugar em desenvolvimento humano no Estado. Portanto, agora se faz necessário não apenas dar acesso a educação mas, também criar condições para que as pessoas possam ampliar e permanecer o maior tempo possível estudando.

A seguir é efetuada análise sobre como a infra-estrutura de serviços básicos influenciou na qualidade de vida da população da cidade de Catalão.

4.5 O Acesso a equipamentos públicos essenciais e suas implicações sobre a qualidade de vida em Catalão

A infra-estrutura e os serviços urbanos mais críticos do ponto de vista ambiental, que afetam seriamente a qualidade de vida de uma população estão relacionados, principalmente, a ausência ou ao sub-dimensinamento dos sistemas de água, de saneamento básico e da coleta do lixo. Um conjunto de graves problemas ambientais ocorre em função desta situação, gerando inúmeras conseqüências para a saúde, quando as pessoas não têm acesso adequado a estes serviços e quando a qualidade deles é baixa.

Esta situação foi motivo de análise por parte do PNUD/ONU através do RDH de 2005. No estudo foi feita a seguinte comparação: se o dinheiro que os europeus gastam em perfume (7 bilhões de dólares por ano) e os norte-americanos em cirurgias plásticas (8 bilhões por ano) fossem investidos, anualmente, em saneamento nos países mais pobres, em 2015 o benefício chegaria a 1 bilhão de pessoas que hoje não tem acesso a água e aos 2,6 bilhões que não contam com coleta adequada de esgoto. Este investimento em saneamento básico evitaria que 3.900 crianças morressem por dia no mundo, bem como

evitaria que muitas doenças transmitidas por água contaminada, se constituíssem na segunda causa principal de morte de crianças no mundo, atrás somente das infecções respiratórias.

As conseqüências do rápido crescimento da população mundial no século passado e sua concentração em grandes zonas urbanas já são evidentes em várias partes do mundo. Dados da ONU revelam que hoje cerca de 250 milhões de pessoas, em 26 países, têm grande dificuldade para obter água. Todas estão entre os 2 bilhões de seres humanos que não dispõem de água potável, ou seja, água tratada, saudável e segura para o consumo. As projeções da ONU indicam que, se a tendência continuar, em 2050, mais de 45% da população mundial estará vivendo em países que não poderão garantir a cota diária mínima de 50 litros de água por pessoa para suas necessidades básicas.

A água é vital para a qualidade de vida do homem. No organismo, ela atua como veículo para a troca de substâncias e também para a manutenção da temperatura corporal. Entretanto, o ser humano não precisa de água apenas para beber. Ele precisa tomar banho e lavar roupas, utensílios e suas habitações. Para sobreviver, também precisa ingerir alimentos, vegetais e animais, cuja produção depende diretamente da disponibilidade de água. A água também é necessária na manutenção da limpeza das cidades, na construção civil, no combate a incêndios, na irrigação de jardins etc. As indústrias geralmente utilizam grandes quantidades de água, seja como matéria-prima, ou na remoção de impurezas, na geração de vapor ou na refrigeração e ainda para produzir energia elétrica. Mas, dentre todas, a atividade que mais consome água é a agricultura – cerca de 70% de toda a água consumida no planeta é usada na irrigação de plantações.

Por isto, o PNUD/ONU informou que devido a ampliação do acesso à água potável e saneamento, nas últimas décadas do século XX, que contribuiu para a redução da incidência de doenças infecciosas, fez com que a expectativa de vida subisse cerca de 2 anos nos países sub-desenvolvidos e se aproximasse do indicador das nações mais ricas. Esta correlação entre saneamento e desenvolvimento humano fica mais clara quando se observam os indicadores dos cinco países de maior IDH: Noruega, Islândia, Austrália, Luxemburgo e Canadá, onde praticamente 100% da população têm acesso a água potável; as taxas de mortalidade infantil são de, no máximo, 6 mortes a cada mil nascidos e a expectativa de vida é superior a 78,5 anos. Já nos cinco países de menor desenvolvimento humano: Chade, Mali, Burkina Fasso, Serra Leoa e Niger, o percentual da população sem acesso a água varia de 43% a 66%, a mortalidade infantil de 200 a 284 e a expectativa de vida varia de 40,8 anos a 47,9 anos.

No Brasil ainda são muitas as insuficiências e desigualdades na distribuição dos serviços de saneamento básico. Grande parte da água fornecida à população não é tratada, a rede de coleta de esgoto é muito pequena, bem como quase não existe tratamento de esgotos e a disposição ou destino dos resíduos sólidos é inadequado. A ausência ou a deficiência no fornecimento destes serviços de saneamento básico tem prejudicado a eficiência das políticas de outros setores, como de saúde e o do meio-ambiente. De acordo com a PNAD de 2001, dos 39,4 milhões de domicílios existentes nas áreas urbanas do Brasil, 3,9 milhões (10,0%) não eram atendidos por rede geral de água. Os dados também apontaram que a população de baixa renda era a mais prejudicada pelas deficiências no saneamento básico, já que os sistemas de abastecimento de água possuem uma ordenação que irradia dos centros das cidades em direção as periferias que não param de crescer. Esta situação, além de influir na qualidade de vida de uma parcela considerável de sua população também tem afetado, de maneira considerável, a sua classificação no ranking de desenvolvimento humano no conjunto das nações.

Em relação ao sistema de captação, tratamento e distribuição de água de Catalão, este se encontra acima da média nacional. Em 2000, o número de domicílios ligados a rede de água tratada tinha chegado a 95,8%, enquanto em 1970 atendia a apenas 23,1%.

O crescimento no número das ligações domiciliares a rede de água tratada e esgoto entre 1970 e 2000 podem ser observados na figura 62.

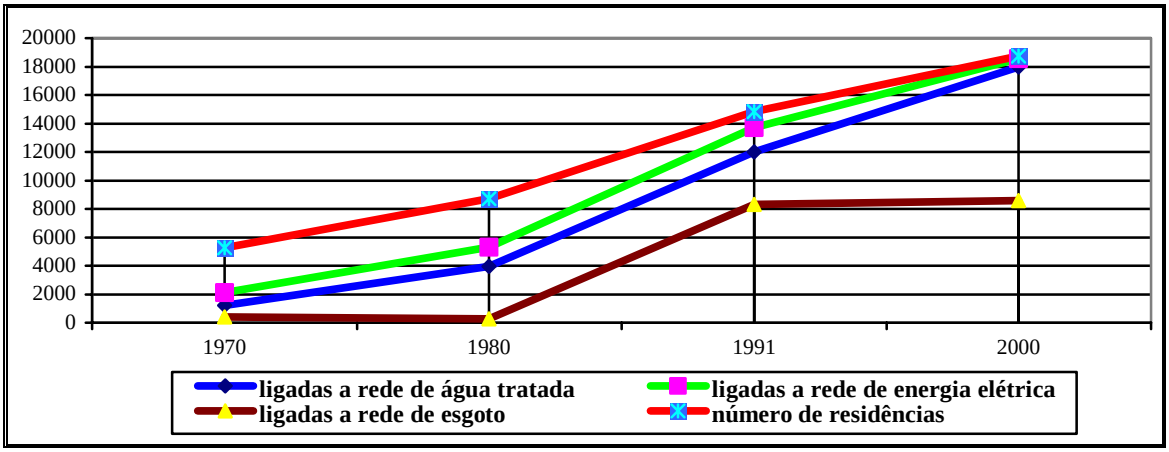


Figura 62 – Evolução das ligações residenciais as redes de água, esgoto e energia elétrica em Catalão entre 1970 e 2000.
Fontes: Censos Demográficos: IBGE. 1970, 1980, 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Historicamente, o grande salto no acesso a rede de abastecimento de água tratada aconteceu na década de 1980, quando a porcentagem de residências passou de 45,3% para 80,9%, ou seja, quase dobrou. Isto aconteceu em função do desenvolvimento

socioeconômico do município. Ou seja, na medida em que o município se tornou mais rico e passou a contar com mais recursos financeiros, tecnológicos e humanos e sua população passou a ser mais educada e a contar com mais recursos monetários, passou também a exigir, cada vez mais, uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, o acesso a estes serviços públicos.

Este aumento no número de ligações a rede de água tratada fez com que o quadro apresentado em 2000, fosse considerado pela SEPLAN/GO[72], como "uma das melhores redes de água tratada do estado (sic)". Para efeito de comparação a média para Goiás era de 68,8%, ou seja; em Catalão o acesso a água tratada era 27% maior. Como se sabe o consumo médio diário de água é muito variável entre os diversos segmentos sociais que compõem a população de uma cidade. O consumo de água além da disponibilidade local está também fortemente relacionado com o nível de desenvolvimento de um país em função do nível de renda das pessoas.

A tabela 35 traz os dados que mostram a relação entre a população, o volume de água tratada colocada a disposição da população já descontadas as perdas (em média de 25%), por falta/defeitos em hidrômetros, vazamentos na rede e ligações clandestinas e a média de consumo diário de água tratada por pessoa. Nela, pode-se observar que o consumo médio de água/dia por pessoa em Catalão, vem mantendo um crescimento constante desde de 1991.

Tabela 35 – Volume e consumo médio de água tratada pela população da cidade de Catalão em 1991, 2000 e 2004.

Variáveis	Ano		
	1991	**2000**	**2004**
População da cidade	47.123	57.606	62.403*
V. água tratada – m3 dia	7.500 m3/	9.720 m3	10.825 m3
Consume médio/pessoa/dia**	159,1 litros	168,7 litros	173,4 litros

Fontes: Censos Demográficos: IBGE. 1991 e 2000.
*IBGE, população projetada.
**SAE –Sup. Mun. de Água e Esgoto. Org. Edir de P. Bueno.

A análise dos dados da tabela, permitiu verificar que o crescimento registrado entre 1991 e 2000 no volume de água tratada (29,6%), colocada a disposição da população, tinha sido maior que o crescimento da própria população que no período foi de 22,2%. Estes dados mostram que, embora a população crescesse, que havia uma segurança no abastecimento de água. A melhoria da qualidade de vida da população constatado na década de 1990, influenciou para que, no período, ocorresse um aumento de 10,6% no consumo

[72] (op. cit. conf. nota nº 66, p. 290).

médio diário por pessoa. Porém, não se pode afirmar, em sentido contrário, que este crescimento no consumo médio diário esteja relacionado somente a melhoria da qualidade de vida da população. Este crescimento pode também, estar relacionado ao desperdício provocado por hábitos que não privilegiam o consumo sustentado da água tratada, envolvendo, por exemplo: o tempo necessário para se tomar banho e a própria forma como se toma banho, a utilização de descargas no vaso sanitário que consomem muita água, a lavagem da louça com água corrente, o uso da mangueira como vassoura na limpeza de calçadas, na lavagem de carros etc.

A tabela 36 traz os dados sobre os índices de acesso da população a rede de água tratada, a rede de esgoto sanitário e ao sistema de fossas sépticas/rudimentares e ao serviço de coleta de lixo, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991 e 2000.

A comparação dos dados presentes na tabela, permitiu verificar que as características destes serviços públicos, foram alteradas de forma considerável entre 1991 e 2000. Assim, com relação a água tratada, as mudanças aconteceram, porque ocorreu por parte da empresa de saneamento de Goiás, a implantação de uma política de expansão do sistema que em 1991 atendia a 100% das residências em apenas um setor censitário. Entretanto, em 2000, este número tinha sido elevado para 7, o equivalente a 19,4% dos setores censitários. Em 1991, 52,8% dos setores censitários, seus moradores tinham acesso a água tratada, com percentuais que variavam entre 90 a 99,8% das residências em 2000, este percentual tinha aumentado para 75% dos setores.

Também, o que se observou é que, dos 36 setores de 1991, em 10 (27,8%), o acesso a rede de água tratada era superior a 95% das residências, enquanto em 2000, este nível de acesso estava presente em 20 setores e, em termos percentuais, tinha mais que dobrado, ou seja, 55,5% dos setores censitários dispunham do serviço. Nestes setores, o índice registrado não chegou a 100% aparentemente, por dois motivos: a existência de poços/cisternas ou a sonegação da informação devida, como por exemplo, as ligações clandestinas ao sistema de água tratada.

Na medida em que a cidade se desenvolveu economicamente, os problemas ligados ao saneamento básico também se alteraram. Em 2000, a rede de esgoto contava com 8.063 ligações, que atendia a 45,8% da população, Estes dados são muito parecidos com aqueles apontados pela PNAD (IBGE) de 2001, quando foi constatado que em média, 46% dos domicílios urbanos no país se encontravam com coleta de esgoto sanitário mas, superior a média de Goiás que era de 34,73% em 2000. Os outros 54,2% da população que não tinham acesso a rede de esgoto serviam-se de fossas sépticas/rudimentares. De acordo com o

Tabela 36 – Distribuição dos acessos a rede de água, esgoto/fossa séptica/rudimentar e coleta de lixo, segundo os setores censitários da cidade de Catalão em 1991 e 2000.

Setor censitário	Índice de cesso a rede de água tratada em 991	Setor censitário	Índice de acesso a rede de esgoto/fossa em 1991	Setor censitário	Índice de coleta de lixo em 1991	Setor censitário	IDH-saúde em 1991	Índice de acesso a rede de água tratada em 2000	Setor censitário	Índice de acesso a rede de esgoto/fossa em 2000	Setor censitário	Índice de coleta de lixo em 2000	classificação	Setor censitário	IDH-saúde em 2000
6	1,000	**21**	0,995	**34**	1,000	**34**	0,995	1	**34**	1	**34**	1	**1**	**34**	1
21	0,998	**3**	0,994	**14**	1,000	**21**	0,993	1	**21**	1	**21**	1	**2**	**21**	1
34	0,997	**15**	0,993	**3**	0,994	**3**	0,992	1	**17**	1	**16**	1	**3**	**16**	1
9	0,994	**1**	0,989	**24**	0,993	**6**	0,984	1	**16**	1	**31**	0,997	**4**	**31**	0,992
3	0,989	**34**	0,987	**21**	0,985	**1**	0,984	1	**31**	0,997	**33**	0,993	**5**	**19**	0,989
1	0,989	**32**	0,984	**6**	0,985	**9**	0,982	1	**26**	0,997	**18**	0,993	**6**	**30**	0,988
10	0,987	**9**	0,980	**1**	0,974	**10**	0,976	1	**18**	0,997	**30**	0,992	**7**	**24**	0,988
16	0,982	**4**	0,980	**15**	0,973	**15**	0,971	0,996	**5**	0,997	**1**	0,991	**8**	**33**	0,987
5	0,980	**10**	0,975	**9**	0,972	**16**	0,969	0,996	**4**	0,996	**19**	0,985	**9**	**5**	0,987
4	0,965	**28**	0,967	**16**	0,969	**4**	0,966	0,996	**36**	0,995	**20**	0,983	**10**	**17**	0,985
13	0,954	**6**	0,966	**10**	0,966	**24**	0,937	0,991	**10**	0,995	**12**	0,978	**11**	**1**	0,985
15	0,947	**19**	0,958	**5**	0,956	**32**	0,926	0,989	**19**	0,993	**3**	0,974	**12**	**15**	0,984
23	0,935	**16**	0,956	**4**	0,954	**7**	0,922	0,987	**15**	0,993	**24**	0,973	**13**	**14**	0,984
7	0,932	**27**	0,951	**2**	0,945	**2**	0,919	0,986	**32**	0,992	**15**	0,973	**14**	**13**	0,984
18	0,931	**11**	0,945	**12**	0,939	**18**	0,904	0,982	**24**	0,992	**9**	0,969	**15**	**32**	0,982
2	0,931	**23**	0,942	**20**	0,929	**26**	0,899	0,981	**14**	0,992	**14**	0,968	**16**	**18**	0,982
33	0,920	**26**	0,941	**30**	0,920	**17**	0,890	0,979	**13**	0,992	**13**	0,964	**17**	**12**	0,975
32	0,910	**12**	0,933	**7**	0,902	**23**	0,886	0,977	**12**	0,992	**6**	0,963	**18**	**6**	0,971
11	0,908	**7**	0,932	**31**	0,886	**5**	0,883	0,971	**33**	0,991	**5**	0,963	**19**	**3**	0,969
17	0,901	**13**	0,927	**32**	0,883	**12**	0,878	0,969	**25**	0,99	**32**	0,959	**20**	**20**	0,967
24	0,898	**17**	0,924	**18**	0,871	**13**	0,877	0,968	**1**	0,987	**17**	0,954	**21**	**9**	0,966
26	0,892	**24**	0,920	**26**	0,865	**11**	0,867	0,966	**30**	0,986	**36**	0,953	**22**	**36**	0,964
25	0,877	**18**	0,909	**17**	0,845	**20**	0,861	0,959	**6**	0,981	**23**	0,953	**23**	**4**	0,964
28	0,803	**29**	0,906	**33**	0,786	**14**	0,850	0,956	**27**	0,98	**25**	0,944	**24**	**26**	0,963
14	0,792	**36**	0,890	**25**	0,786	**30**	0,839	0,956	**2**	0,972	**28**	0,929	**25**	**10**	0,96
20	0,779	**2**	0,880	**23**	0,782	**28**	0,834	0,951	**35**	0,969	**29**	0,923	**26**	**25**	0,95
22	0,778	**20**	0,875	**13**	0,751	**25**	0,829	0,951	**28**	0,965	**10**	0,915	**27**	**23**	0,95
12	0,762	**30**	0,847	**11**	0,748	**33**	0,825	0,946	**22**	0,964	**8**	0,913	**28**	**2**	0,945
30	0,749	**25**	0,823	**28**	0,733	**31**	0,800	0,936	**9**	0,964	**26**	0,911	**29**	**28**	0,939
27	0,746	**22**	0,805	**36**	0,699	**36**	0,776	0,927	**3**	0,964	**2**	0,904	**30**	**29**	0,938
36	0,739	**35**	0,799	**8**	0,661	**27**	0,693	0,923	**29**	0,963	**4**	0,901	**31**	**27**	0,929
31	0,735	**31**	0,779	**35**	0,594	**8**	0,688	0,919	**23**	0,946	**27**	0,898	**32**	**35**	0,928
19	0,712	**33**	0,768	**27**	0,383	**19**	0,682	0,913	**8**	0,944	**11**	0,889	**33**	**8**	0,923
8	0,701	**14**	0,757	**22**	0,377	**22**	0,653	0,91	**11**	0,927	**35**	0,878	**34**	**11**	0,911
29	0,629	**5**	0,713	**19**	0,375	**35**	0,617	0,849	**20**	0,918	**7**	0,779	**35**	**22**	0,851
35	0,458	**8**	0,701	**29**	0,161	**29**	0,565	0,779	**7**	0,779	**22**	0,741	**36**	**7**	0,779

Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Superintendente da SAE, “[....] em 2005, 50% dos domicílios da cidade eram atendidos pelo sistema de coleta de esgoto e a empresa está com empréstimo aprovado junto a Caixa Econômica Federal no valor de R$ 8,5 milhões de Reais, o que possibilitará elevar a rede esgoto para 76% dos domicílios da cidade”.

Com relação ao acesso a rede de esgoto e a implantação de fossa séptica ou rudimentar, em 1991, não existia nenhum setor censitário em que nele, as residências localizadas, eram servidas em 100%. Em 2000, este perfil havia mudado um pouco quando, em 4 setores, os domicílios passaram a contar com 100% de coleta do esgoto gerado. Diferente de 1991, em que o percentual de 90 a 99,5% dos domicílios tinha acesso a rede de esgoto/fossa em 66,7% dos setores censitários, em 2000 este percentual passou para 86,1%. Assim, o que se pode verificar, com relação ao acesso a rede de esgoto ou o uso de fossa séptica/rudimentar, que as modificações ocorridas foram decorrentes não apenas da expansão do sistema de coleta, mas sim pela expansão do número de fossas.

No caso do esgoto sanitário, principalmente, na área mais antiga da cidade, em muitos casos este índice não atingia 100% porque muitos domicílios se encontravam ligados ao sistema de coleta de esgoto pluvial. Esta situação constitui uma prática indevida porque os proprietários utilizavam um bem público em proveito próprio, já que não pagavam pelo serviço. Também, principalmente na periferia urbana, em muitos domicílios o esgoto sanitário é lançado nos cursos d'água e, que por não contar das estatísticas, acabam por influenciar o índice de muitos setores censitários, além de na prática contaminar os recursos hídricos e trazer riscos para a qualidade de vida da população.

Aqui temos que fazer uma ressalva que consideramos importante em relação a esta situação. Isto se faz necessário porque, embora se tenha uma série de críticas, sob o ponto de vista ambiental, quanto a utilização de fossas sépticas como forma de coleta do esgoto doméstico (devido a poluição do lençol freático), pode-se dizer que elas atendem a população no essencial, que é o de se evitar que o esgoto doméstico seja lançado a céu aberto e, com isto, seja o meio para a contaminação da população por inúmeras doenças. Por isto, há a premência de se implementar uma política municipal consistente para atender a população que não dispõe deste serviço público.

Também, se faz necessário a implantação de uma adequada estação de tratamento de esgoto, já que se utilizam do sistema de lagoas de decantação que não retira da água bactérias, fungos e metais pesados. Na cidade, os domicílios que utilizava das ligações clandestinas de esgoto sanitário foram impedidas de jogar seus dejetos no ribeirão Pirapitinga mas, a água que sai das lagoas de decantação acabam por poluí-lo. Ou seja, apenas foi transferido o problema para outra área.

No caso da coleta de lixo, em 1991, em apenas 2 setores se tinha 100% do serviço mas, em 2000, este percentual pouco cresceu pois chegou a apenas 3. O que melhorou foi o percentual da coleta que variava entre 90 a 99,5% dos domicílios o que, em 1991,

acontecia em somente 41,6% dos setores. Em 2000, a coleta de lixo nesta faixa passou a ocorrer em 77,8% dos setores censitários, ou seja, quase dobrou. Assim, o que se pode observar, quando se compararam os dados de 1991 e 2000, foi que ocorreu um processo de universalização destes serviços oferecidos a população.

As alterações verificadas nos indicadores de acesso a rede de água tratada, de coleta de esgoto/fossas sépticas e rudimentares e de coleta de lixo fizeram com que os índices de desenvolvimento humano tivessem também, mudanças importantes. Assim, se em 1991, 41,6% dos setores censitários tinham IDH-saúde que variavam de 0,900 a 0,995 em 2000, 3 setores tinham atingido a 1,000 e em 94,4% dos setores apresentavam IDH-saúde entre 0,911 a 0,992. Também, ao contrário de 1991, quando 7 setores tinham indicadores que variavam de 0,565 a 0,776, em 2000, somente 2 setores tinham IDH-saúde inferior a 0,900.

Os dados que possibilitaram a elaboração dos índices que compõem a tabela, também permitiram elaborar as figuras 63 e 64 que mostram graficamente, a distribuição do acesso da população a rede de água e de esgoto/fossa séptica e rudimentar e coleta de lixo, segundo os setores censitários de 1991 e 2000.

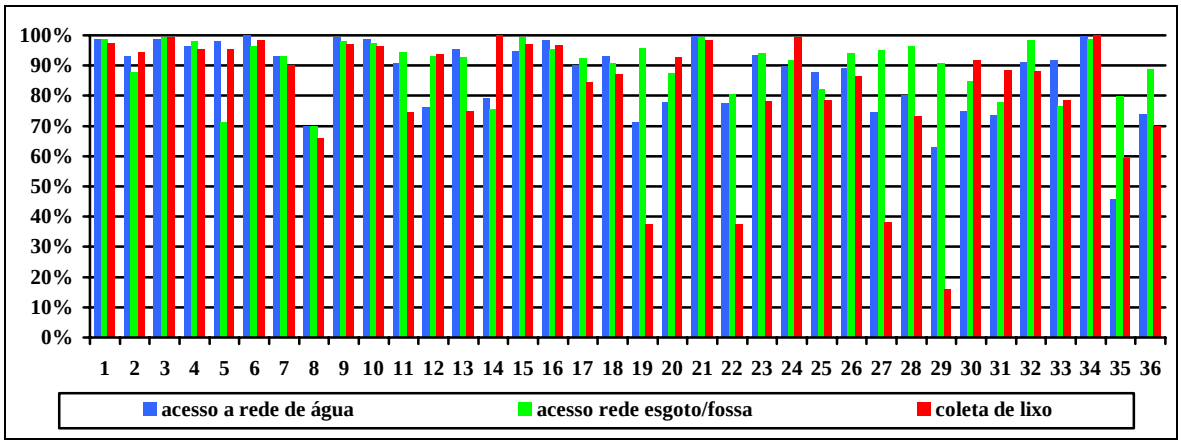


Figura 63 - Distribuição do acesso da população a rede de água, esgoto/fossa séptica e rudimentar e coleta de lixo, segundo os setores censitários de 1991.
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

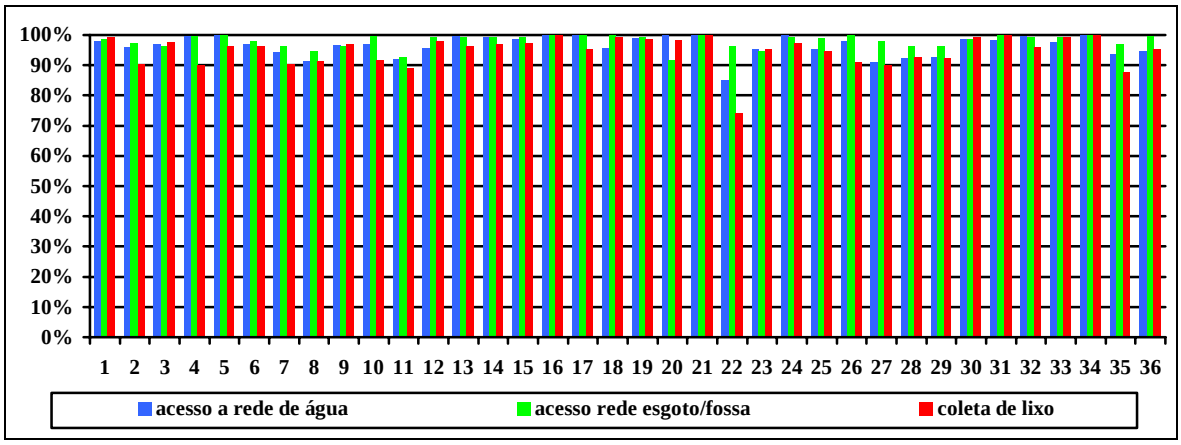


Figura 64 - Distribuição do acesso da população a rede de água e de esgoto/fossa séptica e rudimentar, segundo os setores censitários de 2000.
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A análise detalhada dos dados também revelou em relação ao acesso a rede de água tratada, que em 5 setores tinha ocorrido diminuição na porcentagem de domicílios ligados a rede, uma redução em média de 2,1%, enquanto em 32 casos foi constatado que tinha sido ocorrido um aumento, em média, de 11%. Neste caso, a maior redução percentual ocorreu no setor 6 (sul do centro da cidade) e o maior aumento aconteceu no setor 35 (Jardim Progresso). Em relação ao acesso a rede de esgoto/fossa séptica foi constatado que em 4 setores tinha ocorrido uma diminuição em média de 1,7%, enquanto em 32 ocorrera um aumento relativo médio de 8,1%. O destaque negativo foi para o setor 3 que teve a maior redução (-3%) e, o positivo, para o setor 5 com aumento (28,4%).

Por sua vez, os dados sobre o serviço de coleta de lixo mostraram que tinha ocorrido diminuição percentual em 9 setores, em média da ordem de 2,4%, enquanto em 27, ele tinha subido em média 17,9%. Em relação a coleta de lixo, os maiores aumentos percentuais ocorreram nos setores 29 e 27, localizados na periferia sul da malha urbana. Os maiores aumentos percentuais verificados no acesso a rede de água e esgoto/fossa também se encaixam neste processo de expansão e adensamento dos bairros localizados na periferia da malha urbana.

As figuras 65 e 66 mostram como, espacialmente, a população da cidade de Catalão tinha acesso a rede de água tratada em 1991 e em 2000. Na seqüência, as figuras 67/68 retratam a situação da rede de esgoto sanitário e de fossas sépticas/rudimentares em 1991 e 2000.

Outro aspecto do espaço urbano que tem sido motivo de preocupação, não só em Catalão, mas em qualquer conurbação urbana, diz respeito aos resíduos sólidos, Isto porque, historicamente, o processo de deposição final de resíduos sólidos tem sido os lixões

que, normalmente, se localizam próximos das cidades. No caso de Catalão, até recentemente, utilizava-se para este fim, a margem direita do Córrego Caçador, localizado na parte oeste da cidade.

De uma maneia geral, em qualquer cidade quanto em Catalão, o lixo que não é coletado é, normalmente, despejado e/ou incinerado pela população nos seus respectivos lugares de residência. Esta situação propicia um solo fértil para insetos e animais portadores de doenças, como também causa a poluição do ar em função da fumaça exalada da sua queima. Assim sendo, a falta de serviços básicos para a coleta do lixo sólido em bairros populosos e pobres contribui muito para a disseminação de doenças, embora menos que as patologias associadas a falta água tratada e de saneamento básico.

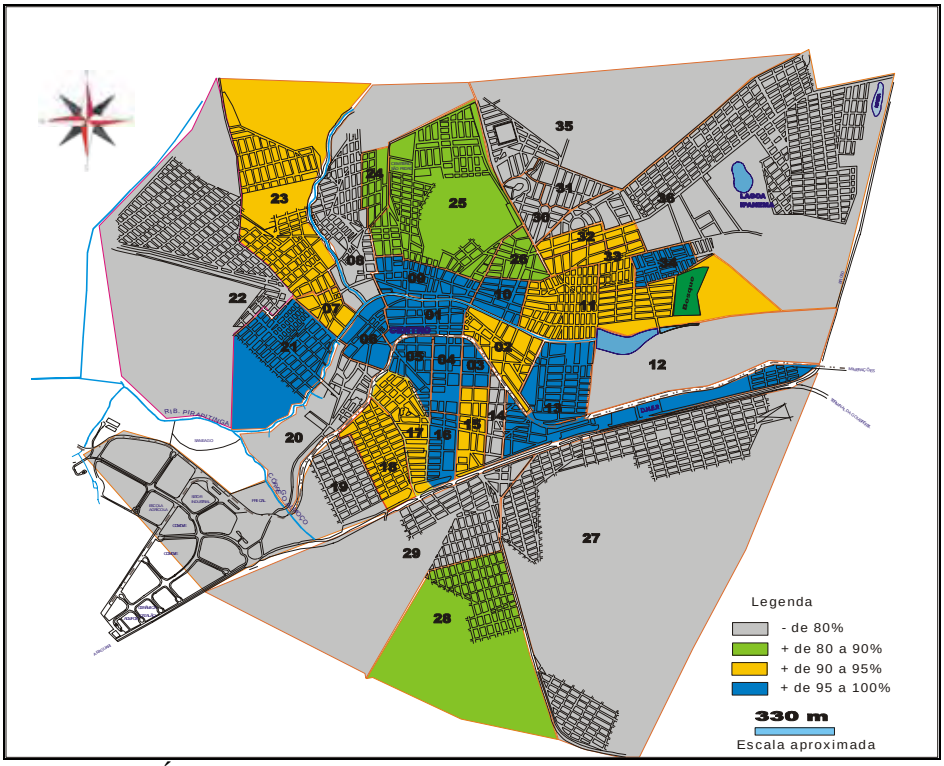


Figura 65 – Índice de cobertura da rede de água tratada, na cidade de Catalão segundo os setores censitários em 1991.
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

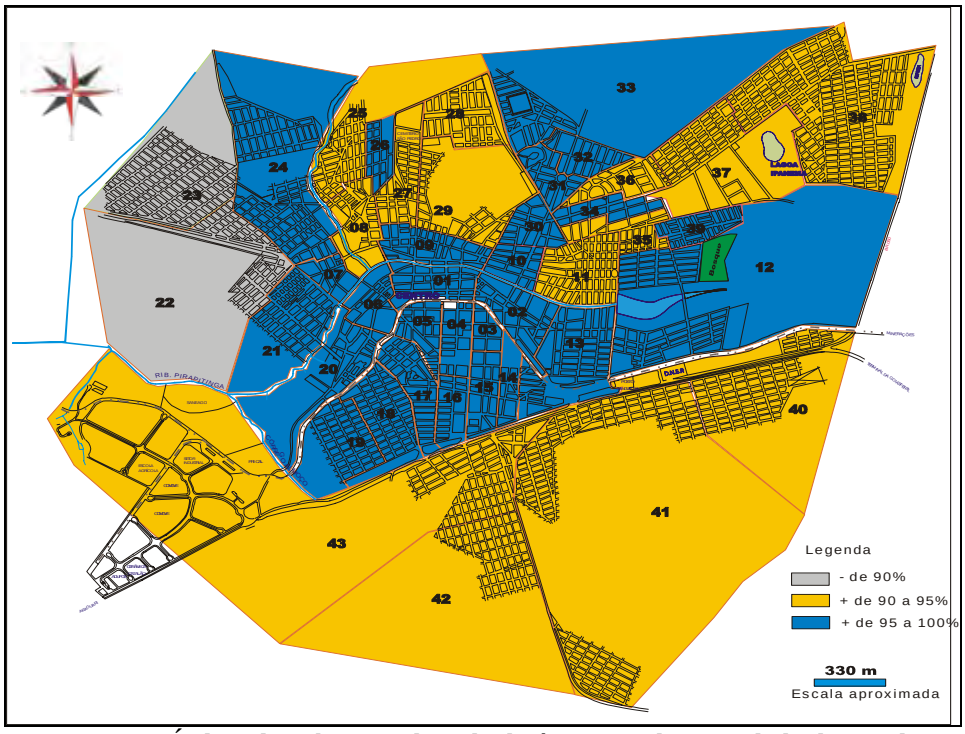


Figura 66 – Índice de cobertura da rede de água tratada, na cidade de Catalão segundo os setores censitários em 2000.
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

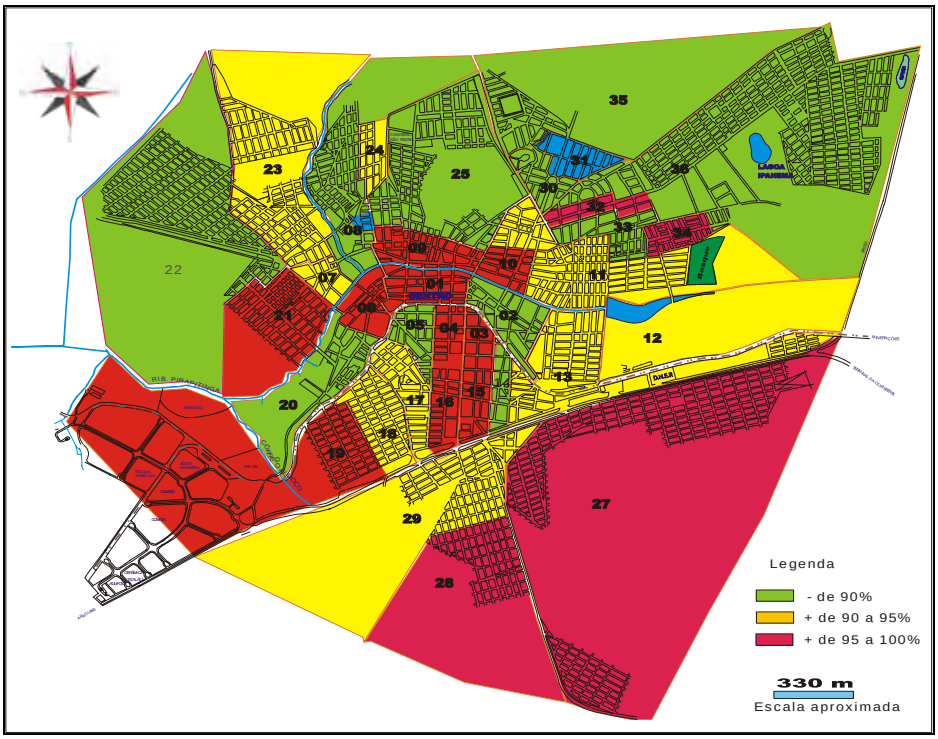


Figura 67 – Índice de esgoto e fossa séptica/rudimentar, na cidade de Catalão segundo os setores censitários em 1991.
Fonte: IBGE. Censo de 1991. Org. Edir de P. Bueno.

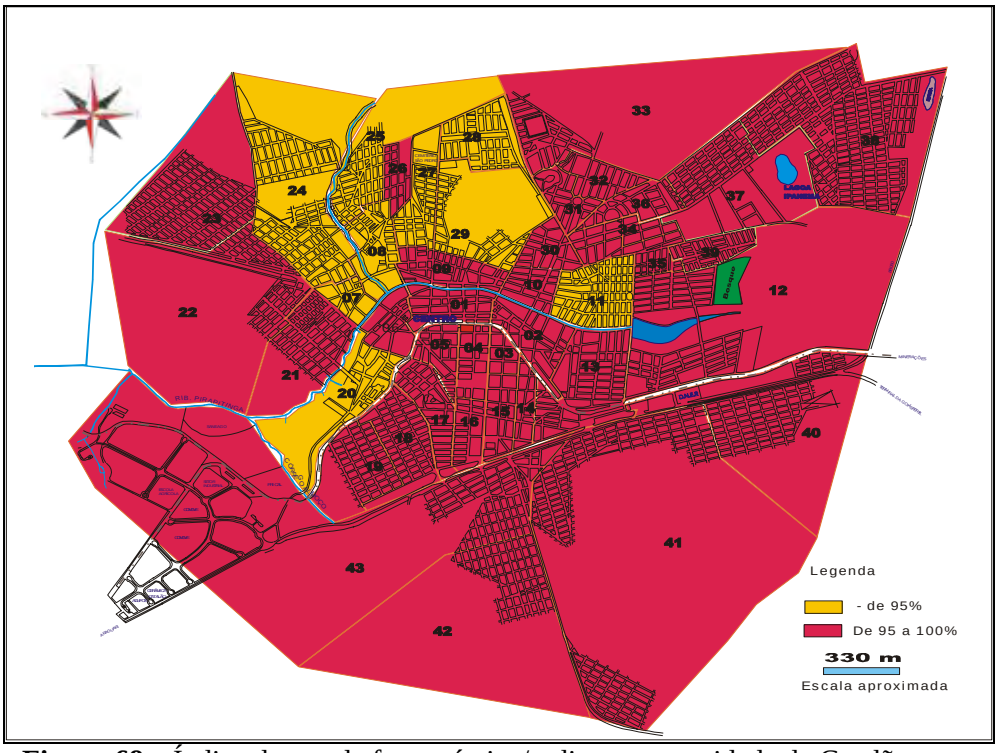


Figura 68 – Índice de uso de fossa séptica/rudimentar na cidade de Catalão segundo os setores censitários em 2000.
Fonte: IBGE. Censo de 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Normalmente, os chamados lixões são locais que atraem pessoas desempregadas, de baixa renda ou sem outra qualificação profissional. Nestes locais eles fazem a catação do lixo com forma de sobrevivência passando, assim, a viver deste tipo de trabalho em condições insalubres gerando, por isto, para as administrações públicas, uma série de despesas e responsabilidades sociais e políticas. A fotografia 4 mostra esta situação sub-humana em antigo lixão.

Fotografia 4 – Pessoas trabalhando no antigo lixão próximo ao Bairro Jardim Paraíso.
Autor – M. R. Mendonça, UFG-CAC, Curso de Geografia, 2004.

No caso de Catalão, esta área (lixão) apresentava, além desta vida sub-humana, vários outros problemas que não atendiam, entre outras questões, as questões relacionadas a preservação do meio-ambiente. Os resíduos de todos os tipos eram depositados sem a menor distinção. Somente a partir de 1998, é que o lixo hospitalar passou a ser coletado e depositado, separadamente, e logo depois incinerado.

Devido a denúncias da imprensa local e a ação de diversas ONGs, da sociedade civil organizada e do Ministério Público, a Prefeitura de Catalão se comprometeu a tomar as providências cabíveis. Assim começaram as discussões sobre a implantação definitiva do sistema de tratamento e disposição do lixo urbano em nova área, uma vez que o local, até então utilizado, não atendia às necessidades ambientais e de saúde pública.

No início do ano de 2002, foi movida uma ação de execução de obrigação de fazer promovida pelo Ministério Público em relação ao município de Catalão. Esta tinha como finalidade resolver, de forma definitiva, este grave problema através da construção do aterro sanitário e a implementação de uma ampla política pública de gerenciamento dos resíduos sólidos, compreendendo 03 etapas: construção do aterro sanitário; da usina de reciclagem e da usina de compostagem.

Desta forma, a usina de tratamento de lixo foi implantada em área pública municipal distante a 5 km do centro da cidade, na Fazenda Caçador. Nela delimitou-se a área necessária para a recepção e disposição do lixo urbano que, passou a ser aproveitado e transformado pelo processo de biodegradação acelerada com alto valor agregado, com operação de oito horas/dia. Assim, ao comparar os dados que deram origem às figuras 69 e 70, verificou-se que as taxas de coleta do lixo foram melhoradas consideravelmente na década de 1990. Isto permitiu que em 2000, se chegasse a 100% de coleta do lixo em muitos setores da cidade.

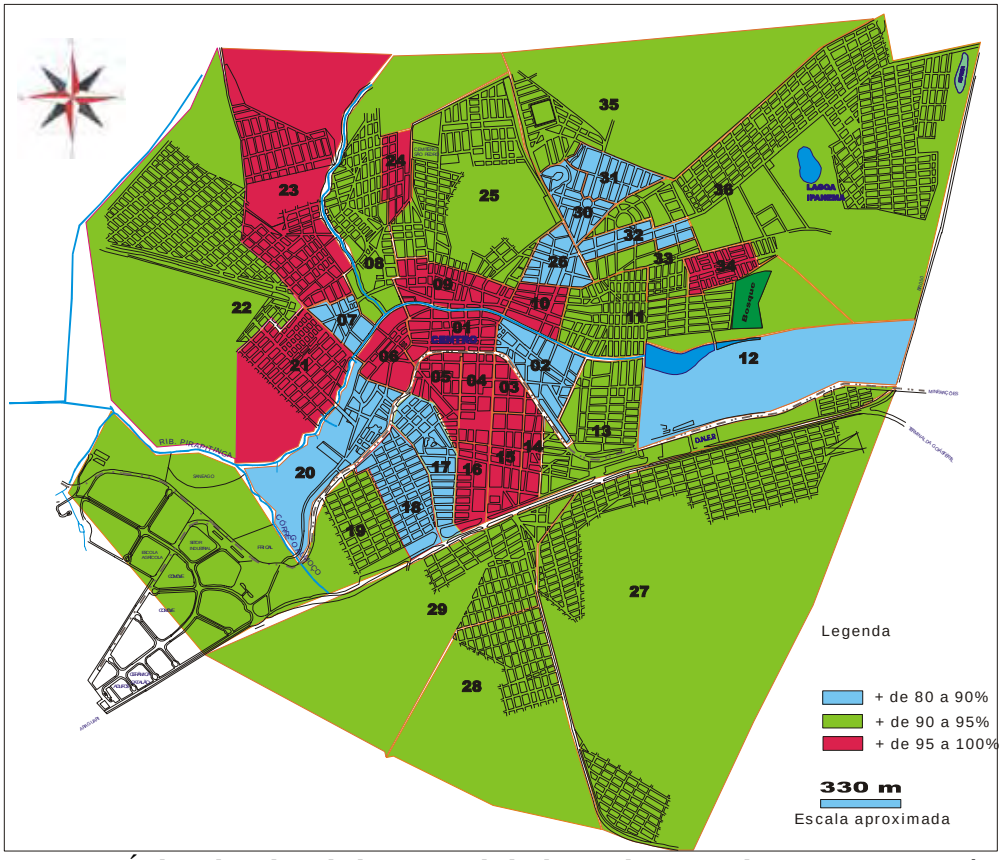


Figura 69 – Índice de coleta do lixo, na cidade de Catalão segundo os setores censitários em 1991.
Fonte: IBGE. Censo 1991. Org. Edir de P. Bueno.

Segundo informações obtidas no Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Catalão, a coleta do lixo residencial, comercial, industrial e limpeza pública, atinge um volume médio de 70 toneladas/dia o que, em termos “per capita” representa algo em torno de 1,07 kg/pessoa. Este material é enviado para a Usina onde, primeiramente, é passado por uma triagem. O objetivo da triagem é extrair materiais que possam provocar a poluição do solo e a conseqüente contaminação dos mananciais adjacentes pelo chorume produzido.

Assim, a coleta diária do lixo urbano e o seu tratamento na usina têm como objetivo, entre outros, evitar a proliferação de insetos e animais transmissores de doenças no espaço urbano e proporcionar aos habitantes da cidade e, principalmente, das áreas próximas ao local de deposição do lixo, uma melhor qualidade do meio ambiente e de vida através da diminuição da possibilidade de contaminação por algum tipo de endemia.

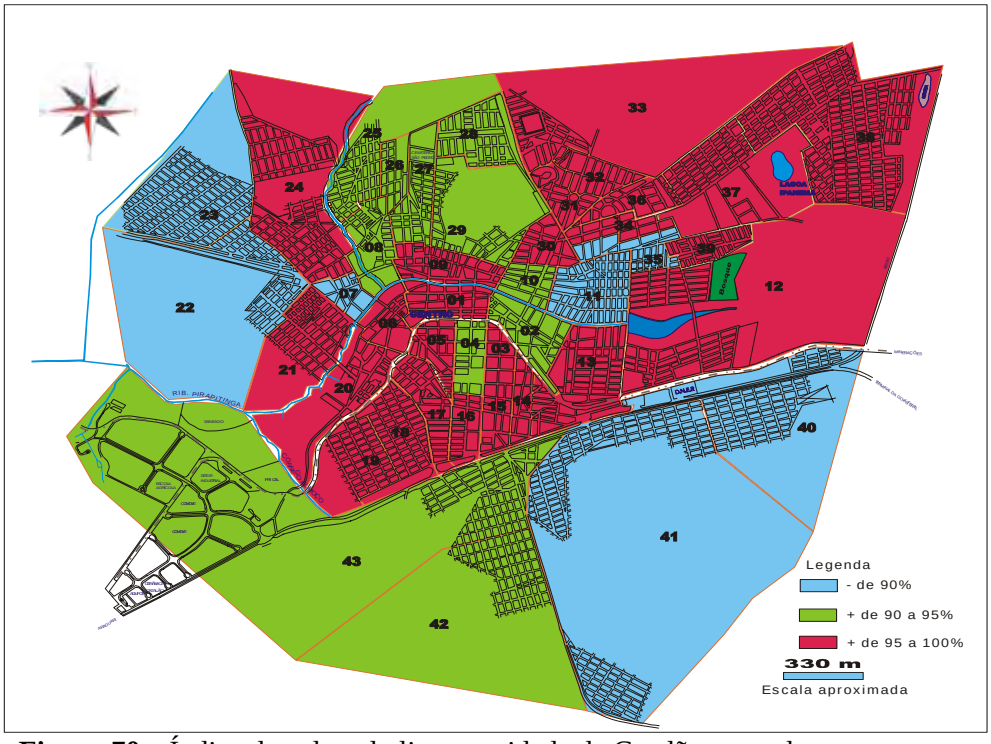


Figura 70 – Índice de coleta do lixo, na cidade de Catalão segundo os setores censitários em 2000.
Fonte: IBGE. Censo 2000. Org. Edir de P. Bueno.

O manuseio do lixo (conforme fotografia 5), na Usina e o seu acondicionamento no aterro sanitário também trouxeram benefícios sociais como, por exemplo, o agrupamento dos trabalhadores que sobrevivem do lixo em associações ou cooperativas. Nelas, os trabalhadores recebem pela produção, além de terem a possibilidade de conscientizar a população quanto a importância de se implantar a coleta seletiva, a partir das residências.

Fotografia 5 – Pessoas trabalhando na usina de reciclagem de lixo de Catalão em julho de 2005.
Foto: Edir de P. Bueno.

Em 2004, a Usina de Reciclagem empregava trinta e um trabalhadores, sendo que todos atuavam, anteriormente, no antigo lixão. O trabalho efetuado no regime de revezamento, sendo três turnos com horário de 05 a 06 horas cada um. Os seus salários são pagos por uma cooperativa de acordo com a arrecadação provenientes da venda dos recicláveis, variando de R$ 500 a 700 reais. Além disto, eles têm alguns benefícios como: plano de saúde, cesta básica, café da manhã e almoço.

Na impossibilidade do aproveitamento integral do lixo, uma parcela ainda considerável de resíduos é aterrada sem qualquer reutilização. Segundo a direção da Usina, em manifestação no mês de março de 2005, esta situação acontece porque: “Organicamente, ainda falta (sic) equipamentos e gente pra trabalhar, mas a previsão é melhorar cada dia mais. Nossa previsão é contratar, daqui a 6 meses, entre 60 a 70 novos trabalhadores”. A necessidade de contratar mais trabalhadores mostra que com o crescimento da cidade, tem também sido alterado o perfil e a quantidade de lixo produzido por sua população.

Ainda, de acordo com esta fonte, a análise feita a respeito do lixo coletado em Catalão indicou que, em média, ele era composto por matéria orgânica (61%), papel (26%), plástico (5,3%), metal (4,2%) e vidro (3,5%). Este perfil do lixo coletado pode ser explicado em função de alterações nos padrões socioeconômicos da população que mudaram seus hábitos de consumo em decorrência dos níveis cultural e educacional, poder aquisitivo, aspirações e valores subjetivos do desenvolvimento tecnológico que altera o padrão de embalagens, etc. A implantação do tratamento do lixo utilizando a Usina de Reciclagem, trouxe significativas melhorias para a problemática do lixo. Entretanto ainda, muitas questões relacionadas a este tipo de resíduo demandam soluções.

Após a análise de forma individualizada destes equipamentos públicos e as implicações que o acesso a eles teve para a qualidade de vida da população, buscou-se ordená-los através da classificação obtida pela média de cada setor censitário para os anos de 1991 e 2000, bem como a classificação geral oriunda da média dos dois anos. Com o objetivo de se apontar esta classificação, elaborou-se a tabela 37 que traz a situação dos setores censitários conforme a média do IDH-saúde em 1991 e 2000.

A análise comparativa da classificação dos setores censitários em ordem decrescente no IDH-saúde, mostrou que as mudanças foram decorrentes de dois fatores: primeiro, através da ampliação dos serviços públicos, principalmente, para a população que em 1991, residia em bairros em que estes não atendiam a todos e; segundo, pelas mudanças nos hábitos de higiene por parte da população, que passou a fazer uso da água tratada e a construir fossas sépticas/rudimentares. Por isto, ocorreram mudanças em relação a todos os

Tabela 37 – Classificação dos setores censitários conforme o IDH-saúde em 1991 e 2000.

Classificação	Setor censitário	IDH-saúde em 1991	Setor censitário	IDH-saúde em 2000	IDH-saúde Classificação final	Setor censitário	Média do IDH
1	**1**	0,984	**1**	0,985	**1**	**34**	**0,998**
2	**2**	0,919	**2**	0,945	**2**	**21**	**0,997**
3	**3**	0,992	**3**	0,969	**3**	**16**	**0,985**
4	**4**	0,966	**4**	0,964	**4**	**1**	**0,985**
5	**5**	0,883	**5**	0,987	**5**	**3**	**0,981**
6	**6**	0,984	**6**	0,971	**6**	**15**	**0,978**
7	**7**	0,922	**7**	0,779	**7**	**6**	**0,978**
8	**8 (+25)**	0,688	**8 (+25)**	0,923	**8**	**9**	**0,974**
9	**9**	0,982	**9**	0,966	**9**	**10**	**0,968**
10	**10**	0,976	**10**	0,960	**10**	**4**	**0,965**
11	**11**	0,867	**11**	0,911	**11**	**24**	**0,963**
12	**12**	0,878	**12**	0,975	**12**	**32**	**0,954**
13	**13**	0,877	**13**	0,984	**13**	**18**	**0,943**
14	**14**	0,850	**14**	0,984	**14**	**17**	**0,938**
15	**15**	0,971	**15**	0,984	**15**	**5**	**0,935**
16	**16**	0,969	**16**	1,000	**16**	**2**	**0,932**
17	**17**	0,890	**17**	0,985	**17**	**26**	**0,931**
18	**18**	0,904	**18**	0,982	**18**	**13**	**0,931**
19	**19**	0,682	**19**	0,989	**19**	**12**	**0,927**
20	**20**	0,861	**20**	0,967	**20**	**23**	**0,918**
21	**21**	0,993	**21**	1,000	**21**	**14**	**0,917**
22	**22 (+23)**	0,653	**22 (+23)**	0,851	**22**	**30**	**0,914**
23	**23**	0,886	**23**	0,950	**23**	**20**	**0,914**
24	**24**	0,937	**24**	0,988	**24**	**33**	**0,906**
25	**25 (27+28+29)**	0,829	**25 (27+28+29)**	0,950	**25**	**31**	**0,896**
26	**26**	0,899	**26**	0,963	**26**	**25**	**0,890**
27	**27 (40+41)**	0,693	**27 (40+41)**	0,929	**27**	**11**	**0,889**
28	**28**	0,834	**28**	0,939	**28**	**28**	**0,887**
29	**29**	0,565	**29**	0,938	**29**	**36**	**0,870**
30	**30**	0,839	**30**	0,988	**30**	**7**	**0,851**
31	**31**	0,800	**31**	0,992	**31**	**19**	**0,836**
32	**32**	0,926	**32**	0,982	**32**	**27**	**0,811**
33	**33**	0,825	**33**	0,987	**33**	**8**	**0,806**
34	**34**	0,995	**34**	1,000	**34**	**35**	**0,773**
35	**35**	0,617	**35**	0,928	**35**	**29**	**0,752**
36	**36 (+37+38)**	0,776	**36 (+37+38)**	0,964	**36**	**22**	**0,752**

Fonte: IBGE. Censo de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

setores censitários quando se comparou a situação de 1991 e 2000. A única exceção ficou por conta do setor 21 (Vila Margon I) que manteve a mesma posição nos dois anos pesquisados.

Há também que se fazer uma ressalva com relação a estes três serviços públicos pois, em muitos setores censitários que se localizam na periferia da malha urbana, estes sistemas não atendem, em muitos casos, as propriedades rurais embora, elas se encontrem dentro do perímetro urbano, bem como as residências que se encontravam isoladas nos loteamentos que não dispõem de infra-estrutura.

As alterações no acesso aos serviços públicos fizeram com que muitos setores censitários tivessem suas posições alteradas em 2000. Assim, os aumentos diferenciados quanto ao acesso a estes serviços públicos repercutiram, também, na elevação do IDH-saúde quando se compararam os dados de 1991 com os de 2000. Estes dados também possibilitaram a elaboração das figuras 71 e 72, que mostram a situação de cada setor censitários nos dois anos.

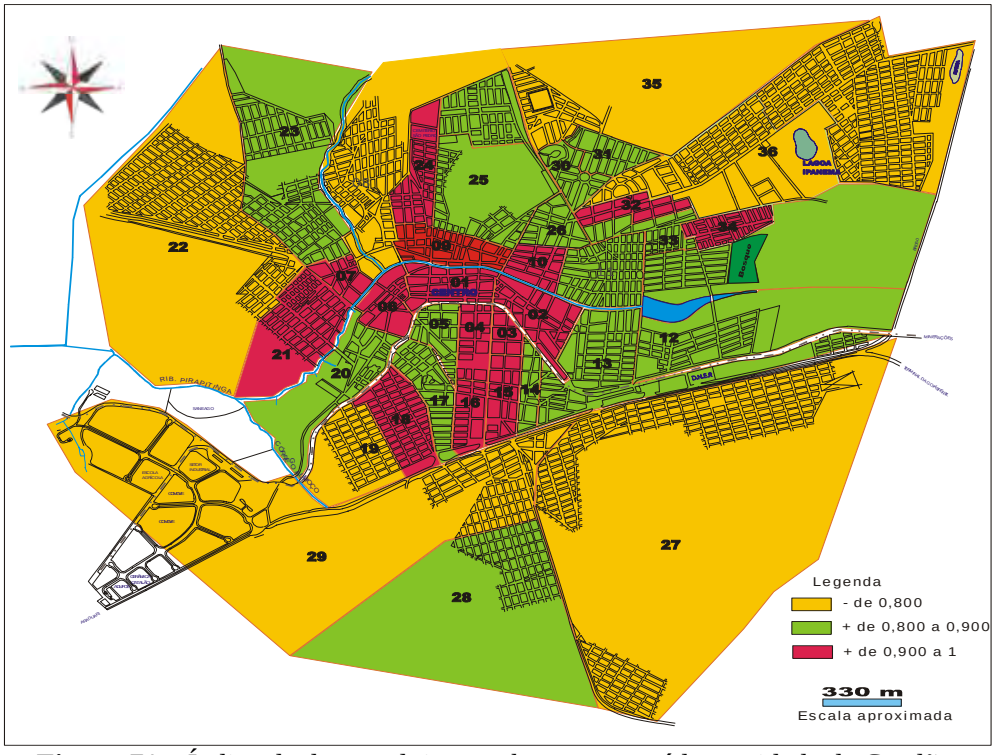


Figura 71 – Índice de desenvolvimento humano – saúde na cidade de Catalão segundo os setores censitários em 1991.
Fonte: IBGE. Censo 1991. Org. Edir de P. Bueno.

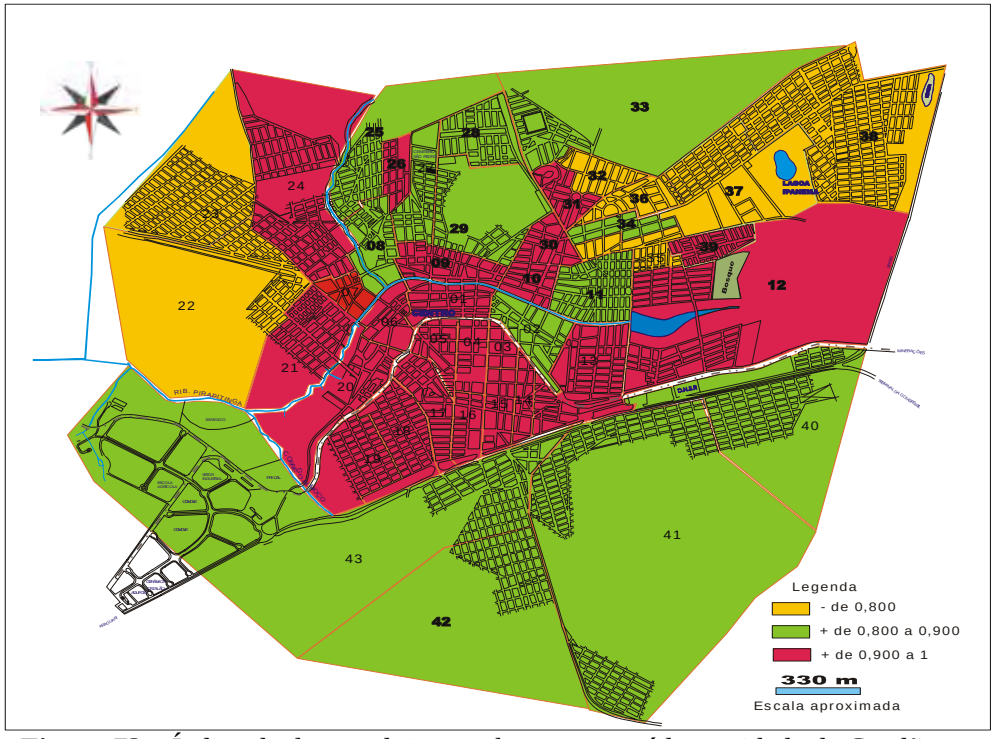


Figura 72 – Índice de desenvolvimento humano – saúde na cidade de Catalão segundo os setores censitários em 2000.
Fonte: IBGE. Censo 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A partir dos dados contidos na tabela sobre o IDH-saúde de cada setor, foi possível elaborar a figura 73 que mostra, graficamente, a trajetória do índice entre 1991 e 2000.

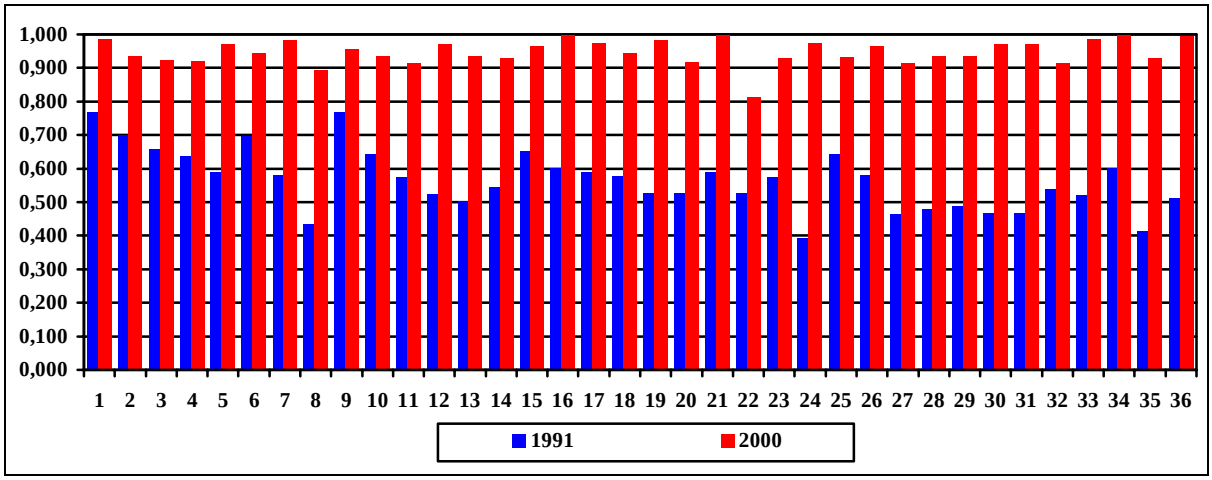


Figura 73 – Variações no IDH-saúde, segundo os setores censitários em 1991 e 2000.
Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Após o detalhamento dos indicadores sociais utilizados para definir os níveis de desenvolvimento humano da população de Catalão, buscou-se elaborar o IDH sintético para cada setor censitário. A tabela 38 apresenta os resultados obtidos.

A análise das mudanças verificadas no índice de desenvolvimento humano da população da cidade de Catalão mostrou que: **a)** embora tenha sido observados ganhos (melhorias nas condições de vida), nos níveis de desenvolvimento humano para a população da cidade de Catalão, este ganho não foi suficiente para mudar a presença de apenas dois setores censitários com IDH superior a 0,900 em 2000 em relação ao que ocorria em 1991; **b**) se em 1991, dos 36 setores censitários da cidade, 26 (72,2%) tinham IDH superior a média do município que foi, segundo o IDH-M, de 0,724. Em 2000, eles eram também 26 mas, a média tinha se elevado para 0,818. Estes informes mostraram que era muito mais fácil se chegar a uma média que era relativamente mais baixa em 1991, ou seja, quanto mais ganhos se têm em desenvolvimento humano, mais difícil fica de obter novos ganhos; **c**) tendo o referencial de 0,800, como limite para análise dos setores, o que se observou é que enquanto em 1991 apenas 13 setores (36,1%) tinham índice igual ou superior a 0,800, em 2000, estes tinham chegado a 30 (83,3%) do total. Assim, o desenvolvimento humano tinha sido superior a média municipal em muitos setores censitários; **d**) os dados da parte inferior da tabela, que apontam os menores níveis de qualidade de vida da população de Catalão, mostram esta melhoria nas condições de vida. Pode-se perceber que em 1991 havia 08 setores cujos índices estavam abaixo de 0,700, enquanto em 2000, isto não mais acontecia, ou seja, os piores tinham se tornado menos piores.

Considerando-se, para este tipo de uma avaliação de síntese dos diferentes aspectos, foram elaboradas as figuras 74, 75 e 76 a partir da soma dos três indicadores para cada Censo e a extração de seus respectivos indicadores sintéticos. Nelas, o que mais se destaca é o ganho em desenvolvimento humano verificado entre 1991 e 2000, quando a maior parte dos setores censitários (representado pelas pessoas que aí residiam), revelou níveis de desenvolvimento humano inferior a 0,800. Em 2000, se pôde perceber que ocorreu um grande crescimento na mancha que indicava níveis entre 0,800 a 0,899, o que mostra a difusão geral da melhoria.

Tabela 38 – Classificação final do IDH, segundo os setores censitários da cidade de Catalão, em 1991 e 2000.

Setor censitário	Idh -renda	Idh - educação	Idh - saúde	IDH 1991	Setor censitário	Idh - renda	Idh - educação	Idh – saúde	IDH 2000
9	0,768	0,953	0,982	0,901	**1**	0,874	0,910	0,985	0,923
1	0,767	0,949	0,984	0,900	**9**	0,833	0,964	0,966	0,921
6	0,697	0,939	0,984	0,873	**6**	0,739	0,980	0,971	0,897
3	0,658	0,925	0,992	0,858	**2**	0,781	0,956	0,945	0,894
10	0,642	0,940	0,976	0,853	**17**	0,726	0,962	0,985	0,891
15	0,651	0,933	0,971	0,852	**10**	0,741	0,968	0,960	0,890
21	0,590	0,944	0,993	0,842	**21**	0,694	0,962	1,000	0,885
2	0,698	0,895	0,919	0,837	**4**	0,719	0,971	0,964	0,885
34	0,602	0,904	0,995	0,834	**16**	0,717	0,933	1,000	0,883
4	0,638	0,886	0,966	0,830	**15**	0,674	0,965	0,984	0,874
16	0,599	0,880	0,969	0,816	**3**	0,716	0,912	0,969	0,866
17	0,587	0,938	0,890	0,805	**24**	0,679	0,920	0,988	0,862
18	0,579	0,916	0,904	0,800	**5**	0,632	0,959	0,987	0,859
5	0,590	0,924	0,883	0,799	**18**	0,654	0,932	0,982	0,856
23	0,572	0,925	0,886	0,794	**12**	0,663	0,930	0,975	0,856
32	0,538	0,915	0,926	0,793	**34**	0,621	0,939	1,000	0,853
7	0,581	0,873	0,922	0,792	**13**	0,638	0,936	0,984	0,853
26	0,580	0,889	0,899	0,789	**31**	0,667	0,888	0,992	0,849
25	0,642	0,886	0,829	0,786	**19**	0,621	0,918	0,989	0,843
11	0,572	0,915	0,867	0,785	**14**	0,602	0,908	0,984	0,831
14	0,543	0,875	0,850	0,756	**11**	0,676	0,899	0,911	0,829
12	0,522	0,849	0,878	0,750	**28**	0,607	0,937	0,939	0,828
20	0,524	0,860	0,861	0,748	**20**	0,580	0,930	0,967	0,826
13	0,501	0,851	0,877	0,743	**32**	0,621	0,872	0,982	0,825
33	0,521	0,853	0,825	0,733	**36 +(37+38)**	0,583	0,913	0,964	0,820
28	0,478	0,872	0,834	0,728	**7**	0,642	0,939	0,879	0,820
24	0,391	0,841	0,937	0,723	**35**	0,631	0,884	0,928	0,814
31	0,465	0,852	0,800	0,706	**33**	0,497	0,943	0,987	0,809
30	0,465	0,781	0,839	0,695	**30**	0,515	0,917	0,988	0,807
19	0,526	0,821	0,682	0,676	**25 (27+28+29)**	0,580	0,886	0,950	0,805
36	0,512	0,716	0,776	0,668	**27 (40 + 41)**	0,555	0,913	0,929	0,799
8	0,434	0,854	0,688	0,659	**26**	0,534	0,896	0,963	0,798
29	0,486	0,868	0,565	0,640	**29**	0,569	0,884	0,938	0,797
27	0,463	0,760	0,693	0,639	**8 (+25)**	0,571	0,867	0,923	0,787
22	0,524	0,716	0,653	0,631	**22 (+23)**	0,598	0,903	0,851	0,784
35	0,415	0,759	0,617	0,597	**23**	0,479	0,922	0,950	0,784

Fonte: IBGE. Censos de 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

A figura 74 mostra o IDH sintético da população segundo os setores censitários em 1991.

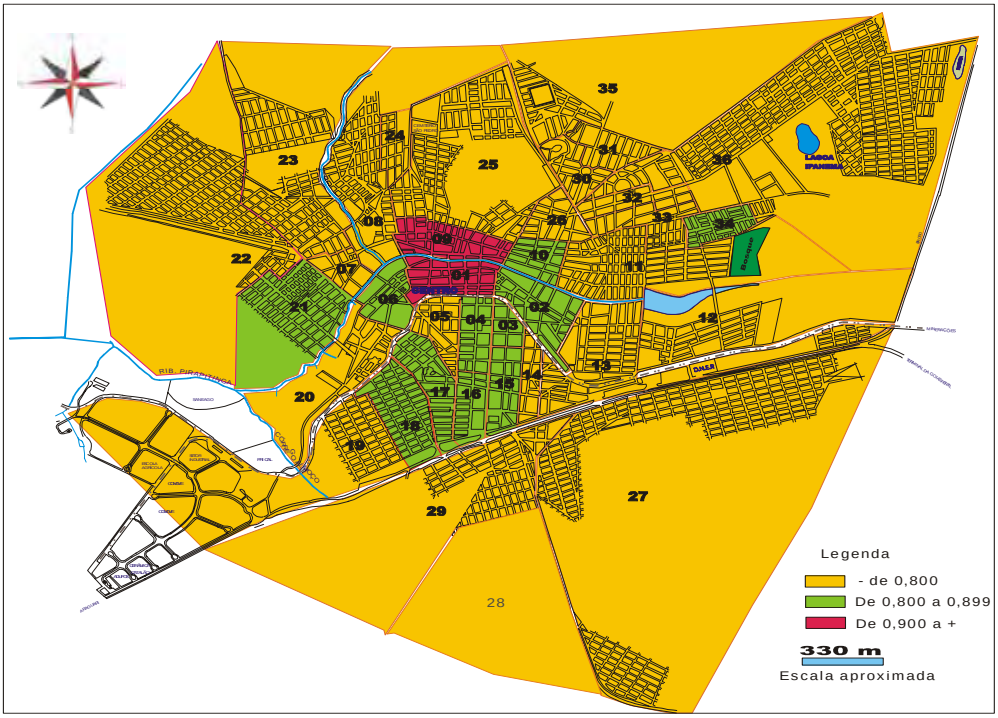


Figura 74 – Distribuição espacial dos níveis de desenvolvimento humano, segundo os setores censitários de Catalão em 1991.
Fonte: IBGE. Censo 1991. Org. Edir de P. Bueno.

Tendo em consideração de que ocorreram importantes mudanças no desenvolvimento humano com conseqüências diretas sobre a qualidade de vida da população da cidade de Catalão, buscou-se verificar, entre os setores censitários, quanto tinha sido o ganho de desenvolvimento humano das pessoas no período compreendido entre 1991 a 2000. Com este objetivo, elaborou-se a figura 75 que traz este detalhamento.

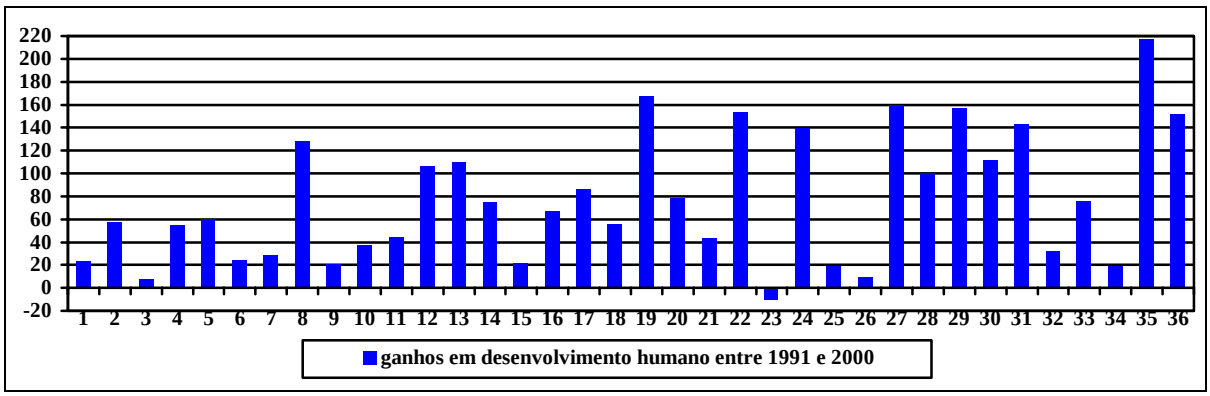


Figura 75 – Pontos ganhos em desenvolvimento humano entre 1991 e 2000, segundo os setores censitários da cidade de Catalão.
Fonte: IBGE. Censo 1991 e 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Os pontos ganhos em desenvolvimento humano apontado na figura podem ser avaliados sob duas vertentes: a primeira, diz respeito ao próprio ganho obtido pela população de cada setor censitário em termos de rendimentos, educação e saúde; a segunda,

diz respeito ao processo de agregação que no caso dos setores 22 (22+23) e 25 (27+28+29), se fossem tratados de forma fracionada dos setores 23 e 28, criados em 2000, mostraria que os setores 22, 27 e 29 teriam IDH mais elevado, ou seja, o processo de agregação e de reordenação numérica efetuado neste trabalho pode ter facilitado o entendimento, mas acabou por esconder a existência de setores censitários nos quais, na realidade, os seus IDHs não tiveram uma aumento considerável.

Esta situação foi provocada pelo próprio processo de adensamento populacional dos bairros em que estes setores se encontravam inseridos, que na década de 1990, se constituíram pela migração de pessoas, cuja renda do chefe do domicílio, nível educacional e condições de saúde eram baixos, como também pela construção de conjunto habitacional para população de baixa renda. Isto fez com que a trajetória do índice entre 1991 e 2000, se tornasse negativa como no caso do setor 23. Por sua vez, o setor 13 representa o reverso deste quadro pois, durante a década de 1990, uma parte do setor passou a ser local de construção de residências para um segmento populacional de renda, nível educacional e saúde mais elevada.

A análise sobre a distribuição espacial dos níveis de desenvolvimento humano, através dos setores censitários de 1991 e 2000, apontou que houve ganhos importantes nos níveis de qualidade de vida da população. Porém, foi possível verificar que ele não foi uniforme e, em muitos casos aumentou, em maior proporção, para as pessoas que já tinha em 1991, um bom nível de qualidade vida. Outro aspecto que não pode ser esquecido é que os índices sintéticos obtidos em 1991 e 2000 são médias que escondem as imensas diferenças nos níveis de desenvolvimento humano que existem dentro dos próprios setores censitários, nas quadras que os compõem e nas famílias que neles residem, como por exemplo, no IDH-renda. Entretanto, estas avaliações agregadas são relevantes, uma vez que, as ações políticas e projetos, tanto do setor público quanto do privado, necessitam ter um caráter coletivo. Portanto, a vida cotidiana das pessoas não se refere simplesmente a números, mas sim a uma luta incansável para que os dias que estão por vir não sejam apenas mais um dia em suas vidas.

Também foi possível constatar que, enquanto os cinco setores censitários, cujas populações tinham maior nível de desenvolvimento humano em 1991, obtiveram menos ganhos, como no caso das populações dos setores 3, 26, 25, 9 e 15. Por sua vez, outros com menores IDHs, ganharam mais pontos como no caso dos setores: 35, 19, 27, 29 e 22. Isto pode ser explicado pelo fato de que cada nível apresenta exigências diversas para que o nível subseqüente seja alcançado.

A análise dos setores censitários sem a correspondente agregação mostrou alguns detalhes interessantes. Este foi o caso, em 2000, do setor 22 que devido a separação de uma população com níveis mais elevados de desenvolvimento humano (Vila Margon II), de outra com índice menor (Jardim Paraíso), fez com que no primeiro, tivesse ocorrido o maior aumento na classificação entre os setores (229 pontos). Por sua vez, o setor 23 surgido em 2000 e que engloba o Jardim Paraíso, teve um ganho quase três vezes menor (84 pontos), quando comparado ao IDH do setor 22 que lhe deu origem. Com relação aos setores que apenas mudaram de numeração em 2000, face ao que era em 1991, como no caso do setor 35 (Bairro Progresso, o de número 33 em 1991), pode-se perceber que sua população obteve ganhos significativos no desenvolvimento humano, pois em relação a 1991 houve um aumento de 121 pontos. Este aspecto nos remete, numa pergunta, a questão da base geográfica dos dados e os critérios para defini-los.

Quanto aos setores que não tiveram em 2000, nenhuma alteração de numeração ou fracionamento, os ganhos obtidos, foram advindos da própria dinâmica das pessoas que neles residiam, ou que mudaram para estes lugares. Este foi o caso do setor 19 (parte sul do Bairro Santa Terezinha), que no intervalo de tempo entre 1991 e 2000, ganhou 167 pontos em desenvolvimento humano. Por sua vez, a população que residia no setor 3, teve seu perfil de desenvolvimento humano pouco modificado pois, em relação a 1991, o ganho foi de apenas 8 pontos. Este foi um caso típico de estágio de desenvolvimento humano verificado em 1991, que para chegar a outro nível mais elevado dependia de mais esforços da população em relação a renda, mas isto não ocorreu.

No conjunto estas alterações podem ser observadas, quando são comparadas as figura 74 e 76, que contempla sob o ponto de vista espacial, a distribuição dos níveis de desenvolvimento humano registrado em 2000, face aquela verificada em1991.

A análise individualizada dos índices finais das variáveis utilizadas na pesquisa mostrou que, no indicador renda, a melhoria verificada, não foi significativa para a população mais pobre da cidade pois, se em 1991 a renda média dos chefes dos domicílios do setor censitário com pior classificação era de 1,08 salários mínimos, em 2000 ela tinha passado para 1,64. No outro extremo, e para outros setores, o que se observou foi um ganho expressivo na renda dos chefes pois, se em 1991 as pessoas residentes no setor classificado em 1º lugar recebiam em média 9,26 salários mínimos, em 2000, tinham passado para 15,2. Havia ocorrido um aumento de 64,7%, o que representava uma renda quase 10 vezes maior que aquela renda dos chefes mais pobres. Para se ter uma idéia desta situação, em 1991, apenas dois setores tinha índice superior a 0,700 e em 2000, 9 tinham superado este nível.

Também, enquanto em 1991, cinco deles tinham índices abaixo de 0,500, em 2000, apenas dois se encontravam nesta situação.

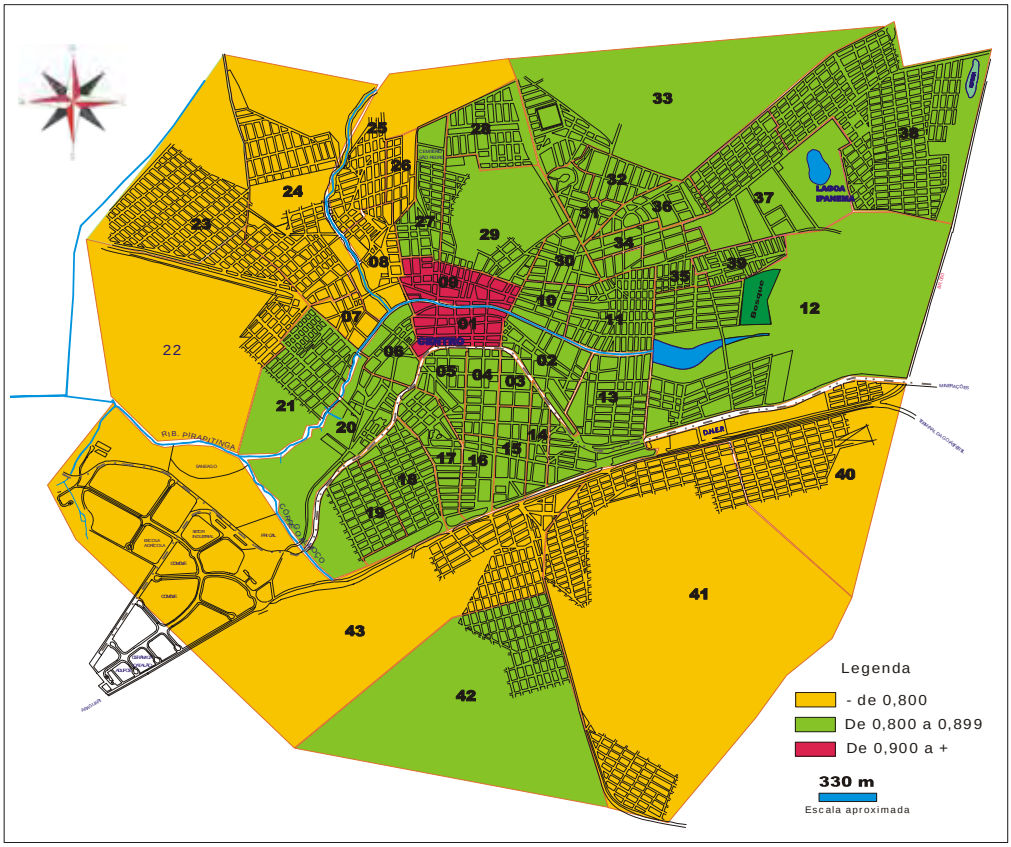


Figura 76 – Distribuição espacial dos níveis de desenvolvimento humano, segundo os setores censitários de Catalão em 2000.
Fonte: IBGE. Censo 2000. Org. Edir de P. Bueno.

Desta maneira, o que pode afirmar em relação a renda, é que há uma perpetuação cruel de uma situação típica do que ocorre nos país como um todo, que é um esforço crescente por parte dos que ganham pouco para aumentar um pouco suas rendas, enquanto aqueles que tem melhores condições sociais são beneficiados de forma mais significativa pelo sistema econômico e pela estrutura social dele resultante.

O oposto da dimensão renda foi observado no que diz respeito aos níveis de educação e saúde pois, a situação melhorou consideravelmente em 2000, para os que residiam nos setores em que os indicadores eram mais baixos em 1991.

Em relação a educação, isto ocorreu porque se em 1991, a população de 14 setores (38,9%) tinham índices superiores a 0,900, em 2000, esta situação tinha passado a existir em 28 (77,8%) dos 36 setores censitários. Estes dados mostram que a diminuição dos níveis de analfabetismo verificada para as variáveis utilizadas na pesquisa (7 a 14 anos e 15 e + anos) teve uma queda mais acentuada. Isto ficou evidenciado justamente, para a população mais pobre, ou seja, houve uma equalização das oportunidades que influenciou os

indicadores, com maiores ganhos para a população que não tinha acesso a instrução. Esta mudança possibilitou a aproximação dos diferentes segmentos sociais que compõem a sociedade catalana. De qualquer forma, este quadro não significa que a situação esteja em vias de ser resolvida pois, as diferenças nos anos de escolaridade da população ainda vão demorar a diminuir, principalmente, no que diz respeito ao 3º grau. A tendência é de uma estabilização dos índices relacionados a educação pois, as necessidades econômicas impõem condições bastante diversas entre os mais pobres e os mais ricos quando diz respeito ao acesso a educação.

Os indicadores das variáveis ligadas a saúde da população mostrou que, enquanto em 1991, 21 setores censitários (58,3%) se encontravam com índices abaixo de 0,900, em 2000, estes tinham se reduzido a apenas 4 (9,3%). Também, os dados mostram que ocorreram ganhos expressivos nos níveis de desenvolvimento humano, relacionados ao saneamento básico. Em 1991 nenhum setor tinha atingido 100% no índice saúde e, em 2000, isto passou a ocorrer em três setores. Este aspecto constitui um dos fatores mais importantes para a qualidade de vida de uma população urbana pois, sem condições sanitárias apropriadas, a possibilidade de que a vida seja produtiva torna-se muito baixa devido aos riscos que a própria vida passa a enfrentar. Por isto, é necessário ter saúde porque sem esta condição da existência humana, outras possibilidades como obter determinado nível de instrução e renda se tornam, praticamente, impossíveis.

Os dados também mostraram que se faz necessário formular políticas públicas que possam efetivamente alterar as condições de vida, principalmente, das pessoas residentes nos bairros da periferia, como nos casos do Jardim Paraíso e Catalão, Vila Cruzeiro I e II, Vale do Sol, Jardim Primavera, Bairro São José, Vila Teotônio Vilela e parte do Bairro Castelo Branco. Estes lugares, que em muitos casos se caracterizam pela alusão a um mundo encantado, na verdade não têm nada de paraíso, mas sim, muita pobreza material e, principalmente, humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, em países de economia dependente como a do Brasil, a qualidade de vida da maioria da população sempre esteve longe de ser a ideal. Isto não tem se alterado de forma considerável, nem mesmo com a implantação de uma nova ordem econômica industrial. Ordem esta, que tem mostrado limites de capacidade para incorporar vários segmentos da sociedade brasileira á cidadania, assim como tem reafirmado as raízes das desigualdades e acrescentado outros próprios a sua nova dinâmica.

Porém, mesmo com esta enorme contradição histórico-social, pode-se constatar que ocorrera, principalmente, na segunda metade do século XX, importantes avanços nas áreas da educação e da saúde. A melhoria verificada nestas áreas foi significativa para elevar a qualidade de vida de uma parcela considerável da população embora, ainda se discuta a existência, segundo o IPEA, de 50 milhões de brasileiros vivendo numa situação de extrema pobreza material e humana.

Desta forma, nas cidades em geral e nas brasileiras em particular têm sido (re) produzidos espaços contraditórios onde se pode identificar diferentes níveis de qualidade de vida, como conseqüência da condição de vida da população ser bastante diferenciadas. Dentro desta estrutura urbana em constante reformulação, constata-se o aumento da competição por oportunidades que venham a alterar as condições de vida da geração presente e, também, da futura. Todos querem ter um espaço para viver de forma digna.

Esta pesquisa se propôs a avaliar, em função desta nova divisão sócio-espacial da população na área urbana a existência de diferentes níveis de qualidade de vida. Principalmente, procurou-se estudar as razões pelas quais diferentes grupos sociais criam no meio urbano, estruturas espaciais e ambientais que acobertadas pelo cotidiano da vida urbana, dificilmente são percebidas de imediato. Porém, ao serem estudadas, auxiliam no entendimento de suas diversidades e complexidade. Por isto, têm-se mostrado relevantes de serem estudadas sob novas óticas.

Foi com o objetivo de se verificar como esta situação se dava em Catalão, que se propôs a realização da pesquisa. Neste sentido, o projeto proposto contemplou esta temática sob o seguinte título: Dinâmica Demográfica e a Conformação Sócio-espacial de Catalão, GO: Uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 e 2000.

Seu objetivo geral foi a de explicitar a tese de que o município e, principalmente, a cidade de Catalão constituía um caso especial em matéria de transformações econômica, social e espacial em Goiás. Isto porque a partir do início da década de 1970,

ocorreram importantes investimentos por parte de capitais estatais e inter/nacionais na agricultura e em mineradoras de fosfato e nióbio que implicaram na modernização das atividades produtivas no campo, no comércio e serviços públicos. Os resultados mostraram que, na maioria dos casos em que os dados socioeconômicos do município foram confrontados com os do Estado e com o município de Jataí (pela proximidade numérica populacional), a situação das condições de vida da população de Catalão era melhor.

Em meados da década de 1990, começou a se implantar indústrias em diversas áreas de atividade produtivas tais como: automóveis, colheitadeiras, adubos, cerâmicas, etc. Assim, estas transformações no perfil produtivo do município geraram uma quantidade considerável de riqueza que contribuiu, de forma significativa, para alterar as condições objetivas (materiais) e subjetivas da sociedade Catalana. Como conseqüência destas mudanças, no ano 2000 sua população passou a apresentar uma qualidade de vida e de desenvolvimento humano diferenciado em relação a municípios / cidades goianas que possuem população residentes, proporcionalmente similares.

Com relação aos objetivos específicos, a pesquisa se propunha buscar respostas para interrogações a respeito da influencia que os fatores econômicos e sociais, em escala local, possuíam historicamente para o estabelecimento dos níveis de qualidade de vida e, conseqüentemente, para o índice atual de desenvolvimento humano da população de Catalão. Neste sentido, a pesquisa visou caracterizar e entender qualidade de vida como um fenômeno sócio-espacial e que possui inúmeras facetas, dada a velocidade com que as condições materiais têm se alterado nas sociedades urbanas em um mundo globalizado. Também, buscou-se analisar quais as conseqüências sociais dos desníveis de qualidade de vida e suas implicações sócio-espaciais para o cotidiano da população atual e na futura de Catalão, pretendendo para tanto, apontar soluções práticas e validas para as mudanças demonstradas, especialmente as qualitativas. Um outro objetivo foi o de buscar mapear, os segmentos sociais com seus níveis de desenvolvimento humano e os fatores objetivos e subjetivos de integração/exclusão a outros grupos sociais. Por último, procurou identificar como as mudanças nas variáveis socioeconômicas e demográficas interferiram na efetivação de diferentes patamares de qualidade de vida, os quais são difundidos, espacialmente, através do crescimento constante de uma cidade, com muitas diversidades e não nas condições de vida de forma crescente para todos.

Neste sentido, o que se propôs estudar, era o desdobramento de uma pesquisa anterior, desenvolvida para o Mestrado e realizada entre 1997 e 2000, envolvendo o tema da segregação e sua avaliação, quanto as suas especificidades e formas em dois bairros

da cidade de Catalão. Na época, buscou-se concretizar tais reflexões, no que se referia ao processo de (re) elaboração de seus diferentes espaços urbanos. Para tanto, produziu-se um trabalho monográfico, baseado em ampla pesquisa bibliográfica, com observações de campo e entrevistas formais. Agora, nesta pesquisa investigou-se as conseqüências que estas transformações econômicas e políticas tiveram na dinâmica populacional, nas características sociais e espaciais de tal sorte a estabelecer, ao longo do tempo, os diferentes níveis de qualidade de vida da população.

Além disto, o estudo proposto teve um significado especial, pois quando da pesquisa bibliográfica sobre a segregação sócio-espacial destinada a dissertação de Mestrado, pode-se perceber a importância e a influência que os diferentes níveis de qualidade de vida urbana (sob o ponto de vista econômico e social), tinham na geração das segregações observadas. Portanto, a avaliação desta temática pode trazer contribuições significativas para o desenvolvimento da ciência geográfica que, em perspectiva espacial, vem considerando as questões do desenvolvimento humano. Em resumo, nesta pesquisa busca-se avançar das questões particulares de segregação, para outra, mais abrangente, envolvendo a constatação e interpretação dos índices de desenvolvimento humano, no caso aplicado à realidade de Catalão. Esta é uma importante dimensão prática que deve ser avaliada através de variáveis quantitativas e qualitativas que compõem a vida humana. Em resumo, obter não uma foto, mas um filme das mudanças verificadas espacialmente.

Diante desta constatação, colocou-se em questão, a importância de se identificar quais são as variáveis inerentes à qualidade de vida que resultam do parcelamento do espaço urbano. Também se faz necessário identificar as características demográficas (crescimento vegetativo, estrutura etária, migração), econômicas (atividades produtivas), sociais (emprego, distribuição de renda e níveis educacionais) e, administração pública (condições e distribuição de equipamentos e serviços públicos) e suas relações com a qualidade de vida da população. A percepção era de que estes fatores se encontravam distribuídos de forma desigual entre os diversos segmentos populacionais existentes no espaço da cidade, que estes se caracterizam por desigualdades espaciais em escala micro.

A partir destas reflexões, várias interrogações surgiram como: qual é a relação existente entre o modo de produção social da cidade e os níveis de qualidade de vida nela existentes? Como esta dinâmica influencia, objetiva e subjetivamente, a manutenção ou a transformação das condições sociais das populações que ocupam e utilizam o espaço urbano de Catalão? De que forma os diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico ocorrido no passado recente e que hoje representam espacialmente, a distribuição diferencial

de qualidade de vida, influenciavam na inclusão/exclusão sócio-espacial? Quais eram as conseqüências destes fatores relacionados à dinâmica demográfica, social, econômica e política para a vida social e individual na população catalana como um todo? De que maneira as particularidades históricas de Catalão acabavam por criar formas peculiares às tradicionais variáveis que medem o desenvolvimento humano?

Naquele momento, o tema também fazia parte da preocupação crescente por parte de estudiosos da questão urbana, que tem considerado a importância deste aspecto sócio-espacial em seus deferentes estudos. Por exemplo, na Geografia em caráter recente, estas questões começaram a despontar. A Geografia passa a se preocupar com desigualdades, turbulências sociais, desperdícios, enfim, começa a se preocupar e a perceber múltiplos colapsos. A cada momento, tem crescido as disparidades sócio-espaciais e ambientais que levam a uma degradação das condições de vida nas cidades. Neste sentido, o estudo proposto, envolveu a análise e a avaliação da territorialização do espaço urbano por grupos sociais segmentados, considerando-se a distribuição espacial da população e seus atributos variados, os quais podem ser avaliados em termos de sua qualidade de vida e dos níveis de desenvolvimento humano nos quais ela se encontra.

Estes aspectos justificavam a elaboração e o desenvolvimento da pesquisa, embora já se tenha produzido uma série histórica de dados sobre as condições de vida (os da ONU-IDH já tem 12 anos). As razoes, porá tanto, decorriam do fato de que quando da consulta à literatura para avaliar estudos Geográficos no Brasil, contemplando este aspecto, constatou-se que ainda são poucos os geógrafos nacionais que tem se envolvido com esta especificidade para espaços urbanizados. Em alguns como em Paula (1990); Troppmair (1990); Bogus (1993) e Dias (1994) foi possível identificar nos seus conteúdos, características das espacialidades sociais, quando avaliam as condições de vida das populações e os processos de produção e da organização do espaço em algumas grandes cidades brasileiras.

Neste sentido, foi constatado que tanto a ciência geográfica quanto outras ciências humanas e sociais, principalmente no Brasil, precisam avançar, teórica, filosófica e metodologicamente, na investigação desta questão e só isto já justificava a pesquisa. Também, a pesquisa se mostrava interessante para as comunidades acadêmica e catalana, bm como para seus representantes organizados (administradores públicos, organizações sociais, movimentos populares e entidades privadas etc.), necessitam conhecer melhor suas realidades históricas e espaciais. Com estes conhecimentos, poderão definir caminhos mais apropriados para a criação de políticas públicas e particulares voltados ao atendimento da população. Isto poderá se dar através da implantação de programas que busquem a inclusão dos diversos segmentos

sociais através da melhoria das condições de vida da sua população gerando, como conseqüência, uma distribuição mais eqüitativa do desenvolvimento humano.

Assim, através da analise da literatura, pôde-se constatar que as cidades foram e estão se tornando cada vez mais lugares, que embora exponham suas diferenças nos níveis de qualidade de vida, apontam para uma direção na quais as condições d vida têm possibilidades de ser alteradas para melhor. Diante da existência deste quadro social e espacial urbano, as questões levantadas inicialmente e que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, agora, podem ser consideradas em seus resultados.

Para efeito de uma avaliação geral da pesquisa, pôde-se verificar que os estudos analisados possibilitaram entender que os usos de referenciais teóricos e metodológicos, de forma multidisciplinar são importantes para os estudos efetuados na área da qualidade de vida. Principalmente, em se tratando desta temática, que envolve uma ampla e variada gama de fatores que levam a diferentes formas de se viver no meio urbano.

Neste sentido, foi de fundamental importância o contato com inúmeras referências bibliográficas inerentes ao estudo da qualidade de vida e do desenvolvimento humano nos mais diferentes lugares do mundo. Porém, o levantamento de uma bibliografia consistente e que se mostrasse relevante para a pesquisa se mostrou desafiador e complexo, pois a maioria dos estudos publicados em revistas e livros não se achava disponíveis em português e no Brasil. Assim, como inicialmente ficou evidenciado que seriam muitas as dificuldades para se fazer o levantamento bibliográfico de forma tradicional (em uma biblioteca), utilizou-se de diversos “index” e arquivos eletrônicos que possibilitaram o acesso para uma boa parcela dos estudos citados neste trabalho.

Nestes, em sua maioria, ficou evidenciado que a temática era tratada como uma preocupação crescente dentro das análises que buscavam interpretar a produção e a organização social do espaço nas cidades capitalistas. Da mesma forma foi possível compreender, que a qualidade de vida no espaço urbano possui inúmeras nuanças as quais representa condição importante no estágio atual da humanidade e do sistema produtivo. Isto, porque a reelaboração de espaços são marcados, principalmente, por diferenças nos níveis educacionais, culturais, econômicas, sociais e de infra-estrutura urbana, que historicamente produzidos, caracterizam o espaço urbano.

Por causa das inúmeras facetas desta temática, muitos geógrafos estrangeiros apresentam-na como ponto principal das analises feitas sobre as espacialidades sociais urbanas, enquanto nas poucas produções de geógrafos brasileiros aos quais se teve acesso, traziam-na como parte integrante de algum estudo sobre o espaço e as condições de

vida urbana. De uma maneira geral, os estudiosos, muito mais no exterior do que no Brasil, têm abordado a temática da qualidade de vida como parte de suas explicações para os processos de produção e da organização do espaço em sua forma fragmentada nas cidades capitalistas, tanto no que diz respeito à questão residencial, quanto no cotidiano de grupos e classes sociais.

Em período recente, foram publicados alguns estudos sobre qualidade de vida, que se mostraram interessantes pelas variáveis utilizadas. Entre eles, destacamos o ICV (Índice de Condição de Vida), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que considerou amplos aspectos relacionados às condições de vida da população das onze maiores cidades do país. A pesquisa avaliou os indicadores relacionados a renda familiar, violência e vandalismo na área de residência, condições de moradia da família, serviços de energia elétrica, água, coleta de lixo e a quantidade e qualidade da alimentação.

Desta forma, foi constatado que os indicadores de qualidade de vida/desenvolvimento humano variavam desde estatísticas, como aquelas relativas as expectativas de vida e a disponibilidade de atendimento das necessidades básicas; a medição do mínimo de bens e serviços necessários a uma vida digna, ate os dados de mais difícil medição como aqueles relativos a qualidade ambiental e cultural e a satisfação espiritual. Estes aspectos inerentes a pesquisa bibliográfica da Tese se diferenciavam daquela realizada para o Mestrado, onde não havia a ocorrência de indicadores e índices mostrando o grau de segregação sócio-espacial, mas sim, a importância que fatores como, por exemplo aqueles relacionados a: situação econômica, renda, instrução e etnia, tinham para a implantação, manutenção e (re) organização espacial e da vida cotidiana urbana.

Com relação ao índice de desenvolvimento humano publicado anualmente pelo PNUD, através de Relatórios pautados em temáticas específicas, pode-se dizer que a iniciativa constitui importante contribuição no sentido de entender melhor a situação das populações pertencentes a diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social. Porém, entendemos que o índice ainda se encontra incompleto devido a vários fatores como: não ter como medir a importância dos aspectos culturais locais para uma situação de desenvolvimento humano ou a possibilidade de ampliar o número de variáveis utilizadas. Além do que, as análises contidas nos mesmos, envolviam as mais diversas situações mas, não apontam medidas radicais capazes de mudar, de forma completa, a situação de uma dada população. Ou seja, a discussão das temáticas anuais é pautada por uma ideologia

conservadora e meramente mantenedora do “status quo” tendo, sobretudo, uma visão ocidentalizada da vida e de um modo de vida já por demais condenado.

Contudo, apesar destas críticas, os indicadores constituem-se em um referencial para que a administração pública municipal (independente de posição partidária e ideológica) e a sociedade catalana para que possam definir prioridades e avaliar os impactos que as políticas públicas teriam no sentido da expansão dos direitos de cidadania. Neste sentido, uma gestão democrática e eficiente dos recursos que conte com uma participação democrática das pessoas e que seja voltada para o atendimento das carências prementes da maioria, pode estimular o desenvolvimento de uma cultura de direitos e formular uma cidadania baseada na participação ampla nas tomadas de decisão sobre os rumos da vida das pessoas, enrriquecendo-as a se e a cidade, de princípios mais humanos. Assim, muito mais do que apontar níveis de qualidade de vida, o mais sensato seria pensar em metas sócio-econômicas e políticas estabelecidas socialmente que pudessem criar situações para que centenas de famílias catalanas tivessem a possibilidade de superar, não apenas a linha material da miséria, mas humana, ter acesso a moradia (considerada fundamental pela segurança que oferece a família), ao trabalho, a escola de qualidade para os filhos e alimento na mesa.

Neste sentido, estudar a questão da qualidade de vida sob o ponto de vista da ciência geográfica, se torna importante em função de dois aspectos: primeiro, porque a demora por parte dos Geógrafos, principalmente no caso dos brasileiros, em abordar o fenômeno, demonstrou ser extremamente empobrecedora para a ciência e seus profissionais. Para tanto, se faz necessário à interação com outras ciências sociais e humanas que o estudam para que, através de análises dos seus preceitos teórico-metodológicos, possam contribuir para o avanço que se faz necessário na ciência geográfica, nesta área, no século XXI. Segundo, a constatação de que havia um número relativamente pequeno de estudos de cunho geográfico produzido sobre esta temática no Brasil, indicava a existência de dificuldades importantes a serem suplantadas.

Ficou, também, evidenciado que a Geografia, pela sua própria característica de síntese, constitui um lugar privilegiado nesta área de pesquisa., Principalmente, porque o contato dos geógrafos com teorias e práticas de pesquisas elaboradas por estudiosos de outras disciplinas, que há mais tempo se dedicam a analisar a questão, enriquece e a fortalece suas reflexões. Também, não se pode esquecer que a Geografia, enquanto ciência de muitas disciplinas e os Geógrafos que possuem formação variada têm um papel muito relevante no sentido de apontar soluções para os graves problemas de várias ordens como: sociais, espaciais e ambientais que afetam a qualidade de vida de todos, neste início de século.

No caso do estudo efetuado em Catalão, pode-se afirmar que a bibliografia consultada foi importante, por apresentar diferentes visões sobre como a qualidade de vida tem sido analisada. Isto porque, quanto mais se busca conhecer as diferenciações nos níveis internos de qualidade de vida de uma cidade, mais aspectos desta condição humana vão sendo revelados.

Pode-se afirmar que as hipóteses de estudo levantadas para a pesquisa foram comprovadas. Isto ocorreu porque se verificou que a urbanização capitalista tem contribuído para criar e intensificar as diferenciações nos diferentes níveis de condições de vida, caracterizando assim, o existir de indivíduos e grupos sociais no espaço urbano de Catalão. Ou seja, há uma reprodução social do espaço, que é marcado por territórios historicamente construídos, que se perpetuam através de gerações. Isto ocorre porque em conjunto com as transformações, por exemplo; dos padrões educacionais da população, também o sistema de competição social e econômica passa a fazer novas exigências na formação das pessoas. Em função disto, a vida das pessoas mais pobres são pouco alteradas através do tempo e elas passam a se constituir numa marca da estrutura social.

De um modo geral, a qualidade de vida em Catalão encontra-se constituída por dois aspectos principais. O primeiro deles, vinculado a infra-estrutura urbana e o segundo, as capacidades individuais. A infra-estrutura, representando as condições constituídas no domicílio, apresentou-se fortemente caracterizada pelo saneamento e a renda, enquanto as capacidades individuais, representando as condições constituídas em termos das pessoas, pela educação e saúde. Tais aspectos, no conjunto da cidade, apresentam-se em níveis bastante diferenciados e com grandes disparidades quanto à distribuição espacial, caracterizando-se pela heterogeneidade com que a qualidade de vida se revela.

Assim, sob o ponto de vista dos segmentos sociais estudados a partir dos dados dos setores censitários de 1991 e 2000, possibilitou-se concluir que os resultados finais da pesquisa comprovaram a existência de uma sociedade segmentada historicamente em diversos territórios no espaço urbano. As condições e as diferenças social e econômica dos segmentos sociais estudados mostraram que os ganhos em educação e saúde foram muito importantes, quando comparados com aqueles relacionados a distribuição de renda. Esta, no período, favoreceu aos mais ricos e instruídos e não ao conjunto da população. Por isto, a divisão da população de Catalão em espaços residenciais com diferentes níveis de qualidade vida, é marcadamente caracterizada pela mudança histórica das condições sociais, que possibilitam pagar por uma moradia. Esta condição fez com que, no espaço urbano, ocorresse

a identificação de diferentes segmentos sociais e a formações territoriais que deram origem à agrupamentos sociais mais homogêneos na maioria dos setores censitários estudados.

Desta forma, o que se pode afirmar em relação a espacialidade da qualidade de vida em Catalão, é que em relação a renda, há uma perpetuação cruel de uma situação típica do que ocorre no país como um todo, ou seja; há uma necessidade de um esforço enorme, por parte dos que ganham pouco, para obter pequeno acréscimo em suas rendas. De outro lado, aqueles que têm melhores condições sociais são mais beneficiados pelo sistema econômico e pela estrutura social dele resultante.

O oposto da dimensão renda foi observado no que diz respeito aos níveis de educação e saúde pois, a situação melhorou consideravelmente em 2000, para os que residiam nos setores em que os indicadores eram mais baixos em 1991. Em relação a educação, deve ser destacada a diminuição dos níveis de analfabetismo verificada, justamente, para a população mais pobre. De qualquer forma, este quadro não significa que a situação do baixo nível médio de instrução da população esteja em vias de ser resolvida. As diferenças nos anos de escolaridade da população ainda vão demorar a diminuir, principalmente, no que diz respeito o acesso ao 3° grau.

Em relação a saúde da população, os dados mostram que ocorreram ganhos expressivos nos níveis de desenvolvimento humano. Este aspecto constitui um dos fatores mais importantes para a qualidade de vida de uma população urbana pois, sem condições sanitárias apropriadas, a possibilidade de que a vida seja produtiva torna-se muita baixa devido aos riscos que a própria vida passa a ter.

Neste caso, como o estudo da questão não se esgota nesta pesquisa, considera-se a importância que novas investigações sejam elaboradas. A própria dinâmica das transformações deste processo impõe estes estudos. Dentre eles, pode-se sugerir uma, que buscasse apontar e mapear os fluxos populacionais intra-urbanos, dentro deste processo de constante reorganização social do espaço urbano. Ainda, poderia ser efetuada outra pesquisa, que buscasse verificar o impacto que a qualidade dos serviços públicos e a violência na família e no cotidiano urbano têm para a qualidade de vida da população.

A reflexão sobre qualidade de vida efetuada nesta pesquisa, nos permitiu pensar na história da humanidade e constatar a enormidade de situações, que em cada momento histórico, afligiam os homens e os avanços que possibilitaram o progresso da sociedade humana. Não se pode negar, também, a situação atual marcada, por um lado, pela opulência da produção e do capital e pelas descobertas científicas, por outro, por péssimas condições de vida de milhões de pessoas.

Ela permitiu igualmente, constatar que, quanto mais o homem tem se distanciado da natureza, com a “humanização do espaço” por ele construído, cada vez mais, tem se tornado dependente dela. Isto ocorre porque este distanciamento não o faz se desligar de sua origem marcada por vulnerabilidades, como por exemplo, em relação a ação de fungos, bactérias e vírus que lhes são mortais.

Também, de acordo com muitos estudiosos, a vida humana é marcada por fatores que atuam no sentido contrário a esta busca. Portanto, nascemos com a programação de morrermos, o que não acontece na fase jovem devido ao bloqueio dos gerontogenes que determinam o envelhecimento de nossas células. Por outro lado, todos os homens herdam, dos seus antepassados, genes ruins responsáveis por doenças cardíacas e neurológicas, hipertensão, diabetes, câncer e muitas outras, que aceleram a deterioração do organismo e nos aproximam da morte. Finalmente, envelhecemos e morremos por influência do mundo que nos cerca, pautado pelo consumo, em massa, de produtos industrializados, inundados de agentes químicos, ondas eletromagnéticas, vírus e outros microorganismos nocivos que causam danos irreversíveis a vida.

Neste sentido, o processo histórico da humanidade tem se direcionado para alongar a vida ao máximo embora, apresente cada vez mais, contradições resultantes de um modo de vida pautado pelo consumo em massa de produtos industrializados, que na maioria dos casos, trazem muitos problemas para a saúde das pessoas. Assim, ter uma vida longa e com qualidade tem se constituído, cada vez mais, uma preocupação não só de indivíduos e grupos sociais mas, também, dos governantes.

Ao final deste estudo, faz-se necessário apontar algumas outras questões que são importantes para dar continuidade a melhoria da qualidade de vida da população. Entre elas, de um lado, destacamos a premência de se formular políticas públicas de longo prazo que antecipem ações no sentido de preparar a cidade para o crescimento da população. Isto se faz necessário porque a pujança econômica e a própria aparência da cidade e a percepção da qualidade de vida da população têm projetado o município ao nível estadual e nacional. Estes fatores têm atraído muitos migrantes neste início do século XXI, fazendo a população crescer de forma muito rápida.

Por outro lado, este crescimento econômico, que impulsiona o aumento da população, tem acirrado o debate entre os políticos e outros segmentos sociais sobre o tamanho futuro da população e a qualidade de vida das pessoas. Na verdade, o que muitos defendem é que este crescimento demográfico e, conseqüentemente, da cidade, não seja um crescimento apenas quantitativo mas, principalmente, qualitativo. Para que isto aconteça se

faz necessário continuar a investir em educação de qualidade para as crianças e criar condições para que elas fiquem o maior tempo possível de anos na escola e, assim, aumentem os anos de escolaridade futura da população. Faz-se necessário também, aprofundar relações institucionais entre a Prefeitura e o Estado com o SESI e o SENAC, visando criar novos cursos (além dos já existentes), objetivando a qualificação profissional de jovens e adultos. Esta qualificação da mão-de-obra teria como objetivo principal, quebrar a inércia de grupos sociais mais pobres que se perpetuam no tempo e no espaço em condições sociais desfavoráveis.

Atualmente, a cidade de Catalão tem passado por uma intensa reformulação no que diz respeito ao tráfego de suas ruas e avenidas. Estas melhorias aconteceram nas margens da estrada de ferro que foi urbanizada, com a Avenida Dª. Raulina e algumas ruas do centro que tiveram os seus pisos de blocos de cimento e paralepípedos substituídos por asfalto. Mas, em relação a infra-estrutura da cidade, se faz necessário expandir a atual rede de esgoto sanitário e tratá-lo de forma adequada, evitando assim, a contaminação do lençol freático que gera problemas ambientais na área urbana. Também, é urgente a implantação de um anel viário que tire o intenso tráfego de caminhões de algumas vias.

É preciso, também, criar áreas de preservação ambiental dentro do perímetro urbano, na forma de parques municipais que possibilitem a população ter opções de lazer. É preciso ainda, direcionar o crescimento da malha urbana para novas áreas que não sejam influenciadas ambientalmente pelas atividades econômicas existentes, como as mineradoras e as misturadoras de adubos em implantação. É preciso melhorar também o transporte coletivo, com um trajeto racional entre os bairros e o centro da cidade, bem como adequar os ônibus ao trânsito da cidade. Para melhorar a qualidade de vida das pessoas que residem e daquelas que trabalham no centro da cidade é preciso criar restrições ao tráfego de veículos em algumas ruas. Por fim, é preciso lutar contra atividades econômicas que com o discurso de se criar empregos, trazem sérios prejuízos à qualidade de vida da população, principalmente, porque a cidade se encontra situada entre duas áreas industriais. Uma, a leste (mineração) e outra, ao sul, (Metal-mecânica, cerâmica, etc,).

Mas achamos que a principal questão que se poderia colocar e que está acontecendo desde a década de 1990 e que terá, no futuro, muitas conseqüências para a qualidade de vida da população, diz respeito a percepção por parte das pessoas de que não se pode mais levar o estilo de vida interiorano, marcado por relações sociais amistosas e o quadro recente de acontecimentos policiais. O crescente aumento e a variedade dos crimes

(roubos a residências, assaltos a mão armada, seqüestros relâmpagos etc), e a intensificação do nível de violência são fatores preocupantes.

Com o objetivo de tornar mais efetiva as mudanças necessárias para alterar a qualidade de vida dos segmentos sociais com menores níveis de desenvolvimento humano, propomos estratégias de ação e políticas de desenvo1vimento socioeconômicos baseados em políticas públicas e particulares, as quais são a seguir apresentadas:

1. Desenvolver políticas sociais específicas de inclusão, com caráter de promoção e não apenas de proteção social. Essas políticas de promoção devem refletir também a riqueza das peculiaridades culturais inerentes aos segmentos em desvantagem social, tais como: mulheres pobres e chefes de família, crianças e adolescentes em situação de risco, pessoas idosas e portadoras de deficiências devendo, para atingir este objetivo, ampliar o processo de monitoramento destes segmentos sociais na sociedade Catalana;

2. Desenvolver políticas públicas de combate á pobreza e á exclusão social no município que sejam, simultânea e fundamentalmente, políticas de desenvolvimento. Esta política social deve confundir-se com uma política de desenvolvimento, que não tenda a reproduzir as formas assistenciais - sempre necessárias, sem dúvida -, mas que acabam se "alimentando" da pobreza ao se concentrar na compensação (ou correção) das defasagens de inserção produzidas pelo chamado modelo econômico ou advindas daquelas desigualdades que se compuseram como herança histórica no espaço urbano;

3. Desenvolver mecanismos que possibilitem a ampliação da ação publica não estatal. É preciso admitir que as questões sociais destes segmentos de riscos não serão resolvidas unicamente pela administração municipal. A ação pública do município na área social, enquanto necessária e até mesmo imprescindível, é insuficiente. Portanto, não poderão ser enfrentadas sem a parceria com a sociedade;

4. Promover, no nível do município, a articulação entre as diversas ações empreendidas entre os diversos órgãos da administração municipal, buscando assim, uma nova racionalidade que evite o mau aproveitamento dos recursos destinados aos mais pobres;

5. Promover a convergência e a integração das ações pois, nenhum resultado ponderável, em termos de melhoria efetiva das condições de vida das populações mais carentes de Catalão, poderá ser obtido apenas por decisão e no plano abstrato da administração pública, sem que se faça convergir às ações para promover o desenvolvimento integrado e conjugado com políticas de redução de desigualdades.

Assim, é relevante que a crescente complexidade da vida urbana em Catalão impõe seu estudo, quer na totalidade quer em temas específicos. Para mudar precisamos conhecer. Foi isto, o que se tentou fazer com esta pesquisa.

Concluindo, o que se pode ainda perceber é que há uma crescente consciência por parte das pessoas que não basta apenas trabalhar e ter dinheiro. É preciso cuidar de aspectos fundamentais para a vida e a sua qualidade, tais como: ter atividades culturais e de lazer, ter relações sociais com familiares e amigos, dar atenção às crianças e aos

idosos, ter participação política no bairro e na cidade, cuidar da saúde e da alimentação, etc,. Enfim, dar mais tempo para as coisas boas da vida, como um bom “bate-papo” sentado na calçada da rua com algum vizinho, participar de uma boa festança na cidade ou na roça e não gastar este nosso tempo com coisas que a devoram como: a desesperança, a falta de oportunidades, a violência, os acidentes, a falta de atendimento médico e de remédios, o desemprego, a ignorância, a fome, etc,.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABALERON. C. A. Condicionantes objetivos y percepción subjetiva de calidad de vida en areas centrales y barrios o vecindarios. **Revista Geografia.** São Paulo. v. 6/6; p. 103–142. 1986 / 1987.

____ **Uma aproximación objetiva y subjetiva a la calidad de vida de la población de alguns barrios – con caracteristicas de mayor o menor marginalidad – de San Carlos de Bariloche, Argentina**. Conicet, Fundacion Bariloche, Junio, 1990. 41 p.

ALMEIDA, A. C. **A Qualidade de vida no estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF. 1997. 128 p.

ANDREWS, F. M. e WITHEY, S. B. In: **Social indicators of well-being American's perspectives of life quality**. New York, Plenum Pres, 1976.

ANE. A. G. Possibilities and limitations for the measurement of the quality of life in urban Areas. **Social Indicators Research**. v. 53. p. 163-187, 2001.

BARBOSA. S. R. C. S. **Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental.** Tese (Doutorado), UNICAMP. Departº. de Ciências Sociais/IFCH.Campinas - SP. 1996.

_____. Qualidade de vida e saúde mental. **Cadernos de Terapia Ocupacional**, v. 7, n 2, 1998.

BECKER, B. C. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

BENJAMIN. W. **Iluminaciones II. Baudelaire. Um poeta en el esplendor del capitalismo.** Madrid. Taurus Ediciones. 1972.

BERNARDES, L. A Dimensão do urbano e a ordenação do território. **RAM - Revista de Administração Municipal**, out. / dez., 1989, p. 27

BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia. Oriente, 1978; p.68-96.

BOCAYUVA, P. C. C. Entrevista. **Revista Proposta** (FASE), n 73. ano 26. p. 48-57. junho/agosto. 1997.

BOGUS, L. M. M. Condições de vida e acesso a serviços no contexto das metrópoles paulistas. In: TANUZZI, P. M (Org.). São Paulo. **Migração, condição de vida e dinâmica urbana.** p. 153-176. 1997.

BORSDORF. A. Quality of life in alpine towns: with examples from Innsbruck and Bregenz. **Revue de Géographie alpine**, n 1, p. 163-169. 1999.

BRADSHAW, Y. W. e FRASER, E. City size, economic development, and quality of life in China: new empirical evidence. **American Sociological Review**, v. 54 (Dec.), p. 986-1003. 1989.

BRASIL. Ministério do Planejamento/IPEA. **Relatório do Desenvolvimento Humano no Brasil (**1996**).**

____. Ministério do Planejamento/FIBGE. **Censos Demográficos de 1970, 80, 91 e 2000.**

____. **Recenseamento geral do Brasil, 1890, 1900, 1910 e 1920**.

____. Ministério do Planejamento/FIBGE. **Censos Agropecuários de 1970, 80, 91 e 1996**.

____. Ministério do Planejamento/FIBGE. **Contagem da População**, 1996.

____. Ministério do Planejamento/FIBGE. **Síntese de indicadores sociais 2000**. Estudos e Pesquisas. Informações demográficas e socioeconômicas, n 5. Rio de Janeiro, 2001.

____. Ministério do Planejamento. FIBGE. AJARA, C. **Região Centro-oeste**. População. 1988.

____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **População e Condições sociais**. Disponível em <www.mct.gov.br/clima/comunic> acessado no dia 08/07/02 às 21:29h

BRAVO, M. T. D. e VERA. S. F. Consideraciones metodológicas: una operacionalizacion del concepto de calidad de vida. **Revista Geografica Venezolana.** v. 34, p. 43–53, 1993a.

____ El Concepto de calidad de vida: una revisión de su alcance y contenido. **Revista Geografica Venezolana.** v. 34, p. 275 – 295, 1993b.

BRAVO, M. T. D. **Propuesta de medición de la calidad de vida urbana como objetivo de planificación y gestión local**. Disponível em: www.terrassa.org/. Acessado em 17/04/2003 às 17:51 h.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX, o espetáculo da pobreza.** Ed. Brasiliense. 7ª ed. Coleção Tudo é História. 1992, 54 p.

BRIDGES, J. L e BERENTSEN, W. H. Regional development and socio-economic well-being in Oregon and Washington, 1950-1980. **Papers**. n 64, p. 1 – 17, 1993.

BUENO, E. P. **A Segregação sócio-espacial: a (re) produção de espaços em Catalão, Go.** Dissertação (Mestrado em Geografia), 249 p. IGCE, Unesp – Rio Claro, SP. 2000.

____ **Monitoramento climato-ambiental da área urbana de Catalão**. SECTEC/CNPq. Relatório de Pesquisa. Fev/2005. 128 p.

CALDERON, I. T. G. e JIMÉNEZ. C. I. B. De la pobreza a la calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana**. v. 37, p. 27 – 44, 1996.

CARMO, R. L. Distribuição populacional, meio-ambiente e qualidade de vida em Campinas. Campinas. UNICAMP. **Textos NEPAM: Série Divulgação Acadêmica**, n 3, p. 277-288, 1995.

CARVALHO, J. A. M. Demographic dynamics in Brazil recent trends and perspectives. **Brazil Journal of Population Studies**, Brasília, v.1, 1997/1998.

CARVALHO, M. A. R. Entrevista. **Revista Proposta (FASE)**. Ano 26, n 73, p. 42-47, julho/agosto de 1997.

CASTLES, l. The mismeasure of nations: a review essay on the human development report. **Populations and Development Review**. v. 24, n 4, p. 831-845, 1998.

CASTILHO, V. S. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores para a região metropolitana de Belo Horizonte (1980 – 1991).** 37 p. 1998.

CHAUL, N. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia. CEGRAF. 1998.

CHAVES, M. R. A geografia do cerrado. **Espaço em Revista**, v. 1, n 0, p. 10, 1996

CORAGGIO, J. L. **Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COUSINS, R. **Predicting subjective quality of life: the contribuitions of personality and perceived control.** Tese (Doutorado em Psicologia), Deakin University, October, 2001, 111 p.

DAMINELLI, M. Qualidade de vida e meio ambiente. **Ecologia e qualidade de vida.** SESC. São Paulo. Março, p. 97–110, 1993.

D'ANDREA, S. Italian quality of life. **Social Indicators Research**. May. v. 44, p. 5-39, 1998.

DELLER, S. C. e OTTEN, T. Crime and the quality of life in Wisconsin counties. **Agricultural & Applied Econmics**. University of Wisconsin-Madison. Sttaf Paper Series, n 442, July, p. 31, 2001.

DIAS, L. C. Geografia e qualidade de vida: pensando as redes técnicas. **Geosul.** Universidade Federal de Santa Catarina, n 17, ano IX, p.7-15, 1º Semestre, 1994.

DOMANSKI, B, Public attitudes to local industrial development and the quality of life in Poland. **Geoforum**, v. 21, nº 2, p. 221-227, 1990.

DREWNOWSKI, J. e SCOTT, W. The level of living index. **U. N. Research Institute for Social Devolopment**, report nº 4, Geneve, 1968.

DUNNING, H. et al. A gender analysis of quality of life in Saskatoon, Saskatchewan. IGU/IGI. **Gender and Geography Commission Wokshop**. Toronto, 27 p. 2001.

ECKERLEY. R. The state and fate of nations: implications of subjective measures of personal and social quality of life. **Social Indicators Research.** v. 52, p. 63-87, 2000.

ENGELS. F. **A situação da classe trabalhadora.** Porto. Editorial Presença – Livraria Martins Fontes. 1975.

FARQUHAR, M. Elderly people's definitions of quality of life. **Socological Science Medical**. v. 41, n 10, p. 1439-46, 1995[a].

FONTES, V. A reflexão histórica e o relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. **Revista Proposta**, n 73, p. 6-19, julho/agosto, 1997.

FREITAS, E. M. **Os significados da justiça: justiça, violência e aplicação da lei em Goiás – 18490-1941.** Tese (Doutorado em História), UNESP, Faculdade de História. Franca, SP. 2005. 239 p.

FREITAS, O. A. e RAMIRES, J. C. L. Qualidade de vida em um bairro periférico de Uberlândia. **XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. Anais...., João Pessoa, 2002, p. 627-641.

FORESTI, C e CECCATO, V, A. Aspectos da gestão urbana e qualidade de vida analisada com utilização de sensoriamento remoto. TAUK-TORNIELO, S. M. (Org.). **Análise ambiental**: estratégias e ações. Fund. Salim Farah Maluf. Rio Claro. SP. Centro de Estudos Ambientais. UNESP, 1995.

GABRIEL, S. A. et al. **Compensating differentials and evlution of the quality of life amoung U.S. States**. p. 32. June, 1996.

GARCIA, A. A. Diferencias de bienstar y política demográfica en el Mediteráneo. **Estudios Geográficos**. Tomo LVII, n 224, julio-septiembre. 1996.

GEISSE, M. G. e ARENAS, H. S. Reflexiones en torno a los conceptos de 'medio' y 'calidad de vida' desde la perspectiva de ciencia geográfica. **Revista de Geografia Norte Grande**, v. 23, p. 47-53, 1996.

GIANIIAS, D. A. A quality of life based ranking of Canadian cities. **Urban Studies**, v. 35, n 12, 2241 – 2251, 1998.

GIANNIAS, D. et al. Quality of life indices for analysing convergence in the European Union. **Regional Studies**. v. 33(1), p. 27-35, 1997.

GIAVONI, A. e TAMAYO, Á. Análise espacial: conceito, método e aplicabilidade. Universidade Católica de Brasília. Disponível em: www.scielo.br. Acessado em 10/10/2005, às 14:30 h.

GOBER, P. et al. Job-rich but housing-poor: the dilemma of a western amenity town. **Professional Geographer**, 45(1), p. 12-20,1993.

GOIÁS. Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. **Anuário Estatístico de Goiás**. 1996 e 2003.

____ Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. **Revista Economia & Desenvolvimento**, ano IV, n 11, abril/junho de 2003, p. 9.

HELBURN, N. Geography and the quality of life. **Associations of American Geographers.** Anais….., n 72(4), p. 445-456, 1982.

HELMES, E. et al. Confirmatory factor analysis of the life satisfaction index. **Social Indicators Research**, 45, g. 371-390, 1998.

HERBERT, D. T. Neighbourhood incivilities and the study of crime in place. **Área**, n 25(1). p. 45-54, 1993.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano 1, n 2, p. 77–99. 1º semestre de 1998.

HICKS, D. A. The inequality-adjusted human development index: a constructive proposal. **Wold Development**, v. 25, n 08, p. 1283 – 1298. 1997.

HISSA, C. E. V. Dinâmica demográfica e qualidade de vida no Brasil: tendências e perspectivas. **5º Congresso Brasileiro de Geógrafos.** Anais..... Curitiba (PR), 17 a 22 de Julho, p. 233-242, 1994.

HOLLOWAY, S R. e PANDIT, K. The disparity between the level of economic development and human welfare. **Professional Geographer**, 44(1), p. 57-71, 1992.

JAHAN, S. **Measuring living standard and poverty: human development index as an alternate measure**. 14 p. 2001. Disponível em www.umass.edu. Acessado dia 07/05/2003 às 10:04 h.

JENSEN, M. J. e LEVEN, C. L. Quality of life in central cities and suburbs. **The annals of Regional Sciencew**. n 31, p. 431-449, 1997.

KAYANO, J. Metodologia na construção de indicadores sociais. **Cidades saudáveis: questões metodológicas acerca da sua implementação**. p. 8-13, Março, 1997.

KARASCH. M. C. História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás. FREITAS, L. C. B. (Org.). **Saúde e doenças em Goiás, a medicina possível:** uma contribuição para a história da medicina em Goiás. Goiânia. Ed. UFG, p. 19 – 62, 1999.

KEINERT, T. M. M. et al. Sistemas locais de informação e a gestão pública da qualidade de vida nas cidades. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 1, n 18, p. 115 – 132, Jan/Jun. 2002.

KELLEY, A. C. The human development índex: handle with care. **Populations and Development Review.** v. 17, n 2, p. 315-324, 1993.

KERSTENSTZKY. C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n 42, p. 113-122, fevereiro de 2000.

LANGENBUCH, J. R. **O transporte coletivo urbano e a qualidade de vida nas cidades**. A ação do homem e a qualidade ambiental. Rio Claro: Câmara Municipal de Rio Claro. (mim) 14 p. 1983.

LEFEBVRE, P e MERRIGAN, P. Economic welfare of canadian children: changes and implications for social policy. **Cahiers Québécois de Demographie**, v. 23, n 2, p. 207-242, 1994.

LEMOS, A. e JIMÉNEZ, R. A. F. **Distribuição de renda, pobreza e desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em www.unit.br/graduacao/economicas: acessado em 22/07/2002 às 22:12 h.

LEMOS, A. M. **Desenvolvimento humano e inclusão social no Brasil**. Disponível em: www.unit.br/graduacao/economicas: acessado em 20/11/02 às 17:05 h.

LEVIN, H. M. Educação e desigualdade no Brasil: uma visão geral. **Educação e desigualdade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LINDSAY-NANTON, G. Human development: much more than an index. **Jamaica Observer**. Sunday, August, 18. 2002.

LOCOH, T. African families, population, and the quality of life. **Les Dossiers du CEPED**, n 31, Mar, 48 p, 1995.

MACEDO, A. C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 35(6), p. 515-522, 2001.

MACHADO, L. M.C. P. Qualidade ambiental: indicadores quantitativos e perceptivos. **Indicadores Ambientais.** MATOS, H. L. e MAIA, N. B. (Coord.). Sorocaba: s.n., 1997.

MAGNOLI, D. E ARAUJO, R. **A nova geografia do Brasil**. 1ª ed. São Paulo, Moderna, 1991.

MAIK, W. Attitudes towards the social environment of small town. **Geografhia Polonica**. 61, p. 393-403. 1993.

MANCENO, X. La medición del desarrollo humano: elementos de un debate. CEPAL/ECLAC. **División de Estadística y Proyecciones Económicas.** Santiago de Chile, 27 p. Marzo de 2001.

MARX. K. Os 18 Brumário de Luís Bonaparte. **Os Pensadores**. Abril Cultural. 1975.

MASSAN, B. H. et al. Quality of life surfaces: an application of two tecniques. **Journal of Geographic Information and Decision Analysis**, v. 4, n 2, p. 13-26, 2000.

MAZETTO. F. A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. **Sociedade e Natureza**, v. 12(24), p. 21-31, jul./dez, 2000.

MEARS, R. Improving the quality of life in greater Soweto. **Social Indicators Research**, v. 42, p. 325 – 352, 1997.

MELO, J. G. B. A qualidade de vida em Natal na percepção de seus próprios moradores. Curitiba, julho/2002.

MELLO, N. A. Gestão urbana e qualidade de vida. **Análise ambiental: estratégias e ações**. Rio Claro, SP. Centro de Estudos Ambientais – UNESP. p. 193-216, 1995.

MENDONÇA, M. R. A. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** Tese (Doutorado em Geografia). UNESP- Presidente Prudente. Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2004.

MENDONÇA, M. R. et al. **Diagnóstico e monitoramento ambiental do entorno da cidade de Catalão (GO): uma proposta sócio-educativa.** Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, Curso de Geografia. Relatório de Pesquisa. Catalão (GO), abril de 2005.

MIQUEL, C. A. O Índice de desenvolvimento humano: uma proposta conceitual. **Revista Proposta** (FASE). Ano 26, n 73, p. 10-19, junho/agosto. 1997.

MITCHNECK, B. A. Geographical and economic determinants of interregional migration in the USSR, 1968-1985. **Soviet Geography**. p. 168-189, 1991.

MORA. M. G. C. Calidad de vida y capacidades humanas. **Revista Geografica Venezolana.** v. 40(2), p. 247–258, 1999.

MOLLER, V. Quality of life in South Africa: post-apartheid trends. **Social Indicators Research**. Feb, v. 43, p. 27-68, 1998.

NOORBAKHSH, F. The human development índex: some technical issues and alternative indices. **Journal of International Development**. v. 10, n 5, p. 589-606, 1998.

OLIVEIRA, L. A percepção da qualidade ambiental. **Ação do homem e a qualidade ambiental.** Rio Claro: AGEO e Câmara Municipal, 8 p. 1983. (Mimio.).

ONU – United Nations Development Program. 1990: Human Development Report. **Concept and measurement of human development.**

____ United Nations Development Program. 1991: Human Development Report. **Financing human development**.

____ United Nations Development Program. 1992: Human Development Report. **Global dimensions of human development**.

____ United Nations Development Program. 1993: Human Development Report. **People's participation**.

____ United Nations Development Program. 1994: Human Development Report. **New dimensions of human securaty**.

____ United Nations Development Program. 1995: Human Development Report. **Gender and human development**.

____ United Nations Development Program. 1996: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Crescimento econômico e desenvolvimento humano.** 1996.

____ United Nations Development Program. 1997: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento humano para erradicar a pobreza**.

____ United Nations Development Program. 1998: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Consumo e desenvolvimento humano**.

_____ United Nations Development Program. 1999: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Globalização com uma Face Humana**.

_____ United Nations Development Program. 2000: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento humano e direitos humanos**.

_____ United Nations Development Program. 2001: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Colocar o avanço tecnológico a serviço do desenvolvimento humano**.

____ United Nations Development Program. 2002: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento humano e democracia.**

OPAZO, A. **El sujeto del desarrollo humano**. VIII Simposium de de Educacion "Educar para construir el sueño: ética y conocimiento en la transformación social. Anais.... 17 p. 2000. Disponível em www.gdl.iteso.mx/event/simpeduc/index.htm: acessado em 05/02/2001 às 15:23 h.

ORDWAY, S. H. **Resources and the american dream: including a theory of the limits to grow**. New York, The Ronald Press comp, 1953.

Organização Mundial da Saúde. Divisão de saúde mental. Grupo WHOQOL. **Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida – 1998**. Disponível em: www.ufrgs.br/psiq/whoqol : acessado às 15:13 h do dia 5/10/2001.

OSBORN, H. F. **The limits of the earth**. London, Faber 7 Faber, 1957.

PACIONE, M. Urban environmental quality and human wellbeing: a social geographical perspective. **Landscape and Urban Planning**, n 65, p. 19-30, 2003.

PAIVA, J. E. M. **Mapeando a qualidade de vida em Minas Gerais utilizando dados de 1991 e 2000.** Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro, SP. 2003; 159 p.

PAIXÃO, M. e SANTANA, V. Desenvolvimento humano e população afro-descendente no Brasil: uma questão de ração. **Revista Proposta**, n 73, junho/agosto, 1997.

PALACIN, L. G. et al. **História política de Catalão**. Goiânia: Ed. UFG, 1994.

PASCHOAL, S. M. P. **Qualidade de vida do idoso: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião.** São Paulo, 2000, 252 p. Dissertação (Mestrado em Medicina) Faculdade de Medicina – USP. 2000.

PAULA. J. C. M. **Políticas públicas, distribuição espacial de população e condições de vida.** Texto de Qualificação (Mestrado em Geografia), 37 p. IGCE. 1990. Rio Claro – SP.

PEDROSA, L. E. **A apropriação do relevo urbano e suas implicações sócio-ambientais: um estudo de caso em Catalão (GO).** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia. 2001.

PEREZ, F. R. El plan de remodelacion de barrios de Madrid. Conceptualizacion, metodologia y fuentes documentales para su estudio. **Estudios Geográficos**, Tomo L, n 194, Enero-marzo. p. 137-150, 1989.

PEREZ, F. R. et al. Ageing in place: predictors of the residential satisfaction of elderly. **Social Indicators Research**, n 54, p. 173 – 208, 2001.

POE. E. A. O homem das multidões. **Poesia e Prosa.** v. 2, Ed. Livraria do Globo, Porto alegre, 1944.

QIZILBASH, M. **On the measurement of human development**. 16 p. 2002. Disponível em: www.hdr.undp.org/doc: acessado em 05/05/2003, às 21:48 h.

RAMOS, C. **Catalão de ontem e de hoje (fragmentos curiosos de nossa história)**. Catalão, Distribuidora Kalil, 1978.

RYAN, L. e DZIURAWIEC, S. Materialism and its relationship to life satisfaction. **Social Indicators Research**, v. 55, p. 185 – 197, 2000.

RIBEIRO, J. L. **Níveis de qualidade de vida nos municípios brasileiros: fundamentos para o planejamento do desenvolvimento sustentável do país.** 62 p. 1996.

RICHARD, M. et al. **Labor market segmentation**. Lexington Books, 1975.

RAPHAEL, D. et al. Quality of life indicators and health: current status and emerging conceptios. **Social Indicators Research**. v. 39, p. 65-88, 1996.

ROGERSON, R. J. Quality of life and city competitiveness. **Urban Studies**, v. 36, n 5-6, p. 969-985, 1999.

ROJAS. A. Redistribución del poder y del ingreso petrolero en la Venezuela de los años noventa, como contexto de su calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana**. v. 37, p. 45–75. 1996.

ROSS, J. L. S. A evolução técnico-industrial e a qualidade de vida. **Geografia do Brasil. (A sociedade industrial e o ambiente)**. São Paulo. Ed. USP. p. 209-231, 1995.

SANCHES, M. M. e BORJA, J. F. C. Relaciones entre la calidad ambiental y la calidad de vida, un método para su avaluación. **Boletin del Instituto de Geografia**. Mérida, nº especial, p. 49 – 65, 1993.

SANTIS, H. et al. El médio ambiente y la calidad de vida en la comuna de San José de Maipo. **Revista de Geografia Norte Grande**, 26, p. 57-68, 1999.

SANTOS, M.A. e FERREIRA, Y. N. **Desenvolvimento, riscos ambientais e qualidade de vida. In:** XIII Encontro Nacional de Geógrafos, Anais..... João Pessoa, 2002. 7 p.

SANTOS, L. D. e MARTINS, I. A Qualidade de vida urbana: o caso da cidade do Porto. Porto. FEP. Universidade do Porto. **Working Papers.** n 16, 38 p. maio. 2002.

SEIBEL, J. E. Os indicadores sociais. In: **Cidades saudáveis: questões metodológicas acerca da sua implementação**. Anais..... p. 25-27, março, 1997.

SENAH, K. A. Infant and child mortality: the socio-cultural dimension of the problem in Ghana. **Issues and Perspectives on the health care in contemporary Sub-Saharan Africa**, p. 49-70, 1997.

SILVA, L. P. **Catalão: as transformações sócio-econômicas e seus reflexos na organização espacial urbana nas décadas de 70/90.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia. 100 p. 2000. Uberlândia (MG).

SIIRILÃ, S. et al. Regional well-being variations in Finland. **Fennia**, 168, p. 179-200, 1990.
Site by Meu Grupo. (Autor não identificado) **A satisfação residencial como uma dimensão da qualidade de vida.** Disponível em:<www.ambiente.hpvip.com.br>: Acessado em 23/09/2002 às 16:09 h.

SOUZA, A. (org) **Qualidade de vida urbana.** Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar Edit. 1984. 101 p.

SOUZA, L. et al. Qualidade de vida e bem-estar dos idosos: um estudo exploratório na população portuguesa. **Revista de Saúde Pública**, v. 37, São Paulo, Junho, 2003.

SCHWARTZMAN, S. Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais** (Fortaleza) 5, 2, p. 101-111, 1974.

SRINIVASAN, T.N. Human development: a new paradigm or reinvention of the wheel? **American Economic Review**. v. 84, n 2, p. 238-243, 1991.

STACCIARINI, J. H. R. **Uma universidade para o sudeste goiano**. O Popular, 2000. p. 2

TRABOLD-NUBLER, H. The human development índex: a new development indicator? **Intereconomics.** v. 26, n 5, p. 236-243, 1995.

TOLEDO, S. R. B. Indicadores: ferramentas dos governos locais na construção da cidadania. **Território e Cidadania**. Ano II, n 1, p. 2, jan / jun /2002.

TROPPMAIR. H. **Nós e o meio ambiente: qualidade de vida**. Jornal Diário de Rio Claro. Página 2, domingo, 11 de janeiro, 1992.

____ **Atlas da qualidade ambiental e de vida de Rio Claro – SP**. UNESP. IGCE. 55 p. 1992.

VALIN, J. Life expectancy: how much for what quality of life? **INED, Dossiers et Recherces**, n 49, 23 p, Oct, 1995.

WALDVOGEL, B. C. et al. Projeção da população paulista como instrumento de planejamento. **São Paulo em Perspectiva**. v.17, n 3-4, São Paulo, Jul/Dez. 2003.

WOOD-DAUPHINEE, S. Assessing quality of life in clinical research: from where have we come and where are we going. **Journal Clinical Epidemiology**. v. 52, n 4, p. 355-63, 1999.

ANEXOS

ANEXO A - Tabela de cálculo de conversão dos valores em Cruzeiro para Reais e do IDH-renda de 1991.

Setor	Renda nom. chefe domicílio em CR$	média de pessoas por família	Rfpc em Cruzeiros de 1991	Renda nom. em Reais de Set/2000	Poder de par. de compra US$ Set/1991	logaritmo natural da PPC	IDH-renda
1	299914,18	3.54	84721,51	397,03	9360,17	5,98	0,767
2	196048,78	3.50	56013,93	262,50	6188,51	5,57	0,698
3	169695,79	3.85	44076,82	206,56	4869,68	5,33	0,658
4	140981,99	3.61	39053,18	183,01	4314,66	5,21	0,638
5	110473,94	3.77	29303,43	137,32	3237,49	4,92	0,590
6	201174,06	3.60	55881,68	261,88	6173,90	5,57	0,697
7	111836,75	4.02	27820,08	130,37	3073,61	4,87	0,581
8	47709,45	4.13	11551,92	54,14	1276,27	3,99	0,434
9	335151,10	3.92	85497,72	400,67	9445,93	5,99	0,768
10	146233,33	3.64	40173,99	188,27	4438,49	5,24	0,642
11	93146,26	3.53	26387,04	123,66	2915,28	4,82	0,572
12	77322,79	3.97	19476,77	91,27	2151,83	4,51	0,522
13	65366,30	3.80	17201,65	80,61	1900,47	4,39	0,501
14	77250,96	3.49	22134,94	103,73	2445,50	4,64	0,543
15	159367,09	3.76	42384,86	198,63	4682,75	5,29	0,651
16	113816,02	3.68	30928,26	144,94	3417,00	4,98	0,599
17	112444,56	3.89	28906,05	135,46	3193,59	4,91	0,587
18	109032,60	3.96	27533,48	129,03	3041,94	4,86	0,579
19	82401,07	4.13	19951,83	93,50	2204,31	4,54	0,526
20	76953,53	3.89	19782,39	92,71	2185,59	4,53	0,524
21	113838,78	3.88	29339,89	137,50	3241,52	4,92	0,590
22	80119,85	4.05	19782,67	92,71	2185,62	4,53	0,524
23	107256,01	4.06	26417,73	123,80	2918,67	4,82	0,572
24	39110,01	4.39	8908,88	41,75	984,27	3,73	0,391
25	150899,57	3.78	40132,86	188,07	4433,94	5,24	0,642
26	103850,62	3.76	27619,84	129,43	3051,48	4,86	0,580
27	56464,22	4.12	13705,04	64,23	1514,16	4,16	0,463
28	55129,77	3.68	14980,89	70,20	1655,11	4,25	0,478
29	67568,23	4.29	15750,17	73,81	1740,10	4,30	0,486
30	54620,80	3.94	13863,14	64,97	1531,62	4,17	0,465
31	54577,85	3.92	13922,92	65,25	1538,23	4,18	0,465
32	80058,20	3.73	21463,32	100,58	2371,30	4,61	0,538
33	75016,31	3.86	19434,27	91,07	2147,13	4,51	0,521
34	125938,64	3.99	31563,56	147,92	3487,19	5,00	0,602
35	44165,43	4.30	10271,03	48,13	1134,76	3,87	0,415
36	73979,15	4.03	18357,11	86,03	2028,12	4,45	0,512

Fonte: Censo 1991. IBGE. Org. Edir de P. Bueno

ANEXO B - Tabela de cálculo de conversão dos valores em Reais em IDH-renda de 2000.

SETOR	Renda nominal dos chefes domicílios	média de pessoas por família	renda média do chefe domicilio	Renda chefe domicílio em sal. min. em 2000	renda familiar per capita em Reais - 2000	logaritimo natural da RFPC	IDH-renda
1	550.358	3,11	2302,75	15,25	738,73	6,60	0,874
2	387.470	3,22	1354,79	8,97	420,74	6,04	0,833
3	169.986	3,10	889,97	5,89	287,08	5,65	0,781
4	232.343	3,17	921,99	6,10	290,84	5,67	0,741
5	223.215	3,38	584,33	3,86	172,87	5,15	0,739
6	229.398	3,23	1057,13	7,00	327,28	5,79	0,726
7	163.341	3,73	689,20	4,56	184,77	5,21	0,719
8	145.092	3,42	452,00	2,99	132,16	4,88	0,717
9	741.707	3,42	1962,18	12,99	573,73	6,35	0,717
10	268.877	3,26	1079,82	7,15	331,23	5,80	0,716
11	220.615	3,32	594,64	3,93	179,10	5,18	0,694
12	427.736	3,44	852,06	5,64	247,69	5,51	0,692
13	462.947	3,41	823,74	5,45	241,56	5,48	0,687
14	133.984	3,27	475,12	3,14	145,29	4,97	0,679
15	213.808	3,14	696,44	6,23	221,79	5,40	0,674
16	219.028	3,34	964,88	6,38	288,88	5,66	0,671
17	415.063	3,47	1053,45	6,97	303,58	5,71	0,667
18	316.071	3,46	685,62	4,54	198,15	5,28	0,654
19	277.159	3,58	576,11	3,98	160,92	5,08	0,642
20	164.298	3,52	447,67	2,96	127,17	4,84	0,637
21	412.866	3,59	901,45	5,96	251,10	5,52	0,636
22	240.648	3,48	581,27	3,84	167,03	5,11	0,632
23	157.393	3,58	273,25	1,80	76,32	4,33	0,631
24	381.278	3,61	637,58	4,22	176,61	5,17	0,626
25	182.793	3,49	345,54	2,28	99,00	4,59	0,621
26	104.274	3,66	252,47	1,67	68,98	4,23	0,621
27	222.214	3,28	714,51	4,73	217,83	5,38	0,607
28	101.133	3,66	249,09	1,64	68,05	4,22	0,607
29	274.866	3,45	992,29	6,57	287,62	5,66	0,602
30	256.730	3,41	785,10	5,19	230,23	5,43	0,587
31	122.491	3,37	324,90	2,15	96,40	4,56	0,587
32	103.193	3,45	297,38	1,96	86,19	4,45	0,58
33	144.829	3,43	264,28	1,75	77,04	4,34	0,569
34	188.606	3,21	688,34	4,55	214,43	5,36	0,559
35	273.812	3,33	569,25	3,76	170,94	5,14	0,545
36	106.796	3,38	446,84	2,95	132,20	4,88	0,539
37	306.951	3,40	506,51	3,35	148,97	5,00	0,537
38	172.677	3,46	388,03	2,56	112,14	4,71	0,534
39	244.094	3,53	568,98	3,76	161,18	5,08	0,515
40	129.706	3,72	365,36	2,41	98,21	4,58	0,497
41	117.364	3,49	360,01	2,38	103,15	4,63	0,495
42	194.887	3,43	511,51	3,38	149,12	5,00	0,479
43	203.512	3,67	434,85	2,87	118,48	4,77	0,477

Fonte: Censo 2000. IBGE. Org. Edir de P. Bueno

ANEXO C - Distribuição da renda dos chefes dos domicílios, segundo os setores censitários em 1991.

Setor censitário	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
pessoas respons. Domicílios	272	293	190	261	367	210	236	526	366	241	382	269	221	313	302	231	304	319	341
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - sem rend/declar	8	15	2	1	12	11	8	21	6	10	13	10	11	5	7	51	7	25	12
	2,94%	5,12%	1,05%	0,38%	3,27%	5,24%	3,39%	3,99%	1,64%	4,15%	3,40%	3,72%	4,98%	1,60%	2,32%	22,08%	2,30%	7,84%	3,52%
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - até 1/2 salário mínimo	9	26	13	37	19	26	19	102	21	9	72	30	57	30	24	29	37	19	18
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 1/2 a 1 salário mínimo	14	44	15	44	82	37	46	194	26	33	85	79	48	81	60	28	71	62	73
	23	70	28	81	101	63	65	296	47	42	157	109	105	111	84	57	108	81	91
	8,46%	23,89%	14,74%	31,03%	27,52%	30,00%	27,54%	56,27%	12,84%	17,43%	41,10%	40,52%	47,51%	35,46%	27,81%	24,68%	35,53%	25,39%	26,69%
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 1 a 2 salários mínimos	34	52	40	56	107	38	59	124	55	41	91	68	45	93	61	41	73	89	121
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 2 a 3 salários mínimos	31	36	34	33	49	17	37	47	43	45	46	32	26	51	50	29	33	44	64
	65	88	74	89	156	55	96	171	98	86	137	100	71	144	111	70	106	133	185
	23,90%	30,03%	38,95%	34,10%	42,51%	26,19%	40,68%	32,51%	26,78%	35,68%	35,86%	37,17%	32,13%	46,01%	36,75%	30,30%	34,87%	41,69%	54,25%
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 3 a 5 salários mínimos	39	28	31	37	49	24	28	21	38	37	30	21	22	23	35	20	34	35	32
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 5 a 10 sal. mínimos	60	52	34	30	31	30	31	13	76	48	34	23	7	23	40	21	29	34	13
	99	80	65	67	80	54	59	34	114	85	64	44	29	46	75	41	63	69	45
	36,40%	27,30%	34,21%	25,67%	21,80%	25,71%	25,00%	6,46%	31,15%	35,27%	16,75%	16,36%	13,12%	14,70%	24,83%	17,75%	20,72%	21,63%	13,20%
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - + de 10 Mín.	77	40	21	23	18	27	8	4	101	18	11	6	5	7	25	12	20	11	8
	28,31%	13,65%	11,05%	8,81%	4,90%	12,86%	3,39%	0,76%	27,60%	7,47%	2,88%	2,23%	2,26%	2,24%	8,28%	5,19%	6,58%	3,45%	2,35%
Código Setor censitário	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**		
pessoas respons. Domicílios	376	469	437	432	326	514	326	454	244	278	327	317	257	375	400	323	456		
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - sem rend/declar	15	26	25	8	11	19	6	11	18	4	7	5	14	14	10	21	12		
	3,99%	5,54%	5,72%	1,85%	3,37%	3,70%	1,84%	2,42%	7,38%	1,44%	2,14%	1,58%	5,45%	3,73%	2,50%	6,50%	2,63%		
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - até 1/2 salário mínimo	44	27	17	17	47	57	36	55	31	28	42	51	32	31	20	41	51		
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 1/2 a 1 salário mínimo	105	83	61	84	138	124	93	138	55	54	106	85	54	84	61	118	124		
	149	110	78	101	185	181	129	193	86	82	134	136	86	115	81	159	175		
	39,63%	23,45%	17,85%	23,38%	56,75%	35,21%	39,57%	42,51%	35,25%	29,50%	41%	42,90%	33,46%	30,67%	20,25%	49,23%	38,38%		
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 1 a 2 salários mínimos	103	105	177	126	105	127	78	152	88	125	106	122	72	127	93	103	140		
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 2 a 3 salários mínimos	45	91	71	81	15	51	45	55	32	33	35	27	41	60	75	23	52		
	148	196	248	207	120	178	123	207	120	158	141	149	113	187	168	126	192		
	39,36%	41,79%	56,75%	47,92%	36,81%	34,63%	37,73%	45,59%	49,18%	56,83%	43,12%	47,00%	43,97%	49,87%	42,00%	39,01%	42,11%		
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 3 a 5 salários mínimos	35	60	48	70	6	38	23	28	12	18	17	13	18	33	77	9	37		
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - mais de 5 a 10 sal. mínimos	20	62	31	35	4	44	28	11	7	12	12	11	22	19	47	7	31		
	55	122	79	105	10	82	51	39	19	30	29	24	40	52	124	16	68		
	14,63%	26,01%	18,08%	24,31%	3,07%	15,95%	15,64%	8,59%	7,79%	10,79%	8,87%	7,57%	15,56%	13,87%	31,00%	4,95%	14,91%		
Pes. resp. pelos dom. part. perm. - rend. nom.l men. - + de 10 Mín.	9	18	7	11	0	54	17	4	1	4	2	3	4	7	17	1	9		
	2,39%	3,84%	1,60%	2,55%	0,00%	10,51%	5,21%	0,88%	0,41%	1,44%	0,61%	0,95%	1,56%	1,87%	4,25%	0,31%	1,97%		

ANEXO D - Distribuição da renda dos chefes dos domicílios, segundo os setores censitários em 2000.

Código Setor censitário	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**
Pessoas respons. Domicílios	239	286	191	252	382	217	237	321	378	249	371	502	562	282	307	227	394	461	481	367	458	414	576	598	529
Pes. resp. -sem rendimento	11	5	0	10	8	6	17	15	22	10	23	27	24	27	4	15	7	24	4	35	21	14	54	31	51
	4,6%	1,7%	0,0%	4,0%	2,1%	2,8%	7,2%	4,7%	5,8%	4,0%	6,2%	5,4%	4,3%	9,6%	1,3%	6,6%	1,8%	5,2%	0,8%	9,5%	4,6%	3,4%	9,4%	5,2%	9,6%
Pes. resp. - até 1/2 salário mínimo	0	1	0	2	3	2	0	4	0	0	2	6	3	2	4	1	2	5	3	3	3	3	18	2	5
Pes. resp. mais de 1/2 a 1 sal-mín	26	42	42	53	91	40	47	78	35	27	74	80	107	74	61	47	84	59	97	82	70	67	178	95	126
	26	43	42	55	94	42	47	82	35	27	76	86	110	76	65	48	86	64	100	85	73	70	196	97	131
	10,9%	15,0%	22,0%	21,8%	24,6%	19,4%	19,8%	25,5%	9,3%	10,8%	20,5%	17,1%	19,6%	27,0%	21,2%	21,1%	21,8%	13,9%	20,8%	23,2%	15,9%	16,9%	34,0%	16,2%	24,8%
Pes. resp. -mais de 1 a 2 sal- mín	14	35	35	53	72	25	31	87	25	31	85	67	124	55	61	36	63	81	89	75	51	89	158	111	149
Pes. resp. -mais de 2 a 3 sal-min.	11	35	14	28	43	13	35	53	22	29	38	62	91	35	42	23	60	80	107	57	48	65	88	101	85
	25	70	49	81	115	38	66	140	47	60	123	129	215	90	103	59	123	161	196	132	99	154	246	212	234
	10,5	24,5	25,6	32,1	30,1	17,5	27,8	43,6	12,4	24,1	33,2	25,7	38,3	31,9	33,6	26,0	31,2	34,9	40,7	36,0	21,6	37,2	42,7	35,4	44,2
Pes. resp. -mais de 3 a 5 sal-min.	26	44	40	39	75	30	60	52	50	53	70	95	99	47	54	33	69	88	96	57	81	91	59	128	76
Pes. resp. - mais de 5 a 10 sal-min.	51	66	37	40	64	60	28	24	81	54	46	102	51	29	59	35	53	84	63	44	115	66	16	102	32
	77	110	77	79	139	90	88	76	131	107	116	197	150	76	113	68	122	172	159	101	196	157		230	108
	32,21	38,46	40,31	31,34	36,38	41,47	37,13	23,67	34,56	42,97	31,26	39,24	26,69	26,95	36,8	29,95	30,96	37,31	33,05	27,52	42,79	37,92	13,02	38,46	20,41
Pes. resp. pelos dom. + de 10 Mín.	100	58	23	27	26	41	19	8	143	45	33	63	63	13	22	37	56	40	22	14	69	19	5	28	5
	41,84%	20,28%	12,04%	10,71%	6,81%	18,89%	8,02%	2,49%	37,83%	18,07%	8,89%	12,55%	11,21%	4,61%	7,17%	16,30%	14,21%	8,68%	4,57%	3,81%	15,07%	4,59%	0,87%	4,68%	0,95%

Código Setor censitário	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**
pessoas respons. Domicílios	413	311	406	277	327	377	347	548	274	481	239	606	445	429	355	326	381	468
Pes. resp. pelos dom. sem rend..	38	14	29	8	7	44	25	32	12	29	10	33	45	21	32	17	21	42
	9,2%	4,5%	7,1%	2,9%	2,1%	11,7%	7,2%	5,8%	4,4%	6,0%	4,2%	5,4%	10,1%	4,9%	9,0%	5,2%	5,5%	9,0%
Pes. resp. - até 1/2 salário mínimo	21	5	8	2	1	1	3	9	1	6	3	2	6	1	6	7	4	9
Pes. resp. mais de 1/2 a 1 sal-mínimo	124	67	122	50	69	126	123	194	81	100	56	105	71	56	73	101	46	84
	145	72	130	52	70	127	126	203	82	106	59	107	77	57	79	108	50	93
	35,1%	23,2%	32,0%	18,8%	21,4%	33,7%	36,3%	37,0%	29,9%	22,0%	24,7%	17,7%	17,3%	13,3%	22,3%	33,1%	13,1%	19,9%
Pes. resp. - mais de 1 a 2 sal-min.	120	70	153	53	57	98	109	192	45	105	61	139	114	88	89	94	82	135
Pes. resp. - mais de 2 a 3 sal-min.	71	46	52	33	38	35	40	66	38	72	34	130	85	66	61	34	81	88
	191	116	205	86	95	133	149	258	83	177	95	269	199	154	150	128	163	223
	46,2	37,3	50,5	31,0	29,1	35,3	42,9	47,1	30,3	36,8	39,7	44,4	44,7	35,9	42,3	39,3	42,8	47,6
Pes. resp. - - mais de 3 a 5 sal-min.	31	41	35	39	54	44	24	44	46	90	42	118	83	97	66	45	95	67
Pes. resp. - - mais de 5 a 10 sal-min.	7	32	7	49	57	23	19	8	29	56	25	50	36	79	23	21	40	29
	38	73	42	88	111	67	43	52	75	146	67	168	119	176	89	66	135	96
	9,2	23,47	10,34	31,76	33,94	17,77	12,39	9,48	0,27	30,35	28,03	27,72	26,74	41,02	25,07	20,24	35,43	20,5
Pes. resp. pelos dom. + de 10 Mín.	1	36	0	43	44	6	4	3	22	23	8	29	5	21	5	7	12	14
	0,24%	11,58%	0,00%	15,52%	13,46%	1,59%	1,15%	0,55%	8,03%	4,78%	3,35%	4,79%	1,12%	4,90%	1,41%	2,15%	3,15%	2,99%

ANEXO E - Distribuição dos níveis de instrução da população, segundo os setores censitários em 2000.

Código Setor	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
Pessoas residentes	965	1026	732	943	1387	757	950	2177	1435	878	1350	1070	842	1095	1136	852	1185	1266	1410	1463	1820	1774	1757	1433	1948	1227	1871	899	1193	1290	1245	961	1448	1597	1392	1842
população de 0 a 4 anos	72	80	67	93	120	48	103	243	123	79	135	116	82	114	95	54	127	123	143	122	161	203	201	155	166	90	244	141	142	114	129	88	169	137	169	187
pessoas res de 5 anos ou mais	893	946	665	850	1267	709	847	1934	1312	799	1215	954	760	981	1041	798	1058	1143	1267	1341	1659	1571	1556	1278	1782	1137	1627	758	1051	1176	1116	873	1279	1460	1223	1655
Pes alfabet.5 anos de idade ou+	864	831	625	769	1157	661	709	1643	1227	728	1083	770	618	819	944	698	958	1007	1075	1155	1523	1117	1382	1005	1532	1005	1272	637	901	914	901	787	1099	1338	901	1243
	0,967	0,878	0,939	0,904	0,913	0,932	0,837	0,849	0,935	0,911	0,891	0,807	0,813	0,834	0,906	0,874	0,905	0,881	0,848	0,861	0,918	0,711	0,882	0,786	0,859	0,883	0,781	0,840	0,857	0,772	0,807	0,901	0,859	0,916	0,736	0,751
pessoas de 5 a 6 anos total	7	25	18	15	35	14	23	34	31	22	41	65	71	35	26	21	43	49	69	43	42	47	101	85	88	60	31	72	30	34	44	26	84	27	55	32
pessoas alfabet. de 5 a 6 anos	5	15	11	10	17	9	11	16	19	11	19	31	34	17	14	10	20	21	29	18	17	19	48	40	40	29	15	34	14	16	21	12	40	12	25	14
	71	60	61	67	49	64	48	47	61	50	46	48	48	49	54	48	47	43	42	42	40	40	48	47	45	48	48	47	47	47	48	46	48	44	45	44
pessoas de 5 a 14 anos	138	202	137	163	298	121	192	522	318	158	280	245	165	190	238	189	286	303	364	357	440	485	422	426	479	261	510	200	317	290	270	213	307	462	363	479
pessoas de 5 a 6 anos total	7	25	18	15	35	14	23	34	31	22	41	65	71	35	26	21	43	49	69	43	42	47	101	85	88	60	31	72	30	34	44	26	84	27	55	32
menos pessoas de 5 a 6 anos	131	177	119	148	263	107	169	488	287	136	239	180	94	155	212	168	243	254	295	314	398	438	321	341	391	201	479	128	287	256	226	187	223	435	308	447
pessoas alfabet. de 5 a 6 anos	5	15	11	10	17	9	11	16	19	11	19	31	34	17	14	10	20	21	29	18	17	19	48	40	40	29	15	34	14	16	21	12	40	12	25	14
	71,43	60,00	61,11	66,67	48,57	64,29	47,83	47,06	61,29	50,00	46,34	47,69	47,89	48,57	53,85	47,62	46,51	42,86	42,03	41,86	40,48	40,43	47,52	47,06	45,45	48,33	48,39	47,22	46,67	47,06	47,73	46,15	47,62	44,44	45,45	43,75
pessoas alfabet. de 7 a 9 anos	47	55	41	47	89	42	53	160	124	52	89	26	16	42	86	38	93	93	88	93	160	95	89	111	95	62	98	24	90	54	50	57	74	149	83	87
pessoas alfabet. de 10 a 14 anos	73	105	57	78	153	58	102	255	153	79	133	132	88	100	117	108	141	147	174	168	227	216	212	201	256	137	233	86	158	143	155	114	146	222	157	193
	120	160	98	125	242	100	155	415	277	131	222	158	104	142	203	146	234	240	262	261	387	311	301	312	351	199	331	110	248	197	205	171	220	371	240	280
pessoas de 7 a 14 anos	131	177	119	148	263	107	169	488	287	136	239	180	94	155	212	168	243	254	295	314	398	438	321	341	391	201	479	128	287	256	226	187	223	435	308	447
pessoas alfab. de 7 a 14 anos	120	160	109	125	242	100	155	415	277	131	222	158	84	142	203	146	234	240	262	261	387	311	301	312	351	179	331	110	248	197	205	171	188	371	240	280
Taxa de alfabetização	0,916	0,904	0,916	0,845	0,920	0,935	0,917	0,850	0,965	0,963	0,929	0,878	0,894	0,916	0,958	0,869	0,963	0,945	0,888	0,831	0,972	0,710	0,938	0,915	0,898	0,891	0,691	0,859	0,864	0,770	0,907	0,914	0,843	0,853	0,779	0,626
pessoas de 15 anos e +de idade	755	744	528	687	969	588	655	1412	994	641	935	709	595	791	803	609	772	840	1036	984	1219	1086	1134	852	1303	876	1117	558	734	886	846	660	972	998	860	1176
pessoas de 15 anos ou + alfabet.	741	659	493	637	898	554	543	1212	935	587	842	581	480	660	729	542	704	744	780	874	1116	784	1033	653	1139	777	926	493	639	701	675	604	839	954	635	948
Taxa de alfabetização	0,981	0,886	0,934	0,927	0,927	0,942	0,829	0,858	0,941	0,916	0,901	0,819	0,807	0,834	0,908	0,890	0,912	0,886	0,753	0,888	0,916	0,722	0,911	0,766	0,874	0,887	0,829	0,884	0,871	0,791	0,797	0,915	0,863	0,955	0,738	0,806
IDH-Educação	**0,916**	**0,904**	**0,916**	**0,845**	**0,920**	**0,935**	**0,917**	**0,850**	**0,965**	**0,963**	**0,929**	**0,878**	**0,894**	**0,916**	**0,958**	**0,869**	**0,963**	**0,945**	**0,888**	**0,831**	**0,972**	**0,710**	**0,938**	**0,915**	**0,898**	**0,891**	**0,691**	**0,859**	**0,864**	**0,770**	**0,907**	**0,914**	**0,843**	**0,853**	**0,779**	**0,626**
	0,981	0,886	0,934	0,927	0,927	0,942	0,829	0,858	0,941	0,916	0,901	0,819	0,807	0,834	0,908	0,890	0,912	0,886	0,753	0,888	0,916	0,722	0,911	0,766	0,874	0,887	0,829	0,884	0,871	0,791	0,797	0,915	0,863	0,955	0,738	0,806
	0,949	**0,895**	**0,925**	**0,886**	**0,924**	**0,939**	**0,873**	**0,854**	**0,953**	**0,940**	**0,915**	**0,849**	**0,851**	**0,875**	**0,933**	**0,880**	**0,938**	**0,916**	**0,821**	**0,860**	**0,944**	**0,716**	**0,925**	**0,841**	**0,886**	**0,889**	**0,760**	**0,872**	**0,868**	**0,781**	**0,852**	**0,915**	**0,853**	**0,904**	**0,759**	**0,716**

ANEXO F - Distribuição dos níveis de instrução da população, segundo os setores censitários em 2000.

Código Setor	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**
Pessoas residentes	745	922	593	799	1292	701	885	1101	1293	813	1235	1729	1917	924	965	759	1371	1596	1772
pessoas res de 5 anos ou mais	729	877	565	760	1214	665	835	991	1239	776	1130	1586	1765	871	909	716	1294	1464	1612
Pes res –alfabet.5 anos de idade ou+	721	842	524	724	1167	645	749	870	1195	746	1014	1474	1595	770	848	659	1212	1368	1477
	98,90	96,01	92,74	95,26	96,13	96,99	89,70	87,79	96,45	96,13	89,73	92,94	90,37	88,40	93,29	92,04	93,66	93,44	91,63
pessoas de 5 a 14 anos	69	139	95	130	198	86	139	183	202	123	205	339	316	152	140	98	226	298	328
pessoas alfabetizadas de 5 a 14 anos	67	131	83	125	185	81	133	158	185	116	166	302	267	129	126	85	208	260	282
	97,10	94,24	87,37	96,15	93,43	94,19	95,68	86,34	91,58	94,31	80,98	89,09	84,49	84,87	90,00	86,73	92,04	87,25	85,98
pessoas de 5 a 6 anos	5	23	16	13	34	12	21	33	29	20	40	63	69	33	24	19	42	47	66
pessoas alfabetizadas de 5 a 6 anos	4	19	13	10	28	9	17	27	24	16	33	52	56	27	19	16	34	38	54
	80,00	82,61	81,25	76,92	82,35	75,00	80,95	81,82	82,76	80,00	82,50	82,54	81,16	81,82	79,17	84,21	80,95	80,85	81,82
pessoas de 7 a 14 anos	64	116	79	117	164	74	118	150	173	103	165	276	247	119	116	79	184	251	262
pessoas de 7 a 14 anos - alfabetizadas	62	114	75	115	159	72	117	142	169	100	158	269	242	114	114	75	181	239	245
	0,969	0,983	0,949	0,983	0,970	0,973	0,992	0,947	0,977	0,971	0,958	0,975	0,980	0,958	0,983	0,949	0,984	0,952	0,935
pessoas de 15 anos e mais de idade	660	738	470	630	1016	579	696	808	1037	653	925	1247	1601	719	769	618	1068	1068	1166
pessoas de 15 anos ou mais – alfabet.	636	711	441	599	982	564	616	712	1010	630	860	1172	1478	642	722	574	1008	1006	1065
	0,964	0,963	0,938	0,951	0,967	0,974	0,885	0,881	0,974	0,965	0,930	0,940	0,923	0,893	0,939	0,929	0,944	0,942	0,913
IDH - EDUCAÇÃO	**0,966**	**0,973**	**0,944**	**0,967**	**0,968**	**0,974**	**0,938**	**0,914**	**0,975**	**0,968**	**0,944**	**0,957**	**0,951**	**0,925**	**0,961**	**0,939**	**0,964**	**0,947**	**0,924**

Código Setor	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**
Pessoas residentes	1294	1646	1443	2063	2161	1851	1513	1022	1488	957	1117	1274	1199	1884	881	1602	809	2064	1540	1516	1321	1139	1 310	1718
pessoas res de 5 anos ou mais	1224	1548	1328	1854	2002	1677	1351	963	1354	909	1050	1166	1114	1699	830	1509	735	1865	1348	1425	1178	1034	1 172	1523
Pes res –alfabet. 5 anos de idade ou +	1111	1515	1251	1556	1843	1429	1182	869	1179	858	975	1017	979	1466	754	1410	682	1671	1239	1367	1026	868	1053	1314
	90,77	97,87	94,20	83,93	92,06	85,21	87,49	90,24	87,08	94,39	92,86	87,22	87,88	86,29	90,84	93,44	92,79	89,60	91,91	95,93	87,10	83,95	89,85	86,28
pessoas de 5 a 14 anos	226	277	247	434	435	388	251	163	352	167	162	201	170	384	147	308	139	428	324	243	306	230	281	320
pessoas alfabetizadas de 5 a 14 anos	195	269	226	356	379	313	218	143	297	155	150	170	149	328	133	275	122	362	284	221	257	184	227	247
	86,28	97,11	91,50	82,03	87,13	80,67	86,85	87,73	84,38	92,81	92,59	84,58	87,65	85,42	90,48	89,29	87,77	84,58	87,65	90,95	83,99	80,00	80,78	77,19
pessoas de 5 a 6 anos	40	43	45	100	83	86	58	30	71	27	31	43	24	85	26	54	30	112	69	39	55	39	57	70
pessoas alfabetizadas de 5 a 6 anos	33	35	37	82	68	70	47	24	58	22	25	35	19	69	21	44	24	92	49	32	45	32	47	57
	82,50	81,40	82,22	82,00	81,93	81,40	81,03	80,00	81,69	81,48	80,65	81,40	79,17	81,18	80,77	81,48	80,00	82,14	71,01	82,05	81,82	82,05	82,46	81,43
pessoas de 7 a 14 anos	186	234	202	334	352	302	193	133	281	140	131	158	146	299	121	254	109	316	255	204	251	191	224	250
pessoas de 7 a 14 anos – alfabet.	174	232	199	285	339	279	187	129	258	136	124	147	131	270	114	239	99	292	233	196	227	178	209	225
	0,935	0,991	0,985	0,853	0,963	0,924	0,969	0,970	0,918	0,971	0,947	0,930	0,897	0,903	0,942	0,941	0,908	0,924	0,914	0,961	0,904	0,932	0,933	0,900
pessoas de 15 anos e mais de idade	998	1271	1081	1420	1567	1289	1100	800	1002	742	888	965	944	1315	683	1201	596	1437	1024	1182	872	804	891	1139
pessoas de 15 anos ou + - alfabet.	916	1246	1025	1230	1464	1116	964	726	882	703	825	847	830	1138	621	1120	560	1309	955	1146	769	684	826	1057
	0,918	0,980	0,948	0,866	0,934	0,866	0,876	0,908	0,880	0,947	0,929	0,878	0,879	0,865	0,909	0,933	0,940	0,911	0,933	0,970	0,882	0,851	0,927	0,928
Código Setor	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**
IDH - EDUCAÇÃO	**0,927**	**0,986**	**0,967**	**0,860**	**0,949**	**0,895**	**0,923**	**0,939**	**0,899**	**0,959**	**0,938**	**0,904**	**0,888**	**0,884**	**0,926**	**0,937**	**0,924**	**0,917**	**0,923**	**0,965**	**0,893**	**0,891**	**0,930**	**0,914**

ANEXO G - Níveis de distribuição dos serviços de água tratada, esgoto/fossa e coleta de lixo em 1991.

Código Setor censitário	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
Domicílios	272	293	190	261	367	210	236	526	366	241	382	269	221	313	302	231	304	319	341	376	469	437	432	326	514	326	454	244	278	327	317	257	375	400	323	456
Dom. abast de água - rede geral	269	273	188	252	360	210	220	369	364	238	347	205	211	248	286	227	274	297	243	293	468	340	405	293	451	291	339	196	175	245	233	234	345	399	148	337
	0,989	0,932	0,989	0,966	0,981	1,000	0,932	0,702	0,995	0,988	0,908	0,762	0,955	0,792	0,947	0,983	0,901	0,931	0,713	0,779	0,998	0,778	0,938	0,899	0,877	0,893	0,747	0,803	0,629	0,749	0,735	0,911	0,920	0,998	0,458	0,739
Dom.esg san - rede geral de esgoto/pluvial	255	114	163	196	226	178	189	62	279	108	18	0	1	87	203	174	209	11	65	174	344	6	73	3	178	89	4	0	0	4	1	6	30	0	0	6
	93,75	38,91	85,79	75,10	61,58	84,76	80,08	11,79	76,23	44,81	4,71	0,00	0,45	27,80	67,22	75,32	68,75	3,45	19,06	46,28	73,35	1,37	16,90	0,92	34,63	27,30	0,88	0,00	0,00	1,22	0,32	2,33	8,00	0,00	0,00	1,32
Dom. esg san. fossa séptica	0	4	0	0	1	0	1	0	0	6	0	0	1	0	4	0	0	23	198	1	0	1	19	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0
	0,00	1,37	0,00	0,00	0,27	0,00	0,42	0,00	0,00	2,49	0,00	0,00	0,45	0,00	1,32	0,00	0,00	7,21	58,06	0,27	0,00	0,23	4,40	0,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,53	0,00	0,31	0,00
Dom. esg san - fossa rudim	14	140	26	60	35	25	30	307	80	121	343	251	203	150	93	47	72	256	64	154	123	345	315	300	245	218	428	236	252	273	246	247	256	395	257	400
	0,051	0,478	0,137	0,230	0,095	0,119	0,127	0,584	0,219	0,502	0,898	0,933	0,919	0,479	0,308	0,203	0,237	0,803	0,188	0,410	0,262	0,789	0,729	0,920	0,477	0,669	0,943	0,967	0,906	0,835	0,776	0,961	0,683	0,988	0,796	0,877
Dom. - coleta serviço de limpeza	265	277	189	249	351	207	213	348	356	233	286	172	166	313	294	224	257	278	128	347	462	165	338	324	404	282	174	179	45	301	281	227	295	400	192	319
	0,974	0,945	0,995	0,954	0,956	0,986	0,903	0,662	0,973	0,967	0,749	0,639	0,751	1,000	0,974	0,970	0,845	0,871	0,375	0,923	0,985	0,378	0,782	0,994	0,786	0,865	0,383	0,734	0,162	0,920	0,886	0,883	0,787	1,000	0,594	0,700
Dom. dest. lixo - enterrado (na prop.)	1	0	0	1	0	0	0	8	0	0	10	0	0	0	0	0	3	1	7	2	0	0	2	1	3	3	25	0	13	4	10	3	1	0	4	7
	0,37	0,00	0,00	0,38	0,00	0,00	0,00	1,52	0,00	0,00	2,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,99	0,31	2,05	0,53	0,00	0,00	0,46	0,31	0,58	0,92	5,51	0,00	4,68	1,22	3,15	1,17	0,27	0,00	1,24	1,54
Dom - destino lixo - queimado (na prop.)	1	8	1	8	8	3	16	25	6	4	40	65	38	0	7	6	9	15	68	7	0	3	29	0	24	39	77	20	73	7	11	27	30	0	26	87
	0,37	2,73	0,53	3,07	2,18	1,43	6,78	4,75	1,64	1,66	10,47	24,16	17,19	0,00	2,32	2,60	2,96	4,70	19,94	1,86	0,00	0,69	6,71	0,00	4,67	11,96	16,96	8,20	26,26	2,14	3,47	10,51	8,00	0,00	8,05	19,08
Dom.dest. lixo. queimado/enterrado	2	8	1	9	8	3	16	33	6	4	50	65	38	0	7	6	12	16	75	9	0	3	31	1	27	42	102	20	86	11	21	30	31	0	30	94
	0,74	2,73	0,53	3,45	2,18	1,43	6,78	6,27	1,64	1,66	13,09	24,16	17,19	0,00	2,32	2,60	3,95	5,02	21,99	2,39	0,00	0,69	7,18	0,31	5,25	12,88	22,47	8,20	30,94	3,36	6,62	11,67	8,27	0,00	9,29	20,61
Dom. jogado em ter baldio ou lograd.	5	7	0	3	6	0	4	145	0	2	45	32	15	0	1	0	35	25	114	16	7	259	47	1	82	1	178	33	145	15	14	0	48	0	83	42
	1,84	2,39	0,00	1,15	1,63	0,00	1,69	27,57	0,00	0,83	11,78	11,90	6,79	0,00	0,33	0,00	11,51	7,84	33,43	4,26	1,49	59,27	10,88	0,31	15,95	0,31	39,21	13,52	52,16	4,59	4,42	0,00	12,80	0,00	25,70	9,21

ANEXO H - Níveis de distribuição dos serviços de água tratada, esgoto/fossa e coleta de lixo em 2000.

Código Setor	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Domicílios	239	294	196	253	382	221	304	338	390	249	399	504	562	283	307	227	394	461	482	367	458
Dom - abast de água - rede geral	234	282	190	252	382	214	237	311	377	242	367	482	533	282	303	227	394	441	477	367	458
	0,979	0,959	0,969	0,996	1,000	0,968	0,780	0,920	0,967	0,972	0,920	0,956	0,948	0,996	0,987	1,000	1,000	0,957	0,990	1,000	1,000
Dom - esg san - rede geral de esgoto/pluvial	236	265	162	218	362	201	228	156	365	227	212	7	487	228	285	225	370	407	466	282	456
	98,74	90,14	82,65	86,17	94,76	90,95	75,00	46,15	93,59	91,16	53,13	1,39	86,65	80,57	92,83	99,12	93,91	88,29	96,68	76,84	99,56
Dom - esg san - fossa séptica	0	1	2	0	10	0	1	0	2	1	0	1	1	1	2	0	7	2	0	1	1
	0,00	0,34	1,02	0,00	2,62	0,00	0,33	0,00	0,51	0,40	0,00	0,20	0,18	0,35	0,65	0,00	1,78	0,43	0,00	0,27	0,22
Dom - esg san - fossa rudim	3	20	25	34	9	16	8	148	9	20	158	493	70	52	18	2	17	51	13	54	1
	0,013	0,068	0,128	0,134	0,024	0,072	0,026	0,438	0,023	0,080	0,396	0,978	0,125	0,184	0,059	0,009	0,043	0,111	0,027	0,147	0,002
Dom. - destino lixo - coleta serviço de limpeza	237	266	191	228	368	213	237	292	378	228	355	493	556	273	299	227	376	458	475	361	458
	99,16	90,48	97,45	90,12	96,34	96,38	77,96	86,39	96,92	91,57	88,97	97,82	98,93	96,47	97,39	100,00	95,43	99,35	98,55	98,37	100,00
	0,984	0,812	0,950	0,805	0,928	0,929	0,566	0,732	0,939	0,834	0,783	0,957	0,979	0,930	0,949	1,000	0,910	0,987	0,971	0,968	1,000
Dom- destino lixo - queimado/enterrado (na prop)	0,42	0,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,66	0,00	0,40	0,25	1,79	0,36	0,00	0,00	0,00	0,51	0,00	0,41	0,00	0,00
Dom -dest lixo - jogado em terreno baldio ou lograd	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	10	0	1	1	0	0	13	0	0	1	0
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,07	0,00	0,00	2,51	0,00	0,18	0,35	0,00	0,00	3,30	0,00	0,00	0,27	0,00
Código Setor	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**
Domicílios	597	599	531	413	314	406	277	327	377	347	550	274	484	239	606	445	429	355	328	381	468
Dom - abast de água - rede geral	433	570	482	413	297	404	275	321	372	341	515	273	473	239	602	376	429	340	272	352	434
	0,725	0,952	0,908	1,000	0,946	0,995	0,993	0,982	0,987	0,983	0,936	0,996	0,977	1,000	0,993	0,845	1,000	0,958	0,829	0,924	0,927
Dom - esg san - rede geral de esgoto/pluvial	4	333	5	18	266	1	219	254	340	324	271	193	78	168	27	9	19	4	1	4	8
	0,67	55,59	0,94	4,36	84,71	0,25	79,06	77,68	90,19	93,37	49,27	70,44	16,12	70,29	4,46	2,02	4,43	1,13	0,30	1,05	1,71
Dom - esg san - fossa séptica	4	2	2	0	7	7	0	0	1	0	2	0	1	14	36	3	5	0	0	40	2
	0,67	0,33	0,38	0,00	2,23	1,72	0,00	0,00	0,27	0,00	0,36	0,00	0,21	5,86	5,94	0,67	1,17	0,00	0,00	10,50	0,43
Dom - esg san - fossa rudim	546	232	519	392	37	397	57	72	31	22	260	79	401	57	542	428	405	348	315	324	441
	0,915	0,387	0,977	0,949	0,118	0,978	0,206	0,220	0,082	0,063	0,473	0,288	0,829	0,238	0,894	0,962	0,944	0,980	0,960	0,850	0,942
Dom- destino lixo - coleta serviço de limpeza	294	571	512	402	292	401	256	298	374	346	483	263	481	229	604	404	429	312	291	354	432
	49,25	95,33	96,42	97,34	92,99	98,77	92,42	91,13	99,20	99,71	87,82	95,99	99,38	95,82	99,67	90,79	100,00	87,89	88,72	92,91	92,31
	0,000	0,908	0,929	0,948	0,862	0,976	0,851	0,825	0,984	0,994	0,760	0,921	0,988	0,918	0,993	0,818	1,000	0,761	0,778	0,860	0,848
Dom- destino lixo - queimado/enterrado (na prop)	67	14	9	10	7	3	9	4	0	1	35	4	0	1	1	26	0	22	24	15	22
	11,22	2,34	1,70	2,42	2,23	0,74	3,25	1,22	0,00	0,29	6,36	1,46	0,00	0,42	0,17	5,84	0,00	6,20	7,32	3,94	4,70
Dom - jogado em terreno baldio ou lograd	211	5	0	1	11	2	2	0	0	0	29	0	0	0	1	12	0	9	9	1	13
	35,34	0,83	0,00	0,24	3,50	0,49	0,72	0,00	0,00	0,00	5,27	0,00	0,00	0,00	0,17	2,70	0,00	2,54	2,74	0,26	2,78